

ING Bank Relatório Anual **2015**

Um passo à frente

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

ING Bank
Relatório Anual 2015

Índice

Quem somos

Composição do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão	4
Sobre o ING	5

Relatório do Conselho de Administração

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank	7
Banca de Retalho	8
Banca Grossista	11
Contexto regulamentar	13

Gestão Corporativa

Gestão Corporativa	14
Declaração de Confirmação	18
Relatório do Conselho de Supervisão	19

Contas Anuais Consolidadas

Balanço financeiro consolidado	24
Conta de lucros e perdas consolidados	25
Demonstração consolidada do rendimento integral	26
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	27
Demonstração das variações do capital próprio consolidado	29
Notas às contas anuais consolidadas	31
Notas às normas contabilísticas	
1 Normas contabilísticas	31
Notas ao balanço financeiro consolidado	
2 Liquidez e disponibilidades com bancos centrais	51
3 Montantes devidos por bancos	51
4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	52
5 Investimentos	53
6 Empréstimos e adiantamentos a clientes	57
7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	59
8 Investimentos imobiliários	61
9 Propriedade e equipamento	61
10 Ativos intangíveis	63
11 Ativos detidos para venda	64
12 Outros ativos	65
13 Capital próprio	66
14 Empréstimos subordinados	69
15 Títulos de dívida emitidos	69
16 Montantes devidos a bancos	70
17 Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	70
18 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	71
19 Outros passivos	72

Notas à conta de lucros e perdas consolidados

20 Resultado dos juros	74
21 Rendimento dos investimentos	75
22 Resultado da alienação das empresas do grupo	75
23 Receitas de comissões	76
24 Resultados de avaliação sobre derivados não negociados	76
25 Resultados em operações financeiras	77
26 Outros resultados	78
27 Despesas com pessoal	78
28 Outras despesas operacionais	81

Notas para demonstração dos fluxos de caixa consolidados

29 Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos	83
30 Juros e dividendos incluídos nos fluxos de caixa líquidos	83
31 Caixa e equivalentes de caixa	83

Relato por segmentos

32 Segmentos	85
33 Informações sobre áreas geográficas	91

Notas adicionais às contas anuais consolidadas

34 Pensões e outros benefícios pós-emprego	96
35 Tributação	101
36 Valor justo dos ativos e responsabilidades	104
37 Derivados e contabilidade cobertura	119
38 Ativos por vencimento contratual	122
39 Passivos por vencimento	123
40 Ativos não imediatamente disponíveis	125
41 Transferência de ativos financeiros	126
42 Compensação de ativos e passivos financeiros	127
43 Passivos contingentes e compromissos	130
44 Procedimentos legais	132
45 Empresas e negócios adquiridos e alienados	133
46 Principais filiais	134
47 Entidades estruturadas	135
48 Partes relacionadas	137
49 Transações com o Estado Holandês e a Comissão Europeia Plano de Restruturação	140
50 Outros acontecimentos	144
Gestão de riscos	146
Gestão de capitais	214

Contas anuais da empresa-mãe

Balanço financeiro da empresa-mãe	219
Conta de lucros e perdas da empresa-mãe	220
Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe	221
Normas contabilísticas para as contas anuais da empresa-mãe	222
Notas às contas anuais da empresa-mãe	223

Outras informações

Relatório de Auditoria Independente	235
Proposta de aplicação de resultados	239

Informação adicional

Informações adicionais do Pilar 3	240
-----------------------------------	-----

Composição do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão

Composição dos Conselhos

O ING Bank N.V. («ING Bank») tem um sistema dualista, composto pelo Conselho de Administração Bancária («CAB») como seu órgão de administração e um Conselho de Supervisão que aconselha e supervisiona o MBB. Em geral, os membros do Conselho de Administração Bancária são funcionários da empresa, enquanto os membros do Conselho de Supervisão não são. Estes últimos são, muitas vezes, antigos chefes de estado ou líderes empresariais.

A composição do Conselho de Administração Bancária e do Conselho de Supervisão do ING Bank é a seguinte:

Conselho de Administração Bancária

Composição a 31 de dezembro de 2015

- R.A.J.G. (Ralph) Hamers (49)
Diretor Executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária
- J.V. (Koos) Timmermans (55)
Vice-presidente e diretor de Líderes de Mercado
- P.G. (Patrick) Flynn (55)
Diretor Financeiro
- W.F. (Wilfred) Nagel (59)
Responsável de Reestruturação na Área Financeira (CRO)
- A. (Aris) Bogdaneris (52)
Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento
- W.L.A. (Bill) Connelly (58)
Diretor da Banca Grossista
- R.M.M. (Roel) Louwhoff (50)
Diretor de Operações

Conselho de Supervisão

Composição a 31 de dezembro de 2015

- J. (Jeroen) van der Veer (68),
Presidente
- H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti (59),
Vice-Presidente
- E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday (63)
- H.W. (Henk) Breukink (65)
- M. (Mariana) Gheorghe (59)
- J.C.L. (Joost) Kuiper (68)
- (Isabel) Martín Castellá (68)
- R.W.P. (Robert) Reibestein (59)

Comissões do Conselho de Supervisão¹

Composição a 31 de dezembro de 2015

Comissão de Auditoria

- H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti,
Presidente
- E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
- I. (Isabel) Martín Castellá
- R.W.P. (Robert) Reibestein

Comissão de Riscos

- R.W.P. (Robert) Reibestein,
Presidente
- E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
- H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti
- J. (Jeroen) van der Veer

Comissão de Remunerações

- H.W. (Henk) Breukink,
Presidente
- J.C.L. (Joost) Kuiper (68)
- J. (Jeroen) van der Veer

Comissão de Nomeação

- J. (Jeroen) van der Veer,
Presidente
- H.W. (Henk) Breukink
- I. (Isabel) Martín Castellá
- J.C.L. (Joost) Kuiper (68)

Comissão de Gestão Corporativa

- H.W. (Henk) Breukink,
Presidente
- J. (Jeroen) van der Veer

¹ A atual composição das Comissões do Conselho de Supervisão pode ser consultada no site (www.ing.com).

Sobre o ING

A nossa estratégia e progresso

Objetivo

Em 2015, continuámos a construir a nossa estratégia Think Forward para conferir poderes aos clientes e oferecer-lhes uma experiência de cliente diferenciadora. Isto inclui apostar em sermos líderes na experiência digital do cliente com base num acesso 24h/dia e 7d/semana fácil, produtos simples e serviços e ferramentas que ajudam os clientes a tomar decisões financeiras seguras.

Estes objetivos refletem-se no nosso Compromisso para com o Cliente de sermos Claros e Simples, disponibilizar serviços financeiros em Qualquer Lugar e a Qualquer Hora, Capacitar e Continuar a Evoluir para os nossos clientes.

O nosso apelo aos clientes foi demonstrado em 2015 pelo número crescente de relações primárias - clientes com contas correntes e, pelo menos, um outro produto connosco - e, também, a elevada Pontuação Líquida de Promoção do ING, com os clientes a colocarem-nos em primeiro lugar em comparação com bancos pares em sete dos nossos principais mercados.

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade também é uma parte integrante da estratégia Think Forward. A nossa orientação para a sustentabilidade foca-se em duas áreas: melhorar as capacidades financeiras de clientes e não-clientes e apoiar as empresas a fazer a transição para modelos de negócios mais sustentáveis.

Capacitamos financeiramente, tornando a banca acessível e mais fácil de entender, em conformidade com o nosso Compromisso para com o Cliente. Servimos comunidades onde atuamos através de programas para ensinar literacia financeira nas escolas. E através da nossa parceria com a UNICEF, apoiamos a formação de competências para a vida, incluindo formação de literacia financeira para adolescentes em países menos desenvolvidos.

Permanecer relevante para os clientes

O sucesso da nossa estratégia irá, em último caso, depender de quão bem nos permite adaptar à mudança e continuar a proporcionar uma experiência superior aos nossos clientes.

O ritmo de perturbação que afeta a o setor bancário será ainda maior em 2015. Existe um número crescente de novos participantes em muitas áreas tradicionalmente servidas por bancos, incluindo pagamentos, empréstimos, serviços de investimento e de câmbio. Os novos modelos de negócios baseados em serviços digitais de fácil acesso estão a desafiar os fluxos de receitas bancárias. Estes modelos não estão a focar-se na liderança de preços mas sim na oferta de uma experiência superior ao cliente, confirmando que esta é a área em que os bancos terão de se focar para ter sucesso.

Os consumidores estão a direcionar-se rapidamente para os serviços digitais para um número crescente de necessidades. Aquilo que estão a enfrentar com os líderes digitais, está a moldar as suas expectativas. No caso do ING, quase 90 % dos clientes de retalho usam canais digitais para entrar em contacto connosco e pouco menos de 70 % utilizam-nos exclusivamente. Isto faz com que seja cada vez mais importante que o contacto digital seja claro e fácil para eles, por exemplo, com processos de vendas móveis digitais de integração e globais.

Continuamos a enfrentar um ambiente económico desafiante. O crescimento económico regressou aos principais mercados onde atuamos, mas continua a ser lento. As taxas de juros permanecem em níveis historicamente baixos, colocando pressão sobre as poupanças e as margens de empréstimos, o que constitui uma grande parte das nossas receitas. Como resposta, estamos a aumentar o nosso foco em serviços aos clientes que geram remunerações, tais como serviços de investimentos.

A regulamentação é outra área desafiante para os serviços financeiros. Foram introduzidas muitas regulamentações desde a crise financeira para aumentar a estabilidade do sistema bancário. As novas iniciativas regulamentares em fase de preparação podem aumentar ainda mais os requisitos de capital para os bancos, exercendo pressão sobre os retornos. Isto vai obrigar os bancos a procurar novas fontes de rendimento e a baixar os custos. Ao mesmo tempo, as iniciativas da UE para criar um Mercado Único Digital estão a aumentar a concorrência, mas o ritmo lento de desenvolvimento da União Bancária Europeia significa que é difícil beneficiar de oportunidades transfronteiriças.

Todos estes desenvolvimentos no ambiente externo confirmam-nos que, com a nossa estratégia, estamos no caminho certo para criar uma experiência de cliente diferenciadora com base na liderança digital. Suportamos esta iniciativa através de uma abordagem clara e simples inserida no nosso Compromisso para com o Cliente.

Elementos da nossa estratégia

A nossa estratégia Think Forward foi lançada em março de 2014 e orienta-nos em tudo o que fazemos.

As nossas prioridades estratégicas

Identificámos quatro prioridades estratégicas que servem para criar uma experiência de cliente diferenciadora.

Os nossos impulsionadores

Os nossos impulsionadores ajudam-nos a simplificar e racionalizar a nossa organização, lutando pela excelência operacional, melhorando o desempenho cultural dentro da nossa empresa e diversificando as nossas capacidades de empréstimo.

Quem somos - continuação

**Mercado e contexto regulamentar**

Existem três tendências principais que estão a ter um grande impacto no ING e na sua concorrência. Em primeiro lugar, o nosso desempenho financeiro está associado às condições económicas incertas prevaletentes e ao ambiente da baixa taxa de juros. Em segundo lugar, o setor dos serviços financeiros está sujeito a um crescente escrutínio regulamentar e a custos. Em terceiro lugar, a digitalização e a alteração do comportamento do cliente estão a reformular os nossos mercados. Em conjunto, estas tendências estão a alterar o contexto concorrencial em que estamos inseridos.

Desempenho forte em 2015

Em 2015, fizemos progressos em várias frentes, ao construir um banco capaz de apoiar os seus clientes e cumprir as suas obrigações para com outras partes interessadas no futuro. Acreditamos estar bem posicionados para continuar a ter sucesso.

Apoiamos os nossos clientes da Banca Grossista com uma rede global que atua em mais de 40 países. Em 2015 ampliámos esta rede, expandindo a nossa presença para as Américas, Ásia e Europa.

O nosso balanço financeiro forte atesta a qualidade da nossa gestão de riscos. Estamos entre os bancos cotados com melhor capitalização da zona euro. Demonstramos, consistentemente, a nossa capacidade de gerar capital e temos agora necessidade limitada de financiamento profissional.

O nosso plano financeiro

Publicámos metas financeiras para 2017 que refletem as nossas ambições. Estas incluem um rácio de capitais próprios de nível 1 acima de 10 por cento, um rácio de alavancagem de cerca de 4 por cento, 50-53 por cento de rácio custo/rendimento e 10-13 por cento de rentabilidade dos capitais próprios.

No final do exercício de 2015, já alcançámos muitas das metas Ambition 2017, incluindo nas áreas de rentabilidade dos capitais próprios e rácio de alavancagem. Superámos a nossa meta de rácio CET 1 da Ambition 2017 para o Banco em 10 por cento. Iremos conseguir recolher uma reserva confortável ao longo do tempo acima dos requisitos máximos em vigor.

Desenvolvimentos financeiros do ING Bank

O ING Bank registou um forte desempenho em 2015, resultando num lucro líquido de 4 659 milhões de euros, acima dos 2 744 milhões de euros em 2014. Os resultados em alienações e receitas extraordinárias contribuíram com 309 milhões de euros para o lucro líquido em 2015, contra - 818 milhões de euros em 2014. As alienações e receitas extraordinárias em 2015 incluíram um ganho líquido de 367 milhões de euros, que resultaram da fusão entre o ING Vysya Bank e Kotak Mahindra Bank e -58 milhões de euros de receitas extraordinárias, após impostos, relacionadas com programas de reestruturação do Retalho na Holanda, que foram anunciadas antes de 2013. Alienações e receitas extraordinárias em 2014 relativas a uma taxa líquida de 653 milhões de euros para tornar o fundo fechado de pensões de contribuição definida holandês financeiramente independente, 304 milhões de euros de taxa bancária relativa à nacionalização do SNS na Holanda e -63 milhões de euros de receitas extraordinárias, após impostos, relacionadas com programas de reestruturação do Retalho na Holanda. Isto foi parcialmente compensado por um ganho líquido de 202 milhões de euros na desconsolidação do ING Vysya Bank, na sequência da sua reclassificação como um investimento numa associada sob equivalência patrimonial no final do primeiro trimestre de 2014.

O resultado líquido subjacente do ING Bank aumentou 22,1 por cento de 3562 milhões de euros, em 2014, para 4350 milhões de euros. O resultado líquido subjacente deriva do resultado líquido total, excluindo o impacto das alienações e das receitas extraordinárias.

O resultado subjacente antes de impostos aumentou 24,7 por cento de 4912 milhões de euros, em 2014, para 6125 milhões de euros em 2015, refletindo essencialmente o aumento dos resultados dos juros e redução dos custos de risco. Esta situação foi constatada, apesar de um aumento acentuado dos custos regulamentares durante 2015. O desempenho comercial foi sólido em 2015: O ING Bank aumentou os empréstimos básicos líquidos (excluindo impactos cambiais) em 21,7 mil milhões de euros, ou 4,2 por cento, e atraiu 25,1 mil milhões de euros de depósitos líquidos de clientes (excluindo impactos cambiais e Tesouraria Bancária).

O resultado subjacente total aumentou 8,0 por cento de 15 471 milhões de euros, em 2014, para 16 703 milhões de euros em 2015, apoiado por um balanço positivo no Ajustamento de Avaliação de Crédito (*Credit Valuation Adjustment* – CVA) e no Ajustamento da Avaliação de Débito (*Debt Valuation Adjustment* – DVA) na Banca

Grossista e Corporate Line. Este resultado de juros subjacente aumentou 1,1 por cento para 12 744 milhões de euros, impulsionado por um balanço financeiro médio mais elevado, enquanto a margem de juros diminuiu de 1,53 por cento para 1,47 por cento em 2014. A margem de juros em empréstimos em produtos de poupança melhorou ligeiramente, apoiada pela reavaliação da carteira de empréstimos e redução adicional da taxa de poupança dos clientes em vários países. Esta situação foi mais do que compensada por margens mais baixas em contas correntes, devido ao ambiente de juros baixos e resultados de juros baixos nos Mercados Financeiros. O empréstimo a clientes e os volumes de depósitos aumentaram, exceto para a as hipotecas residenciais, devido à transferência contínua de ativos do WestlandUtrecht Bank (WUB) para o NN Group, a liquidação

na carteira do WUV e a venda de carteiras hipotecárias de marca branca na Austrália. As receitas de comissões aumentaram 1,3 por cento para 2320 milhões de euros. Os investimentos e outros rendimentos subiram de 574 milhões de euros, em 2014, para 1639 milhões de euros. Este aumento foi principalmente causado pelo balanço positivo no Ajustamento de Avaliação de Crédito (CVA) e no Ajustamento da Avaliação de Débito (DVA) na Banca Grossista e na Corporate Line (que foi de 224 milhões de euros em 2015, em comparação com -273 milhões de euros em 2014) e outras receitas mais elevadas nos Mercados Financeiros.

As despesas operacionais subjacentes aumentaram 3,0 por cento para 9231 milhões de euros, em comparação com 8965 milhões de euros em 2014. Em 2015, as despesas incluíram 620 milhões de euros de despesas regulamentares (incluindo contribuições para os novos fundos de resolução nacional e uma taxa única na Polónia relacionada com a falência do SK Bank) em comparação com 408 milhões de euros em despesas regulamentares em 2014. O quarto trimestre de 2015 também incluiu uma série de provisões de reestruturação mais pequenas na Banca de Retalho e Grossista no Benelux que, no total, ascendeu a 120 milhões de euros, enquanto que 2014 inclui 399 milhões de euros de provisões de despedimento. Excluindo ambos os itens, as despesas aumentaram em 333 milhões de euros, ou 4,1 por cento. Este aumento foi particularmente visível na Corporate Line, onde as despesas foram 121 milhões de euros superiores ano após ano, sobretudo devido a grandes emissões das provisões relacionadas com o SGD (Sistema de Garantia de Depósitos) e reembolsos de impostos elevados sobre o valor acrescentado em 2014. O restante aumento foi maioritariamente provocado por investimentos para apoiar o crescimento de negócios nas áreas de Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho e Banca Grossista, investimentos em TI na Holanda e uma provisão para potencial compensação relacionada com determinados empréstimos de taxas de juros variável e derivados de taxas de juros que foram vendidos na Holanda, parcialmente compensados pelos benefícios dos programas de redução de custos em curso. O rácio custo/rendimento aumentou de 57,9 por cento para 55,3 por cento em 2014.

A adição líquida para a provisão para riscos de crédito diminuiu 15,5 por cento de 1594 milhões de euros para 1347 milhões de euros em 2014. Os custos de risco foram 44 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, que está dentro do alcance da perda esperada de 40-45 pontos base ao longo do ciclo.

O retorno subjacente sobre o capital próprio das Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU) foi de 11,1 por cento em 2015, acima de 10,3 por cento em 2014.

Banca de Retalho

Quem somos?

O segmento de atividade da Banca de Retalho do ING oferece produtos e serviços a pessoas singulares, pequenas e médias empresas (PME) e mercados intermédios. O nosso objetivo é capacitar estes clientes a ficarem um passo à frente nas suas vidas privadas e profissionais. Pretendemos fazê-lo, garantido que os nossos produtos e serviços são claros e simples, com preços equitativos e que estão disponíveis a qualquer hora e em qualquer lugar. Através de ferramentas transparentes, ofertas personalizadas e aconselhamento especializado, esforçamo-nos para ajudar os clientes a tomar as decisões financeiras certas nos momentos importantes das suas vidas, seja comprar uma casa, poupar para a reforma ou expandir os seus negócios.

A Banca de Retalho do ING serve mais de trinta e quatro milhões de clientes numa variedade de mercados que designámos como Líderes de Mercado, Mercados Desafiadores e em Crescimento (Market Leaders, Challengers and Growth Markets). Em todos os mercados procuramos uma primeira abordagem ao digital, complementada por aconselhamento, quando necessário, com contacto omnidirecional e possibilidades de distribuição. Os Líderes de Mercado são as nossas empresas na Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Nos nossos países Desafiadores - Austrália, Áustria, República Checa, França, Alemanha, Itália e Espanha - combinamos as sólidas capacidades de angariação de depósitos com a distribuição digital de baixo custo.

Os Mercados em Crescimento estão a expandir economias que oferecem boas oportunidades para alcançar uma participação sustentável: Polónia, Roménia e Turquia, as nossas participações no Bank of Beijing (China) e TMB (Tailândia) e o nosso investimento no Kotak Mahindra Bank (Índia). Na maior parte dos nossos mercados, oferecemos uma gama completa de produtos e serviços de banca de retalho que abrange pagamentos, poupanças, investimentos e empréstimos garantidos e não garantidos.

Resultados financeiros

Banca de Retalho Total

A Banca de Retalho registou resultados sólidos em 2015. O resultado subjacente antes de impostos subiu 17,3 por cento para 3928 milhões de euros, impulsionado por rendimentos mais elevados e menores custos de risco.

O resultado subjacente aumentou em 3,0 por cento em comparação a 2014 para 11 228 milhões de euros, devido a rendimentos mais elevados na maioria dos Mercados Desafiadores e em Crescimento, enquanto o crescimento dos rendimentos no Benelux foi baixo. Os resultados dos juros aumentaram como resultado do crescimento do volume e uma melhoria da margem de juros sobre a poupança, enquanto a margem das contas correntes diminuiu devido ao ambiente da baixa taxa de juros. As margens de empréstimos permaneceram estáveis. O rendimento foi afetado negativamente em 127 milhões de euros de encargos não recorrentes relacionados com carteiras hipotecárias em Itália e na Bélgica, onde enfrentámos reembolsos e renegociações mais elevadas do que o esperado.

A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária, impactos cambiais, transferências de hipotecas do WestlandUtrecht Bank para o NN Bank e a venda de carteiras de hipotecas na Austrália) foi de 6,8 mil milhões de euros em 2015. Os empréstimos básicos líquidos, também excluindo a liquidação na carteira do WestlandUtrecht Bank, aumentaram 9,0 mil milhões de euros, impulsionados pelo crescimento fora da Holanda. Os depósitos líquidos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária e impactos cambiais) cresceram 20,9 mil milhões de euros em 2015.

As despesas operacionais foram ligeiramente mais baixas, 6430 milhões de euros em comparação com 6456 milhões de euros em 2014, o que incluiu 349 milhões de euros de provisões para despedimentos, principalmente relacionadas com a digitalização adicional dos nossos serviços bancários na Holanda. Excluindo estas provisões, as despesas aumentaram 323 milhões de euros, ou 5,3 por cento, dos quais quase metade foi como resultado de custos regulamentares mais elevados. O restante aumento deveu-se, sobretudo, a um crescimento dos negócios nos Mercados Desafiadores e em Crescimento, investimentos em TI na Holanda, algumas provisões para reestruturação mais pequenas no Benelux e uma provisão para uma potencial compensação relacionada com determinados empréstimos de taxa de juros variável e derivados de taxa de juros que foram vendidos na Holanda. Esta situação foi parcialmente compensada pela redução de custos a partir de programas de reestruturação. O rácio custo/rendimento melhorou de 59,2 por cento para 57,3 por cento em 2014.

Os custos de risco diminuíram 20,4 por cento para 870 milhões de euros em 2015, principalmente devido a menores custos de risco na Holanda e na Alemanha.

Líderes de Mercado

Retalho na Holanda

O resultado subjacente do Retail Netherlands, antes de impostos, aumentou de 938 milhões de euros para 1495 milhões de euros em 2014, principalmente devido a menores custos de risco e despesas. As despesas operacionais diminuíram 203 milhões de euros, predominantemente devido a 349 milhões de euros de provisões para despedimento incorridas em 2014. Excluindo estas provisões, o resultado subjacente antes de impostos aumentou 16,2 por cento.

O rendimento subjacente aumentou 1,7 por cento para 4403 milhões de euros. O resultado dos juros foi apoiado por margens mais elevadas sobre empréstimos e poupanças, o que compensou, em grande parte, a queda dos volumes de empréstimo. Os volumes de empréstimo baixos foram parcialmente causados pela transferência contínua de hipotecas do WestlandUtrecht Bank (WUB) para o NN Group e a liquidação na carteira do WUV. Os empréstimos básicos líquidos (excluindo a carteira do WUV, produtos da Tesouraria Bancária e movimentos na cobertura de hipotecas) diminuíram 2,9 mil milhões de euros devido a reembolsos mais elevados em hipotecas e procura moderada de empréstimos de negócios. A produção líquida nos depósitos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) foi de 3,5 mil milhões de euros, refletindo aumento nas contas poupança e correntes. As receitas de comissões foram de 11,0 por cento e o investimento e outras receitas aumentaram 118 milhões de euros, em parte devido à ineficácia positiva da cobertura, enquanto 2014 incluiu uma perda única na venda de imóveis de uso próprio.

Excluindo as provisões para despedimento em 2014, as despesas operacionais aumentaram 6,3 por cento, principalmente devido a custos regulamentares mais elevados, investimentos em TI, algumas provisões para reestruturação mais pequenas e uma provisão para potencial compensação relacionada com determinados empréstimos de taxa de juros variável e derivados de taxas de juros que foram vendidos na Holanda. Este aumento foi parcialmente compensado pelos benefícios dos programas de redução de custos em curso. Os programas de redução de custos permaneceram no caminho certo para realizar 675 milhões de euros de redução de custos anual até ao final de 2017. Deste montante, foram realizados 438 milhões de euros em 2011.

Os custos de risco diminuíram 39,4 por cento, de 714 milhões de euros para 433 milhões de euros em 2017, ambos em hipotecas residenciais e empréstimos a negócios, apoiados por uma recuperação na economia holandesa.

Retalho na Bélgica

O Retalho na Bélgica inclui o Record Bank e ING Luxembourg.

O resultado subjacente do Retail Belgium, antes de impostos, diminuiu 11,1 por cento para 845 milhões de euros em 2015, e, em comparação com 951 milhões de euros em 2014, principalmente devido a rendimentos mais baixos e custos de risco mais altos.

O resultado subjacente diminuiu 2,7 por cento de 2617 milhões de euros para 2546 milhões de euros em 2014. O resultado dos juros diminuiu 2,3 por cento devido às margens mais baixas em produtos de empréstimos e contas correntes, o que apenas foi parcialmente compensado por volumes mais elevados na maior parte dos produtos. A produção líquida na carteira de empréstimos a clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) foi de 1,7 mil milhões de euros, dos quais 1,1 mil milhões de euros em hipotecas e 0,6 mil milhões de euros noutros empréstimos. Os depósitos líquidos de clientes cresceram 3,0 mil milhões de euros. As despesas operacionais aumentaram 0,5 por cento para 1532 milhões de euros, uma vez que as maiores despesas regulamentares e alguns custos de reestruturação adicional foram amplamente compensados por uma redução nas despesas com funcionários e um reembolso do imposto sobre o valor acrescentado. O programa de redução de custos anunciado pelo ING Belgium, no início de 2013, com o objetivo de realizar uma redução de custos de 160 milhões de euros até ao final de 2017, foi concluído com sucesso no final de 2015.

Os custos de risco aumentaram de 27 milhões de euros para 169 milhões de euros, ou 59 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio. O aumento ocorreu, sobretudo, nos empréstimos a negócios e empréstimos ao consumidor, enquanto os custos de risco para hipotecas diminuíram.

Mercados Desafiadores e em Crescimento

Retalho na Alemanha

O Retalho na Alemanha inclui o ING-DiBa Germany, ING-DiBa Austria e Interhyp.

O resultado subjacente do Retalho na Alemanha, antes de impostos, aumentou 31,3 por cento para 1012 milhões de euros, em comparação com 771 milhões de euros em 2014, impulsionado por um forte crescimento dos rendimentos.

O resultado subjacente aumentou 18,3 por cento para 1910 milhões de euros. Este aumento reflete, sobretudo, resultados de juros mais elevados após um crescimento contínuo dos negócios e melhoria das margens sobre poupanças. As margens sobre empréstimos e as contas correntes foram um pouco menores. A entrada líquida dos depósitos de clientes (excluindo a Tesouraria Bancária) foi de 6,4 mil milhões de euros em 2015. A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária e movimentos na cobertura de hipotecas) foi de 2,5 mil milhões de euros, dos quais 1,6 mil milhões de euros foram em hipotecas e 0,9 mil milhões de euros em empréstimos ao consumidor. Os investimentos e outros rendimentos foram de 104 milhões de euros, em comparação com uma perda de 27 milhões de euros em 2014, principalmente devido a maiores lucros realizados com a

venda elevada de obrigações e um equilíbrio positivo em resultados de ineficácia da cobertura.

As despesas operacionais aumentaram 8,9 por cento em comparação com 842 milhões de euros em 2014. O aumento reflete essencialmente o aumento dos custos regulamentares, um aumento do número de funcionários no ING-DiBa e Interhyp, bem como investimentos para apoiar o crescimento dos negócios e atrair clientes de serviços bancários primários. O rácio custo/rendimento melhorou de 47,8 por cento para 44,1 por cento em 2014.

A adição líquida para provisões para perdas com empréstimos diminuiu para 57 milhões de euros, ou 23 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, de 72 milhões de euros, ou 29 pontos base, em 2014, refletindo um melhor desempenho na carteira de hipotecas alemã.

Outro Retalho

O resultado subjacente de Outro Retalho, antes de impostos, diminuiu de 690 milhões de euros para 577 milhões de euros em 2014. O decréscimo foi principalmente atribuído aos menores rendimentos em Itália devido a 97 milhões de euros de encargos não recorrentes relacionados com o aumento dos pré-pagamentos e das renegociações de hipotecas a termo fixo e a uma taxa única de 31 milhões de euros em despesas regulamentares relacionados com a falência do SK Bank na Polónia. Excluindo ambos os itens, o resultado antes de impostos aumentou 2,2 por cento.

O resultado subjacente total aumentou 33 milhões de euros, ou 1,4 por cento, para 2369 milhões de euros. Este aumento é atribuível a resultados de juros mais elevados decorrentes de volumes mais elevados na maior parte dos países, parcialmente compensado pelos encargos não recorrentes em Itália mencionados acima. A entrada líquida de depósitos de clientes, ajustada para efeitos cambiais e Tesouraria Bancária, foi de 8,0 mil milhões de euros, com um crescimento sobretudo em Espanha, Polónia, Turquia e Roménia. Os empréstimos líquidos a clientes (também ajustados para a venda de carteiras de hipotecas na Austrália) aumentou 7,8 mil milhões de euros, principalmente devido ao crescimento na Austrália, Polónia e Espanha.

As despesas operacionais aumentaram 101 milhões de euros, ou 6,8 por cento, ao contrário de 2014, em grande parte como resultado de custos regulamentares mais elevados (incluindo a taxa única na Polónia), investimentos para apoiar o crescimento dos negócios na maior parte das unidades de negócio e ajustes inflacionários nos Mercados em Crescimento).

A adição a provisão para perdas com empréstimos foi de 210 milhões de euros, ou 45 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio, acima de 165 milhões de euros, ou 40 pontos base, em 2014. O aumento foi sobretudo visível na Turquia e Polónia.

Conclusão

A Banca de Retalho teve um bom desempenho em 2015, oferecendo resultados fortes num ambiente económico desafiante. Recebemos mais clientes novos e, fazendo mais empréstimos, fortalecemos os clientes de retalho e os pequenos negócios. Além dos muitos prémios conquistados pelos nossos negócios da Banca de Retalho em todo o mundo, ficámos classificados em primeiro lugar para a satisfação do cliente (conforme medido pela Pontuação Líquida de Promoção) em sete dos nossos mercados.

Relatório do Conselho de Administração - continuação

O nosso foco em capacitar financeiramente as pessoas resultou numa série de novas iniciativas e ferramentas para ajudar os clientes a tomar decisões que influenciam de forma positiva as suas posições financeiras. Também introduzimos serviços de pagamento inovadores e novas funcionalidades aos nossos canais digitais que contribuem para uma experiência do cliente diferenciadora. Ao fazê-lo, estamos a construir mais relações primárias, o que nos permite compreender melhor os clientes e as suas necessidades e oferecer-lhes um serviço mais personalizado. Os dados recolhidos através das nossas interações com os clientes são tratados como privados e regem-se pelas Políticas Globais de Proteção de Dados vinculativas.

Temos feito um bom progresso na resolução de questões de estabilidade através dos nossos sistemas de TI no Benelux e iremos continuar a focar-nos nesta situação até termos alcançado o nosso objetivo de garantir serviços de pagamento online «sempre prontos» nos países afetados.

Olhando para 2016, continuaremos a focar-nos na implementação da estratégia Think Forward, obtendo mais relações primárias, utilizando análises avançadas para melhor compreender e servir os clientes, inovando e procurando novas fontes de rendimento para além do setor bancário tradicional. A padronização adicional dos sistemas de TI em todo o banco será priorizada, pois isso irá apoiar o aumento da colaboração e uma inovação mais rápida.

Banca Grossista

Quem somos?

Somos um banco europeu de retalho com alcance global. Contamos com uma vasta rede internacional de escritórios em mais de 40 países pela Europa, Ásia e nas Américas. As nossas *franchises* globais no setor dos Empréstimos à Indústria, Empréstimos Gerais, Serviços de Transação e Mercados Financeiros servem várias organizações, incluindo empresas, empresas multinacionais, instituições financeiras, governos e organismos supranacionais.

O nosso objetivo é dar poder aos clientes para ficarem um passo à frente na vida e nos negócios. Na Banca Grossista, ajudamos os nossos clientes da banca grossista a cumprir as suas ambições, quer seja numa área de especialização específica ou geografia. Visamos proporcionar uma experiência do cliente diferenciadora e incomparável através de novas tecnologias e serviços em todo o mundo.

As nossas capacidades de empréstimo estão no centro da maior parte das nossas relações com os clientes. Continuamos a desenvolver os Empréstimos à Indústria, apoiando os clientes com experiência no setor e conhecimento aprofundado dos seus negócios. Os Serviços de Transação aumentam a nossa oferta ao cliente, oferecendo pagamentos internacionais e gestão de tesouraria, serviços de financiamento comercial e soluções de capital de exploração. Os Mercados Financeiros, como porta de entrada do banco para os mercados profissionais mundiais, servem os nossos clientes, desde a tesouraria até aos mercados de capitais, oferecendo gestão de riscos e produtos financeiros estruturados.

Desde de 2016, as nossas atividades bancárias comerciais foram renomeadas Banca Grossista. O novo nome reflete melhor a natureza principalmente internacional, empresarial e institucional do nosso negócio. Posiciona, claramente, o ING como banco grossista global e está mais alinhado com a experiência do cliente consistente que desejamos em todos os nossos mercados.

A Banca Grossista desempenha um papel fundamental na estratégia Think Forward do banco. O desenvolvimento das nossas capacidades de empréstimo, em particular nos nossos países ricos em financiamento, ajuda a apoiar as ambições de crescimento sustentável do ING. O nosso investimento nos Serviços de Transação aumenta este esforço.

Faz parte da nossa estratégia Think Forward impulsionar o progresso sustentável. Acreditamos piamente que os serviços financeiros desempenham um papel fundamental na criação de um mundo sustentável. Como parte da nossa experiência do cliente diferenciadora, apoiamos e estimulamos as transições sustentáveis dos clientes através da nossa carteira de banca grossista. Monitorizamos e avaliamos as nossas transações para características sustentáveis que estão a fazer com que estas transições sejam possíveis. Também cooperamos ativamente com os nossos clientes para gerar novas oportunidades de negócios na área do financiamento sustentável. Acreditamos que o nosso foco nos clientes que adotam práticas sustentáveis está a ajudar a garantir uma carteira saudável e sólida.

Resultados financeiros

A Banca Grossista registou um bom conjunto de resultados, apoiados num contínuo desempenho forte de Empréstimos à Indústria, bom crescimento do volume e melhores resultados nos Mercados Financeiros. Os últimos foram apoiados por ajustamentos positivos da avaliação de crédito e de débito (CVA/DVA), que acrescentou 181 milhões de euros ao resultado

antes de impostos em 2015, em comparação com -216 milhões de euros em 2014. O resultado subjacente antes de impostos foi de 2560 milhões de euros, mais 28,9 por cento que em 2014. Excluindo os impactos CVA/DVA, o aumento foi de 8,0 por cento.

Os Empréstimos à Indústria registaram um resultado subjacente antes de impostos de 1464 milhões de euros, mais 11,0 por cento em comparação com 2014. Este aumento deveu-se, principalmente, a rendimentos mais elevados no Financiamento Estruturado e Financiamento Imobiliário devido a um forte crescimento do volume, parcialmente compensado por uma deficiência de 92 milhões de euros numa participação acionista. O resultante subjacente, antes de impostos, da Concessão de Empréstimos Geral e Serviços de Transação diminuiu 8,3 por cento para 467 milhões de euros devido a despesas e custos de risco mais elevados, enquanto o crescimento do rendimento foi limitado devido a alguma pressão sobre as margens. Os Mercados Financeiros registaram um resultado subjacente, antes de impostos, de 483 milhões de euros, acima de 133 milhões de euros em 2014, refletindo principalmente o balanço positivo nos impactos do Ajustamento de Avaliação de Crédito (CVA) e no Ajustamento da Avaliação de Débito (DVA). O resultado subjacente da Tesouraria Bancária, Imobiliário e Outros foi de 146 milhões de euros em comparação com 25 milhões de euros em 2014. Este aumento foi principalmente atribuível ao aumento dos rendimentos da Tesouraria Bancária, enquanto os resultados nas liquidações das empresas aumentaram devido à melhoria dos resultados das vendas no Desenvolvimento Imobiliário e menores custos de risco na Concessão de Empréstimos

O resultado subjacente aumentou 14,6 por cento em 2014, principalmente nos Mercados Financeiros e nos Empréstimos à Indústria. A produção líquida de empréstimos a clientes (excluindo Tesouraria Bancária e impactos cambiais) foi de 11,6 mil milhões de euros em 2015. A Banca Grossista cresceu na carteira de empréstimos básicos líquidos, também ajustada para a liquidação de Empréstimos, em 13,0 mil milhões de euros em 2015, devido ao forte crescimento no Financiamento Estruturado e - em menor escala - no Financiamento Imobiliário e Serviços de Transação. Os depósitos de clientes (excluindo os impactos cambiais e a Tesouraria Bancária) mantiveram-se estáveis em comparação com o ano anterior. As despesas operacionais aumentaram 6,8 por cento para 2,571 milhões de euros, principalmente devido a entidades abrangidas pelo regime de transparência fiscal (RTF) mais elevadas para apoiar o crescimento dos negócios, aumento das despesas regulatórias e impactos cambiais positivos. Os programas de reestruturação previamente anunciados estão no caminho certo para realizar uma redução de custos anuais de 340 milhões de euros até 2017; deste montante, até agora foram realizados 260 milhões de euros de redução de custos.

Os custos de risco diminuíram para 478 milhões de euros, ou 33 pontos base de ativos ponderados pelo risco médio (APR), de 500 milhões de euros, ou 37 pontos base, em 2014. Os menores custos de risco foram principalmente visíveis no Financiamento Imobiliário e no negócio de liquidação de empréstimos, enquanto os custos de risco no Financiamento Estruturado e na Concessão de Empréstimos Geral cresceram em termos absolutos, mas desceram como percentagem dos APR médios.

Conclusão

Em 2015, provámos novamente ser um banco grossista consistentemente rentável. Continuamos a mostrar resultados sólidos à custa de uma estratégia consistente e *franchise* focado no cliente. Acreditamos que o nosso retorno económico nos diferencia de muitos concorrentes e demonstra a força do nosso modelo de negócios e direção estratégica.

Levámos as nossas prioridades estratégicas mais longe. Fizemos bons progressos em impulsionar mudanças estruturais e melhorar a experiência do cliente. Com o nosso InsideBusiness, por exemplo, pretendemos dar aos clientes um acesso simples e fácil aos serviços bancários em qualquer altura, em qualquer lugar e proporcionar uma experiência do cliente incomparável. À medida que o nosso modelo de serviço se torna mais utilizável e previsível em toda a nossa rede, os nossos clientes estão mais aptos a fazer transações bancárias connosco, mais facilmente, além-fronteiras.

A abordagem e o desempenho do ING em sustentabilidade foram reconhecidos pelas principais empresas de estudos e agências de rating.

Continua a existir muitos desafios, mas podemos ter orgulho nas nossas conquistas em 2015.

Contexto regulamentar

Progresso em iniciativas regulamentares que são mais relevantes

Novembro de 2014 marcou o início do Mecanismo Único de Supervisão (MUS), com um papel central para o BCE na supervisão prudencial dos bancos da zona euro. Este foi um momento decisivo na criação da União Bancária Europeia.

O ING Bank sempre foi um forte apoiante do MUS. Enquanto banco universal transfronteiriço predominantemente europeu, temos um claro interesse no funcionamento adequado dos mercados financeiros europeus e numa abordagem harmonizada da supervisão europeia. Acreditamos que irá contribuir para uma utilização mais eficiente dos fundos financeiros pela Europa e, como tal, deverá contribuir para as perspetivas de crescimento da economia europeia.

Após o primeiro ano completo a funcionar sob a nova estrutura de supervisão, as experiências dos bancos são geralmente positivas. O MUS visa criar as condições institucionais para superar a fragmentação das práticas de supervisão. É importante que sejam criadas metodologias comuns e uma cultura partilhada dentro do MUS. Isso leva o seu tempo. Alguns bancos podem enfrentar desafios a curto prazo à medida que chegam a acordo com a abordagem de supervisão do MUS. Esperamos que o MUS aumente a sua transparência à medida que o sistema fique integrado.

Para além do MUS, 2015 foi marcado pela preparação do Mecanismo Único de Resolução (MUR). O MUR entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016. O objetivo é garantir um processo de resolução ordenado para bancos em situação de insolvência.

Com o MUS e o MUR, foram estabelecidos dois dos três pilares da União Bancária. O último pilar, mutualização dos sistemas de garantia de depósitos, é o último pilar restante, que está a progredir a um ritmo muito mais lento. A falta de um sistema comum europeu de garantia de depósitos deixa a zona euro potencialmente vulnerável à interdependência do banco soberano, apesar da existência do MUS. Os soberanos nacionais continuam a ser, explícita ou implicitamente, um prestador de liquidez de último recurso para o sistema de garantia de depósitos. Quando os soberanos começam a ter problemas, os titulares de depósitos ficam preocupados que o SGD nacional não seja capaz de cumprir os seus compromissos, caso os bancos domésticos falhem. A experiência da Grécia em 2015 deixou isso claro. O controlo de capitais teve de ser imposto para conter uma corrida aos bancos e um euro depositado num banco grego já não era, de facto, igual a um euro depositado num banco noutro Estado-membro.

Diretiva relativa aos Serviços de Pagamento (DSP II)

A segunda Diretiva da UE relativa aos Serviços de Pagamento (DSP II) foi adotada em outubro de 2015. Esta diretiva visa criar um mercado único para pagamentos em toda a UE com um conjunto moderno e abrangente de regras. O objetivo é tornar os pagamentos transfronteiriços tão fáceis, eficientes e seguros quanto os pagamentos domésticos dentro de um Estado-membro. A DSP II também visa melhorar a concorrência, através da abertura de mercados de pagamento a novos participantes, promovendo, assim, uma maior eficiência e redução de custos. Embora a implementação na legislação nacional possa levar vários anos, o ING vê a DSP II como uma oportunidade para desenvolver novas formas de servir os nossos clientes.

Incerteza regulamentar

O grande número de novas iniciativas regulamentares e consultas relativas à capitalização dos bancos continuou a ser uma fonte de incerteza em 2015. Exemplos disso são as discussões contínuas sobre instrumentos capazes de fazer recapitalização (Requisito Mínimo de Fundos Próprios e Passivos Elegíveis - MREL / Requisito de Capacidade Total de Absorção de Perdas - TLAC), mas também discussões no Comité de Basileia sobre a metodologia de ponderação de risco e o risco da taxa de juros na carteira bancária. A nossa principal preocupação é que existe visão geral insuficiente do impacto combinado de todas as iniciativas. Além disso, o objetivo dos formuladores de políticas regulamentares não é claro. Esta incerteza regulamentar complica o planeamento estratégico plurianual e afasta os bancos para que se limitem a decisões sem arrependimento. Considerando também as pressões da concorrência e a rápida evolução do mercado descritas abaixo, acreditamos que esta abordagem fragmentada à regulação não é do melhor interesse dos bancos e seus acionistas.

Além de uma regulação mais tradicional do setor financeiro, notámos um interesse crescente na regulamentação dos impactos ambientais e humanos associados às nossas atividades comerciais. O processo do Pacto Internacional sobre a Responsabilidade Social Corporativa iniciado pelo Governo holandês, e no qual o ING participa ativamente, assenta nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. Há um apelo por parte do público para uma maior transparência e debate contínuo sobre o assunto no Parlamento Europeu. Os reguladores também têm em vista a potencial ligação entre a sustentabilidade e o risco financeiro. Um exemplo disso é o Conselho de Estabilidade Financeira que tem em consideração os potenciais riscos financeiros da regulamentação das alterações climáticas.

Gestão Corporativa

Desenvolvimentos legislativos e regulamentares

A Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária («DRRB») foi implementada na legislação holandesa em 2015. Embora os bancos em dificuldades sejam o ponto focal da DRRB, devem ser aplicadas algumas provisões fora de situações de dificuldades. Uma destas provisões exige que as empresas, sujeitas à DRRB, mantenham, em qualquer altura, capital social autorizado suficiente para permitir a emissão de tantas ações ordinárias quanto necessário para uma potencial recapitalização futura. A DRRB também permite, sujeita a determinadas condições, uma redução no período de convocação para assembleias de acionistas de 42 dias (a norma holandesa) para 10 dias.

A 16 de outubro de 2014, a Associação de Bancos Holandeses publicou uma versão revista do Código Bancário Holandês. Tal como o seu predecessor, a versão revista («Código Bancário»), é aplicável ao ING Bank N.V. O Código Bancário será aplicável ao exercício financeiro de 2015 e anos subsequentes e, a partir do exercício financeiro de 2015, o ING Bank N.V. irá explicar como aplicou o Código Bancário.

Processo de relato financeiro

Como o ING Bank N.V. é uma subsidiária consolidada do ING Groep N.V. («ING Group»), as suas políticas e procedimentos para estabelecer e manter um controlo interno adequado sobre os relatórios financeiros são as mesmas que as aplicadas pelo ING Group para as suas demonstrações financeiras consolidadas em relação ao ING Bank N.V. e as entidades incluídas nas próprias demonstrações financeiras consolidadas deste último.

O controlo financeiro do ING sobre os relatórios financeiros é um processo elaborado sob a supervisão do nosso diretor e diretores financeiros para oferecer uma garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

O nosso controlo interno sobre os relatórios financeiros inclui as políticas e procedimentos que:

- dizem respeito à manutenção de registos que, suficientemente pormenorizados, refletem de forma precisa e adequada as transações e disposições dos ativos do ING;
- oferecem uma garantia razoável de que as transações são registadas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites e que as nossas receitas e despesas estão a ser feitas apenas em conformidade com a autorização da nossa gestão e administração; e
- oferecem uma garantia razoável em relação à prevenção ou deteção atempada de aquisições não autorizadas, utilização ou disposição dos nossos ativos que podem ter um efeito material sobre as nossas demonstrações financeiras.

Como o ING Group está sujeito à Lei Sarbanes-Oxley norte-americana, o seu Conselho Executivo avaliou a eficácia dos controlos internos sobre os relatórios financeiros a partir de 31 de dezembro de 2015, o que foi auditado pelo auditor externo do

ING Group. Para mais informações, consulte o Relatório Anual de 2015 do ING Group que está disponível no seu site (www.ing.com).

Composição do Conselho

O ING Bank pretende ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração. Para o efeito, o Conselho de Supervisão avalia, anualmente, a composição do Conselho de Administração. No contexto dessa avaliação, o ING Bank pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Administração. Contudo, como o ING Bank precisa de equilibrar vários critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Administração, a composição do Conselho de Administração, em 2015, não cumpriu o equilíbrio de géneros acima mencionado (nenhuma mulher). O ING Bank irá continuar a empenhar-se para ter uma composição adequada e equilibrada do seu Conselho de Administração em compromissos futuros, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, o equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em gestão corporativa de grandes empresas cotadas em bolsa e experiência no contexto político e social.

Informação sobre os membros do Conselho de Administração

R.A.J.G. (Ralph) Hamers membro e presidente Conselho de Administração

(Nascido em 1966, holandês, sexo masculino; nomeado em 2013) Ralph Hamers foi nomeado membro do Conselho Executivo do ING Group a 13 de maio de 2013. A 1 de outubro de 2013, foi nomeado Diretor-executivo e presidente deste Conselho e do Conselho de Administração Bancária. Ralph Hamers entrou para o ING em 1991. Antes da sua nomeação para o Conselho Executivo, foi Diretor-executivo do ING na Bélgica e no Luxemburgo.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Presidente do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Administração do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB).

J.V. (Koos) Timmermans, membro e vice-presidente do Conselho de Administração

(Nascido em 1960, holandês, sexo masculino, nomeado em 2011) Koos Timmermans foi nomeado vice-presidente do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de outubro de 2011. Desde 1 de outubro de 2014, Koos Timmermans, para além das suas tarefas atuais que incluem alinhar as atividades do ING Bank e do balanço financeiro com regulamentação nova e futura, assumiu também responsabilidades nas operações do Banco no Benelux e no departamento de sustentabilidade do ING.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do ING Support Holding B.V. e membro do Conselho de Supervisão do ING Belgium N.V./S.A.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Administração do VNO-NCW.

Membro do Conselho de Administração do Nederlandse Vereniging van Banken (NVB). Membro do Conselho de Supervisão do StadsHerstel Amsterdam N.V.

P.G. (Patrick) Flynn, membro e Diretor Financeiro do Conselho de Administração

(Nascido em 1960, irlandês, sexo masculino; nomeado em 2009) Patrick Flynn foi nomeado membro e Diretor Financeiro do Conselho Executivo do ING Group e membro e Diretor-executivo do Conselho de Administração Bancária a 27 de abril de 2009. É responsável por todos os departamentos financeiros do ING, incluindo Impostos ING, Gestão de Capitais, Relações com Investidores e Aquisições e Alianças do Grupo. Antes de entrar para a ING, foi Diretor Financeiro do segmento dos Seguros, HSBC Insurance Holdings Ltd.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV): Membro e Diretor Financeiro do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

W.F. (Wilfred) Nagel, membro e Responsável de Reestruturação na Área Financeira (CRO) do Conselho de Administração

(Nascido em 1956, holandês, sexo masculino, nomeado em 2012) Wilfred Nagel tornou-se membro e CRO do Conselho de Administração Bancária a 5 de outubro de 2011. Wilfred Nagel foi nomeado membro do Conselho Executivo do ING Group a 14 de maio de 2012. É responsável por todos os departamentos de gestão do risco do ING, incluindo Gestão do Risco e Conformidade.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro e CRO do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

A. (Aris) Bogdaneris, membro e diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento

(Nascido em 1963, canadiano, sexo masculino, nomeado em 2015) Aris Bogdaneris foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária a 1 de junho de 2015. Também é Diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento, responsável por todos os mercados onde o ING opera, tanto em banca de retalho como grossista, fora do Benelux.

Antes desta nomeação, Aris Bogdaneris foi membro do Conselho de Administração, responsável pela Banca de Retalho no Raiffeisen Bank International, assim como Diretor de Operações, supervisionando as Tecnologias de Informação e as Operações/Centros de Serviço Partilhado.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração do ING Bank N.V. e do ING Bank (Austrália) Ltd.

W.L.A. (Bill) Connelly, membro e diretor da Banca Grossista

(Nascido em 1958, francês, sexo masculino, nomeado em 2011) Bill Connelly foi nomeado para o Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de janeiro de 2011. Também é Diretor da Banca Grossista. Antes desta nomeação, Bill Connelly assumiu as funções de diretor global dos Serviços da Banca Grossista e Diretor Executivo da Gestão de Investimento Imobiliário do ING.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Administração do ING Bank N.V.

R.M.M. (Roel) Louwhoff, membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração

(Nascido em 1965, holandês, sexo masculino, nomeado em 2014) Roel Louwhoff foi nomeado membro do Conselho de Administração Bancária a 1 de maio de 2014. Também é Diretor de Operações (COO) e tem responsabilidade global pelas Operações e TI, gestão de alterações e aquisições no ING Bank. Antes desta nomeação, Roel Louwhoff foi Diretor-executivo da BT Operate.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro e Diretor de Operações do Conselho de Administração do ING Bank N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho Consultivo de Rijksuniversiteit Groningen.

Membro do Conselho Consultivo do Fanfiber.

Membro do Conselho Consultivo do Quitop.

Conselho de Supervisão

O ING Group precisa de equilibrar vários critérios de seleção relevantes para compor o seu Conselho de Supervisão, mas esforça-se para ter uma composição adequada e equilibrada do mesmo, tendo em consideração todos os critérios de seleção relevantes, incluindo, nomeadamente, experiência em Banca de Retalho e Grossista, equilíbrio de géneros, experiência executiva, experiência em gestão corporativa e experiência no contexto político e social. Anualmente, a Comissão de Nomeação avalia a composição do Conselho de Supervisão. No contexto dessa avaliação, o ING Group pretende ter um equilíbrio de géneros, contando com, pelo menos, 30 % de homens e, pelo menos, 30 % de mulheres entre os membros do seu Conselho de Supervisão. Após a nomeação de Mariana Gheorghe na Reunião Geral Anual, em maio de 2015, a composição do Conselho de Supervisão cumpriu o equilíbrio de géneros acima mencionado (33 % de mulheres). Contudo, depois de Carin Gorter ter renunciado em setembro de 2015, este equilíbrio de géneros nunca mais foi conseguido.

Posições auxiliares

Os membros do Conselho de Supervisão podem deter outros cargos de administração, cargos remunerados e posições auxiliares e é-lhes pedido que forneçam detalhes sobre isto. A Lei Holandesa relativa a Supervisão Financeira, implementando a quarta Diretiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios da UE («DFP IV»), restringe o número total de cargos no conselho de supervisão ou cargos de direção não executiva com organizações comerciais que podem ser detidas por um membro do Conselho de Supervisão para quatro, ou para dois, se esse membro do Conselho de Supervisão também tiver um cargo no conselho executivo. O Banco Central Europeu pode autorizar um membro do Conselho de Supervisão a preencher uma posição adicional do conselho de supervisão ou cargo de administração não executivo. No cálculo destes máximos, posições com, entre outras, subsidiárias ou participações qualificadas não são tidas em consideração. Essas posições não poderão contrariar os interesses do ING Bank N.V. É da responsabilidade de cada membro do Conselho de Supervisão garantir que os deveres dos cargos de administração são desempenhados corretamente e não são afetados por quaisquer outras posições que a pessoa singular possa deter fora do ING Bank N.V.

Informação sobre os membros do Conselho de Supervisão**J. (Jeroen) Van der Veer (presidente)**

(Nascido em 1947, holandês, sexo masculino, nomeado em 2009, mandato expira em 2017)

Antigo Diretor-executivo do Royal Dutch Shell plc.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Presidente do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. e do ING Groep N.V.

Presidente do Conselho de Supervisão do Koninklijke Philips Electronics N.V.

Membro do Conselho de Supervisão do Koninklijke Boskalis Westminster N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Supervisão do Het Concertgebouw N.V. Membro do Conselho de Fiscalização do Nederlands Openluchtmuseum.

Membro do Conselho de Fiscalização do Nationale Toneel (teatro). Presidente do Conselho de Fiscalização do Stichting Platform Bèta Techniek.

Presidente do Conselho de Fiscalização da Technical University of Delft.

Presidente do Conselho de Rotterdam Climate Initiative.

Membro do Conselho Diretivo do European Institute for Technology & Innovation (EIT). Vice-presidente do Global Agenda Council «O Futuro do Petróleo e do Gás» do Fórum Económico Mundial.

H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti (vice-presidente)

(Nascido em 1956, alemão, sexo masculino; nomeado em 2013, mandato expira em 2017)

Antigo Diretor de Operações do Deutsche Bank AG.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Vice-presidente do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. e do ING Groep N.V.

Membro não executivo do Conselho de Diretores do Airbus Group N.V. (antigo European Aeronautic Defense and Space Company N.V.).

Presidente do Conselho de Supervisão do Hypo Group Alpe Adria

(HAA), SEE (Áustria).

Membro do Conselho de Supervisão do Open-Xchange AG. Membro do Conselho de Supervisão do Stonebranch.

O número de posições ocupadas por Hermann-Josef Lamberti excede, atualmente, o máximo permitido em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV). São tomadas medidas para garantir que estará em conformidade total com os requisitos da DFP no futuro.

E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday

(Nascido em 1952, belga, sexo masculino; nomeado em 2014, mandato expira em 2018)

Antigo vice-presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Bank

N.V. e ING Groep N.V.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. e do ING Groep N.V. e Presidente do Conselho de Supervisão do ING Belgium S.A./N.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro da Comissão Consultiva de Finanças do Fonds de la Recherche Scientifique (FNRS).

Membro da Comissão Consultiva de Finanças da Fondation Universitaire.

H.W. (Henk) Breukink

(Nascido em 1950, holandês, sexo masculino; nomeado em 2007, mandato expira em 2019)

Antigo Diretor-Geral do F&C e responsável de país da F&C Netherlands (empresa de gestão de ativos).

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. e do ING Groep N.V.

Presidente do Conselho de Supervisão do NSI N.V. (fundo de investimento imobiliário).

Diretor não executivo do Brink Groep B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Presidente do Conselho de Supervisão do Stichting Hoger Onderwijs Nederland.

Diretor não executivo do Gemeente Museum Den Haag.

I. (Isabel) Martín Castellá

(Nascida em 1947, espanhola, sexo feminino; nomeada em 2013, mandato expira em 2017)

Antiga Vice-Presidente e membro da Comissão de Gestão do Banco Europeu de Investimento.

Vice-Presidente Honorária do Banco Europeu de Investimento.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V. e do ING Groep N.V.

Membro do Conselho de Supervisão do SACYR S.A.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro não executivo do Conselho da Fundación Konecta.

M. (Mariana) Gheorghe

(Nascida em 1956, romena, sexo feminino, nomeada em 2015, mandato expira em 2019)

Atual Diretora-executiva do OMV Petrom S.A.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V e do ING Groep N.V.

Diretora-executiva do OMV Petrom S.A. e presidente do Conselho de Supervisão do OMV Petrom Marketing SRL e do OMV Petrom Gas SRL e membro do Conselho de Supervisão do OMV Petrom Global Solutions SRL.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Administração do Conselho de Investidores Estrangeiros

(FIC) (Roménia).

Vice-presidente do Aspen Institute (Roménia).

Presidente do Institute for Corporate Governance (ICG) (Roménia)

Membro do Conselho do World Energy Council (WEC) (Roménia).

Membro da Associação Romena do Club of Rome.

J.C.L. (Joost) Kuiper

(Nascido em 1947, holandês, sexo masculino; nomeado em 2011, mandato expira em 2019)

Antigo membro do Conselho Executivo do ABN AMRO Bank N.V.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V e do ING

Groep N.V.

Presidente do Conselho de Supervisão do IMC B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho Consultivo Boelens & De Gruyter B.V. Membro do Conselho Consultivo de Boron.

Presidente do Conselho de Fiscalização do Stichting Stadsschouwburg Amsterdam.

Presidente do Conselho do Stichting Ooglijders Rotterdam.

Presidente do Stichting Administratiekantoor Koninklijke Brill.

R.W.P. (Robert) Reibestein

(Nascido em 1956, holandês, sexo masculino; nomeado em 2012 como observador, membro titular a partir de 2013, mandato expira em 2017) Antigo sócio principal da McKinsey & Company.

Posições auxiliares em conformidade com a Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP IV):

Membro do Conselho de Supervisão do ING Bank N.V e do ING Groep N.V.

Membro do Conselho de Supervisão do IMC B.V.

Outras posições auxiliares relevantes:

Membro do Conselho de Supervisão do Stichting World Wildlife Fund. Membro do Conselho Europeu para as Relações Externas (Londres)

Código Bancário Holandês (Dutch Banking Code)

O Código Bancário Holandês, uma versão revista da que foi adotada pela Associação de Bancos Holandeses em 2014, é aplicável ao ING Bank N.V. e não ao ING Group. O Código Bancário pode ser descarregado do site da Associação de Bancos Holandeses (www.nvb.nl). A sua aplicação ao ING Bank é descrita em «Aplicação do Código Bancário Holandês pelo ING Bank N.V.», disponível no site do ING Group (www.ing.com). Isto deve ser lido em conjunto e considerado incluído no Relatório Anual do ING Bank N.V. O ING Group aplica, voluntariamente, os princípios do Código Bancário em relação à remuneração dos membros do seu Conselho de Administração e considera estes princípios como referência para a sua própria gestão corporativa. A política de remuneração do ING Group para o Conselho de Administração e a alta direção está em conformidade com estes princípios.

Amsterdão, 29 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração Bancária

Declaração de Conformidade

O Conselho de Administração Bancária é obrigado a preparar as Contas Anuais e o Relatório Anual do ING Bank N.V. para cada exercício financeiro, em conformidade com a lei holandesa aplicável e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que foram aprovadas pela União Europeia.

Declaração de conformidade nos termos da secção 5:25c, parágrafo 2 (c) da Lei Holandesa relativa a Supervisão Financeira (*Wet op het financieel toezicht*).

O Conselho de Administração Bancária é responsável por manter registos contabilísticos adequados, por salvaguardar os ativos e por tomar as medidas necessárias para prevenir e detetar a fraude e outras irregularidades. É responsável por selecionar normas contabilísticas adequadas e por aplicá-las numa base consistente, fazer julgamentos e estimativas que sejam prudentes e razoáveis. Também é responsável por estabelecer e manter procedimentos internos que garantem que todas as principais informações financeiras são conhecidas pelo Conselho Executivo, de modo a que a prontidão, integralidade e exatidão dos relatórios financeiros externos estejam garantidas.

Conforme exigido pela secção 5:25c, parágrafo 2(c) da Lei Holandesa relativa à Supervisão Financeira, cada um dos signatários confirma por sua honra que:

- as Contas Anuais de 2015 do ING Bank N.V. apresentam uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos, da situação financeira e dos lucros ou perdas do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo; e
- o Relatório Anual de 2015 do ING Bank N.V. 2015 apresenta uma imagem verdadeira e apropriada da posição à data do balanço financeiro, desenvolvimento e desempenho do negócio durante o exercício financeiro de 2015 do ING Bank N.V. e das empresas incluídas na consolidação consideradas como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos com que o ING Bank N.V. está a ser confrontado.

Amsterdão, 29 de fevereiro de 2016 O Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers

Diretor-executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária

J.V. (Koos) Timmermans

Vice-presidente e diretor de Líderes de Mercado

P.G. (Patrick) Flynn

Diretor Financeiro

W.F. (Wilfred) Nagel

Responsável de Reestruturação na Área Financeira (CRO)

A. (Aris) Bogdaneris

Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

W.L.A. (Bill) Connelly

Diretor da Banca Grossista

R.M.M. (Roel) Louwhoff

Diretor de Operações

Relatório do Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão realizou nove reuniões em 2015. Os tópicos importantes na ordem de trabalhos foram a execução da estratégia Think Forward do banco e os desenvolvimentos no panorama da supervisão regulamentar e externa.

Os comités do Conselho de Supervisão debateram uma série de assuntos, sendo os principais os resultados trimestrais, gestão corporativa, gestão de risco e recursos humanos.

Reuniões do Conselho de Supervisão

O Conselho de Supervisão reuniu nove vezes em 2015. Em média, 99 por cento dos membros do Conselho de Supervisão estavam presentes nas reuniões. Esta taxa de comparência ilustra que os membros do Conselho de Supervisão estão envolvidos com o ING e são capazes de dedicar tempo e atenção suficientes aos assuntos do ING. O Conselho de Administração Bancária esteve presente durante cada reunião do Conselho de Supervisão. Em algumas partes das reuniões, apenas o Diretor-executivo estava presente; isto dependia da natureza dos temas abordados. Cada Reunião do Conselho de Supervisão foi precedida por uma sessão apenas com os membros do Conselho de Supervisão presentes. Os membros do Conselho de Supervisão também interagiram com a gestão sénior

fora das reuniões comuns dos Conselho de Supervisão para efeitos de discussão e partilha de informações.

O Conselho de Administração Bancária preparou as contas anuais para o ING Bank N.V. e discutiu-as com o Conselho de Supervisão.

Para além de monitorizarem de perto os resultados financeiros em 2015, os principais pontos de destaque durante 2015 foram a execução da estratégia Think Forward do banco, que foi lançada em 2014, e os desenvolvimentos no panorama da supervisão regulamentar e externa.

Educação permanente

Os principais temas do Dia do Conhecimento do Conselho de Supervisão deste ano, em janeiro de 2015, foram as operações e TI e sustentabilidade. Na ordem de trabalhos estavam apresentações sobre a visão do Diretor de Operações, computação em nuvem, segurança da TI em geral, estabilidade da TI na Holanda e direção da sustentabilidade do ING. O Conselho de Supervisão também foi atualizado sobre a revisão anual de conquistas e desenvolvimento de talentos do ING, incluindo um resumo da análise de tendências.

Em setembro de 2015, o Conselho de Supervisão visitou os escritórios do ING Bank nos EUA, em Nova Iorque e Houston, durante três dias, o que lhe permitiu compreender melhor as atividades comerciais locais e como se relacionam e contribuem para a estratégia do ING. As apresentações incluíram a estratégia do ING dos EUA e os negócios, em geral, e os negócios do Financiamento Estruturado e dos Recursos Naturais, em particular. Além da oportunidade de debater o negócio dos EUA e os desafios com as equipas locais do ING dos EUA, os membros do Conselho de Supervisão também se reuniram com vários clientes. Foi organizada uma série de outras sessões educacionais sobre temas específicos para o Conselho de Supervisão ao longo do ano, incluindo as que abordam vários desenvolvimentos no panorama da supervisão regulamentar e externa.

Estratégia corporativa

Em janeiro de 2015, o Conselho de Supervisão realizou a sua reunião sobre a estratégia do ING, bem como o Plano a Médio Prazo (PMP) 15-2017. O PMP aborda os planos e os alvos financeiros e não financeiros para o Banco, como um todo. O Conselho de Supervisão debateu especificamente as ambições de crescimento para o ING Bank, juntamente com iniciativas contínuas de melhoria da eficiência, tendo em consideração o ambiente limitado da taxa de juros e a pressão sobre as margens. O Conselho de Supervisão aprovou o PMP.

Os principais objetivos para o Banco eram manter uma sólida posição de capital. Durante o ano, o Conselho de Supervisão foi atualizado sobre o progresso feito nesta área.

O Conselho de Supervisão recebeu uma atualização detalhada sobre o estado da implementação da estratégia Think Forward do banco, em fevereiro e agosto de 2015. Durante as outras reuniões do Conselho de Supervisão, foram discutidos elementos específicos da estratégia, variando das potenciais futuras oportunidades de crescimento (in)orgânico até à introdução de soluções digitais inovadoras para os clientes do ING. Também foi dada especial atenção aos principais temas e programas nos domínios do Diretor de Operações e TI, cujo objetivo é introduzir uma forma globalmente padronizada e ágil de trabalhar, apoiada por uma infraestrutura de TI correspondente e ambiente de aplicações.

Relatório financeiro e de risco

Os resultados financeiros anuais e do quarto trimestre para 2014 (e 2015) foram debatidos em fevereiro de 2015 (e fevereiro de 2016, respetivamente). Isto incluiu o comunicado de imprensa e relatórios relacionados por parte dos auditores externos. A avaliação do Conselho de Administração Bancária da adequação e eficácia da gestão do risco e dos sistemas de controlo também foi debatida.

Os resultados trimestrais foram avaliados e debatidos em maio, agosto e novembro de 2015, com o auditor externo a conseguir emitir um parecer sem ressalvas sobre os resultados financeiros. A publicação sobre a aplicação do Código Bancário Holandês em 2014 também foi debatida e aprovada.

O Conselho de Supervisão aprovou a revisão anual do quadro da apetência pelo risco que foi atualizado para refletir as recentes alterações regulamentares. Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão foi devidamente informado sobre os potenciais riscos para o ING, relativos à situação económica e política em vários países, como a Rússia, Ucrânia, Grécia, Turquia e China.

Em setembro e novembro de 2015, o Conselho de Supervisão recebeu atualizações em relação ao estado da KPMG, o novo auditor externo do ING conforme o exercício financeiro de 2016, de modo a cumprir a rotação obrigatória do auditor externo. A 1 de outubro de 2015, a KPMG declarou independência do ING, na sua função como novo auditor e foi confirmado que a independência da KPMG está em conformidade com as regras e regulamentos aplicáveis. A EY tem estado a facilitar a transição de auditores desde outubro de 2015.

Ao longo do ano, o Conselho de Supervisão foi atualizado sobre o risco regulamentar, incluindo o impacto operacional associado e financeiro antecipado. O aumento dos relatórios regulamentares tem sido significativo desde o início da supervisão do BCE. Também os prazos de relato diminuíram e a granularidade de dados solicitados aumentou. O ING visa salvaguardar que todos os processos de relatórios e qualidade dos dados continuam a estar à altura dos padrões. Também se espera que o impacto agregado dos próximos novos requisitos regulamentares seja substancial, incluindo sob a forma de requisitos adicionais de capital.

Reuniões do Conselho de Supervisão Interno

Durante as reuniões internas do Conselho de Supervisão (que foram assistidas pelo Diretor-executivo, exceto quando foi discutida a autoavaliação anual do Conselho de Supervisão ou questões relativas ao Diretor-executivo), foram debatidas e aprovadas as avaliações de desempenho do Conselho de Administração Bancária de 2014. Também foram debatidas e decididas as propostas de remuneração variável para os funcionários no âmbito relativo a 2014. Além disso, as metas de desempenho do Conselho de Administração Bancária de 2015 foram aprovadas e o Conselho de Supervisão acordou aumentar a transparência sobre as mesmas a partir do Relatório Anual de 2015.

A remuneração foi um tópico de discussão ao longo do ano, na sequência da legislação atualizada (DFP IV e a «Wet Beloningsbeleid Financiele Ondernemingen», WBFO). O Conselho de Administração debateu a implementação de alterações relacionadas com a remuneração para todos os funcionários no âmbito geral e, especificamente, para o Conselho de Administração Bancária. Como parte disto, foi tida em consideração uma avaliação comparativa entre pares e o feedback das partes interessadas. O Conselho de Supervisão também aprovou a atualização que acompanha a Estrutura de Remuneração do ING.

Relativamente ao talento e ao planeamento da sucessão em geral, o resultado da Revisão Anual de Talentos de 2014 foi debatido.

A futura composição do Conselho de Supervisão, as suas comissões e potenciais candidatos também foram um tópico de discussão, incluindo no contexto da saída de Carin Gorter em setembro de 2015.

Além disso, a autoavaliação do Conselho de Supervisão também estava na ordem de trabalho. Os pontos de ação resultantes da autoavaliação de 2014 foram postos em prática durante este ano. Como foi o caso no ano passado, uma parte externa independente facilitou o processo de autoavaliação de 2015 para o Conselho de Supervisão, as suas comissões e

membros, através da elaboração de questionários, bem como de relatórios com os resultados. Os questionários continham elementos baseados no renovado Código Bancário Holandês que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2015. Para 2015, também foram solicitados contributos de vários executivos que interagem regularmente com o Conselho de Supervisão e participam nas reuniões do Conselho de Supervisão. Os questionários foram concluídos em dezembro de 2015 e as reuniões bilaterais entre o presidente do Conselho de Supervisão e cada membro (para o presidente, uma reunião bilateral decorria entre o vice-presidente e o presidente) foram realizadas em seguida. Os respetivos resultados das comissões foram posteriormente debatidos em cada reunião da comissão, com os resultados gerais e as conclusões a serem debatidas na reunião interna do Conselho de Supervisão (sem os membros do Conselho de Administração Bancária estarem presentes). No geral, o desempenho das Comissões foi classificado como alto e considerou-se que o desempenho do Conselho de Supervisão melhorou desde a avaliação do ano anterior. Foram feitas diversas sugestões como prioridades para melhorar o desempenho do Conselho de Supervisão durante o próximo ano incluindo, entre outras, o foco em etapas na estratégia e a estratégia digital / TI em particular. Continuar a monitorização de perto e avaliar os desenvolvimentos no panorama de supervisão regulamentar e externa, bem como os negócios do ING, foram identificados como as principais prioridades a serem apoiadas por sessões educacionais, na medida do necessário.

Reuniões da Comissão de Auditoria

Em 2015, a Comissão de Auditoria reuniu cinco vezes. Em média, 95 por cento dos membros estava presente nas reuniões agendadas.

A Comissão de Auditoria debateu os resultados trimestrais, as contas provisórias e as contas anuais. Assuntos relativos às auditorias, como incluído nos relatórios dos auditores, também foram alvo de discussão. Além dos resultados financeiros e contas, os assuntos das deliberações regulares da Comissão de Auditoria também incluíram o relatório financeiro, a independência dos auditores e as taxas, o ambiente geral de controlo interno, os controlos internos sobre os relatórios financeiros, os relatórios dos auditores externos e cartas de recomendações e cartas relacionadas com a gestão de capitais. A Comissão de Auditoria também avaliou os comunicados de imprensa trimestrais relacionados com os resultados e o Relatório Anual.

Foi dada especial atenção a uma variedade de outros tópicos relacionados, como o resultado do *follow-up* do ING sobre o processo de Avaliação Abrangente e a Análise de Qualidade dos Ativos (AQR) do BCE, riscos relacionados com a TI, risco regulamentar (incluindo o seu impacto operacional e financeiro antecipado), provisões para perdas por empréstimos duvidosos, CDD, Lei FATCA, as divulgações de remuneração do Regulamento relativo aos Requisitos de Fundos Próprios (RFP) e avaliações sectoriais sobre a conduta de mercado.

A Comissão de Auditoria aconselhou positivamente sobre a proposta de antecipar as datas de publicação do Relatório Anual de 2015 do ING Bank e os resultados trimestrais a partir de 2016.

Além disso, a Comissão de Auditoria foi informada sobre o processo e o estado relacionado com a transição do auditor externo da EY para a KPMG e concordou com a política atualizada do ING sobre a independência dos auditores externos.

Todos os tópicos relevantes discutidos pela Comissão de Auditoria foram relatados ao Conselho de Supervisão, que os aprovou conforme necessário a partir de uma perspectiva de governação. Imediatamente após as reuniões da Comissão de Auditoria, os membros da Comissão de Auditoria reuniram-se com os auditores internos e externos para confirmar que todos os tópicos relevantes foram discutidos nas reuniões da Comissão de Auditoria. Para além das reuniões da Comissão de Auditoria, o presidente da Comissão de Auditoria realizou, regularmente, sessões individuais com o auditor externo independente, o diretor do departamento dos Serviços de Auditoria Empresarial e o Diretor Financeiro.

Reuniões da Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos reuniu quatro vezes em 2015. Em média, 94 por cento dos membros da Comissão de Riscos estava presente nas reuniões agendadas. Tal como aconteceu com as reuniões com as outras comissões, todos os tópicos relevantes discutidos pela Comissão de Riscos foram relatados ao Conselho de Supervisão, que os aprovou conforme necessário a partir de uma perspectiva de governação.

Os relatórios de risco financeiro e não financeiro foram pormenorizadamente debatidos em cada reunião da Comissão de Riscos, incluindo o estado das métricas do ING em relação à solvência, liquidez, capitais, risco de crédito, risco-país e risco de mercado.

Além disso, foi debatida uma ampla variedade de outros tópicos, como a situação na Rússia, Ucrânia e Grécia e os potenciais riscos relacionados para o ING. Também foram estudados riscos futuros e vários cenários de testes de esforço, variando entre a incerteza regulamentar e as baixas taxas de juros contínuas.

Outros tópicos importantes na ordem de trabalhos, relacionados com modelação de risco e validação do modelo, o aspeto do risco regulamentar, garantir a conformidade com os requisitos da DFP IV /RFP, a avaliação temática do BCE sobre a gestão dos riscos e apetência pelo risco, bem como a inspeção no local, por parte do BCE, em conformidade.

Como prática comum, as demonstrações anuais de apetência pelo risco foram revistas e apoiadas. A Comissão de Riscos ratificou o Plano de Recuperação do ING revisto.

A Comissão de Riscos examinou de que forma é medido, monitorizado e gerido o risco não financeiro através do Painel de Risco Não Financeiro. A Comissão foi informada sobre a simplificação do processo de cobertura.

Reuniões da Comissão de Nomeação

A Comissão de Nomeação reuniu quatro vezes em 2015, sem ausências.

No primeiro semestre de 2015, a Comissão de Nomeação debateu a contratação de Aris Bogdaneris, que foi nomeado Diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento e membro do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de junho de

2015, após a saída de Eli Leenaars e Hans van der Noordaa. No segundo semestre de 2015, foram debatidos cenários de sucessão futura, no geral, para a composição do Conselho de Administração. A futura composição do Conselho de Supervisão também foi debatida após a demissão de Carin Gorter, em setembro de 2015.

Foram tidos em consideração vários aspetos, como o tamanho mínimo e ideal de um Conselho de Supervisão combinado com um equilíbrio sólido e razoável em representação das geografias, géneros e experiência financeira e generalistas. Foi debatido um determinado número de potenciais candidatos. Isto resultou numa pequena lista de potenciais candidatos. Ficou decidido nomear-se um novo candidato para a nomeação na Reunião Geral Anual de 2016, pela qual o ING está a aguardar a aprovação final do regulador.

Além disso, foram debatidos os resultados e as conquistas na sequência da Revisão Anual de Talentos de 2014. Esta abordagem para o processo de 2015 foi partilhada com o Conselho de Supervisão e os resultados de 2015 foram debatidos em janeiro de 2016. Tanto o processo como os relatórios melhoraram, entre outros, resultando num aumento da transparência. Melhorar a diversidade nos níveis superiores de gestão, o planeamento da sucessão da gestão sénior e acelerar a atualização continuam a ser pontos focais.

A Comissão de Nomeação também debateu o pedido do BCE, decorrente do papel reforçado do BCE como supervisor, para aceder à informação sobre os candidatos do ING para cargos de administração, no contexto das discussões sobre a sucessão e o planeamento da contingência.

Reuniões da Comissão de Remunerações

In 2015, a Comissão de Remunerações reuniu oito vezes, sem ausências.

No início de 2015, as alterações propostas à política de remuneração existente para os membros do Conselho de Administração Bancária e um limite variável de remunerações para todos os funcionários faziam parte da ordem de trabalhos. Estas foram aprovadas durante a Reunião Geral Anual de 2015 do ING Group.

A Comissão de Remunerações reviu os limites acima dos quais o conjunto para remuneração variável pode ser utilizado para a concessão de remuneração variável. Debateu o conjunto de remuneração variável e reviu a avaliação do desempenho para o Conselho de Administração Bancária, assim como as propostas de remuneração variável. As propostas de remuneração para Funcionários Identificados também foram revistas, incluindo os casos potenciais de retenção da remuneração diferida através de *malus*.

Além disso, foram aprovados os objetivos de desempenho de 2015 propostos para o Diretor-executivo e os membros do Conselho de Administração Bancária.

A estrutura e as políticas de remuneração do ING Bank foram revistas e atualizadas para refletir as alterações, incluindo a nova legislação sobre as «Políticas de Remuneração das Instituições Financeiras» («Wet Beloningsbeleid Financiele Ondernemingen», WBFO) com a qual o ING está em conformidade. A

Comissão de Remunerações discutiu como assegurar que o ING continua a ser um empregador interessante para talentos e mantém as condições equitativas com os seus pares, dada a nova legislação holandesa relacionada com a remuneração. O Presidente do Conselho de Supervisão informou a Comissão de Remunerações acerca das reuniões que teve com vários políticos e sindicatos holandeses para discutir a remuneração das empresas holandesas, em geral.

Os critérios de seleção dos Funcionários Identificados e a lista dos Funcionários Identificados foram revistos e aprovados. Ao longo do ano, a Comissão de Remunerações aprovou as questões relacionadas com a remuneração dos Funcionários Identificados, com base na estrutura de gestão.

Semelhante à Comissão de Nomeação, a Comissão de Remunerações debateu o pedido do BCE para aceder aos nomes dos funcionários do ING referidos no Artigo 92 (2) da DFP IV, no contexto das propostas de remuneração do ING e na aplicação da DFP IV, conforme debatido ao nível do Conselho.

Reuniões da Comissão de Gestão

Corporativa A Comissão de Gestão Corporativa reuniu cinco vezes, sem ausências.

Em 2015, a Comissão debateu a ordem de trabalhos para a Reunião Geral Anual de 2015, incluindo a publicação sobre a aplicação do Código Bancário Holandês de 2014.

Na sequência da Reunião Geral Anual de 2015 do ING Group, a Comissão teve discussões aprofundadas sobre a futura gestão corporativa do ING Groep N.V., em preparação para a Reunião Geral Anual de 2016.

No contexto de um diálogo com o BCE sobre a gestão do ING, foi feita uma avaliação numa estrutura de administração monista vs. dualista. Com base numa análise externa, a Comissão concluiu que não existiam motivos imperiosos para o ING mudar de uma administração dualista para uma monista. O ING apoia ativamente e promove a interação adicional entre o Conselho de Supervisão e a organização do ING. Isto é feito para dar mais informações aos artigos formais da ordem de trabalhos para fortalecer ainda mais a prática atual. A interação adicional centra-se na discussão e partilha de informação e continua a estar em conformidade com os requisitos legais holandeses e funções, responsabilidades e mandatos já existentes dos conselhos e é, além disso, sem prejuízo das linhas de relatórios legais.

Composição do Conselho de Administração

Bancária Aris Bogdaneris foi nomeado Diretor dos Mercados Desafiadores e em Crescimento e membro do Conselho de Administração Bancária a partir de 1 de junho de 2015, na sequência da saída de Eli Leenaars e Hans van der Noordaa.

Composição do Conselho de Supervisão

Na Reunião Geral Anual de Acionistas do ING Groep N.V., a 11 de maio de 2015, Mariana Georghe foi nomeada membro do Conselho de Supervisão e Henk Breukink e Joost Kuiper foram novamente nomeados. No início de 2015, Joost Kuiper decidiu renunciar como presidente da Comissão de Remunerações por motivos de saúde. Henk Breukink sucedeu-o. Isabel Martin Castella tornou-se membro da Comissão de Nomeação. Em setembro de 2015, Carin Gorter demitiu-se do Conselho de Supervisão devido à sua potencial nomeação com outra instituição financeira. Foi nomeada para o Conselho de Supervisão do ING em maio de 2013 e era membro da Comissão de Auditoria, da Comissão de Riscos e da Comissão de Gestão Corporativa.

A Comissão de Nomeação e o Conselho de Supervisão vão continuar a lutar por uma composição adequada e equilibrada do Conselho de Supervisão, aquando da seleção e nomeação de novos membros por nomeação.

Atualmente, apenas um membro do Conselho de Supervisão, Eric Boyer de la Giroday se qualifica como «não independente», conforme definido na disposição da melhor prática III.2.2 do Código Holandês de Gestão Corporativa; de acordo com este código, é permitido ter não mais do que uma pessoa não independente. Eric Boyer de la Giroday é considerado não independente devido ao seu cargo como Presidente do Conselho de Administração do ING Belgium S.A./N.V e aos seus antigos cargos como membro do Conselho Executivo do ING Group e vice-presidente do Conselho de Administração Bancária do ING Bank N.V.

Agradecimento ao Conselho de Administração Bancária e aos funcionários do ING

O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer aos membros do Conselho de Administração Bancária pelo seu trabalho árduo em 2015. A entrega às ambições e ao objetivo do ING através da estratégia Think Forward é algo de que se devem orgulhar. O Conselho de Supervisão gostaria de agradecer a todos os funcionários do ING pelos seus esforços e por continuarem a servir os interesses dos clientes, acionistas e outras partes interessadas do ING.

Informação adicional

Para mais informações, destaca-se o capítulo da Gestão Corporativa, páginas 14 a 22, que se considera integrado por referência aqui.

Amsterdão, 29 de fevereiro de 2016

O Conselho de Supervisão

Esta página foi deixada em branco
intencionalmente

Balanço financeiro consolidado

a 31 de dezembro

em milhões de euros	2015	2014
Ativos		
Caixa e disponibilidades com bancos centrais 2	21 458	12 222
Montantes devidos por bancos 3	29 966	37 122
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas 4		
– ativos detidos para negociação	131 485	136 964
– derivados não negociados	3 216	4 303
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	3 234	2 756
Investimentos 5		
– disponíveis para venda	87 000	95 401
– detidos até ao vencimento	7 826	2 239
Empréstimos e adiantamentos a clientes 6	536 543	518 119
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 7	842	861
Investimentos imobiliários 8	77	80
Propriedade e equipamento 9	2 027	2 100
Ativos intangíveis 10	1 567	1 655
Ativos detidos para venda 11		729
Outros ativos 12	13 287	14 051
Ativos totais	838 528	828 602
Capital próprio 13		
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	40 857	38 064
Interesses minoritários	638	622
Capital próprio total	41 495	38 686
Passivos		
Empréstimos subordinados 14	15 920	16 599
Títulos de dívida emitidos 15	117 556	120 959
Montantes devidos a bancos 16	33 808	30 003
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito 17	508 740	489 281
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas 18		
– passivos detidos para negociação	88 807	97 091
– derivados não negociados	4 364	6 357
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	12 616	13 551
Outros passivos 19	15 222	16 075
Passivos totais	797 033	789 916
Capital próprio total e passivos	838 528	828 602

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Conta de lucros e perdas consolidados

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2015	2015	2014	2014	2013	2013
Rendimento dos juros	46 397		48 376		51 574	
Despesas com juros	-33 653		-35 770		-39 610	
Resultado dos juros 20		12 744		12 606		11 964
Rendimento dos investimentos 21		127		213		305
Resultado da alienação das empresas do grupo 22		2		195		26
Receitas de comissões brutas	3 420		3 314		3 345	
Gastos com comissões	-1 100		-1 023		-1 105	
Receitas de comissões 23		2 320		2 291		2 240
Resultados de avaliação sobre derivados não negociados 24		174		-370		281
Resultados em operações financeiras 25		1 159		561		485
Quota parte das filiais e empreendimentos conjuntos 7		493		76		22
Outros rendimentos 26		51		102		4
Rendimento total		17 070		15 674		15 327
Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos 6		1 347		1 594		2 289
Despesas com pessoal 27		4 962		5 783		4 914
Outras despesas operacionais 28		4 346		4 442		3 891
Despesas totais		10 655		11 819		11 094
Resultado antes de imposto		6 415		3 855		4 233
Tributação 35		1 684		1 032		1 080
Resultado líquido (antes de interesses minoritários)		4 731		2 823		3 153
Resultado líquido atribuível aos interesses minoritários		72		79		90
Resultado líquido atribuível ao acionista da empresa-mãe		4 659		2 744		3 063
Dividendo por ação ordinária (em euros)		4,73		2,63		6,35
Montante total de dividendo pago (em milhões de euros)		2 200		1 225		2 955

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» para obter informações sobre as alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultado líquido (antes de interesses minoritários)	4 731	2 823	3 153
Outros rendimentos integrais			
Itens que não serão reclassificados na conta de lucros e perdas:			
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 34	64	-88	-811
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio	35	-29	-7
Itens que podem ser posteriormente reclassificados na conta de lucros e perdas:			
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	288	1 878	-363
Lucros e perdas realizados transferidos para a conta de lucros e perdas	-17	-121	-145
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-218	1 714	-25
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos conjuntos	-9	35	-35
Diferenças cambiais e outros	95	369	-1 038
Rendimento integral total	4 969	6 581	729
Rendimento integral atribuível a:			
Interesses minoritários	46	152	-9
Acionista da empresa-mãe	4 923	6 429	738
	4 969	6 581	729

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

É feita referência à Nota 35 «Tributação» para a divulgação dos efeitos dos impostos sobre os rendimentos de cada componente do outro rendimento integral.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros	2015	2014	2013
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado antes de imposto	6 415	3 855	4 233
Ajustado para:			
– depreciação	614	594	624
– adição a provisões para perdas por empréstimos duvidosos	1 347	1 594	2 289
– outros	97	2 249	734
Imposto pago	-1 306	-887	-1 487
Alterações nos:			
– montantes devidos por bancos, não disponíveis mediante pedido	6 760	3 361	-9 400
– ativos detidos para negociação	5 485	-23 802	783
– derivados não negociados	-742	-2 260	-1 421
– outros ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	-282	-614	-225
– empréstimos e adiantamentos a clientes	-21 143	-12 935	8 514
– outros ativos	1 106	-366	1 362
– montantes devidos a bancos, não pagáveis à vista	5 175	3 353	-10 266
– depósitos de clientes e outros fundos em depósito	19 600	17 803	24 387
– passivos detidos para negociação	-8 276	23 855	-10 172
– outros passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	-1 254	-524	646
– outros passivos	1 365	1 337	-6 817
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais	14 961	16 613	3 784
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Investimentos e adiantamentos: – filiais e empreendimentos conjuntos	-24	-31	-20
– investimentos disponíveis para venda	-43 092	-73 348	-78 654
– investimentos detidos até ao vencimento	-3 457	-315	
– propriedade e equipamento	-326	-355	-353
– ativos sujeitos a locações operacionais	-37	-34	-82
– outros investimentos	-256	-257	-271
Cessões e resgates: – empresas do grupo (incluindo liquidez na empresa alienada)		-398	-7 163
– filiais e empreendimentos conjuntos	119	187	139
– investimentos disponíveis para venda	48 232	60 098	72 221
– investimentos detidos até ao vencimento	1 219	1 172	3 439
– investimentos imobiliários	2		36
– propriedade e equipamento	73	54	58
– ativos sujeitos a locações operacionais	17	3	
– empréstimos	3 590	2 382	8 810
– outros investimentos	1	2	-1
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento	6 061	-10 840	-1 841

em milhões de euros	2015	2014	2013
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades operacionais	14 961	16 613	3 784
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de investimento 29	6 061	-10 840	-1 841
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Receitas obtidas pela emissão de empréstimos subordinados	2 085	3 266	4 212
Reembolso de empréstimos subordinados	-4 244	-2 788	-4 936
Receitas de financiamentos contraídos e títulos de dívida	133 290	135 318	138 883
Reembolso de financiamentos contraídos e títulos de dívida	-140 120	-142 996	-144 958
Dividendos pagos 30	-2 200	-1 225	-2 955
Fluxo de caixa líquido de/(usado em) atividades de financiamento	-11 189	-8 425	-9 754
Fluxo de caixa líquido	9 833	-2 652	-7 811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10 863	13 509	20 612
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-342	6	708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 31	20 354	10 863	13 509

A partir de 31 de dezembro de 2015, a Caixa e os equivalentes de caixa incluem caixa e disponibilidades com bancos centrais de 21 458 milhões de euros (2014: 12 222 milhões de euros ; 2013: 11 920 milhões de euros). É feita referência à Nota 31 «Caixa e equivalentes de caixa».

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Demonstração das variações do capital próprio consolidado

em milhões de euros	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Capital próprio total acionistas (empresa-mãe)	Interesses minoritários	Capital próprio total
Saldo a 1 de janeiro de 2015	525	16 542	20 997	38 064	622	38 686
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos 34			64	64		64
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			35	35		35
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e			298	298	-10	288
Lucros e perdas realizados transferidos para a conta de lucros e perdas			-17	-17		-17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-200	-200	-18	-218
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos			-11	-11		-11
Diferenças cambiais e outros			95	95	2	97
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio (outros rendimentos integrais)			264	264	-26	238
Resultado líquido			4 659	4 659	72	4 731
Rendimento integral total			4 923	4 923	46	4 969
Dividendos			-2 200	-2 200	-31	-2 231
Opção de ações de funcionários e planos de participações			70	70		70
Alterações na composição do grupo e outras alterações					1	1
Saldo a 31 de dezembro de 2015	525	16 542	23 790	40 857	638	41 495

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais

consolidadas. As alterações nos componentes individuais são apresentadas na Nota 13 «Capital Próprio».

	Capital social	Prêmio de emissão	Reservas	Capital próprio total acionistas (empresa-mãe)	Interesses minoritários	Capital próprio total
em milhões de euros						
Saldo a 1 de janeiro de 2014	525	16 542	15 738	32 805	955	33 760
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			-29	-29		-29
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e			1 866	1 866	12	1 878
Lucros e perdas realizados transferidos para a conta de lucros e perdas			-121	-121		-121
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			1 651	1 651	63	1 714
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos			35	35		35
Diferenças cambiais e outros			371	371	-2	369
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio (outros rendimentos integrais)			3 685	3 685	73	3 758
Resultado líquido			2 744	2 744	79	2 823
Rendimento integral total			6 429	6 429	152	6 581
Opção de ações de funcionários e planos de participações			55	55		55
Alterações na composição do grupo e outras alterações					-451	-451
Saldo a 31 de dezembro de 2014	525	16 542	20 997	38 064	622	38 686

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

	Capital social	Prêmio de emissão	Reservas	Capital próprio total de acionistas (empresa-mãe)	Interesses minoritários	Capital próprio total
em milhões de euros						
Saldo a 1 de janeiro de 2013	525	16 542	17 897	34 964	843	35 807
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			-7	-7		-7
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e			-333	-333	-30	-363
Lucros e perdas realizados transferidos para a conta de lucros e perdas			-145	-145		-145
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-15	-15	-10	-25
Participação de outro rendimento integral de filiais e empreendimentos			-35	-35		-35
Diferenças cambiais e outros			-979	-979	-59	-1 038
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio (outros rendimentos integrais)			-2 325	-2 325	-99	-2 424
Resultado líquido			3 063	3 063	90	3 153
Rendimento integral total			738	738	-9	729
Opção de ações de funcionários e planos de participações			58	58		58
Alterações na composição do grupo e outras alterações					128	128
Saldo a 31 de dezembro de 2013	525	16 542	15 738	32 805	955	33 760

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais consolidadas.

Notas às Contas Anuais Consolidadas

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Notas às políticas contabilísticas

Autorização de contas anuais

As contas anuais consolidadas do ING Bank N.V. («ING Bank») para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão em conformidade com uma resolução do Conselho de Administração a 29 de fevereiro de 2016. O Conselho de Administração pode decidir alterar as contas anuais, desde que estas não sejam adotadas pela Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral de Acionistas pode decidir não adotar as contas anuais, mas não as pode alterar. O ING Bank N.V. está constituído e domiciliado em Amesterdão, Holanda. As principais atividades do ING Bank são descritas em «Sobre o ING».

1 Políticas contabilísticas

O ING Bank aplica as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia («UE»). As IFRS exigem a aplicação coerente das normas contabilísticas. Nas contas anuais, os termos «IFRS» e «IFRS-EU» são utilizados para referir as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela UE, incluindo as decisões que o ING Bank tomou em relação às opções disponíveis de acordo com as IFRS-EU.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU) oferecem várias opções nas normas contabilísticas. As principais áreas nas quais as IFRS-EU permitem escolhas de normas contabilísticas e a política de contabilidade do ING relacionada são resumidas de seguida:

- Como explicado na secção «Princípios de avaliação e determinação dos resultados» e na Nota 37 «Derivados e contabilidade de cobertura», o ING Bank aplica contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» das IFRS-EU da UE;
- A política contabilística do ING para investimentos imobiliários é o justo valor, com alterações no justo valor refletidas imediatamente na conta de lucros e perdas; e
- A política contabilística do ING para Propriedades para uso próprio é o justo valor, com alterações no justo valor refletidas na reserva de reavaliação do capital próprio («Outros rendimentos integrais»). Uma reavaliação líquida negativa das propriedades individuais reflete-se imediatamente na conta de lucros e perdas.

As políticas contabilísticas nos termos das IFRS-EU e a sua decisão sobre as opções disponíveis estão incluídas na secção «Princípios de avaliação e determinação dos resultados» abaixo. Exceto para as opções incluídas acima, os princípios na secção «Princípios de avaliação e determinação dos resultados» são IFRS-EU e não incluem outras escolhas de política contabilística significativa efetuadas pelo ING. As políticas contabilísticas mais significativas para o ING estão incluídas na secção «Políticas contabilísticas críticas».

a) Alterações nas políticas contabilísticas em 2015

Não houve alterações nas normas contabilísticas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2015.

b) Alterações nas IFRS-EU

Normas IFRS-EU novas e/ou alteradas ao abrigo do Ciclo Anual de Melhorias: 2011 – 2013, em vigor a 1 de janeiro de 2015, foram adotadas pelo ING Bank. A implementação destas alterações não teve nenhum efeito significativo sobre as contas anuais consolidadas do ING Bank.

c) Alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas

Em 2015, o ING Bank fez alterações à apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas. As alterações incluem alterações na disposição, de modo a apresentar de forma mais clara os resultados do ING Bank e outras pequenas melhorias. Quando pertinente, os valores comparativos serão ajustados em conformidade. As principais alterações na apresentação das contas anuais consolidadas e respetivas notas são as seguintes:

- A disposição da conta de lucros e perdas consolidada foi alterada para apresentar, de forma mais clara, o «Resultado líquido de operações continuadas e descontinuadas atribuíveis aos Acionistas da empresa-mãe»;
- A partir de 2015, a linha «Amortização intangível e outras deteriorações» está incluída em «Outras despesas operacionais» e não mais como um item separado na conta de lucros e perdas consolidadas. É feita referência à Nota 28 «Outras despesas operacionais»;
- A partir de 2015, a apresentação da tabela «Títulos de dívida por linha de tipo e balanço financeiro» apresenta, separadamente classe de ativos Soberanos, Supranacionais e Agências («SSA»). É feita referência à Nota 5 «Investimentos»;
- A partir de 2015, a linha Custos regulamentares inclui contribuições para os Sistemas de Garantia de Depósitos («SGD»), Fundo Nacional de Resolução («FNR») e impostos bancários locais, principalmente na Holanda, Alemanha, Bélgica e Polónia. Os custos regulamentares já não estão incluídos na rubrica Outras despesas operacionais - Outras. É feita referência à Nota 28 «Outras despesas operacionais»; e
- Em 2015, o ING alterou a apresentação dos componentes de capital próprio, conforme apresentados nas contas anuais da empresa-mãe. A apresentação alterada melhora a transparência das divulgações sobre as reservas legais e as reservas não distribuíveis. É feita referência às contas anuais da empresa-mãe.

d) Outras alterações significativas em 2015

ING Vysya Bank

Em abril de 2015, a fusão entre o ING Vysya Bank («ING Vysya») e o Kotak Mahindra Bank («Kotak») foi concluída e a entidade jurídica ING Vysya deixou de existir. Como resultado desta transação, o ING detém uma participação de 6,5 % na empresa combinada, que opera sob a marca Kotak. A transação resultou num lucro de 367 milhões de euros e é reconhecido na linha «Quota-parte das filiais e empreendimentos conjuntos». A transação não teve um impacto significativo no capital próprio dos acionistas do ING Bank. A partir de 31 de dezembro de 2015, o ING representa o investimento no Kotak como um investimento de capitais disponíveis para venda.

Para mais informações sobre as transações acima, é feita referência à Nota 5 «Investimentos», Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos», Nota 11 «Ativos detidos para venda» e Nota 50 «Outros acontecimentos».

e) Próximas alterações nas IFRS-EU após 2015

Alterações às IFRS em vigor a partir de 2016

A 1 de janeiro de 2016, entrou em vigor uma série de alterações às IFRS nos termos das IFRS-EU. A implementação destas alterações não terá qualquer impacto significativo nos resultados ou posição financeira do ING Bank.

Lista das próximas alterações às IFRS que são aplicáveis ao ING Bank:

- Ciclo Anual de Melhorias 2010 – 2012:
 - IFRS 2 - Pagamento baseado em ações: Definições das condições de aquisição;
 - IFRS 3 - Combinação de negócios: Contabilidade para contraprestações contingentes numa combinação de negócios;
 - IFRS 8 - Segmentos operacionais: Agregação de segmentos operacionais;
 - IFRS 8 - Segmentos operacionais: Reconciliação do total de ativos dos segmentos reportados para os ativos da entidade;
 - IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis: Método de reavaliação - correção monetária proporcional de depreciação/amortização acumulada;
 - IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas: Pessoal chave da gerência;
- Ciclo Anual de Melhorias 2012 – 2014:
 - IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações nos métodos de eliminação;
 - IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Gestão dos contratos;
 - IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aplicabilidade das divulgações de compensação às demonstrações financeiras intercalares condensadas;
 - IAS 19 - Benefícios dos Funcionários: Taxa de desconto – Questão do mercado regional;
 - IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informação «noutas partes do relato financeiro intercalar»;
- IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas;
- IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras: Iniciativa de divulgação - alterações à IAS 1;
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de métodos aceitáveis de depreciação e amortização;
- IAS 19 - Benefícios dos Funcionários: Planos de benefícios definidos - Contribuições dos funcionários; e
- IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas: Método de capital próprio

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - «Instrumentos Financeiros» foi emitida pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em 2014. A IFRS 9 irá substituir a IAS 39 - «Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração» e inclui requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, deterioração de ativos financeiros e contabilidade de microcobertura. Os novos requisitos entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. Os requisitos de classificação e mensuração e deterioração serão aplicados retrospectivamente, ajustando o balanço de abertura e capital próprio de abertura a 1 de janeiro de 2018, sem atualização dos períodos comparativos. A IFRS 9 ainda não aprovada pela UE. Não se sabe quando acorrerá a aprovação; a expectativa atual é o segundo semestre de 2016. Espera-se que a implementação da IFRS 9, se e quando aprovada pela UE, tenha um impacto significativo no capital próprio dos Acionistas, resultado líquido e/ou outros rendimentos integrais e divulgações.

Grupo de Trabalho de Melhor Divulgação («EDTF»)

Em novembro de 2015, o EDTF publicou um relatório sobre as divulgações recomendadas da IFRS 9 que pode ser útil para ajudar o mercado a compreender as próximas alterações, como resultado da utilização da abordagem Perda de Crédito Esperada («ECL»). Dado que as divulgações completas da IFRS 9 são necessárias apenas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018, as recomendações adicionais do EDTF durante o período que antecede a adoção visam promover a consistência e a comparabilidade entre os bancos internacionalmente ativos. O ING Bank adotou estas recomendações como divulgações de transição com um foco inicial nas divulgações qualitativas.

Programa da IFRS 9

Em 2015, o ING focou-se em estabelecer o programa da IFRS 9, a interpretação dos conceitos fundamentais da IFRS 9 e o início da avaliação dos impactos. Em 2016, o ING Bank irá começar a implementação dos requisitos da IFRS 9 nos seus modelos, sistemas, processos e gestão e irá preparar-se para a execução paralela em 2017. O plano de implementação e os principais prazos do ING Bank são indicados abaixo.

A estrutura de gestão do Programa da IFRS 9 foi configurada com base nas três fases da IFRS 9: Classificação e Mensuração, Deterioração e Contabilidade de Cobertura. Cada fluxo de trabalho é composto por especialistas de Finanças, Risco, Tesouraria Bancária, operações e linhas de negócios. Os fluxos de trabalho são apoiados pelo Gabinete do Programa. O Conselho Técnico apoia o Comité de Direção através da revisão das interpretações da IFRS 9, conforme preparado pelos fluxos de trabalho. O Comité de Direção é o órgão de decisão. Além disso, foi criada uma rede internacional da IFRS 9 dentro do ING Bank para ligar todos os países à equipa central do projeto, de modo a assegurar a consistência, consciencialização e formação.

Classificação e Mensuração

O ING Bank irá aplicar uma abordagem de duas etapas para determinar a classificação e mensuração dos ativos financeiros numa das três categorias, sendo Custo Amortizado, Justo Valor através de Outros Rendimentos Integrais («FVOCI») ou Justo Valor através de lucros e perdas:

1. O teste do Modelo de Negócios será aplicado para determinar como uma carteira de instrumentos financeiros é gerida como um todo;
2. O teste dos Pagamentos Exclusivos de Capital e Juros («PECJ») será aplicado para determinar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros no Modelo de Negócios.

Na maior parte dos casos, espera-se que os resultados da classificação e mensuração sejam semelhantes à IAS 39, embora possam surgir algumas diferenças. A classificação e mensuração de passivos financeiros permanece essencialmente a mesma que no âmbito da IAS 39.

Em 2015, o ING Bank começou o teste do Modelo de Negócios e identificou e descreveu carteiras homogêneas em todos os negócios do ING Bank. A Implementação do teste SPPI terá início em 2016.

Deterioração

O reconhecimento e a mensuração da deterioração destina-se a ser mais orientada para o futuro, com base no modelo Perda de Crédito Esperada («ECL»), no âmbito da IAS 39 que é um modelo de perda incorrida. O modelo ECL aplica-se a ativos financeiros no saldo contabilizados no custo amortizado e FVOCI, como empréstimos, títulos de dívida e contas a receber e receitas dos elementos extrapatrimoniais, como contas a receber de locação financeira e determinados compromissos de empréstimos de garantia financeira.

Em 2015, o ING Bank determinou uma série de conceitos e pressupostos principais essenciais para o novo modelo de deterioração, como a definição da deterioração significativa e a abordagem para medir o ECL. Além disso, o ING Bank começou com a análise do impacto financeiro sobre o nível de provisões de deterioração no âmbito da nova abordagem ECL.

Abordagem de três fases

O ING Bank irá aplicar a abordagem em três fases IFRS9 para medir as perdas de crédito esperadas.

- *Fase 1: ECL de 12 meses - produtivo*
Os instrumentos financeiros que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial precisam, no reconhecimento inicial, de uma provisão para perdas de crédito esperadas associada à probabilidade de ocorrerem casos de incumprimento dentro dos próximos 12 meses («ECL de 12 meses»).
- *Fase 2: ECL vitalício - pouco produtivo*
Na eventualidade de haver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para o ECL resultante de todos os possíveis casos de incumprimentos durante a vida esperada do instrumento financeiro («ECL Vitalício»). O ING Bank definiu desencadeadores para passar à Fase 2, dependendo do tipo de ativo/carteira. Quando os modelos ECL estiverem disponíveis, será definida e testada a calibração dos desencadeadores.
- *Fase 3: ECL vitalício - não produtivo*
Os instrumentos financeiros irão passar para a Fase 3 em caso de incumprimento. O objetivo é alinhar a definição de incumprimento para a IFRS 9 com a definição interna de incumprimento para fins de gestão do risco. A Fase 3 exige uma provisão do ECL vitalício.

O cálculo do ECL será baseado nos modelos de perda esperada do ING Bank ((PD, LGD, EAD) atualmente utilizados para capital regulamentar, capital económico e provisões de sinistros ocorridos e não participados (IBNR) e AFINS na atual estrutura da IAS 39. Os modelos ECL seguirão a mesma estrutura do modelo aplicada aos atuais modelos de perdas esperadas. A metodologia do teste de esforço é utilizada como base para incluir informações macroeconómicas orientadas para o futuro nos parâmetros das perdas esperadas.

Contabilidade de cobertura

Os requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visam simplificar os requisitos gerais de contabilidade de cobertura. Além disso, a IFRS 9 visa alinhar, mais estreitamente, a contabilidade de cobertura financeira com as estratégias de gestão do risco. Todas as estratégias de microcontabilidade de cobertura, bem como a macrocobertura do fluxo fazem parte do âmbito da IFRS 9. A macrocobertura do justo valor está, atualmente, fora do âmbito da IFRS 9.

Em 2015, o fluxo de trabalho da contabilidade de cobertura realizou uma avaliação técnica do impacto dos novos requisitos da contabilidade de cobertura. Com base no resultado desta avaliação técnica, o ING Bank tomou a decisão preliminar de continuar a aplicar a IAS 39 em toda a sua contabilidade de cobertura até a orientação da macrocontabilidade de cobertura de justo valor estar finalizada, conforme permitido nos termos da IFRS 9. O ING Bank irá continuar a implementar os requisitos de divulgação da contabilidade de cobertura da IFRS 7.

IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes»

Em maio de 2014, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu a IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes». A norma estava originalmente em vigor para períodos anuais com início a ou depois de 1 de janeiro de 2017. Durante 2015, a data de entrada em vigor foi alterada para 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A IFRS 15 ainda não está aprovada pela UE. A IFRS 15 oferece uma abordagem baseada em princípios para o reconhecimento de receitas e introduz o conceito de receita reconhecida como e quando as obrigações de desempenho acordadas são cumpridas. A norma deve, em princípio, ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. O ING está atualmente a avaliar o impacto desta norma.

IFRS 16 «Locações»

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 «Locações», a nova norma contabilística para locações. A nova norma entra em vigor para períodos anuais com início a ou depois de 1 de janeiro de 2019 e irá substituir a IAS 17 «Locações» e a IFRIC 4 «Determinar se um Acordo contém uma Locação». A adoção antecipada é permitida para empresas que também aplicam a IFRS 15 «Receitas de Contratos com Clientes». A IFRS 16 ainda não está aprovada pela UE. A nova norma retira a classificação de locações como locações operacionais ou locações financeiras, o que resulta em todas as locações para locatários a serem comparadas a locações financeiras. Todas as locações serão reconhecidas no balanço financeiro, com exceção de locações a curto prazo, com um prazo de locação inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets ou computadores pessoais). A principal razão para esta alteração é aumentar a comparabilidade entre empresas e aumentar a visibilidade destes tipos de ativos e passivos. A contabilidade do locador não apresenta grandes alterações. A norma permite que um locatário opte por uma retrospectiva completa ou uma abordagem de transição retrospectiva modificada, bem como algumas isenções de transição práticas. O ING está atualmente a avaliar o impacto desta norma.

f) Políticas contabilísticas críticas

O ING Bank identificou as políticas contabilísticas que são mais críticas para as suas operações de negócios e para a compreensão dos seus resultados. Estas políticas contabilísticas críticas são aquelas que envolvem as decisões ou avaliações mais complexas ou subjetivas e que estão relacionadas com as provisões para perdas por empréstimos duvidosos, outras deteriorações e a determinação dos justos valores dos ativos e passivos financeiros. Em cada caso, a determinação destes itens é fundamental para a condição financeira e resultados das operações e requer que a administração faça julgamentos complexos com base em informações e dados financeiros que podem mudar em períodos futuros. Como resultado, as determinações a respeito destes itens envolvem, necessariamente, a utilização de pressupostos e julgamentos subjetivos em relação a eventos futuros e estão sujeitas a alterações, uma vez que a utilização de diferentes pressupostos ou dados poderia produzir resultados significativamente diferentes. Para uma discussão mais aprofundada da aplicação destas políticas contabilísticas, é feita referência às notas aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e à informação abaixo no âmbito dos «Princípios de avaliação e determinação de resultados».

Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos

As provisões para perdas por empréstimos duvidosos são reconhecidas com base num modelo de perdas incorridas. Uma ponderação considerável é exercida na determinação da extensão da provisão para perdas por empréstimos duvidosos (deterioração) e baseia-se na avaliação do risco, por parte da administração, na carteira, atuais condições económicas, experiência de perda nos últimos anos e tendências de crédito, industriais, geográficas e de concentração. As alterações em tais julgamentos e análises podem levar a alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos ao longo do tempo.

A identificação da deterioração e a determinação da quantia recuperável são processos inerentemente incertos que envolvem vários pressupostos e fatores, incluindo a condição financeira da contraparte, os futuros fluxos de caixa esperados, preços de mercado observáveis e preços de venda líquidos esperados.

Os fluxos de caixa futuros numa carteira de ativos financeiros que são coletivamente avaliados quanto à deterioração são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos na carteira e na experiência histórica de perdas para ativos com características de risco de crédito semelhantes aos da carteira. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos atuais dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais que não afetaram o período em que a experiência histórica de perda se baseia e para retirar os efeitos das condições, que não existem atualmente, no período histórico. Os atuais dados observáveis podem incluir alterações nas taxas de desemprego, preços dos imóveis e preços dos produtos. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os futuros fluxos de caixa são revistos regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perdas e a real experiência de perda.

Outras deteriorações

A avaliação da deterioração é um processo complexo que envolve, inerentemente, julgamentos e incertezas significativas que podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank. As deteriorações são especialmente relevantes em duas áreas: Dívida disponível para venda e títulos de capital próprio e Goodwill/Ativos Intangíveis

Todos os títulos de dívida e de capital próprio (exceto os contabilizados pelo justo valor através dos lucros e perdas) estão sujeitos a testes de imparidade em cada período de relatório. O valor contabilístico é revisto de forma a determinar se ocorreu uma perda por deterioração. A avaliação da deterioração inclui considerações quantitativas e qualitativas. Para os títulos de dívida, estas considerações incluem perdas de crédito reais e estimadas incorridas indicadas por falta de pagamento, dados de mercado sobre perdas incorridas (estimadas) e outras provas reais de que pode ser improvável que o emissor pague os montantes quando devidos. Os títulos de capital próprio são desvalorizados quando a administração acredita que, com base numa redução significativa ou prolongada do justo valor abaixo do preço de aquisição, há razão suficiente para acreditar que o custo de aquisição não pode ser recuperado. «Significativo» e «prolongado» são interpretados numa base caso-a-caso para títulos de capital próprio específicos. Geralmente, 25 % e 6 meses são utilizados como desencadeadores. Na ocorrência de deterioração, a diferença total entre o custo (de aquisição) e o justo valor é retirada do capital próprio e reconhecida no resultado líquido. A deterioração de títulos de dívida pode ser revertida se houver uma diminuição do valor da deterioração que pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento observável. A deterioração de títulos de capital próprio não pode ser revertida.

A deterioração de outros instrumentos de dívida (empréstimos e investimentos detidos até ao vencimento) faz parte das provisões para perdas por empréstimos duvidosos, conforme descrito acima.

As análises à deterioração em relação ao goodwill e aos ativos intangíveis são realizadas, pelo menos, anualmente e com mais frequência caso se verifiquem acontecimentos que indicam que pode ter ocorrido deterioração. O goodwill é testado quanto à deterioração, comparando o valor contabilístico (incluindo o goodwill) da unidade de referência com a melhor estimativa da quantia recuperável dessa unidade de referência. O valor contabilístico é determinado como o valor líquido do ativo das IFRS-EU, incluindo o goodwill. A quantia recuperável é estimada como a maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável. Uma unidade de referência é o nível mais baixo em que o goodwill é monitorizado. Os ativos intangíveis são testados quanto à deterioração, comparando o valor contabilístico com a melhor estimativa da quantia recuperável.

A identificação da deterioração é um processo inerentemente incerto que envolve vários pressupostos e fatores, incluindo a condição financeira da contraparte, os futuros fluxos de caixa esperados, dados estatísticos relativos à perda, taxas de desconto e preços de mercado observáveis, etc. As estimativas e os pressupostos baseiam-se no juízo feito pela administração e outras informações disponíveis antes da emissão das demonstrações financeiras. Podem ocorrer resultados significativamente diferentes, à medida que as circunstâncias mudam e a informação adicional se torna conhecida.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores justos de ativos e passivos financeiros são baseados em preços de mercado cotados não ajustados, quando disponíveis. Esses preços de mercado cotados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços de mercado podem ser obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. No geral, as posições são avaliadas tendo em conta o preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta ou são avaliados ao preço dentro do diferencial compra-oferta que é mais representativo do valor justo nestas circunstâncias. Em alguns casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado, calcula-se um ajuste do valor justo.

Quando os mercados apresentam menor liquidez, pode haver uma variedade de preços para o mesmo título de diferentes fontes de preços; selecionar o preço mais adequado requer julgamento e poderia resultar em diferentes estimativas de valor justo.

Os preços de mercado cotados não estão disponíveis para determinados ativos e passivos financeiros. Para estes ativos e passivos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação variam entre desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação, onde os fatores de preços relevantes, incluindo o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e comportamento do cliente são considerados. Todas as técnicas de avaliação estão sujeitas a revisão e aprovação internas. A maior parte dos dados utilizados nestas técnicas de avaliação é validada numa base diária.

Para incluir o risco de crédito na avaliação justa, o ING aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito («CVA», «DVA»). As próprias dívidas emitidas e os títulos estruturados que são avaliados pelo justo valor são ajustados para o risco de crédito por meio de um DVA. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um CVA. O CVA é de natureza bilateral, tanto o risco de crédito da contraparte, bem como o risco de crédito no ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados de mercado que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte aumenta) estão incluídos no ajuste. O ING também aplica o CVA para fixar o preço do risco de crédito em novas negociações externas com as contrapartes. Para abordar o risco associado à natureza ilíquida da carteira de derivados, o ING aplica um «ajuste de avaliação da liquidez» adicional. O ajuste baseia-se no preço de mercado da liquidez de financiamento e aplica-se aos derivados não garantidos. Este desconto adicional é tido em consideração nos ajustes de avaliação de crédito e débito.

As técnicas de avaliação são de natureza subjetiva e o julgamento significativo está envolvido no estabelecimento de valores justos para determinados ativos e passivos financeiros. As técnicas de avaliação envolvem vários pressupostos sobre os fatores de determinação de preços. A utilização de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos pode produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Os testes de preços são realizados para avaliar se o processo de avaliação levou a um valor justo da posição adequado e a um reflexo adequados destas avaliações na conta de lucros e perdas. Os testes de preços são realizados para minimizar os potenciais riscos para perdas económicas devido a modelos incorretos ou mal utilizados.

É feita referência à Nota 36 «Justo valor de ativos e passivos» e à secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado» para a base da determinação do justo valor de instrumentos financeiros e sensibilidades relacionadas.

g) Princípios de avaliação e determinação de resultados

Consolidação

O ING Bank («o Banco») inclui o ING Bank N.V. («a Empresa») e todas as suas filiais. As demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank incluem as contas do ING Bank N.V e todas as entidades em que detém, direta ou indiretamente, mais de metade do poder de voto ou sobre as quais tenha controlo das políticas operacionais e financeiras através de situações que incluem, nomeadamente:

- Capacidade de nomear ou destituir a maioria do conselho de administração;
- Poder de governar tais políticas sob estatuto ou contrato; e
- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto por meio de acordo com outros investidores.

Existe controlo se o ING Bank estiver exposto a retornos variáveis e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder sobre a investida. Na Nota 46 «Principais filiais» está incluída uma lista das principais filiais.

A existência e efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados para avaliar se o ING Bank controla outra entidade.

Para interesses em veículos de investimento, a existência de controlo é determinada tendo em conta os interesses financeiros do ING Bank por risco próprio e o seu papel como gestor de investimentos.

Os resultados das operações e os ativos líquidos das filiais estão incluídos na conta de lucros e perdas e o balanço financeiro do controlo da data é obtido até o controlo da data se perder. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas, liquidez de custos de transação diretamente atribuíveis e os ativos líquidos está incluída no resultado líquido.

Uma filial que o ING Bank tenha acordado vender, mas que, legalmente, ainda é propriedade do ING Bank pode ser controlada pelo ING Bank na data do balanço financeiro e, assim, ainda ser incluída na consolidação. Essa filial pode ser apresentada como grupo para alienação detido para venda, se forem respeitadas determinadas condições.

Todas as transações entre empresas, balanços e excedentes e défices não realizados em transações entre as empresas do Banco são eliminadas. Sempre que necessário, as políticas contabilísticas utilizadas pelas filiais são alteradas para garantir a consistência com as políticas do ING Bank. No geral, as datas de relato das filiais são as mesmas que a data de relato do ING Bank N.V.

O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de capital que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

Grupos para Alienação Detidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos para alienação (e grupos de ativos não correntes) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperável, principalmente através de uma transação de venda e não através da utilização contínua. Isto só acontece quando a venda é altamente provável e o grupo para alienação (ou grupo de ativos) está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; a administração deve estar empenhada na venda, que está prevista ocorrer no prazo de um ano a partir da data de classificação como detida para venda.

Após a classificação como detida para venda, o valor contabilístico do grupo para alienação (ou grupo de ativos) é comparado ao seu justo valor menos o custo de venda. Se o justo valor menos o custo de venda é inferior ao valor contabilístico, esta perda esperada é reconhecida através de uma redução do valor contabilístico de qualquer goodwill relacionado com o grupo para alienação e o valor contabilístico de outros determinados ativos não correntes não financeiros. Qualquer excesso da perda esperada através da redução do valor contabilístico destes ativos relevantes não é reconhecida após a classificação como detida para venda, mas é reconhecida como parte do resultado da alienação se, e quando, ocorre uma transação de alienação.

Quando um grupo de ativos que é classificado como detido para venda represente uma importante linha de negócios ou área geográfica, o grupo para alienação classifica-se como operações descontinuadas. Após classificação de um negócio como detido para venda e operações descontinuadas, o rendimento e as despesas individuais são classificadas para o resultado líquido total das operações descontinuadas em vez de serem apresentadas nos habituais itens de conta de lucros e perdas consolidados. Todos os anos comparativos na conta de lucros e perdas consolidados são reiterados e apresentados como operações descontinuadas para todos os períodos apresentados. Além disso, os ativos e passivos individuais são apresentados no balanço financeiro consolidado como «Ativos e passivos detidos para venda» e já não estão incluídos nos habituais itens do balanço financeiro. As alterações nos ativos e passivos, como resultado da classificação como detidos para venda, estão incluídas nas notas na rubrica «Alterações na composição do grupo e outras alterações».

Investimentos em associados detidos para venda

Os associados detidos para venda são medidos pelo menor valor entre o valor contabilístico e justo valor menos os custos de venda. Qualquer diminuição subsequente no justo valor menos os custos de venda abaixo deste valor contabilístico serão reconhecidos na conta de lucros e perdas. Os aumentos subsequentes no justo valor só serão reconhecidos na medida em que estes são uma reversão das reduções previamente reconhecidas no justo valor menos os custos de venda. As alterações no justo valor incluem as alterações no valor de mercado das ações listadas e o impacto sobre a moeda estrangeira relacionada. Qualquer dividendo subsequente recebido do associado é reconhecido como rendimento na conta de lucros e perdas, como e quando declarado.

Utilização de estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a utilização de estimativas e pressupostos. Estas estimativas e pressupostos afetam os valores de ativos e passivos e os valores dos passivos contingentes apresentados na data do balanço financeiro, bem como rendimento e despesas apresentadas para o ano. O resultado real pode divergir destas estimativas.

O processo de definição de pressupostos está sujeito a procedimentos de controlo interno e aprovações e tem em consideração estudos internos e externos, estatísticas da indústria, fatores e tendências ambientais e requisitos regulamentares.

Relato por segmentos

Um segmento é um componente distinguível do ING Bank, empenhado em oferecer produtos ou serviços, sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de outros segmentos. Uma área geográfica é um componente distinguível do ING Bank empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de segmentos que operam noutros ambientes económicos. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do ING Bank são medidos utilizando a moeda do principal ambiente económico em que a entidade atua («a moeda funcional»). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda funcional e de apresentação do ING Bank.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data das transações. As diferenças cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio dos ativos e passivos no final do ano denominados em moeda estrangeira são reconhecidas na conta de lucros e perdas, salvo quando diferidas do capital próprio como parte das coberturas de fluxo de caixa qualificadas ou coberturas de investimento líquido qualificadas.

As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através de lucros e perdas, são apresentadas como parte do lucro ou perda de justo valor. Os itens não monetários são reconvertidos à data em que o justo valor é determinado. As diferenças cambiais em itens não monetários, medidas ao justo valor através da reserva de reavaliação, são incluídas na reserva de reavaliação em capital próprio.

Normalmente, as diferenças cambiais na conta de lucros e perdas são incluídas nos resultados líquidos em operações financeiras. É feita referência à Nota 25

«Resultados líquidos em operações financeiras», que divulga os valores incluídos na conta de lucros e perdas. As diferenças cambiais relativas à eliminação de títulos de dívida e títulos de capital próprio disponíveis para venda são consideradas uma parte inerente dos lucros e perdas de capital reconhecidos nos rendimentos de investimento. Como mencionado abaixo nas empresas do Grupo relativas às cessões das empresas do grupo, qualquer diferença cambial diferida em capital próprio é reconhecida na conta de lucros e perdas em Resultado na alienação de empresas do grupo. Também é feita referência à Nota 13 «Capital Próprio», que divulga os valores incluídos na conta de lucros e perdas.

Empresas do grupo

Os resultados e posições financeiras de todas as empresas do grupo que têm uma moeda funcional diferentes da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- Ativos e passivos incluídos em cada balanço financeiro são convertidos à taxa de fecho na data desse balanço financeiro;
- O rendimento e despesas incluídos em cada conta de lucros e perdas são convertidos às taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, caso em que o rendimento e as despesas são convertidos nas datas das transações); e
- Todas as diferenças cambiais são reconhecidas num componente individual do capital próprio.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da conversão de um item monetário que faça parte de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, e de empréstimos e outros instrumentos designados como coberturas desses investimentos, são absorvidas pelo capital próprio dos acionistas. Quando uma operação no estrangeiro é vendida, as diferenças cambiais correspondentes são reconhecidas na conta de lucros e perdas como parte do lucro ou perda na venda.

Os ajustes ao goodwill e ao justo valor decorrentes da aquisição de uma operação no estrangeiro são tratados como ativos e passivos da unidade operacional estrangeira e convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço financeiro.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os justos valores de instrumentos financeiros são baseados em preços de mercado cotados à data do balanço financeiro, quando disponíveis. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros detidos pelo Banco é o preço de oferta atual; o preço de mercado cotado utilizado para os passivos financeiros é o preço de venda atual.

O justo valor de instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo são determinados utilizando técnicas de avaliação. O ING Bank utiliza uma variedade de métodos e faz pressupostos que se baseiam em condições de mercado existente em cada data do balanço financeiro.

É feita referência à Nota 36 «Justo valor de ativos e passivos» e à secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado» para a base da determinação do justo valor de instrumentos financeiros e sensibilidades relacionadas.

Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Reconhecimento de ativos financeiros

Todas as aquisições e vendas de ativos financeiros classificados como justo valor através de lucros e perdas, detidas até ao vencimento e disponíveis para venda que exigem a entrega dentro do prazo estabelecido por regulamentação ou convenção de mercado (aquisições e vendas «de forma regular») são reconhecidas na data de transação, que é a data em que o ING Bank se compromete a adquirir ou vender o ativo. Os empréstimos e os valores a receber são reconhecidos na data de liquidação, que é a data em que o banco recebe ou entrega o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou quando o Banco tiver transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade. Se o ING Bank não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro se já não tiver controlo sobre o ativo.

Passivos financeiros

Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos e desreconhecidos na data de transação.

Lucros e perdas realizados em investimentos

Os lucros e perdas realizados em investimentos são determinados como a diferença entre os resultados das vendas e o custo (amortizado). Para os títulos de capital próprio, o custo é determinado utilizando uma média ponderada por carteira. Para os títulos de dívida, o custo é determinado por identificação específica.

Classificação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, derivados, empréstimos e valores a receber e outros, e incluem as seguintes subcategorias: ativos detidos para negociação, derivados não negociados e ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas pela administração.

Um ativo financeiro é classificado como ao justo valor através de lucros e perdas se adquirido principalmente com o propósito de venda a curto prazo ou se designado pela administração como tal. A administração fará esta designação apenas se isto eliminar uma inconsistência de medição ou se os ativos e passivos relativos forem geridos numa base de justo valor.

Os custos de transação no reconhecimento inicial são registados à medida que são efetuados. O rendimento dos juros dos títulos de dívida e empréstimos e valores a receber classificados como ao justo valor através dos lucros e perdas é reconhecido no rendimento dos juros e Rendimento dos juros na conta de lucros e perdas, utilizando o método do juro efetivo.

O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado como ao justo valor através dos lucros e perdas é geralmente reconhecido no Rendimento dos investimentos na conta de lucros e perdas quando o dividendo tiver sido declarado. Para os derivados, é feita referência à secção «Derivados e contabilidade de cobertura» Para todos os outros ativos financeiros classificados como ao justo valor através dos lucros e perdas, as alterações ao justo valor são reconhecidas nos resultados líquidos em operações financeiras.

Investimentos

Os investimentos (incluindo empréstimos cotados em mercados ativos) são classificados como detidos até ao vencimento ou disponíveis para venda e são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Os títulos de dívida de investimento e empréstimos cotados em mercados ativos com vencimento fixo onde a administração tem a intenção e a capacidade de manter o vencimento são classificados como detido até ao vencimento. Os títulos de investimento e empréstimos ativamente negociados destinados a ser detidos por um período de tempo indefinido, que podem ser vendidos em resposta às necessidades de liquidez ou alterações nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações, são classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem títulos de dívida disponíveis para venda e títulos de capital próprio disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Para títulos de dívida disponíveis para venda, a diferença entre o custo e o valor de resgate é amortizada. O rendimento dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente medidos ao justo valor. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como disponível para venda é reconhecido no Rendimento dos juros e no Rendimento do investimento na conta de lucros e perdas. O rendimento de dividendos dos instrumentos de capital próprio classificado como disponível para venda é geralmente reconhecido no Rendimento dos investimentos na conta de lucros e perdas, onde o dividendo foi declarado. Os lucros e perdas não realizados decorrentes das alterações ao justo valor são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos são eliminados, os ajustes acumulados do justo valor estão incluídos na conta de lucros e perdas como Rendimento do investimento. Para a desvalorização de ativos financeiros disponíveis para venda, é feita referência à secção «Desvalorizações de outros ativos financeiros». Os investimentos em títulos sensíveis ao pré-pagamento, como as parcelas Apenas de Juros e Apenas de Capital, são geralmente classificados como disponíveis para venda.

Investimentos detidos até ao vencimento

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais o Banco tem a intenção positiva e a capacidade de deter até ao vencimento e que são designados pela administração como ativos detidos até ao vencimento, são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. O rendimento dos juros dos títulos de dívida classificado como detido até ao vencimento é reconhecido no Rendimento dos juros na conta de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo. Os investimentos detidos até ao vencimento incluem apenas títulos de dívida.

Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e valores a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado ativo. São inicialmente reconhecidos ao justo valor mais os custos de transação. Posteriormente, são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e os valores a receber incluem Caixa e disponibilidades com bancos centrais, Montantes devidos por bancos, Empréstimos e adiantamentos a clientes e Outros ativos e refletem-se nestas rubricas do balanço financeiro. O rendimento dos juros dos empréstimos e valores a receber é reconhecido no Rendimento dos juros e no Rendimento dos investimentos na conta de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo.

Classificação da gestão do risco de crédito

As divulgações da gestão do risco de crédito são fornecidas na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito». A relação entre as classificações do risco de crédito nessa secção e as classificações do balanço financeiro consolidado acima é explicada abaixo:

- O risco antes da liquidação surge quando uma contraparte não cumpre uma transação antes da liquidação e o ING Bank tem de substituir o contrato por uma transação com outra contraparte ao preço de mercado então em vigor (possivelmente desfavorável). A classificação do risco antes da liquidação refere-se principalmente à classificação Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas do balanço financeiro (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) e financiamento de valores imobiliários;
- O risco do mercado financeiro surge quando o ING Bank coloca depósitos de curto prazo numa contraparte, de modo a gerir o excesso de liquidez e, entre outros, diz respeito aos Montantes das classificações do balanço financeiro devidos por bancos e Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- O risco de crédito surge quando o ING Bank concede um empréstimo a um cliente, ou emite garantias em nome de um cliente e refere-se, principalmente, à classificação do balanço financeiro de Empréstimos e adiantamentos a clientes e itens fora do balanço financeiro, por exemplo, obrigações sob garantias financeiras e cartas de crédito;
- O risco de investimento compreende o incumprimento do crédito e o risco de migração que está associado à carteira de investimentos do ING Bank e refere-se, principalmente, à classificação Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento) do balanço financeiro; e
- O risco de liquidação surge quando existe uma troca de valor (fundos, instrumentos ou matérias-primas) para as mesmas ou diferentes datas de valor e a receção não é verificada ou esperada até que o ING Bank tenha pago ou emitido a sua parte da transação. O risco de liquidação refere-se, principalmente, ao risco decorrente da alienação de instrumentos financeiros que estão classificados como Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas (ativos detidos para negociação e derivados não negociados) e Investimentos (disponíveis para venda e detidos até ao vencimento) do balanço financeiro.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para os itens no balanço financeiro é, geralmente, o valor contabilístico para os ativos financeiros relevantes. Para os itens fora do balanço financeiro, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que poderia ser necessário para ser pago. É feita referência à Nota 43 «Passivos contingentes e compromissos» para estes itens fora do balanço financeiro. As garantias recebidas não são tidas em consideração ao determinar a exposição máxima ao risco de crédito.

A forma como o ING Bank gere o risco de crédito e determina as exposições ao risco de crédito para o efeito é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito».

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data em que um contrato de derivados é celebrado e são subsequentemente medidos ao justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes e técnicas de avaliação (tais como modelos de fluxo de caixa descontado e modelos de fixação de preços), conforme o caso. Todos os derivados são contabilizados como ativos, quando o seu justo valor é positivo e como passivos, quando o seu justo valor é negativo.

Alguns derivados incluídos noutros contratos são medidos como derivados individuais quando as suas características económicas e os riscos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de base, o contrato de base não é contabilizado ao justo valor através de lucros e perdas e se um instrumento com os mesmos termos que o derivado incluído cumprirem a definição de um derivado. Estes derivados incluídos são medidos ao justo valor com alterações no justo valor reconhecido na conta de lucros e perdas. Quando o ING Bank se torna parte do contrato é realizada uma avaliação. A reavaliação é realizada somente quando há uma alteração nos termos do contrato que altera, significativamente, os fluxos de caixa esperados.

O método para reconhecer o ganho ou perda do justo valor resultante depende se o derivado for designado como um instrumento de cobertura e, em caso afirmativo, da natureza do item que está a ser coberto. O ING Bank designa alguns derivados como coberturas do justo valor dos ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (cobertura de justo valor), coberturas de futuros fluxos de caixa altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação prevista (cobertura de fluxo de caixa) ou coberturas de um investimento líquido numa operação no estrangeiro. A contabilidade de cobertura é utilizada para os derivados designados desta forma, desde que certos critérios sejam cumpridos.

No início da transação, o ING Bank documenta a relação entre os instrumentos de cobertura e os itens cobertos, o seu objetivo de gestão do risco, juntamente com os métodos selecionados para avaliar a eficácia da cobertura. O ING Bank também documenta a sua avaliação, tanto no início da cobertura e de uma forma contínua, se os derivados que são utilizados nas transações de cobertura são altamente eficazes na compensação de variações nos justos valores ou fluxos de caixa dos itens cobertos.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» das IFRS-EU da UE. A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja visto em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. De acordo com a «dissociação» das IFRS-EU, a contabilidade de cobertura pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia só surge quando a estimativa revista da quantia de fluxos de caixa em intervalos de tempo regulares fica abaixo da quantia designada desse intervalo de tempo.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor às carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» da UE às suas operações de retalho. As exposições líquidas do financiamento de retalho (poupanças e contas correntes) e empréstimos a retalho (hipotecas) são cobertas. As atividades de cobertura são designadas nos termos de uma carteira de cobertura do justo valor sobre as hipotecas. As alterações no justo valor dos derivados são reconhecidas na conta de lucros e perdas, juntamente com o ajuste do justo valor sobre as hipotecas (itens cobertos), na medida em que são atribuíveis ao risco de taxa de juros (risco coberto).

Coberturas do justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas do justo valor são reconhecidas na conta de lucros e perdas, juntamente com ajustes do justo valor sobre os itens cobertos, na medida em que são atribuíveis ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, o ajuste cumulativo do item coberto é, no caso de instrumentos com juros, amortizado através da conta de lucros e perdas ao longo do prazo restante da cobertura original ou diretamente reconhecido quando o item coberto é desreconhecido. Para os instrumentos sem juros, o ajuste cumulativo do item coberto é reconhecido na conta de lucros e perdas apenas quando o item coberto é desreconhecido.

Coberturas de fluxo de caixa

A parcela efetiva das alterações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas de fluxo de caixa é reconhecida no capital próprio. O lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na conta de lucros e perdas. Os montantes acumulados no capital próprio são reciclados para a conta de lucros e perdas nos períodos em que o item coberto afeta o resultado líquido. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer lucro ou perda cumulativo existente no capital próprio naquele momento, permanece no capital próprio e é reconhecido quando a transação prevista é finalmente reconhecida na conta de lucros e perdas. Quando não se espera que ocorra uma transação prevista, o lucro ou perda cumulativo que foi relatado no capital próprio é imediatamente transferido para a conta de lucros e perdas.

Coberturas de investimento líquido

As coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. Qualquer lucro ou perda no instrumento de cobertura relacionado com a parcela eficaz da cobertura é reconhecido no capital próprio e o lucro ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na conta de lucros e perdas. Os lucros e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na conta de lucros e perdas quando a operação no estrangeiro é alienada.

Derivados não negociados que não se qualificam para a contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados que são utilizados pelo ING Bank como parte das suas estratégias de gestão do risco, mas que não se qualificam para a contabilidade de cobertura no âmbito das políticas contabilísticas do Banco, são apresentados como derivados não negociados. Os derivados não negociados são medidos ao justo valor com alterações no justo valor direcionadas para a conta de lucros e perdas.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido relatado, no balanço financeiro quando o ING Bank tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A compensação é aplicada a determinados swaps de taxas de juro para os quais são utilizados os serviços de uma câmara de compensação central. Além disso, a compensação também se aplica a determinadas contas correntes para as quais as características do produto e procedimentos internos permitem uma apresentação líquida nos termos das IFRS-EU.

Operações de recompra e operações com acordo de revenda

Os títulos vendidos sujeitos a acordos de recompra («repos») são mantidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os passivos da contraparte estão incluídos nos Montantes devidos aos bancos, Outros financiamentos contraídos, Depósitos de clientes e outros fundos em depósito ou Negociação, conforme apropriado.

Os títulos comprados com acordos de revenda («reverse repos») são reconhecidos como Empréstimos e adiantamentos a clientes, Montantes devidos por bancos ou Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas - Ativos detidos para negociação, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e amortizada ao longo da duração do acordo utilizando o método do juro efetivo.

Desvalorização de empréstimos e adiantamentos a clientes (provisões para perdas por empréstimos duvidosos)

O ING Bank avalia periodicamente, e em cada data do balanço financeiro, se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado e incorre-se em perdas por imparidade se, e somente se, houver uma prova objetiva de desvalorização como resultado de um ou mais acontecimento que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço financeiro, (um «acontecimento de perda») e esse acontecimento de perda (ou acontecimentos) tem impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma fiável. As seguintes circunstâncias, entre outras, são consideradas uma prova objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado:

- O mutuário procurou ou foi colocado em falência ou proteção semelhante e isto leva a evitar ou a atrasar os reembolsos do ativo financeiro;
- O mutuário falhou no reembolso do capital, juros ou taxas e a falta de pagamento permaneceu sem solução por um determinado período de tempo;
- O mutuário demonstrou dificuldades financeiras significativas, na medida em que terá um impacto negativo nos futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro;
- A obrigação de crédito foi reestruturada por razões não comerciais. O ING Bank concedeu concessões, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuador, cujo efeito é uma redução nos futuros fluxos de caixa esperados do ativo financeiro; e
- A experiência histórica, atualizada para acontecimentos atuais quando necessário, oferece provas de que uma parte de um grupo de ativos está desvalorizada, embora os acontecimentos relacionados, que representam desencadeadores de desvalorização, ainda não estejam capturados pelos sistemas de risco de crédito do ING Bank.

Em determinadas circunstâncias, o ING concede um adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros ao mutuador durante um período de tempo para maximizar as oportunidades de coleta e, se possível, evitar o incumprimento, encerramento ou recuperação. Quando esse adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é executado com base em preocupações de crédito, também é referido como «tolerância». No geral, a tolerância representa um desencadeador de desvalorização nos termos das IFRS-EU. Em tais casos, o valor presente líquido do adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamento de juros é tido em consideração na determinação do nível adequado de aprovisionamento para Perdas por Empréstimos Duvidosos. Se a tolerância resultar numa modificação substancial dos termos do empréstimo, o empréstimo original é anulado e um novo empréstimo é reconhecido pelo seu justo valor na data da modificação.

O ING Bank não considera acontecimentos que possam vir a ocorrer no futuro como prova objetiva e, consequentemente, não são utilizados como base para concluir que um ativo financeiro ou grupo de ativos é desvalorizado.

Na determinação da desvalorização, os futuros fluxos de caixa esperados são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos ativos na carteira e na experiência histórica de perdas para ativos com características de risco de crédito semelhantes às da carteira. A experiência histórica de perdas é ajustada com base nos atuais dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais que não afetaram o período em que a experiência histórica de perda se baseia e para retirar os efeitos das condições, que não existem atualmente, no período histórico. As perdas esperadas como resultado de acontecimentos futuros, não importa quão prováveis sejam, não são reconhecidas.

Em primeiro lugar, o ING Bank avalia se a prova objetiva de desvalorização existe individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos e, em seguida, individualmente ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos. Se o ING Bank determinar que não existe prova objetiva de desvalorização para um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, inclui o ativo num grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avalia-os coletivamente para a desvalorização. Os ativos que são avaliados individualmente para a desvalorização, e para os quais uma perda por imparidade é ou continua a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação coletiva de desvalorização.

Se existir prova objetiva de que se incorreu numa perda por imparidade num ativo pelo custo amortizado, o valor da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contabilístico do ativo é reduzido através da utilização de uma conta de provisão («Provisão para perdas por empréstimos duvidosos») e o valor da perda é reconhecido na conta de lucros e perdas na secção «Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos». Se o ativo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda por imparidade é a atual taxa de juros efetiva determinada nos termos do contrato.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da desvalorização, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhantes. Estas características são relevantes para a estimativa de futuros fluxos de caixa para os grupos desses ativos, por serem indicativas da capacidade que o devedor tem de pagar todos os valores devidos de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados. A avaliação coletiva da desvalorização inclui a aplicação de um «período de confirmação da perda» para as probabilidades de incumprimento. O período de confirmação da perda é um conceito que reconhece que existe um período de tempo entre o aparecimento de desencadeadores de desvalorização e a altura em que esses acontecimentos são capturados pelos sistemas de risco de crédito do ING Bank. Por conseguinte, a aplicação do período de confirmação da perda garante que as desvalorizações incorridas, mas ainda não identificadas, são adequadamente refletidas nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos no ING Bank. Embora os períodos de confirmação da perda sejam inerentemente incertos, o ING Bank aplica estimativas às sub-carteiras (ex.: grandes empresas, pequenas e médias empresas e carteiras de retalho) que refletem fatores como a frequência com que os clientes na sub-carreira divulgam informações confidenciais sobre o risco de crédito e a frequência com que são sujeitos a revisão pelos gestores de conta do ING Bank. Geralmente, a frequência aumenta em relação à dimensão do mutuador. Os períodos de confirmação da perda baseiam-se na experiência histórica e são validados, e revistos quando necessário, através de verificações *a posteriori* regulares para garantir que refletem a experiência recente e acontecimentos atuais.

Se, num período subsequente, o valor da perda por imparidade decresce e o decréscimo pode ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorre após a desvalorização ser reconhecida (como uma desvalorização na notação de risco do devedor), a perda por imparidade previamente reconhecida é revertida pelo ajuste na provisão. O valor da reversão é reconhecido na conta de lucros e perdas.

Quando um empréstimo é incobrável, é cancelado mediante a previsão para as perdas por empréstimos duvidosos relacionados. Estes empréstimos são cancelados depois de terem sido concluídos todos os procedimentos necessários e o valor da perda ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores anteriormente cancelados são reconhecidas na conta de lucros e perdas.

Na maior parte das carteiras de Retalho, o ING Bank tem uma política de cancelamento que exige 100 % de provisão para toda a exposição a retalho após 2 anos (3 anos para hipotecas), a seguir à data do último incumprimento.

Depreciação de outros ativos financeiros

Em cada data do balanço financeiro, o ING Bank avalia se existem provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está desvalorizado. No caso específico de investimentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, é considerada uma queda significativa ou prolongada no justo valor do título abaixo do seu custo para determinar se os ativos estão desvalorizados. «Significativo» e «prolongado» são interpretados numa base caso-a-caso para títulos de capital próprio específicos; geralmente, 25 % e 6 meses são utilizados como desencadeadores. Se existir uma prova objetiva para investimentos em créditos ou capital próprio disponíveis para venda, a perda cumulativa - medida como a diferença entre o custo de aquisição e o atual justo valor, menos qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado líquido - é retirada do capital próprio e reconhecida na conta de lucros e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos instrumentos de capital próprio nunca podem ser revertidas. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorreu após a perda por imparidade ter sido reconhecida na conta de lucros e perdas, a perda por imparidade é revertida através da conta de lucros e perdas.

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

As filiais são todas as entidades sobre as quais o ING Bank tem uma influência significativa, mas não o controlo. Geralmente, a influência significativa resulta de uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto, mas também a capacidade de participar nas políticas financeiras e operacionais através de situações que incluem, nomeadamente, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- Representação no Conselho de Administração;
- Participação no processo de formulação de políticas e
- Intercâmbio de pessoal administrativo.

Os empreendimentos conjuntos são entidades sobre as quais o ING Bank detém controlo conjunto. O controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo de um acordo ou entidade, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo. O controlo conjunto significa que nenhuma das partes do acordo é capaz de agir unilateralmente para controlar a atividade da entidade. As partes do acordo devem agir em conjunto para controlar a entidade e, assim, exercer o controlo conjunto.

Os investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos são inicialmente reconhecidos pelo custo e posteriormente contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

O investimento em filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada) inclui o goodwill identificado na aquisição. A quota-parte dos lucros ou perdas pós-aquisição das filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank é reconhecida na conta de lucros e perdas e a sua quota-parte de alterações pós-aquisição em reservas é reconhecida no capital próprio. As alterações cumulativas pós-aquisição são ajustadas em relação ao valor contabilístico do investimento. Quando a quota-parte de perdas do ING Bank numa filial ou empreendimento conjunto é igual ou superior à sua participação na filial ou empreendimento conjunto, incluindo quaisquer outros valores a receber não garantidos, o ING Bank não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da filial ou empreendimento conjunto.

Os lucros e transações não realizados entre o ING Bank e as suas filiais e empreendimentos conjuntos são eliminados à medida dos juros do ING Bank nas filiais e empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que ofereçam provas de uma desvalorização do ativo transferido. As políticas contabilísticas das filiais e empreendimentos conjuntos foram alteradas, quando necessário, para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo ING Bank. As datas de relato de todas as filiais e empreendimentos conjuntos significativos são consistentes com a data de relato do ING Bank.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. As alterações no valor contabilístico resultantes de reavaliações são reconhecidas na conta de lucros e perdas. Na alienação, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico é reconhecida na conta de lucros e perdas.

O justo valor dos investimentos imobiliários baseia-se em avaliações regulares feitas por avaliadores qualificados independentes. Para cada período de relato, cada bem é avaliado por um avaliador independente ou internamente. A indexação é utilizada quando um bem é avaliado internamente. O índice baseia-se nos resultados das avaliações independentes realizadas nesse período. As transações e cessões de mercado feitas pelo ING Bank são monitorizadas como parte dos procedimentos de validação para testar a metodologia de indexação. As avaliações feitas no início do ano são atualizadas, se necessário, para refletirem a situação no final do ano. Todas as propriedades são avaliadas independentemente, pelo menos, de cinco em cinco anos e com mais frequência, se necessário.

Os justos valores representam o valor estimado pelo qual as propriedades podem ser trocadas na data de avaliação entre o potencial comprador e o potencial vendedor numa transação à distância após a devida comercialização, considerando que cada uma das partes agiu de forma esclarecida, prudente e sem coação. Os justos valores baseiam-se em avaliações utilizando métodos de avaliação, como: transações de mercado comparáveis, capitalização de métodos de rendimento ou cálculos de fluxo de caixa descontado. O pressuposto subjacente utilizado na avaliação é que as propriedades são alugadas ou vendidas a terceiros com base no atual estado de locação. As análises do fluxo de caixa descontado e a capitalização do método de rendimento baseiam-se em cálculos sobre o futuro rendimento, de acordo com os termos das locações existentes e estimativas dos valores de renda para novas locações, quando as locações expiram, e incentivos, como períodos de aluguer gratuito. Os fluxos de caixa são descontados utilizando taxas de juros baseadas no mercado que refletem adequadamente as características de risco imobiliário.

Nos últimos anos, as condições de mercado originaram um nível reduzido de transações imobiliárias. Os valores das transações foram afetados por baixos volumes de transações reais. Como resultado, as transações de mercado comparáveis foram menos usadas na avaliação dos investimentos imobiliários do ING por parte dos avaliadores qualificados independentes. Foi dada mais importância às análises de fluxos de caixa descontados e à capitalização do método de rendimento.

É feita referência à Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos» para maior divulgação sobre os justos valores dos investimentos imobiliários.

A avaliação imobiliária envolve vários pressupostos e técnicas. A utilização de diferentes pressupostos e técnicas pode produzir avaliações significativamente diferentes. Consequentemente, os justos valores apresentados podem não ser indicativos do valor realizável líquido. Além disso, o cálculo do justo valor estimado baseia-se nas condições de mercado num determinado ponto específico no tempo e não pode ser indicativo dos justos valores futuros. Para ilustrar a incerteza da nossa avaliação dos investimentos imobiliários, está disponível uma análise de sensibilidade sobre as variações do justo valor imobiliário na secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado».

O ING Bank detém uma carteira imobiliária, diversificada por região, por segmento de investimento (Empresarial, Retalho e Residencial) e por tipo de investimento. A avaliação de diferentes investimentos é feita através de diferentes taxas de desconto («rendimentos»), dependente das características específicas de cada propriedade, incluindo a ocupação, qualidade dos pagamentos de rendas e circunstâncias específicas do mercado local.

A avaliação de investimentos imobiliários tem as ofertas (previstas) em consideração. As taxas de ocupação diferem significativamente de investimento para investimento.

Para os investimentos imobiliários detidos através de (participações minoritárias em) fundos de investimento imobiliário, as avaliações são realizadas sob a responsabilidade do gestor do ativo dos fundos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como parte do valor contabilístico do ativo somente quando for provável que os futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para o ING Bank e o custo pode ser medido de forma fiável. Todas as outras recuperações e custos de manutenção são reconhecidos na conta de lucros e perdas.

Propriedade e equipamento

Propriedade de uso próprio

Os terrenos e edifícios detidos para uso próprio são reconhecidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Os aumentos no valor contabilístico decorrentes da reavaliação dos terrenos e edifícios detidos para uso próprio são creditados na reserva de reavaliação do capital próprio do acionista. A redução do valor contabilístico que compensa os aumentos anteriores do mesmo ativo são cobrados contra a reserva de reavaliação diretamente no capital próprio; as restantes reduções são cobradas na conta de lucros e perdas. Os aumentos que revertem uma redução da reavaliação no mesmo ativo previamente reconhecido no resultado líquido são reconhecidos na conta de lucros e perdas. A depreciação é reconhecida com base no justo valor e na vida útil estimada (20 a 50 anos, no geral). A depreciação é calculada numa base linear. Na alienação, a reserva de reavaliação relacionada é transferida para os lucros retidos.

O justo valor dos terrenos e edifícios baseia-se em avaliações regulares feitas por avaliadores qualificados independentes ou internamente, semelhante às avaliações dos investimentos imobiliários. O gasto subsequente é incluído no valor contabilístico do ativo quando é provável que os futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para o ING Bank e o custo pode ser medido de forma fiável.

Propriedades obtidas através de execuções hipotecárias

As propriedades obtidas através de execuções hipotecárias são demonstradas pelo menor custo e valor líquido realizável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis. As propriedades obtidas através de execuções hipotecárias estão incluídas em Outros ativos - Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

Promoção imobiliária

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão está incluída em Outros ativos – Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias.

A propriedade de investimento desenvolvida ou em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade após a sua conclusão, e onde ainda não existe um contrato especificamente negociado, é medida ao custo de construção direto incorrido até à data do balanço financeiro, incluindo custos de empréstimos obtidos incorridos durante a construção e despesas de supervisão e desenvolvimento diretamente atribuíveis ao ING Bank, menos quaisquer perdas por imparidade. O lucro é reconhecido através do método de contrato concluído (na data de venda da propriedade). A desvalorização é reconhecida se o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas de vendas variáveis aplicáveis, for inferior ao valor contabilístico.

A propriedade de investimento em desenvolvimento pela qual o ING Bank tem a intenção de vender a propriedade em desenvolvimento após a sua conclusão e onde existe um contrato especificamente negociado é avaliada utilizando o método de percentagem de conclusão (reconhecimento do lucro *pro rata*). A fase de conclusão é medida por referência aos custos incorridos à data, como percentagem dos custos totais estimados para cada contrato.

A propriedade de investimento em desenvolvimento é contabilizada pelo justo valor (com alterações no justo valor reconhecidas na conta de lucros e perdas) se o ING Bank tiver a intenção de reconhecer a propriedade de investimento em construção após a conclusão dos investimentos imobiliários.

Equipamento

O equipamento é contabilizado pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante as suas vidas úteis estimadas que, geralmente, são as seguintes: dois a cinco anos para equipamentos de processamento de dados e quatro a dez anos para instalações e acessórios. As despesas incorridas na manutenção e reparação são reconhecidas na conta de lucros e perdas quando incorridas. As despesas incorridas em grandes melhorias são capitalizadas e depreciadas.

Ativos sob locações operacionais

Os ativos locados segundo locações operacionais em que o ING Bank é o locador são contabilizados pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo dos ativos é depreciado numa base linear durante o prazo de locação.

Cessões

A diferença entre os produtos de uma alienação e o valor contabilístico líquido é reconhecida na conta de lucros e perdas na rubrica Outros rendimentos.

Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos incorridos pela construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo que é necessário para concluir e preparar o ativo para a sua utilização pretendida. Os custos de empréstimos obtidos são determinados pelo custo médio ponderado de capital do projeto.

Locações

Determinar se um acordo é ou contém uma locação baseia-se na substância do acordo na data de início.

O ING Bank como locatário

As locações celebradas pelo ING Bank são, essencialmente, locações operacionais. O total de pagamentos efetuados para locações operacionais é reconhecido na conta de lucros e perdas, numa base linear, durante o período da locação.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer sanção pecuniária compulsória a ser feita ao locador é reconhecida como uma despesa no período em que a rescisão ocorre.

O ING Bank como locador

Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação financeira, o valor presente dos pagamentos da locação é reconhecido como um valor a receber com Empréstimos e adiantamentos a clientes ou Montantes devidos por bancos. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor presente do valor a receber é o rendimento financeiro da locação não recebido. O rendimento de locação é reconhecido durante o prazo de locação através do método de investimento líquido (antes de impostos), que reflete uma taxa de retorno periódica constante. Quando os ativos são detidos sujeitos a uma locação operacional, os ativos são incluídos nos Ativos sob locações operacionais.

Aquisições, goodwill e outros ativos intangíveis

Aquisições e goodwill

As aquisições do ING Bank são contabilizadas através do método de contabilização da aquisição. A consideração para cada aquisição é medida pelo total dos justos valores (à data da troca) dos ativos concedidos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de capital próprio emitidos em troca de controlo da adquirida. O goodwill, sendo a diferença entre o custo da aquisição (incluindo a dívida assumida) e a participação do Banco no justo valor dos ativos e passivos adquiridos e passivos contingentes a partir da data de aquisição, é capitalizado como um ativo intangível. Os resultados das operações das empresas adquiridas são incluídos na conta de lucros e perdas a partir da data em que o controlo é adquirido.

Quando aplicável, a retribuição para a aquisição inclui qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de retribuição contingente, medido pelo seu justo valor na data de aquisição. As alterações subsequentes no justo valor da retribuição contingente classificado como um ativo ou passivo são contabilizadas de acordo com as IFRS relevantes, tendo em conta o período de contabilização inicial abaixo. As alterações no justo valor da retribuição contingente classificado como capital próprio não são reconhecidas.

Quando uma concentração de atividades empresariais é realizada em etapas, a participação previamente detida do ING Bank nos ativos e passivos da entidade adquirida são reavaliadas ao justo valor na data de aquisição (ou seja, a data em que o ING Bank obtém o controlo) e os lucros e perdas resultantes, se houver, são reconhecidos na conta de lucros e perdas. Os valores decorrentes da participação na aquisição antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em outros rendimentos integrais são reclassificados para a conta de lucros e perdas, onde tal tratamento seria adequado se essa participação fosse alienada. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos na conta de lucros e perdas como incorridos e apresentados na conta de lucros e perdas como Outras despesas operacionais.

Até 2009, antes de a IFRS 3 «Concentração de Atividades Empresariais» ser revista, a contabilização das participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da entidade adquirida não foram reavaliadas na data de aquisição e os custos relacionados com a aquisição foram considerados parte da retribuição total.

A contabilização inicial para o justo valor dos ativos líquidos das empresas adquiridas durante o ano pode ser determinada apenas provisoriamente, uma vez que a determinação do justo valor pode ser complexa e o tempo entre a aquisição e a preparação das Contas Anuais pode ser limitado. A contabilização inicial deve ser concluída no prazo de um ano após a aquisição.

O goodwill só é capitalizado em aquisições. O goodwill é alocado às unidades de referência para efeitos de testes de imparidade. Estas unidades de referência representam o nível mais baixo a que o goodwill é monitorizado para efeitos de gestão interna. Este teste é feito anualmente ou com mais frequência se existirem indicadores de desvalorização. De acordo com os testes de imparidade, o valor contabilístico das unidades de referência (incluindo goodwill) é comparado ao seu valor recuperável, que é o maior do seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ajustes ao justo valor na data de aquisição dos ativos e passivos adquiridos, que são identificados no prazo de um ano após a aquisição, são reconhecidos como um ajuste ao goodwill; qualquer ajuste subsequente é reconhecido como rendimento ou despesa. Na alienação das empresas do grupo, a diferença entre os resultados das vendas e o valor contabilístico (incluindo o goodwill) e os resultados não realizados (incluindo a reserva de conversão de moeda estrangeira em capital próprio) é incluída na conta de lucros e perdas.

Software informático

O software informático que tenha sido adquirido ou gerado internamente para uso próprio é demonstrado pelo custo menos a amortização e quaisquer perdas por imparidade. A amortização é calculada numa base linear ao longo da sua vida útil. Este período não será superior a três anos. A amortização está incluída em Outras despesas operacionais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis são capitalizados e amortizados ao longo da sua vida económica esperada, que é, geralmente, entre três a dez anos. Os ativos intangíveis com uma vida indefinida não são amortizados.

Tributação

O imposto sobre o rendimento do resultado do exercício compreende os impostos correntes e deferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na conta de lucros e perdas, mas é diretamente reconhecido no capital próprio se o imposto estiver relacionado com itens que são diretamente reconhecidos no capital próprio.

Imposto sobre o rendimento deferido

O imposto sobre o rendimento deferido é indicado na íntegra, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases tributárias dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto sobre o rendimento deferido é determinado utilizando as taxas de imposto (e leis) que foram decretadas ou parcialmente decretadas na data do balanço financeiro e que se espera que sejam aplicadas quando o ativo relativo ao imposto sobre o rendimento deferido for realizado ou o passivo do imposto sobre o rendimento deferido for liquidado. Ativos e passivos por impostos deferidos não são descontados.

Os ativos por impostos deferidos são reconhecidos quando é provável que o futuro lucro tributável fique disponível e contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas. Os impostos deferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em subsidiárias e filiais, exceto quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo ING Bank e é provável que a diferença não reverta no futuro próximo. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais disponíveis para serem transferidos são reconhecidos como um ativo quando é provável que os futuros lucros tributáveis fiquem disponíveis e contra o qual estes prejuízos podem ser utilizados.

O imposto deferido relacionado a remediação do justo valor dos investimentos disponíveis para venda e das coberturas de fluxo de caixa, que são diretamente reconhecidas no capital próprio, também é diretamente reconhecido no capital próprio e é posteriormente reconhecido na conta de lucros e perdas juntamente com o lucro ou perda deferido.

As posições fiscais incertas são avaliadas continuamente pelo ING Bank e, caso seja provável que haja uma saída de caixa, o passivo fiscal corrente é reconhecido.

Passivos financeiros

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem as seguintes subcategorias: ações preferenciais, outros financiamentos contraídos, títulos de dívida emitidos, empréstimos subordinados, montantes devidos a bancos e depósitos de clientes e outros fundos em depósito.

As ações preferenciais, que implicam um cupão obrigatório ou que podem ser resgatáveis numa data específica ou por ação do acionista, são classificadas como passivos financeiros. Os dividendos destas ações preferenciais são reconhecidos na conta de lucros e perdas como Despesas com juros, utilizando o método do juro efetivo.

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos ao emitir receitas (justo valor da retribuição recebida) líquidas dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre as receitas, liquidez dos custos de transação e valor de resgate é reconhecida na conta de lucros e perdas durante o período dos empréstimos utilizando o método do juro efetivo.

Se o ING Bank adquirir a sua própria dívida, é retirada do balanço financeiro, e a diferença entre o valor contabilístico do passivo e a retribuição paga é incluída na conta de lucros e perdas.

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Os passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas incluem as seguintes subcategorias: passivos detidos para negociação, derivados não negociados e outros passivos financeiros designados ao justo valor através dos lucros e perdas pela administração. Os passivos detidos para negociação incluem os títulos de capital próprio, os títulos de dívida, fundos em depósito e derivados. A administração fará esta designação apenas se isto eliminar uma inconsistência de medição ou se os ativos e passivos relacionados forem geridos numa base de justo valor. O ING Bank designou uma parte insignificante da dívida emitida, relacionada com as atividades de criação de mercado, ao justo valor através dos lucros e perdas. A dívida emitida é composta, essencialmente, por obrigações próprias. A designação pelo justo valor através de lucros e perdas elimina a inconsistência no tempo de reconhecimento dos lucros e perdas. Todos os outros passivos financeiros são medidos ao custo amortizado.

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o emitente faça pagamentos especificados para reembolsar o detentor por uma perda em que incorre porque um devedor especificado não efetua os pagamentos quando devidos, em conformidade com os termos de um instrumento de dívida. Estas garantias financeiras são inicialmente reconhecidas ao justo valor e posteriormente medidas pelo maior valor da melhor estimativa descontada da obrigação de garantia e o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada para refletir os princípios de reconhecimento de receita.

Outros passivos

Planos de benefícios definidos

O ativo/passivo de benefícios líquidos definidos reconhecidos no balanço financeiro em relação aos planos de pensões de benefício definidos é o justo valor dos ativos do plano menos o valor presente da obrigação de benefícios definida na data do balanço financeiro.

Os ativos do plano são medidos ao justo valor na data do balanço financeiro. Para determinar as despesas com pensões, o retorno dos ativos do plano é determinado utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade e idêntica à taxa de desconto utilizada na determinação da obrigação de benefícios líquida.

As alterações nos ativos do plano que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido, incluem, principalmente:

- retorno dos ativos do plano utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade no início do período de relato, que são reconhecidos como custos com funcionários na conta de lucros e perdas; e
- remensurações que são reconhecidas em outros rendimentos integrais (capital próprio).

A obrigação de benefícios definida é calculada por atuários internos e externos através de modelos e cálculos atuariais, utilizando o método da unidade de crédito projetada. Este método considera os futuros pagamentos esperados necessários para liquidar a obrigação resultante dos serviços dos funcionários nos períodos correntes e anteriores, descontados através de uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade. Inerente a esses modelos atuariais estão pressupostos, incluindo as taxas de desconto, taxas de aumento nos níveis salariais e de benefícios futuros, taxas de mortalidade, taxas de tendência dos custos de cuidados da saúde, índice de preços no consumidor e o nível esperado de indexação. Os pressupostos baseiam-se em dados de mercado disponíveis, bem como em expectativas da administração, e são atualizados regularmente. Os pressupostos atuariais podem diferir significativamente dos resultados reais devido a alterações nas condições de mercado, tendências económicas e de mortalidade e outros pressupostos. Quaisquer alterações nestes pressupostos podem ter um impacto significativo sobre a obrigação do plano de benefícios definido e nos futuros custos com pensões.

As alterações na obrigação de benefícios definida que afetam o capital próprio do Acionista e/ou o resultado líquido incluem, principalmente:

- o custo dos serviços, que é reconhecido como custos com funcionários na conta de lucros e perdas;
- despesas com juros utilizando uma taxa de obrigação da empresa de alta qualidade no início do período e que são reconhecidas como custos com funcionários na conta de lucros e perdas; e
- remensurações que são reconhecidas em outros rendimentos integrais (capital próprio).

As remensurações que são reconhecidas em outros rendimentos integrais não são recicladas para os lucros e perdas. Qualquer custo dos serviços anterior relacionado com uma alteração ao plano é reconhecido nos lucros e perdas no período da alteração ao plano. Os lucros e perdas em cortes e liquidações são reconhecidos na conta de lucros e perdas quando ocorre um corte ou liquidação.

O reconhecimento de um ativo de benefícios líquido no balanço financeiro consolidado é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios económicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em futuras contribuições para os planos.

Planos de contribuição definidos

Para os planos de contribuição definidos, o ING Bank paga contribuições a planos de seguros de pensões administrados de forma pública ou privada com caráter obrigatório, contratual ou voluntário. O ING Bank deixa de ter obrigações de pagamento assim que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com funcionários nos lucros e perdas quando são devidas. As contribuições pré-pagas são reconhecidas como um ativo, na medida em que uma restituição de dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros está disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas do ING Bank oferecem cuidados de saúde e outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. O direito a estes benefícios é, normalmente, condicionado pela permanência em serviço do funcionário até à idade da reforma e pelo cumprimento de um período mínimo de serviço. Os custos esperados destes benefícios são acumulados durante o período de atividade, utilizando uma metodologia semelhante à do plano de pensões de benefício definido.

Outras provisões

Uma provisão envolve uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da empresa que incluem benefícios económicos, contudo, a periodicidade ou o valor são incertos. As provisões são descontadas quando o efeito do valor temporal do dinheiro é significativo, utilizando uma taxa de descontos antes de impostos. A determinação das provisões é um processo inerentemente incerto que envolve estimativas sobre os valores e a periodicidade dos fluxos de caixa.

As provisões de reorganização incluem benefícios dos funcionários por cessação de emprego quando o ING Bank está comprovadamente empenhado em rescindir o emprego dos atuais funcionários, de acordo com um plano formal detalhado sem possibilidade de retirada, ou prestando benefícios por cessação como resultado de uma oferta feita para incentivar o despedimento voluntário.

Um passivo é reconhecido por uma taxa quando a atividade que desencadeia o pagamento, conforme identificado pela legislação pertinente, ocorre. Para uma taxa que é acionada ao atingir um limite mínimo, o passivo é reconhecido apenas após atingir o limite mínimo especificado.

Reconhecimento de rendimentos

Juros

O rendimento dos juros e despesas são reconhecidos na conta de lucros e perdas utilizando o método do juro efetivo. O método do juro efetivo é um método para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro e para alocar os rendimentos dos juros ou despesas dos juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos em dinheiro estimados ou recebimentos através da duração esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto para o valor contabilístico líquido do ativo financeiro ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efetiva, o ING Bank estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pré-pagamento), mas não considera futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que são parte integral da taxa de juros efetiva, custos de transação e todos os outros prémios e descontos. Assim que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros semelhantes, tenha sido amortizado como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento dos juros é reconhecido utilizando a taxa de juros usada para descontar os futuros fluxos de caixa para efeitos de medição da perda por imparidade.

Todos os rendimentos dos juros e despesas das posições de negociação e derivados não negociados são classificados como rendimento dos juros e despesas com juros na conta de lucros e perdas. As alterações no «justo valor limpo» são incluídas nos resultados líquidos em operações financeiras e os resultados da Avaliação são incluídos nos derivados não negociados.

Taxas e comissões

As taxas e as comissões são, geralmente, reconhecidas à medida que o serviço é prestado. As taxas de compromisso de empréstimo para os empréstimos suscetíveis de ser cobrados são diferidos (juntamente com os custos diretos relacionados) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva sobre o empréstimo. As taxas de sindicância de empréstimos são reconhecidas como rendimento quando a sindicância foi concluída e o ING Bank não reteve nenhuma parte do pacote de empréstimos para si mesmo ou reteve uma parte com a mesma taxa de juros efetiva como os outros participantes. As comissões e taxas decorrentes da negociação, ou que participem na negociação, de uma transação para terceiros - como o acordo da aquisição de ações ou outros títulos ou a compra ou venda de empresas - são reconhecidas na conclusão da transação subjacente. Os serviços de consultoria de carteiras e outra gestão e as taxas de serviços são reconhecidas com base nos contratos de serviços aplicáveis à medida que o serviço é prestado. As taxas de gestão dos ativos relacionadas com os fundos de investimento e as taxas de contratos de investimento são reconhecidas numa base *pro-rata* durante o período em que o serviço é prestado. O mesmo princípio é aplicado aos serviços de gestão de fortunas, planeamento financeiro e de custódia que são continuamente prestados durante um período de tempo prolongado. As taxas cobradas e pagas entre os bancos para os serviços de pagamento são classificadas como receitas e despesas de comissões.

Rendimento de locação

As receitas provenientes de ativos cedidos por locação sob locações operacionais são reconhecidas numa base linear ao longo da duração do contrato de locação. Os pagamentos da locação recebidos em relação a locações financeiras quando o ING Bank é o locador são divididos numa componente de juros (reconhecida como rendimento dos juros) e numa componente de reembolso.

Reconhecimento de despesas

As despesas são reconhecidas na conta de lucros e perdas como incorridas quando surge uma redução nos benefícios económicos futuros relacionada com uma redução num ativo ou um aumento num passivo que pode ser medido de forma confiável.

Pagamentos com base em ações

As despesas de pagamentos com base em ações são reconhecidas como despesas com funcionários durante o período de aquisição. Um aumento correspondente no capital próprio é reconhecido para as transações de pagamentos com base em ações liquidadas com capital próprio. O justo valor das transações de pagamento com base em ações liquidadas com capital próprio é medido na data de concessão. Os direitos concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de pagamento com base em ações seja descontinuado. Os direitos estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo pré-determinado.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições correspondentes serão cumpridas. Quando o subsídio diz respeito a um item de despesa, o subsídio é reconhecido durante o período necessário para combinar o subsídio, numa base sistemática, com a despesa que se destina a compensar. Neste caso, o subsídio é deduzido da despesa referente na conta de lucros e perdas.

Atividades fiduciárias

O ING Bank atua, geralmente, como fiduciário e noutras capacidades fiduciárias que resultem na detenção ou colocação de ativos em nome de pessoas singulares, *trusts*, planos de benefícios de reforma e outras instituições. Estes ativos e rendimentos daí decorrentes são excluídos destas demonstrações financeiras, uma vez que não são ativos do ING Bank.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto, classificando os fluxos de caixa como fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. No fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, o resultado antes de impostos é ajustado para esses itens na conta de lucros e perdas e alterações nos itens do balanço financeiro, que não resultam em fluxos de caixa reais durante o ano.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa e os equivalentes de caixa abrangem saldos com maturidade inferior a três meses a partir da data de aquisição, incluindo caixa e balanços com bancos centrais, bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis, montantes devidos por bancos e montantes devidos a bancos. Os investimentos qualificam-se como equivalente de caixa se são prontamente convertíveis numa quantia de dinheiro conhecida e estão sujeitos a um insignificante risco de alterações no valor.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data dos fluxos de caixa.

O fluxo de caixa líquido mostrado em relação aos Empréstimos e adiantamentos a clientes refere-se apenas às transações que envolvem pagamentos ou recebimentos reais. A Adição às provisões para perdas por empréstimos duvidosos que é deduzida da rubrica Empréstimos e adiantamentos a clientes no balanço financeiro foi ajustada em conformidade a partir do resultado antes de impostos e é mostrada separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

A diferença entre o fluxo de caixa líquido em conformidade com a demonstração dos fluxos de caixa e a alteração na Caixa e equivalentes de caixa no balanço financeiro deve-se às diferenças cambiais e é contabilizada individualmente como parte da reconciliação do fluxo de caixa líquido e da alteração da Caixa e equivalentes de caixa no balanço financeiro.

h) Contas da empresa-mãe

As contas da empresa-mãe do ING Bank N.V. são preparadas de acordo com os requisitos de relatório financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Notas ao balanço financeiro consolidado**Ativos****2 Caixa e disponibilidades com bancos centrais****Caixa e disponibilidades com bancos centrais**

	2015	2014
Montantes detidos em bancos centrais	19 753	10 548
Caixa e disponibilidades bancárias	1 705	1 674
	21 458	12 222

Em 2015, o aumento da Caixa e disponibilidades com bancos centrais deveu-se, sobretudo, ao excesso de liquidez, resultando em colocações mais elevadas em bancos centrais, principalmente na Holanda, Reino Unido, Japão, Suíça e Bélgica.

Os montantes detidos em bancos centrais refletem os saldos da procura.

É feita referência à Nota 40 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Saldos bancários com bancos centrais.

3 Montantes devidos por bancos

Montantes devidos por bancos	Internacional				Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Holanda						
Empréstimos e adiantamentos a bancos	11 542	11 833	17 472	24 183	29 014	36 016
Adiantamentos em dinheiro, descobertos e outros saldos	541	617	425	495	966	1 112
	12 083	12 450	17 897	24 678	29 980	37 128
Provisões para perdas por empréstimos duvidosos						
			-14	-6	-14	-6
	12 083	12 450	17 883	24 672	29 966	37 122

Em 2015, a diminuição dos Montantes devidos por Bancos é principalmente atribuída a uma diminuição de 3 070 milhões de euros relacionada com as operações com acordo de revenda e uma diminuição de 2 001 milhões de euros relacionada com os depósitos de curto prazo em bancos centrais.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos incluem disponibilizações (principalmente depósitos de curto prazo) com bancos centrais no valor de 1 104 milhões de euros (2014: 3 105 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2015, os Montantes devidos por bancos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações com acordo de revenda no valor de 1 092 milhões de euros (2014: 4 162 milhões de euros) e valores a receber relacionados com contratos de locação financeiro no valor de 114 milhões de euros (2014: 59 milhões de euros). É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

A partir de 31 de dezembro 2015, os valores a receber não subordinados ascendem a 29 902 milhões de euros (2014: 37 062 milhões de euros) e os valores a receber subordinados ascendem a 64 milhões de euros (2014: 60 milhões de euros).

É feita referência à Nota 40 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Montantes devidos por bancos.

Nenhum valor individual devido pelos bancos tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank. Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito».

4 Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

	2015	2014
Ativos detidos para negociação	131 485	136 964
Derivados não negociados	3 216	4 303
Designado pelo justo valor através de lucros e perdas	3 234	2 756
	137 935	144 023

É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Ativos detidos para negociação

Ativos detidos para negociação por tipo

Títulos de capital próprio	14 817	17 193
Títulos de dívida	14 316	21 584
Derivados	39 012	46 613
Empréstimos e valores a receber	63 340	51 574
	131 485	136 964

Em 2015, a queda nos títulos de dívida negociáveis deve-se, sobretudo, a uma diminuição nos títulos de dívida pública. A diminuição dos derivativos de negociação deve-se, sobretudo, a alterações no justo valor decorrentes das taxas de juros de mercado. Estas diminuições são parcialmente mitigadas por um aumento nos Empréstimos e valores a receber impulsionado pelo aumento das atividades de recompra reversa.

A partir de 31 de dezembro de 2015, os Ativos detidos para negociação incluem valores a receber de 62 221 milhões de euros (2014: 50 692 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

Os ativos detidos para negociação e os passivos detidos para negociação incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS-EU como «Negociados», mas estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING Bank. O ING oferece produtos que são negociados nos mercados financeiros aos seus clientes institucionais e empresariais e aos governos. Uma parte significativa dos derivativos na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»). Embora sejam apresentados como «Negociados» nas IFRS-EU, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos. Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. Os ativos e passivos detidos para negociação detidos por conta e risco do ING são muito limitados. A partir de uma perspetiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente no balanço financeiro. Contudo, as IFRS-EU não permitem a compensação destas posições no balanço financeiro. É feita referência à Nota 18 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

Derivados não negociados

Derivados não negociados por tipo

Derivados utilizados em		
– coberturas do justo valor	1 010	1 223
– coberturas de fluxo de caixa	917	1 255
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	72	111
Outros derivativos não negociados	1 217	1 714
	3 216	4 303

Outros derivativos não negociados incluem, sobretudo, *swaps* de taxas de juro para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

Designado pelo justo valor através de lucros e perdas**Designado pelo justo valor através de lucros e perdas por tipo**

	2015	2014
Títulos de capital próprio	7	9
Títulos de dívida	1080	1 124
Empréstimos e valores a receber	2 147	1 623
	3 234	2 756

Incluída nos Ativos financeiros, designada pelo justo valor através de lucros e perdas, está uma carteira de empréstimos e valores a receber que está economicamente coberta por derivados de crédito. As coberturas não cumprem os critérios de contabilidade de cobertura e os empréstimos são registados ao justo valor para evitar uma disparidade contabilística. A exposição máxima de crédito dos empréstimos e valores a receber incluídos nos Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas aproxima-se do seu valor contabilístico. A alteração cumulativa no justo valor dos empréstimos atribuível às alterações no risco de crédito não é significativa.

O valor nominal dos derivados de crédito relacionados é de 215 milhões de euros (2014: 83 milhões de euros). A alteração no justo valor dos derivados de crédito atribuível às alterações no risco de crédito, desde que os empréstimos foram designados pela primeira vez, equivale a - 9 milhões de euros (2014: - 10 milhões de euros) e a alteração para o ano corrente equivale a zero (2014: - 6 mil milhões de euros).

As alterações no justo valor dos empréstimos (designados) atribuíveis às alterações no risco de crédito foram calculadas pela determinação das alterações no spread de crédito implícito no justo valor das obrigações emitidas por entidades com características de crédito semelhantes.

A 31 de dezembro de 2015, os Empréstimos e valores a receber designados pelo justo valor através de lucros e perdas incluem 1 766 milhões de euros (2014: 1 112 milhões de euros) em relação às operações de recompra reversa.

5 Investimentos**Investimentos por tipo**

Disponível para venda		
– títulos de capital próprio - ações em entidades estruturadas geridas por terceiros	169	210
– títulos de capital próprio - outros	4 265	2 508
	4 434	2 718
– títulos de dívida	82 566	92 683
	87 000	95 401
Detido até ao vencimento		
– títulos de dívida	7 826	2 239
	7 826	2 239
	94 826	97 640

Em 2015, a fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak foi concluída. Como resultado desta transação, o ING Bank detém 6,5 % no Kotak, reconhecido como um investimento em capital próprio disponível para venda de 1 2 mil milhões de euros a partir de 31 de dezembro de 2015. É feita Referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos», Nota 11 «Ativos detidos para venda» e Nota 50 «Outros acontecimentos».

Incluídas nos títulos de capital próprio disponíveis para venda, a 31 de dezembro de 2015, estão as ações detidas no VISA Europe Limited no valor de 154 milhões de euros (2014: zero). É feita referência à Nota 13 «Capital Próprio», à Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Em 2015, 3,5 mil milhões de Títulos de Dívida Pública previamente classificados como Investimentos Disponíveis para venda são classificados como Investimentos Detidos até ao vencimento. Espera-se que estes Títulos de Dívida Pública sejam realizados até às respetivas datas de resgate. O restante da diminuição em 2015 refere-se, principalmente, a posições mais baixas em Títulos de Dívida Pública detidos na Alemanha, Austrália e Bélgica.

Os investimentos detidos até ao vencimento aumentaram 5,6 mil milhões de euros. Este aumento deve-se à reclassificação dos Investimentos Disponíveis para venda, conforme mencionado acima e investimentos adicionais em Títulos de Dívida Pública.

Exposição a títulos de dívida

A exposição do ING Bank a títulos de dívida está incluída nas seguintes rubricas do balanço financeiro:

Títulos de dívida		
	2015	2014
Investimentos disponíveis para venda	82 566	92 683
Investimentos detidos até ao vencimento	7 826	2 239
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 625	10 579
Montantes devidos por bancos	1 857	2 584
Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado	101 874	108 085
Ativos detidos para negociação	14 316	21 584
Designado pelo justo valor através de lucros e perdas	1 080	1 124
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	15 396	22 708
	117 270	130 793

1 Exclui exposições a títulos de dívida classificados como detidos para venda.

A exposição total do ING Bank a títulos de dívida incluídos nos investimentos disponíveis para venda e ativos ao custo amortizado de 101 874 milhões de euros (2014: 108 085 milhões de euros) é especificada como se segue por tipo de exposição:

Títulos de dívida por tipo e rubricas do balanço financeiro - Investimentos disponíveis para venda e Ativos ao custo amortizado

	Investimentos disponíveis para venda		Investimentos detidos até ao vencimento		Empréstimos e adiantamentos a clientes		Montantes devidos por bancos		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Títulos de Dívida Pública	46 104	54 860	5 500	315	874	889			52 478	56 064
Subsoberanos, Supranacionais e Agências	20 337	22 893	1 619		297	257			22 253	23 150
Obrigações cobertas	11 949	10 828	350	1 567	2 119	2 810	1 787	2 526	16 205	17 731
Obrigações de empresas	1 177	802			1 036	919			2 213	1 721
Obrigações das instituições	1 865	2 902			363	386	64	58	2 292	3 346
Carteira de títulos	1 134	398	357	357	4 936	5 318	6		6 433	6 073
Carteira de títulos	82 566	92 683	7 826	2 239	9 625	10 579	1 857	2 584	101 874	108 085

A partir de 2015, a classe dos ativos Soberanos, Supranacionais e Agências («SSA») é divulgada separadamente de modo a estar em consonância com a abordagem da Gestão da Carteira de Investimentos do ING. Os SSA incluem, entre outros, bancos de desenvolvimento multilateral, governos regionais, autoridades locais e agências dos EUA. Sob determinadas condições, as obrigações dos Soberanos, Supranacionais e Agências (SSA) podem qualificar-se como «Ativos Líquidos de Elevada Qualidade de Nível 1» para o RCL (rácio de cobertura de liquidez) e foram amplamente divulgadas previamente como instituições financeiras ou títulos de dívida pública. Os valores comparativos foram ajustados em conformidade.

Cerca de 91 % (2014: 90%) da exposição na carteira de títulos garantidos por ativos é classificada externamente como AAA, AA ou A.

Os títulos de dívida emprestados não são reconhecidos no balanço financeiro e equivalem a zero (2014: zero).

É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento**Alterações em investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento**

	Títulos de capital próprio disponíveis para venda		Títulos de dívida disponíveis para venda		Detidos até ao vencimento		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	2 718	1 645	92 683	75 238	2 239	3 098	97 640	79 981
Adições	1 279	176	42 976	73 275	3 457	315	47 712	73 766
Amortização			-106	-238	-67	1	-173	-237
Transferências e reclassificações		3	-3 499		3 499			3
Alterações em reavaliações não realizadas	743	1 020	-1 595	5 581	-72	-2	-924	6 599
Desvalorizações	-117	-14	-17				-134	-14
Reversões de desvalorizações				1				1
Cessões e resgates	-216	-129	-48 331	-59 968	-1 219	-1 173	-49 766	-61 270
Diferenças cambiais	27	19	469	438	-11		485	457
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-2	-14	-1 644			-14	-1 646
Balanço de encerramento	4 434	2 718	82 566	92 683	7 826	2 239	94 826	97 640

É feita referência à Nota 21 «Rendimento dos investimentos» para mais detalhes sobre as Desvalorizações.

Transferências e reclassificações de investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento**Transferências e reclassificações de investimentos disponíveis para venda e detidos até ao vencimento**

	Títulos de capital próprio disponíveis para venda		Títulos de dívida disponíveis para venda		Detidos até ao vencimento		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Para/de detido até ao vencimento			-3 499				-3 499	
Para/de disponível para venda					3 499		3 499	
Para/de investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos		3					0	3
	-	3	-3 499	-	3 499	-	0	3

Em 2015, 3,5 mil milhões de euros de Títulos de Dívida Pública previamente classificados como títulos de dívida disponível para venda são classificados como Detidos até ao vencimento.

Títulos de capital próprio disponíveis para venda - Cotados e Não Cotados

	2015	2014
Cotados	3 804	2 224
Não cotados	630	494
	4 434	2 718

Reclassificações de empréstimos e adiantamentos a clientes e Montantes devidos por bancos (2009 e 2008)

As reclassificações fora dos investimentos disponíveis para venda para empréstimos e valores a receber são permitidas ao abrigo das IFRS-EU a partir do terceiro trimestre de 2008. No primeiro trimestre de 2009 e no quarto trimestre de 2008, o ING Bank reclassificou alguns ativos financeiros dos Investimentos disponíveis para venda para Empréstimos e adiantamentos a clientes e Montantes devidos por bancos. O ING Bank identificou os ativos, elegíveis para reclassificação, que, à data da reclassificação, tinha a intenção de manter para um futuro próximo. A tabela abaixo oferece informação sobre as duas reclassificações feitas no quarto trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. As informações são disponibilizadas para cada uma das duas reclassificações à data da reclassificação e no final dos períodos de referência subsequentes. Esta informação é divulgada no âmbito das IFRS-EU, desde que os ativos classificados continuem a ser reconhecidos no balanço financeiro.

Reclassificações de Empréstimos e adiantamentos a clientes e Montantes devidos por bancos

	1T 2009	4T 2008
Justo valor	22 828	1 594
Intervalo de taxas de juros efetivas (média ponderada)	2,1 %-11,7 %	4,1 %-21 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados	24 052	1 646
Lucros/perdas de justo valor no capital próprio dos acionistas não realizados (antes de impostos)	-1 224	-69
Lucros (perdas) de justo valor no capital próprio dos acionistas reconhecidos (antes de impostos) entre o início do ano em que a reclassificação ocorreu e a data da reclassificação	zero	-79
Lucros/perdas de justo valor no capital próprio de acionistas reconhecidos (antes de impostos) no ano anterior à reclassificação	-192	-20
Desvalorização reconhecida (antes de impostos) entre o início do ano em que a reclassificação ocorreu e a reclassificação	zero	zero
Desvalorização reconhecida (antes de impostos) no ano anterior à reclassificação	zero	zero

Reclassificações de Empréstimos e adiantamentos a clientes e Montantes devidos por bancos -1T 2009

	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Impacto no período/anos após reclassificação							
Valor contábilístico conforme	4 010	5 936	7 461	8 707	14 419	16 906	20 551
Justo valor conforme	3 906	5 982	7 215	8 379	13 250	16 099	20 175
Lucros/perdas de justo valor no capital próprio dos acionistas não realizados (antes de impostos)	-70	-98	-137	-221	-446	-633	-902
Efeito no capital próprio dos acionistas (antes de impostos) se a reclassificação não tiver sido feita	-104	46	-246	-328	-1 169	-807	-376
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano, se a reclassificação não tiver sido	zero	zero	zero	zero	zero	zero	
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano (principalmente rendimento dos juros)	124	182	188	219	390	467	629
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano (principalmente resultados das vendas)	n.a	n.a	n.a	-383	n.a	n.a	n.a
Desvalorizações reconhecidas (antes de impostos) para o período/ano	zero	zero	zero	zero	zero	zero	
Provisão para perdas de crédito reconhecida (antes de impostos) para o período/ano	zero	zero	zero	zero	zero	zero	

A diminuição no valor contábilístico dos empréstimos e adiantamentos reclassificados em 2012, em relação a 2011, deveu-se, sobretudo, às cessões.

Reclassificações de Empréstimos e adiantamentos a clientes e Montantes devidos por bancos -4T 2008

	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Impacto no período/anos após reclassificação								
Valor contábilístico conforme	363	361	366	443	633	857	1 189	1 592
Justo valor conforme	417	426	422	512	648	889	1 184	1 565
Lucros/perdas de justo valor no capital próprio dos acionistas não realizados (antes de impostos)	zero	zero	zero	-2	-8	-65	-67	-79
Efeito no capital próprio dos acionistas (antes de impostos) se a reclassificação não tiver sido	54	65	56	69	15	32	-5	-27
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano, se a reclassificação não tiver sido	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano	19	19	20	22	28	34	47	9
Efeito no resultado (antes de impostos) para o período/ano	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Desvalorizações reconhecidas (antes de impostos) para o período/ano	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	
Provisão para perdas de crédito reconhecidas (antes de impostos) para o período/ano	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	

6 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes analisados por tipo

	Holanda		Internacional		Total	
	2015	2014	2015	2014 ¹	2015	2014
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas	30 246	26 504	18 214	18 894	48 460	45 398
Empréstimos garantidos por hipotecas ¹	125 513	138 438	171 593	161 007	297 106	299 445
Empréstimos garantidos por instituições de crédito	156	2	191	1 995	347	1 997
Empréstimos pessoais ¹	5 070	4 852	17 041	16 096	22 111	20 948
Títulos garantidos por ativos			4 936	5 318	4 936	5 318
Empréstimos a empresas ¹	41 848	39 655	127 507	111 347	169 355	151 002
	202 833	209 451	339 482	314 657	542 315	524 108
Provisões para perdas por empréstimos duvidosos	-2 900	-3 058	-2 872	-2 931	-5 772	-5 989
	199 933	206 393	336 610	311 726	536 543	518 119

1 Em 2015, os Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo - Internacional a 31 de dezembro, são ajustados. Em 2015, tornou-se evidente que uma parte dos empréstimos previamente indicados como Empréstimos pessoais e Empréstimos a empresas de 7,4 mil milhões de euros e 4,2 mil milhões de euros, respetivamente, devia ter sido indicada como Empréstimos garantidos por hipotecas. Os Empréstimos garantidos por hipotecas, a 31 de dezembro de 2014, são 11,6 mil milhões de euros acima, de 287,8 mil milhões de euros para 299,4 mil milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2015, os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 418 milhões de euros. 1 779 milhões de euros).

É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para mais informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Empréstimos e adiantamentos a clientes analisados por subordinação

	2015	2014
Não subordinados	536 069	517 590
Subordinados	474	529
	536 543	518 119

Nenhum empréstimo individual ou adiantamento tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank. Para obter mais detalhes sobre as concentrações significativas, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de Crédito».

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e os Montantes devidos por bancos incluem locações financeiras a receber e são detalhados como se segue:

Locações financeiras a receber

	2015	2014
Vencimentos de investimento bruto em valores a receber de locação financeira		
- dentro de 1 ano	2 690	3 108
- mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	6 004	6 147
- mais de 5 anos	3 672	4 337
	12 366	13 592
Futuro rendimento financeiro não realizado sobre as locações financeiras	-1 507	-1 748
Investimento líquido em locações financeiras	10 859	11 844
Vencimentos de investimento líquido em valores a receber de locação financeira		
- dentro de 1 ano	2 368	2 741
- mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	5 246	5 299
- mais de 5 anos	3 245	3 804
	10 859	11 844
Incluído nos Montantes devidos por bancos	114	59
Incluído nos Empréstimos e adiantamentos a clientes	10 745	11 785
	10 859	11 844

O subsídio para locações financeiras incobráveis a receber inclui um valor de 271 milhões de euros nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos a 31 de dezembro de 2015 (2014: 269 milhões de euros).

Nenhuma locação financeira individual a receber tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza de fluxos de caixa consolidados do ING Bank.

Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos analisadas

	Holanda		Internacional		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos a, ou garantidos por, autoridades públicas			2	2	2	2
Empréstimos garantidos por hipotecas	819	1 069	717	793	1 536	1 862
Empréstimos garantidos por instituições de crédito	1		15	8	16	8
Empréstimos pessoais	177	169	712	701	889	870
Títulos garantidos por ativos			2	2	2	2
Empréstimos a empresas	1 903	1 820	1 438	1 431	3 341	3 251
	2 900	3 058	2 886	2 937	5 786	5 995
O balanço de encerramento está incluído em						
- Montantes devidos por bancos			14	6	14	6
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 900	3 058	2 872	2 931	5 772	5 989
	2 900	3 058	2 886	2 937	5 786	5 995

Alterações nas provisões para perdas por empréstimos duvidosos

	2015	2014
Balanço de abertura	5 995	6 154
Amortizações	-1 718	-1 729
Recuperações	91	104
Aumento das provisões para perdas por empréstimos duvidosos	1 347	1 594
Diferenças cambiais	38	37
Alterações na composição do grupo e outras alterações	33	-165
Balanço de encerramento	5 786	5 995

Em 2014, alterações na composição do grupo e outras alterações incluíram 170 milhões de euros referentes à desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Os ajustes aos Empréstimos e adiantamentos por tipo, a 31 de dezembro de 2014, não têm impacto na provisão para perdas por empréstimos duvidosos por tipo. O «Aumento das provisões para perdas por empréstimos duvidosos» é apresentado como «Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos» na conta de lucros e perdas consolidados.

7 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos**Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos**

2015	Juros detidos (%)	Justo valor do investimento cotado	Valor do balanço financeiro	Ativos totais	Passivos totais	Rendimento total	Despesas totais
TMB Public Company Limited	25	670	612	20 956	19 074	630	419
Appia Group	30		45	812	650		
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			185				
			845				

Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

2014	Juros detidos (%)	Justo valor inv. cotado	Valor do bal. financeiro	Ativos totais	Passivos totais	Rendimento total	Despesas totais
TMB Public Company Limited	25	801	558	19 208	17 564	545	341
Appia Group	30		35	626	497		
Ontwikkelingscombinatie Overhoeks C.V. ¹	70		36	53	2	10	9
Ivy Retail SRL ¹	50		33	122	57	2	2
Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos			199				
			861				

¹ Alienado em 2015

TMB Public Company Limited

O TMB Public Company Limited («TMB»), é um banco de retalho cotado na Tailândia.

Outro

As outras filiais e empreendimentos conjuntos são, principalmente, fundos de investimento imobiliário ou veículos que operam predominantemente na Europa.

O ING Bank não detém quaisquer juros nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos que são individualmente significativos para o ING Bank. Outros investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos representam um grande número de filiais e empreendimentos conjuntos com um valor individual do balanço financeiro inferior a 25 milhões de euros.

A influência significativa para filiais em que a participação detida é inferior a 20% baseia-se na combinação dos juros financeiros e outros acordos do ING Bank, como a participação no Conselho de Administração.

No geral, as datas de relato de todas as filiais e empreendimentos conjuntos significativos são consistentes com a data de relato do ING Bank. Contudo, as datas de relato de determinadas filiais e empreendimentos conjuntos podem variar da data de relato do ING Bank, mas não por mais de três meses.

As desvalorizações acumuladas de 24 milhões de euros (2014: 24 milhões de euros) foram reconhecidas. Os valores apresentados nas tabelas acima podem variar dos valores apresentados nas contas anuais individuais das filiais e empreendimentos conjuntos, devido ao facto de os valores individuais terem sido contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos do ING Bank. Quando o justo valor cotado é inferior ao valor do balanço financeiro, foi realizada uma revisão da desvalorização e uma avaliação da base da continuidade.

As filiais e empreendimentos conjuntos do ING estão sujeitas a restrições legais e regulamentares em relação ao montante dos dividendos que pode pagar ao ING. Estas restrições são, por exemplo, dependentes das leis no país de constituição para declarar os dividendos ou como resultado dos requisitos mínimos de capital que são impostos pelos reguladores da indústria nos países em que as filiais e empreendimentos conjuntos operam. Além disso, as filiais e empreendimentos conjuntos também consideram outros fatores na determinação dos níveis adequados de capital próprio necessário. Estes fatores e limitações incluem, nomeadamente, uma agência de classificação e visões reguladoras, que podem mudar ao longo do tempo.

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2015	2014
Balanço de abertura	861	937
Adições	24	31
Transferências para e de Investimentos/Outros ativos e passivos		-3
Reavaliações	5	15
Participação nos resultados	100	76
Dividendos recebidos	-31	-37
Cessões	-125	-178
Diferenças cambiais	18	122
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-10	-102
Balanço de encerramento	842	861

Reavaliações

In 2014, as Reavaliações incluíram 10 milhões de euros relacionados com o ING Vysya.

Participação nos resultados

Em 2015, a participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos, conforme apresentada na conta de lucros e perdas, de 493 milhões de euros (2014: EUR

76 milhões de euros), inclui, principalmente:

- Participação nos resultados, conforme apresentada na tabela acima, de 100 milhões de euros, essencialmente atribuíveis a resultados de TMB no valor de 63 milhões de euros e lucros aquando da alienação do Ivy Retail SRL and Ontwikkelingscombinatie Overhoeks C.V., no valor de 10 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente;
- Um lucro em Investimentos em filiais detidos para venda de 392 milhões de euros, incluindo 367 milhões de euros da fusão do ING Vysya com o Kotak e 25 milhões de euros na venda do ING Nationale Nederlanden PTE Polska S.A. Para mais informações sobre o ING Vysya, é feita referência à Nota 5 «Investimentos», Nota 11 «Ativos detidos para venda» e Nota 50 «Outros acontecimentos»; e
- Desvalorizações em Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos nulos.

In 2014, a participação nos resultados incluiu 17 milhões de euros referentes ao ING Vysya e 47 milhões referentes ao TMB.

Cessões

Em 2015, as cessões de 125 milhões de euros são principalmente atribuíveis à venda do Ivy Retail SRL e Ontwikkelingscombinatie Overhoeks C.V., como referido acima.

Diferenças cambiais

Em 2015, as diferenças cambiais incluem 9 milhões de euros relacionadas com o TMB (2014: 63 milhões de euros). Em 2014, as diferenças cambiais também incluíram 47 milhões de euros referentes ao ING Vysya.

Alterações na composição do grupo e outras alterações

Em 2014, as alterações na composição do grupo e outras alterações incluíram - 67 milhões de euros referentes ao reconhecimento como associado e transferência do ING Vysya como detido para venda. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

8 Investimentos imobiliários

Alterações nos investimentos imobiliários

	2015	2014
Balanço de abertura	80	55
Transferências para e de Propriedade de uso próprio	-1	26
Transferências para e de Outros ativos		-4
Lucros/(perdas) de justo valor		3
Cessões	-2	
Balanço de encerramento	77	80

O montante total de renda locativa reconhecido na conta de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 é de 6 milhões de euros (2014: 9 milhões de euros). O montante total de renda contingente reconhecido na conta de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 é de zero (2014: zero).

O montante total de despesas operacionais diretas (incluindo reparações e manutenção) em relação aos investimentos imobiliários que geraram rendas locativas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 é de 1 milhão de euros (2014: 4 milhões de euros). O montante total de despesas operacionais diretas (incluindo reparações e manutenção) incorridas em investimentos imobiliários que não geraram rendas locativas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 é de zero (2014: zero).

Investimentos imobiliários por ano da mais recente avaliação por avaliadores qualificados independentes

em percentagens	2015	2014
Mais recente avaliação do ano corrente	79	84
Mais recente avaliação há um ano	5	16
Mais recente avaliação há dois anos	16	
	100	100

A exposição do ING Bank ao setor imobiliário está incluída nas seguintes rubricas do balanço financeiro:

Exposição ao setor imobiliário

	2015	2014
Investimentos imobiliários	77	80
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	105	177
Outros ativos – Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias	212	405
Propriedade e equipamento - propriedade de uso próprio	982	1,020
Investimentos – disponíveis para venda	51	99
	1,427	1,781

1 Exclui a exposição aos imóveis classificados como detidos para venda.

Além disso, a exposição é afetada por interesses de terceiros, alavancagem dos fundos e compromissos fora do balanço financeiro, resultando numa exposição total de 1,3 mil milhões de euros (2014: 1,7 mil milhões de euros). É feita referência à secção «Gestão do Risco - Risco de Mercado».

9 Propriedade e equipamento

Propriedade e equipamento por tipo

	2015	2014
Propriedade de uso próprio	982	1 020
Equipamento	971	998
Ativos sob locações operacionais	74	82
	2,027	2,100

Alterações na propriedade de uso próprio

	2015	2014
Balanço de abertura	1 020	1 143
Adições	10	63
Transferências para e de Investimentos imobiliários	1	-26
Transferências para e de Outros ativos	4	
Depreciação	-16	-18
Reavaliações	32	-44
Desvalorizações	-17	-36
Reversão de desvalorizações	14	5
Cessões	-60	-28
Diferenças cambiais	-6	1
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-40
Balanço de encerramento	982	1 020
Valor contabilístico bruto a 31 de dezembro	1 823	1 840
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-635	-612
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-206	-208
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	982	1 020
Excedente da reavaliação		
Balanço de abertura	366	440
Reavaliação no ano	54	-74
Balanço de encerramento	420	366

Em 2014, as alterações na composição do grupo e outras alterações incluíram - 40 milhões de euros referentes à desconsolidação do ING Vysya. É feita referencia à Nota 50 «Outros acontecimentos».

O custo ou o preço de compra ascenderam a 1,404 milhões de euros (2014: 1,474 milhões de euros). O custo ou preço de compra menos a depreciação acumulada e as desvalorizações teriam sido de 563 milhões de euros (2014: 654 milhões de euros), se a propriedade de uso próprio tivesse sido avaliada pelo custo, em vez de ao justo valor.

Propriedade de uso próprio por ano da mais recente avaliação por avaliadores qualificados independentes

em percentagens	2015	2014
Mais recente avaliação do ano corrente	63	57
Mais recente avaliação há um ano	10	14
Mais recente avaliação há dois anos	12	18
Mais recente avaliação há três anos	9	4
Mais recente avaliação há quatro anos	6	7
	100	100

Alterações no equipamento

	Equipamento para processamento de dados		Instalações e acessórios e outro equipamento		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	265	289	733	781	998	1 070
Adições	140	124	176	168	316	292
Cessões	-6	-13	-7	-13	-13	-26
Depreciação	-125	-122	-186	-185	-311	-307
Desvalorizações		-4		-3		-7
Diferenças cambiais	-4	1	-1	1	-5	2
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-7	-10	-7	-16	-14	-26
Balanço de encerramento	263	265	708	733	971	998
Valor contabilístico bruto a 31 de dezembro	1 092	1 052	2 482	2 368	3 574	3 420
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-828	-786	-1 774	-1 635	-2 602	-2 421
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	-1	-1			-1	-1
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	263	265	708	733	971	998

10 Ativos intangíveis**Alterações nos ativos intangíveis**

	Goodwill		Software		Diversos		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2014
Balanço de abertura	1 061	1 035	574	538	20	33	1 655
Adições			134	130			134
Despesas capitalizadas			122	127			122
Amortização			-265	-237	-5	-13	-270
Desvalorizações			-15	-1			-15
Diferenças cambiais	-70	26		-1	-1		-71
Cessões			-1	-2			-1
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-6		18	20	1		13
Balanço de encerramento	985	1 061	567	574	15	20	1 567
Valor contabilístico bruto a 31 de dezembro	985	1 061	1 706	1 579	29	24	2 720
Amortização acumulada a 31 de dezembro			-1 128	-1 002	-12	-2	-1 140
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro			-11	-3	-2	-2	-13
Valor contabilístico líquido a 31 de dezembro	985	1 061	567	574	15	20	1 567

A amortização de software e de outros ativos intangíveis está incluída na conta de lucros e perdas em Outras despesas operacionais.

Goodwill**Alterações no Goodwill**

Além das diferenças cambiais, alterações no goodwill referentes às desvalorizações e alterações na composição do grupo.

2015 – Alterações na composição do grupo e outras alterações

Em 2015, as «Alterações na composição do grupo e outras alterações» de - 6 milhões de euros representam, essencialmente, o goodwill no ING Lease (Reino Unido), disponibilizados durante o ano devido à alienação das restantes carteiras com que se relaciona. É feita referência à Nota 22 «Resultado da alienação das empresas do grupo».

O goodwill é alocado às unidades de referência do goodwill da seguinte forma:

Alocação do goodwill à unidade de referência		
	2015	2014
Retalho na Holanda		
Retalho na Bélgica	50	50
Retalho na Alemanha	349	349
Retalho na Europa Central ¹	427	480
Banca Grossista ¹	159	182
	985	1 061

1 Em 2015, a alocação do goodwill às unidades de referência Retalho na Europa Central e Banca Grossista, a 31 de dezembro de 2014, é ajustada como resultado das alterações nos segmentos relativos. O goodwill alocado ao Retalho na Europa Central, a 31 de dezembro de 2014, diminuiu 158 milhões, de euros de 638 milhões de euros para 480 milhões de euros, com o aumento correspondente na Banca Grossista.

Não foi reconhecida qualquer desvalorização do goodwill em 2015 (2014: zero). As alterações no goodwill por unidade de referência em 2015 devem-se às alterações nas taxas de câmbio.

Em 2015, a alocação do goodwill às unidades de referência mudou como resultado das alterações aos segmentos relativos, conforme divulgado na Nota 32 «Segmentos». Os montantes comparativos foram ajustados em conformidade. A alteração não afetou o resultado do teste de imparidade. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2016, as atividades de Banca Comercial do ING Bank passam a chamar-se Banca Grossista.

Teste de imparidade do goodwill

O goodwill é testado quanto à desvalorização no nível mais baixo em que é monitorizado para efeitos de gestão interna. Este nível é definido como as chamadas «unidades de referência», como definido acima. O goodwill é testado quanto à desvalorização, comparando o valor contabilístico da unidade de referência à melhor estimativa da quantia recuperável dessa unidade de referência. O valor contabilístico é determinado como o valor líquido do ativo das IFRS-EU, incluindo o goodwill. A quantia recuperável é estimada como a maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. São aplicadas várias metodologias para descobrir a melhor estimativa da quantia recuperável.

Como primeiro passo do teste de imparidade, a melhor estimativa da quantia recuperável de unidades de referência a que o goodwill está alocado é determinada individualmente para cada unidade de referência relevante com base no índice Preço/Lucro, no rácio valor de mercado/valor contabilístico e no rácio dos Ativos sob gestão. Os principais pressupostos desta avaliação são os múltiplos para Preço/Lucro, valor de mercado/valor contabilístico e Ativos sob gestão; estes foram desenvolvidos internamente, mas derivam ou são corroborados através de informações de mercado relacionadas com as transações observáveis no mercado para negócios comparáveis. Os lucros e os valores contabilísticos são iguais ou derivam de medição relevante no âmbito das IFRS-EU, se disponível, e o teste inclui a utilização de preços de mercado para as unidades de negócios cotadas.

Se o resultado do primeiro passo indicar que a diferença entre uma quantia recuperável e o valor contabilístico pode não ser suficiente para suportar a quantidade de goodwill alocada à unidade de referência, é realizada uma análise adicional para determinar uma quantia recuperável de uma forma que melhor aborde as características específicas da unidade de referência relevante.

Em 2015, para todas as unidades de referência, o primeiro passo, conforme descrito acima, indica que há um excesso de quantia recuperável sobre o valor contabilístico a que o goodwill está alocado. Uma análise de sensibilidade aos pressupostos subjacentes não desencadeou considerações de desvalorização adicionais.

11 Ativos detidos para venda

Os ativos detidos para venda incluem grupos para alienação cujo valor contabilístico será recuperável, principalmente através de uma transação de venda e não através de operações contínuas. Tratam-se de negócios e outros investimentos significativos para os quais uma venda é acordada, mas para os quais a transação ainda não foi fechada ou uma venda é altamente provável na data do balanço financeiro, mas para os quais ainda não foi acordada nenhuma venda.

A 31 de dezembro de 2014, os ativos detidos para venda referem-se, principalmente, ao associado ING Vysya Bank e ao ING Nationale Nederlanden PTE Polska, SA. A 31 de dezembro 2014, o Investimento no associado de 43 % no ING Vysya ascendeu a 704 milhões de euros.

Ativos detidos para venda

	2015	2014
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos		729
	–	729

Incluídos no capital próprio dos Acionistas estão outros rendimentos integrais cumulativos de valor zero (2014: zero) referentes aos Ativos e passivos detidos para venda.

Em 2015, os ativos detidos para venda diminuíram 729 milhões de euros e esta situação é atribuída:

- à conclusão da fusão do ING Vysya e do Kotak em abril de 2015, resultando no desreconhecimento da ação detida no ING Vysya e no reconhecimento do investimento no Kotal como um investimento de capital próprio disponível para venda e
- à venda do ING Nationale Nederlanden PTE Polska, S.A.

É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

12 Outros ativos**Outros ativos por tipo**

	2015	2014
Ativos de benefícios líquidos definidos	643	589
Ativos por impostos diferidos	813	1 126
Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias	212	405
Imposto sobre o rendimento a receber	279	289
Juros e rendas acumulados	6 256	6 887
Outros ativos acumulados	717	590
Outros	4 367	4 165
	13 287	14 051

Na Nota 34 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» são referidas divulgações em relação aos ativos de benefícios líquidos definidos e os ativos por impostos diferidos são indicados na Nota 35 «Tributação».

Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias**Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias**

	2015	2014
Propriedade de investimento em desenvolvimento		1
Propriedade desenvolvida	141	319
Propriedade obtida através de execuções hipotecárias	71	85
	212	405
Valor contabilístico bruto a 31 de dezembro	531	887
Desvalorizações acumuladas a 31 de dezembro	–319	–482
Valor contabilístico líquido	212	405

Em 2015, o decréscimo na Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias está relacionado com a venda de propriedade de investimento desenvolvida. O montante total dos custos de empréstimos obtidos relacionados com a Promoção imobiliária e obtida através de execuções hipotecárias capitalizado em 2015 é nulo (2014: zero).

Juros e rendas acumulados

Os juros e rendas acumulados incluem 2 892 milhões de euros (2014: 3 191 milhões de euros) de juros acumulados sobre ativos avaliados pelo custo amortizado de acordo com a classificação dos Empréstimos e valores e receber da IAS 39.

Outro

Outros incluem 2 087 milhões de euros (2014: 2 144 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro.

Capital Próprio

12 Capital Próprio

Capital próprio total

	2015	2014	2013
Capital social	525	525	525
Prémio de emissão	16 542	16 542	16 542
Reservas de reavaliação	4 897	4 781	1 414
Reserva de conversão de moeda	-540	-609	-989
Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-306	-370	-2 671
Outras reservas	19 739	17 195	17 984
Capital próprio dos acionistas (empresa-mãe)	40 857	38 064	32 805
Interesses minoritários	638	622	955
Capital próprio total	41 495	38 686	33 760

Os seguintes componentes de capital próprio não podem ser livremente distribuídos: Reserva de reavaliação, participação na reserva dos associados (incluída em Outras reservas), reserva de conversão cambial, reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos e partes das Outras reservas que se referem ao antigo Stichting Regio Bank e ao antigo Stichting Vakbondsspaarbank SPN.

Capital social e prémio de emissão

Capital social - ações preferenciais

Ações preferenciais (por valor 1,13 euros)						
	Número x1			Montante em euros		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Capital social autorizado	50	50	50	57	57	57
Capital social não emitido	43	43	43	49	49	49
Capital social emitido	7	7	7	8	8	8

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias por valor (1,13 euros)						
	Número x1,000			Montantes em milhões de euros		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Capital social autorizado	1 600 000	1 600 000	1 600 000	1 808	1	1
Capital social não emitido	1 134 965	1 134 965	1 134 965	1 283	1	1
Capital social emitido	465 035	465	465	525	525	525

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2015, 2014 e 2013.

As ações preferenciais são apresentadas no balanço financeiro em passivos. É feita referência à Nota 19 «Outros passivos».

Ações ordinárias

Todas as ações ordinárias são nominativas. Não foram emitidos certificados de ações. As ações ordinárias podem ser transferidas por um ato de transferência, sujeito à aprovação da assembleia geral do ING Bank. O valor nominal das ações ordinárias é de 1,13 euros. O capital em ações ordinárias autorizado do ING Bank N.V. consiste em 1 808 milhões de ações, das quais, a 31 de dezembro de 2015, 465 milhões de ações foram emitidas e totalmente liquidadas.

Restrições aplicáveis a dividendos

O ING Bank N.V. e as suas empresas do grupo holandês estão sujeitas a restrições legais em relação ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas. O Código Civil Holandês contém a restrição de que os dividendos só podem ser pagos até um montante igual ao excesso dos fundos próprios da empresa através do capital e reservas realizadas exigidas por lei. Além disso, algumas empresas do Banco estão sujeitas a restrições sobre a quantidade de fundos que podem transferir sob a forma de dividendos, ou de outra forma, para a empresa-mãe.

Por outro lado, além das restrições em relação aos requisitos mínimos de capital que são impostos por reguladores da indústria nos países em que as filiais operam, existem outras limitações em certos países.

Reservas de reavaliação

Alterações nas reservas de reavaliação				
2015	Reserva da propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda e outros	Reserva de cobertura de fluxo de caixa	Total
Balanço de abertura	291	3 615	875	4 781
Reavaliações não realizadas	35	298		333
Ganhos e perdas realizados transferidos para lucro e perda	-17			-17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-200	-200
Balanço de encerramento	326	3 896	675	4 897

Incluída nas reavaliações não realizadas está uma reavaliação de 154 milhões de euros em títulos de capital próprio disponíveis para venda, referentes a ações detidas no VISA Europe Limited. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Alterações nas reservas de reavaliação				
2013	Reserva da propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda e outros	Reserva de cobertura de fluxo de caixa	Total
Balanço de abertura	327	2 650	-761	2,216
Reavaliações não realizadas	-7	635		-642
Ganhos e perdas realizados transferidos para lucro e perda		-145		-145
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-15	-15
Balanço de encerramento	320	1 870	-776	1 414

Reserva de conversão de moeda

Alterações na reserva de conversão de moeda estrangeira				
		2015	2014	2013
Balanço de abertura		-609	-989	-236
Reavaliações não realizadas		-231	-6	302
Diferenças cambiais		300	386	-1 028
Balanço de encerramento		-540	-609	- 989
Alterações nas reservas de reavaliação				
2014	Reserva da propriedade de uso próprio	Reserva disponível para venda e outros	Reserva de cobertura de fluxo de caixa	Total
Balanço de abertura	320	1 870	-776	1 414
Reavaliações não realizadas	-29	1 866		1 837
Ganhos e perdas realizados transferidos para lucro e perda		-121		-121
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			1 651	1 651
Balanço de encerramento	291	3 615	875	4 781

As reavaliações não realizadas estão relacionadas com as alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido.

Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

Em 2014, a alteração na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos estava, essencialmente, relacionada com a transferência de todas as futuras obrigações de financiamento e indexação nos termos do plano de benefício fechado definido do ING na Holanda para o Fundo de Pensões do ING Holandês.

É feita referência à Nota 34 «Pensões e outros benefícios pós-emprego».

Outras reservas

Alterações nas outras reservas				
2015	Lucros retidos	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	Outras reservas	Total
Balanço de abertura	15 518	363	1 314	17 195
Resultado para o ano	4 528		131	4 659
Opções de ações de funcionários e planos de ações	70			70
Dividendo	-2,200			-2,200
Alterações na composição do grupo e outras alterações	90	-11	-64	15
Balanço de encerramento	18 006	352	1 381	19 739

Em 2015, foi pago um dividendo de 2 200 milhões de euros ao ING Group.

Alterações nas outras reservas				
2014	Lucros retidos	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	Outras reservas	Total
Balanço de abertura	16 416	328	1 240	17 984
Resultado para o ano	2 661		83	2 744
Opções de ações de funcionários e planos de ações	55			55
Dividendo	-1 225			-1 225
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-2 389	35	-9	-2 363
Balanço de encerramento	15 518	363	1 314	17 195

As alterações na composição do grupo e outras alterações incluem uma redução de 2 235 milhões de euros em lucros retidos, como resultado da realização de parte da reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos devido à independência financeira do Fundo de Pensões do ING Holandês.

Alterações nas outras reservas				
2013	Lucros retidos	Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos	Outras reservas	Total
Balanço de abertura	16 288	363	1 153	17 804
Resultado para o ano	2 987		76	3 063
Opções de ações de funcionários e planos de ações	58			58
Dividendo	-2 955			-2 955
Alterações na composição do grupo e outras alterações	38	-35	11	14
Balanço de encerramento	16 416	328	1 240	17 984

Participações minoritárias

Em 2014, a redução de 333 milhões de euros em participações minoritárias deveu-se, sobretudo, à desconsolidação do Vysya Bank (-432 milhões de euros). É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Após a desconsolidação do ING Vysya, em 2014, não existem participações minoritárias restantes referentes ao ING Vysya. Estes e outros movimentos de capital próprio são divulgados na demonstração das variações do capital próprio consolidado.

Passivos

14 Empréstimos subordinados

Os empréstimos subordinados relacionam obrigações de capital subordinado e empréstimos privados que podem ser incluídos no cálculo do rácio de capital.

Os passivos subordinados incluem 7 248 milhões de euros (2014: 5 727 milhões de euros) de empréstimos que se qualificam como capital de Nível 1. Estes empréstimos foram aplicados no ING Bank N.V. pelo ING Group.

A taxa de juros média dos empréstimos subordinados é de 4,8 % (2014: 4,5 %). As despesas com juros durante o ano de 2015 foram de 820 milhões de euros (2014: 716 milhões de euros).

Em 2015, a diminuição de 0,7 mil milhões de euros reflete, principalmente, uma diminuição do financiamento de Nível 2, compensada por um aumento de capital, uma vez que o ING Group emitiu 2,25 mil milhões de dólares de títulos que se qualificam como Capital Adicional de Nível 1 de acordo com o RFP/DFP IV. A emissão de 16 de abril de 2015 foi feita sob a forma de dólares americanos denominados Títulos de Capital Conversível Contingente de Nível 1 Adicional Perpétuo e incluem duas frações separadas: mil milhões de dólares americanos Perpétuos Não Resgatáveis de 5 Anos com cupão de 6,0 %; e 1,25 mil milhões de dólares americanos Perpétuos Não Resgatáveis de 10 Anos com cupão de 6,5 %. Os títulos estão sujeitos à conversão total em ações ordinárias do ING Bank, caso o rácio faseado do CET1 fique abaixo dos 7,0 %. Estes títulos foram emprestados ao ING Bank, substituindo parcialmente os títulos internos.

2014 - Títulos de Capital Híbrido Perpétuos do ING

O ING Bank resgatou os 1,1 mil milhões de euros, 8%, dos Títulos de Capital Híbrido Perpétuos do ING de acordo com a data em que o resgate é possível, 18 de abril de 2014. O híbrido de Nível 1 foi substituído pelos títulos de Nível 2 de 1,5 mil milhões de euros elegíveis pela DFP IV de 3,625% que foram emitidos com sucesso pelo ING Bank em fevereiro de 2014.

Os empréstimos subordinados aumentaram em 2014 com 1,3 mil milhões de dólares americanos para efeitos de conformidade com a DFP IV. O ING Group obteve um novo empréstimo subordinado de 1,5 mil milhões de dólares americanos.

15 Títulos de dívida emitidos

Os títulos de dívida emitidos referem-se a obrigações e outros títulos de dívida emitidos com taxas de juros fixas ou taxas de juros com base em níveis flutuantes da taxa de juros, tais como certificados de depósito e valores admitidos emitidos pelo ING Bank, exceto para itens subordinados. Os títulos de dívida emitidos não incluem títulos de dívida apresentados como passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas. O ING Bank não possui títulos de dívida que são emitidos por razões diferentes das disponíveis no curso normal dos negócios. Os vencimentos dos títulos de dívida são os seguintes:

Títulos de dívida emitidos - vencimentos		
	2015	2014
Títulos de dívida de taxa fixa		
Dentro de 1 ano	39 979	42 621
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	6 057	9 164
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	11 192	5 793
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	6 068	7 872
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	7 845	5 952
Mais de 5 anos	20 181	23 153
Total de títulos de dívida de taxa fixa	91 322	94 555
Títulos de dívida de taxa variável		
Dentro de 1 ano	9 483	9 330
Mais de 1 ano, mas menos de 2 anos	6 056	6 169
Mais de 2 anos, mas menos de 3 anos	1 958	3 220
Mais de 3 anos, mas menos de 4 anos	2 827	380
Mais de 4 anos, mas menos de 5 anos	476	1 793
Mais de 5 anos	5 434	5 512
Total de títulos de dívida de taxa variável	26 234	26 404
Títulos de dívida totais	117 556	120 959

Em 2015, a diminuição de 3,4 milhões de euros nos títulos de dívida emitidos deve-se, sobretudo, a uma diminuição de 3,7 mil milhões de euros nos certificados de depósitos e uma diminuição nas obrigações cobertas, papel comercial e certificados de poupança devido a necessidades de financiamento reduzidas. Estes foram parcialmente compensados pela emissão de obrigações a longo prazo de 1,8 mil milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2015, o ING Bank possui linhas de créditos não utilizadas disponíveis, incluindo o pagamento de empréstimos de papel comercial relativos a títulos de dívida emitidos de 14 646 milhões de euros (2014: 11 532 milhões de euros).

16 Montantes devidos a bancos

Os montantes devidos a bancos incluem dívida não subordinada devida a bancos, para além dos valores sob a forma de títulos de dívida.

Montantes devidos a bancos por tipo

	Holanda		Internacional		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sem juros	1 299	205	1 063	691	2 362	896
Com juros	12 331	9 572	19 115	19 535	31 446	29 107
	13 630	9 777	20 178	20 226	33 808	30 003

Em 2015, o ING aumentou a sua participação nas operações de refinanciamento de longo prazo («TLTRO») com 3 mil milhões de euros (2014: 5,7 mil milhões de euros).

O ING participa nas TLTRO do banco central europeu. As TLTRO visam estimular a concessão de empréstimos à economia real na Zona Euro. A taxa de juros das TLTRO é fixada ao longo da vida de cada operação a 15 bps (ou seja, o nível OPR (Operação Principal de Refinanciamento) prevalecente no momento da atribuição de 5 bps acrescida de uma margem de 10 pontos base). A partir de 24 meses após cada TLTRO, o ING tem a opção de reembolsar qualquer parte dos montantes atribuídos nessa TLTRO a uma frequência semestral. As partes que utilizam as TLTRO, mas cujos empréstimos líquidos elegíveis no período de 1 de maio de 2014 a 30 de abril de 2016 estão abaixo do índice de referência, serão obrigadas a reembolsar as TLTRO em setembro de 2016.

É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

17 Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

	2015	2014
Contas poupança	305 941	295 532
Saldos de crédito em contas de clientes	153 323	140 707
Depósitos empresariais	48 137	51 501
Outras	1 339	1 541
	508 740	489 281

Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

	Holanda		Internacional		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sem juros	12 360	13 059	13 367	10 417	25 727	23 476
Com juros	155 450	149 706	327 563	316 099	483 013	465 805
	167 810	162 765	340 930	326 516	508 740	489 281

As contas poupanças referem-se aos saldos em contas poupança, registos de poupança, depósitos de poupança e depósitos a prazo de clientes pessoais. Os juros devidos em contas poupança, que são contratualmente adicionados às contas, também estão incluídos.

Não foram confiados fundos ao ING Bank por clientes por razões diferentes das disponíveis no curso normal dos negócios. É

feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para mais informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

18 Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas**Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas**

	2015	2014
Passivos detidos para negociação	88 807	97 091
Derivados não negociados	4 364	6 357
Designado pelo justo valor através de lucros e perdas	12 616	13 551
	105 787	116 999

Passivos detidos para negociação**Passivos detidos para negociação por tipo**

	2015	2014
Títulos de capital próprio	3 773	4 658
Títulos de dívida	5 342	6 661
Fundos em depósito	38 789	37 753
Derivados	40 903	48 019
	88 807	97 091

A diminuição dos derivados de negociação deve-se, sobretudo, ao termo de contratos e a alterações no justo valor decorrentes das taxas de juros de mercado e taxas de juros. A diminuição é substancialmente mitigada por uma diminuição semelhante nos ativos derivativos de negociação. É feita referência à Nota 4 «Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os ativos detidos para negociação.

É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros» para informações sobre o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra.

Derivados não negociados**Derivados não negociados por tipo**

	2015	2014
Derivados utilizados em:		
– coberturas do justo valor	2 411	3 210
– coberturas de fluxo de caixa	1 167	1 663
– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro	52	100
Outros derivativos não negociados	734	1 384
	4 364	6 357

Outros derivativos não negociados incluem, sobretudo, *swaps* de taxas de juro para as quais não é aplicada nenhuma contabilidade de cobertura.

Designado pelo justo valor através de lucros e perdas**Designado pelo justo valor através de lucros e perdas por tipo**

	2015	2014
Títulos de dívida	11 623	12 417
Fundos confiados	407	409
Passivos subordinados	586	725
	12 616	13 551

Em 2015, a alteração no justo valor dos passivos financeiros designado pelo justo valor através de lucros e perdas atribuíveis a alterações de risco de crédito foi de 163 milhões de euros (2014: –98 milhões de euros) e –119 milhões de euros (2014: –282 milhões de euros) numa base cumulativa. Esta alteração foi determinada como a quantia de alteração no justo valor do passivo financeiro que não é atribuível às alterações nas condições do mercado que deram origem ao risco de mercado (ou seja, principalmente risco de taxa de juros com base nas curvas de rendimento).

A quantia que o ING Bank é contratualmente obrigado a pagar até à data de vencimento aos detentores de passivos financeiros designado pelo justo valor através de lucros e perdas é de 12 220 milhões de euros (2014 12 568 milhões de euros).

19 Outros passivos

Outros passivos por		
	2015	2014
Passivos fiscais diferidos	645	872
Imposto sobre o rendimento a pagar	590	442
Passivos de benefícios líquidos definidos	498	607
Outros benefícios pós-emprego	98	101
Outros passivos relacionados com funcionários	349	408
Outros impostos e contribuições para a segurança social	565	584
Juros acumulados	5 090	5 652
Contas a pagar	1 874	1 713
Provisões de reorganização	670	728
Outras provisões	294	289
Valores a serem liquidados	2 390	2 475
Outras	2 159	2 204
	15 222	16 075

As divulgações em relação aos passivos fiscais diferidos são referidas na Nota 35 «Tributação» e as divulgações em relação aos ativos de benefícios líquidos definidos são indicados na Nota 34 «Pensão e outros benefícios pós-emprego».

Os outros passivos relacionados com funcionários incluem provisões para férias, provisões de remuneração variável, provisões por anos de serviço e provisões por deficiência/doença.

Provisões de reorganização

Alterações nas provisões de reorganização		
	2015	2014
Balanço de abertura	728	420
Adições	180	487
Divulgações	-15	-18
Utilizadas	-226	-161
Diferenças cambiais	5	5
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-2	-5
Balanço de encerramento	670	728

Em 2015, as Adições às provisões de reorganização são atribuídas às iniciativas de reorganização existentes no Retalho na Holanda e na Bélgica.

Em 2014, o aumento nas provisões de reorganização incluiu, principalmente, uma provisão de reorganização de 349 milhões de euros que foi reconhecida no segmento Retalho na Holanda referente a uma redução esperada da equipa de trabalho de cerca de 1700 ETI (Equivalente a Tempo Integral) durante um período de três anos. Além disso, o ING irá reduzir o número de posições empregadas por fornecedores externos em 1075.

Estas iniciativas são implementadas durante um período de vários anos e a estimativa das provisões de reorganização é inerentemente incerta. A provisão à data do balanço financeiro representa a melhor estimativa das despesas de despedimento previstas e espera-se que seja suficiente para cobrir estes custos.

Outras provisões

Alterações nas outras provisões						
	Contencioso			Outras		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	190	175	99	139	289	314
Adições	105	30	14	5	119	35
Divulgações	-81	-16	-27	-51	-108	-67
Utilizadas	-17	-11	-2	-1	-19	-12
Diferenças cambiais	-2	1	-1	1	-3	2
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-8	11	24	6	16	17
Balanço de encerramento	187	190	107	99	294	289

No geral, as Outras provisões são de natureza de curto prazo. Os valores incluídos nas outras provisões baseiam-se nas melhores estimativas em relação aos valores e periodicidade dos fluxos de caixa necessários para liquidar a obrigação.

Em 2015, incluída nas Outras provisões - Contencioso, está uma provisão relacionada com os derivados da taxa de juros variável que foram vendidos na Holanda. É feita referência à Nota 28 «Outras despesas operacionais» e à Nota 44 «Procedimentos legais».

Outro

Outros passivos - Outro refere-se, sobretudo, a acréscimos no final do ano no curso normal dos negócios.

Notas à conta de lucros e perdas consolidados

20 Resultado dos juros

Resultado dos juros			
	2015	2014	2013
Rendimento dos juros em empréstimos	19 177	20 136	21 534
Rendimento dos juros em empréstimos em imparidade	42	56	15
Juros negativos sobre os passivos	66	6	
Total do rendimento dos juros em empréstimos	19 285	20 198	21 549
Rendimento dos juros em títulos disponíveis para venda	1 785	2 009	2 071
Rendimento dos juros em títulos detidos até ao vencimento	101	83	158
Rendimento dos juros na carteira de negociação	17 828	18 327	19 882
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	849	1 684	1 175
Rendimento dos juros nos derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	6 394	5 977	6 675
Outros rendimentos dos juros	155	98	64
Rendimento dos juros total	46 397	48 376	51 574
Despesas com juros em depósitos por bancos	302	338	440
Despesas com juros em depósitos de clientes e outros fundos em depósito	4 180	5 361	6 618
Despesas com juros em títulos de dívida	2 390	2 593	3 009
Despesas com juros em empréstimos subordinados	820	716	707
Despesas com juros em passivos detidos para negociação	17 615	17 717	19 368
Despesas com juros em derivados não negociados (sem contabilidade de cobertura)	781	1 512	1 205
Despesas com juros em derivados não negociados (contabilidade de cobertura)	7 181	7 123	7 874
Outras despesas com juros	344	410	389
Juros negativos em ativos	40		
Total de despesas com juros	33 653	35 770	39 610
Resultado dos juros	12 744	12 606	11 964

Margem de juros			
em percentagens	2015	2014	2013
Margem de juros	1,47	1,53	1,44

Em 2015, o aumento dos ativos totais médios, parcialmente atribuível a um aumento nos empréstimos a clientes, levou a um aumento de 627 milhões de euros no resultado dos juros. Além disso, uma queda da margem de juros de 6 pontos base levou a uma diminuição de 489 milhões de euros no resultado dos juros.

Em 2015, o rendimento dos juros total e a despesa com juros total para os itens não avaliados ao justo valor através de lucros e perdas ascende a 27 615 milhões de euros e a 14 929 milhões de euros, respetivamente (2014: 28 307 milhões de euros e 16 204 milhões de euros; 2013: 30 438 milhões de euros e 18 726 milhões de euros).

A partir de 2015, o ING apresenta juros resultantes de uma taxa de juros efetiva negativa sobre um ativo financeiro como despesas com juros, em vez de uma diminuição contra o rendimento dos juros. Da mesma forma, os juros negativos em relação a um passivo financeiro são apresentados como rendimento de juros. Os juros negativos sobre os ativos e passivos financeiros não são relevantes para o ING Group. Os valores comparativos são ajustados em conformidade.

Em 2014, a diminuição dos ativos totais médios, parcialmente atribuível à desconsolidação do ING Vysya e às transferências adicionais de ativos do WestlandUtrecht Bank para o NN Group, levou a uma diminuição de 154 milhões de euros no resultado dos juros. Além disso, uma melhoria de 9 pontos base da margem de juros levou a um aumento de 797 milhões de euros no resultado dos juros.

Em 2013, a diminuição dos ativos totais médios, parcialmente atribuível à alienação do ING Direct Canada e do ING Direct UK e à venda e transferência de ativos do WestlandUtrecht Bank para o NN Group, levou a uma diminuição de 1 103 milhões de euros no resultado dos juros. Além disso, uma melhoria de 10 pontos base da margem de juros levou a um aumento de 819 milhões de euros no resultado dos juros.

21 Rendimento dos investimentos

Rendimento dos investimentos			
	2015	2014	2013
Rendimento de investimentos imobiliários	4	6	23
Rendimento de dividendos	63	36	94
	67	42	117
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de dívida	127	142	129
Desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda	-17		-1
Reversão de desvalorizações de títulos de dívida disponíveis para venda		1	2
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de dívida	110	143	130
Lucros e perdas realizados na alienação de títulos de capital próprio	67	39	61
Desvalorizações de títulos de capital próprio disponíveis para venda	-117	-14	-3
Lucros e perdas realizados e desvalorizações de títulos de capital próprio	-50	25	58
Alteração no justo valor dos investimentos imobiliários		3	
Rendimento dos investimentos	127	213	305

As desvalorizações e reversões de desvalorizações em investimentos são apresentadas dentro do rendimento dos investimentos, que faz parte do Rendimento total.

Em 2015, o rendimento dos investimentos inclui desvalorizações de -134 milhões de euros, dos quais -129 milhões de euros (2014: -14 milhões de euros; 2013: -3 milhões de euros) são referentes aos segmentos Banca Grossista, -5 milhões de euros ao Retalho na Bélgica (zero em 2014 e 2013) e zero para a Banca da Corporate Line (2014: zero; 2013: -1 milhão de euros). Em 2013, a reversão de desvalorizações é de valor zero (2014: 1 milhão de euros; 2013: 2 milhões de euros). A reversão das desvalorizações em 2014 e 2013 é referente à Banca Grossista.

22 Resultado da alienação das empresas do grupo

Resultado da alienação das empresas do grupo			
	2015	2014	2013
Baring Private Equity Partners	7		
ING Lease UK	-5		
ING Vysya		202	
ING Direct USA			5
ING Direct Canada			1
ING Direct UK			10
Outras		-7	10
	2	195	26

Em 2015, o resultado da alienação das empresas do grupo inclui lucros diferidos realizados sobre as alienações de 7 milhões de euros em períodos anteriores relacionados com a Baring Private Equity Partners e uma emissão de goodwill referente à alienação das restantes carteiras do ING Lease (Reino Unido). É feita referência à Nota 10 «Ativos intangíveis».

Em 2014, o resultado da alienação das empresas do grupo incluiu um lucro de 202 milhões de euros na desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

23 Receitas de comissões

Receitas brutas de taxas e comissões			
	2015	2014	2013
Transferência de fundos	1 014	1 006	982
Atividade de títulos financeiros	570	538	529
Mediação de seguros	185	172	152
Taxas de gestão de ativos	77	163	155
Taxas de mediação e de consultoria	436	370	334
Outras	1 138	1 065	1,193
	3 420	3 314	3 345

Outras incluem taxas de comissão de 171 milhões de euros (2014: 163 milhões de euros; 2013: 215 milhões de euros) em relação a garantias bancárias e taxas de comissão de 30 milhões de euros (2014: 23 milhões de euros; 2013: 27 milhões de euros) em relação à subscrição de empréstimos de sindicância.

Despesas com taxas e comissões			
	2015	2014	2013
Transferência de fundos	385	355	365
Atividade de títulos financeiros	158	151	111
Mediação de seguros	18	14	8
Taxas de gestão de ativos	8	6	29
Taxas de mediação e de consultoria	140	87	82
Outras	391	410	510
	1 100	1 023	1 105

24 Resultados de avaliação sobre derivados não negociados

Os resultados de avaliação sobre derivados não negociados incluem os movimentos de justo valor sobre derivados (utilizados para a contabilidade de cobertura e para as exposições economicamente cobertas), bem como as alterações no justo valor dos ativos e passivos incluídos nas relações de cobertura como itens cobertos. Além disso, os resultados de avaliação sobre derivados não negociados incluem os resultados sobre ativos e passivos designado pelo justo valor através de lucros e perdas.

Resultados de avaliação sobre derivados não negociados			
	2015	2014	2013
Alteração no justo valor dos derivados relacionada com			
– coberturas do justo valor	1 243	–486	1 180
– coberturas de fluxo de caixa (porção ineficaz)	31	35	4
– outros derivados não negociados	–164	128	422
Resultado líquido sobre derivados não negociados	1 110	–323	1 606
Alteração no justo valor dos ativos e passivos (itens cobertos)	–1 308	536	–1 272
Resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação).	372	–583	–53
Resultados líquidos da avaliação	174	–370	281

Incluídos nos Resultados de avaliação sobre derivados não negociados estão os movimentos do justo valor sobre derivados utilizados para cobrir economicamente as exposições, mas para os quais não se aplica nenhuma contabilidade de cobertura. Os movimentos de justo valor sobre os derivados são influenciados por alterações nas condições de mercado, como preços de ações, taxas de juros e taxas de câmbio.

Os resultados de avaliação sobre derivados não negociados refletem-se na demonstração dos fluxos de caixa consolidados na rubrica «Resultado antes do imposto - Ajustado para: outro».

Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas incluem alterações ao justo valor em determinados títulos de dívida emitidos. Os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas deveram-se, principalmente, a alterações no justo valor dos passivos financeiros impulsionados por alterações nas condições de mercado e alterações no próprio risco de crédito, conforme divulgado na Nota 18 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas». As condições de mercado incluem desenvolvimentos no spread de crédito.

Em 2015, os resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação), incluem ajustes do justo valor dos próprios títulos emitidos, no valor de 404 milhões de euros (2014: –632 milhões de euros; 2013: –136 milhões de euros), dos quais o ajuste DVA em títulos próprios emitidos, em 2015, ascendeu a 163 milhões de euros (2014: –98 milhões de euros; 2013: –129 milhões de euros).

25 Resultados líquidos em operações financeiras

Resultados líquidos em operações			
	2015	2014	2013
Resultados da negociação de títulos	1 352	673	129
Resultados da negociação de derivados	600	425	412
Resultados das operações de câmbio	–859	–521	–137
Outras	66	–16	81
	1 159	561	485

Os resultados da negociação de títulos incluem os resultados da criação de mercado em instrumentos como títulos de dívida pública, títulos de capital próprio, títulos de dívida de empresas, instrumentos do mercado monetário e derivados da taxa de juros, como *swaps*, opções, contratos futuros e a prazo. Os resultados das operações de câmbio incluem os lucros e perdas de contratos à vista e contratos a prazo, opções, futuros e ativos e passivos de conversão cambial.

A porção de lucros e perdas referentes a títulos para negociação ainda detidos a 31 de dezembro de 2015 ascende a 147 milhões de euros. (2014: –18 milhões de euros; 2013: –105 milhões de euros).

Os resultados líquidos em operações financeiras referem-se a ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação que incluem ativos e passivos classificados pelas IFRS-EU como «Negociados», mas que estão intimamente relacionados com a satisfação das necessidades dos clientes do ING. O ING oferece produtos que são negociados nos mercados financeiros aos seus clientes institucionais e empresariais e aos governos. Uma parte significativa dos derivados na carteira de negociação está relacionada com a assistência aos clientes empresariais na sua gestão de riscos para cobrir, por exemplo, exposições cambiais ou às taxas de juros. Além disso, o ING oferece acesso a capital próprio e mercados de dívida para que os seus clientes possam emitir os seus próprios títulos de capital próprio e títulos de dívida («subscrição de títulos»). Embora sejam apresentados como «Negociados» nas IFRS-EU, estão diretamente relacionados com serviços para os clientes do ING. Os empréstimos e valores a receber na carteira de negociação referem-se, principalmente, a acordos de recompra (reversa), que são comparáveis a empréstimos garantidos (concessão de empréstimos). Estes produtos são utilizados pelo ING como parte das suas próprias atividades regulares de tesouraria mas também estão relacionados com a função que o ING desempenha como intermediário entre diferentes clientes profissionais. Os ativos e passivos detidos para negociação por conta e risco do ING são muito limitados. A partir de uma perspetiva de risco, o valor bruto dos ativos detidos para negociação deve ser considerado em conjunto com o valor bruto dos passivos detidos para negociação, que são apresentados separadamente no balanço financeiro. Contudo, as IFRS-EU não permitem a compensação destas posições no balanço financeiro.

É feita referência à Nota 4 «Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» e à Nota 18 «Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas» para mais informações sobre os passivos detidos para negociação.

A maior parte dos riscos envolvidos na segurança e na troca de moeda é economicamente coberta com derivados. Os resultados da negociação dos títulos são parcialmente compensados pelos resultados nestes derivados. O resultado destes derivados é incluído nos resultados da negociação de derivados.

As carteiras de negociação do ING Bank são geridas com base em limites internos e compreendem um conjunto de produtos com resultados que podem ser compensados. Os resultados são apresentados em várias rubricas na conta de lucros e perdas. É feita referência à Nota 20 «Resultado dos juros».

Em 2015, os resultados em operações financeiras - resultados derivados de negociação incluem 98 milhões de euros em ajustes CVA/DVA em derivados de negociação, em comparação com 205 milhões de euros em ajustes de CVA/DVA em 2014 (2013: 243 milhões de euros).

26 Outros rendimentos

Outros			
	2015	2014	2013
Rendimento da locação operacional líquida	2	5	1
Rendimento de projetos de desenvolvimento imobiliário	8		32
Outras	41	97	-29
	51	102	4

O rendimento da locação operacional líquida inclui um rendimento de 19 milhões de euros (2014: 23 milhões de euros; 2013: 18 milhões de euros) e uma depreciação de 17 milhões de euros (2014: 18 milhões de euros; 2013: 17 milhões de euros).

Em 2015, os Outros rendimentos - Outros foram afetados por resultados positivos na venda de empréstimos e bens, parcialmente compensados por encargos não recorrentes relacionados com o aumento dos pré-pagamentos e renegociações das hipotecas.

Em 2013, os Outros rendimentos - Outros incluíram um resultado líquido de 71 milhões de euros na correção dos Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos. É feita referência à Nota 49 «Transações com o Estado Holandês e Plano de Reestruturação da Comissão Europeia».

27 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal			
	2015	2014	2013
Salários	3 221	3 149	3 248
Pensões e outros custos com benefícios relativos ao pessoal	275	1 218	231
Custos com a segurança social	514	514	512
Acordos de compensação com base em ações	70	55	58
Funcionários externos	634	623	636
Educação	68	57	60
Outros custos com funcionários	180	167	169
	4 962	5 783	4 914

Em 2015, há um novo acordo coletivo de trabalho na Holanda que resulta em direitos reduzidos a benefícios futuros. O impacto deste novo acordo está incluído em Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários.

Em 2014, foi reconhecida uma taxa de 871 milhões de euros em Custos de pensões relacionados com a liquidação do plano de benefícios holandês definido. É feita referência à Nota 34 «Pensões e outros benefícios pós-emprego» para mais informações sobre pensões.

Em 2013, o governo holandês impôs um encargo fiscal adicional de 16 % sobre os rendimentos superiores a 150 000 euros de cada funcionário e que está sujeito ao imposto sobre o rendimento holandês. O imposto foi cobrado à empresa e não afetou a remuneração dos funcionários envolvidos. O imposto que incide no ING para os funcionários relevantes equivale a zero em 2015 (2014: zero; 2013: 15,7 milhões de euros), que está incluído na tabela acima.

Número de funcionários								
	Holanda			Internacional			Total	
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2013
Número médio de funcionários em base equivalente a tempo integral ¹	14 586	15 209	16 155	38 134	40 736	48 218	52 720	64 373

1 O número médio de funcionários compreende, numa base média, funcionários de entidades que foram vendidas ou classificadas como detidas para venda durante o ano.

Os acordos de compensação com base em ações incluem 70 milhões de euros (2014: 55 milhões de euros; 2013: 58 milhões de euros) referente a acordos de pagamentos com base em ações liquidadas com capital próprio e zero (2014: zero; 2013: zero) referente a acordos de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Remuneração da gestão sénior, Conselho Executivo e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 48 «Entidades relacionadas».

Opção de ações e planos de ações

O ING Groep N.V. concedeu direitos de opção sobre as ações do ING Groep N.V. e direitos condicionais sobre certificados de depósitos (atribuição de ações) para as ações do ING a uma série de executivos seniores do Banco (membros do Conselho de Administração, diretores-gerais e outros dirigentes nomeados pelo Conselho de Administração), a um número considerável de funcionários do ING Bank. O objetivo dos regimes de opção e participações é atrair, reter e motivar os executivos seniores e os funcionários.

O ING concede três tipos de atribuições de ações, ações diferidas, ações de desempenho e ações iniciais. O direito à atribuição de ações é concedido condicionalmente. Se o participante permanecer no mercado de trabalho durante um período ininterrupto entre a data de concessão e a data de aquisição, o direito torna-se incondicional. Para além da condição de emprego, as ações de desempenho contêm uma condição de desempenho. O número de certificados de depósitos do ING que acabaria por ser concedido no final de um período de desempenho depende do desempenho do ING durante esse período. As ações iniciais e diferidas, com períodos de retenção assim que se tornam incondicionais, foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração do ING Bank, assim como aos funcionários identificados. O ING tem autoridade para aplicar uma retenção de garantia às ações atribuídas mas não adquiridas e uma recuperação às ações adquiridas.

A informação apresentada abaixo sobre as opções de ações e planos de ações sobre as ações do ING Groep N.V. incluem funcionários empregados por entidades que são apresentadas como operações contínuas, bem como detidas para venda.

Em 2015, não foi concedida nenhuma atribuição de ações (2014: zero; 2013: zero) aos membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V. e foram concedidas 106 013 atribuições de ações (2014: 125 383; 2013: 159 988) ao Conselho de Administração do ING Bank. À gestão sénior e outros funcionários do ING Bank foram concedidas 6 088 240 atribuições de ações (2014: 5 342 269; 2013: 8 089 093).

Todos os anos, o Conselho Executivo do ING Bank decide se os regimes de opção e de ações serão mantidos e, em caso afirmativo, em que medida. Em 2010, o Conselho Executivo do Grupo decidiu não continuar o regime de opções a partir de 2011. Os regimes de opção existentes até 2011 serão retirados nos próximos anos.

Os direitos de opção são válidos durante um período de cinco ou dez anos. Os direitos de opção que não forem exercidos durante este período caducam. Os direitos de opção concedidos serão válidos até à data de validade, mesmo que o regime de opção seja descontinuado. Os direitos de opção estão sujeitos a determinadas condições, incluindo um período de serviço contínuo predeterminado. Os preços de exercício das opções são os mesmos que os preços cotados das ações do ING Groep N.V. à data em que as opções foram concedidas.

A 31 de dezembro de 2015, o ING Group não detém ações próprias (2014: zero; 2013: zero), de modo a cumprir as suas obrigações no que respeita ao plano de opções de ações existente.

As obrigações referentes ao plano de opções de ações existente e os planos de ações serão financiados por dinheiro ou por ações recém-emitidas a critério do ING Group.

Alterações nos direitos de opções			pendentes				
	Opções pendentes (em números)			Preço médio ponderado de exercício (em euros)			
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Balanco de abertura	32 146 647	41 354 477	51 371 539	16 84	15 98	14 82	
Exercidos	-2 400 791	-2 765 824	-2 924 484	6 97	4 83	3 65	
Confiscados	-210 860	-350 831	-625 828	16 34	15 98	11 32	
Caducado	-6 595 947	-6 091 175	-6 466 750	18 08	16 54	12 80	
Balanco de encerramento	22 939 049	32 146 647	41 354 477	17,52	16,84	15,98	

O preço médio ponderado das ações à data de exercício para opções exercidas durante 2015 é de 13,62 euros (2014: 10,60; 2013: 8,24 euros).

Alterações nos direitos de opção não adquiridas

	Opções não adquiridas			Data de concessão de média ponderada			
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Balanco de abertura			9 535 407				3,26
Adquiridas			-9 230 828				3,26
Confiscados			-304 579				3,21
Balanco de encerramento	-	-	0	-	-	-	0,00

Resumo das opções de ações pendentes e exercíveis

2015 Variedade do preço de exercício em euros	Opções pendentes a 31/12/2015	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada	Opções exercíveis a 31/12/2015	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada
0,00 – 5,00	2 146 930	3,22	2,88	2 146 930	3,22	2,88
5,00 – 10,00	4 001 835	4,21	7,38	4 001 835	4,21	7,38
10,00 – 15,00	99 973	2,72	14,35	99 973	2,72	14,35
15,00 – 20,00	6 446 077	2,22	16,98	6 446 077	2,22	16,98
20,00 – 25,00	4 476 049	1,24	24,58	4 476 049	1,24	24,58
25,00 – 30,00	5 768 185	0,34	25,18	5 768 185	0,34	25,18
	22 939 049			22 939 049		

Resumo das opções de ações pendentes e exercíveis

2014 Variedade do preço de exercício em euros	Opções pendentes a 31/12/2014	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada	Opções exercíveis a 31/12/2014	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada
0,00 – 5,00	2 874 797	3,46	2,87	2 874 797	3,46	2,87
5,00 – 10,00	5 595 047	5,20	7,39	5 595 047	5,20	7,39
10,00 – 15,00	103 135	3,71	14,35	103 135	3,71	14,35
15,00 – 20,00	12 838 282	1,46	17,35	12 838 282	1,46	17,35
20,00 – 25,00	4 733 530	1,51	24,57	4 733 530	1,51	24,57
25,00 – 30,00	6 001 856	1,33	25,19	6 001 856	1,33	25,19
	32 146 647			32 146 647		

Resumo das opções de ações pendentes e exercíveis

2014 Variedade do preço de exercício em euros	Opções pendentes a 31/12/2013	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada	Opções exercíveis a 31/12/2013	Média ponderada que permanece contratual	Preço de exercício de média ponderada
0,00 – 5,00	3 869 133	4,25	2,87	3 869 133	4,25	2,87
5,00 – 10,00	7 870 182	6,21	7,38	7 870 182	6,21	7,38
10,00 – 15,00	3 674 375	0,36	14,31	3 674 375	0,36	14,31
15,00 – 20,00	14 119 139	2,48	17,34	14 119 139	2,48	17,34
20,00 – 25,00	5 269 423	2,55	24,56	5 269 423	2m55	24m56
25,00 – 30,00	6 552 225	2,32	25,19	6 552 225	2,32	25,19
	41 354 477			41 354 477		

A 31 de dezembro de 2015, os valores intrínsecos agregados das opções pendentes e exercíveis foram 41 milhões de euros (2014: 42 milhões de euros; 2013: 49 milhões de euros) e 41 milhões de euros (2014: 42 milhões de euros; 2013: 49 milhões de euros), respetivamente.

A 31 de dezembro 2015, o total de custos de compensação não reconhecidos relacionados com as opções de ações equivalia a zero (2014: zero; 2013: zero).

O justo valor das opções concedidas é reconhecido como uma despesa incluída nas despesas com funcionários e é alocado durante o período das opções. Os justos valores das atribuições de ações foram determinados utilizando uma fórmula Black-Scholes europeia. Este modelo tem em consideração a taxa de juros sem riscos (de 2,02 % para 4,62 %), bem como o tempo de vida das opções concedidas (5 a 9 anos), o preço de exercício, o atual preço das ações (2,90 euros – 26,05 euros), a volatilidade esperada dos certificados das ações do ING Groep N.V. (25,00 % – 84,00 %) e o rendimento do dividendo esperado (0,94 % a 8,99 %). A fonte para as volatilidades implícitas utilizada para a avaliação das opções de ações é o sistema comercial do ING. As volatilidades implícitas neste sistema são determinadas pelos comerciantes do ING e baseiam-se nas volatilidades implícitas dos dados do mercado e não nas volatilidades históricas.

Alterações na atribuição de ações

2015	Atribuição de ações (em n.º)	Data da concessão da média ponderada do justo valor (em euros)
Balanço de abertura	10 751 796	7,52
Concedida	6 194 253	13,00
Efeito do desempenho	533	8,50
Adquiridas	-8 070 866	8,94
Confiscados	-226 935	9,07
Balanço de encerramento	8 648 781	10,07

A 31 de dezembro de 2015, a atribuição de ações consiste em 7 397 401 atribuições de ações relacionadas com os acordos de pagamentos com base em ações liquidadas com capital próprio.

O justo valor das atribuições de ações concedidas é reconhecido como uma despesa incluída nas despesas com funcionários e é alocado durante o período das atribuições de ações. A partir de 2015, o ING Group deixa de ter atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado. Anteriormente, os justos valores das atribuições de ações que contêm uma condição de desempenho baseada no mercado eram determinados utilizando um modelo de avaliação baseado na simulação Monte Carlo. O modelo tem em consideração a taxa de juros sem riscos, os atuais preços das ações, as volatilidades esperadas e os atuais rendimentos dos dividendos do desempenho do grupo de pares para determinar a classificação do Retorno Total para o Acionista («RTA»).

A 31 de dezembro 2015, o total de custos de compensação não reconhecidos relacionados com a atribuição de ações equivale a 45 milhões de euros. Espera-se que estes custos sejam reconhecidos durante um período médio ponderado de 1,4 anos.

28 Outras despesas operacionais**Outras despesas operacionais**

	2015	2014	2013
Depreciação da propriedade e do equipamento	327	325	345
Amortização de software	265	237	234
Custos com computadores	753	705	695
Despesas de escritório	618	620	649
Despesas de deslocação e alojamento	166	140	146
Publicidade e relações públicas	418	405	404
Honorários de consultoria externa	258	225	223
Encargos postais	56	59	79
Custos regulamentares	620	712	374
Adição/(divulgações) de provisões para reorganização e realocação	165	469	222
Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações	33	88	136
Outras	667	457	384
	4 346	4 442	3 891

Em 2015, a rubrica «Amortização intangível e outras desvalorizações» está incluída em «Outras despesas operacionais» e não mais como um item separado na conta de lucros e perdas consolidadas. Os valores comparativos foram ajustados em conformidade.

As outras despesas operacionais incluem pagamentos de locações e de sublocações em relação a locações operacionais de 281 milhões de euros (2014: 239 milhões de euros; 2013: 206 milhões de euros) das quais o ING Bank é o locatário. Nenhuma locação operacional individual tem termos e condições que afetam significativamente o montante, periodicidade ou certeza dos fluxos de caixa consolidados do ING Bank. Os Honorários de consultoria externa incluem taxas para serviços de auditoria e serviços de não auditoria prestados pelos auditores do ING Bank.

Custos regulamentares

Em 2015, a linha Custos regulamentares representa contribuições para os Sistemas de Garantia de Depósitos («SGD») e o Fundo Nacional de Resolução («FNR») e impostos bancários locais, principalmente na Holanda, Alemanha, Bélgica e Polónia. Os custos regulamentares foram previamente incluídos na rubrica Outras despesas operacionais - Outras. Os valores comparativos são ajustados em conformidade.

A nacionalização do SNS Reaal, em 2013, teve como consequência uma taxa bancária de utilização única de mil milhões de euros a ser paga pelo ING Bank e outros bancos holandeses. De acordo com a legislação relevante, a taxa bancária foi cobrada em três parcelas igual. Para o ING, isto resultou num custo de 304 milhões de euros em 2014. Também incluídos nesta rubrica em 2014, estavam 138 milhões de euros (2013: 149 milhões de euros) referentes à taxa bancária holandesa.

Para a Adição/(divulgações) de provisões para reorganização e realocação, é feita referência à divulgação na provisão da reorganização na Nota 19 «Outros passivos».

Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações

Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações									
	Perdas por imparidade			Reversões de desvalorizações				Total	
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Propriedade e equipamento	17	43	30	-14	-5	-6	3	38	24
Promoção imobiliária	9	36	84			-6	9	36	78
Software e outros ativos intangíveis	15	1	7				15	1	7
(Reversões de) outras	41	80	121	-14	-5	-12	27	75	109
Amortização de outros ativos intangíveis							6	13	27
							33	88	136

Em 2015, são reconhecidas desvalorizações de 17 milhões de euros (2014: 43 milhões de euros) em Propriedade e equipamento nos segmentos Retalho na Holanda e Retalho noutros Países e ascende a 15 milhões de euros e 2 milhões de euros respetivamente. As desvalorizações são atribuídas a condições de mercado desfavoráveis.

Em 2015, a reversão da desvalorização em propriedade de uso próprio ascende a -14 milhões de euros (2014: -5 milhões de euros) e é reconhecida no Retalho na Holanda.

Em 2015, são reconhecidas desvalorizações de 9 milhões de euros (2014: 36 milhões de euros) no desenvolvimento de Propriedades, no segmento Banca Grossista, relacionadas com projetos de desenvolvimento imobiliário e propriedades obtidas a partir de execuções hipotecárias, devido a condições de mercado desfavoráveis.

O software e outros ativos intangíveis foram desvalorizados, em 2015, por um valor de 15 milhões de euros. 9 milhões de euros são reconhecidos no segmento Retalho na Bélgica, 3 milhões de euros no segmento Retalho noutros Países e 3 milhões de euros no segmento Banca Grossista. A desvalorização está relacionada com o software desenvolvido internamente.

Em 2013, são reconhecidas desvalorizações de 78 milhões de euros no desenvolvimento de Propriedades (segmento da Banca Grossista), relacionadas com vários projetos de desenvolvimento imobiliário (especialmente na Europa e na Austrália). As circunstâncias económicas desfavoráveis nestas regiões e os projetos resultaram em menores preços de venda previstos.

Outro

Incluída em Outras despesas operacionais - Outras em 2015, está uma taxa para uma provisão reconhecida em relação aos derivados da taxa de juros variável que foram vendidos na Holanda. É feita referência à Nota 19 «Outros passivos» e à Nota 44 «Procedimentos legais».

Notas à demonstração dos fluxos de caixa consolidados**29 Fluxos de caixa líquidos de atividades de investimentos**

Na Nota 45 «Empresas e negócios adquiridos e alienados» é apresentada informação sobre o impacto das empresas adquiridas ou alienadas.

30 Juros e dividendos incluídos nos fluxos de caixa líquidos

Juros e dividendos recebidos e pagos			
	2015	2014	2013
Juros recebidos	47 029	49 537	53 186
Juros pagos	-33 092	-37 174	-42 171
	13 937	12 363	11 015
Dividendo recebido	113	70	111
Dividendo pago	-2 200	-1 225	-2 955

Os juros recebidos e pagos e os dividendos recebidos estão incluídos nas atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. O dividendo pago está incluído nas atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

31 Caixa e equivalentes de caixa

Dinheiro e equivalentes			
	2015	2014	2013
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis	677	574	
Montantes devidos por/a bancos	-2 036	1 015	
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	12 222	11 920	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20 354	10 863	13 509

Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos na caixa e equivalentes de caixa			
	2015	2014	2013
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos ativos detidos para negociação	228	457	489
Bilhetes do Tesouro e outros bilhetes admissíveis incluídos nos investimentos disponíveis para venda	135	220	85
	363	677	574

Montantes devidos a/por bancos			
	2015	2014	2013
Incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– montantes devidos a bancos	-10 306	-11 825	-11 451
– montantes devidos por bancos	8 839	9 789	12 466
	-1 467	-2 036	1 015
Não incluídos na caixa e equivalentes de caixa:			
– montantes devidos a bancos	-23 502	-18 178	-15 749
– montantes devidos por bancos	21 127	27 333	30 530
	-2 375	9 155	14 781
Total, como incluído no balanço financeiro:			
– montantes devidos a bancos	-33 808	-30 003	-27 200
– montantes devidos por bancos	29 966	37 122	42 996
	-3 842	7 119	15 796

Caixa e equivalentes de caixa incluem montantes devidos a/por bancos com um termo inferior a três meses a partir da data em que foram adquiridos.

Os depósitos de reservas mínimas obrigatórias a serem detidos com vários bancos centrais estão incluídos na caixa e equivalentes de caixa. É feita referência à Nota 40 «Ativos não imediatamente disponíveis» para as restrições em Caixa e disponibilidades com bancos centrais.

A gestão do risco do ING Bank (incluindo a liquidez) é explicada na secção «Gestão do Risco - Risco de financiamento e liquidez».

Relato por segmentos

32 Segmentos

Os segmentos do ING Bank baseiam-se nas estruturas de relato interno.

A tabela seguinte especifica os segmentos por linha de negócios e as principais fontes de rendimento de cada um dos segmentos:

Especificação das principais fontes de rendimento de cada um dos segmentos por linha de negócio

Segmentos dos resultados do ING Bank por linha de negócio	Principal fonte de rendimento
Retalho na Holanda (Líderes de Mercado)	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Holanda, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, empréstimos a negócios, hipotecas e outros empréstimos ao consumidor na Holanda.
Retalho na Bélgica (Líderes de Mercado)	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Bélgica, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos da Holanda.
Retalho na Alemanha (Mercados Desafiadores e em Crescimento)	Rendimento proveniente do retalho e de atividades de banca privada na Alemanha. Os principais produtos oferecidos são contas correntes e poupanças, hipotecas e outros empréstimos a clientes.
Retalho noutros Países (Mercados Desafiadores e em Crescimento)	Rendimento proveniente de atividades de banca de retalho no resto do mundo, incluindo os segmentos das PME e dos mercados intermédios em países específicos. Os principais produtos oferecidos são semelhantes aos da Holanda.
Banca Grossista ¹	Rendimento proveniente de atividades da banca grossista (é oferecida uma gama completa de produtos, desde a gestão de tesouraria ao financiamento das empresas), imobiliária e locação.

1 A partir de janeiro de 2016, as atividades de Banca Comercial do ING Bank passam a chamar-se Banca Grossista.

Os segmentos geográficos para os resultados do ING Bank são apresentados na página 89.

Especificação de segmentos geográficos

Segmentos geográficos	Principais países
Holanda	
Bélgica	Incluindo Luxemburgo
Alemanha	Incluindo Áustria
Outros Desafiadores	Austrália, França, Itália, Espanha e Carteira de liquidação do legado no Reino Unido
Mercados em Crescimento	Polónia, Roménia, Turquia e participações bancárias asiáticas
Banca Grossista no resto do mundo ¹	Reino Unido, Américas, Ásia e outros países na Europa Central e do Leste
Outros	Banca da Corporate Line e carteira de liquidação Imobiliária

1 A partir de janeiro de 2016, as atividades de Banca Comercial do ING Bank passam a chamar-se Banca Grossista.

O Conselho de Administração Bancária define os objetivos de desempenho, aprova e monitoriza os orçamentos preparados pelas linhas de negócios. As linhas de negócios formulam políticas estratégicas, comerciais e financeiras em conformidade com a estratégia e os objetivos de desempenho definidos pelo Conselho de Administração.

As políticas contabilísticas dos segmentos são os mesmos do que os descritos na Nota 1 «Políticas Contabilísticas». Os preços de transferência para as transações entre segmentos são definidos à distância. As despesas empresariais são alocadas às linhas de negócios com base no tempo gasto pelo pessoal administrativo, número relativo de funcionários, ou com base nos rendimentos, despesas e/ou ativos do segmento.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o segmento Retalho no Resto do Mundo passa a chamar-se Retalho noutros Países. Para além disto, a atribuição do «Resultado subjacente» aos segmentos é alterada da seguinte forma:

- O «benefício dos juros sobre o capital económico» é substituído por «Benefícios de juros sobre o capital total», resultando numa realocação entre a Banca de Retalho, Banca Grossista e Banca da Corporate Line na rubrica «Resultado dos juros nas operações bancárias»;
- O ING Turkey previamente reportado na íntegra na Banca Retalhista, está agora segmentado na Banca de Retalho e na Banca Grossista; e
- A Tesouraria Bancária (excluindo os custos históricos isolados registados na Corporate Line) está agora alocada à Banca de Retalho e à Banca Grossista. Anteriormente, a Tesouraria Bancária estava alocada à Banca de Retalho e/ou à Banca Grossista numa base país a país. A apresentação de valores de lucros e perdas subjacentes previamente reportados foi ajustada para refletir as alterações mencionadas acima.

O ING Bank avalia os resultados dos seus segmentos utilizando uma medida de desempenho financeiro chamada resultado subjacente. O resultado subjacente deriva da exclusão das receitas extraordinárias das IFRS-EU e do impacto das alienações.

As receitas extraordinárias incluem receitas de rendimento ou despesa que são significativas e que derivam de acontecimentos ou transações que são claramente distintas das atividades operacionais comuns. As divulgações sobre períodos comparativos também refletem o impacto das alienações do período atual.

Para além destes segmentos, o ING Bank reconcilia o resultado total dos segmentos com o resultado total do ING Bank, utilizando a Banca da Corporate Line. A Banca da Corporate Line é um reflexo das atividades de gestão de capitais e certas despesas que não são atribuídas às empresas bancárias. O ING Group aplica um sistema de cobrança de capital pelas suas operações bancárias, de modo a criar uma base comparável para os resultados das unidades de negócios a nível mundial, independentemente do valor do capital próprio das unidades de negócios e da moeda em que operam.

O resultado subjacente, conforme apresentado abaixo, é uma medida financeira não GAAP (princípios contabilísticos geralmente aceites) e não é uma medida de desempenho financeiro no âmbito das IFRS-EU. Como o resultado subjacente não é determinado em conformidade com as IFRS-EU, o resultado subjacente como apresentado pelo ING pode não ser comparável a outras medidas de desempenho semelhantes de outras empresas. O resultado subjacente dos segmentos do ING é reconciliado para o resultado líquido, como indicado abaixo na conta de lucros e perdas consolidada das IFRS-EU. A informação contida nesta nota está de acordo com a informação apresentada ao Conselho de Administração.

Esta nota não oferece informações sobre a receita específica de cada produto ou serviço, uma vez que isto não é reportado internamente e, por isso, não está imediatamente disponível.

Segmentos por linha de negócios							Total
2015	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Banca Grossista	Banca de Linha Empresarial	Total
Resultado subjacente							
– Resultado líquido de juros	3 683	1 953	1 634	1 906	3 567	1	12 744
– Receitas de comissões	515	397	172	276	964	–4	2 320
– Total de investimentos e outros rendimentos	205	195	104	186	1 078	–131	1 639
Resultado subjacente total	4 403	2 546	1 910	2 369	5 609	–133	16 703
Despesas subjacentes							
– Despesas operacionais	2 475	1 532	842	1 582	2 571	230	9 231
– Adição de provisões para perdas por empréstimos	433	169	57	210	478		1 347
Despesas subjacentes totais	2 908	1 701	899	1 792	3 048	230	10 578
Resultado subjacente antes de impostos	1 495	845	1 012	577	2 560	–364	6 125
Tributação	391	255	328	142	676	–91	1 703
Interesses minoritários		6	2	48	16		72
Resultado líquido subjacente	1 104	583	681	387	1 868	–273	4 350
Alienações				367			367
Receitas extraordinárias	–58						–58
Resultado líquido das IFRS-EU	1 046	583	681	754	1 868	–273	4 659

Reconciliação entre o rendimento, despesas e resultado líquido Subjacentes e as Normas Internacionais de Relato Financeiro da UE (IFRS-EU)

2015	Rendimento	Despesas	Resultado líquido
Subjacente	16 703	10 578	4 350
Alienações	367		367
Receitas extraordinárias		77	–58
IFRS-EU	17 070	10 655	4 659

As alienações em 2015 refletem o resultado da fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak Mahindra Bank.

As receitas extraordinárias em 2015 incluem custos adicionais referentes aos programas de reestruturação, previamente anunciados, no Retalho na Holanda.

Segmentos por linha de negócios

2014	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Banca Grossista	Banca de Linha Empresarial	Total
Resultado subjacente							
– Resultado líquido de juros	3 778	1 998	1 500	1 806	3 534	–10	12 606
– Receitas de comissões	464	376	143	329	980	–2	2 290
– Total de investimentos e outros rendimentos	87	243	–27	201	379	–309	574
Resultado subjacente total	4 330	2 617	1 615	2 336	4 893	–321	15 471
– Despesas operacionais	2 678	1 524	773	1 481	2 407	102	8 965
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	714	142	72	165	500		1 594
Despesas subjacentes totais	3 392	1 667	845	1 646	2 907	102	10 559
Tributação	243	256	230	139	470	–67	1,271
Interesses minoritários		1	1	51	26		79
Resultado líquido subjacente	694	693	540	500	1 491	–356	3 562
Alienações				202			202
Receitas extraordinárias	–63					–957	–1 021
Resultado líquido das IFRS-EU	631	693	540	702	1 491	–1 313	2 744

Reconciliação - rendimento, despesas e RL Subjacentes e as Normas Intern. Relato Fi

2014	Rendimento	Despesas	Resultado líquido
Subjacente	15 471	10 559	3 562
Receitas extraordinárias		1 259	–1 021
IFRS-EU	15 674	11 818	2 744

As alienações em 2014 refletiram o resultado da desconsolidação do ING Vysya Bank na sequência das alterações à estrutura de gestão.

As receitas extraordinárias em 2014 incluíram o impacto (após impostos) dos encargos para tornar o fundo de pensões de benefícios holandeses definido financeiramente independente, a taxa bancária relacionada com a nacionalização do SNS Reaal e custos adicionais relacionados com os programas de reestruturação no Retalho na Holanda anunciados antes de 2013.

Segmentos por linha de negócios

2013	Retalho na Holanda	Retalho na Bélgica	Retalho na Alemanha	Outro Retalho	Banca Grossista	Banca de Linha Empresarial	Total
Resultado subjacente							
– Resultado líquido de juros	3 610	1 860	1 303	1 804	3 250	153	11 980
– Receitas de comissões	460	343	114	342	989	–9	2 239
– Total de investimentos e outros rendimentos	128	194	–30	259	1 058	–492	1 117
Resultado subjacente total	4 198	2 397	1 387	2 405	5 297	–349	15 337
– Despesas operacionais	2 409	1 500	709	1 600	2 352	114	8 683
– Adição de provisões para perdas por empréstimos duvidosos	877	183	82	279	868		2 288
Despesas subjacentes totais	3 286	1 683	790	1 878	3 220	114	10 971
Tributação	241	213	185	120	504	–173	1 088
Interesses minoritários		–4	1	66	27		90
Resultado líquido subjacente	672	506	412	342	1 546	–289	3 187
Alienações				–42			–42
Receitas extraordinárias	–107					25	–82
Resultado líquido das IFRS-EU	564	506	412	299	1 546	–264	3 063

Reconciliação entre o rendimento, despesas e resultado líquido Subjacentes e as Normas Internacionais de Relato

2013	Rendimento	Despesas	Resultado líquido
Subjacente	15 337	10 971	3 187
Receitas extraordinárias		109	–82
IFRS-EU	15 327	11 094	3 063

Alienações, em 2013, referentes à venda do ING Direct UK.

As receitas extraordinárias, em 2013, são essencialmente referentes aos programas de reestruturação, previamente anunciados, do ING Bank, que são parcialmente compensadas por cortes nas pensões na Holanda.

Segmentos geográficos

2015	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados Crescimento	Grossista Resto do Mundo	Outros	Total
Resultado subjacente								
– Resultado líquido de juros	4 677	2 287	1 812	1 219	1 147	1 600	2	12 744
– Receitas de comissões	754	497	215	149	267	442	–3	2 320
– Total de investimentos e outros rendimentos	187	434	120	5	330	600	–36	1 639
Resultado subjacente total	5 619	3 217	2 146	1 373	1 743	2 643	–38	16 703
Despesas subjacentes								
– Despesas operacionais	3 220	1 943	917	805	1 061	1 038	247	9 231
– Adição de provisões para perdas por	654	166	77	98	176	175		1 347
Despesas subjacentes totais	3 874	2 109	994	903	1 237	1 213	247	10 578
Resultado subjacente antes de impostos	1 744	1 108	1 152	469	506	1 430	–285	6 125
Tributação	469	315	382	166	79	374	–83	1 703
Interesses minoritários		6	2		64			72
Resultado líquido subjacente	1 276	787	768	303	363	1 056	–203	4 350
Alienações					367			367
Receitas extraordinárias	–58							–58
Resultado líquido das IFRS-EU	1 218	787	768	303	730	1 056	–203	4 659

Segmentos geográficos

2014	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados Crescimento	Grossista Resto do Mundo	Outros	Total
Resultado subjacente								
– Resultado líquido de juros	4 699	2 447	1 616	1 158	1 072	1 625	–10	12 606
– Receitas de comissões	730	464	171	147	333	447	–1	2 290
– Total de investimentos e outros rendimentos	164	288	–17	44	266	123	–293	574
Resultado subjacente total	5 593	3 198	1 770	1 349	1 671	2 194	–305	15 471
– Despesas operacionais	3 403	1 931	837	723	1 018	905	147	8 965
– Adição de provisões para perdas por	947	146	67	185	125	123		1 594
Despesas subjacentes totais	4 350	2 078	904	908	1 143	1 028	147	10 559
Tributação	308	277	266	131	96	275	–83	1 271
Interesses minoritários		2	1		77			79
Resultado líquido subjacente	935	841	599	310	356	891	–369	3 562
Alienações				–2	204			202
Receitas extraordinárias	–63						–957	–1 021
Resultado líquido das IFRS-EU	872	841	599	308	560	891	–1 327	2 744

**Segmentos
geográficos**

2013	Holanda	Bélgica	Alemanha	Outros Desafiadores	Mercados Crescimento	Grossista Resto do Mundo	Outros	Total
Resultado subjacente								
– Resultado líquido de juros	4 554	2 256	1 388	1 050	1 186	1 411	133	11 980
– Receitas de comissões	706	436	145	127	354	479	–6	2 239
– Total de investimentos e outros rendimentos	400	373	–24	58	320	437	–447	1 117
Resultado subjacente total	5 660	3 065	1 509	1 235	1 861	2 327	–320	15 337
– Despesas operacionais	3 064	1 913	765	708	1 146	873	214	8 683
– Adição de provisões para perdas por	1 222	205	110	430	197	123		2 288
Despesas subjacentes totais	4 286	2 118	875	1 138	1 344	996	214	10 971
Tributação	357	248	217	97	60	295	–186	1 088
Interesses minoritários		–4	1		93			90
Resultado líquido subjacente	1 017	703	416	0	363	1 036	–349	3 187
Alienações				–42				–42
Receitas extraordinárias	–107						25	–82
Resultado líquido das IFRS-EU	910	703	416	–42	363	1 036	–324	3 063

Os balanços financeiros por segmento das IFRS-EU não são reportados internamente, nem geridos, pelo principal responsável pela tomada de decisões.

33 Informações sobre áreas geográficas

As linhas de negócios do ING operam em sete principais áreas geográficas: Holanda, Bélgica, Resto da Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e Austrália. As análises geográficas baseiam-se na localização do escritório a partir do qual as transações são originadas. Uma área geográfica é um componente distinguível do Banco empenhado em oferecer produtos ou serviços dentro de um ambiente económico específico que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes dos de áreas geográficas que operam noutros ambientes económicos. A Holanda é o país de residência do ING Bank.

Áreas geográficas

2015	Holanda 1	Bélgica	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Austrália	Outros	Eliminações	Total
Rendimento total	5 375	3 123	6 259	720	48	639	490	380	36	17 070
Total de ativos	503 471	164 770	371 648	69 719	1 499	45 979	34 701	1 186	-354 444	838 528

1 A área geográfica da Holanda inclui a Banca da Corporate Line.

Áreas geográficas

2013	Holanda ¹	Bélgica	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Austrália	Outros Países do Mundo	Eliminações	Total
Rendimento total	4 889	3 191	5 623	531	45	634	512	241	9	15 674

1 A área geográfica da Holanda inclui a Banca da Corporate Line.

Áreas geográficas

2013	Holanda ¹	Bélgica	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	Austrália	Outros Países do Mundo	Eliminações	Total
Rendimento total	4 815	3 297	5 287	575	60	836	449		9	15 327

1 A área geográfica da Holanda inclui a Banca da Corporate Line.

A tabela abaixo oferece informações adicionais para o ano de 2015, relativas aos nomes das principais filiais e sucursais, natureza das principais atividades e número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro por país.

2015

Área Geográfica	País	Nome da Principal Filial	Atividade principal	N.º médio de funcionários a full time	Rendimento Total	Ativos Totais	Resultado antes imposto	Tributação
Holanda	Holanda	ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	14 586	5 410	304 842	1 059	413
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	9 645	3 123	130 916	1 142	341
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	774	298	9 331	166	35
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	8 713	903	25 666	317	60
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	6 070	641	17 544	155	34
	Alemanha	ING-DiBa A.G.	Banca de Retalho	4 052	2 037	126 171	1 081	363
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	1 596	221	4 685	78	13
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	Banca de Retalho	1 076	423	24 457	144	52
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	824	202	15 826	-87	-15
	Reino Unido	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	642	556	32 156	362	-19
	França ¹	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	625	256	7 489	67	23
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	288	185	2 520	131	32
	República Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	211	75	2 519	41	8
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	162	46	1 129	13	5
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	265	13	573	8	2
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ucrânia	Banca Grossista	120	46	616	27	5
	Áustria	Filial do ING-DiBa A.G.	Banca de Retalho	169	93	321	51	9
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	76	10	267	-2	
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	39	64	1 662	36	5
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	2	3	616	3	1
	Suiça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	177	187	6 927	105	30
América do Norte	EUA	ING Financial Holdings	Banca Grossista	492	720	47 784	423	122
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	56	48	1 496	32	12
	México	Negociaciones Mercantiles Especializadas, S.A. de C.V.	Banca Grossista	8		1		
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	59	39	1 551	16	10
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	30	31	6 772	20	9
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	472	386	19 111	230	30
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	103	85	5 052	49	1
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	249	22	436	5	3
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	68	53	3 642	23	6
	Tailândia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	34	23	1 744	12	1
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	5	1	7		
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	4		4		
	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista			2		
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	7			-1	
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	1 021	490	33 507	328	92
Outros	Maurícia	ING Mauritius	Gestão de investimentos		380	1 186	380	
Total				52 720	17 070	838 528	6 415	1

1 Os subsídios públicos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 3 milhões de euros (2014: 2 milhões de euros recebidos em França):

A Holanda tem uma carga fiscal elevada, parcialmente devido à taxa bancária holandesa não dedutível e, em parte, devido ao reconhecimento de um passivo fiscal diferido em relação a perdas de filiais (Reino Unido) previamente deduzidas.

O Reino Unido tem uma carga fiscal baixa devido ao reconhecimento dos prejuízos fiscais transitados não reconhecidos previamente.

A Maurícia não tem carga fiscal, devido a um resultado isento de impostos não realizado na sequência da fusão do ING Vysya com o Kotak em abril de 2015.

A tabela da página seguinte oferece informações adicionais para o ano de 2015, relativas aos nomes das principais filiais e sucursais, natureza das principais atividades e número médio de funcionários numa base equivalente a tempo inteiro por país.

2014

Área Geográfica	País	Nome da Principal Filial	Ati. principal	N.º médio funcionários a full time	Rendimento Total	Ativos Totais	Res antes imposto	Tributação
Holanda	Holanda	ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	15 209	4 889	299 259	-1 137	-124
Bélgica	Bélgica	ING België N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	9 906	3 191	132 103	1 253	345
	Luxemburgo	ING Luxembourg S.A.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	762	219	6 894	99	8
Resto da Europa	Polónia	ING Bank Slaski S.A.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	8 644	842	23 161	328	71
	Turquia	ING Bank A.S.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	6 033	567	14 724	150	32
	Alemanha	ING-DiBa A.G.	B. de Retalho	3 845	1 752	125 944	891	280
	Roménia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	1 447	203	3 943	71	14
	Espanha	Filial do ING Bank N.V.	B. de Retalho	993	417	23 902	155	50
	Itália	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	786	272	15 679	0	6
	Reino Unido	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	659	496	40 704	310	7
	França1	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista/ Banca de Retalho	621	238	5 597	82	1
	Rússia	ING Bank (Eurásia) Z.A.O.	Banca Grossista	320	85	3 370	24	4
	República Checa	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	226	54	2 351	20	4
	Hungria	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	174	45	1 809	15	6
	Eslováquia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	159	13	482	4	1
	Ucrânia	PJSC ING Bank Ucrânia	Banca Grossista	138	52	696	30	6
	Áustria	Filial do ING-DiBa A.G.	Banca de Retalho	150	96	267	50	14
	Bulgária	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	71	9	292	1	
	Irlanda	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	36	56	1 614	39	5
	Portugal	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	12	7	1 418	6	2
	Suíça	Filial do ING België N.V.	Banca Grossista	155	201	8 627	147	38
América do Norte	EUA	ING Financial Holdings	Banca Grossista	486	531	42 384	326	82
América Latina	Brasil	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	49	41	1 329	24	6
	México	Negociaciones Mercantiles Especializadas, S.A. de C.V.	Banca Grossista	8	4	9	1	
Ásia	China	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	50	56	2 329	41	8
	Japão	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	28	18	2 830	9	5
	Singapura	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	468	263	16 780	143	16
	Hong Kong	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	100	133	6 969	113	19
	Filipinas	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	122	20	648	6	
	Coreia do Sul	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	66	47	5 000	19	5
	Tailândia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	31	29	2 478	21	4
	Indonésia	PT ING Securities Indonesia	Banca Grossista	6	1	6		
	Malásia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	5	1	4		

	Índia	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	3 209	67		28	10
	Emirados Árabes Unidos	Filial do ING Bank N.V.	Banca Grossista	6			-1	
Austrália	Austrália	ING Bank (Austrália) Ltd.	Banca de Retalho	970	512	34 314	355	106
Outros	Maurícia	ING Mauritius	Gestão de investimentos		252	682	233	3
Total				55 945	15 674	828 602	3 855	1 032

- 1 O número médio de funcionários inclui, numa base média, funcionários de entidades que foram vendidas ou classificadas como detidas para venda durante o ano.
- 2 Os subsídios públicos, conforme definido no artigo 89º da DFP IV, ascendem a 2 milhões de euros recebidos em França.

Em 2014, a Holanda teve um benefício fiscal baixo sobre a perda, principalmente devido a taxas bancárias não dedutíveis.

O Reino Unido e a França tiveram um valor de imposto baixo devido à utilização dos prejuízos fiscais transitados não reconhecidos previamente.

A Maurícia teve um valor de imposto baixo, principalmente devido a um resultado isento de impostos não realizado na sequência da fusão do ING Vysya.

Notas adicionais às contas anuais consolidadas**34 Pensões e outros benefícios pós-emprego**

O ING Bank mantém a contribuição definida e planos de benefícios definidos. Em 2015, os restantes planos de benefícios definidos do Banco são, sobretudo, no Reino Unido e na Bélgica.

Em 2014, o ING chegou a um acordo final com os sindicatos, o Fundo de Pensões do ING, o Conselho Central da Empresa e a Associação de Funcionários do ING Reformados para transferir todas as futuras obrigações de financiamento e de indexação no âmbito do plano de benefícios definido do ING na Holanda para o Fundo de Pensões do ING holandês. O acordo tornou o Fundo de Pensões do ING financeiramente independente do ING.

Balanço financeiro - Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos**Resumo dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos**

	2015	2014
Justo valor de ativos do plano	3 141	3 108
Obrigação de benefícios definidos	2 996	3 126
Posição financiada (Ativos/(passivos) de benefícios líquidos definidos)	145	-18
Apresentado como:		
– Outros ativos	643	589
– Outros passivos	-498	-607
	145	-18

O ING Bank mantém planos de benefícios de reformas definidos em alguns países. Estes planos oferecem benefícios referentes à remuneração e serviço de funcionários após a reforma. Os benefícios de alguns destes planos estão sujeitos a várias formas de indexação. A indexação é, em alguns casos, a critério da administração; noutros casos, depende da suficiência dos ativos do plano.

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, cumprem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento.

O ING Bank oferece outros benefícios pós-emprego a determinados funcionários e antigos funcionários. São, essencialmente, benefícios de saúde pós-emprego e descontos nos produtos do ING oferecidos a funcionários e antigos funcionários.

As mais recentes avaliações (atuariais) dos ativos do plano e o valor presente da obrigação de benefícios definida foram realizadas a 31 de dezembro de 2015. O valor presente da obrigação de benefícios definida, o custo de serviço atual e o custo do serviço passado referente foram determinados utilizando o método do crédito unitário projetado.

As alterações no justo valor de ativos do plano para este período foram as seguintes:

Alterações no justo valor dos ativos do plano

	2015	2014
Balanço de abertura	3 108	15 164
Rendimento dos juros	93	172
Remensurações: Retorno em ativos do plano, excluindo valores incluídos no rendimento dos juros	-72	1 009
Contribuição patronal	34	643
Contribuições dos participantes	13	7
Benefícios pagos	-170	-178
Efeito do corte ou liquidação		-13 788
Diferenças cambiais	135	120
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-41
Balanço de encerramento	3 141	3 108

Efeito do corte ou liquidação

Em 2014, 13,788 milhões de euros foram reconhecidos em Efeito do corte ou liquidação referente à liquidação do plano de benefícios holandês definido, como resultado do acordo que tornou o Fundo de Pensões do ING financeiramente independente do ING.

Alterações na composição do grupo e outras alterações

Em 2014, as alterações na composição do grupo e outras alterações incluíram 47 milhões de euros, como resultado da desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Outros

O retorno real sobre os ativos do plano ascende a 21 milhões de euros (2014: 1 181 milhões de euros). Não se espera que sejam devolvidos ativos do plano ao ING Bank durante 2016.

As alterações no valor presente da obrigação de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego para este período foram as seguintes:

Alterações na obrigação de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego

	Obrigação de benefícios definidos		Outros benefícios pós-emprego	
	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	3 126	14 825	101	96
Custo de serviço atual	34	35	-7	-6
Custo dos juros	84	173	1	3
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	-55	7	8	6
Remensurações: Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos	-118	1 198		
Contribuições dos participantes	1	1	2	
Benefícios pagos	-175	-181	-2	-2
Custo de serviço passado	-11	-3		
Efeito do corte ou liquidação	-3	-12 983	-9	
Diferenças cambiais	111	101	4	4
Alterações na composição do grupo e outras alterações	2	-47		
Balanço de encerramento	2 996	3 126	98	101

Efeito do corte ou liquidação

Em 2014, 12 983 milhões de euros foram reconhecidos em Efeito do corte ou liquidação referente à liquidação do plano de benefícios holandês definido, como resultado do acordo que tornou o Fundo de Pensões do ING financeiramente independente do ING.

Alterações na composição do grupo e outras alterações

Em 2014, as alterações na composição do grupo e outras alterações da obrigação de benefícios definidos incluíram 53 milhões de euros referentes à desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Os valores diretamente reconhecidos em Outros rendimentos integrais (capital próprio) são os seguintes:

Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

	2015	2014
Balanço de abertura	-370	-2 671
Remensuração de ativos do plano	-72	1 009
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos demográficos	55	-7
Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros	119	-1 198
Tributação	-38	108
Total do movimento de Outros rendimentos integrais para o ano	64	-88
Transferência para Outras reservas (liquidação de pensões)		2 389
Balanço de encerramento	306	370

A taxa média ponderada de desconto a 31 de dezembro de 2015 foi de 3,0% (31 de dezembro de 2014: 2,6%). A alteração nesta taxa afeta a Remensuração de ativos do plano e os Lucros e perdas atuariais decorrentes das alterações nos pressupostos financeiros.

O valor acumulado de remensurações diretamente reconhecido em Outros rendimentos integrais (capital próprio) é de 507 milhões de euros (306 milhões de euros após impostos) a 31 de dezembro de 2015 (2014: 583 milhões de euros, 370 milhões de euros após impostos).

O valor da remensuração do ativo/passivo líquido definido em 2014 for, principalmente, um resultado da alteração da taxa de obrigação da empresa de alta qualidade.

Em 2014, 2 235 milhões de euros foram reconhecidos em Transferência para Outras reservas (liquidação de pensões) referentes à liquidação do plano de benefícios holandês definido.

Alterações nos planos de benefícios definidos em 2014

Em 2014, o ING chegou a um acordo final com os sindicatos, o Fundo de Pensões do ING, o Conselho Central da Empresa e a Associação de Funcionários do ING Reformados para transferir todas as futuras obrigações de financiamento e de indexação no âmbito do plano de benefícios definido do ING na Holanda para o Fundo de Pensões do ING holandês. O acordo tornou o Fundo de Pensões do ING financeiramente independente do ING.

Os elementos principais deste acordo são:

- A responsabilidade pela futura indexação e financiamento é transferida para o Fundo de Pensões holandês do ING;
- A obrigação do ING em restaurar o rácio de cobertura do Fundo de Pensões holandês do ING terminou;
- As garantias cruzadas entre o ING Bank e o NN Group para financiar conjunta e solidariamente as obrigações do Fundo de Pensões holandês do ING são terminadas;
- O ING pagou 549 milhões de euros (antes de impostos) para o Fundo de Pensões holandês do ING para a remoção destas obrigações; e
- O ING irá reduzir a própria contribuição dos funcionários para os prémios de pensão ao abrigo do novo plano de contribuição definido em cerca de 80 milhões de euros ao longo de um período de 6 anos.

Como parte do acordo, o ING Bank fica isento de todas as obrigações financeiras decorrentes do plano de benefícios holandês definido. Assim, este plano já não é contabilizado como plano de benefícios definido e, consequentemente, foi retirado do balanço financeiro do ING em 2014. Em 2014, a remoção do ativo líquido de pensões, referente ao fundo de pensões de benefícios holandês definido, do balanço financeiro do ING de 770 milhões de euros (578 milhões de euros após impostos), o pagamento de 549 milhões de euros ao Fundo de Pensões holandês do ING (412 milhões após impostos), a compensação de 80 milhões para uma menor contribuições de funcionários (60 milhões de euros após impostos) e outros impactos resultaram num custo de 1 413 milhões de euros (1 059 milhões de euros após impostos). 871 milhões de euros (653 milhões de euros após impostos) deste custo foram alocados ao ING Bank.

Informações sobre ativos do plano e obrigações de benefícios definidos por país

A obrigação de benefícios definidos por país e os ativos do plano por país podem ser especificados da seguinte forma:

Ativos do plano e obrigação de benefícios definidos por país				
	Ativos do plano		Obrigação de benefícios definidos	
	2015	2014	2015	2014
Holanda	373	405	516	579
Estados Unidos	132	132	212	218
Reino Unido	1 906	1 822	1 265	1 236
Bélgica	601	614	731	811
Outros países	129	135	272	282
	3 141	3 108	2 996	3 126

A 31 de dezembro de 2015, os vários planos de benefícios definidos não detinham quaisquer investimentos no ING Groep N.V. (2014: zero).

Determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos

A tabela oferece os principais pressupostos utilizados na determinação dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos e os Outros benefícios pós-emprego.

Médias ponderadas de pressupostos atuariais básicos em % anual a 31 de dezembro

	Ativos/passivo de benefício líquido definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2015	2014	2015	2014
Taxas de desconto	3,00	2,60	3,20	2,30
Taxas de mortalidade	0,80	0,70	0,80	1,00
Taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo os aumentos de promoções)	3,70	3,40		
Indexação	2,60	2,60	2,00	2,00

Os pressupostos acima são medidos pelas obrigações de benefícios definidos. As taxas usadas para os desenvolvimentos de salários, fatores de desconto de juros e outros ajustes refletem as condições específicas de cada país.

A taxa de desconto é a média ponderada das taxas de desconto que são aplicadas em diferentes regiões onde o Banco tem planos de pensões de benefícios definidos. A taxa de desconto baseia-se numa metodologia que usa rendimentos do mercado em obrigações da empresa de alta qualidade das regiões específicas com durações que combinam os passivos de pensões como entrada principal. Os rendimentos de mercado em obrigações da empresa de alta qualidade refletem o rendimento em obrigações empresariais classificadas como AA e com durações em que tais rendimentos estão disponíveis. É aplicada uma extrapolação de modo a determinar o rendimento para as durações mais longas para as quais não existem obrigações empresariais com classificação AA disponíveis. Como resultado da disponibilidade limitada das obrigações empresariais com classificação AA de longa duração, a extrapolação é um elemento importante da determinação da taxa de desconto.

A taxa de desconto é de aproximadamente 3,0 % a 31 de dezembro de 2015 (2014: 2,6%). A taxa de desconto utilizada pelo ING baseia-se nas obrigações empresariais com classificação AA. As discussões sobre a definição da taxa de desconto para os passivos de pensões de benefícios definidos estavam em curso, tanto na indústria como no IASB, e o INGL iria reconsiderar a metodologia para definir a taxa de desconto, se e quando apropriado.

A 31 de dezembro de 2015, o pressuposto atuarial de Indexação pela inflação é de 2,6 % (2014: 2,6%). A percentagem para 2015 baseou-se, principalmente, na inflação esperada e no pressuposto da melhor estimativa para a futura indexação nos planos de pensões no Reino Unido e na Bélgica (2014: Reino Unido, Bélgica e Holanda; antes de 2014 a percentagem baseou-se no plano na Holanda).

Análise de sensibilidade dos principais pressupostos

A análise de sensibilidade dos pressupostos mais significativos foi determinada com base nas alterações dos pressupostos que ocorrem no final do período de relato que são consideradas como razoavelmente possíveis.

A tabela revela o impacto financeiro da obrigação de benefícios definidos se as médias ponderadas de cada pressuposto atuarial significativo aumentassem ou diminuíssem se todos os outros pressupostos fossem mantidos constantes. Na prática, é pouco provável que isto ocorra e algumas alterações dos pressupostos podem ser correlacionadas.

Análise de sensibilidade - impacto financeiro das alterações dos pressupostos atuariais significativos sobre a obrigação de benefícios definidos

	Impacto financeiro do aumento		Impacto financeiro da diminuição	
	2015	2014	2015	2014
Taxas de desconto - aumento/diminuição de 1 %	-451	-403	554	500
Mortalidade - aumento/diminuição de 1 ano	82	93	-82	-93
Taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo os aumentos de promoções) - aumento/diminuição de 0,25 %	25	29	-23	-27
Indexação aumento/diminuição de 0,25 %	75	93	-74	-84

Fluxos de caixa esperados

As contribuições são pagas aos fundos a uma taxa necessária para financiar adequadamente os passivos acumulados dos planos calculados de acordo com os requisitos legais locais. Os planos, em todos os países, cumprem os regulamentos locais aplicáveis que regem os investimentos e os níveis de financiamento. As subsidiárias do ING Bank devem financiar o custo dos direitos que se espera auferir numa base anual.

Para 2016, as contribuições previstas para os planos de pensões são de 50 milhões de euros.

Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem os serviços futuros esperados, conforme apropriado, deverão ser feitos pelo plano:

Pagamentos de benefícios

	Obrigação de benefícios definidos	Outros benefícios pós-emprego
2016	97	2
2017	96	2
2018	95	2
2019	126	2
2020	132	2
Anos 2021 – 2025	455	24

A duração média da obrigação de benefícios no final do período de referência é de 17 anos (2014: 17 anos). Este número pode ser subdividido em duração relacionada com:

- membros ativos: 15 anos (2014: 12 anos);
- membros inativos: 23 anos (2014: 24 anos); e
- membros aposentados: 13 anos (2014: 13 anos).

Conta de lucros e perdas - Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários

Pensões e outros custos de benefícios relacionados com funcionários

	Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos			Outros benefícios pós-emprego			Outros			Total		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Custo de serviço atual	34	37	268	-7	-6	-18	-8	20	-11	19	51	239
Custo de serviço passado	-11	-3	3						-16	-11	-3	-13
Custo líquido de juros	-9	2	-41	1	3	2	2	4	6	-6	9	-33
Efeito do corte ou liquidação	-3	871	-37	-9			-52			-64	871	-37
Outros							13	-12	13	13	-12	13
Planos de benefícios	11	907	193	-15	-3	-16	-45	12	-8	-49	916	169
Planos de contribuição										324	302	62
										275	1 218	231

Planos de benefícios definidos

Em 2014, foi reconhecida uma taxa de 871 milhões de euros em Efeito do corte ou liquidação referente à liquidação do plano de benefícios holandês definido.

Planos de contribuição definidos

O aumento dos Custos com pensões para os Planos de contribuição definidos em 2014 é resultado do novo regime de pensões de contribuição para funcionários na Holanda, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014.

A maior parte das empresas do grupo patrocina planos de pensões de contribuição definidos. Os ativos de todos os planos de contribuição definidos do ING Bank são detidos em fundos administrados de forma independente. Geralmente, as contribuições são determinadas como uma percentagem da remuneração. Para o regime de contribuições definido na Holanda, o prémio pago também depende dos desenvolvimentos da taxa de juros e da metodologia do DNB para determinar a taxa a termo final. Estes planos não dão origem a provisões do balanço financeiro que não sejam relativas às diferenças temporárias de curto prazo incluídas noutros ativos/passivos.

35 Tributação

Balanço financeiro – Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias sob o método do passivo com base nas taxas de juros aplicáveis nas jurisdições em que o ING Bank está sujeito à tributação.

Alteração nos impostos

	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2014	Alterações através do capital próprio	Alterações através do resultado líquido	Diferenças cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2015
Investimentos	-1 064	111	152	3	18	-780
Investimentos imobiliários	-2					-2
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	1 112		-373			739
Depreciação	-46		4	-4		-46
Coberturas de fluxo de caixa	-233	22		16		-195
Pensões e benefícios pós-emprego	213	-14	-5	7		201
Outras provisões	42		-22	4		24
Valores a receber	258		180	3		441
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-136		-100	1		-235
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	330		-215	3		118
Outros	-220	10	113	1	-1	-97
	254	129	-266	34	17	168
Apresentados no balanço financeiro como:						
– passivos fiscais diferidos	-872					-645
– ativos fiscais deferidos	1 126					813
	254					168

Alteração nos impostos diferidos

	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2013	Alterações através do capital próprio	Alterações através do resultado líquido	Diferenças cambiais	Alterações na composição do grupo e outras alterações	Passivo líquido (-) Ativo líquido (+) 2014
Investimentos	-445	-293	-316	10	-20	-1 064
Investimentos imobiliários	-2					-2
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	795		321	-12	8	1 112
Depreciação	-38		-5	-5	2	-46
Coberturas de fluxo de caixa	316	-554		5		-233
Pensões e benefícios pós-emprego	50	103	54	6		213
Outras provisões	43		-11	4	6	42
Valores a receber	49		205	4		258
Empréstimos e adiantamentos a clientes	244	-5	-334		-41	-136
Prejuízos fiscais não utilizados transitados	103		224	8	-5	330
Outros	-144	6	-68	-12	-2	-220
	971	-743	70	8	-52	254
Apresentados no balanço financeiro como:						
– passivos fiscais diferidos	-334					-872
– ativos fiscais deferidos	1 305					1 126
	971					254

Em 2014, as Alterações na composição do grupo e outras alterações incluíram 61 milhões de euros como resultado da desconsolidação do ING Vysya. É feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais não utilizados transitados

	2015	2014
Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados	1 560	2 456
Prejuízos fiscais não utilizados transitados não reconhecidos como ativos por impostos diferidos	969	1 127
Prejuízos fiscais não utilizados transitados reconhecidos como ativo de impostos diferidos	591	1 329
Taxa fiscal média	20,0%	24,8%
Ativos por impostos diferidos	118	330

Os seguintes prejuízos fiscais transitados e créditos fiscais irão expirar a 31 de dezembro:

Total de prejuízos fiscais não utilizados transitados analisados por termos de validade

	Nenhum ativo fiscal deferido reconhecido		Ativo fiscal deferido reconhecido	
	2015	2014	2015	2014
Dentro de 1 ano	41			
Mais de 1 ano, mas menos de 5 anos	190	145	7	4
Mais de 5 anos, mas menos de 10 anos	118	48	1	
Mais de 10 anos, mas menos de 20 anos	34	347		6
Ilimitado	586	587	583	1 319
	969	1 127	591	1 329

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, para prejuízos fiscais transitados e créditos fiscais não utilizados apenas na medida em que a realização do benefício fiscal relacionado é provável.

Repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição

	2015	2014
Holanda	132	358
Bélgica		1
Eslováquia		2
Luxemburgo	8	17
Itália	129	62
	269	440

A tabela acima inclui a repartição de determinadas posições de ativos líquidos por impostos diferidos por jurisdição para as quais a utilização depende de lucros tributáveis futuros, enquanto as entidades relacionadas têm perdas incorridas no ano atual ou no ano anterior. Em 2015, o montante total para as entidades mais significativas é de 269 milhões de euros (2014: 440 milhões de euros).

Em 2015, os ativos por impostos diferidos na Holanda diminuíram em comparação com 2014, principalmente devido ao resultado positivo do ano.

Em 2014, a Holanda está incluída na tabela acima, principalmente devido ao impacto da liquidação das pensões e dos custos de reestruturação no resultado. O plano de três anos a médio prazo foi utilizado para fundamentar os ativos fiscais diferidos na Holanda.

O reconhecimento baseia-se no facto de ser provável que a entidade tenha lucros tributáveis e/ou possa utilizar oportunidades de planeamento fiscal antes do vencimento dos ativos por impostos diferidos. As alterações nas circunstâncias em períodos futuros podem afetar negativamente a avaliação do grau de recuperação. A incerteza do grau de recuperação é tida em consideração ao estabelecer os ativos por impostos diferidos.

A 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o ING Bank não tinha diferenças temporárias significativas associadas aos investimentos da empresa-mãe em subsidiárias, uma vez que qualquer benefício económico desses investimentos não será tributável ao nível da empresa-mãe.

Conta de lucros e perdas – Tributação

Tributação por tipo	Holanda			Internacional			Total		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Tributação atual	6	3	3	1 412	1 099	1 032	1 418	1 102	1 035
Tributação diferida	407	-127	73	-141	57	-28	266	-70	45
	413	-124	76	1 271	1 156	1 004	1 684	1 032	1 080

Para o ano de 2015, a carga fiscal na Holanda aumentou com 537 milhões de euros (2014: diminuiu com 200 milhões de euros) para 413 milhões de euros (2014: 124 milhões de euros negativos), provocada por resultados mais elevados (2014: resultados inferiores).

Reconciliação da taxa média ponderada estatutária de imposto sobre o rendimento para a taxa de imposto sobre o rendimento efetiva do ING Bank.

	2015	2014	2013
Resultado antes de impostos de operações contínuas	6 415	3 855	4 233
Taxa média ponderada estatutária de imposto	27,3%	29,4%	29,8%
Valor do imposto legal médio ponderado	1 748	1 132	1 263
Isenção de participações sociais	-46	-44	-36
Outros rendimentos não sujeitos a impostos	-160	-169	-165
Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	151	185	114
Impacto no imposto diferido das alterações nas taxas de impostos	12	-2	
Benefício fiscal diferido de valores anteriormente não reconhecidos	54	38	-22
Benefício fiscal atual de valores anteriormente não reconhecidos	-63	-58	-24
Amortização/reversão de ativos por impostos diferidos	18	1	40
Ajuste a períodos anteriores	-30	-51	-90
Valor do imposto efetivo	1 684	1 032	1 080
Taxa de imposto efetiva	26,2 %	26,8 %	25,5 %

A taxa média ponderada estatutária de imposto em 2015 é menor em comparação a 2014. Isto ocorre, principalmente, devido ao aumento no resultado de 2015 na Holanda.

A taxa média ponderada estatutária de imposto em 2014 comparada com 2013 não difere

significativamente. A taxa de imposto efetiva em 2015 é de 26,2 %.

A taxa de imposto efetivo em 2015 é menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deve-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis, reconhecimento de benefícios fiscais de valores previamente desconhecidos e ajustes de exercícios anteriores, que são apenas parcialmente compensados por itens não dedutíveis.

A taxa de imposto efetivo em 2015 é menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deve-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis, reconhecimento de benefícios fiscais de valores previamente desconhecidos e ajustes de exercícios anteriores, que são apenas parcialmente compensados por itens não dedutíveis.

A taxa de imposto efetivo em 2013 é menor do que a taxa média ponderada estatutária de imposto. Isto deve-se, principalmente, a rendimentos não tributáveis e a ajustes de exercícios anteriores que são apenas parcialmente compensados por despesas não dedutíveis e cancelamento dos ativos por impostos diferidos.

O rendimento isento de impostos (isenção de participação) inclui, essencialmente, rendimentos não tributáveis em Alienações, participação isenta de impostos em resultado de filiais e empreendimentos conjuntos e lucros isentos de impostos sobre os ativos financeiros.

Os ajustes a períodos anteriores, em 2013, relacionam-se com um ajuste das posições fiscais.

Capital próprio - Outros rendimentos integrais**Imposto sobre o rendimento relacionado com componentes de outros rendimentos integrais**

	2015	2014	2013
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-14	103	278
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	111	-293	185
Lucros/perdas realizados transferidos para lucros e perdas (reclassificações do capital próprio para lucros e	39	49	40
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	22	-554	30
Diferenças cambiais e outros	-29	-48	-25
Imposto sobre o rendimento total relacionado com componentes de outros rendimentos integrais	129	-743	508

36 Justo valor dos ativos e passivos a) Ativo e passivos financeiros

A tabela seguinte apresenta os justos valores estimados dos ativos e passivos financeiros do ING Bank. Alguns itens do balanço financeiro não estão incluídos na tabela, uma vez que não cumprem a definição de um ativo ou passivo financeiro. A agregação dos justos valores apresentados abaixo não representa, e não deve ser interpretada como representando, o valor subjacente do ING Bank.

Justo valor dos ativos e passivos financeiros	Justo valor estimado		Valor bal. Financ.	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21 458	12 222	21 458	12 222
Montantes devidos por bancos	30 101	37 223	29 966	37 122
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas				
– ativos detidos para negociação	131 485	136 964	131 485	136 964
– derivados não negociados	3 216	4 303	3 216	4 303
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	3 234	2 756	3 234	2 756
Investimentos				
– disponível para venda	87 000	95 401	87 000	95 401
– detido até ao vencimento	7 855	2 277	7 826	2 239
Empréstimos e adiantamentos a clientes	547 493	529 342	536 543	518 119
Outros ativos ¹	11 340	11 641	11 340	11 641
	843 182	832 129	832 068	820 767
Passivos financeiros				
Empréstimos subordinados	16 053	17 111	15 920	16 599
Títulos de dívida emitidos	117 860	121 928	117 556	120 959
Montantes devidos a bancos	34 329	30 688	33 808	30 003
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	509 334	490 329	508 740	489 281
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas				
– passivos detidos para negociação	88 807	97 091	88 807	97 091
– derivados não negociados	4 364	6 357	4 364	6 357
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	12 616	13 551	12 616	13 551
Outros passivos ²	11 513	12 043	11 513	12 043
	794 876	789 098	793 324	785 884

¹ Outros ativos não incluem ativos por impostos (deferidos), ativos de benefícios líquidos definidos e desenvolvimento de propriedades e obtidas através de execuções hipotecárias.

² Outros passivos não incluem obrigações fiscais (deferidas), passivos de benefícios líquidos definidos, pagamentos antecipados recebidos sob a propriedade de investimento em desenvolvimento, outras provisões e outra tributação e contribuições para a segurança social.

Os justos valores estimados representam o preço pelo qual teria lugar uma transação normal para vender o ativo financeiro ou para transferir o passivo financeiro entre os participantes do mercado à data do balanço financeiro («preço de saída»). O justo valor dos ativos e passivos financeiros baseia-se nos preços de mercado cotados, quando disponível. Esses preços de mercado cotados são obtidos principalmente a partir de preços de troca para os instrumentos listados. Quando não está disponível um preço de troca, os preços de mercado são obtidos a partir de fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado. Como os mercados comerciais substanciais não existem para todos os instrumentos financeiros, foram desenvolvidas várias técnicas para estimar os justos valores aproximados dos ativos e passivos financeiros que não são negociados ativamente. Estas técnicas de natureza subjetiva e envolvem vários pressupostos sobre os fatores de preços relevantes, especialmente para entradas que não estão imediatamente disponíveis no mercado (como os spreads de crédito para empréstimos e adiantamentos próprios originados para clientes). As alterações nestes pressupostos podem afetar significativamente os justos valores estimados. Consequentemente, os justos valores apresentados podem não ser indicativos do valor realizável líquido. Além disso, o cálculo do justo valor estimado baseia-se nas condições de mercado num determinado ponto específico no tempo e não pode ser indicativo dos justos valores futuros. Quando as exposições de um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros são geridas numa base líquida, o ING aplica a exceção IFRS-EU que lhe permite medir o justo valor do grupo de ativos financeiros e passivos financeiros com base no preço que seria recebido na venda de uma posição longa líquida ou liquidação de uma posição curta líquida.

Para incluir o risco de crédito na avaliação justa, o ING aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (CVA, DVA). As próprias dívidas emitidas e os títulos estruturados que são avaliados pelo justo valor são ajustados para o risco de crédito por meio de um DVA. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um CVA. O CVA é de natureza bilateral, tanto o risco de crédito da contraparte, bem como o risco de crédito no ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados de mercado que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos.

Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte aumenta) está incluído no ajuste. O ING também aplica o CVA para fixar o preço do risco de crédito em novas negociações externas com as contrapartes.

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Bank para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros:

a.1) Ativos financeiros

Caixa e disponibilidades com bancos centrais

O valor contabilístico da caixa aproxima-se do seu justo valor.

Montantes devidos por bancos

Os justos valores dos valores a receber de bancos baseiam-se, geralmente, em preços de mercado cotados ou, se não cotados, em estimativas baseadas no desconto de futuros fluxos de caixa através de taxas de juros de mercado disponíveis oferecidas para os valores a receber com características semelhantes, semelhantes aos Empréstimos e adiantamentos a clientes descritos abaixo.

Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas e Investimentos

Derivados

Os contratos de derivados podem ser negociados em bolsa ou mercado do balcão (OTC). O justo valor dos derivados negociados em bolsa é determinado através de preços de mercado cotados num mercado ativo e esses derivados são classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Para os instrumentos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação. Os derivados OTC e os derivados negociados num mercado inativo são avaliados através de técnicas de avaliação porque os preços de mercado cotados num mercado ativo não estão disponíveis para tais instrumentos. As técnicas e dados de avaliação dependem do tipo de derivado e da natureza dos instrumentos subjacentes. As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos baseiam-se em fluxos de caixa descontados, modelos de opção Black-Scholes e no método de Monte Carlo. Estes modelos de avaliação calculam o valor atual dos futuros fluxos de caixa esperados, baseados em princípios de não arbitragem. Estes modelos são comumente utilizados na indústria financeira. As entradas para os modelos de avaliação são determinadas a partir de dados de mercado observáveis, sempre que possível. Algumas entradas podem não ser diretamente observáveis no mercado, mas podem ser determinadas a partir dos preços observáveis através de procedimentos de calibração do modelo de avaliação. As entradas utilizadas incluem preços disponíveis a partir de intercâmbios, comerciantes, corretores ou prestadores de preços, curvas de rendimentos, spreads de crédito, taxas de incumprimento, taxas de recuperação, taxas de dividendos, volatilidade das taxas de juros subjacentes, preços das ações e taxas de câmbio. Estas entradas são determinadas com referência a preços cotados, negócios recentemente executados, cotações de mercado independentes e dados consensuais, quando disponíveis.

Títulos de capital próprio

Os justos valores dos títulos de capital próprio negociados publicamente baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é determinado com base em preços cotados para títulos semelhantes ou outras técnicas de avaliação.

O justo valor do capital próprio privado baseia-se em preços de mercado cotados, se disponíveis. Na ausência de preços cotados num mercado ativo, o justo valor é estimado com base numa análise da posição e resultados financeiros, perfil de risco, perspetivas, preço, comparações de lucros e múltiplos de receitas do investido e por referência a avaliações de mercado para entidades semelhantes cotadas num mercado ativo.

Títulos de dívida

Os justos valores de títulos de dívida baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Os preços de mercado cotados podem ser obtidos a partir de uma troca, comerciante, corretor, grupo de indústrias, serviço de preços ou serviço regulamentar. Se os preços cotados num mercado ativo não estiverem disponíveis, o justo valor baseia-se numa análise das informações de mercado disponíveis, que podem incluir valores obtidos a partir de um ou mais serviços de preços ou através de uma técnica de avaliação que desconta os fluxos de caixa previstos usando curvas das taxas de juros de mercado, spreads de crédito referenciados, maturidade do investimento e taxas de pré-pagamento estimadas, quando aplicável.

Empréstimos e valores a receber

É feita referência aos Empréstimos e adiantamentos a clientes abaixo.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos que são frequentemente substituídos e que não sofreram alterações no risco de crédito, os valores contabilísticos representam uma estimativa razoável do justo valor. O justo valor de outros empréstimos é estimado através do desconto dos futuros fluxos de caixa esperados utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco de crédito, liquidez e outras condições de mercado atuais. O justo valor dos empréstimos hipotecários é estimado tendo em conta o comportamento do pré-pagamento. Os empréstimos com características semelhantes são agregados para efeitos de cálculo.

Outros ativos

Os outros ativos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

a.2) Passivos financeiros

Empréstimos subordinados

O justo valor de empréstimos subordinados negociados publicamente baseia-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Quando não estão disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor dos empréstimos subordinados é estimado utilizando fluxos de caixa descontados com base em taxas de juros e spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes.

Montantes devidos a bancos

Os justos valores de contas a pagar aos bancos são geralmente baseados em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em estimativas baseadas no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros de mercado disponíveis e spreads de crédito para contas a pagar aos bancos com características semelhantes.

Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

Os valores contabilísticos dos depósitos de clientes e outros fundos em depósito sem vencimento declarado aproximam-se dos seus justos valores. Os justos valores de depósitos com vencimentos declarados foram estimados com base no desconto dos futuros fluxos de caixa através das taxas de juros atualmente aplicáveis a depósitos com vencimentos semelhantes.

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas

Os justos valores de títulos na carteira de negociação e outros passivos ao justo valor através de lucros e perdas baseiam-se em preços de mercado cotados, quando disponíveis. Para os títulos que não são negociados ativamente, os justos valores são estimados com base em técnicas de avaliação do fluxo de caixa descontado através das taxas de juros e dos spreads de crédito que se aplicam a instrumentos semelhantes. É feita referência aos Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas acima.

Títulos de dívida emitidos e outros financiamentos contraídos

O justo valor dos títulos de dívida emitidos e outros financiamentos contraídos é, geralmente, baseado em preços de mercado cotados ou, se não disponíveis, em preços estimados baseados no desconto dos futuros fluxos de caixa esperados através das taxas de juros de mercado atual e aos spreads de crédito aplicáveis ao rendimentos, qualidade do crédito e maturidade.

Outros passivos

Os outros passivos são apresentados pelo seu valor contabilístico que não é significativamente diferente do seu justo valor.

a.3) Hierarquia do justo valor

O ING Bank classificou os seus instrumentos financeiros, que são medidos no balanço financeiro pelo justo valor ou cujo justo valor é divulgado, numa hierarquia de três níveis com base na prioridade dos dados para a avaliação. A hierarquia do justo valor confere a maior prioridade aos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a menor prioridade às técnicas de avaliação suportadas por dados não observáveis. Um mercado ativo para o ativo ou passivo é um mercado no qual as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência em volume suficiente para oferecer informações fiáveis sobre preços numa base contínua. A hierarquia do justo valor

é composta por três níveis, dependendo se os justos valores foram determinados com base em preços cotados (não ajustados) num mercado ativo (Nível 1), técnicas de avaliação com dados observáveis (Nível 2) ou técnicas de avaliação que incluem dados que não são observáveis e que têm um impacto mais do que significativo no justo valor do instrumento (Nível 3). Os ativos financeiros no Nível 3 incluem, por exemplo, títulos de dívida ilíquidos, derivados OTC complexos e derivados de crédito, alguns empréstimos complexos (para os quais a atual informação de mercado

sobre ativos semelhantes a utilizar como observáveis, dados corroborados para todos os dados significativos num modelo de avaliação não está disponível) e títulos garantidos por ativos para os quais não existe um mercado ativo e uma grande dispersão nos preços cotados.

Os dados observáveis refletem os dados de mercado obtidos a partir de fontes independentes. Os dados não observáveis são dados que se baseiam nos próprios pressupostos do Banco acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível nestas circunstâncias. Os dados não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. As transferências internas e as transferências externas dos níveis da hierarquia do justo valor são reconhecidas a partir da data do acontecimento ou alteração das circunstâncias que causaram a transferência.

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cujo justo valor é diretamente determinado por referência às cotações publicadas num mercado ativo a que o ING Bank possa aceder. Um instrumento financeiro é considerado cotado num mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma troca, comerciante, corretor, grupo de indústrias, serviços de preços ou serviço regulamentar e esses preços representam transações de mercado atuais e ocorrem regularmente com a frequência e volume suficientes para oferecer informações sobre preços numa base contínua. As transferências do Nível 1 para o Nível 2 ocorrem quando o ING Bank estabelece que os mercados deixam de ser ativos e, assim, os preços cotados (não ajustados) deixam de oferecer informação fiável sobre preços.

Nível 2 - Técnica de avaliação suportada por dados observáveis

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros cujo justo valor é determinado utilizando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), em que os dados no modelo são retirados de um mercado ativo ou são observáveis. Se determinados dados no modelo não são observáveis, o instrumento ainda é classificado nesta categoria, desde que o impacto desses dados não observáveis na avaliação geral seja insignificante. Incluídos nesta categoria estão os itens cujo valor deriva de preços cotados de instrumentos semelhantes, mas para os quais os preços são alterados com base noutros dados de mercado externos observáveis e em itens cujo valor deriva de preços cotados, mas para os quais não havia provas suficientes de um mercado ativo. Esta categoria também inclui ativos e passivos financeiros cujo justo valor é determinado por referência a preços cotados, mas para os quais o mercado é considerado inativo.

Nível 3 - Técnica de avaliação suportada por dados não observáveis

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros cujo justo valor é determinado utilizando uma técnica de avaliação (por exemplo, um modelo), para a qual mais do que uma parte significativa dos dados, em termos de avaliação global, não são observáveis no mercado. Esta categoria também inclui ativos e passivos financeiros cujo justo valor é determinado por referência a preços cotados, mas para os quais o mercado é considerado inativo. Os Ativos detidos para negociação, os derivados não negociados e os Ativos designados ao justo valor através de lucros e perdas de Nível 3 e os

Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas de Nível 3 incluem instrumentos financeiros com diferentes características e natureza, que são avaliados com base em técnicas de avaliação que apresentam um ou mais dados significativos que não são observáveis. Um instrumento é classificado como Nível 3 na sua totalidade se uma parte significativa do justo valor do instrumento for impulsionada por dados não observáveis. Não observável, neste contexto, significa que existem poucos ou nenhuns dados de mercado atuais disponíveis, a partir dos quais o preço a que seria provável ocorrer uma transação à distância pode ser derivado. Poderá consultar mais informações sobre a determinação do justo valor destes instrumentos incluídas acima nas categorias «Derivados», «Títulos de dívida» e «Empréstimos e adiantamentos a clientes».

Instrumentos financeiros ao justo valor

Os justos valores dos instrumentos financeiros foram determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo justo valor)				
2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos detidos para negociação	27 144	103 195	1 146	131 485
Derivados não negociados	4	3 205	7	3 216
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	242	2 654	338	3 234
Investimentos disponíveis para venda	81 640	4 667	693	87 000
	109 030	113 721	2 184	224 935
Passivos financeiros				
Passivos detidos para negociação	9 037	78 531	1 239	88 807
Derivados não negociados		4 363	1	4 364
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	1,578	10,840	198	12,616
	10 615	93 734	1 438	105 787

Principais alterações na hierarquia do justo valor em 2015

Em 2015, a diminuição dos investimentos disponíveis para venda (Nível 1) deveu-se, principalmente, à reclassificação dos Títulos de Dívida Pública (3,5 mil milhões de euros) para Investimentos detidos até ao vencimento. É feita referência à

Nota 5 «Investimentos». Não ocorreram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível

2.

Em 2015, ocorreram alterações nas técnicas de avaliação impulsionadas pelas atuais condições de mercado, com a taxa LIBOR a ser negativa.

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo justo valor)				
2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos detidos para negociação	35 965	100 189	810	136 964
Derivados não negociados		4 173	130	4 303
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	346	2 320	90	2 756
Investimentos disponíveis para venda	89 101	5 727	573	95 401
	125 412	112 409	1 603	239 424
Passivos financeiros				
Passivos detidos para negociação	11 204	84 890	997	97 091
Derivados não negociados		6 341	16	6 357
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	1 719	11 509	323	13 551
	12 923	102 740	1 336	116 999

Principais alterações na hierarquia do justo valor em 2014

Em 2014, a alteração dos investimentos disponíveis para venda (Nível 1) deveu-se a um aumento nos Títulos de Dívida Pública para fortalecer a liquidez do Banco. Antes da introdução do rácio de cobertura de liquidez em 2015, as obrigações vencidas (Nível 2 em 2013) foram reinvestidas nos Títulos de Dívida Pública (Nível 1).

A 31 de dezembro de 2014, o ING Direct Australia reclassificou 2,6 mil milhões de euros de títulos de dívida Governamentais e Semigovernamentais do Nível 2 para o Nível 1, uma vez que os dados se basearam em preços cotados num mercado ativo.

Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3					Total
2015	Ativo comercial	Derivados não comerciais	Ativos a justo valor através lucros e perdas	Investimento para venda	Total
Balanço de abertura	810	130	90	573	1 603
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano	146	-127	-55	30	-6
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano				171	171
Aquisição de ativos	356	4	467	125	952
Venda de ativos	-76		-148	-209	-433
Vencimento/liquidação	-46		-16	-5	-67
Transferências para o Nível 3	11				11
Transferências para fora do Nível 3	-61				-61
Diferenças cambiais	6			23	29
Alterações na composição do grupo e outras alterações				-15	-15
Balanço de encerramento	1 146	7	338	693	2 184

Em 2015, não ocorreram transferências significativas para ou fora do Nível 3.

Incluído em «Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano», está um valor de 154 milhões de euros relacionados com os títulos de capital próprio disponíveis para venda detidos no Visa Europe Limited. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 13 «Capital Próprio» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3					Total
2014	Ativo comercial	Derivados não comerciais	Ativos a justo valor através lucros e perdas	Investimento para venda	Total
Balanço de abertura	1 299	62	198	1 042	2 601
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano	-368	68	-67	20	-347
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano				7	7
Aquisição de ativos	270		49	97	416
Venda de ativos	-219		-45	-143	-407
Vencimento/liquidação	-76		-45	-448	-569
Transferências para o Nível 3	69		48	3	120
Transferências para fora do Nível 3	-174		-48		-222
Diferenças cambiais	9			14	23
Alterações na composição do grupo e outras alterações				-19	-19
Balanço de encerramento	810	130	90	573	1 603

Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3

2015	Passivo comercial	Derivados não comerciais	Passivos a justo valor através de lucros e perdas	Total
Balanço de abertura	997	16	323	1 336
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano	120	-15	-83	22
Emissão de passivos	244		121	365
Reembolso antecipado dos passivos	-54		-31	-85
Vencimento/liquidação	-24		-15	-39
Transferências para o Nível 3	12			12
Transferências para fora do Nível 3	-65		-117	-182
Diferenças cambiais	9			9
Balanço de encerramento	1 239	1	198	1 438

Em 2015, os passivos financeiros de 182 milhões de euros foram transferidos para fora do Nível 3, principalmente devido ao facto de a avaliação não ter sido significativamente afetada por dados não observáveis.

Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3

2014	Passivo comercial	Derivados não comerciais	Passivos a justo valor através de lucros e perdas	Total
Balanço de abertura	1 105	1	343	1 449
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano	-54	14	-81	-121
Emissão de passivos	418	2	172	592
Reembolso antecipado dos passivos	-371		-78	-449
Vencimento/liquidação	-68	-1	-66	-135
Transferências para o Nível 3	42		88	130
Transferências para fora do Nível 3	-82		-55	-137
Diferenças cambiais	7			7
Balanço de encerramento	997	16	323	1 336

Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano (Nível 3)

2015	Realizado à data do balanço financeiro	Não rec. Durante o ano	Total
Ativos financeiros			
Ativos detidos para negociação	146		146
Derivados não negociados	-127		-127
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	-55		-55
Investimentos disponíveis para venda	-34	64	30
	-70	64	-6
Passivos financeiros			
Passivos detidos para negociação	120		120
Derivados não negociados	-15		-15
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	-83		-83
		22	22

Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano (Nível 3)		Total	
2014	Realizado à data do balanço financeiro	Não rec. Durante o ano	Total
Ativos financeiros			
Ativos detidos para negociação	-368		-368
Derivados não negociados	68		68
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	-67		-67
Investimentos disponíveis para venda	-11	31	20
	-378	31	-347
Passivos financeiros			
Passivos detidos para negociação	-54		-54
Derivados não negociados	14		14
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas	-81		-81
	-121		-121

Reconhecimento dos lucros e perdas não realizados no Nível 3

Os valores reconhecidos na conta de lucros e perdas relacionados com os lucros e perdas não realizados durante o ano referente aos ativos e passivos de Nível 3 estão incluídos na conta de lucros e perdas da seguinte forma:

- Os resultados sobre ativos detidos para negociação e passivos detidos para negociação estão incluídos nos resultados líquidos em operações financeiras;
- Os resultados de avaliação sobre derivativos não negociados estão incluídos nos resultados de avaliação sobre derivativos não negociados;
- Os ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros e perdas estão incluídos nos Resultados de avaliação sobre derivativos não negociados - Resultados de avaliação sobre ativos e passivos designados pelo justo valor através de lucros e perdas (excluindo a negociação);
- As alterações no justo valor dos investimentos imobiliários estão incluídas no Rendimento dos investimentos; e
- As desvalorizações em Propriedade de uso próprio são incluídas em Outras despesas operacionais - Amortização intangível e (reversões de) desvalorizações.

Os lucros e perdas não realizados reconhecidos em Outros rendimentos integrais relacionados com os Investimentos disponíveis para venda estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva disponível para venda e outros. Os lucros e perdas não realizados sobre Propriedade de uso próprio também estão incluídos na Reserva de reavaliação - Reserva da propriedade de uso próprio.

Ativos e passivos financeiros de Nível 3

Os ativos financeiros de 225 mil milhões de euros medidos ao justo valor no balanço financeiro a 31 de dezembro de 2015, incluem um valor de 2,2 mil milhões de euros (1,0 %) que é classificada como Nível 3 (31 de dezembro de 2014: 1,6 mil milhões de euros, sendo 0,7 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015 são divulgadas na tabela «Alterações nos Ativos financeiros de Nível 3».

Os passivos financeiros de 106 mil milhões de euros medidos ao justo valor no balanço financeiro a 31 de dezembro de 2015, incluem um valor de

1, 4 mil milhões de euros (1,4 %) que é classificada como Nível 3 (31 de dezembro de 2014: 1,3 mil milhões de euros, sendo 1,1 %). As alterações no Nível 3 de 31 de dezembro

de 2014 a 31 de dezembro de 2015 são divulgadas acima na tabela «Alterações nos Passivos financeiros de Nível 3».

Os ativos e passivos financeiros de Nível 3 incluem ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando técnicas de avaliação que incluem dados não observáveis e ativos e passivos para os quais o justo valor foi determinado utilizando preços cotados, mas para os quais o mercado não estava a negociar ativamente à data do balanço financeiro ou perto desta. Os dados não observáveis são dados que se baseiam nos próprios pressupostos do ING acerca dos fatores que os participantes do mercado utilizariam para determinar o preço de um ativo ou passivo, desenvolvidos com base na melhor informação disponível nestas circunstâncias. Os dados não observáveis podem incluir a volatilidade, correlação, spreads para as taxas de desconto, taxas de incumprimento e de recuperação, taxas de pré-pagamento e determinados spreads de crédito. Os justos valores determinados com técnicas de avaliação e dados não observáveis são sensíveis aos dados utilizados. Os justos valores determinados com preços cotados não são sensíveis aos dados não observáveis, uma vez que a avaliação se baseia em cotações de preços externas não ajustadas. Estas são classificadas no Nível 3 como resultado da falta de liquidez no mercado relevante, mas não são significativamente sensíveis aos próprios dados não observáveis do ING.

Do valor total de ativos financeiros de 2,2 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014: 1,6 mil milhões de euros), um valor de 0,9 mil milhões de euros (42 %) (31 de dezembro de 2014: 0,8 mil milhões de euros, sendo 50 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios dados, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios dados não observáveis do ING.

Além disso, os Ativos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,4 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2014: 0,1 mil milhões de euros) referentes aos ativos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Essas estruturas incluem vários ativos e passivos financeiros para os quais a sensibilidade geral ao risco de mercado é insignificante. Considerando que o justo valor dos componentes individuais destas estruturas pode ser determinado utilizando diferentes técnicas e o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos dados não observáveis, a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,9 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2014: 0,7 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos ativos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados dados que não são observáveis. Trata-se, sobretudo, de ativos que são classificados como Investimentos disponíveis para venda, para os quais as alterações no justo valor são reconhecidas no capital próprio dos acionistas e que não afetam diretamente os lucros e perdas.

Do valor total de passivos financeiros de 1,4 mil milhões de euros classificados como Nível 3 a 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014: 1,3 mil milhões de euros), um valor de 0,7 mil milhões de euros (50 %) (31 de dezembro de 2014: 0,7 mil milhões de euros, sendo 54 %) baseia-se em preços cotados não ajustados em mercados inativos. Como, geralmente, o ING não ajusta os preços cotados utilizando os seus próprios dados, não há uma sensibilidade significativa em relação aos próprios dados não observáveis do ING.

Além disso, os Passivos financeiros de Nível 3 incluem, aproximadamente, 0,2 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2014: 0,2 mil milhões de euros) referentes aos passivos financeiros que fazem parte das estruturas designadas para serem completamente neutras em termos de risco de mercado. Tal como explicado acima, o justo valor de cada um dos componentes destas estruturas pode ser sensível aos dados não observáveis, mas a sensibilidade geral, por predefinição, não é significativa.

Os restantes 0,5 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2014: 0,4 mil milhões de euros) do justo valor classificados nos passivos financeiros de Nível 3 é estabelecido utilizando técnicas de avaliação que incluem determinados dados que não são observáveis.

A tabela abaixo oferece um resumo das técnicas de avaliação, principais dados não observáveis e o intervalo mais baixo e mais alto desses dados não observáveis, por tipo de ativo/passivo de Nível 3. O intervalo mais baixo e mais alto mencionado na visão geral representa a menor e a maior variação do respetivo dado de avaliação que é efetivamente utilizado na avaliação dos diferentes instrumentos financeiros. Os valores e percentagens indicados são não ponderados. O intervalo pode variar de período a período sujeito a movimentos de mercado e alterações na posição do Nível 3. Os limites inferiores e superiores refletem a variabilidade das posições do Nível 3 e dos seus dados de avaliação subjacentes na carteira, mas não refletem adequadamente o seu nível de incerteza da avaliação. Para avaliar a incerteza da avaliação, consulte a secção abaixo «Análise de sensibilidade de dados não observáveis (Nível 3)».

2015	Ativos	Passivos	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis significativos	Intervalo Inferior	Intervalo superior
Ao justo valor através de lucros e perdas						
Títulos de dívida	72		Baseado no preço	Preço (%)	1 %	115 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	15 %	33 %
Empréstimos e adiantamentos	356	7	Baseado no preço	Preço (%)	0 %	100 %
			Técnicas de valor presente	Spread de crédito (bps)	130	135
Títulos estruturados		198	Baseado no preço	Preço (%)	0 %	111 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	33 %	33 %
			Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	10 %	109 %
				Capital próprio/Correlação do	0,6	0,9
				Capital próprio/Correlação	-0,5	0,3
				Rendimento de dividendos (%)	1 %	5 %
				Volatilidade da taxa de juros (%)	n.a	n.a
			Técnicas de valor atual	Correlação implícita	0,7	0,9
Derivados						
- Taxas	480	602	Modelo de precificação de opções	Volatilidade da taxa de juros (%)	21 %	93 %
				Correlação da taxa de juros	0,9	0,9
				Correlação do RI/INF	0,5	0,5
			Técnicas de valor atual	Redefinir spread	3 %	3 %
				Taxa de pré-pagamento	5 %	5 %
				Taxa de inflação (%)	2 %	4 %
- FX	412	359	Técnicas de valor atual	Taxa de inflação (%)	1 %	3 %
- Crédito	42	50	Técnicas de valor presente	Spread de crédito (bps)	3	16,704
				Correlação implícita	0,6	1,0
				Taxa jump	12 %	12 %
- Capital Próprio	128	222	Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio (%)	0 %	136 %
				Capital próprio/Correlação do	-0,1	1,0
				Capital próprio/Correlação	-1,0	1,0
				Rendimento de dividendos (%)	0 %	13 %
- Outros	1		Modelo de precificação de opções	Volatilidade da mercadoria	17,0	82,0
				Correlação Com/Com	0,3	1
				Correlação Com/cambial (FX)	-0,8	0,6
Disponível para venda						
- Dívida	63		Baseado no preço	Preço (%)	0%	98%
			Técnicas de valor presente	Spread de crédito (bps)	204	400
-				Vida média ponderada (ano)	1,6	3,3
- Capital Próprio	630		Fluxo de caixa descontado	Demonstrações Financeiras	n.a	n.a
			Método multiplicador	Fatores de mercado	n.a	n.a
			Transações comparáveis		n.a	n.a
Total	2 184	1 438				

Técnicas de avaliação e intervalo de dados não observáveis (Nível 3)

2014	Ativos	Passivos	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis significativos	Interv. Inferior	Intervalo superior
Ao justo valor através de lucros e						
Títulos de dívida	161	5	Baseado no preço	Preço (%)	0 %	114 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	59 %	101 %
Empréstimos e adiantamentos	55	12	Baseado no preço	Preço (%)	0 %	100 %
Títulos estruturados		323	Baseado no preço	Preço (%)	0 %	115 %
			Valor líquido do ativo	Preço (%)	100 %	100 %
			Modelo de precificação de	Volatilidade do capital próprio	17 %	94 %
				Capital próprio/Correlação do	0,0	0,8
				Capital próprio/Correlação	-0,8	0,2
				Rendimento de dividendos (%)	0 %	9 %
				Volatilidade da taxa de juros	18 %	58 %
			Técnicas de valor atual	Correlação implícita	0,7	0,9
Derivados						
– Taxas	375	471	Modelo de precificação de	Volatilidade da taxa de juros	18 %	58 %
				Correlação da taxa de juros	0,9	0,9
				Correlação do RI/INF	0,5	0,5
			Técnicas de valor atual	Redefinir spread	3 %	3 %
				Taxa de inflação (%)	1 %	3 %
– FX	306	258	Técnicas de valor atual	Taxa de inflação (%)	0 %	2 %
– Crédito	43	45	Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	1	1 362
				Correlação implícita	0,6	1,0
– Capital Próprio	84	221	Modelo de precificação de opções	Volatilidade do capital próprio	0 %	107 %
				Capital próprio/Correlação do	-0,1	1,0
				Capital próprio/Correlação	-1,0	1,0
				Rendimento de dividendos (%)	0 %	23 %
– Outros	6	1	Modelo de precificação de opções	Volatilidade da mercadoria	9 %	75 %
				Correlação Com/Com	0,0	0,9
				Correlação Com/cambial (FX)	-0,8	0,7
Disponível para venda						
– Dívida	78		Baseado no preço	Preço (%)	3 %	100 %
			Técnicas de valor atual	Spread de crédito (bps)	97	300
– Capital Próprio	495		Fluxo de caixa descontado	Demonstrações Financeiras	n.a	n.a
			Método multiplicador	Fatores de mercado	n.a	n.a
			Transações comparáveis		n.a	n.a
Total	1 603	1 336				

Investimentos de capital próprio não cotados

Os títulos de capital próprio de Nível 3 incluem, principalmente, investimentos empresariais, investimentos de capitais, posições imobiliárias e outros títulos de capital próprio que não são negociados em mercados ativos. Na ausência de um mercado ativo, os justos valores são estimados com base na análise de relatórios de gestores de fundos, da situação financeira da empresa, perspectivas futuras e outros fatores, considerando as avaliações de posições semelhantes ou por referência ao custo de aquisição da posição. Para os títulos de capital próprio, será aplicada a melhor prática de mercado utilizando o método de avaliação mais relevante.

Todos os investimentos de capital próprio não cotados, incluindo investimentos em fundos de capital próprio privados, estão sujeitos a uma estrutura de revisão padrão que garante que a avaliação reflete os valores justos.

Preço

Para os títulos em que os preços de mercado não estão disponíveis, o justo valor é medido por comparação com dados de preços observáveis de instrumentos semelhantes. Os preços de 0 % são perturbados até ao ponto em que nenhuma recuperação é esperada, enquanto se espera que os preços significativamente superiores a 100 % ou nominal paguem um bom rendimento.

Spreads de crédito

O spread de crédito é o prémio acima de uma taxa de juros de referência, normalmente a taxa LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres) ou um instrumento de tesouraria relevante, exigido pelo participante de mercado para aceitar uma qualidade de crédito inferior. Os spreads de crédito mais altos indicam menor qualidade de crédito e um menor valor do ativo.

Volatilidade

A volatilidade é uma medida para a variação do preço de um instrumento financeiro ou outros dados de avaliação ao longo do tempo. A volatilidade é um dos principais dados nos modelos de precificação de opções. Normalmente, quando maior for a volatilidade, maior será o valor da opção. A volatilidade varia de acordo com a referência subjacente (capital próprio, mercadoria, moeda estrangeira e taxas de juros), por greve ou vencimento da opção. O nível mínimo de volatilidade é 0 % e não existe nenhum máximo teórico.

Correlação

A correlação é uma medida de dependência entre duas referências subjacentes que é relevante em derivados e outros instrumentos que têm mais do que uma referência subjacente. Por exemplo, a correlação entre os nomes de capital próprio subjacentes pode ser um parâmetro de dados relevante para os modelos de precificação das opções de capital próprio. Uma correlação positiva elevada (perto de 1) indica uma relação positiva sólida entre os subjacentes, implicando que, normalmente, se movem na mesma direção. Uma correlação negativa baixa, por outro lado, implica que os subjacentes se movem, normalmente, em direções opostas.

Taxas de juros

A taxa de pré-pagamento e a redefinição do spread são os principais dados para a avaliação de swaps de pré-pagamentos ligados a hipotecas. A taxa de pré-pagamento é a taxa estimada a que os mutuários de hipotecas irão voltar a pagar as suas hipotecas mais cedo, por exemplo, 5 % por ano. A redefinição do spread é o spread futuro a que as hipotecas irão reavaliar os preços nas datas de revisão das taxas de juros.

A taxa de inflação é um dado essencial para os instrumentos indexados à inflação. Os instrumentos indexados à inflação protegem contra a inflação dos preços e são denominados e indexados às unidades de investimento. Os pagamentos de juros seriam baseados no índice de inflação e na taxa nominal, de modo a receber/pagar a taxa real de retorno. Um aumento nos pagamentos nominais em cupão é o resultado de um aumento das expectativas de inflação, taxas reais, ou ambas. Como os mercados para estes derivados indexados à inflação são ilíquidos, os parâmetros de avaliação tornam-se não observáveis.

Rendimento de dividendos

O rendimento de dividendos é um dado importante para os modelos de precificação de opções de capital próprio que mostra quantos dividendos uma empresa paga em cada ano em relação ao preço das suas ações. Os rendimentos de dividendos são geralmente expressos como uma percentagem anual do preço das ações.

Análise de sensibilidade de dados não observáveis (Nível 3)

Quando o justo valor de um instrumento financeiro é determinado por meio de dados que não são observáveis e que têm mais do que um impacto significativo no justo valor do instrumento, o valor real desses dados na data do balanço financeiro pode ser elaborado a partir de uma variedade de alternativas razoavelmente possíveis. Em conformidade com a prática de mercado, os limites superiores e inferiores da variedade de valores de dados alternativos refletem um nível de 90 % da certeza de avaliação. Os níveis reais escolhidos para os dados não observáveis na elaboração de demonstrações financeiras são consistentes com a metodologia de avaliação utilizada para os instrumentos financeiros de justo valor.

Se o ING tivesse utilizado valores de dados do limite superior e inferior desta variedade de valores de dados alternativos razoavelmente possíveis ao avaliar estes instrumentos a 31 de dezembro de 2015, o impacto teria sido maior ou menor, conforme indicado abaixo. O objetivo desta divulgação é apresentar o possível impacto de uma alteração dos dados não observáveis no justo valor dos instrumentos financeiros, quando os dados não observáveis são significativos para a avaliação.

Como o ING optou por aplicar um nível de confiança de 90 % para a sua avaliação das IFRS-EU dos instrumentos financeiros de justo valor a partir do final de 2014, a incerteza da avaliação descendente tornou-se irrelevante, enquanto a potencial incerteza da avaliação ascendente, refletindo um potencial lucro, aumentou. Especificamente para as posições de Capital próprio DPV, a incerteza da avaliação ascendente diminuiu.

Para mais informações sobre a avaliação de instrumentos de justo valor, consulte a secção «Gestão do Risco - Risco de mercado», parágrafo Justos Valores de ativos e passivos financeiros neste documento.

A incerteza da avaliação na prática é medida e gerida por exposição a dados de avaliação individuais (ou seja, fatores de risco) ao nível da carteira em diferentes categorias de produtos. Quando a divulgação analisa os dados individuais do Nível 3, os ajustes reais da avaliação também podem refletir os benefícios das compensações de carteira.

Devido à abordagem adotada, a incerteza da avaliação na tabela abaixo é discriminada por classe de risco relacionado e não por produto.

Na verdade, alguns dados de avaliação estão interrelacionados e seria improvável que todos os dados não observáveis alguma vez fossem simultâneos nos limites das respetivas variedades de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, pode supor-se que as estimativas na tabela abaixo mostram uma maior incerteza do justo valor do que a posição real no final do ano.

Além disso, esta divulgação não tenta indicar ou prever o futuro movimento do justo valor. Os números isolados oferecem informações limitadas, uma vez que, na maior parte dos casos, estes ativos e passivos de Nível 3 devem ser observados em combinação com outros instrumentos (por exemplo, como uma cobertura) que são classificados como Nível 2.

Análise de sensibilidade dos instrumentos de Nível 3

2015	Mov. justo valor positivo utilização de alternativas possíveis	Mov. justo valor negativo utilização de alternativas
Justo valor através de lucros e perdas		
Capital próprio (derivados de capital próprio, títulos estruturados)	129	
Taxas de juros (Derivados de taxas, Derivados cambiais (FX))	83	
Crédito (Títulos de dívida, Empréstimos, títulos estruturados, derivados de crédito)	39	
Disponível para venda		
Capital próprio	9	14
Dívida	15	
	275	14

Análise de sensibilidade dos instrumentos de Nível 3

2014	Mov. justo valor positivo utilização de alternativas possíveis	Mov. justo valor negativo utilização de alternativas
Justo valor através de lucros e perdas		
Capital próprio (derivados de capital próprio, títulos estruturados)	106	
Taxas de juros (Derivados de taxas, Derivados cambiais (FX))	115	
Crédito (Títulos de dívida, Empréstimos, títulos estruturados, derivados de crédito)	21	
Disponível para venda	19	28
Capital próprio	11	
Dívida	272	28

Carteira de títulos garantidos por ativos

Hierarquia do justo valor de algumas obrigações de Títulos Apoiados por Ativos (TAA)

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
US Subprime RMBS		4		4
US Alt-A RMBS		32		32
CDO/CLOs			5	5
CMBS		129		129
Total		165	5	170

Hierarquia do justo valor de algumas obrigações de Títulos

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
US Subprime RMBS		14		14
US Alt-A RMBS		45		45
CDO/CLOs			12	12
CMBS		12		12
Total		71	12	83

Outros instrumentos financeiros

Os justos valores dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado no balanço financeiro, mas para os quais os justos valores são divulgados, são determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo custo amortizado)

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21 458			21 458
Montantes devidos por bancos	5 197	12 572	12 332	30 101
Investimentos detidos até ao vencimento	5 739	1 951	165	7 855
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 815	16 703	525 975	547 493
	37 209	31 226	538 472	606 907
Passivos financeiros				
Empréstimos subordinados	8 633	7 420		16 053
Títulos de dívida emitidos	53 145	21 316	43 399	117 860
Montantes devidos a bancos	7 194	19 097	8 038	34 329
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	405 860	47 527	55 947	509 334
	474 832	95 360	107 384	677 576

Em 2015, o aumento dos investimentos detidos até ao vencimento (Nível 1) deveu-se, principalmente, à reclassificação dos Títulos de Dívida Pública (3,5 mil milhões de euros) de investimentos disponíveis para venda.

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos e passivos financeiros (contabilizados pelo custo amortizado)

2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	12 222			12 222
Montantes devidos por bancos	4 605	22 747	9 871	37 223
Investimentos detidos até ao vencimento	580	1 615	82	2 277
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 060	29 278	496 004	529 342
	21 467	53 640	505 957	581 064
Passivos financeiros				
Empréstimos subordinados	11 114	5 915	82	17 111
Títulos de dívida emitidos	49 645	31 567	40 716	121 928
Montantes devidos a bancos	4 643	17 781	8 264	30 688
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	387 482	47 162	55 685	490 329
	452 884	102 425	104 747	660 056

b) Ativos e passivos não financeiros

Para além dos ativos e passivos financeiros, a tabela seguinte apresenta os justos valores estimados dos ativos e passivos não financeiros do ING Bank que são medidos pelo justo valor no balanço financeiro. É feita referência à Nota 1 «Políticas Contabilísticas» nas secções «Investimentos imobiliários» e «Propriedade de uso próprio» para os métodos e pressupostos utilizados pelo ING Bank para estimar o justo valor de ativos não financeiros.

Justo valor de ativos não financeiros

2015	Juso valor estimado	Valor do balanço financeiro
Investimentos imobiliários	77	77
Propriedade de uso próprio	982	982
	1 059	1 059

Justo valor de ativos não financeiros

2014	Juso valor estimado	Valor do balanço financeiro
Investimentos imobiliários	80	80
Propriedade de uso próprio	1 020	1 020
	1 100	1 100

Os justos valores dos instrumentos não financeiros contabilizados pelo justo valor foram determinados da seguinte forma:

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos não financeiros

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos imobiliários			77	77
Propriedade de uso próprio			982	982
	-	-	1 059	1 059

Métodos aplicados na determinação dos justos valores de ativos não financeiros

2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos imobiliários			80	80
Propriedade de uso próprio			1 020	1 020
	-	-	1 100	1 100

Alterações nos Ativos não financeiros de Nível 3

2015	Investimentos imobiliários	Propriedade de uso próprio	Total de ativos não financeiros
Balanço de abertura	80	1 020	1 100
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano		-19	-19
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano		32	32
Aquisição de ativos		10	10
Venda de ativos	-2	-60	-62
Reclassificações	-1	5	4
Diferenças cambiais		-6	-6
Balanço de encerramento	77	982	1 059

Alterações nos Ativos não financeiros de Nível 3

2014	Investimentos imobiliários	Propriedade de uso próprio	Total de ativos não financeiros
Balanço de abertura	55	1 143	1 198
Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano	3	-80	-77
Reavaliação reconhecida em capital próprio durante o ano		-13	-13
Aquisição de ativos		63	63
Venda de ativos		28	28
Reclassificações	22	-26	-4
Diferenças cambiais		1	1
Alterações na composição do grupo e outras alterações		-40	-40
Balanço de encerramento	80	1 020	1 100

Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano

	(Nível 3)	o	Total
2015	Realizado à data do balanço	Não reconhecido durante o ano	Total
Ativos não financeiros			
Investimentos imobiliários			
Propriedade de uso próprio	-19		-19
	-19	-	-19

Montantes reconhecidos na conta de lucros e perdas durante o ano

2014	Realizado à data do balanço	Não reconhecido durante o ano	Total
Ativos não financeiros			
Investimentos imobiliários	3		3
Propriedade de uso próprio	-58	-22	-80
	-55	-22	-77

37 Derivados e contabilidade de cobertura**Utilização de derivados e contabilidade de cobertura**

Conforme descrito nas secções «Gestão do Risco - Risco de Crédito e Risco de Mercado», o ING Bank utiliza derivados (principalmente swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juro de cruzamento de divisas) para efeitos de cobertura económica na gestão das suas carteiras de ativos e passivos e posições estruturais. O objetivo da cobertura económica é adotar posições com um perfil de risco oposto a uma exposição identificada para reduzir essa exposição. O impacto das atividades de cobertura do ING Bank é otimizar o custo global do Banco para aceder a mercados de capital alheio e mitigar o risco de mercado que, de outra forma, iria surgir a partir de desequilíbrios estruturais ao longo da duração e outros perfis dos seus ativos e passivos. Além disso, as atividades de cobertura são realizadas para cobrir o risco da taxa de juros no período de oferta da hipoteca em relação a hipotecas de retalho e para bloquear a margem de juros em relação aos ativos com juros e ao financiamento relacionado.

O tratamento contabilístico das operações de cobertura varia de acordo com a natureza do instrumento coberto e se a cobertura se qualifica de acordo com as regras de contabilidade de cobertura das IFRS-EU. Os derivados que se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS-EU são classificados e contabilizados em conformidade com a natureza do instrumento coberto e o tipo de modelo de cobertura das IFRS-EU que se aplica. Os três modelos aplicáveis de acordo com as IFRS-EU são: contabilidade de cobertura do justo valor, contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa e contabilidade de cobertura do investimento líquido. Estes são descritos nas rubricas relevantes abaixo. As políticas contabilísticas detalhadas da empresa para estes três modelos de cobertura são definidos na Nota 1 «Políticas contabilísticas» na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados».

Para se qualificarem para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS-EU, devem ser cumpridos critérios rigorosos. Algumas coberturas que são economicamente eficazes do ponto de vista da gestão do risco não se qualificam para a contabilidade de cobertura de acordo com as IFRS-EU. As alterações do justo valor de derivados relacionados com essas coberturas não qualificadas são direcionadas para a conta de lucros e perdas. Contudo, em alguns casos, o Banco mitiga a volatilidade da conta de lucros e perdas designando ativos e passivos cobertos ao justo valor através de lucros e perdas. Se a contabilidade de cobertura for aplicada de acordo com as IFRS-EU, é possível que, durante a cobertura, a relação da cobertura deixe de se qualificar para a contabilidade de cobertura e a contabilidade de cobertura não pode continuar, mesmo que a cobertura continue a ser economicamente eficaz. Como resultado, a volatilidade decorrente da realização da cobertura económica na conta de lucros e perdas pode ser maior do que seria esperado a partir de um ponto de vista económico.

Em relação à taxa de câmbio e aos contratos de derivados de taxas de juros, o valor nominal ou contratual destes instrumentos é indicativo do valor nominal das transações pendentes na data do balanço financeiro; contudo, não representam valores em risco. O ING Bank utiliza derivados de crédito para gerir a sua exposição ao risco de crédito, incluindo swaps de retorno total e swaps de crédito, vender ou comprar proteção para as exposições ao risco de crédito nas carteiras de empréstimos, investimentos e de negociação. A contabilidade de cobertura não é aplicada em relação aos derivados de crédito.

Contabilidade de cobertura de justo valor

As coberturas do justo valor do ING Bank consistem, principalmente, em swaps de taxas de juros e swaps de taxas de juros em dívidas diferentes que são utilizados para proteger das alterações no justo valor dos instrumentos de taxa fixa devido a movimentos nas taxas de juros do mercado.

Os lucros e perdas em derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor são reconhecidos na conta de lucros e perdas. A porção efetiva da alteração do justo valor sobre o item coberto também é reconhecida na conta de lucros e perdas. Como resultado, apenas a ineficácia contabilística líquida tem impacto no resultado líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ING Bank reconheceu 1 243 milhões de euros (2014: -486 milhões de euros) das alterações no justo valor em derivados designados na contabilidade de cobertura do justo valor na conta de lucros e perdas. Este valor foi parcialmente compensado por alterações no justo valor de 1 308 milhões de euros (2014: 536 milhões de euros) reconhecidas em itens cobertos. Isto resultou em 65 milhões de euros (2014: 50 milhões de euros) de ineficácia contabilística líquida reconhecida na conta de lucros e perdas. A 31 de dezembro de 2015, os justos valores de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do justo valor foram de 1 401 milhões de euros (2014: 1 987 milhões de euros), apresentados no balanço financeiro como 1 010 milhões de euros (2014: 1 223 milhões de euros) de justos valores positivos nos ativos e 2 411 milhões de euros (2014: 3 210 milhões de euros) de justos valores negativos nos passivos.

O ING Bank aplica a contabilidade de cobertura de justo valor para as carteiras de cobertura do risco da taxa de juros (macrocobertura) de acordo com a «dissociação» das IFRS-EU da UE. A macrocobertura «dissociada» da UE permite que um grupo de derivados (ou proporções) seja observado em combinação e conjuntamente designado como o instrumento de cobertura e retira algumas das limitações da contabilidade de cobertura de justo valor relacionadas com a cobertura de depósitos principais e estratégias de cobertura. De acordo com a «dissociação» das IFRS-EU, a contabilidade de cobertura pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia só surge quando a estimativa revista da quantia de fluxos de caixa em intervalos de tempo regulares fica abaixo da quantia designada desse intervalo de tempo. O ING Bank aplica a «dissociação» das IFRS-EU às suas operações de retalho em que a exposição líquida do financiamento de retalho (poupanças e contas correntes) e empréstimos a retalho (hipotecas) são cobertas. As atividades de cobertura são designados nos termos de uma carteira de cobertura do justo valor sobre as hipotecas, utilizando as provisões das IFRS-EU.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

As coberturas de fluxo de caixa do ING Bank consistem, principalmente, em *swaps* de taxas de juros (a termo) e swaps de taxas de juros em dívidas diferentes que são utilizados para proteger da sua exposição à variabilidade dos futuros fluxos de caixa de juros sobre os ativos e passivos não negociados que produzem juros a taxas variáveis ou que se espera que sejam reembolsados ou reinvestidos no futuro. Os valores e a periodicidade dos futuros fluxos de caixa, que representam os fluxos de capital e de juros, são projetados para cada carteira de ativos e passivos financeiros, com base em termos contratuais e outros fatores relevantes, incluindo estimativas de pré-pagamentos e incumprimentos. Os principais saldos agregados e fluxos de caixa de juros para as respetivas carteiras formam a base para identificar o valor nominal sujeito ao risco da taxa de juros que é designado no âmbito da contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa são reconhecidos no capital próprio do Acionista. Os fluxos de caixa de juros nestes derivados são reconhecidos na conta de lucros e perdas no resultado dos juros consistente com a forma como os fluxos de caixa previstos afetam o resultado líquido. Os lucros e perdas em porções ineficazes de tais derivados são reconhecidos imediatamente na conta de lucros e perdas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ING Bank reconheceu 200 milhões de euros (2014: 1 651 milhões de euros) após impostos em capital próprio como alterações eficazes do justo valor em derivados sob a contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa. Como consequência, o saldo da reserva de cobertura dos fluxos de caixa em capital próprio a 31 de dezembro de 2015 foi de 870 milhões de euros (2014: 1 108 milhões de euros) brutos e 675 milhões de euros (2014: 875 milhões de euros) após impostos diferidos. Esta reserva de cobertura do fluxo de caixa estará sujeita a variações com as alterações de justo valor dos derivados subjacentes e será refletido na conta de lucros e perdas em receitas/despesas de juros durante o prazo remanescente das receitas cobertas subjacentes. A reserva de cobertura dos fluxos de caixa refere-se a um grande número de derivados e itens cobertos de vencimentos variáveis, até 29 anos, com as maiores concentrações na faixa dos 4 aos 5 anos. A ineficácia da contabilidade dos derivados designados na contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa resultou num lucro de 31 milhões de euros (2014: lucro de 35 milhões de euros) que foi reconhecido na conta de lucros e perdas.

A 31 de dezembro de 2015, o justo valor de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura do fluxo de caixa foi de 250 milhões de euros (2014: 408 milhões de euros), apresentados no balanço financeiro como 917 milhões de euros (2014: 1 255 milhões de euros) de justos valores positivos nos ativos e 1 167 milhões de euros (2014: 1 663 milhões de euros) de justos valores negativos nos passivos.

A 31 de dezembro de 2015, o justo valor de não derivados pendentes designados como instrumentos de cobertura para efeitos de contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa foi zero (2014: zero).

Incluídos no rendimento dos juros e despesas com juros em derivados não negociados encontram-se 2 876 milhões de euros (2014: 2 644 milhões de euros) e 2 435 milhões de euros (2014: 2 261 milhões de euros), respetivamente, referentes aos derivados utilizados nas coberturas de fluxo de caixa.

– coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro

As coberturas de investimento líquido do ING Bank consistem, principalmente, em derivados (incluindo forwards cambiais e swaps) e instrumentos financeiros não derivados, como o financiamento em moeda estrangeira, utilizados para proteger das exposições à moeda estrangeira em filiais estrangeiras.

Os lucros e perdas das porções eficazes dos derivados designados na contabilidade de cobertura de investimentos líquidos são reconhecidos no capital próprio do Acionista. O saldo em capital próprio é reconhecido na conta de lucros e perdas quando a filial estrangeira relacionada é alienada. Os lucros e perdas em porções ineficazes são reconhecidos imediatamente na conta de lucros e perdas.

A 31 de dezembro de 2015, o justo valor de derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi de 20 milhões de euros (2014: 11 milhões de euros), apresentados no balanço financeiro como 72 milhões de euros (2014: 111 milhões de euros) de justos valores positivos nos ativos e 52 milhões de euros (2014: 100 milhões de euros) de justos valores negativos nos passivos.

A 31 de dezembro de 2015, o justo valor de não derivados pendentes designados na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi de 1 288 milhões de euros (2014: 1 306 milhões de euros).

A ineficácia da contabilidade reconhecida na conta de lucros e perdas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2015 de derivados e não derivados designados nos termos na contabilidade de cobertura dos investimentos líquidos foi nula (2014: nulo).

38 Ativos por vencimento contratual

Os valores apresentados nestas tabelas por vencimento contratual são os valores apresentados no balanço financeiro. É feita referência à secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez».

Ativos por vencimento							Total
2015	Menos de 1 mês 1	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Venc. Não aplic.	Total
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	21 458						21 458
Montantes devidos por bancos	16 206	4 141	5 152	3 502	965		29 966
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas							
– ativos detidos para negociação	53 181	19 060	17 244	19 845	22 155		131 485
– derivados não negociados	7	63	265	787	2 094		3 216
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	256	963	1 112	540	363		3 234
Investimentos							
– disponível para venda	1 187	1 532	7 622	37 648	34 577	4 434	87 000
– detido até ao vencimento	1	249	12	5 456	2108		7 826
Empréstimos e adiantamentos a clientes	56 340	14 457	37 665	153 002	275 079		536 543
Ativos intangíveis			189	378		1 000	1 567
Ativos detidos para venda ²							
Outros ativos	7 021	1 802	2 685	337	1 442		13 287
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis) ³						2 946	2 946
Total de ativos	155 657	42 267	71 946	221 495	338 783	8 380	838 528

1 Inclui ativos a pedido.

2 Os ativos detidos para venda consistem em ativos dos grupos para alienação classificados como detidos para venda, conforme divulgado na Nota 11 «Ativos detidos para venda». Para estes ativos e passivos, os vencimentos contratuais subjacentes já não são relevantes para o ING. Para os negócios em que existe um acordo de venda vinculativo, todos os ativos e passivos detidos para venda relacionados são classificados de acordo com a data de encerramento acordada ou prevista. Para os outros negócios, para os quais não existem acordos de venda, os ativos e passivos detidos para venda são incluídos em «Vencimento não aplicável».

3 Incluído nos restantes ativos, para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis, estão propriedades e equipamentos, investimentos imobiliários e investimentos em filiais. Devido à sua natureza, os ativos restantes consistem, principalmente, em ativos que se espera que sejam recuperados após mais de 12 meses.

Ativos por vencimento contratual

	Menos de 1 mês ¹	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de anos	Vencimento não aplicável	Total
2014							
Caixa e disponibilidades com bancos centrais	12 222						12 222
Montantes devidos por bancos	20 866	6 754	4 581	4 313	608		37 122
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas							
– ativos detidos para negociação	47 925	17 676	21 458	22 836	27 069		136 964
– derivados não negociados	222	137	198	1 142	2 604		4 303
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	656	580	736	448	336		2 756
Investimentos							
– disponível para venda	1 246	3 501	6 394	38 482	43 060	2 718	95 401
– detido até ao vencimento	90	883	251	658	357		2 239
Empréstimos e adiantamentos a clientes	60 469	14 648	33 204	135 725	274 073		518 119
Ativos intangíveis			191	383		1 081	1 655
Ativos detidos para venda ²			729				729
Outros ativos	7 008	1 551	3 108	951	1 433		14 051
Restantes ativos (para os quais os vencimentos não são aplicáveis)						3 041	3 041
Total de ativos	150 704	45 730	70 850	204 938	349 540	6 840	828 602

1 Inclui ativos a pedido.

2 Os ativos detidos para venda consistem em ativos dos grupos para alienação classificados como detidos para venda, conforme divulgado na Nota 11 «Ativos detidos para venda». Para estes ativos e passivos, os vencimentos contratuais subjacentes já não são relevantes para o ING. Para os negócios em que existe um acordo de venda vinculativo, todos os ativos e passivos detidos para venda relacionados são classificados de acordo com a data de encerramento acordada ou esperada. Para os outros negócios, para os quais não existem acordos de venda, os ativos e passivos detidos para venda são incluídos em «Vencimento não aplicável».

3 Incluído nos restantes ativos, para os quais as datas de vencimento não são aplicáveis, estão propriedades e equipamentos, investimentos imobiliários e investimentos em filiais. Devido à sua natureza, os ativos restantes consistem, principalmente, em ativos que se espera que sejam recuperados após mais de 12 meses.

39 Passivos por vencimento

As tabelas abaixo incluem todos os passivos financeiros por vencimento com base em fluxos de caixa contratuais, não descontados. Além disso, os futuros cupões de juros não descontados dos passivos financeiros a pagar estão incluídos numa linha separada e no prazo residual relevante. Os passivos de derivados estão incluídos numa base líquida se os fluxos de caixa forem liquidados de forma líquida. Para outros passivos de derivados, o fluxo de caixa bruto contratual a pagar está incluído.

Os passivos não financeiros são incluídos com base numa repartição dos valores do balanço financeiro por vencimento esperado. É feita referência ao parágrafo do risco de liquidez na secção «Gestão do Risco - Financiamento e risco de liquidez» para uma descrição sobre a forma como o risco de liquidez é gerido.

Passivos por vencimento

2015	Menos de 1 mês ¹	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 Vencimento anos aplicável	Ajuste ²	Total	
Empréstimos subordinados				117	8 128	7 248	427	15 920
Títulos de dívida emitidos	8 772	25 308	15 383	42 478	22 772		2 843	117 556
Montantes devidos a bancos	14 835	1 094	2 370	11 021	4 488			33 808
Depósitos de clientes e outros fundos em	444 492	28 646	24 221	8 892	2 462		27	508 740
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas								
– outros passivos detidos para negociação	35 168	6 806	800	1 645	2 703		782	47 904
– derivados negociados	2 471	2 580	7 983	16 314	17 232		-5 677	40 903
– derivados não negociados	431	129	808	2 235	157		604	4 364
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	207	452	1 374	4 835	6 089		-341	12 616
Passivos financeiros	506 376	65 015	52 939	87 537	64 031	7 248	-1 335	781 811
Outros passivos	6 820	1 944	4 576	719	1 163			15 222
Passivos não financeiros	6 820	1 944	4 576	719	1 163			15 222
Total de passivos	513 196	66 959	57 515	88 256	65 194	7 248	-1 335	797 033
Cupões de juros devidos sobre passivos	3 078	1 602	4 947	16 413	8 278			34 318

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para os valores do balanço financeiro. Os ajustes referem-se, principalmente, ao impacto do desconto e, para os derivados, ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 A partir de 2015, os cupões de juros devidos sobre passivos financeiros já não inclui cupões de juros devidos sobre empréstimos perpétuos.

Passivos por vencimento

2014	Menos de 1 mês ¹	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5	Vencimento não	Ajuste ²	Total
Empréstimos subordinados			889	860	8 635	5 727	488	16 599
Títulos de dívida emitidos	3 304	26 487	22 161	40 343	25 180		3 484	120 959
Montantes devidos a bancos	15 063	1 984	1 490	7 180	4 286			30 003
Depósitos de clientes e outros fundos em	425 841	27 995	23 806	9 195	2 406		38	489 281
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas								
– outros passivos detidos para negociação	33 363	6 746	2 503	1 789	3 490		1 181	49 072
– derivados negociados	3 330	3 300	8 119	18 897	18 796		-4 423	48 019
– derivados não negociados	473	171	1 101	3 283	1 975		-646	6 357
– designado pelo justo valor através de lucros e perdas	368	549	1 250	5 110	5 979		295	13 551
Passivos financeiros	481 742	67 232	61 319	86 657	70 747	5 727	417	773 841
Passivos não financeiros	6 915	1 960	4 365	1 393	1 442			16 075
Total de passivos	488 657	69 192	65 684	88 050	72 189	5 727	417	789 916

1 Inclui passivos a pedido.

2 Esta coluna reconcilia os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos financeiros para os valores do balanço financeiro. Os ajustes referem-se, principalmente, ao impacto do desconto e, para os derivados, ao facto de os fluxos de caixa contratuais serem apresentados em valores brutos (a menos que os fluxos de caixa sejam realmente liquidados de forma líquida).

3 A partir de 2015, os cupões de juros devidos sobre passivos financeiros já não inclui cupões de juros devidos sobre empréstimos perpétuos. Os valores comparativos são ajustados em conformidade.

40 Ativos não imediatamente disponíveis

Os ativos não imediatamente disponíveis consistem, principalmente, em Empréstimos e adiantamentos a clientes dados para garantir os Títulos de dívida emitidos, depósitos do De Nederlandsche Bank (Banco Central Holandês) e outros bancos e servem para proteger as contas-margem e são utilizados para outros fins exigidos por lei. Os ativos não imediatamente disponíveis são os seguintes:

Ativos não imediatamente

	2015	2014
Investimentos	726	723
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	550	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	74 506	71 637
Bancos		
– Caixa e disponibilidades com bancos centrais	1 899	3 588
– Montantes devidos por bancos	7 806	6 967
Outros ativos	675	767
	86 162	83 682

1 Exclui ativos classificados como detidos para venda (2014: ING Vysya)

Em algumas jurisdições, o ING Bank N.V tem a obrigação de manter uma reserva com os bancos centrais. A 31 de dezembro de 2015, os depósitos de reserva mínimos obrigatórios com vários bancos centrais ascendem a 8 922 milhões de euros (2014: 8 185 milhões de euros).

Os empréstimos e adiantamentos a clientes que foram dados como garantia para os Títulos de dívida emitidos e para fins de liquidez, ascendem a 53 mil milhões de euros na Holanda (2014: 52 mil milhões de euros), 13 mil milhões de euros na Alemanha (2014: 13 mil milhões de euros), 5 mil milhões na Bélgica (2014: 4 mil milhões de euros) e 3 mil milhões na Austrália (2014: 3 mil milhões de euros)

A tabela não inclui ativos relacionados com o empréstimo de títulos, bem como operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 41 «Transferência de ativos financeiros»

41 Transferência de ativos financeiros

A maior parte dos ativos financeiros do ING que foram transferidos, mas que não se qualificam para o desreconhecimento, são instrumentos de dívidas utilizados nos empréstimos de títulos ou operações de venda e recompra. É feita referência à Nota 47 «Entidades estruturadas».

Transferência de ativos financeiros não qualificados para desreconhecimento

	Empréstimo de títulos		Venda e recompra	
	Capital próprio	Dívida	Capital Próprio	Dívida
2015				
Ativos transferidos pelo valor contabilístico				
Montantes devidos por bancos				18
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas			4'339	7 892
Investimentos				2 502
Passivos associados pelo valor contabilístico				
Montantes devidos a bancos	n.a	n.a		
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	n.a	n.a		
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas			4 384	3 966

A tabela acima inclui os passivos associados que são reportados após a compensação, em comparação com as posições brutas dos ativos onerados.

Transferência de ativos financeiros não qualificados para desreconhecimento

	Empréstimo de títulos		Venda e recompra	
	Cap. próprio	Dívida	Capital Próprio	Dívida
2014				
Ativos transferidos pelo valor contabilístico				
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	2 202	22	6 465	3 684
Investimentos				3 594
Passivos associados pelo valor contabilístico				
Montantes devidos a bancos	n.a	n.a		
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	n.a	n.a		
Passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas	2 202	22	6 414	6 422

Incluídos nas tabelas acima estão os valores contabilísticos dos ativos transferidos nos termos dos acordos de recompra e empréstimos de títulos que não se qualificam para desreconhecimento.

As tabelas acima não incluem os ativos transferidos para as entidades de titularização consolidadas, uma vez que os ativos relacionados permanecem reconhecidos no balanço financeiro consolidado.

Transferência de ativos financeiros que se qualificam para desreconhecimento

Em 2014, o ING vendeu ativos financeiros (hipotecas) por um valor de cerca de 990 milhões de euros no mercado australiano. A transação resultou num pleno desreconhecimento dos ativos financeiros do balanço financeiro do ING. Isto equivale a um lucro de 17,5 milhões de euros. Depois desta transferência, o ING continua a ter um envolvimento contínuo nos ativos transferidos como entidade gestora dos ativos transferidos para um mandato de quatro anos.

Em 2013, o ING transferiu ativos financeiros (empréstimos hipotecários) num montante de cerca de 2 mil milhões de euros para uma entidade de finalidade especial (EFE) recém-criada. A transação resultou num pleno desreconhecimento dos ativos financeiros do balanço financeiro do ING. O desreconhecimento não teve um impacto significativo no resultado líquido. Depois desta transferência, o ING continua a ter dois tipos de envolvimento contínuo nos ativos transferidos: como contraparte da EFE de um swap da taxa de juros não-padrão e como entidade gestora dos ativos transferidos. O ING tem a opção de liquidar a transação ao resgatar todas as notas no seu montante do capital pendente, no caso improvável de alterações na contabilidade e/ou requisitos regulatórios que afetam significativamente a transação. O justo valor do swap a 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 1,3 milhões de euros (2014: 33,7 milhões de euros); as alterações no justo valor neste swap reconhecidas na conta de lucros e perdas em 2015 foram de 32,4 milhões de euros (2014: 28,6 milhões de euros). A remuneração reconhecida na conta de lucros e perdas em 2015 ascendeu a zero (2014: 0,5 milhões de euros).

42 Compensação de ativos e passivos financeiros

As tabelas seguintes incluem informações sobre os direitos de compensação e os acordos relacionados. Os valores incluídos consistem em todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são apresentados de forma líquida no balanço financeiro de acordo com os requisitos de compensação das IFRS-EU (direito legal de compensar e intenção de liquidar de forma líquida) e valores apresentados brutos no balanço financeiro, mas sujeitos a acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

						Val. relacionados não compensados no balanço financeiro	
2015		Valores brutos ativos financeiros reconhecidos no balanço	Valores brutos de passivos financeiros no balanço	Valores líquidos de ativos financeiros no balanço	Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução	Valor líquido
Rubrica do balanço financeiro	Instrumento financeiro						
Montantes devidos por bancos	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos	151		151		151	
	Outros	3	-3				
		154	-3	151	-	151	-
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e							
Ativos detidos para negociação	Derivados	28 362	-815	27 547	25 204	104	2 239
	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	65 854	-22 569	43 285	242	31 260	11 783
		94 216	-23 384	70 832	25 446	31 364	14 022
Derivados não negociados	Derivados	70 226	-67 843	2 383	2 138	-3	248
		70 226	-67 843	2 383	2 138	-3	248
Empréstimos e adiantamentos	Recompra reversa, empréstimos	74		74	74		
	Outros	172 530	-166 337	6 193		397	5 796
		172 604	-166 337	6 267	74	397	5 796
Outros itens em que a compensação é aplicada no balanço financeiro		3 576	-3 477	99	4		95
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes ¹	Derivados				-7 104	3 791	3 313
		-	-	-	-7 104	3 791	3 313
Ativos financeiros totais		340 776	-261 044	79 732	20 558	35 700	23 474

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas do balanço financeiro.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

				Valores relacionados não compensados no balanço financeiro			
2014		Valores brutos ativos financeiros reconhecidos no balanço	Valores brutos de passivos financeiros no balanço	Valores líquidos de ativos financeiros no balanço	Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução	Valor líquido
Rubrica do balanço financeiroInstrumento financeiro							
Montantes devidos por bancos		Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes					
		3 061		3 061	313	2 733	15
	Outros	4	−3	1			1
Ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas		3 065	−3	3 062	313	2 733	16
Ativos detidos para negociação	Derivados	31 459	−907	30 552	26 359	1 644	2 549
	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	58 676	−18 860	39 816	543	30 395	8 878
	Outros	1 905	−3	1 902			1 902
		92 040	−19 770	72 270	26 902	32 039	13 329
Derivados não negociados	Derivados	87 457	−85 024	2 433	2 159		274
		87 457	−85 024	2 433	2 159	−	274
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recompra reversa, empréstimos de títulos e acordos semelhantes	925		925	300	625	
	Outros	195 489	−188 629	6 860	1	657	6 202
		196 414	−188 629	7 785	301	1 282	6 202
Outros itens em que a compensação é aplicada no balanço financeiro		4 230	−4 002	228	52		176
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes ¹	Derivados de				−7 656	2 838	4 818
	Outros				−15		15
		−	−	−	−7 671	2 838	4 833
Ativos financeiros totais		383 206	−297 428	85 778	22 056	38 892	24 830

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas do balanço financeiro.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

				Valores relacionados não compensados no balanço financeiro			
2015		Valores brutos ativos financeiros reconhecidos	Valores brutos de passivos financeiros no balanço	Valores líquidos de ativos financeiros no balanço	Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução	Valor líquido
Rubrica do balanço financeiro Instrumento							
Montantes devidos a bancos							
	Recompra, empréstimo a títulos e acordos semelhantes	678		678		677	1
	Outros	3	−3				
		681	−3	678	−	677	1
Depósitos de clientes e outros							
	Recompra, empréstimos de títulos	301		301	74	227	
	Depósitos empresariais	14 761	−10 486	4 275			4 275
	Outros	166 768	−155 851	10 917			10 917
		181 830	−166 337	15 493	74	227	15 192
Passivos financeiros ao justo valor através de							
Passivos detidos para negociação							
	Derivados	31 317	−930	30 387	30 153	104	130
	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	53 508	−22 569	30 939	242	18 436	12 261
		84 825	−23 499	61 326	30 395	18 540	12 391
Derivados não negociados							
	Derivados	72 562	−69 031	3 531	3 307	−236	460
Outros itens em que a compensação é aplicada no balanço financeiro							
		2 201	−2 174	27	25		2
Impacto dos acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes ¹							
	Derivados				−13 231	7,457	5 774
	Outros				−12		12
		−	−	−	−13 243	7 457	5 786
Total de passivos financeiros		342 099	−261 044	81 055	20 558	26 665	33 832

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas do balanço financeiro.

Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes.

Valores relacionados não compensados no balanço financeiro

2015		Valores brutos ativos financeiros reconhecidos	Valores brutos de passivos financeiros no balanço	Valores líquidos de ativos financeiros no balanço	Instrumentos financeiros	Caixa e instrumentos financeiros recebidos como caução	Valor líquido
Rubrica do balanço financeiro	Instrumento financeiro						
Montantes devidos a bancos Recompra, empréstimo a títulos e acordos semelhantes							
	Outros	4	-3	1			1
		680	-3	677	313	363	1
fundos em depósito							
	acordos semelhantes	326		326	300	26	
	Depósitos empresariais	24 242	-20 450	3 792			3 792
	Outros	180 250	-168 179	12 071		104	11 967
		204 818	-188 629	16 189	300	130	15 759
justo valor através de lucros							
Passivos detidos para	Derivados	33 568	-1 429	32 139	30 927	1 078	134
	Recompra, empréstimos a títulos e acordos semelhantes	50 543	-18 860	31 683	543	20 374	10 766
	Outros	3	-3				
		84 114	-20 292	63 822	31 470	21 452	10 900
Derivados não negociados	Derivados	90 593	-87 154	3 439	3 013	249	177
é aplicada no balanço financeiro		1 501	-1 350	151	113		38
de compensação ou acordos semelhantes ¹	Derivados				-13 146	6 335	6 811
	Outros				-7		7
					-13 153	6 335	6 818
Total de passivos financeiros		301.706	-297.428	84.278	22.056	28.529	33.693

1 A rubrica «Impacto dos acordos-quadro de compensação executória ou acordos semelhantes» contém posições de derivativos sob o mesmo acordo-quadro de compensação a ser apresentado em diferentes itens das rubricas do balanço financeiro.

43 Passivos contingentes e compromissos

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank está envolvido em atividades em que os riscos não se refletem, total ou parcialmente, nas demonstrações financeiras consolidadas. Em resposta às necessidades dos seus clientes, o Banco oferece produtos financeiros relacionados com empréstimos. Estes produtos incluem instrumentos financeiros tradicionais relacionados com créditos fora do balanço financeiro.

Passivos contingentes e compromissos

2015	Menos de 1 mês	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos contingentes em relação a						
– letras descontadas						
– garantias	16 813	494	465	1 121	3 299	22 192
– cartas de crédito irrevogável	7 447	2 065	1 393	251	6	11 162
– outros	244					244
	24 504	2 559	1 858	1 372	3 305	33 598
Serviços irrevogáveis	49 133	1 458	6 407	36 255	5 125	98 378
	73 637	4 017	8 265	37 627	8 430	131 976

Passivos contingentes e compromissos

2014¹	Menos de 1 mês	1–3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos contingentes em relação a						
– letras descontadas	16 433	556	698	981	3 728	22 396
– garantias	6 627	3 856	1 356	333	6	12 178
– cartas de crédito irrevogável	364	13	40	8		425
– outros	23 424	4 425	2 094	1 322	3 734	34 999
Serviços irrevogáveis	39,371	6 673	5 090	25 328	4 884	82 346
	62 795	12 098	7 184	26 650	8 618	117 345

1 Exclui compromissos e passivos contingentes relacionados com os negócios classificados como detidos para venda, sendo o ING Vysya.

As garantias referem-se a garantias substitutas de crédito e de não crédito. As garantias substitutas de créditos são garantias dadas pelo ING Bank em relação a crédito concedido a clientes por um terceiro. Espera-se que muitos deles expirem sem serem retirados e, portanto, não representam necessariamente futuros fluxos de saída de caixa. Para além dos itens incluídos nos passivos contingentes, o ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de organismos nacionais da indústria e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas pelo governo que se aplicam em diferentes países.

As cartas de crédito irrevogável garantem os pagamentos a terceiros para as operações de comércio externo e interno de um cliente, de modo a financiar uma expedição de mercadorias. O risco de crédito do ING Bank nestas operações é limitado, uma vez que estas operações são garantidas pelo produto expedido e são de curta duração.

Os outros passivos contingentes incluem aceitação de contas e são de natureza de curto prazo. Os outros passivos contingentes também incluem passivos contingentes resultantes de operações normais do negócio imobiliário, incluindo as obrigações resultantes de contratos de desenvolvimento e construção. Nenhum dos itens incluídos em Outros passivos contingentes é individualmente significativo.

Os serviços irrevogáveis constituem partes não utilizadas de serviços de crédito irrevogáveis concedidos a clientes empresariais. Muitos destes serviços são por um período fixo, com juros a uma taxa variável. O risco de crédito e o risco da taxa de juros do ING Bank nestas operações é limitado. A parte não utilizada dos serviços de crédito irrevogáveis é parcialmente garantida por ativos dos clientes ou contragarantias dos governos centrais e organismos isentos nos termos dos requisitos regulamentares. Os serviços irrevogáveis também incluem compromissos assumidos para adquirir títulos a serem emitidos por governos e emissores privados.

Além disso, o ING Bank aluga ativos de terceiros nos termos das locações operacionais como locatário. Os futuros compromissos de aluguer a serem pagos nas locações operacionais não canceláveis são os seguintes:

Futuros compromissos de aluguer para contratos de locação operacional

	2015	2014
2015		281
2016	310	169
2017	160	117
2018	143	94
2019	122	80
Anos após 2019	513	304

1 Exclui futuros compromissos de aluguer relacionados com os negócios classificados como detidos para venda. (2014: ING Vysya).

44 Procedimentos legais

As empresas ING Bank estão envolvidas em procedimentos judiciais e arbitrais na Holanda e em várias jurisdições estrangeiras, incluindo os EUA, envolvendo reivindicações por e contra elas que surgem no decorrer normal dos seus negócios, incluindo em relação às suas atividades como mutuantes, corretores, seguradores, emissores de títulos e investidores e a sua posição como empregadores e contribuintes. Em alguns destes procedimentos, são procurados valores muito altos ou indeterminados, incluindo danos punitivos e outros. Embora não seja possível prever ou determinar o resultado final de todos procedimentos legais e regulamentares pendentes ou ameaçados, a administração da Empresa é da opinião de que alguns dos procedimentos definidos abaixo podem ter ou tiveram, num passado recente, um efeito significativo na posição financeira, rentabilidade ou reputação da Empresa. Devido à dispersão geográfica do seu negócio, o ING Bank pode estar sujeito a auditorias fiscais em diversas jurisdições e em qualquer altura. Embora o ING acredite que geriu, adequadamente, todas as suas posições fiscais, a resolução final destas auditorias pode resultar em passivos que são diferentes dos valores reconhecidos.

A alegada classe de litígios foi apresentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque alegando violações das leis federais de títulos em relação a divulgações feitas no contexto das ofertas de Títulos de Capital Híbrido Perpétuos de 2007 e 2008. O Tribunal Distrital rejeitou todas as reivindicações referentes às ofertas de 2007 e 2008. Os requerentes recorrem dessa decisão relativa à oferta de 2008. O tribunal de recurso confirmou a decisão do Tribunal Distrital, rejeitando todas as reivindicações. Em seguida, os requerentes interuseram um recurso no Supremo Tribunal dos EUA. Em março de 2015, o Supremo Tribunal dos EUA revogou o julgamento do Segundo Circuito; o processo foi devolvido ao Tribunal Distrital. Em agosto de 2015, o Tribunal Distrital rejeitou todas as restantes reivindicações. Não foi interposto qualquer recurso, por isso, a decisão do Tribunal Distrital tornou-se definitiva. Em janeiro de 2015, foi apresentada uma queixa contra o ING Bank no Tribunal Distrital de Nova Iorque, por Alfredo e Gustavo Villoldo e o executor da propriedade do seu pai («Villoldo»). Villoldo detém dois julgamentos contra o governo de Cuba e outras entidades cubanas no valor total de 2,9 mil milhões de dólares. Esses julgamentos continuam pendentes e não cobrados. A queixa contra o ING Bank alega que, se o ING Bank tivesse cumprido as sanções penais aplicáveis dos EUA, os ativos de Cuba teriam sido congelados pela OFAC (Agência de Controlo de Ativos Estrangeiros) e disponibilizados para execução e apreensão por Villoldo. A queixa alega que os atos previstos no acordo do ING com a OFAC, em 2002, constituem fraude bancária, branqueamento de capitais e transferência fraudulenta e que Villoldo tem, portanto, direito a danos reais no montante que se acredita não ser inferior a 1 654 mil milhões de dólares e o triplo dos prejuízos não inferior a 4 962 mil milhões de dólares. Em julho de 2015, o Tribunal Distrital de Nova Iorque rejeitou todas as queixas com prejuízos. Villoldo apresentou um ato de recurso, indicando que desafiam a ordem do Tribunal Distrital de Nova Iorque de arquivar o caso. Neste momento, não é possível apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro.

O ING Bank Turkey recebeu várias queixas de (antigos) clientes de predecessores legais do ING Bank Turkey. As reclamações baseiam-se em contas offshore detidas nesses bancos, bancos que foram apreendidos pelo Fundo de Seguros de Depósitos de Poupança (SDIF) antes da aquisição do ING Bank Turkey, em 2007, pelo Oyak. O SDIF também apresentou várias ações judiciais contra o ING Bank Turkey para reivindicar uma indemnização ao ING Bank Turkey, em relação aos montantes pagos, até agora, aos titulares das contas offshore. O ING Bank N.V. iniciou um procedimento de arbitragem contra o OYAK no qual o ING Bank pretende ser considerado isento de responsabilidade dessas reclamações. Neste momento, não é possível avaliar o resultado destes procedimentos nem apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro destas reclamações.

Nos procedimentos relacionados com auxílios estatais entre a CE, o Estado holandês e o ING perante os Tribunais da União Europeia, o Tribunal de Justiça proferiu uma decisão final a 3 de abril de 2014 e rejeitou o recurso da CE contra a decisão do Tribunal Geral de março de 2012. Tal como acordado anteriormente, em novembro de 2012, entre o ING, o Estado holandês e a CE, o resultado deste recurso não afetará a aprovação da CE do Plano de Reestruturação Alterado do ING. Contudo, se o ING não cumprir qualquer compromisso de desinvestimento ou não cumprir qualquer um dos chamados «Compromissos relacionados com o NN Bank de 2015», ou no caso de outra situação de incumprimento do Plano de Reestruturação, o Estado holandês irá voltar a notificar a medida de recapitalização à CE. Nesse caso, a CE pode abrir um procedimento (legal) contra o ING, exigir medidas adicionais de reestruturação e/ou tomar medidas coercivas.

Em janeiro de 2011, a Associação Holandesa de Acionistas (Vereniging van Effectenbezitters, «VEB») emitiu um ato judicial alegando que os investidores foram enganados pelo prospeto que havia sido emitido em relação à questão dos direitos de setembro de 2007 do Fortis N.V. (agora Ageas N.V.) contra o Ageas N.V., os requerentes de tal emissão de direitos, incluindo o ING Bank N.V., e antigos diretores do Fortis N.V. De acordo com a VE, o prospeto mostra informação substanciais incorretas e enganadoras. A VEB afirma que o impacto e os riscos da crise de alto risco para o Fortis e a posição de liquidez do Fortis se refletiram, de forma incorreta, no prospeto. A VEB solicita uma decisão declaratória afirmando que as partes convocadas agiram indevidamente e são, portanto, responsáveis pelos danos sofridos pelos investidores no Fortis. O montante dos danos de 18 mil milhões de euros ainda tem de ser fundamentado. O ING está a defender-se contra esta queixa: neste momento, o ING não é capaz de avaliar o resultado do processo judicial. Assim, neste momento não é possível apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro de tal ação. Em julho de 2011, o Grupo de Interesses Pensões dos Diretores-Gerais do ING (Belangenvereniging ING Directiepensioenen), juntamente com uma série de Diretores-Gerais holandeses do ING reformados, instituiu processos judiciais contra a decisão do ING de não fornecer financiamento para a indexação de pensões dos Diretores-Gerais holandeses diretamente segurados com o Nationale-Nederlanden em 2010 e 2011. Esta reclamação foi rejeitada pelo Tribunal Distrital de Amsterdão a 22 de outubro de 2012. O recurso contra esta decisão do Tribunal Distrital foi rejeitado pelo Tribunal de Recurso de Amsterdão a 28 de julho de 2015, que se tornou decisiva a 28 de outubro de 2015.

Vários funcionários reformados do ING Belgium interpuerem processos judiciais contra a ASCEL (um organização sem fins lucrativos criada pelo ING Belgium que prestou, entre outros, a cobertura de seguros médicos a atuais e antigos funcionários até ao início de 2015) e o ING Belgium na sequência da decisão de exteriorizar esta cobertura de seguros médicos que resultou num aumento do prémio. Na sequência de um procedimento sumário no qual a reclamação inicial dos funcionários reformados foi rejeitada, o procedimento no Tribunal de Primeira Instância foi iniciado com o objetivo de defender a antiga cobertura de seguro ou reembolsar o aumento do prémio. Neste momento, não é possível apresentar uma estimativa do (potencial) efeito financeiro desses procedimentos. O ING está envolvido em vários procedimentos legais na Holanda em relação aos derivados de taxas de juros que foram vendidos a clientes com ligação aos empréstimos de taxas de juros variáveis, de modo a cobrir o risco da taxa de juros dos empréstimos. Estes procedimentos baseiam-se em vários fundamentos legais, dependendo dos factos e circunstâncias de cada caso específico, como alegada violação do dever de diligência, informação insuficiente prestada aos clientes sobre o produto e os seus riscos e outros elementos referentes aos derivados de taxas de juros que foram vendidos aos clientes. Em alguns casos, o tribunal decidiu a favor dos requerentes e concedeu indemnizações, anulou o derivado da taxa de juros ou exigiu o pagamento de determinados valores aos requerentes. Os valores totais que precisam de ser reembolsados ou compensados em alguns casos ainda têm de ser determinados. O ING pode decidir recorrer contra decisões adversas. Conforme solicitado pela Autoridade Holandesa de Mercados Financeiros («AFM»), o ING reviu uma parte significativa dos arquivos dos clientes que adquiriram derivados de taxas de juros. Em dezembro de 2015, a AFM concluiu que os bancos holandeses podem ter de reavaliar alguns arquivos de clientes, potencialmente incluindo contratos de derivados que foram rescindidos antes de abril de 2014 ou outros arquivos de clientes. As discussões com a AFM sobre a reavaliação estão a decorrer. Embora o resultado do litígio pendente e casos semelhantes que possam surgir no futuro seja incerto, é possível que os tribunais possam, em última instância, decidir a favor dos requerentes em alguns ou todos esses casos. Foi tomada uma provisão com base na melhor estimativa. Contudo, o impacto financeiro agregado do atual e futuro litígio, bem como a potencial (re)avaliação dos arquivos após discussão com a AFM, pode tornar-se substancial.

45 Empresas e negócios adquiridos e alienados

Aquisições e Alienações eficazes em 2015

Não houve aquisições e Alienações significativos em 2015.

Para mais informações sobre as transações feitas em 2015 em relação ao interesse do ING no ING Vysya, é feita referência à Nota 11 «Ativos detidos para venda», à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Aquisições e Alienações eficazes em 2014

Não houve aquisições e Alienações significativos em 2014.

Para mais informações sobre as transações feitas em 2014 em relação ao interesse do ING no ING Vysya, é feita referência à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Aquisições eficazes em 2013

Não houve aquisições significativas em 2013.

Desinvestimentos eficazes em 2013

ING Direct UK

Em outubro de 2012, o ING chegou a um acordo para vender o ING Direct UK ao Barclays. Nos termos do acordo, os cerca de 13,4 mil milhões de euros (11,6 mil milhões de libras) de depósitos de poupança e cerca de 6,4 mil milhões de euros (5,5 mil milhões de libras) de hipotecas do ING Direct UK foram transferidos para o Barclays. O acordo resultou numa perda depois de impostos de 206 milhões de euros que foi reconhecida em 2012. A transação foi concluída a 6 de março de 2013 e no acordo final foi reconhecido um lucro de 10 milhões de euros. Em 2012, o ING Direct UK foi classificado como detido para venda. O ING Direct UK foi incluído no segmento anteriormente denominado Retalho no Resto do Mundo.

WestlandUtrecht Bank

A transferência parcial dos ativos e passivos do WestlandUtrecht Bank, na qual as operações comerciais do WestlandUtrecht Bank serão combinadas com as atividades de banca de retalho do Nationale-Nederlanden, foi anunciada em novembro de 2012. A 1 de julho de 2013, 3,8 mil milhões de euros da carteira hipotecária holandesa do WestlandUtrecht Bank, 0,1 mil milhões de euros de empréstimos ao consumidor e 3,7 mil milhões de euros da carteira de poupanças holandesa foram transferidos para o Nationale-Nederlanden Bank. Para gerir as hipotecas rotuladas existentes no WestlandUtrecht Bank, as apólices de seguros e os acordos de financiamento imobiliário, parte do WestlandUtrecht Bank tornou-se uma entidade separada dentro do ING Retail Banking Netherlands. Além disso, cerca de 400 funcionários do WestlandUtrecht Bank foram transferidos para o Nationale-Nederlanden Bank. Todos os ativos e passivos foram transferidos ao valor contabilístico existente, conforme incluído no balanço financeiro do ING Bank. Esta transação foi concluída a 1 de julho de 2013.

Além disso, durante o segundo semestre de 2013, foi transferido um valor adicional de 4,2 mil milhões de euros em hipotecas holandesas do WestlandUtrecht Bank para o NN Group. As transferências foram feitas ao preço de plena concorrência.

Empresas mais importantes alienadas em 2013

	ING Direct UK	Total
Receitas provenientes das vendas		
Receitas provenientes de caixa ¹	-7 186	-7 186
Receitas provenientes das vendas	-7 186	-7 186
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa ¹	290	290
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 437	6 437
Outros ativos diversos	24	24
Passivos		
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	13 701	13 701
Outros passivos diversos	32	32
Ativos líquidos	-6 982	-6 982
% alienada	100	
Ativos líquidos alienados	-6 982	-6 982
Lucros/perdas na alienação ²	-250	-250

1 O fluxo de saída / de entrada de caixa em empresas do grupo na demonstração de fluxos de caixa inclui, além das quantias de caixa nesta tabela, também fluxos de saída / de entrada de caixa em cessões individualmente insignificantes.

2 O lucro/perda na alienação compreende as receitas provenientes de vendas, os ativos líquidos alienados, as despesas diretamente relacionadas com a alienação e a realização de reservas não realizadas.

46 Principais filiais

Para a maioria das principais filiais do ING Banl, o ING Bank N.V. tem o controlo porque detém, direta ou indiretamente, mais de metade do poder de voto. Para as filiais em que a participação detida é inferior a 50 %, o controlo existe com base na combinação do interesse financeiro do ING Bank e os seus direitos de outros acordos contratuais que resultam num controlo sobre as políticas operacionais e financeiras da entidade.

Para cada uma das filiais mencionadas, os direitos de voto detidos iguais à proporção de direito de propriedade e consolidação pelo ING Bank baseiam-se na propriedade maioritária.

As principais filiais do ING Bank N.V. e o seu local de constituição legal ou principal local de negócios são os seguintes:

Empresas

Filial	País	Proporção de Propr. e participação detida pelo Banco	
		2015	2014
Bank Mendes Gans N.V.	Holanda	100 %	100 %
ING Lease (Nederland) B.V.	Holanda	100 %	100 %
ING Corporate Investments B.V.	Holanda	100 %	100 %
ING Real Estate B.V.	Holanda	100 %	100 %
ING België N.V.	Bélgica	100 %	100 %
ING Luxembourg S.A.	Luxemburgo	100 %	100 %
ING-DiBa A.G.	Alemanha	100 %	100 %
ING Bank Slaski S.A.	Polónia	75 %	75 %
ING Financial Holdings Corporation	Estados Unidos da América	100 %	100 %
ING Bank A.S.	Turquia	100 %	100 %
ING Bank (Austrália) Ltd	Austrália	100 %	100 %
ING Bank (Eurásia) Joint stock company	Rússia	100 %	100 %

47 Entidades estruturadas

As atividades do ING Bank envolvem transações com várias entidades estruturadas («EE») no decorrer normal dos seus negócios. Uma entidade estruturada é uma entidade que foi concebida de modo a que os direitos de voto ou semelhantes não sejam o fator dominante na decisão sobre quem controla a entidade, como quando quaisquer direitos de voto estão relacionados apenas com tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais. O envolvimento do ING Bank nestas entidades varia e inclui o financiamento de dívidas e o financiamento de capital próprio destas entidades, bem como outras relações. Com base nas suas políticas contabilísticas, tal como divulgado na secção «Princípios de avaliação e determinação de resultados» destas demonstrações financeiras, o ING estabelece se estes envolvimento resultam em nenhuma influência significativa, influência significativa, controlo conjunto ou controlo sobre a entidade estruturada.

As entidades estruturadas sobre as quais o ING pode exercer controlo são consolidadas. O ING pode prestar apoio a estas entidades estruturadas consolidadas como e quando apropriado. Contudo, isto é integralmente refletido nas demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank, uma vez que todos os ativos e passivos destas entidades estão incluídos e os compromissos fora do balanço financeiro são divulgados.

As atividades do ING que envolvem entidades estruturadas são explicadas abaixo nas seguintes categorias:

- 1 O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»);
- 2 O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas («CBC»);
- 3 O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»);
- 4 Programa de Titularização não consolidada;
- 5 Outras entidades estruturadas

Os programas de titularização de gestão de crédito, anteriormente celebrados pelo ING Group, foram revertidos entre 2012 e 2014. O último programa terminou em 2014, na data de cessação prevista. A 31 de dezembro de 2014, não havia programas de titulação de gestão de crédito restantes.

1. O ING consolidado originou programas de titularização de gestão de liquidez («Lions»)

O ING Bank celebra programas de titularização de gestão de liquidez para obter financiamento e aumentar a liquidez. Dentro do programa, o ING Bank vende os ativos originados no ING a uma entidade estruturada. As exposições subjacentes incluem hipotecas imobiliárias na Holanda, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Austrália.

A entidade estruturada emite notas titularizadas («titularizações tradicionais») que são elegíveis como garantias para efeitos de liquidez do banco central. Na maior parte dos programas, o ING Bank atua como investidor das notas titularizadas. Como existem transferências limitadas de riscos e recompensas, o ING Bank continua a consolidar estas entidades estruturadas.

A entidade estruturada emite notas titularizadas em duas parcelas, uma parcela subordinada e uma parcela sénior, classificada como AAA por uma agência de classificação. A parcela AAA pode, posteriormente, ser utilizada pelo ING Bank como garantia no mercado monetário para empréstimos garantidos.

A 31 de dezembro de 2015, o ING Bank originou várias titularizações com cerca de 78,5 mil milhões de euros (2014: 74 mil milhões de euros) de notas classificadas como AAA e notas subordinadas, das quais cerca de 7,4 mil milhões de euros (2014: 5,6 mil milhões de euros) são detidos por terceiros. As exposições subjacentes são hipotecas imobiliárias e empréstimos a PME. Além do financiamento de terceiros, estas titularizações não afetaram o balanço financeiro consolidado e os lucros e perdas do ING Bank.

Em 2015, não existem interesses minoritários como parte das entidades estruturadas de titularização que são significativos para o ING Bank. Para a maior parte dos instrumentos de titularização, o ING Bank oferece o financiamento para a entidade, exceto 7,4 mil milhões de euros (2014: 4,8 mil milhões de euros) que são financiados por terceiros.

2. O ING consolidado originou programas de obrigações cobertas («CBC»)

O ING Bank celebrou um programa de obrigações cobertas. No âmbito do programa de obrigações cobertas o ING emite obrigações. O pagamento de juros e capital é garantido por uma entidade estruturada administrada pelo ING, Covered Bond Company B.V. («CBC»). Para que a CBC possa cumprir a sua garantia, o ING transfere legalmente empréstimos hipotecários, sobretudo holandeses, originados pelo ING para a CBC. Além disso, o ING oferece proteção à CBC contra a deterioração dos empréstimos hipotecários. A CBC é consolidada pelo ING Bank.

Programa de obrigações	Empréstimos hipotecários dados como justo valor		Saldo de caixa da entidade estruturada	
	2015	2014	2015	2014
ING Covered Bond Company B.V. («CBC»)	43 684	42 157	754	
	43 684	42 157	754	–

No geral, os investidores terceiros em títulos emitidos pela entidade estruturada recorrem apenas aos ativos da entidade e não aos ativos do ING Bank.

3. O ING consolidado patrocinou programas de titularização («Mont Blanc»)

No decorrer dos negócios normal, o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda (também conhecido como «factoring») dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE).

As transações são muitas vezes financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos («PCGA») da Mont Blanc Capital Corporation («Mont Blanc»), que se financia no mercado do papel comercial garantido por ativos (ABCP). A Mont Blanc não possui interesses minoritários significativos para o ING Bank. O ING Bank facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações.

Os tipos de ativos atualmente na Mont Blanc incluem contas a receber, contas a receber de financiamento ao consumidor, valores a receber de cartões de crédito, empréstimos relativos a veículos e títulos garantidos por hipotecas imobiliárias («RMBS»).

O ING Bank apoia os programas de papel comercial, oferecendo facilidades de liquidez a curto prazo às PME. Estas facilidades de liquidez cobrem, sobretudo, perturbações temporárias no mercado do papel comercial. Uma vez retirados, estas facilidades suportam um risco de crédito normal. Diversos programas são suportados através da concessão de serviços de liquidez estruturados às PME, nos quais o ING Bank cobre, pelo menos, uma parte do próprio risco de crédito constituído nestes programas (para além de facilidades de liquidez normais) e podem sofrer perdas de crédito como consequência. Além disso, no âmbito de um Programa de Vasta Melhoria do Crédito de Risco, o ING Bank garante, a uma quantidade limitada, todas as perdas restantes incluídas nas PME para os investidores de papel comercial.

As facilidades de liquidez, incluindo programas de vasta melhoria, prestadas à Mont Blanc são de 1 072 milhões de euros (2014: 1 143 milhões de euros). O montante de liquidez retirado é de 276 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015 (2014: zero).

As facilidades de prontidão de liquidez normais não estruturadas e as facilidades estruturadas são apresentadas nos termos das facilidades irrevogáveis. Todas as facilidades, que variam de perfil de risco, são concedidas às PME sujeitas a procedimentos normais de análise de risco de liquidez e crédito do ING Bank. As taxas recebidas por serviços prestados e pelas instalações são cobradas de acordo com as condições de mercado.

4. Programa de Titularização não consolidada

Em 2013, o ING transferiu ativos financeiros (empréstimos hipotecários) num montante de cerca de 2 mil milhões de euros para uma entidade de finalidade especial (EFE) recém-criada. A transação resultou num pleno desreconhecimento dos ativos financeiros do balanço financeiro do ING. O desreconhecimento não teve um impacto significativo no resultado líquido. Depois desta transferência, o ING continua a ter dois tipos de envolvimento contínuo nos ativos transferidos: como contraparte da EFE de um swap de taxa de juros não-padrão e como entidade gestora dos ativos transferidos. O ING tem a opção de liquidar a transação ao resgatar todas as notas no seu montante do capital pendente, no caso improvável de alterações na contabilidade e/ou requisitos regulatórios que afetam significativamente a transação. O justo valor do swap a 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 1,3 milhões de euros (2014: 33,7 milhões de euros); as alterações no justo valor neste swap reconhecidos na conta de lucros e perdas em 2015 foram de 32,4 milhões de euros (2014: 28,6 milhões de euros). A remuneração reconhecida na conta de lucros e perdas em 2015 ascendeu a zero (2014: 0,5 milhões de euros).

5. Outras entidades estruturadas

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank celebra transações com entidades estruturadas como contraparte. Predominantemente nas suas operações financeiras estruturadas, o ING pode ser fundamental para facilitar a criação destas contrapartes de entidades estruturadas. Geralmente, estas entidades não são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do ING Bank, uma vez que o ING facilita estas transações como agente administrativo, ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações.

O ING Bank oferece vários produtos de fundos de investimento aos seus clientes. O ING Bank não investe nestes fundos de investimento por conta própria, nem atua como gestor do fundo.

48 Partes relacionadas

No decorrer normal dos negócios, o ING Bank celebra várias transações com partes relacionadas. As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do ING Bank incluem, entre outras, as suas filiais, associadas, empreendimentos conjuntos, pessoal chave da gerência e vários planos de contribuições e benefícios definidos. As transações entre as partes relacionadas incluem a prestação ou receção de serviços, locações, transferências no âmbito de acordos financeiros e provisões de garantias ou caucões. Não existem provisões significativas para créditos duvidosos ou dívidas incobráveis individualmente significativas reconhecidas em balanços pendentes com as partes relacionadas.

As transações entre o ING Bank N.V. e as suas filiais são eliminadas na consolidação. É feita referência à Nota 46 «Principais filiais» para uma lista das principais filiais e dos seus locais de constituição legais. O ING Bank, juntamente com NN Group, forma o ING Group. O ING Bank também celebra transações com o ING Group, NN Group e suas filiais. Estas transações variam de atividades financeiras a compras regulares e operações de vendas. Divulgadas na tabela abaixo estão as transações com o ING Groep N.V. e o NN Group N.V.

Transações com o ING Groep N.V. e o NN Group

	ING Groep N.V.		NN Group N.V.	
	2015	2014	2015	2014
Ativos	286	133		748
Responsabilidades	15 608	9 944		1 679
Compromissos fora do balanço financeiro				
Rendimento recebido	-297	162	15	57
Despesas pagas	0	507	8	49

Em 2015, várias transações de alienações reduziram a participação do ING Group no NN Group, resultando na perda de controlo do ING Group sobre o NN Group. O NN Group foi desconsolidado no final de maio de 2015 e contabilizado como um Investimento associado detido para venda pelo ING Group. Para o exercício findo em 2015, o NN Group permaneceu uma parte relacionada do ING Bank N.V.

Os passivos do ING Groep N.V. compreendem, principalmente, o financiamento de longo prazo. Os passivos do NN Group N.V. compreendem, principalmente, depósitos a curto prazo e empréstimos privados pelo NN Group N.V.

Durante 2013, devido à transferência parcial do WestlandUtrecht Bank, alguns ativos e passivos foram transferidos do ING Bank para o NN Group. É feita referência à Nota 49 «Transação com o Estado Holandês e Plano de Restruturação da Comissão Europeia». Além disso, durante 2015, 2014 e 2013, foram transferidas hipotecas holandesas de 1,7 mil milhões de euros adicionais, 1,2 mil milhões de euros e 4,2 mil milhões de euros, respetivamente, do WestlandUtrecht Bank para o NN Group. As transferências foram feitas ao preço de plena concorrência.

A 20 de dezembro de 2012, o NN Group celebrou um Acordo Financeiro de Penhor de Bens Caucionados com o ING Bank (todas as obrigações expiraram a 20 de março de 2014), pelo qual um direito de penhor foi criado a favor do NN Group sobre certos títulos do ING Bank. O penhor serviu como garantia para o reembolso devido dos depósitos em dinheiro que o NN Group colocou no ING Bank.

O Nationale-Nederlanden Bank celebrou um contrato de prestação de serviços com o WestlandUtrecht Bank e RVS Hypotheekbank N.V. a 1 de julho de 2013, para a prestação de determinados serviços de gestão em relação a uma carteira de empréstimos hipotecários de habitação do WestlandUtrecht Bank.

Filiais e empreendimentos conjuntos

Transações com as principais filiais e empreendimentos conjuntos do ING Bank

	Filiais		Empreendimentos conjuntos	
	2015	2014	2015	2014
Ativos	1 803	2	5	0
Responsabilidades	616	38		4
Compromissos fora do balanço financeiro	66			
Rendimento recebido	-213			
Despesas pagas				

Ativos, passivos, compromissos e receitas relacionadas com Filiais e empreendimentos conjuntos resultam de transações que são executadas como parte da atividade Bancária normal, exceto para as seguintes transações.

Em abril de 2015, a fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak foi concluída e a entidade jurídica ING Vysya deixou de existir. Como resultado desta transação, o ING detém uma participação de 6,5 % na empresa combinada, que opera sob a marca Kotak. O ING Vysya já não é uma parte relacionada do ING Group. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos», Nota 11 «Ativos detidos para venda», à Nota 11 «Ativos detidos para venda» e à e Nota 50 «Outros acontecimentos».

Remuneração do pessoal chave da gerência

As transações com o pessoal chave da gerência (Conselho Executivo, Conselho de Administração e Conselho de Supervisão) e os planos de benefícios pós-emprego são transações com partes relacionadas. Para os planos de benefícios pós-emprego, é feita referência à Nota 34 «Pensões e outros benefícios pós-emprego».

Em 2015 e 2014, três membros do Conselho de Administração do ING Bank também eram membros do Conselho Executivo do ING

Groep N.V. O número total do Conselho Executivo do ING Groep N.V e o Conselho de Supervisão é suportado pelo ING Groep N.V. A remuneração dos membros e antigos membros do Conselho Executivo e Conselho de Supervisão é cobrada na íntegra pelo ING Group às suas filiais, com base numa fórmula geral de alocação.

**Remuneração do pessoal chave da gerência
(Conselho Executivo e Conselho de Administração)**

	Ex. Board ING NV	Man. Brd ING bank	Total
Remuneração Fixa			
– Salário base	3 990	3 505	7 495
– Subsídios fixos coletivos	1 115	1 045	2 160
Custos com pensões	75	90	165
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial		390	390
– Ações iniciais	254	466	720
– Disponibilidade de caixa diferida		585	585
– Ações diferidas	382	698	1,080
– Outros ⁴		830	830
Compensação total	5 816	7 609	13 425

1 Inclui a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.

2 Excluindo membros que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

3 Em 2015, entrou um novo membro.

4 Além da remuneração na qualidade de membro do Conselho, o novo membro do Conselho de Administração recebeu um «prémio» no valor total de 830 000 euros à data da concessão, composto por 50 % de um valor em dinheiro e 50 % em ações. O prémio é incondicional nos anos 2015 - 2018, dos quais 332 000 euros em 2015 e 498 000 euros nos anos 2016 - 2018.

5 Os subsídios fixos coletivos consistem em dois subsídios de poupança aplicáveis aos funcionários na Holanda; um subsídio de poupança individual de 3,5 % e um subsídio de poupança coletivo para compensar a perda de benefícios com pensões em relação ao salário excedente de 100 000 euros.

Remuneração do pessoal chave da gerência (Conselho Executivo e Conselho de Administração)

	Ex. Board ING N.V	Man. Board ING bank	Total
2014			
em milhares de euros			
Remuneração Fixa			
– Salário base	2 814	3 480	6 294
– Custos com pensões	575	920	1 495
– Benefícios de rescisão		765	765
Remuneração variável			
– Disponibilidade de caixa inicial		544	544
– Ações iniciais		544	544
– Disponibilidade de caixa diferida		816	816
– Ações diferidas		3 389	7 885
Remuneração total	3 389	7 885	11 274

1 Inclui a remuneração auferida na qualidade de membros do Conselho.

2 Excluindo membros que também são membros do Conselho Executivo do ING Groep N.V.

3 Em 2014, dois membros abdicaram do Conselho de Administração do ING Bank e entrou um novo membro.

4 Juntamente com a remuneração na qualidade de membro do Conselho, o novo membro do Conselho de Administração recebeu um «prémio» composto pelo valor em dinheiro e ações com um valor total de 250 000 euros à data da concessão. As datas de entrada em vigor nos anos 2014 - 2017, dos quais 100 000 euros em 2014 e 150 000 euros nos anos 2015-2017.

em milhares de euros

	2015	2014
Remuneração total	835	971

A tabela acima apresenta a remuneração fixa, subsídios para despesas e verbas de presença para o Conselho de Supervisão para 2015 e 2014.

Empréstimos e adiantamentos a pessoal chave da gerência

	Valor pendente 31 de dezembro		Taxa de juros média		Reembolsos	
em milhares de euros	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Membro do Conselho Executivo	2 999	2 999	2,4 %	2,4 %	0	348
Membros do Conselho de Administração do ING Bank N.V.	532	250	2,6 %	3,4 %	68	
Membros do Conselho de Supervisão	0	0				
Total	3 531	3 429			68	348

As divulgações relativas à remuneração do Conselho de Supervisão refletem os valores relativos ao ING Group como um todo.

Em 2015, os custos totais de remuneração ascenderam a 3,5 milhões de euros (2014: 3,4 milhões de euros) para membros e antigos membros do Conselho Executivo, destes custos de remuneração, 3,5 milhões de euros (2014: 2,6 milhões de euros) foram alocados ao ING Bank. Os custos totais de remuneração total ascenderam a 0,8 milhões de euros (2014: 1,0 milhões de euros) para membros e antigos membros do Conselho de Supervisão, destes custos de remuneração, 0,8 milhões de euros (2014: 0,7 milhões de euros) foram alocados ao ING Bank.

A remuneração do Conselho Executivo e do Conselho de Administração é reconhecido na conta de lucros e perdas na rubrica Despesas com pessoal como parte das despesas Totais. A remuneração total do Conselho Executivo e do Conselho de Administração, conforme apresentada na tabela acima, inclui toda a remuneração variável referente ao ano de desempenho de 2015. De acordo com as IFRS-EU, alguns componentes de remuneração variável não são diretamente reconhecidos na conta de lucros e perdas, mas são alocados durante o período de aquisição do prémio. O montante comparável reconhecido nas Despesas com pessoal em 2015 e incluído nas Despesas totais em 2015, relacionado com as despesas fixas de 2015 e a aquisição de remuneração variável de anteriores anos de desempenho, é de 11,6 milhões de euros.

49 Transações com o Estado Holandês e o Plano de Restruturação da Comissão Europeia

Após uma série de transações em 2008 e 2009, o Estado holandês era uma parte relacionada do ING Group. Durante 2014 estas transações foram concluídas. A partir de 8 de novembro de 2014, o Estado holandês deixa de ser uma parte relacionada do ING Group. Todas as outras transações entre o ING Group e o Estado holandês são de natureza normal de negócios e em condições de plena competência.

No âmbito das transações com o Estado holandês divulgadas nesta nota, alguns acordos respeitantes à gestão corporativa e remuneração de executivos foram acordados com o Estado holandês que estavam em vigor até os Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos serem revertidos. O último Estado Nomeado permaneceu em funções até 12 de maio de 2014.

Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos

O ING Group e o Estado holandês chegaram a um acordo sobre os Meios de Reserva dos Ativos Ilíquido («MRAI») a 26 de janeiro de 2009. A transação foi concluída a 31 de março de 2009. Os MRAI cobriram as carteiras Alt-A do ING Direct USA e Voya (antigo ING Insurance US), com um valor nominal de cerca de 30 mil milhões de euros. No âmbito dos MRAI, o ING transferiu 80 % da propriedade económica da sua carteira Alt-A ao Estado holandês. Como resultado, foi transferida uma fração integral de 80 % de interesse no risco e recompensas sobre a carteira para o Estado holandês. O ING reteve 100 % da propriedade legal da sua carteira Alt-A. O preço da transação foi de 90 % do valor nominal em relação aos 80 % da proporção da carteira, do qual o Estado holandês se tornou proprietário económico. O preço da transação permaneceu por pagar pelo Estado holandês ao ING e foi reembolsado durante a restante duração. Além disso, no âmbito dos MRAI, o ING pagou uma taxa de garantia ao Estado holandês e recebeu uma taxa de financiamento e uma taxa de gestão. Como resultado da transação, o ING retirou 80 % da carteira Alt-A do seu balanço financeiro e reconheceu um valor a receber por parte do Estado holandês. A carteira Alt-A transferida foi previamente incluída nos Títulos de dívida disponíveis para venda. O Estado holandês também adquiriu alguns direitos de consentimento em relação à venda ou transferência dos 20 % da proporção da carteira Alt-A que foram retidos pelo ING.

No âmbito dos termos da transação conforme acordado a 26 de janeiro de 2009, as receitas totais provenientes de vendas ascenderam a 22,4 mil milhões de euros à data da transação. O custo amortizado (após desvalorizações anteriores), à data da transação, também era de cerca de 22,4 mil milhões de euros. A transação resultou numa perda, em 2009, de 109 milhões de euros após impostos (a diferença entre as receitas provenientes de vendas e o custo amortizado). O justo valor de acordo com as IFRS-EU à data da transação era de 15,2 mil milhões de euros.

De modo a obter a aprovação da Comissão Europeia («CE») sobre o Plano de Reestruturação do ING Group (ver abaixo), o ING acordou fazer pagamentos adicionais de Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos como parte do acordo geral com a CE para o Estado holandês, correspondendo a um ajuste das taxas para os Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos. No total, estes pagamentos de Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos como parte do acordo geral com a Comissão Europeia, ascenderam a um valor atual líquido de 1,3 mil milhões de euros antes de impostos, que foi reconhecido como uma taxa única em 2009.

A diferença entre as receitas totais provenientes de vendas de 21,1 mil milhões de euros (22,4 mil milhões de euros -/- ajuste de 1,3 mil milhões de euros) e o justo valor de acordo com as IFRS-EU de 15,2 mil milhões de euros representa um «Subsídio governamental» de acordo com o IAS 20. Este subsídio governamental é considerado uma parte integral da transação e é, por isso, contabilizado como parte do resultado na transação. A transação resultou numa redução da reavaliação negativa e, portanto, num aumento do capital próprio em 4,6 mil milhões de euros (após impostos).

O método de avaliação dos títulos Alt-A de 20 % no balanço financeiro das IFRS-EU não foi afetado pelos MRAI. A metodologia utilizada para determinar o justo valor destes ativos no balanço financeiro nos termos das IFRS-EU é divulgada na Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos».

Associado à venda do ING Direct USA, o ING chegou a um acordo com o Estado holandês para ajustar a estrutura dos MRAI. Este ajuste serviu para desativar a ligação dos MRAI do ING Direct USA, colocando o ING Bank no seu lugar como contraparte para o Estado holandês e tornou-se eficaz na conclusão da venda em fevereiro de 2012. Nos termos da transação original, o ING Direct USA deteve no seu balanço os restantes 20 % da carteira Alt-A, garantindo um alinhamento de interesses entre o ING e o Estado holandês em relação ao desempenho da carteira.

Após a conclusão da venda, o ING apresentou uma contragarantia ao Estado holandês cobrindo 25 % da parte de 80 % do Estado holandês. Esta garantia cobriu as perdas de caixa realizadas se ultrapassassem os 35 % que estão implícitos pelo valor de mercado da carteira em junho de 2011. Por conseguinte, este ajuste reduziu a exposição ao risco para o Estado holandês. O impacto no capital próprio e no resultado do alinhamento para o ING Bank foi limitado.

Em novembro de 2012, o NN Group (antigo ING Insurance) reestruturou os MRAI para desativar a ligação do Voya dos MRAI. O Voya transferiu o seu valor a receber do Estado holandês de aproximadamente 1,1 mil milhões de euros (1,4 mil milhões de euros) para o ING Bank e, ao mesmo tempo, transferiu o título legal para 80 % da carteira Alt-A para o ING Bank. Os títulos foram detidos numa conta de custódia do ING Bank para benefício do Estado holandês (a parte para a qual o risco de investimento foi transferido para o Estado holandês). Após a reestruturação, o Voya continuou a deter 20 % da carteira Alt-A (a parte para a qual a propriedade económica e o risco de investimento se mantiveram para o risco do ING), mas tinha o direito de vender esses títulos, sujeito a um direito de preferência concedido ao ING Bank. O ING comprometeu-se com o Estado holandês que não iria vender esses títulos a partes não pertencentes ao ING sem o prévio consentimento por escrito do Estado holandês.

Em 2013, o ING chegou a um acordo final com o Estado holandês sobre a anulação dos MRAI. Os termos do acordo foram aprovados pela CE. Nos termos do acordo, os MRAI na sua forma atual foram finalizados, os pagamentos regulares de comissões de garantia foram liquidados no montante de 0,4 mil milhões de euros e as outras restrições, como parte do acordo dos MRAI, deixaram de ser aplicáveis. Além disso, nos termos do acordo, o Estado holandês comprometeu-se a vender os títulos Alt-A no mercado. A anulação dos MRAI também resultou na eliminação de uma contragarantia que o ING alargou ao Estado holandês relacionada com a alienação do ING Direct USA em 2012.

A primeira parcela da alienação de títulos foi executada em dezembro de 2013. Todos os restantes títulos detidos pelo Estado holandês a 31 de dezembro de 2013 foram vendidos em janeiro e início de fevereiro de 2014.

O Estado holandês utilizou todos os reembolsos e taxas líquidas recebidas para reembolsar o empréstimo do ING. O empréstimo foi totalmente reembolsado em janeiro de 2014.

Plano de Reestruturação da Comissão Europeia

Em 2009, o ING Groep N.V. submeteu um Plano de Reestruturação à Comissão Europeia como parte do processo para receber a aprovação das medidas de apoio do governo. Por decisão de 18 de novembro de 2009, a Comissão Europeia aprovou formalmente o Plano de Reestruturação. Os principais elementos do Plano de Reestruturação, conforme anunciados a 26 de outubro de 2009, foram os seguintes:

- Eliminação da alavancagem dupla e redução significativa do balanço financeiro do ING (com 45 %);
- Alienação de todas as atividades de Gestão de Seguros e Investimento;
- Alienação do ING Direct USA;
- Criação de uma nova empresa no mercado holandês de retalho composto pelo Interadvies (incluindo o Westland Utrecht e as atividades hipotecárias do Nationale-Nederlanden) e a carteira existente de empréstimos ao consumidor do ING Retail na Holanda. Este negócio, uma vez separado, precisa de ser alienado;
- Restrição para ser um líder de preços em qualquer país da UE para alguns produtos de retalho e produtos bancários das PME e restrição para adquirir instituições financeiras ou outras empresas, na medida em que isso atrasaria o reembolso dos títulos de capital próprio sem direito a voto.

Foi acordado que estas restrições se aplicariam para o período mais curto de três anos ou até que os títulos de capital próprio sem direito a voto fossem reembolsados na íntegra ao Estado holandês:

- Acordo com o Estado holandês para alterar os termos de reembolso de 50 % dos títulos de capital próprio sem direito a voto;
- Reembolso de 5 mil milhões de euros dos títulos de capital próprio sem direito a voto emitidos em novembro de 2008 para o Estado holandês;
- Terão de ser feitos pagamentos adicionais dos Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos, como parte do acordo geral com a Comissão Europeia, ao Estado holandês sob a forma de ajustes de taxas referentes aos Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos que resultaram numa taxa pontual pré-imposto para o ING de 1,3 mil milhões de euros no quarto trimestre de 2009;
- Lançamento de uma emissão com preferência de 7,5 mil milhões de euros, de modo a financiar o reembolso de 50 % dos títulos de capital próprio sem direito a voto e uma mitigação do impacto em termos de requisitos de fundos próprios dos Meios de Reserva dos Ativos Ilíquidos adicionais, como parte do acordo geral de 1,3 mil milhões de euros com a Comissão Europeia para o Estado holandês;
- Reembolso dos títulos de capital próprio sem direito a voto (títulos de Nível 1) emitidos para o Estado holandês com um retorno de, pelo menos, 10 % por ano. A CE pode impor restrições comportamentais adicionais caso o retorno seja baixo;
- Restrições sobre a convocação de capital de Nível 2 e híbridos de Nível 1, para o período mais curto de três anos a contar da data da decisão da Comissão ou até à data em que o ING tenha reembolsado, na íntegra, os títulos de capital próprio sem direito a voto (títulos de Nível 1) ao Estado holandês (incluindo os juros acumulados relevantes dos cupões de Nível 1 e taxas de saída de prémios); e
- Execução do Plano de Reestruturação antes do final de 2013;

Alterações ao Plano de Reestruturação em 2012

Em novembro de 2012, o ING anunciou que, juntamente com o Estado holandês, tinha submetido alterações significativas ao Plano de Reestruturação de 2009 à CE. A CE aprovou estas alterações por Decisão de 16 de novembro de 2012.

As alterações ao Plano de Reestruturação de 2009, conforme anunciado em novembro de 2012, estendeu-se ao horizonte temporal e aumentou a flexibilidade para a conclusão das alienações e ajustaram outros compromissos à luz das circunstâncias do mercado, clima económico e requisitos regulamentares mais rigorosos.

De acordo com as alterações anunciadas em 2012, as datas finais para alienar as empresas de gestão de seguros e investimentos foram alteradas da seguinte forma:

- A alienação de mais de 50 % da participação do ING nas suas operações de gestão de seguros e investimentos no mercado asiático teve de ser concluída até ao final do ano de 2013, com a restante participação alienada no final do ano de 2016;
- A alienação de, pelo menos, 25 % da participação do ING no Voya teve de ser concluída no final do ano 2013, mais de 50 % teve de ser alienada até ao final do ano de 2014, com a restante participação alienada no final do ano de 2016;
- A alienação de mais de 50 % da participação do ING nas suas atividades europeias de gestão de seguros e investimentos teve de ser concluída até ao final do ano de 2015, com a restante participação alienada no final do ano de 2018; e como o ING se comprometeu a eliminar a alavancagem dupla, as receitas provenientes de alienações deveriam ter sido utilizadas para esse fim, assegurando simultaneamente índices de alavancagem adequados das empresas gestoras de participações no sector dos seguros.

A alienação de mais de 50 % da participação do ING, conforme mencionada neste parágrafo e mais adiante, também significou que o ING Group (a) deixou de ter uma maioria de representantes nos Conselhos destas operações e (b) tinha desconsolidado estas operações das demonstrações financeiras do ING Group de acordo com as regras de contabilidade das IFRS-EU.

Nos termos do Plano de Reestruturação original, o ING foi obrigado a alienar o Interadvies (denominado WestlandUtrecht Bank naquela altura). Contudo, devido às circunstâncias do mercado e aos novos requisitos regulamentares, a alienação do WestlandUtrecht não ocorreu. Em vez disso, no âmbito do Plano de Reestruturação alterado, as operações comerciais do WestlandUtrecht Bank foram combinadas com as atividades de banca de retalho do Nationale-Nederlanden, que devia ser alienada como parte das operações de gestão de seguros e investimentos do ING na Europa. O resultado tinha de ser que o Nationale-Nederlanden Bank é um negócio viável e competitivo, autónomo e separado dos negócios retidos pelo ING. Para este fim, o ING já precisava de circunscrever o Nationale-Nederlanden Bank até à alienação de mais de 50 % do NN Group. O ING assegurou, entre outras coisas, que o Nationale-Nederlanden Bank iria alcançar determinadas metas para a produção de hipotecas e crédito ao consumidor até ao final do ano de 2015. Além disso, o ING concordou com um rácio máximo para a produção de hipotecas no ING Retail Banking Netherlands em relação à produção de hipotecas do Nationale-Nederlanden Bank até ao final do ano de 2015.

O Plano de Reestruturação de 2009 incluiu restrições sobre aquisições e liderança de preços para determinados produtos nos mercados da UE. Estas restrições continuam a ser aplicadas até à data em que mais de 50 % de cada uma das operações de Seguros/Gestão de Investimentos for alienada. As restrições relativas à liderança de preços na Europa foram alteradas para refletir condições específicas em vários mercados locais. De acordo com as alterações, a restrição deixou de ser aplicada na Holanda e o ING Direct na UE teve de abster-se de oferecer preços mais favoráveis do que o melhor preço do seu concorrente direto entre as dez instituições financeiras que têm a maior quota de mercado nos respetivos países.

A aquisição ou recompra de capital de Nível 2 e Títulos Híbridos de Nível 1 continuou a ser proposta para autorização à Comissão Europeia numa base caso a caso até ao reembolso total dos títulos de Nível 1 para o Estado holandês mas, em última análise, até 18 de novembro de 2014, consoante a data que chegar primeiro. Não obstante esta restrição, o ING foi autorizado a adquirir o Híbrido de 1,25 mil milhões de euros originalmente emitido pelo ING Verzekeringen N.V. a 21 de dezembro de 2012. Com o reembolso total dos títulos de Nível 1 ao Estado holandês a 7 de novembro de 2014, estas restrições terminaram a partir desta data.

O Plano de Reestruturação de 2012 alterado incluiu um prazo de reembolso para os restantes títulos de Nível 1 ao Estado holandês, conforme descrito na secção acima mencionada «Reembolso de ações de capital próprio sem direito a votos». Tal como indicado, a 7 de novembro de 2014 o reembolso dos títulos de Nível 1 ao Estado holandês foi concluído.

A implementação dos compromissos e obrigações estabelecidos no Plano de Reestruturação (alterado) foi monitorizada por um fiduciário responsável pela monitorização que é independente do ING até 31 de dezembro de 2015.

O Plano de Reestruturação de 2012 alterado foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia, por decisão de 16 de novembro de 2012. Como resultado, a Comissão terminou as suas investigações formais conforme anunciado a 11 de maio de 2012 e o ING também retirou o seu recurso no Tribunal Geral da União Europeia, apresentado em julho de 2012. Por principais razões legais, a CE continuou com o seu recurso contra a decisão de março de 2012 do Tribunal Geral. No entanto, como parte do acordo de 19 de novembro de 2012, o ING, o Estado holandês e a CE concordaram que o resultado deste recurso não afetaria a aprovação da CE do Plano de Reestruturação de 2012 alterado. O Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu uma decisão definitiva a 3 de abril de 2014 e rejeitou o recurso da CE contra a decisão de março de 2012 do Tribunal Geral.

Alterações ao Plano de Reestruturação em 2013

Em novembro de 2013, o ING anunciou alterações adicionais ao Plano de Reestruturação. O ING anunciou que iria expandir o alcance do cenário base da Oferta Pública Inicial (OPI) do NN Group para incluir o ING Life Japan. Nesse contexto, o ING e o Estado holandês chegaram a um acordo com a CE sobre os prazos revistos para o processo de alienação do ING Life Japan e das atividades europeias de gestão de seguros e investimentos do ING.

Como parte do acordo de reestruturação alterado previamente anunciado com a CE em 2012, o ING planeou alienar mais de 50 % dos negócios de gestão de seguros e investimentos do mercado asiático do ING até ao final de 2013. De acordo com os prazos revistos anunciados, o ING comprometeu-se a alienar o ING Life Japan em conformidade com a calendarização de alienação para as atividades europeias de gestão de seguros e investimento do ING. Isto significou que o prazo para alienar mais de 50 % do ING Life Japan havia sido eficazmente prolongado para o final do ano 2015, que também foi o prazo inalterado para alienar mais de 50 % dos negócios europeus de gestão de seguros e investimentos. Como parte do acordo revisto de 2013, o ING acordou acelerar o prazo para concluir a alienação de 100 % das atividades europeias de gestão de seguros e investimentos do ING até ao final do ano de 2016.

As alterações ao plano de reestruturação de 2013 foram formalmente aprovadas pela Comissão Europeia por decisão de 5 de novembro de 2013.

Estado da Plano de Reestruturação da Comissão Europeia

O ING concluiu a maior parte dos compromissos do plano de reestruturação. Em 2015 foram tomados os seguintes passos:

Em março de 2015, o ING Group vendeu a sua restante participação de 18,9 % no Voya. Conforme acordado, o ING Group alienou a sua restante participação antes do final do ano de 2016. É feita referência à Nota 54 «Outros acontecimentos».

Em maio de 2015, o ING Group alienou o NN Group em mais de 50 % e desconsolidou o NN Group de acordo com as IFRS-EU. Em setembro de 2012, o ING Group reduziu a sua participação no NN Group para 25,8 %; o ING Group tem de alienar 100 % do NN Group no final do ano de 2016. Com a desconsolidação do NN Group, as restrições da decisão da CE de novembro de 2012 sobre as aquisições e sobre a liderança de preços deixaram de se aplicar. A desconsolidação do NN Group também garantiu que o ING Group cumpriu outros dois compromissos: a redução necessária de 45 % do seu balanço financeiro e a eliminação da sua dupla alavancagem.

O ING Group comprometeu-se a alienar e criar o NN Bank - como parte do NN Group - como um negócio viável, autónomo e competitivo com uma vasta carteira de produtos e um plano de crescimento para se tornar um interveniente médio no mercado holandês. Foi necessário cumprir vários compromissos detalhados, incluindo objetivos para a produção de hipotecas e para a produção de crédito ao consumidor, bem como o compromisso de que o NN Bank deve ser suficientemente capitalizado para executar o seu plano de crescimento a longo prazo e, em qualquer caso, assegurar o crescimento até cerca de 2016, o que incluiu um compromisso para disponibilizar capital adicional até um montante de 120 milhões de euros ao NN Bank, se e quando necessário, mas em última análise um pouco antes da data em que o ING Group tenha desconsolidado o NN Group (se os rácios de alavancagem Basileia III se tornarem obrigatórios ou quando o NN Bank precisar de capital para executar o seu plano de negócios).

Em maio de 2015, o ING Group fez uma injeção de capital de 57 milhões de euros para o NN Group, subscrevendo novas ações emitidas por um valor total de 57 milhões de euros e o ING forneceu uma facilidade de 63 milhões de euros ao NN Bank que permite que o banco retire capital adicional de Nível 1. Com esta disposição de capital, o ING Group cumpriu um compromisso com a Comissão Europeia (CE) referente à capitalização do NN Bank, que está incluída na decisão de 16 de novembro de 2012 da CE. Com a desconsolidação do NN Group, o ING também cumpriu o compromisso de alienar mais de 50 % do NN Bank e desconsolidar o NN Bank antes do final do ano de 2015. Os objetivos do NN Bank para a produção de hipotecas e a produção de crédito ao consumidor tiveram de ser cumpridos até ao final do ano de 2015. Além disso, as restrições de produção de hipotecas do ING Retail Banking Netherlands em relação à produção de hipotecas do Nationale-Nederlanden Bank foram aplicadas até ao final do ano 2015. No final de 2015, o ING e o Estado holandês informaram a Comissão Europeia de que os compromissos relacionados com o NN Bank tinham sido cumpridos.

É feita referência à Nota 11 «Ativos detidos para venda», à Nota 45 «Empresas e negócios adquiridos e alienados» e à Nota 50 «Outros acontecimentos».

Regime de Garantia de Crédito

Como parte das medidas adotadas para proteger o setor financeiro, o Estado holandês introduziu um regime de garantia de crédito de 200 mil milhões de euros para a emissão de instrumentos de dívida a médio prazo pelos bancos (Regime de Garantia de Crédito). O ING Bank N.V. emitiu instrumentos de dívida garantidos pelo governo ao abrigo deste Regime de Garantia de Crédito («Títulos de Dívida Pública Garantidos») como parte das suas operações regulares de financiamento a médio prazo. As Regras relevantes do Regime de Garantia de Crédito estabeleceram as regras aplicáveis a todas as questões no âmbito do Regime de Garantia de Crédito e incluem informações como o alcance, a denominação, o teor e as taxas pagas pelos bancos. O ING Group pagou uma taxa de 84 pontos base sobre as obrigações emitidas para o Estado holandês para participar no Regime de Garantia de Crédito. Em 2014, todas estas obrigações foram reembolsadas.

50 Outros acontecimentos

VISTO

O ING Bank e outras filiais dentro do ING Group são os principais membros do VISA Europe e, em conjunto, detêm 6 ações ordinárias reembolsáveis no VISA Europe Limited. Estas ações ordinárias são reconhecidas como títulos de capital próprio disponíveis para venda e foram avaliadas a 10 euros por ação. Em novembro de 2015, o VISA Inc. e o VISA Europe anunciaram um acordo definitivo para o VISA Inc. adquirir o VISA Europe. A transação está sujeita às aprovações regulamentares e deverá ser concluída no segundo trimestre de 2016. Em dezembro de 2015, os membros principais do VISA Europe receberam cartas informando-os sobre o cálculo da sua parte nas receitas provenientes da transferência.

O anúncio e as cartas recebidas serviram de base para a reavaliação do justo valor das ações. O justo valor das ações, 154 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015, é determinado tendo em conta a consideração inicial, que consiste em caixa e ações preferenciais, consideração sobre ganhos e quaisquer fatores incertos que possam afetar a consideração inicial e sobre ganhos. Considera-se improvável que o justo valor seja materialmente diferente do valor incluído nas cartas recebidas do VISA Europe em dezembro de 2015. As ações são reconhecidas como Investimento em títulos de capital próprio disponíveis para venda. O aumento de 154 milhões de euros do justo valor é reconhecido no Capital próprio. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 13 «Capital Próprio» e à Nota 36 «Justo valor dos ativos e passivos».

Custos regulamentares

O ING Bank é obrigado a contribuir para os Sistemas de Garantia de Depósitos («SGD») e para o Fundo Nacional de Resolução («FNR») em todos os países onde opera.

SGD ex-ante holandês

Até 2015, o sistema SGD na Holanda foi financiado numa base ex-pots. A Diretiva do SGD da UE exige um financiamento *ex-ante* a partir de 1 de janeiro de 2015. Em janeiro de 2016, o Banco Central Holandês informou os bancos holandeses que decidiu adiar a data da primeira contribuição para o SGD *ex-ante*. A primeira contribuição para o SGD *ex-ante* será reconhecida na conta de lucros e perdas no primeiro trimestre de 2016. Este atraso não afeta a dimensão prevista do fundo SGD *ex-ante*, nem a data em que a dimensão prevista deve ser atingida, sendo julho de 2024. A 31 de dezembro de 2015, o ING Group não tinha uma obrigação presente para o SGD *ex-ante* holandês e, como resultado, não foi reconhecida nenhuma provisão.

Fundo Nacional de Resolução

A Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária («DRRB») 2014/59/UE referente às contribuições *ex-ante* de acordos de financiamento de resolução foi promulgada pela lei holandesa, alemã e belga durante 2015. A diretiva ainda não foi decretada na lei belga e polaca.

ING Vysya Bank

2015

Em 2014, o ING Vysya Bank («ING Vysya») e o Kotak Mahindra Bank («Kotak») anunciaram a sua intenção de fundir as suas respetivas empresas. A 31 de dezembro de 2015, o ING Vysya foi apresentado como Ativos detidos para venda. Os acionistas do Kotak e do ING Vysya aprovaram esta transação em janeiro de 2015. A 31 de março de 2015, o Reserve Bank of India aprovou a transação com uma data efetiva de 1 de abril de 2015.

A 7 de abril de 2015, a fusão entre o ING Vysya e o Kotak foi concluída e a entidade jurídica ING Vysya Bank deixou de existir. O ING era o maior acionista do ING Vysya, com uma participação de 42,7 %. O ING Vysya foi incorporado pelo Kotak. Os acionistas do ING Vysya receberam 0,725 ações do Kotak por cada ação do ING Vysya. Como resultado, o ING detém uma participação de 6,5 % na empresa combinada, que opera sob a marca Kotak. A participação do ING na empresa combinada será sujeita a um período de impedimento de venda de 1 ano a partir da conclusão da transação. A transação resultou num lucro de 367 milhões de euros em 2015 e é reconhecida na rubrica «Quota-parte das filiais e empreendimentos conjuntos». A transação não teve um impacto significativo no capital próprio dos acionistas do ING Group. A partir de 31 de dezembro de 2015, o ING Group representa o investimento no Kotak como um investimento de capitais próprios disponíveis para venda. É feita referência à Nota 5 «Investimentos», à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 11 «Ativos detidos para venda».

2014

No primeiro trimestre de 2014, foram implementadas alterações na estrutura de gestão do ING Vysya, de modo a estarem mais alinhadas com os regulamentos vigentes. Os requisitos regulamentares precisaram de algumas alterações na gestão. Como parte disso, o ING reduziu o número de diretores nomeados pelo ING no Conselho de Administração do ING Vysya Bank para que fosse proporcional à sua detenção de ações. Embora os interesses económicos do ING Bank de cerca de 43 % se tenham mantido inalterados, como resultado dessas alterações de gestão, o ING Bank deixou de ter uma representação maioritária no Conselho de Administração e a influência sobre as operações do ING Vysya estava em conformidade com a sua participação acionista. Como resultado, o ING Bank deixou de ter controlo efetivo sobre o ING Bank e, por isso, a partir de 31 de março de 2014 o ING Vysya foi desconsolidado e contabilizado como um associado no âmbito de equivalência patrimonial. Antes das alterações na estrutura de gestão, o ING Bank tinha poderes adicionais substanciais, incluindo a maioria no Conselho de Administração e poder sobre a tomada de decisões operacionais; como resultado, o ING Vysya foi consolidado pelo ING. Após a desconsolidação, o investimento no ING Vysya foi reconhecido como um Investimento em filiais e empreendimentos conjuntos ao seu justo valor de 617 milhões de euros a 31 de março de 2014. A conta de lucros e perdas de 2014 incluiu o resultado consolidado do ING Vysya até à desconsolidação e o resultado após a desconsolidação de 202 milhões de euros. O resultado após a desconsolidação foi reconhecido no «Resultado da alienação das empresas do grupo».

Fundo de Pensões da Polónia

Em 2015, a restante participação no Fundo de Pensões da Polónia foi vendida, resultando num ganho sobre o investimento em associados detidos para venda de 25 milhões de euros que foram reconhecidos em «Participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos» na conta de lucros e perdas. É feita referência à Nota 7 «Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos» e à Nota 11 «Ativos detidos para venda».

Em 2014, o NN Group chegou a um acordo com o ING Bank Śląski para adquirir a restante participação de 20 % no Fundo de Pensões da Polónia, Powszechnie Towarzystwo Emerytalne S.A (ING PTE) no qual o NN Group detinha 80 % das ações para uma consideração de 210 milhões de PLN (cerca de 48 milhões de euros às taxas de câmbios vigentes na altura). Conforme anunciado anteriormente, as partes celebraram um acordo não vinculativo em maio de 2014, em linha com o plano de reestruturação da CE que requer que o ING Group aliene os seus negócios de seguros e de gestão de investimentos. O preço de compra foi suportado por uma opinião imparcial e foi sujeito a ajustes para dividendos pagos antes de fechar a transação.

Gestão do risco

Gestão do risco do ING Bank

Introdução

O ING Bank opera através de um quadro abrangente de gestão de risco para garantir que os riscos são diferentes, bem compreendidos, medidos com precisão, controlados e geridos proativamente a todos os níveis da organização, de modo a que a força financeira do ING Bank seja salvaguardada.

A secção de gestão do risco descreve os principais riscos que surgem do modelo de negócios do ING Bank. Explica como a função da gestão do risco é inserida dentro da organização com base nas «três linhas de defesa». Isto inclui o *front office* como «primeira linha de defesa», a gestão independente do risco como a «segunda linha de defesa» e a função de auditoria interna como a «terceira linha». Os principais riscos resultantes do modelo de negócios do banco são geridos por departamentos de gestão de risco dedicados e específicos que cobrem a sua própria área de especialização. As divulgações de gestão de risco do ING Bank fornecem divulgações qualitativas e quantitativas sobre riscos de crédito, de mercado, de liquidez e financiamento, de negócios e não financeiros.

A secção de gestão de risco está em conformidade com os padrões contabilísticos referentes à natureza e à extensão dos riscos, conforme exigidos pela IFRS7 «Instrumentos financeiros: Divulgações», tal como adotados pela União Europeia e abrangidas pela opinião dos Auditores Externos como sendo parte das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. A informação sobre o Pilar III é, de um ponto de vista regulamentar, em grande parte baseada em métricas de risco modeladas internas no âmbito das regras de Basileia e não são abrangidas para verificação dos Auditores Externos.

Mapa de navegação

O índice abaixo permite aos leitores acompanhar os principais itens de risco através das várias divulgações de risco.

Gestão do risco

	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
Estas seções mostram a abordagem do ING à gestão do risco.	Introdução à secção de risco	146	
	Introdução ao Pilar III		240
	Finalidade e modelo de negócios	147	
	Gestão de Risco	147	
	Perfil de risco	151	
	Quadro da apetência pelo risco e testes de esforço	154	
	Capital económico	158	
	Ambiente regulamentar	159	
	Desenvolvimentos do risco em 2015	161	

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda potencial devido ao incumprimentos dos devedores do ING Bank (incluindo emissores de obrigações) ou contrapartes comerciais.	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
	Definições de gestão e risco de crédito	162	
	Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração	163	
	Comparação APR		246
	Capital do risco de crédito e medição (SA e BCIA)	166	248
	Titularizações	172	273
	Ferramentas de risco de crédito	173	
	Carteira do risco de crédito	173	
	Qualidade do crédito	176	264
	Mitigação do risco de crédito	182	270

Riscos de mercado

	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco de mercado é o risco de perda potencial devido a movimentos adversos nas variáveis de mercado.	Gestão	191	
	Comparação APR		278
	Capital económico	191	
	Risco de mercado em carteiras bancárias	192	
	Risco de mercado em carteiras de negociação	199	
	Capital em risco		278

Financiamento e risco de liquidez

	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O financiamento e o risco de liquidez é o risco de o ING Bank ou uma das suas filiais não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem, a um custo razoável e atempadamente.	Gestão	204	
	Estrutura da gestão	205	
	Perfil de financiamento e Liquidez	208	
	Reserva de Liquidez		280
	Encargos de ativos		280
	Desenvolvimentos regulatórios	208	

Risco não financeiro

	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou deficientes ou de acontecimentos externos. O risco de conformidade é o risco de comprometimento da integridade do ING Bank como resultado da falha (ou falha aparente) em cumprir as leis vigentes, regulamentações, políticas do ING Bank e padrões mínimos e os valores do ING.	Gestão	208	
	Estrutura	209	
	Risco operacional e principais desenvolvimentos	210	
	Risco de conformidade e principais desenvolvimentos	211	
	Sensibilização para os riscos não financeiros	213	

Risco empresarial

	Tópicos	Gestão do Risco	Pilar III
O risco de negócio é a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes, margens e custos, bem como risco de comportamento dos clientes.	Risco da análise de negócios	213	
	Gestão	213	

Finalidade e modelo de negócios

A finalidade da função de gestão do risco do ING Bank é apoiar a ambição que o ING Bank tem de ser o principal banco para os nossos clientes, capacitando o negócio através de uma plataforma de gestão de risco de última geração em toda a empresa. Esta finalidade é apoiada pelos seguintes princípios:

- A função de gestão do risco está incluída em todos os níveis da organização do ING Bank e faz parte das atividades diárias de negócios e planeamento estratégico para ter uma vantagem competitiva sustentável;
- Os produtos e carteiras são estruturados, subscritos, cotados, aprovados e geridos devidamente e a conformidade com as regras internas e externas é monitorizado;
- As autoridades delegadas são consistentes com a estratégia geral e apetência pelo risco do Banco; e
- A comunicação transparente sobre a gestão de risco com as partes interessadas internas e externas.

Gestão dos riscos

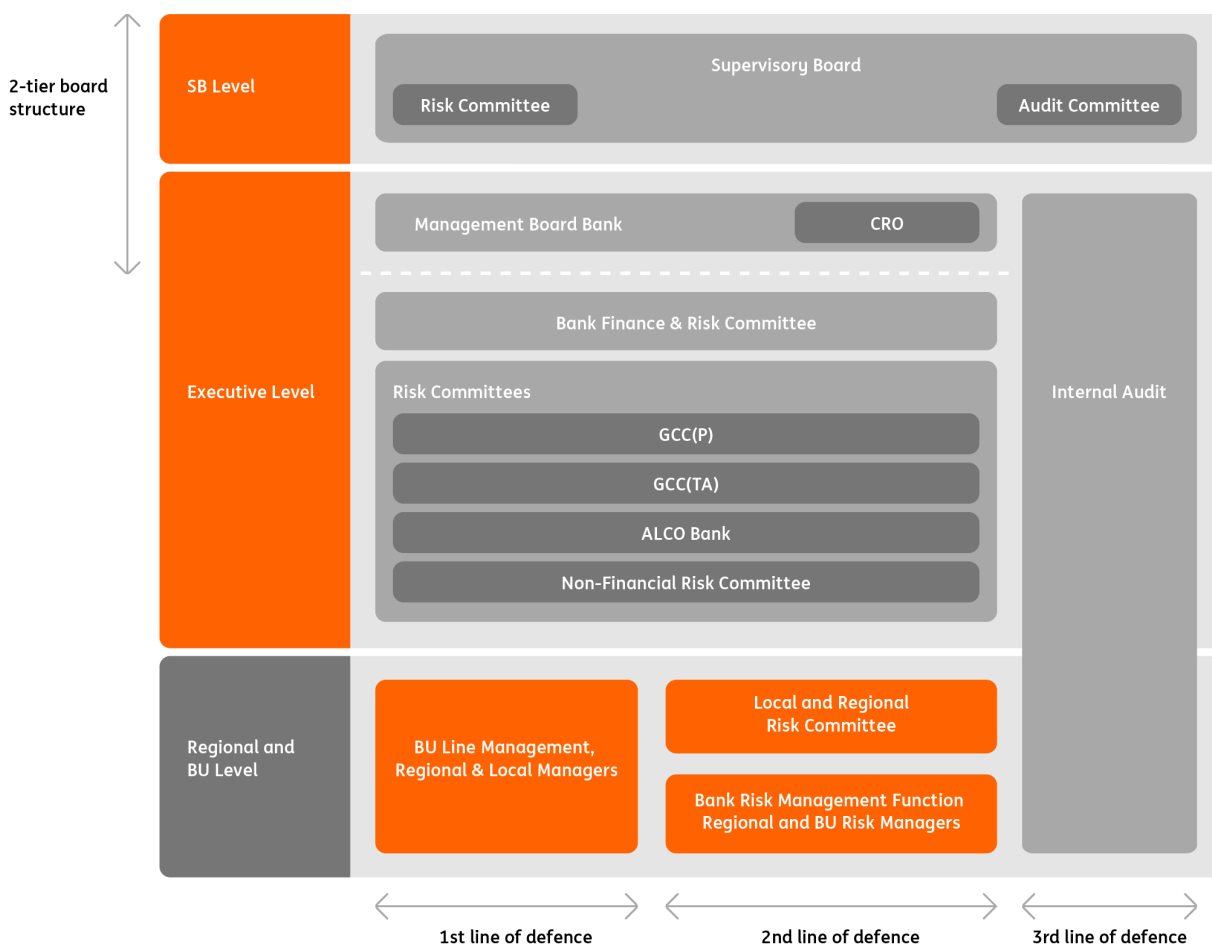
Modelo de gestão

O quadro de gestão de risco do ING Bank baseia-se num modelo de gestão de «três linhas de defesa», em que cada linha tem uma função específica e responsabilidades definidas, de tal forma que a execução de tarefas é separada do controlo das mesmas tarefas. Ao mesmo tempo, têm de trabalhar em conjunto para identificar, avaliar e mitigar os riscos. Este quadro de gestão garante que o risco é gerido de acordo com a apetência pelo risco, conforme aprovado pelo Conselho de Administração Bancária (CAB) e o Conselho de Supervisão (CS) e que é replicado em todo o ING Bank.

Os departamentos comerciais formam a primeira linha de defesa e são os principais responsáveis pela gestão do risco no dia a dia. Originam empréstimos, depósitos e outros produtos dentro dos quadros e limites aplicáveis, conhecem bem os nossos clientes e estão bem posicionados para agir pelo melhor interesse dos clientes e do ING.

A segunda linha de defesa consiste em funções de supervisão com um papel importante para a organização da gestão de risco liderada pelo Diretor de Riscos (DR), o verdadeiro responsável. Como membro do Conselho de Administração Bancária (CAB), o DR assegura que as questões relativas à gestão de risco são ouvidas e discutidas ao mais alto nível, estabelecendo, assim, o tom apropriado. O DR dirige uma organização de risco funcional independente, tanto a nível da sede quando a nível da unidade de negócio, que é compatível com os departamentos comerciais na sua tomada de decisão, mas que também tem poder de oposição suficiente para manter o perfil de risco dentro da apetência pelo risco definida.

A função de auditoria interna oferece uma avaliação contínua (ou seja, fora da organização de risco) e objetiva da eficácia dos controlos internos das duas primeiras linhas, incluindo a gestão do risco financeiro e não financeiro e forma a terceira linha de defesa.



Supervisão do nível de risco pelo Conselho

O ING Bank tem uma estrutura de administração dualista que é composta pelo Conselho de Administração Bancária e pelo Conselho de Supervisão; ambas as vertentes desempenham um papel importante na gestão e monitorização do quadro de gestão do risco.

- O CS é responsável por supervisionar a política do CAB, o curso geral dos negócios do ING Bank e os seus negócios (incluindo as suas políticas financeiras e estrutura da empresa). Para efeitos de gestão do risco, o CS é assistido por duas subcomissões:
 - A Comissão de Auditoria, que apoia o CS na monitorização da integridade das demonstrações financeiras do ING Bank, na monitorização do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e na monitorização da independência e desempenho dos auditores internos e externos do ING; e
 - A Comissão de Riscos, que apoia o CS em questões relacionadas com a gestão do risco, políticas de risco e definição da apetência pelo risco.
- O CAB é responsável por gerir os riscos associados a todas as atividades do ING Bank. As responsabilidades do CAB incluem garantir que os sistemas de controlo e gestão do risco interno são eficazes e que o ING Bank cumpre a legislação e regulamentos relevantes. Numa base regular, o CAB reporta estas questões e discute os sistemas de controlo e gestão do risco interno com o CS. Numa base trimestral, o CAB informa a Comissão de Riscos sobre o perfil de risco do Banco contra a sua apetência pelo risco, explicando as alterações no perfil de risco.

O DR garante que os conselhos estão bem informados e compreendem a posição de risco do ING Bank a todos os momentos. A cada trimestre, o DR informa as comissões do conselho sobre os níveis de apetência pelo risco do ING Bank e sobre o perfil de risco do ING Bank. Além disso, o DR resume os desenvolvimentos nas questões relacionadas com os riscos internos e externos das comissões do conselho e garante que as comissões do conselho compreendem conceitos de risco específicos.

Como parte da integração da gestão do risco no processo de planeamento estratégico anual, o CAB emite uma Carta de Planeamento que presta a orientação estratégica da empresa e aborda questões dos principais riscos. Com base na Carta de Planeamento, as linhas de negócio e as unidades de negócio desenvolvem os seus planos de negócios que se alinham com a orientação estratégica do Banco. O processo inclui uma avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos envolvidos. Como parte do processo, os limites estratégicos e os níveis de apetência pelo risco são explicitamente debatidos. Com base nos planos de negócios, o CAB formula o Plano Estratégico que é apresentado ao CS para aprovação.

Nível executivo

A Comissão Financeira e de Risco do ING Bank (CF&RB) é uma plataforma para o DR e o Diretor Financeiro, juntamente com os seus respetivos relatórios diretos, coordenarem questões relacionadas com os domínios financeiro e do risco. Ao nível dos relatórios, a CF&RB tem a responsabilidade de coordenar, a um nível superior, as decisões financeiras e de risco que têm impacto nos relatórios internos e/ou externos.

As comissões de risco descritas abaixo atuam no âmbito da política de risco geral e nas autoridades delegadas concedidas pelo Conselho de Administração

Bancária:

- Comissão de Crédito Global do ING Bank - Política (GCC(P)): Debate e aprova políticas, metodologias e procedimentos relacionados com os Riscos de Crédito, País e Reputação (ESR) do ING Bank. A GCC(P) reúne-se mensalmente;
- Comissão de Crédito Global do ING Bank - Transação (GCC(TA)): Debate e aprova transações que implicam a tomada de risco de crédito (incluindo o risco de investimento do emissor). O GCC(TA) reúne-se duas vezes por semana;
- Comissão dos Ativos e Passivos do ING Bank (ALCO Bank): Debate e aprova, mensalmente, o perfil de risco geral de todos os riscos de mercado do ING Bank que ocorre em todas as suas atividades. O ALCO Bank define a política referente ao financiamento, liquidez, disparidade da taxa de juros e solvência do ING Bank; E
- Comissão de Riscos Não Financeiros do Banco (CRNF do Banco): Responsável pela conceção e manutenção do Quadro de Gestão de Riscos Não Financeiros, incluindo a Gestão do Risco Operacional, Políticas Legais e de Conformidade, padrões, procedimentos e orientações mínimas; estrutura da CRNF; desenvolvimento de ferramentas, métodos e parâmetros fundamentais (incluindo grandes alterações) para a identificação, medição e monitorização/relato de riscos. A frequência mínima da CRNF do Banco é, pelo menos, trimestral.

Nível da unidade regional e de negócios

A gestão da unidade regional e de negócios do ING Bank tem como principal responsabilidade a gestão dos riscos (riscos de crédito, mercado, financiamento e liquidez, operacionais, legais e de conformidade) que surgem das suas operações diárias. São responsáveis, juntamente com os seus funcionários, pela implementação e operação dos quadros de risco apropriados que afetam os seus negócios para garantir a conformidade com procedimentos e processos definidos pelo ING Bank. O gestor de risco local (regional e da unidade de negócios) é responsável pela análise, controlo e gestão dos riscos em toda a cadeia de valor (do *front* para o *back office*), com base na qual se mantém uma estrutura sólida de controlo.

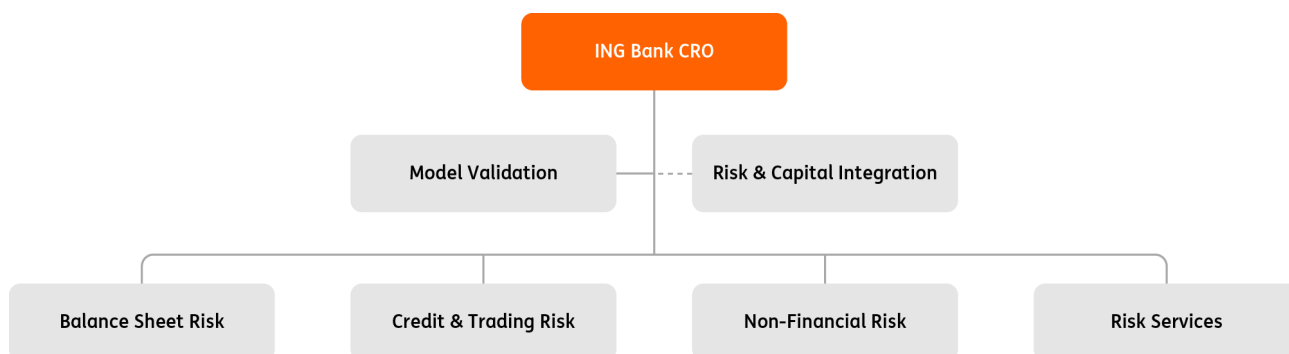
Função de gestão do risco

Com base nas três linhas de defesa, está incluída uma função independente de gestão do risco em todos os níveis da organização do ING Bank. O DR, um membro do CAB, assume a principal responsabilidade geral pela função da gestão do risco. O DR é responsável pela gestão e controlo do risco num nível consolidado para garantir que o perfil de risco do ING Bank é consistente com os seus recursos financeiros e a apetência pelo risco. O DR também é responsável por estabelecer e manter uma base organizacional sólida para a gestão do risco através da organização.

Em 2015, a organização da gestão do risco foi concebida para enfrentar, de forma eficaz, os desenvolvimentos (de mercado e regulamentares) internos e externos e os desafios que o ING, enquanto banco, está a enfrentar. Nos últimos anos, os bancos têm sido sujeitos a uma pressão regulamentar e pública crescente no que diz respeito às suas políticas de gestão de risco, processos e sistemas. Foram introduzidos e implementados novos requisitos e regulamentos. Para conseguir enfrentar eficazmente estes desenvolvimentos e desafios, o ING Bank alterou o planeamento da sua organização de gestão do risco. Os gestores de risco podem focar-se em processos primários de gestão do risco e prioridades estratégicas, enquanto o departamento individual de «Serviços de Risco» permite e apoia estas tarefas com a gestão da informação, relatórios de risco e análises. As principais alterações comparadas com a anterior organização são:

- Os departamentos de gestão do risco comercial e do risco de crédito foram agrupados num novo departamento denominado «Risco de Crédito e Comercial». Esta configuração garante que os tópicos que apontam, tradicionalmente, para o risco de crédito e o risco de mercado (como o risco de crédito da contraparte) são abordados de forma integral e em conformidade com os regulamentos aplicáveis;
- Foi criado um departamento de «Risco no Balanço Financeiro» que se foca na gestão de diferentes riscos de mercado que surgem das Carteiras Bancárias e da Tesouraria Bancária, bem como o risco de liquidez e de financiamento;
- Foi criado um departamento individual de «Serviços de Risco» que reporta diretamente ao DR para atender as principais atividades de risco. Os Serviços de Risco visam criar valor para as partes interessas internas e externas, otimizando continuamente a eficiência, a transparência e a eficácia dos processos de risco.

O organograma abaixo ilustra as novas linhas de relatórios dentro da organização de risco do ING Bank:



Os Diretores-Gerais destes departamentos de risco reportam ao DR e assumem a responsabilidade direta pelas decisões (de mitigação) relativas ao risco ao nível do Banco. Os Diretores-Gerais e o DR são responsáveis pela harmonização e uniformização das práticas de gestão do risco. Além disso, há dois departamentos de pessoal implementados:

- Validação do Modelo (VM), um departamento de pessoal que realiza validações periódicas de todos os modelos de risco regulatório significativos utilizados pelo ING Bank. Para assegurar a independência do negócio e outros departamentos de risco, o chefe do departamento reporta diretamente ao DR; e
- Integração de Risco e Capital: um departamento que reporta funcionalmente ao DR e que é responsável por tópicos de risco abrangentes como a apetência pelo risco, divulgações, planeamento de recuperação e resolução e testes de esforço, bem como planeamento de capital.

A função de risco é, a todos os níveis, independente dos departamentos comerciais que permitem que os seus critérios e opiniões sejam ouvidos e tomados em consideração. Ao nível do Banco, é representado pelo DR no CAB, que garante um poder de oposição suficiente nos processos de tomada de decisão para evitar riscos excessivos.

Apesar destas alterações na estrutura de gestão, a configuração do parágrafo da Gestão do risco não foi alterada, uma vez que se baseia nos tipos de risco.

Políticas, procedimentos e padrões de risco

O ING Bank dispõe de uma estrutura de políticas, procedimentos e padrões de risco implementados para criar consistência em toda a organização e para definir os requisitos mínimos que são obrigatórios a todas as unidades de negócios. A estrutura de gestão das unidades de negócios locais está em conformidade com a estrutura do ING Bank e cumpre os requisitos (regulamentares) obrigatórios. A gestão sénior é responsável por garantir que as políticas, procedimentos e padrões são implementados e cumpridos. As políticas, procedimentos e padrões são regularmente revistos e atualizados através das comissões de risco relevantes para refletir as alterações nos mercados, produtos e práticas.

Gestão e validação do modelo de risco

Todos os modelos de risco são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo e de acordo com os requisitos regulamentares. Após revisão e documentação minuciosa do modelo pelos departamentos do desenvolvimento do modelo e da VM, as comissões de modelo de risco específico para cada tipo de risco aprovam os modelos. Após aprovação pela comissão de risco dedicada e, quando necessário, pelo regulador, é implementado e utilizado um modelo de risco. Além disso, a VM valida cada modelo regularmente. Os resultados da validação e o impacto no capital são reportados trimestralmente à gestão sénior e ao supervisor.

Um departamento independente de Validação do Modelo é um dos pilares da gestão do modelo de risco do ING Bank. Consiste no processo de determinação de que um modelo é apropriado para a sua utilização pretendida. É um processo contínuo pelo qual a fiabilidade do modelo é verificada em diferentes fases durante o seu ciclo de vida: no momento da conceção, antes da aprovação, periodicamente após a implementação e quando são feitas alterações significativas no modelo. O processo de validação contém uma mistura de provas de desenvolvimento, verificação do processo e análise do resultado.

O departamento de VM desempenha a verificação *a posteriori* de todos os modelos existentes. Além disso, para (i) avaliar os parâmetros do modelo subjacente, (ii) garantir a aplicação contínua dos modelos nas carteiras relevantes e (iii) debater o desempenho do modelo com o *front office* e os utilizadores de risco dos modelos, a VM também (iv) testa o desempenho observado de um modelo (e seus componentes) com o nível previsto. Um modelo em que os resultados observados se desviam dos resultados previstos é candidato a uma nova calibração ou novo desenvolvimento.

Cultura de risco

O quadro de gestão do risco baseado no modelo de gestão das três linhas de defesa é eficaz quando está presente uma forte cultura de risco em todos os níveis. A boa reputação e integridade da organização do ING Bank são consideradas requisitos fundamentais para funcionar com sucesso no mundo financeiro. Promove a consciência de valores, ideias e objetivos partilhados coletivamente mas, também, de potenciais ameaças e garante a conformidade dos objetivos de desempenho individual com uma estratégia a curto e longo prazo. Tornando as responsabilidades de risco do ING transparentes nos diferentes níveis da organização e mantendo cada funcionário responsável pelos seus atos, a cultura de risco e sensibilização para os riscos estão incluídas na organização, o que leva a uma gestão eficaz dos riscos.

Definição

A cultura de risco e a sensibilização para os riscos não são apenas itens para a gestão sénior durante as suas decisões estratégicas mas, também, para os funcionários estarem cientes dos riscos no seu trabalho diário. Trata-se de (i) promover e estar ciente dos valores, ideias e objetivos partilhados coletivamente em relação aos objetivos organizacionais e (ii) oportunidades de mitigação para eventos desfavoráveis que possam afetar a capacidade que a organização tem para atingir os seus objetivos.

Comumente vista como normas e tradições de comportamento dos indivíduos e dos grupos dentro de uma organização, a cultura de risco determina a forma como os funcionários identificam, compreendem, debatem e atuam sobre os riscos com que a organização é confrontada e os riscos que enfrenta. Esta é um percurso e compromisso a longo prazo. Assim, o ING Bank iniciou diferentes programas e foram emitidos vários manuais dentro da organização para apoiar a inclusão da cultura de risco. A sensibilização para os riscos é estar alerta a potenciais ameaças que possam ocorrer no dia a dia, que podem ser específicas de cada setor, região ou os clientes com quem o ING Bank está a negociar.

Responsabilização

O Programa de Promoção da Integridade (PPI) é um programa de mudança global, educacional e comportamental a longo prazo apoiado pelo Conselho Executivo para todos os funcionários do ING Bank.

Com este programa, o ING Bank ganha uma cultura de risco sólida e garante que cada funcionário, em qualquer parte da organização, compreende como as suas ações e comportamento podem ajudar a ganhar e a manter a confiança dos clientes e das partes interessadas. Recentemente, foram acrescentados módulos adicionais com temas atuais ao programa, entre outros, sobre cibercrime e responsabilidade pessoal. Para aumentar a sensibilização para os riscos, estes temas são debatidos entre os gestores e os funcionários através de sessões de debate organizadas pelos gestores dentro das suas equipas para criar um entendimento claro e consistente. A aprovação do nível executivo e a ênfase na comunicação fortalecem a cultura.

Compensação

Devido à crise económica e financeira, a ligação entre o risco tomado e as políticas de compensação foi um dos principais temas de domínio público e político. Várias instituições e iniciativas públicas defenderam o alinhamento do risco e recompensa em políticas de compensação baseadas no risco. Para mais informações sobre as políticas de compensação do ING, consulte o site da empresa ing.com.

Perfil do risco

Principais riscos

O ING Bank reconhece os seguintes riscos principais (riscos financeiros, bem como não financeiros) que estão associados às suas atividades de negócio.

Riscos financeiros:

- Risco de crédito: o risco de perda potencial devido ao incumprimento e/ou deterioração da notação de risco pelos devedores do ING Bank (incluindo emissores de obrigações) ou contrapartes comerciais;

Risco de mercado: o risco de perda potencial devido a movimentos adversos nas variáveis de mercado. Os riscos de mercado incluem taxas de juros, spread de crédito, capital próprio, imóveis e riscos de câmbio;

- Risco de financiamento e liquidez: o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os seus passivos financeiros quando estes vencerem, a um custo razoável e atempadamente. O risco de liquidez pode materializar-se através de posições comerciais e não comerciais; e

Risco de negócio: a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes, margens e despesas, bem como risco de comportamento dos clientes.

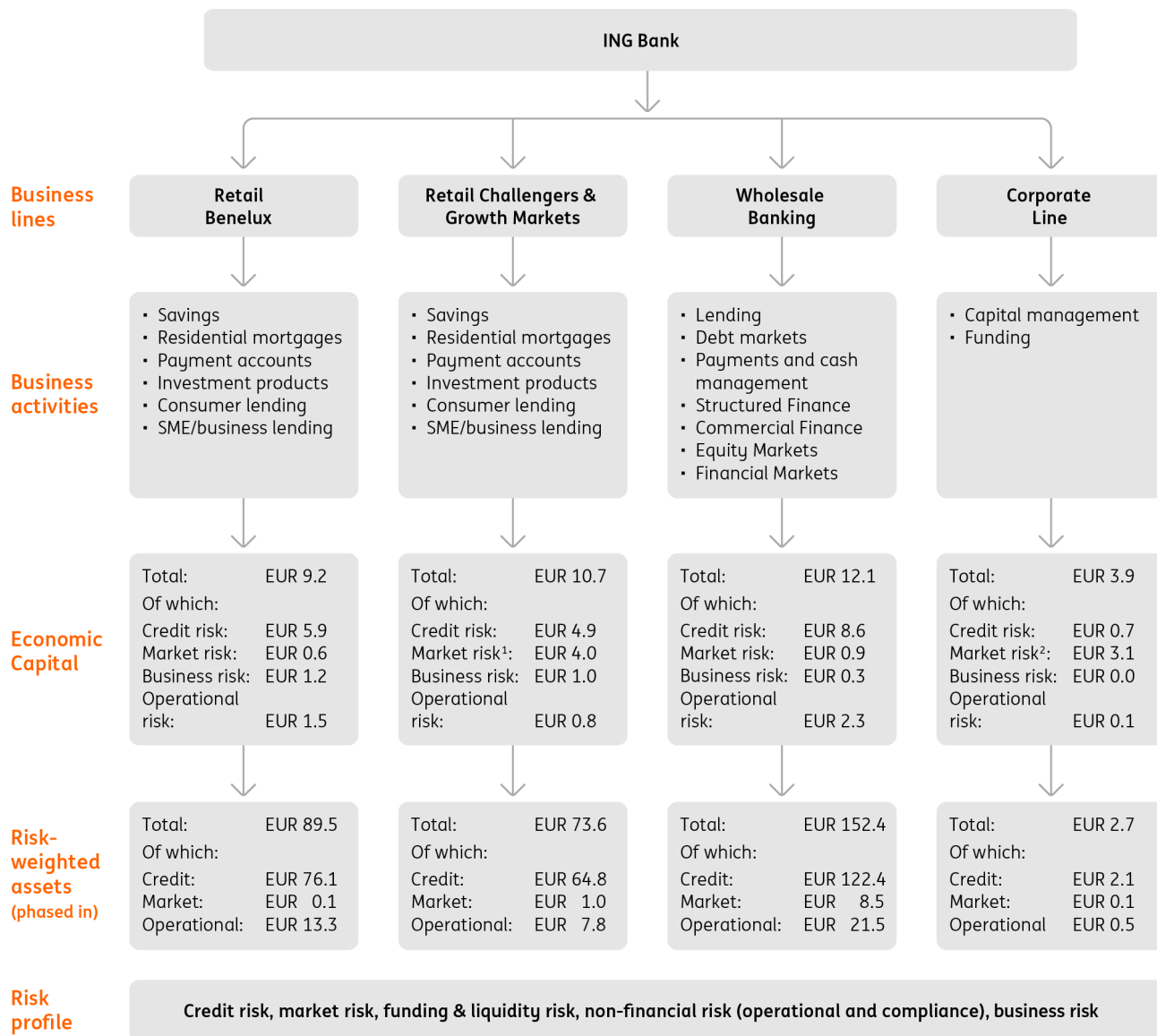
Estas flutuações ocorrem devido a fatores internos, industriais ou de mercado mais amplos. É o risco inerente às decisões estratégicas e à eficiência interna e, como tal, o risco estratégico está incluindo no risco de negócio.

Riscos não financeiros:

Risco operacional: o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou deficientes ou de acontecimentos externos. Inclui o risco de reputação, bem como o risco legal; e

- Risco de conformidade: o risco de comprometimento da integridade do ING Bank como resultado da falha (ou falha aparente) em cumprir as leis vigentes, regulamentações, políticas e padrões mínimos do ING Bank e os valores do ING, como parte do Orange Code.

A tabela abaixo apresenta, em mil milhões de euros, informações de alto nível sobre os riscos decorrentes das atividades de negócio do Banco.



1 Risco de mercado da CE: Principalmente detido para o risco de preço incluído nos investimentos de capital próprio;

2 Risco de mercado da CE: Principalmente detido para o risco da taxa de juros incluído nos investimentos de capital do ING a longo prazo (investimento de fundos próprios). Nesta visão geral, a replicação de capital é apresentada em conformidade com a abordagem prudencial de regulamentação e, portanto, o próprio capital é classificado como uma posição de taxas de juro *overnight*.

Processo do Ciclo de Risco

O ING utiliza uma abordagem de gestão de risco passo a passo para monitorizar, mitigar e gerir os seus riscos financeiros e não financeiros. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação de riscos, avaliação de riscos, controlo de riscos, monitorização de riscos e comunicação de riscos. Em suma, isto implica: determinar quais são os riscos, avaliar quais desses riscos podem ser realmente prejudiciais, tomar medidas mitigadoras para controlar esses riscos, monitorizar o desenvolvimento do risco e se as medidas tomadas são eficazes e reportar os resultados à administração em todos os níveis relevantes que lhe permitam agir quando necessário.

A recorrência é dupla. Um: a identificação, avaliação, revisão e atualização das medidas mitigadoras são feitas periodicamente. Dois: o exercício de monitorização periódica pode indicar que estão a surgir novos riscos, que os riscos conhecidos estão a mudar, que os níveis de risco avaliados estão a mudar ou que as medidas de controlo não são suficientemente eficazes. Uma análise mais aprofundada destes resultados pode resultar numa identificação e/ou avaliação dos riscos e/ou alteração das medida de mitigação renovadas e mais frequentes.



Identificação de riscos

A identificação de riscos é um esforço conjunto do negócio comercial e as funções de gestão de riscos. O seu objetivo é detetar potenciais novos riscos e determinar alterações nos riscos conhecidos. A identificação de riscos regular é essencial para a eficácia e eficiência da gestão de riscos. Os potenciais riscos que não são identificados, não serão controlados e monitorizados e, mais tarde, pode levar a algumas surpresas. Os riscos conhecidos mudaram ao longo do tempo e, como consequência, as medidas de mitigação existentes e a monitorização podem ser inadequadas ou obsoletas.

A identificação de riscos é realizada periodicamente. Em caso de alteração material interna ou externa, pode ser realizada uma identificação de riscos *ad-hoc* adicional.

Avaliação dos riscos e controlo

Cada risco identificado é avaliado para determinar a importância, ou nível de risco, do risco para a entidade do ING Bank. Isto permite que a entidade possa decidir qual dos riscos identificados precisa de medidas de controlo e quão rigorosas ou tolerantes estas medidas devem ser. Os riscos conhecidos são reavaliados para confirmar o nível de risco ou detetar uma alteração.

A importância de um risco é avaliada com base na probabilidade de ocorrência do risco e o consequente risco financeiro ou de reputação, caso o risco ocorra. Os riscos improváveis com um impacto potencialmente alto precisam de ser controlados. Para um risco que provavelmente ocorrerá regularmente, mas que se espera que tenha um impacto financeiro modesto, a gestão empresarial pode decidir não mitigar e aceitar as consequências quando isso acontecer.

Os riscos podem ser controlados por medidas de mitigação que baixam a probabilidade de ocorrência do risco ou medidas que baixam o impacto quando estes ocorrem. A medida de último recurso para baixar o risco é parar a atividade ou serviço que causa o risco (prevenção de riscos). As medidas de controlo/mitigação dos riscos são definidas e mantidas ao nível do Banco e ao nível local.

Monitorização e relatórios

Com a monitorização das medidas de controlo dos riscos, o ING Bank verifica continuamente se são executados, se estão em conformidade, se têm os efeitos de mitigação esperados e se seguem o desenvolvimento dos riscos e os seus níveis de risco. Os relatórios de riscos adequados oferecem a informação que a gestão sénior e local precisa para gerir os riscos.

Quadro da apetência pelo risco

O ING Bank usa uma abordagem integrada de gestão de riscos para as suas atividades bancárias. O Conselho de Administração Bancária utiliza o quadro da apetência pelo risco do banco para definir limites para o processo de orçamentação do Plano a Médio Prazo (PMP) e para monitorizar e gerir o atual perfil de risco em relação à apetência pelo risco.

Processo

O quadro da apetência pelo risco (QAR) do ING Bank consiste em demonstrações específicas de apetência pelo risco. O QAR é aprovado pelo CS anualmente, ou mais frequentemente, se necessário, com base na sua revisão trimestral no CAB e no CS. O processo de apetência pelo risco do banco está focado em definir a apetência ao nível do Banco consolidado e em diferentes categorias de risco. É, essencialmente, um processo do topo para a base, que se baseia na ambição do Banco em termos do seu perfil de risco e é uma função dos níveis de capital e liquidez e ambições, o ambiente regulamentar e o contexto económico. O processo é definido de acordo com as seguintes etapas:



Etapa 1. Identificar e avaliar os principais riscos do ING Bank

Definir o Quadro da Apetência pelo Risco começa com uma etapa multidimensional para identificar e avaliar os riscos que o ING Bank está a enfrentar ao executar a sua estratégia. Esta etapa inclui as seguintes ações que são executadas anualmente:

- detetar os riscos não identificados que ainda não são controlados no âmbito da função de gestão do risco do ING Bank e avaliar o seu potencial impacto,
- elaborar um quadro de referência do atual quadro de risco contra os desenvolvimentos regulamentares,
- reavaliar os riscos conhecidos para confirmar o nível de risco ou detetar potenciais alterações,
- refletir sobre o atual conjunto de Demonstrações de Apetência pelo Risco.

Esta Avaliação do Risco anual que serve como contributo na definição da apetência global pelo risco - de acordo com o seu modelo de negócios e ambição de risco - está elaborada da seguinte forma:

O ING Bank tem a ambição de ser e permanecer um banco forte e capaz de lidar com possíveis eventos adversos com os seus próprios pontos fortes e recursos.

Para alcançar esta ambição de risco, o ING Bank tem os seguintes objetivos:

- Ter uma ambição de classificação que está de acordo com o mais forte entre o seu grupo de pares;
- Conseguir restaurar a posição de capital e liquidez após uma situação de stress pelos seus próprios meios;
- Estar em condições de cumprir as restrições e metas regulamentares atuais e futuras; e
- Ter um perfil de risco que se compara favoravelmente com os seus principais pares bancários.

Etapa 2. Definir o Quadro da Apetência pelo Risco do ING Bank

Com base na avaliação do risco e na ambição de risco do ING Bank, são definidos alvos específicos para os riscos financeiros e não financeiros:

Risco financeiro

Para os riscos financeiros, o ING Bank expressa a sua apetência pelo risco como uma tolerância permitida aos principais indicadores que se desviem dos seus níveis alvo. Portanto, a ambição de risco de alto nível traduz-se em objetivos quantitativos sobre o nível do ING Bank para o risco de solvência, risco de liquidez e financiamento e para o risco de concentração e evento.

A apetência pelo risco de solvência está estreitamente alinhada com atividades e políticas de gestão de capital. O ING Bank manifestou tolerâncias para a sua posição de solvência ponderada pelo risco (Nível 1), para a solvência não ponderada pelo risco (rácio de alavancagem) e para uma solvência baseada num valor mais económico (utilização de capital económico através do Requisito de Capital Geral do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS)). O rácio de Nível 1 e as demonstrações de alavancagem da apetência pelo risco de solvência não são apenas comparadas ao atual nível relatado, mas também incluem o potencial impacto de um evento de stress normalizado e pré-determinado que ocorre a cada 1 em 10 anos (ou seja, a um nível de confiança de 90% com um horizonte temporal de 1 ano). Com base neste cenário de ligeiro stress, o impacto sobre os lucros, reserva de reavaliação e ativos ponderados pelo risco (APR) do ING Bank é calculado (estes são rotulados como lucros em risco, reserva de reavaliação em risco e APR em risco). Estes números são utilizados como contributo para uma simulação de dois anos que retrata o desenvolvimento do nível de solvência do ING Bank contra a sua apetência pelo risco.

O risco de liquidez e financiamento tem duas dimensões: o risco de liquidez foca-se em ter uma reserva suficiente para lidar com uma situação a curto prazo, o risco de financiamento garante uma conformidade a longo prazo com os objetivos internos e externos. A gestão do risco de financiamento e liquidez foca-se no «negócio habitual» (baseado no perfil de liquidação para mostrar a aderência dos depósitos combinados com a liquidação de ativos sem nova produção) e sobre uma situação de pressão. Aí, definimos o risco de liquidez como o tempo para sobreviver a um cenário específico, enquanto para o risco de financiamento nos focamos no máximo de défice de financiamento permitido.

A apetência pelo risco de concentração e evento estabelecido ao nível do ING Banco irá traduzir-se, diretamente, em limites correspondentes nas demonstrações de apetência pelo risco de crédito, mercado e liquidez e financiamento subjacentes.

Risco não financeiro

O ING Bank definiu uma Demonstração da Apetência pelo Risco (DAR) da CRNF, na qual o CAB manifesta o tipo e nível de risco não financeiro que está disposto a tolerar na procura pelos objetivos estratégicos do banco, para garantir que a atual exposição ao risco da organização é compatível com os seus objetivos estratégicos e que a exposição para além dos níveis do risco de tolerância são atempadamente identificados e postos em prática.

O ING mede e monitoriza a sua exposição a riscos não financeiros numa base contínua através da avaliação dos riscos, da análise de cenários e de ações de mitigação como consequência dos resultados da auditoria e da avaliação do risco. A agregação dos níveis de risco avaliados é manifestada num número de perda esperada de risco não financeiro, que é comparada aos níveis de tolerância, conforme capturados na DAR da CRNF com base numa percentagem do rendimento operacional. Os níveis de risco não financeiro gerais e as violações de tolerâncias são periodicamente comunicadas através do Painel de Risco Não Financeiro (PRNF). O PRNF é composto por informação abrangente e integrada sobre os RNF numa base trimestral. As alterações no capital também são monitorizadas e comunicadas no PRNF. Além disso, as alterações fora da faixa de tolerância de capital são comunicadas à Comissão Operacional de Medição do Risco (COMR) e à RNF do Banco. Caso os eventos de risco façam com que o ING avance para ou para além do nível de tolerância, a administração é obrigada a tomar medidas.

Etapa 3. Encadeamento nas demonstrações por tipo de risco e por negócio

A Apetência pelo Risco do Banco traduz-se por tipo de risco, que é ainda mais encadeado para a organização até ao nível mais baixo. As demonstrações da apetência pelo risco são, então, traduzidas em limites de risco subjacente dedicados que são utilizados para a monitorização e gestão diária dos riscos do ING Bank.

Para os riscos financeiros, é implementada uma sequência de diferentes quadros de apetência pelo risco para enfrentar os riscos mais significativos. Isto implica que esteja implementado todo um quadro de limites do risco de crédito que monitorize a qualidade geral da carteira de créditos do ING Bank e, também, a de todas as carteiras subjacentes. Além disso, as apetências pelo risco de concentração específica são definidas a nível do produto, a nível geográfico e a nível da contraparte (nome único) que são encadeados na organização. A apetência pelo risco para as atividades da carteira de negociação dentro dos Mercados Financeiros é acompanhada por um quadro da apetência pelo risco para os riscos de mercado nas carteiras bancárias. Para ambos os tipos de risco de mercado, os limites ao nível do Banco são convertidos para a organização. As demonstrações de apetência pelo risco de liquidez e financiamento que são definidas a nível do ING Bank são convertidas para a organização, tendo em consideração a situação específica de liquidez e financiamento de cada unidade (individual).

A DAR da CRNF é encadeada nas divisões e unidades de negócios através de um conjunto de demonstrações quantitativas e qualitativas.

Etapa 4. Monitorizar e gerir os limites de risco subjacentes

A fim de verificar que permanece dentro do quadro da apetência pelo risco, uma vez que está a executar o seu orçamento, o ING Bank comunica, regularmente, as suas posições de risco vis-à-vis com os seus limites às comissões de gestão sénior. O Relatório de Gestão de Risco e Capital que reflete a exposição do ING Bank contra os alvos da apetência do risco é apresentado trimestralmente ao CAB e (à Comissão de Riscos do) CS.

Testes de esforço

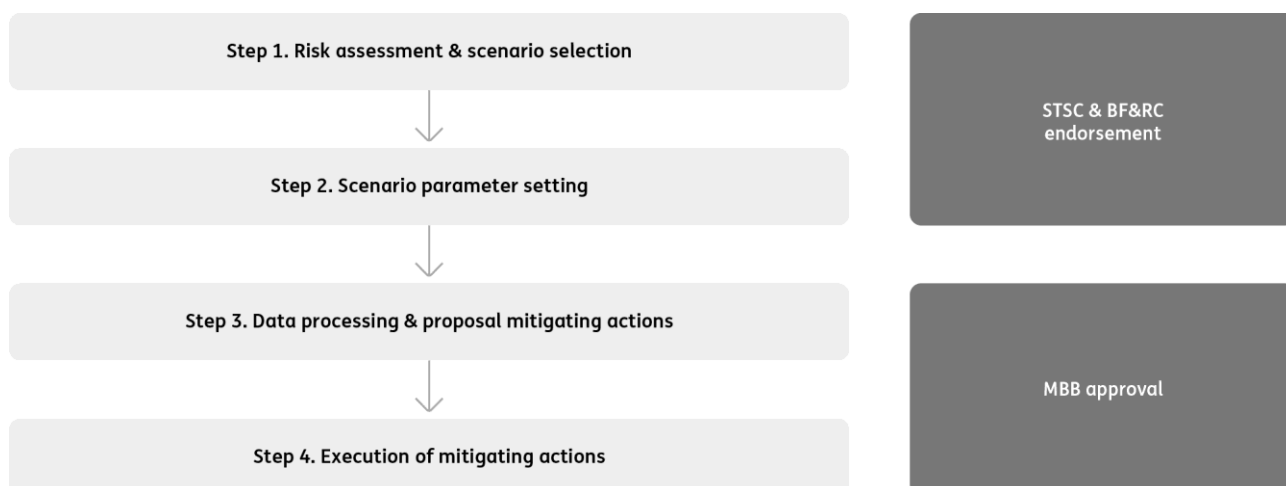
Os testes de esforço são uma importante ferramenta de gestão do risco que suporta o CAD em relação ao planeamento estratégico e capital. O objetivo dos testes de esforço é investigar se o ING Bank conseguirá cumprir os seus requisitos de solvência e liquidez em cenários de esforço adversos, mas plausíveis. Os testes de esforço oferecem informações sobre as vulnerabilidades de algumas carteiras, dados certos pressupostos relativos à economia, mercados financeiros e clima político. Também são utilizado para avaliar se o perfil de risco do ING Bank está de acordo com a apetência pelo risco.

Tipos de teste de esforço

Dentro do ING Bank são realizados diferentes tipos de testes de esforço. Os tipos de testes de esforço mais abrangentes são as análises a cenários de toda a empresa, que envolvem a criação de hipóteses de cenários para as variáveis macroeconómicas e de mercado relevantes em todos os países onde o ING Bank atua. Normalmente, estes pressupostos são complementados por uma narrativa que oferece o contexto do cenário. Além de análises a cenários de toda a empresa, o ING Bank também executa análises a cenários para um país específico ou classe de ativos. Além disso, são realizadas análises de sensibilidade que salientam um ou mais desencadeadores de risco relevantes; normalmente sem uma narrativa do cenário subjacente. O cenário de esforço de 1 em 10 anos utilizado no quadro da apetência pelo risco é um exemplo de uma análise de sensibilidade. Por último, o ING Bank também realiza testes de esforço inversos que visam determinar as circunstâncias que levariam a um resultado adverso grave pré-definido.

Processo

O processo do teste de esforço do ING Bank é constituído por várias etapas que são resumidas no diagrama abaixo.



Etapa 1. Avaliação de riscos e seleção de cenários

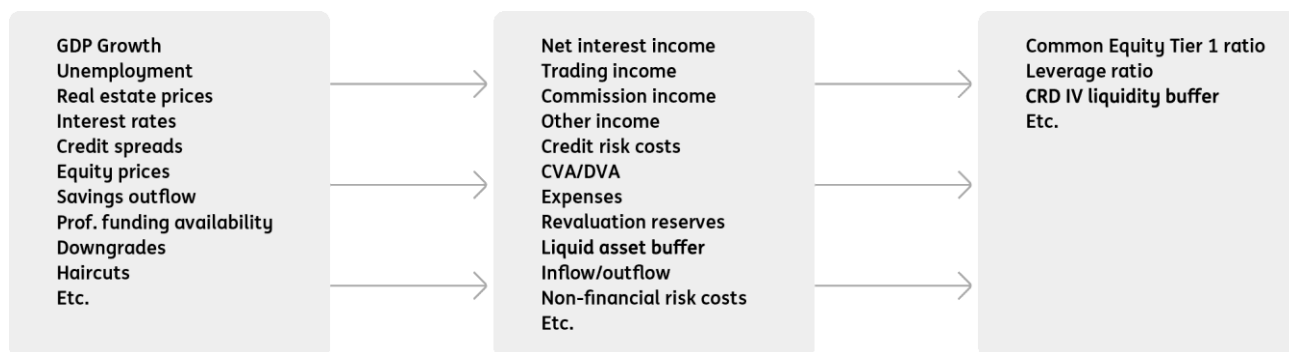
O ING Bank determina, oficialmente, os seus principais riscos anualmente com base na atual situação económica, desenvolvimentos políticos e regulamentares e desenvolvimentos em carteiras. A gestão sénior, os representantes da empresa e os especialistas em risco estão envolvidos neste processo. Com base na avaliação do risco, foram selecionados cenários relevantes para serem avaliados no restante ano. Os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários foram debatidos e aprovados na Comissão de Coordenação de Testes de Esforço (CCTE). Todas as partes interessadas estão representadas na CCTE, tal como os representantes dos diferentes departamentos de Risco Empresarial, Gestão de Capital, Finanças e organização da Investigação Global. A CCTE apresenta os resultados da avaliação do risco e da seleção de cenários à CF&RB para aprovação.

Etapa 2. Definição de parâmetros de cenários

Após a determinação dos cenários de alto nível na etapa anterior, estes precisam de ser trabalhados de forma mais pormenorizada. O âmbito, os pressupostos e os parâmetros de entrada, como o crescimento do PIB, as taxas de desempregos, as taxas de juros e as alterações aos preços dos imóveis, são definidos pelos países envolvidos no exercício. Os parâmetros são debatidos e aprovados na CCTE e, posteriormente, na CF&RB.

Etapa 3. Processamento de dados & ações de mitigação propostas

Quando os parâmetros do cenário tiverem sido finalizados, o impacto do cenário na posição de solvência e liquidez é determinado. Com base nos valores de cenários para as variáveis macroeconómicas e de mercado, o impacto sobre, entre outros, os Lucros e Perdas, as reservas de reavaliação, os APR e a gestão da reserva de liquidez é calculado. Estes resultados são subsequentemente utilizados para calcular a evolução dos índices de liquidez e solvência relevantes, como o Nível 1, o rácio de alavancagem e a reserva de liquidez reguladora.



Como para as etapas anteriores, os impactos calculados do cenário são primeiramente debatidos e aprovados na CCTE, e depois, na CF&RB. Dependendo dos resultados do teste de esforço, e as possíveis vulnerabilidades identificadas, podem ser propostas ações de mitigação. A aprovação destas ações de mitigação decorre no CAD.

Etapa 4. Execução das ações de mitigação

Depois de o CAD aprovar as ações de mitigação, estas precisam de ser implementadas. As ações de mitigação podem incluir a venda ou transferências de ativos, redução dos limites de risco, arranque ou reforço de campanhas de marketing e campanhas de *lobbying* com reguladores e outras autoridades.

Metodologia

Para calcular o impacto dos cenários sobre os Ganhos e Perdas, os APR e as reservas de reavaliação, etc., são utilizados modelos detalhados e abrangentes. Nestes modelos, a análise estatística é combinada com a opinião de especialistas para garantir que os resultados refletem adequadamente as hipóteses do cenário. As metodologias são granulares e específicas de cada carteira e utilizam diferentes variáveis macroeconómicas e de mercado como variáveis de entrada. Os modelos de teste de reforço estão sujeitos a uma revisão minuciosa pelo departamento da Validação do Modelo.

Capital económico

O capital económico (CE) é definido como o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar o risco económico que representa. No geral, o CE é medido como a perda inesperada acima da perda esperada num determinado nível de confiança. Esta definição de capital económico está em conformidade com a definição do valor líquido do mercado (ou excedente). O cálculo do CE é utilizado como parte do Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interna (PAACI) do Pilar II dos RFP/DFP IV e do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) que é realizado regularmente pelo supervisor.

Foram estabelecidos os seguintes princípios e definições fundamentais para o modelo:

- O ING Bank utiliza um nível de confiança unilateral de 99,95 % e um horizonte temporal de um ano para calcular o CE;
- Supõe-se que todas as fontes mensuráveis de risco atualmente conhecidas estão incluídas;
- Os melhores pressupostos do risco são tão objetivos quanto possível e baseiam-se numa análise adequada de dados estatísticos.
- O cálculo do CE baseia-se em princípios de justo valor. Quando existem mercados completos e eficientes, o justo valor é igual ao valor de mercado;
- Os cálculos do CE refletem opções incorporadas conhecidas e a influência do comportamento do cliente nos produtos bancários;
- Os cálculos de CE são feitos numa base antes de impostos e não consideram o efeito da contabilidade regulamentar e requisitos de solvência sobre os níveis de capital; e
- O quadro não inclui qualquer valor da franquia de negócio, a intervenção de gestão discricionária ou futuros volumes de negócios e margens.

A medição específica por tipo de risco é descrita em maior detalhe nas secções de tipo de risco individuais.

Capital económico e capital regulamentar

O capital económica e o capital regulamentar (CR) são as principais fontes de alocação de capital dentro do ING Bank. Estas duas métricas de capital são utilizadas para determinar o montante de capital que uma transação ou unidade de negócios necessita para suportar os riscos económicos e regulamentares que representam. O conceito de CE difere do conceito de CR no sentido em que o CR é o montante de capital obrigatório que é definido no âmbito do Pilar I, enquanto o CE é a melhor estimativa do capital do Pilar II que o ING Bank utiliza internamente para gerir o seu próprio risco. O CE é uma medida não contabilística que está inerentemente sujeita a alterações dinâmicas e que é atualizado como resultado da composição da carteira e desenvolvimentos gerais de mercado. O ING Bank recalibra continuamente os pressupostos subjacentes ao modelo de capital económico que podem afetar os valores do CE futuramente.

A tabela abaixo indica o CE e o CR do ING Bank por tipo de risco e por linha de negócio. Para 2015, tanto o CR total como o CE total aumentaram em comparação com 2014. Ambos estão muito abaixo dos valores totais de capital disponível de 51 052 milhões de euros com base em regras faseadas dos RFP/DFP IV. Podem ser encontradas mais informações sobre o capital disponível no parágrafo da Gestão de Capital, secção «Avaliação da Adequação de Capital».

Capital Económico e Regulamentar por tipo de risco

	Capital económico		Cap. regulamentar	
	2015	2014	2015	2014
Risco de crédito	20 057	21 353	21 234	20 148
Risco de mercado	8 581	7 369	771	858
Risco empresarial	2 571	2 609		
Risco operacional	4 748	3 781	3 451	2 700
Total de operações bancárias	35 957	35 112	25 456	23 706

Capital Económico e Regulamentar por meio de combinação

	Capital económico		Capital regulamentar	
	2015	2014	2015	2014
Banca Grossista	12 127	13 236	12 195	11 038
Banca de Retalho Benelux	9 237	8 459	7 159	6 907
Mercados Desafiadores e em Crescimento	10 729	9 562	5 886	5 451
Corporate Line ¹	3 864	3 855	216	310
Total de operações bancárias	35 957	35 112	25 456	23 706

1 A Corporate Line inclui atividades de financiamento ao nível do ING Bank, transações internas entre unidades de negócios e a Corporate Line e é gerida pela Gestão de Capital.

A principais alterações e diferenças entre o capital económico e o capital regulamentar do ING Bank são:

- Em 2015, as orientações finais da EBA sobre os procedimentos e metodologias comuns para o PRAS são levadas em consideração. Como resultado, a avaliação de adequação de capital nesta secção desconsidera qualquer diversificação inter-risco no cálculo da CE, embora o ING Bank seja da opinião de que a aplicação de diversificação em diferentes tipos de risco reflete a realidade económica. Caso a diversificação tivesse sido considerada, o CE total iria diminuir de 5,7 mil milhões de euros para 30,3 mil milhões de euros. Note que para o CR, a diversificação nunca foi tida em consideração;
- Para além das diferenças específicas de risco descritas abaixo, os números de CE baseiam-se num nível de confiança de 99,95 %, enquanto o nível de confiança para o CR é de 99,9 %. Os números do CE incluem o risco de negócio, enquanto não há qualquer risco de negócio definido para o CR;
- A metodologia do CE de risco de crédito inclui limites mínimos conservadores de outra forma presentes nos cálculos de risco de crédito do CR. Além disso, o CE de risco de crédito inclui o risco de transferência, enquanto o CR não inclui. O capital económico para risco de crédito diminuiu em 2015, principalmente devido ao capital de CVA considerado duas vezes em dezembro de 2014, para além de uma diminuição da exposição do CVA e dos OANOC. Pode encontrar mais informações sobre o CE do Risco de Crédito na secção «Capital do risco de crédito e Medição»;
- O CE do risco de crédito é maior que o CR, principalmente devido à inclusão do risco da taxa de juros nas carteiras bancárias no CE. No CR, apenas o risco de mercado nas carteiras de negociação está ao alcance. Além disso, para os Investimentos de Capital próprio, os números de CE são comunicados no âmbito do risco de mercado, enquanto os números do CR são comunicados no âmbito do risco de crédito. Os números CE relatados aumentaram principalmente devido a uma apreciação da posição do Bank of Beijing, resultando num maior risco de conversão cambial devido a um aumento da disparidade do CNY e aumento do risco do preços das ações. Para mais informações sobre o CE de Risco de Mercado, consulte a secção «Capital económico para risco de mercado»;
- Para o risco operacional, os cálculos do CE são feitos utilizando a mesma metodologia que para o CR, para além da aplicação de um nível de confiança de 99,95 %. O aumento do CR e do CE em 2015 deve-se a uma recalibração do modelo para melhorar a precisão na zona extrema da distribuição das perdas e para aumentar o impacto dos dados sobre perda de dados externos. Para mais informações sobre o CE de Risco Operacional, consulte a «Abordagem da Medição Avançada» descrita na secção do Risco Não Financeiro;

O CE e o CR não cobrem o risco de liquidez: o risco de o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os seus passivos financeiros, a um custo razoável e atempadamente, quando estes vencerem. O ING Bank tem um quadro de gestão da liquidez individual implementado para gerir este risco, que é descrito na secção do risco de financiamento e liquidez.

Ambiente regulamentar

Após a turbulência nos mercados financeiros e a consequente necessidade de os governos prestarem ajuda às instituições financeiras, as instituições financeiras têm estado sob maior escrutínio do público, supervisores e reguladores. Isto resultou em regulamentos mais rigorosos destinados a evitar futuras crises no sistema financeiro e na ajuda dos contribuintes no futuro.

RFP/DFP IV e futuros regulamentos

Para conseguir isto, foi adotado um novo acordo de Basileia (Basileia III) em 2010 e consequentemente convertido em regulamentação pela UE nos Requisitos de Fundos Próprios (RFP) e na Diretiva sobre os Fundos Próprios (DFP IV). Os RFP são vinculativos a todos os estados membros da UE e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, enquanto a DFP IV foi implementada na legislação local - na Holanda no «Wet Financieel Toezicht» (WFT). Os requisitos dos RFP/DFP IV encontram-se mais detalhados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) sob a forma de Normas Técnicas de Execução (NTE), Normas Técnicas de Regulamentação (NTR), Atos de Execução e Atos Delegados (entre outros, o Rácio de Alavancagem e o Rácio de Cobertura de Liquidez). Embora nem todas as definições e parâmetros dos RFP/DFP IV tenham sido finalizados, os princípios fundamentais foram incluídos no quadro de apetência pelo risco do ING e na gestão do risco diária.

Como próxima fase nos requisitos regulamentares para a gestão do risco e capital do banco, os reguladores estão concentrados nos cálculos de capital necessários entre os bancos. Desde o início da crise financeira, tem havido muita discussão sobre a capitalização ponderada pelo risco dos bancos e, especialmente, sobre se os modelos internos são apropriados para tais fins. Estes desenvolvimentos sugeriram que podem ser aplicadas regras mais rigorosas por um quadro mais tardio.

O Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) divulgou vários trabalhos consultivos contendo propostas para alterar as metodologias para o cálculo dos requisitos de capital. Dentro destas propostas, o CBSB sugere métodos para calcular os APR utilizando métodos normalizados ou mais simples, de modo a alcançar uma maior comparabilidade, transparência e consistência. É provável que estas propostas afetem os APR nas exposições atualmente comunicadas (por exemplo, o risco de crédito através do limite mínimo dos APR normalizado e revisto), mas também pode originar novos requisitos para os APR (por exemplo, o Risco da Taxa de Juros nas propostas da Carteira Bancária).

O ING Bank participa neste debate, prestando aos reguladores um feedback conceitual sobre as propostas e dados para os seus Estudos de Impacto Quantitativo (QIS). O ING Bank é da opinião de que os modelos internos refletem melhor os riscos no seu modelo de negócio, nos seus clientes e na sua qualidade de crédito do que uma abordagem padronizada.

Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária

Outro elemento importante das reformas reguladoras é a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (DRRB) que foi adotada pelo Parlamento Europeu em 2014. A DRRB prevê regras para os processos de insolvência no caso de falência dos bancos com o objetivo de salvaguardar a estabilidade financeira e prevenir o financiamento público de perdas, fazendo uso da recapitalização interna, entre outros. Para cumprir as novas regras, os bancos de toda a UE precisam de ter planos de recuperação em vigor e cooperar com as autoridades de resolução para determinar a estratégia de resolução preferencial. Para garantir a eficácia da ferramenta de recapitalização interna, a DRRB exige que os bancos cumpram um Requisito Mínimo para os fundos próprios e Passivos Elegíveis (RMPE). Além disso, sendo o ING Bank um banco de importância sistémica global (BISG), precisa de estar em conformidade com a proposta Capacidade Total de Absorção de Perdas (CTAP) que foi publicada pelo Conselho de Estabilidade Financeira (CEF) em novembro de 2015. Para mais informações sobre os RMPE e a CTAP, fazemos referência à secção Gestão de Capital.

O ING suporta os conceitos de recapitalização interna, uma vez que são um componente importante da nova estrutura reguladora e que visam reduzir a possibilidade de o dinheiro dos contribuintes vir a ser necessário para recapitalizar instituições no futuro. O conceito de recapitalização interna também esteve no centro das discussões preparatórias que o ING tem tido com as autoridades de resolução desde 2012. Isto resultou numa avaliação da primeira resolução que servirá como contributo para o plano de transição do Conselho Único de Resolução (CUR), doravante CUR, juntamente com as autoridades de resolução locais, que irá definir (i) o ponto de entrada (sendo um Ponto de Entrada Único ou um Ponto Múltiplo de Entrada), (ii) os requisitos de recapitalização interna dos RMPE num nível consolidado e ao nível das filiais e (iii) os impedimentos à resolução que precisam de ser abordados.

Além disso, o ING Bank criou um Plano de Recuperação abrangente para garantir a prontidão e determinação do Banco para enfrentar crises financeiras pelos seus próprios meios. Este plano está em vigor desde 2012 e é atualizado anualmente para garantir que continua a estar apto para o efeito.

Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco

Em janeiro de 2013, o Comité de Basileia publicou os Princípios para a Agregação Efetiva de Dados de Risco e Participação do Risco (também referido como PERDARR ou BCBS239), depois de uma recomendação feita pelo Conselho de Estabilidade Financeira (CEF). Os requisitos visam reforçar as práticas de agregação de dados de risco e de participação do risco nos bancos para melhorar as suas práticas de gestão do risco. Os bancos indicados como BISG – incluindo o ING Bank – têm de implementar os princípios até 2016. Como primeira medida da implementação, o ING Bank efetuou um inquérito de autoavaliação para «inventário» em 2013 e outra avaliação em 2014 para avaliar o progresso feito. A publicação dos princípios coincide com vários projetos e programas para reforçar as práticas de agregação de dados de risco e de participação do risco que já estavam em curso antes de estes novos requisitos serem publicados. Durante 2015, foi implementado um projeto para garantir a conformidade com a BCBS239 ao abordar os itens que não fazem parte dos projetos e programas supracitados.

Desenvolvimentos do risco em 2015

Os desenvolvimentos indicados abaixo são definidos como os riscos que poderão ter um impacto potencialmente significativo na nossa empresa e que são difíceis de quantificar em termos de impacto na organização. No geral, são acionados por eventos inesperados e apresentam volatilidade nos rendimentos ou impacto na estratégia a longo prazo do ING. Os tópicos surgiram como parte da Avaliação de risco anual efetuada no âmbito do Quadro de Teste de Tensão e no Quadro de Apetência do Risco. A sequência em que os riscos principais são apresentados abaixo não indica a sua probabilidade de ocorrência nem a magnitude possível das suas consequências financeiras.

Impacto do ambiente com taxa de juro baixa

Em 2015, as taxas de juro na zona euro e outros grandes países continuou a diminuir. Os bancos centrais tinham as suas taxas muito baixas e até níveis negativos, tendo um impacto negativo a curto prazo, assim como taxas de mercado a longo prazo. A crise da zona euro, juntamente com a incerteza do potencial crescimento da economia mundial e as tensões geopolíticas são os principais motivos para este desenvolvimento.

A posição comum da taxa de juro do ING Bank é a de que a duração dos ativos é um pouco superior do que a duração das responsabilidades. Tendo em conta esta disparidade, a diminuição das taxas de juro está, em condições normais, favorável para o rendimento de juros do ING Bank: os passivos têm alterações de juros mais rápidas do que os ativos e, por isso, as taxas de juro médias pagas pelos passivos devem adaptar-se mais rapidamente às taxas de juro de mercado mais baixas. Isto iria apoiar o rendimento dos juros líquido do ING Bank.

Contudo, tendo em conta a situação estranha atual com taxas de juro sempre baixas, o seguinte pode colocar a Margem de Juros Líquida

(NIM) e o Rendimento dos juros Líquido (NII) do ING Bank sob pressão:

- Sobre as hipotecas, o ING Bank pode ser confrontado com taxas de pré-pagamento superiores ao previsto devido à diferença entre as taxas da carteira de hipotecas existente e as taxas de mercado em vigor.
- Sobre as poupanças, o NII e o NIM podem diminuir devido a um declínio adicional nos rendimentos dos ativos, enquanto as possibilidades de nova redução das taxas de clientes em depósitos de poupança são limitadas.

Empréstimo empresarial do Benelux

A carteira de Empréstimo Empresarial do ING Bank, definida como empréstimo a empresas com atividade na Banca de Retalho está concentrada no Benelux. Devido à sua pegada, o ING é um mutuante importante de PME no Benelux e está exposto ao risco nesse setor. Após a melhoria gradual do ambiente económico, os custos do risco reduziram materialmente comparando com o ano passado. A Holanda mostrou uma diminuição nos montantes do empréstimo de risco, mas teve um ligeiro impacto com os setores de transporte e logística - especialmente no transporte de frotas da costa e em águas profundas - de serviços e de alimentos, bebidas e cuidados pessoais. Os montantes do empréstimo de risco na Bélgica e Luxemburgo aumentaram em 2015. Este aumento também se deve parcialmente a uma deterioração da qualidade do crédito e parcialmente devido a políticas de diferimento corrigidas.

Desenvolvimentos macroeconómicos

Vários tópicos geopolíticos e macroeconómicos tiveram impacto no ambiente operacional do ING Bank em 2015, entre outros, o conflito contínuo na Ucrânia, a crise grega reemergente e o impacto dos baixos preços do petróleo e do gás.

Tendo em conta o conflito contínuo na Ucrânia, o ING continuou os processos de monitorização intensificados e limitou os critérios de aceitação que já tinham sido implementados em 2014. A perspetiva económica da Rússia e da Ucrânia é negativa e reflete (i) a perspetiva a médio prazo cada vez mais subjugada, exacerbada pelo prolongamento da crise na Ucrânia, incluindo o impacto das sanções internacionais alargadas, (ii) a erosão gradual mas contínua das reservas FX da Rússia, (iii) o acesso internacional restrito do mutuário russo e (iv) os baixos preços do petróleo. A nossa apetência do risco continuará, assim, limitada e apenas as novas exposições com mitigação suficiente do risco serão consideradas. Iremos focar-nos em clientes empresariais internacionais e empresas orientadas para a exportação.

Durante 2015, as incertezas que rodeavam a Grécia surgiram com um pico no verão onde os termos de resgate foram rejeitados pelo povo grego através de um referendo e a falha em cumprir o pagamento do empréstimo do FMI em junho de 2015. Nesta situação, o ING Bank monitorizou de perto a sua exposição grega. O ING não tem atividades bancárias na Grécia, mas temos uma exposição direta limitada na Grécia e uma exposição soberana insignificante. A nossa exposição grega é composta por empréstimos empresariais, especialmente na indústria de expedição. Desde as renegociações com sucesso e as eleições parlamentares gregas, a situação melhorou e o debate sobre uma possível Grexit foi silenciado.

O preço do petróleo pareceu chegar a uma redução máximo no início do ano e rapidamente começou a aumentar, mas voltou a descer a meio do ano e continuou reduzido na segunda metade do ano. O ING tem uma carteira bastante diversificada de clientes ativos nos mercados do petróleo e do gás e servimos clientes ativos nos setores upstream, midstream e downstream. A parte da carteira que enfrenta a exposição direta ao risco de preço do petróleo e gás é limitada. Ainda assim, o ING monitoriza de perto o desempenho financeiro e operacional de todos os seus clientes ativos no setor no petróleo e do gás.

Para informação adicional sobre desenvolvimentos macroeconómicos em 2015, consulte a secção «Mercado e contexto regulamentar» no relatório do Conselho Executivo.

Crime cibernético

O crime cibernético é uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras, mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global. O ING continua a melhorar o seu Programa de Resistência ao Crime Cibernético numa tentativa de aperfeiçoar o ambiente de controlo de modo a proteger, detetar e responder à fraude em *e-banking*, Negação de Serviço Distribuído (DDoS) e ataques direcionados (também chamados Ameaças Persistentes Avançadas). Os controlos adicionais estão a ser envolvidos na organização como parte do quadro de controlo interno geral e reavaliados tendo em conta ameaças existentes e novas.

Risco de crédito

Introdução

A secção do risco de crédito disponibiliza informação sobre como o ING Bank gere, avalia e monitoriza o risco de crédito e permite ver a carteira do ING Bank de uma perspetiva do risco de crédito. Antes de dar uma perspetiva da carteira, iremos explicar como o ING garante que o risco de crédito é devidamente abordado e gerido no ING Bank.

Gestão

O Risco de Crédito (RC) no ING Bank faz parte da segunda linha de defesa (sendo o *front office* a primeira e a auditoria interna a terceira) e alinha o risco de crédito com o planeamento estratégico do ING Bank. É responsável por rever e gerir o risco de crédito, incluindo o risco ambiental e social para todos os tipos de contrapartes. O RC consiste em gestores do risco da linha de crédito responsáveis pelas suas linhas empresariais e que gerem carteiras específicas e especialistas que apoiam o gestor do risco da linha de crédito, assim como a empresa com ferramentas como sistemas, políticas, modelos e relatórios de risco de crédito. Para garantir a independência do departamento de risco, o Diretor-Geral de RC é funcionalmente responsável pela rede global de pessoal de risco de crédito.

A política de crédito do ING Bank é manter uma carteira de empréstimos e obrigações internacionalmente diversificada, enquanto evita grandes concentrações de risco. O ênfase está nos desenvolvimentos empresariais de gestão nas linhas empresariais através do quadro de apetência do risco descendente, que define limites de concentração para países, contrapartes individuais, grupos individuais e atividades de investimento. O objetivo é expandir atividades de relacionamento bancário enquanto mantém diretrizes e controlos exigentes internos referentes ao risco/recompensa, estando também ligados ao processo do Plano a Médio Prazo (PMP).

A análise do crédito ao nível da carteira é um departamento de diferentes níveis de concentração e várias métricas como Capital Económico (CE), Capital Regulamentar (CR), Posição em Incumprimento (PEI), Probabilidade de Incumprimento (PI) e Perda Dado o Incumprimento (PDI). O risco/recompensa é monitorizado e gerido ao nível da carteira pelo Risco e Finanças para garantir a utilização eficaz do capital do ING Bank. A análise do crédito ao nível da instalação é também focada no risco/recompensa no sentido de o nível de análise de crédito ser um departamento do valor do risco, maturidade, estrutura (ex. coberturas recebidas) da instalação e riscos assumidos. As ferramentas baseadas no retorno ajustado ao risco sobre o capital (RAROC) são utilizadas internamente para garantir um equilíbrio adequado do risco e recompensa dentro dos parâmetros de carteira e concentração. Os analistas de crédito do ING Bank utilizam informação disponível publicamente, juntamente com análises internas com base em informação fornecida pela contraparte, comparações de grupos pares, comparações industriais e outras técnicas ferramentas quantitativas.

No ING Bank, a derradeira autoridade a aprovar ou recusar propostas de crédito é o Conselho de Administração Bancária (CAB). O CAB tem outras autoridades delegadas, com base nos montantes e maturidades dos níveis inferiores na organização. As transações são aprovadas através de um sistema de aprovação de assinatura dupla que exige uma assinatura individual do *front office* e da administração do risco de crédito. Para créditos de risco maior e superior, existe uma estrutura de comissão onde o presidente do risco de crédito toma a decisão final com o apoio dos respetivos membros da comissão, garantindo assim a responsabilidade. As unidades empresariais de retalho delegaram autoridade para decidir as políticas e mandatos aprovados pelo RC e quaisquer decisões fora dessas políticas ou acima do mandato delegado que exigem uma aprovação específica do risco de crédito.

O papel do RC abrange as atividades seguintes:

- Medição, monitorização e gestão dos riscos de crédito na carteira do Banco;
- Desafiar e aprovar novas transações ou quaisquer alterações a termos e condições previamente aprovados aplicados a clientes;
- Gestão dos níveis de disposição e custos de risco e aconselhar sobre imparidades; e
- Disponibilizar políticas, sistemas e ferramentas consistentes para gerir o ciclo de vida do crédito de todas as atividades que abrangem a tomada de riscos de crédito.

As comissões seguintes foram implementadas para discutir e aprovar as transações e políticas a partir do ponto de vista do RC. A Comissão de Crédito Global para Aprovação de Transações (GCC(TA)) está mandatada para discutir e aprovar as transações que abrangem a tomada de riscos de crédito. Ao lado temos a Política da Comissão de Crédito Global ou 'GCC(P)' que está autorizada a discutir e aprovar políticas, metodologias e procedimentos relacionados com os Riscos de Crédito, País e Reputação do ING Bank. A Comissão de Risco de Crédito (CRC) está autorizada a discutir e aprovar políticas, metodologias e procedimentos relacionados com o Risco de crédito (com exceção de questões mandatadas à GCC(P)) no ING Bank.

A Comissão de Desenvolvimento de Modelos (MDC) serve de assessor técnico da CRC e é um órgão de planeamento para o desenvolvimento futuro de modelos. A MDC tem um mandato delegado para aprovar os modelos de risco de crédito que abrangem carteiras mais pequenas. A Comissão de Fornecimento do ING Bank (IPC) é a única Autoridade de Aprovação que pode aprovar valores de Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos (LLP) para todas as entidades do ING Bank e pode decidir a dívida, capital próprio e imparidades imobiliárias trimestrais nos livros Disponível para Venda (DPV).

Risco de Crédito e Comercial é a combinação da Banca de Gestão do Risco de Mercado (MRMB) e a Gestão do Risco de Crédito nos livros Comerciais. Este departamento integra crédito altamente interdependente e atividades de gestão de comércio do risco de mercado. Como tal, trata da gestão da carteira para Instituições Financeiras/Mercados Financeiros de retalho e empresariais (FI/FM) (incluindo o departamento de Controlo do Produto de Risco de Mercado), aprovação (de transações), reestruturação, ESR e políticas e regulamentos nesta área.

Definições do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda pelo incumprimento e/ou deterioração da taxa de crédito das contrapartes (incluindo emissores de obrigações). Os riscos de crédito surgem nas atividades de empréstimo, mercado financeiro e investimento do ING Bank.

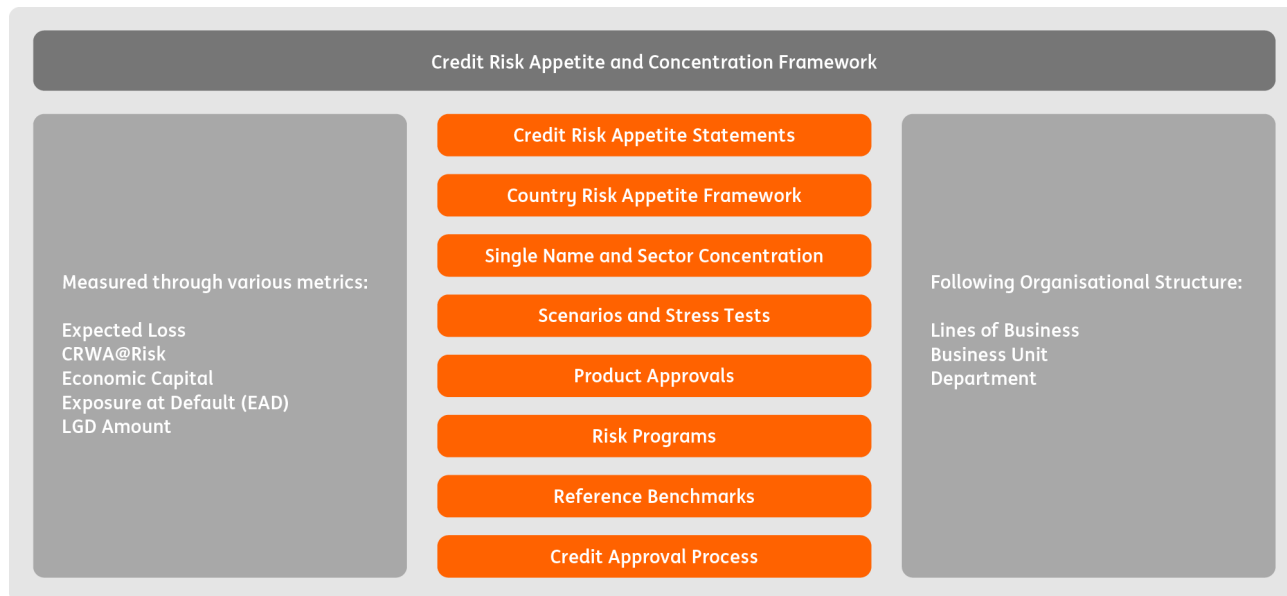
O RC utiliza categorias de risco para diferenciar entre os diferentes tipos de risco de crédito. Todos os produtos no ING Bank são adicionados a uma das categorias de risco seguintes:

- **Risco antes da liquidação (RAL):** surge quando uma contraparte não cumpre uma transação antes da liquidação e o ING Bank tem de substituir o contrato por um negócio com outra contraparte ao preço (possivelmente desfavorável) de mercado em vigor na altura. O risco antes da liquidação (risco potencial ou esperado) é o custo do ING Bank de substituir um negócio no mercado. Esta categoria de risco de crédito está associada à comercialização de produtos como opções, swaps e transações financeiras com títulos. Quando existir uma troca mútua de valores, o montante do risco de crédito pendente baseia-se geralmente no valor de substituição (*mark-to-market*) mais um conceito de volatilidade futura possível, usando um período de tempo histórico de 3-7 anos e um nível de confiança de 97,5 %.
- **Risco do Mercado Monetário (MM):** ocorre quando o ING Bank coloca depósitos a curto prazo com uma contraparte para gerir o excesso de liquidez. Como tal, os depósitos do mercado monetário têm tendência para ser de curto prazo. Em caso de incumprimento de uma contraparte, o ING Bank pode perder o depósito feito. O risco do mercado monetário é medido como o valor nocional do depósito, incluindo juros acumulados e por pagar ou o efeito de qualquer depreciação.
- **Risco de empréstimo:** ocorre quando o ING Bank concede um empréstimo a uma contraparte ou emite garantias em nome de uma contraparte. Isto inclui empréstimos a termo, hipotecas, créditos renováveis, descobertos, cartas de crédito, etc. O risco é medido como o valor nocional da obrigação financeira que a contraparte tem para voltar a pagar ao ING Bank, excluindo quaisquer juros acumulados e por pagar, descontos/amortizações de prémios ou imparidades.
- **Risco de investimento:** é o incumprimento do crédito e o risco de migração da taxa de risco associados aos investimentos do ING Bank em obrigações, papéis comerciais, titularizações e outros títulos semelhantes comercializados publicamente. Isto pode ser encarado como a perda no pior dos casos incorrida pelo ING Bank como resultado de manter uma posição nos títulos subjacentes cuja qualidade de crédito do Emissor deteriora ou não é cumprida. Todos os investimentos na carteira bancária são classificados na categoria de risco do investimento. O principal objetivo dos investimentos do ING Bank nas carteiras bancárias é a gestão da liquidez.
- **Risco de liquidez:** é o risco de uma contraparte falhar na entrega de transações/contratos em mercados financeiros (PS ou MM) na Liquidação e o ING Bank poder perder até 100 % do valor que espera ser entregue. O Risco de Liquidez ocorre quando existe uma troca de valores (fundos ou instrumentos) para a mesma data do valor ou datas do valor diferentes e a receção não é verificada ou esperada até depois de o ING dar instruções irrevogáveis para pagar ou ter pago ou entregue a sua parte do negócio. O risco é o ING Bank entregar, mas não receber a entrega da sua contraparte. O ING gere o Risco de Liquidez da mesma forma que outros riscos, incluindo uma estrutura de limite do risco do mutuário. Contudo, devido à natureza de curto prazo e por definição da contagem dupla do Risco de Liquidez, o ING Bank não tem disposições ou capital para Risco de Liquidez específico. Embora seja um risco relativamente baixo, o ING usa cada vez mais técnicas de pagamento DVP (Entrega contra Pagamento) e FITO (First In Then Out – Entrada em Primeiro e Saída em Seguida) para reduzir o Risco de Liquidez.

Para a reconciliação entre as categorias pendentes do risco de crédito e os ativos financeiros utilizamos a secção «Classificação da gestão do risco de crédito» conforme incluída no capítulo «Políticas de contabilidade».

Apetência do Risco de Crédito e Quadro do Risco de Concentração

A Apetência do Risco de Crédito e o Quadro do Risco de Concentração permitem ao ING evitar níveis indesejados e elevados de risco de crédito e concentrações de crédito nos vários níveis da carteira do ING. O Risco de Concentração é medido com base no Valor de Exposição do Risco de Crédito. A exposição do risco de crédito é o valor total da parte pendente mais a parte não utilizada das obrigações contratuais. Pode ser medida com base em níveis de valor, como grupos de um devedor cliente, empresarial ou económico, produto, carteira, tipo de cliente, indústria e país. Cada nível é depois dividido do nível NV do ING Bank consolidado para um nível de sucursal/unidade local.



Apetência do risco de crédito

A apetência do risco de crédito é o nível máximo do risco de crédito que o ING Bank está disposto a aceitar para o crescimento e a criação de valor. Esta apetência do risco de crédito está ligada ao quadro de apetência do risco geral ao nível do Banco. Articular a apetência do risco de crédito é uma tarefa complexa que exige visões equilibradas. Pode ser expressa em medidas quantitativas e qualitativas. Ter uma apetência do risco de crédito proporciona:

- Clareza quanto aos riscos de crédito que o ING Bank pode assumir; execução focada no equilíbrio das exposições do riscos de crédito do ING Bank nos limites da estratégia, definição de metas e gestão prudente do risco do ING;
- Comunicação consistente com os diferentes grupos de interesse;
- Diretrizes sobre como alinhar as ferramentas de participação e monitorização na estrutura e estratégia organizacionais;
- Alinhamento de estratégias empresariais e indicadores de desempenho de unidades empresariais com a apetência do risco de crédito geral do ING Bank através do MTP.

A apetência do risco de crédito está presente em níveis diferentes do ING Bank, ao nível da carteira, assim como ao nível da transação. Os vários componentes da apetência do risco de crédito ao nível da carteira e transação resultam no quadro de apetência do risco de crédito.

As declarações de apetências do risco de crédito são definidas nas categorias de risco de crédito (antes da liquidação, mercado monetário, empréstimos, investimento) e estão ligadas à apetência do risco de elevado nível do ING Bank em todos os tipos de risco (risco de crédito, mercado, empresarial e não financeiro). São compostas por um conjunto de métricas de risco de crédito de elevado nível: perdas esperadas, capital económico, ativos com risco e exposição por incumprimento. Para cada métrica de risco de crédito é definido um limite que é comunicado aos demais e monitorizado mensalmente. A adesão aos limites e a abordagem proativa para gerir a carteira dentro dos limites da apetência do risco fazem parte dos indicadores de desempenho chave dos gestores da linha empresarial e, como tal, têm um impacto direto na sua remuneração.

Quadro do Risco de Concentração

Quadro do risco do país

O risco do país é o risco especificamente atribuível a eventos num país específico (ou grupo de países). O risco do país é o risco de perda que o ING Bank enfrente associado ao empréstimo, pré-liquidação, mercado monetário e transações monetárias num determinado país ou grupo de países, como resultado dos eventos de risco do país. Um evento de risco do país pode ser descrito como qualquer evento ou crise relacionado maioritariamente com grandes choques nacionais, económicos, financeiros e políticos, assim como restrições de transferências ou câmbios, que afetem todas as contrapartes num determinado país de forma indiscriminada. A ocorrência de um evento de risco de país pode levar todas as contrapartes num país a não conseguirem garantir pagamentos atempados, embora estejam dispostos a cumprir as suas obrigações de dívida contratuais. Como tal, o risco do país é um fator adicional a ter em conta no processo de aprovação do crédito de clientes individuais, uma vez que a probabilidade do evento de risco do país pode ter impacto na probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais.

Para gerir o risco do país de forma eficaz, o ING Bank utiliza dois componentes que, juntos, constituem o quadro do risco do país: o primeiro componente é a definição de um consumo de capital económico máximo e o segundo é a atribuição de metas de referência do país que definem a apetência máxima para o risco de crédito que o ING Bank tem por país para garantir que as exposições e as possíveis perdas futuras não excedem um determinado nível acordado. O limite da referência do país baseia-se no PIB do país e nos fundos atribuídos localmente nesse país. Nos países onde o ING Bank está ativo, o perfil do risco do país relevante é regularmente avaliado, resultando numa classificação do país, que é utilizada para definir o limite de referência do país. Com base nestes dois componentes, os limites do país

são definidos e as exposições derivadas das atividades de empréstimo, investimento, pré-liquidação e mercado monetário são depois medidas e participadas diariamente tendo em conta estes limites do país.

Todos os países onde o ING tem exposição têm um limite de país que é revisto mensalmente e atualizado quando necessário. O limite do país é uma função de vários fatores, incluindo o valor do consumo de capital, o PIB do país, as classificações internas e o montante de fundos atribuídos. Se a utilização estiver acima de 90 %, o gestor de risco de crédito correspondente terá de tomar medidas para colocar a utilização abaixo de 90 % ou encaminhar para os responsáveis pelo mandato de aprovação uma revisão do limite do país para pedir um limite superior de modo a incluir o aumento da exposição. No caso dos países com elevados níveis de risco grave geopolítico ou económico como a Ucrânia e a Rússia em 2014, a supervisão é efetuada mais frequentemente com gestão rigorosa das tramitações e exposições para proteger o ING Bank de impactos adversos.

Nome único e concentração do setor

O ING Bank estabeleceu o quadro do risco de concentração para identificar, medir e monitorizar as concentrações ao nível do país, carteira e/ou contraparte. Consiste na concentração de nome único, isto é, perdas devido a incumprimento inesperado de uma única contraparte. Concentração do setor (risco sistémico): aumento substancial do perfil de risco do ING Bank (expresso no aumento dos ativos medidos do risco) devido à deterioração conjunta de um grupo de contrapartes/transações correlacionadas, sensível aos mesmos fatores externos (macroeconómicos) relacionados com a sua localização geográfica, classe de exposição ou indústria. A PDI de uma concentração de nome único é medida tendo em conta o valor máximo da PDI.

Cenários e testes de esforço

Os testes de esforço são uma ferramenta de gestão do risco valiosa. Os testes de esforço avaliam a estabilidade financeira do banco em cenários de esforço graves, mas plausíveis e ajuda na tomada de decisões que garante que o banco continua financeiramente saudável depois de ocorrer um evento grave. Além do quadro de teste do esforço em todo o banco, conforme descrito na secção de perfil do risco do ING Bank, o RC desempenha testes de esforço mensalmente para avaliar continuamente os riscos e concentrações da carteira. Estes testes de esforço mensais são consistentes com o cenário de esforço estabelecido no quadro de apetência do risco de crédito do ING Bank. Os testes de esforço mensais são revistos em reuniões da equipa de Integração do Risco e Capital e, se necessário, são propostas medidas de gestão possíveis.

O ING Bank efetua testes de esforço periódicos com base em eventos de esforço anuais 1 em 10 padronizados e pré-determinados (isto é, a 90 % do nível de confiança e com uma janela temporal de 1 ano), semelhante ao aplicado na apetência do risco de solvência. Com base no nível de confiança, é simulada uma migração rigorosa da classificação do ciclo para toda a carteira. Para esta carteira simulada, as disposições, APR e EC são recalculados para avaliar qual seria o impacto combinado de tal ano. O APRC adicional que o ING deve atribuir neste caso chama-se APRC em Risco. Estes resultados do teste de esforço são enviados ao CPC periodicamente, incluindo uma explicação e discussão dos resultados. Se necessário, são criadas medidas.

Depois do teste de esforço periódico pré-determinado relacionado com o APRC em Risco, o RC efetua testes de esforço ad-hoc com base em cenários graves, mas plausíveis. Estes testes de esforço podem ser para efeitos internos ou mediante pedido dos reguladores e são incluídos para definições futuras da Apetência do risco de crédito. Os testes de esforço são utilizados como rede de segurança adicional no RC. Através dos testes de esforço, é determinado o impacto de cenários de recessão graves, mas plausíveis, podendo não ser capturados nos modelos de classificação regular (Probabilidade de Incumprimento, Perda Dado o Incumprimento e Exposição em Incumprimento). Assim, ao lado dos cálculos de capital Pilar I e Pilar II, com base nos resultados de vários testes de esforço, o ING Bank garante que os níveis adequados de capital (e liquidação) estão disponíveis para sustentar estes cenários graves, mas plausíveis.

Aprovações de produtos

No ING Bank, o processo de aprovação e revisão de produtos garante a gestão eficaz dos riscos associados a produtos. Garante que é efetuada a devida diligência por grupos de interesse relevantes de modo a assegurar que os riscos (de crédito, operacionais, legais, etc.) são mitigados.

Programas de risco

No ING, distinguimos entre programas de risco para a Banca de Retalho e programas de risco para empresas na Banca Grossista.

O programa da carteira de risco de Retalho define-se como um conjunto de políticas e processos indicados para gerir uma carteira de risco de retalho com uma declaração de apetência do risco predefinida. Uma carteira de risco de retalho é definida como um grupo de ativos de crédito suficientemente homogêneos, onde:

- Pode aplicar-se um conjunto consistente de políticas e processos de crédito para aprovação de um nível elevado de contrapartes e transações;
- As exposições podem ser agrupadas e geridas através de um conjunto de políticas e procedimentos padrão durante todo o seu ciclo de vida.

Uma declaração da apetência do risco no contexto de um programa de carteira de risco de retalho é um conjunto predefinido de critérios mínimos de desempenho.

O programa de risco da Banca Grossista é uma análise detalhada de um produto e/ou indústria definida que identifica os principais fomentadores e mitigadores do risco, o mandato de negócio interno e propõe os parâmetros de risco mínimos (incluindo o negócio) e potencialmente o limite máximo do produto e/ou carteira para efetuar esse negócio. É sempre preparado um programa de risco pelo *Front Office* responsável pelo mandato empresarial interno e exige uma aprovação da Comissão de Crédito Global do ING Bank (salvo especificamente delegado para um mandato de aprovação diferente).

Metas de referência

Uma Meta de Referência é a apetência máxima para o Risco de crédito por Grupo de Devedor Único Legal. É expressa como uma Exposição (Meta) ao nível do Risco de Concentração, que corresponde a um consumo de capital interno (máximo) para o Risco de Crédito. É utilizado como uma ferramenta de valor de referência no processo de aprovação do crédito e pode ser rescindido com base nos motivos adequados.

Processo de aprovação do crédito

O processo de aprovação do crédito garante que as transações individuais são avaliadas caso a caso. Para cada tipo de contraparte (empresarial, bancos/instituição financeira, clientes com produtos estruturados) existe um processo separado. Os gestores do risco de crédito da linha estão organizados nas linhas empresariais do ING Bank e são especialistas na área de experiência relevante. O processo de aprovação do crédito é apoiado por, entre outros, um sistema de aprovação do crédito que garante consistência e integralidade; um sistema de classificação do risco que contém todos os modelos de classificação do risco para garantir uma classificação adequada concedida a uma contraparte e um sistema de monitorização do limite e exposição que subsequentemente é incluído no sistema de aprovação do crédito. O modelo de classificação é utilizado para indicar a solvabilidade de uma contraparte traduzida numa probabilidade de incumprimento (PI) e para determinar a apetência do risco máxima que o ING Bank poderá ter para um determinado tipo de contraparte (meta de referência). A determinação da autoridade delegada (o montante que pode ser aprovado nos vários níveis da organização) também depende da classificação do risco. O ING Bank tem um sistema de classificação com 22 classificações no total (1=classificação mais elevada; 22=classificação mais baixa), que são divididas nas categorias seguintes:

- Classificação de investimento (Classificação do risco 1-10);
- Classificação de não investimento (Classificação do risco 11-17);
- Subnorma (Classificação do risco 18-19);
- Não desempenho (Classificação do risco 20-22).

Capital do risco de crédito e medição

Capital do risco de crédito

O Capital Regulamentar (CR) é uma medida prudente com base na legislação definido por reguladores e serve como o montante mínimo do capital do CET 1, Nível Adicional 1 e Nível 2 necessário para absorver as perdas inesperadas. O CR é o montante mínimo do capital (com base em 99,90 % do nível de confiança) que o ING Bank deve manter de uma perspetiva regulamentar como proteção para conseguir absorver grandes perdas inesperadas.

Comparação APR

A comparação das ponderações do APR e do risco em instituições é inerentemente desafiante. As diferenças no APR entre bancos foram classificadas pelo Bank for International Settlements (BIS) em 3 categorias:

1. Fomentadores com base no risco originados pelas diferenças no risco subjacente ao nível da exposição/carteira e nos modelos/estratégias empresariais, incluindo mistura de classes de ativos;
2. Fomentadores com base na prática, incluindo abordagens à gestão do risco e à medição do risco;
3. Ambiente regulamentar como práticas de supervisão, leis e regulamentos implementadores, incluindo discrição nacional e normas de contabilidade.

Fomentadores com base no risco

A carteira do ING Bank é bastante dominada por empréstimos garantidos, especialmente em áreas de hipotecas residenciais, arrendamentos e imobiliário comercial. Os empréstimos garantidos têm a tendência de ter uma PDI, devido às cauções envolvidas, sendo um fomentador chave no cálculo do APR. Outro elemento importante do modelo empresarial do ING é o foco nas exposições de retalho caucionadas pela propriedade residencial. A carteira de retalho do ING é maioritariamente composta por hipotecas residenciais. A fórmula regulamentar para esta classe de exposição tem tendência para resultar em APR mais baixo, sendo todos os outros fatores iguais.

Fomentadores com base na prática

O ING Bank tenta ter uma abordagem «primeiro a entrar, primeiro a sair» a exposições problemáticas. Isto significa que o ING tem uma definição de incumprimento conservadora. Isto terá impacto direto no nível de APR. Além do impacto no APR, a definição de incumprimento conservadora implica que muitos dos clientes empresariais e de retalho classificados como de não desempenho não ficam a dever por mais do que 90 dias, tanto em juros como valor principal. Para a maioria dos clientes, o ING utiliza uma classificação do mutuário, que significa que um cliente apenas terá uma PI independentemente do tipo de transações efetuadas com o ING Bank. Isto significa que, se uma instalação estiver em incumprimento, geralmente todas as instalações do cliente estão em incumprimento. Depois de o cliente ser considerado em desempenho, uma PI de não incumprimento será dada ao mutuário. Os clientes em não desempenho que receberam medidas de diferimento têm de se manter em não desempenho por um mínimo de um ano a começar no momento em que são classificados como em diferimento. Apenas depois deste período probatório é que os clientes poderão tornar-se qualificados para voltarem a estar em desempenho.

Ambiente regulamentar

O ING Bank é regulamentado por muitos supervisores anfitriões; contudo, a entidade de supervisão primária é o BCE. O BCE supervisiona se as regras regulamentares (RFP/DFPIV/Normas Técnicas) são implementadas, incluindo através de uma abordagem de «alteração significativa» que exige que todas as alterações a modelos internos (PI, PDI, EI) acima de um limite devem ser revistas e aprovadas pelo BCE.

Comparar os níveis de capital entre bancos é um exercício desafiante devido a diferentes perfis do risco, diferenças nos fomentadores com base em risco aplicados, fomentadores com base em prática e ambiente regulamentar (ex. abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada ou Abordagem Padronizada). Estes fatores têm um impacto substancial no capital regulamentar / APR de uma instituição financeira. O ING Bank continua a colaborar com grupos da indústria, incluindo a Enhanced Disclosure Task Force (EDTF) e tenta aderir às mais recentes recomendações BCBS para melhorar a participação transparente dos nossos cálculos de capital.

O Capital Económico (CE) reflete o ponto de vista do ING Bank sobre o risco de crédito, permitindo utilizá-lo nos processos de tomadas de decisões ao nível das transações, das contrapartes e de (sub)carteiras. O risco de crédito e o capital do risco de transferência são calculados em todas as carteiras que contêm risco de crédito ou transferência, incluindo carteiras de investimento. O CE é o montante mínimo do capital necessário para abranger as perdas inesperadas dentro de um nível de confiança de 99,95 % e um intervalo temporal de 12 meses. É utilizado em todo o ING Bank no processo de tomada de decisões (especialmente na banca grossista), em contrapartes ajustadas ao risco e em ferramentas de medição do lucro da carteira (banca grossista e de retalho), em decisões de investimento e desinvestimento, no quadro do risco do país e na gestão do risco de concentração como declarações de apetência do risco (DAR), concentração de nome único e relatórios do risco sistémico (relatório de concentração do setor).

Uma característica importante da infraestrutura e do quadro de RC é os modelos serem criados para vários efeitos, incluindo CE, CR e Perdas por Empréstimos Duvidosos. Estes modelos de classificação são vastamente utilizados na organização do ING Bank que está, então, em conformidade com o requisito do Teste de Utilização de Basileia e garante feedback ativo sobre os parâmetros do risco pelas unidades empresariais.

A breve descrição abaixo ilustra as principais diferenças entre o CR e o CE, no ING Bank

Diferenças conceituais entre o Capital Regulamentar e o Capital Económico

Capital Regulamentar	Capital Económico
Para as carteiras reportadas na PA, as tabelas em conformidade com o RFP/DFP IV são utilizadas para determinar as ponderações do risco.	O CE para carteiras PA é calculado através de fórmulas de perda inesperada BCIA baseadas no PI correspondente, na PDI Descendente e na EI.
É utilizado o fator de escalonamento regulamentar 1.06.	Não é utilizado qualquer fator de escalonamento
São utilizados valores regulamentares de PDI, incluindo o ajuste da possível redução.	São utilizados valores de PDI de redução que incluem o ajuste da possível redução
Para exposições não soberanas, os valores de PI são colocados a 3 BPS	
Para Titularizações, as ponderações do risco são determinadas ao aplicar tabelas de consulta com base em classificações externas em conformidade com o DFPIV. Para as titularizações em que o ING atua como patrocinador, é utilizada a Abordagem de Avaliação Interna.	O CE para titularizações é calculado ao aplicar as fórmulas par Empresas no quadro do RFP (com base nos valores internos da PI, EI, PDI e na maturidade restante).
Para exposições a partir de 1 ano: Os valores de PI representam a PI durante 12 meses. Menos de 1 ano: são utilizados valores de PI de 1 ano. Depois da PI, há um ajuste da maturidade: sempre definida para 1 ano (para prazos inferiores a 1 ano) a não ser que o produto seja colocado numa lista de autoliquidação e / ou produtos relacionados com o comércio aprovados pelo CRC (em linha com o RFP). Estes devem ser interpretados como «não fazendo parte do financiamento contínuo do devedor» (RFP, artigo 162)	Para exposições a partir de 1 ano: Os valores de PI representam a PI durante 12 meses. Menos de 1 ano: exceto para empréstimo a clientes classificados como 11 e pior (limite da PI de 1 ano), todas as PI são limitadas a 1 mês. Assim, uma exposição com um período restante de 6 meses terá um valor de PI baseado em 6 meses
A EI regulamentar é utilizada em todas as exposições.	A EI regulamentar é utilizada em todas as exposições.
É utilizado o nível de confiança com base no RFP/DFPIV de 99,90 %.	Ligado à Apetência do Risco, é utilizado um nível de confiança 99,95%
São utilizadas correlações em conformidade com o RFP/DFPIV	São utilizadas correlações específicas do ING para recolher as especificações da carteira do ING, incluindo benefícios de diversificação, riscos de concentração e riscos de nome único
Uma vez que a Cobertura de Capital CVA de 2014 é acrescentada ao Capital Regulamentar para crédito	o risco CVA é tido em conta sendo calculado no Pilar I com base na Abordagem Padronizada do RFP
No Relatório de Solvência, os outros ativos que não sejam de obrigação de crédito (OANOC) são incluídos.	Os itens do OANOC relacionados com o risco de crédito são incluídos

O CE é calculado utilizando os valores económicos dos modelos de classificação (PI, EI e PDI). Em linha com os requisitos regulamentares, as chamadas «alterações significativas» destes modelos de classificação são comunicados ao regulador para aprovação. As alterações significativas estão relacionadas com o impacto no APR de Crédito (Pilar I) ou no significado (tamanho) do modelo para a carteira do ING Bank.

Medição do risco de crédito

Existem duas formas de medir o risco de crédito na carteira do ING Bank, dependendo de a exposição estar ao abrigo do escritório do ING, permitido pelo BCE para utilizar a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) ou manter-se na Abordagem Padronizada (AP).

Abordagem Padronizada (AP)

Ao contrário da abordagem BCIA, a abordagem padronizada aplica uma ponderação do risco fixa a cada ativo, conforme indicado pelas Autoridades de Supervisão Financeira e baseia-se na classe de exposição a que a exposição está atribuída. Como tal, a Abordagem Padronizada é a menos sofisticada das metodologias de Capital Regulamentar e não é tão sensível como a abordagem baseada no risco. Quando existem classificações de agências de classificação externas disponíveis, estas podem ser utilizadas como substitutas do uso de ponderações do risco fixas atribuídas pelas Autoridades de Supervisão Financeira. Uma vez que os devedores subjacentes são relativamente pequenos, estes têm tendência para não ter classificações externas.

Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA)

Existem cinco elementos que fomentam a determinação dos ativos ponderados do risco ao abrigo da abordagem BCIA.

Probabilidade de Incumprimento (PI) A primeira é a probabilidade de incumprimento da contraparte, que avalia a solvabilidade de uma contraparte em termos de probabilidade de entrar em incumprimento. O resultado deste cálculo tenta medir a solvabilidade sénior, individual e não garantida de uma organização sem considerar os elementos estruturais das transações subjacentes como cauções, preços ou maturidade. Cada mutuário deve ter uma classificação que se traduz numa PI.

Exposição em Incumprimento (EI): O segundo elemento é a exposição em incumprimento da contraparte. Estes modelos visam estimar o valor ou obrigação em dívida aquando do incumprimento no futuro. Uma vez que não é possível saber se uma contraparte entrará em incumprimento e o nível de dívida que poderá ocorrer nessa data também não é conhecido, o ING Bank utiliza uma combinação de modelos estatísticos, especialistas e híbridos para estimar a Exposição em Incumprimento. Com a exceção das garantias e cartas de crédito, a EI é sempre igual a ou superior ao risco de crédito em dívida associado, partindo do pressuposto que as contrapartes têm tendência para absorver a liquidez de recursos de crédito disponíveis antes de os problemas financeiros se tornarem aparentes aos credores da contraparte. A EI é uma função do tipo de facilidade de crédito (renovável, descoberto, a termo) oferecido ao mutuário.

Perda Dado o Incumprimento (PDI): O terceiro elemento é a perda dado o incumprimento. Estes modelos visam estimar o montante que o ING Bank irá perder ao liquidar cauções relacionadas com um determinado empréstimo ou obrigação financeira ou, em alternativa, ao liquidar a empresa no seu todo, como parte de um processo de negociação. Os modelos de PDI baseiam-se nos tipos de cobertura, taxas de recuperação estimadas com liquidação atempada e no custo direto de liquidação.

Maturidade (M): O quarto elemento é o tempo da maturidade da obrigação financeira subjacente. Os regulamentos (RFP/DFPIV) colocam o elemento de maturidade com um limite mínimo de um ano, e máximo de cinco anos, embora muitas obrigações prolonguem a sua instituição por mais de cinco anos.

Classe de Exposição: O quinto elemento é a classe de exposição (um agrupamento de riscos de crédito associados com um tipo de devedor ou tipo de produto comuns) que é o fomentador do fator de correlação. Para calcular os ativos de risco ponderado, a correlação do incumprimento entre uma transação e todas as outras transações na carteira são tidas em conta. O fator de correlação determina que parte do risco individual de uma transação é retida quando a mesma é incluída na carteira e os benefícios de diversificação da carteira são tidos em conta.

Perda Esperada (PE) A perda esperada proporciona uma medida do valor das perdas de crédito que o ING Bank poderá esperar razoavelmente incorrer na sua carteira. O ING Bank deve ser detentor de uma reserva (como parte da sua base de capital) para abranger as perdas esperadas na sua carteira de crédito. Na sua forma básica, a perda esperada pode ser representada como:

$$PE = PI * EI * PDI$$

Titularizações

O ING Bank implementou a abordagem BCIA para o risco de crédito. Como consequência, o ING Bank utiliza a Abordagem Baseada na Classificação (ABC) para investimentos em conjuntos de títulos apoiados por ativos (TAA) e títulos apoiados por hipotecas (TAH) que foram classificados por agências de classificação externas. As agências de classificação utilizadas pelo ING Bank ao abrigo da ABC) incluem: Standard & Poor's, Fitch, Moody's e DBRS.

Ao abrigo da ABC, o APR é determinado ao multiplicar o montante da exposição pelas ponderações do risco regulamentar adequadas, que dependem:

- Da classificação externa ou uma classificação inferida disponível;
- Da senioridade da posição;
- Da granularidade da posição.

O ING Bank utiliza a Abordagem de Avaliação Interna para as facilitações de apoio que dá ao Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp., com base em metodologias de agência de classificação publicadas externamente.

Modelos do risco de crédito

No ING Bank, os modelos em conformidade com o Basel são utilizados para determinar a PI, EI e PDI para capital regulamentar e económico. Ao nível do banco, o ING Bank implementou cerca de 80 modelos, incluindo vários submodelos que poderão ser aplicados para uma carteira específica.

Existem três tipos de modelação que constituem a base destes modelos PI, EI e PDI utilizados no Banco:

- **Os modelos estatísticos** são criados quando está disponível um grande conjunto de dados de incumprimento ou perda detalhada. São caracterizados por um número suficiente de pontos de dados que facilitam a estimativa estatística significativa dos parâmetros do modelo. Os parâmetros do modelo são estimados com técnicas estatísticas baseadas no conjunto de dados disponível;
- **Os modelos especialistas** baseiam-se no conhecimento e experiência de especialistas das equipas de gestão do risco e *front office* e na bibliografia de agências de classificação, supervisores e académicos. Estes modelos são especialmente adequados para «Carteiras de Baixo Incumprimento», onde existem incumprimentos históricos limitados;
- **Os modelos híbridos** contêm características de modelos especialistas e estatísticos.

Depois da escolha do modelo, a definição de incumprimento é um ponto de partida importante para a criação de modelos. O ING Bank utiliza um quadro que integra elementos da definição regulamentar de «Incumprimento» e os indicadores de provisões para perdas por empréstimos duvidosos ao abrigo do IAS 39. A lógica é que vários indicadores estão muito próximos das indicações de uma «improbabilidade de pagar» de um devedor ao abrigo dos regulamentos europeus (RFP/DFPIV) e regulamentos semelhantes. A integração de ambos os quadros torna possível a utilização de componentes de risco regulamentar de PI, PDI e EI no processo de provisão coletiva ao abrigo do IAS 39, melhorando ainda mais a conformidade do ING Bank com o «teste de utilização» do RFP/DFPIV. As principais diferenças entre os parâmetros utilizados para calcular as Provisões para Perdas por Empréstimos Duvidosos e o Capital Regulamentar são que os parâmetros do Capital Regulamentar costumam ser através de ciclo enquanto os parâmetros das Perdas por Empréstimos Duvidosos costumam ser mais pontuais. Adicionalmente, a PDI para os cálculos do Capital Regulamentar baseia-se numa descida da PDI.

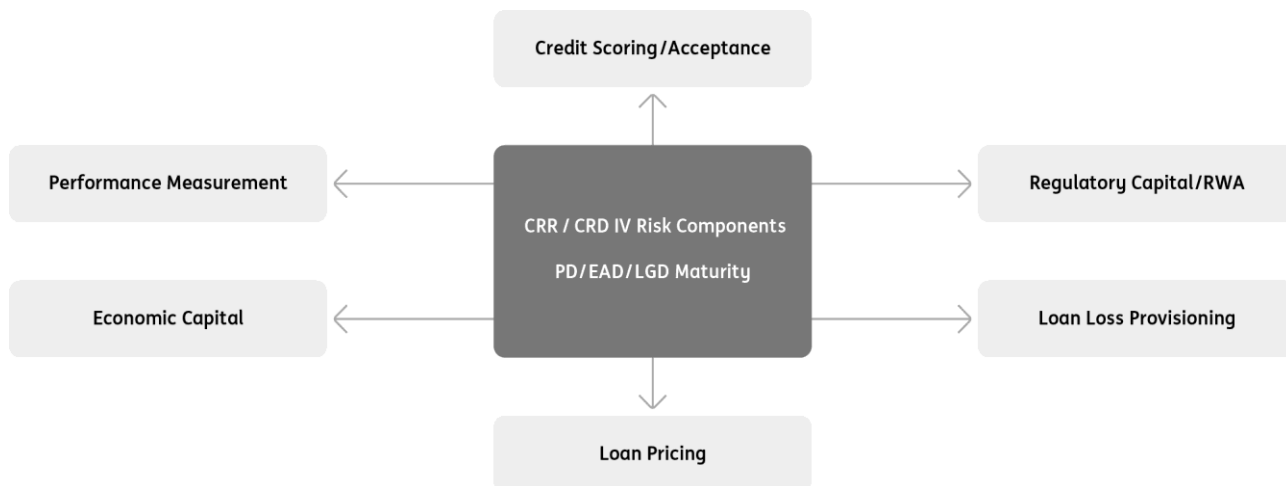
Modelos de medição pré-liquidação.

Para capital regulamentar, a exposição Pré-Liquidação (PL) é calculada usando uma majoração *Marked to Market* (MtM) mais uma com base em regulamentos. Para efeitos de capital internos, o ING Bank utiliza duas metodologias para calcular as suas exposições PL. Idealmente, todas as partes do ING Bank iriam sempre aplicar metodologias idênticas. Contudo, reconhece-se que a capacidade de implementar metodologias de medição do risco depende muito das capacidades do sistema e, em certos casos, os benefícios de implementar uma metodologia podem não ser justificados tendo em conta os custos. Por isso, mais do que uma metodologia está atualmente em uso no ING Bank.

- **Abordagem de majoração com base em MtM mais modelo:** Nesta abordagem, o risco PL é calculado como a soma entre o MtM do comércio e a majoração com base em modelos. O MtM flutua durante o contrato. A majoração com base em modelos é específica do produto e tem em conta o tempo restante de maturidade, perfil por períodos de tempo, etc., as majorações são atualizadas com uma frequência que tem em conta as principais mudanças de mercado. Esta metodologia é utilizada para avaliação da exposição pré-acordo para todos os produtos de mercado financeiro do ING Bank e para cálculos do risco pós-acordo para carteiras de mercados financeiros em que os esforços computacionais e os custos associados com a implementação da abordagem de Simulação de Cenários não são justificáveis;
- **Abordagem de Simulação de Cenários (abordagem Monte Carlo):** A abordagem de Simulação de Cenários é a mais complexa dos métodos para cálculos do risco de PL. Esta abordagem é a única que tem completamente em conta as condições de mercado diárias, incluindo as correlações entre os fatores de risco e os benefícios da carteira. Esta abordagem também é chamada abordagem Monte Carlo (MC) e é atualmente utilizada para o maior volume de produtos derivados como derivados de FX e da taxa de juro. O ING Bank está no processo de implementar esta abordagem para mais produtos. A monitorização das exposições de PL e a definição do limite para os produtos no âmbito da abordagem MC baseiam-se nas exposições resultantes da abordagem MC; a avaliação da exposição da verificação pré-acordo baseia-se na abordagem de majoração MtM mais a do modelo. Em 2015, o ING transferiu a sua medição com base na Monte Carlo para a exposição pré-liquidação que ocorre em sistemas externos, para um sistema interno que também é utilizado para calcular as contas CVA.

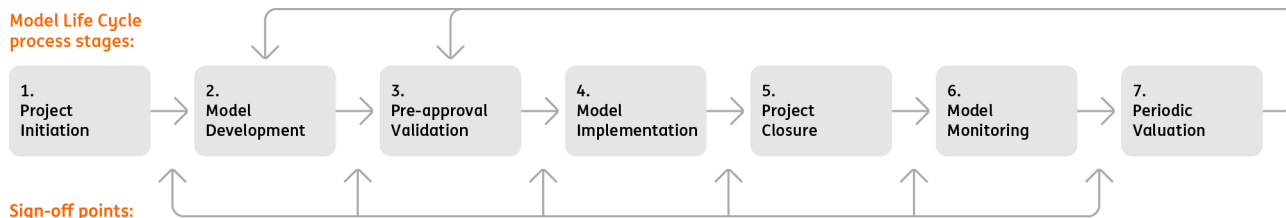
Além das duas abordagens, o ING reconhece que certos produtos comerciais fora deste âmbito podem ser considerados insuficientemente precisos. Por exemplo, as transações altamente estruturadas ou com derivados exóticos podem ser significativamente diferentes das transações genéricas utilizadas para calcular majorações. Para a avaliação das exposições do risco de produtos complexos é efetuado um cálculo individual.

A figura abaixo ilustra um resumo de elevado nível de aplicação dos resultados do modelo (PI, EI e PDI).



Gestão do modelo do risco de crédito

Todos os modelos de PI, EI e PDI são elaborados segundo as normas de metodologia de modelação do risco de crédito interno e o ciclo de vida do modelo do ING Bank. Depois de uma revisão rigorosa da documentação por parte da Comissão de Desenvolvimento de Modelos (CDM) e a Validação do Modelo (VM), a Comissão de Riscos de Crédito (CRC) aprova os modelos. Para determinados modelos locais, a autoridade de aprovação é delegada pela CRC à CDM. Cada modelo tem um copatrocinador do risco de crédito e um *front office*. A CDM e a CRC têm participação de agentes de risco de crédito, assim como do *front office* para garantir a máxima aceitação pela organização. O impacto de capital da implementação dos modelos aprovados é participado ao BCE num relatório trimestral. Além disso, a VM valida cada modelo anualmente. Durante esta validação periódica, o desempenho do modelo é analisado através de outros testes retrospectivos. A maioria dos modelos de crédito revistos pela VM demonstram um desempenho conservador comparando com os níveis previstos.



Processo de classificação do risco de crédito

Por princípio, todas as classificações do risco são baseadas num Modelo de Classificação do Risco (PI) que cumpre os requisitos mínimos indicados no DFPIV, nas Regras de Supervisão do BCE e nas diretrizes da EBA. Isto diz respeito a todos os tipos e segmentos de contrapartes, incluindo países. Os modelos de classificação PI do ING Bank baseiam-se numa escala 1-22 (designada como a «Escala Principal») que corresponde às mesmas classificações atribuídas por agências de classificação externa, como a Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Por exemplo, uma classificação do ING Bank de 1 corresponde a uma classificação da S&P/Fitch de AAA e a uma classificação da Moody's de Aaa; uma classificação do ING Bank de 2 corresponde a uma classificação da S&P/Fitch de AA+ e a uma classificação da Moody's de Aa1, etc.

As classificações do risco para empréstimos (1-19) são calculados nos sistemas de TI do ING Bank com modelos desenvolvidos internamente com base em dados inseridos de forma manual ou automática. Em determinadas condições, o resultado de um modelo inserido manualmente pode ser questionado através de um processo de recurso de classificação claramente definido. As classificações do risco para empréstimos de risco (20-22) são definidas com base numa metodologia subjetiva aprovada pela unidade de reestruturação global ou regional. Para carteiras de titularizações, as classificações externas da parte em que o ING Bank investiu são as utilizadas.

As classificações do risco atribuídas a contrapartes são regularmente, pelo menos anualmente, revistas e o desempenho dos modelos subjacentes regularmente monitorizado. Mais de 95 % dos riscos de crédito do ING Bank foram classificados usando um dos modelos de classificação de PI desenvolvidos internamente. Na Carteira de BCIA, o nível de classificações em conformidade com os regulamentos excede a cobertura de 99 % por exposição. Alguns destes modelos são universais, como os modelos para Grandes Empresas, Bancos Comerciais, Seguradoras, Governos Centrais, Governos Locais, Fundos, Gestores de Fundos, Financiamento de Projetos e Empresas de Recursos. Embora outros modelos sejam mais específicos em termos regionais ou de país, como os modelos de PI para Pequenas e Médias Empresas (PME) na Europa Central, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, assim como modelos de hipotecas residenciais e de empréstimos ao consumidor em vários mercados de retalho.

Os Modelos de Classificação para contrapartes de retalho são maioritariamente fomentados e automatizados estatisticamente, de modo a poderem ser atualizados mensalmente ou bimensalmente. Os modelos para PME e empresas, instituições bancas maiores são atualizados manualmente e são individualmente monitorizados, pelo menos, anualmente.

Classes de exposição

O BCBS (Comité de Basileia) e a legislação europeia (RFP/DFPIV) desenvolveram o conceito de «Classes de exposição». Estas são essencialmente um agrupamento de riscos de crédito associados a um tipo de contraparte ou tipo de produto comuns. Para a abordagem BCIA, a maioria das classes de exposição tem subcategorias. O ING Bank aplicou as definições seguintes para determinar as Classes de exposição:

- **Soberanos** inclui entidades Governamentais Soberanas, Bancos Centrais e Autoridades Locais / Regionais reconhecidas, assim como Organizações Supranacionais;
- **Instituições** inclui todos os Bancos Comerciais, Instituições Financeiras Não Bancárias, como Fundos e Gestores de Fundos e Seguradoras, assim como entidades governamentais locais e regionais não classificadas como governos;
- **Empresas** inclui todas as entidades legais que não são consideradas Governos, Instituições ou Outro Retalho;
- **Hipotecas Residenciais** inclui todos os empréstimos de hipotecas para propriedades residenciais; e
- **Outro retalho** inclui todas as outras obrigações de crédito relacionadas com as PME de Retalho, como parcerias, empresas individuais, particulares, como empréstimos ao consumidor, empréstimos automóveis e cartões de crédito.
- **Titularizações** inclui programas de titularização em que o ING Bank atua como investidor, patrocinador ou originador.

Nestas definições de classes de exposição, é possível um indivíduo particular ser incluído nas hipotecas residenciais e outro retalho.

A disposição Pilar III inclui detalhes da carteira do ING classificados por estas Classes de Exposição. Isto poderá ajudar na comparação com outros bancos de BCIA. Contudo, o ING Bank não gere a sua carteira segundo estas classes de exposição, baseia-se mais na geografia, segmentos de clientes, indústria e produtos. Assim, as divisões adicionais da carteira são também fornecidas no Pilar III, que reflete estas classificações de gestão da carteira.

As divisões da carteira do ING Bank por classe de exposição e categoria do risco, com base na Exposição em Incumprimento, são ilustradas abaixo. Os números na secção Risco de crédito incluem os empréstimos ao Grupo (e também Seguros para 2014) como «empréstimos interempresas», salvo indicação em contrário:

Classes de exposição, Carteira do ING Bank por categoria do risco, com % da EI total

	Empréstimos (TODOS)		Investimento		Mercado Monetário		Pré-Liquidação		Total		Total
	AIRB	SA	AIRB	SA	AIRB	SA	AIRB	SA	AIRB	SA	AIRB + SA
2015											
Soberanos	3,5 %	0,0 %	8,3 %	0,1 %	1,6 %	0,2 %	0,3 %	0,0 %	13,7 %	0,3 %	14,1 %
Instituições	4,1 %	0,4 %	2,2 %	0,0 %	0,3 %	0,0 %	5,6 %	0,1 %	12,3 %	0,5 %	12,8 %
Empresas	29,5 %	1,1 %	0,2 %	0,0 %	0,1 %	0,0 %	1,3 %	0,0 %	31,1 %	1,1 %	32,2 %
Hipotecas Residenciais	33,3 %	0,8 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	33,3 %	0,8 %	34,1 %
Outro retalho	4,5 %	1,3 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	4,5 %	1,3 %	5,8 %
Titularizações	0,2 %	0,0 %	0,8 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,1 %	0,0 %	1,0 %	0,0 %	1,0 %
Total (TODOS)	75,1 %	3,6 %	11,5 %	0,1 %	2,0 %	0,3 %	7,3 %	0,1 %	95,9 %	4,1 %	100,0 %

Classes de exposição, Carteira do ING Bank por categoria do risco, com % da EI total

	Empréstimos (TODOS)		Investimento		Mercado Monetário		Pré-Liquidação		Total		Total
	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA	SA	BCIA + SA
2014											
Soberanos	2,2 %	0,0 %	9,1 %	0,1 %	1,0 %	0,2 %	0,5 %	0,0 %	12,8 %	0,3 %	13,1 %
Instituições	4,3 %	0,2 %	2,6 %	0,0 %	1,1 %	0,1 %	6,0 %	0,0 %	14,0 %	0,3 %	14,3 %
Empresas	27,2 %	1,0 %	0,2 %	0,0 %	0,1 %	0,0 %	1,3 %	0,0 %	28,7 %	1,0 %	29,7 %
Hipotecas Residenciais	34,9 %	0,7 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	34,9 %	0,7 %	35,6 %
Outro retalho	5,0 %	1,3 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	5,0 %	1,3 %	6,3 %
Titularizações	0,2 %	0,0 %	0,8 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	1,0 %	0,0 %	1,0 %
Total (TODOS)	73,8 %	3,2 %	12,7 %	0,1 %	2,1 %	0,2 %	7,8 %	0,0 %	96,4 %	3,6 %	100,0 %

Os números acima indicam que, comparando com 2014, ocorreu uma redução da proporção das hipotecas residenciais na carteira do banco. Este decréscimo foi impulsionado pela transferência contínua de hipotecas do WestlandUtrecht Bank (WU) para o NN Bank e a liquidação na carteira de hipotecas do WU. Excluindo estas transferências, as hipotecas residenciais foram alvo de um crescimento em DiBa Alemanha, Bélgica e um pequeno crescimento na Austrália depois da venda de hipotecas ao abrigo do Fundo de Gestão de Hipotecas.

A exposição a empresas aumentou no volume real e enquanto proporção da carteira total com a depreciação do Euro a ter um contributo significativo. Excluindo o impacto da FX, a exposição de empréstimos foi alvo de crescimento em Financiamento Estruturado, Financiamento de Imobiliário e carteiras Empresariais e de Empréstimos FI.

A carteira de investimentos diminuiu um pouco em proporção, assim como no valor absoluto, e, juntamente com o cumprimento dos requisitos de liquidação, continua uma fonte de ativos de apoio nos mercados Desafiadores e em Crescimento com exposição, maioritariamente, a governos centrais e bancos centrais europeus. As titularizações de investidores e patrocinadores incluem a diminuição da carteira em termos de titularizações no ING Bank.

Modelos utilizados para classes de exposição

O ING Bank desenvolveu modelos de PI, EI e PDI para carteiras da Banca Grossista e da Banca de Retalho. Os modelos de PI, EI e PDI estão sujeitos a aprovação da CRC (ou em determinados casos delegados: CDM) e as alterações que tiverem um impacto significativo nos resultados exigem aprovação do regulador antes da sua implementação. Por natureza, as classes de exposição supracitadas têm características diferentes e específicas. Para capturar estas características específicas e ter valorizações e avaliações adequadas, o RC está continuamente a atualizar e desenvolver modelos em cada classe de exposição. No total, o RC utiliza cerca de 80 modelos internos diferentes.

O ING distingue quatro tipos de cenários pós-incumprimento:

- *Sem Perda – Resolução:* o Mutuário paga todos os montantes em atraso (na medida a que o ING Bank tem legalmente direito) e o ativo volta a estar em não incumprimento. O ING Bank não sofre qualquer perda no processo. A relação não é terminada. O mutuário volta a estar em desempenho.
- *Sem Perda – Saída sem perda:* O ING Bank (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição ou o Mutuário paga na totalidade. Depois disso, a relação é terminada. O ING Bank não sofre qualquer perda no processo.
- *Perda – Saída com perda:* O ING Bank (ou o mutuário) liquida as cauções e pede garantias para recuperar a exposição. Depois disso, a relação é terminada. O ING Bank sofre perda no processo.
- *Perda – Reestruturação Urgente:* O ING Bank reestrutura o acordo de empréstimo de modo a recuperar a exposição depois de dar algum desconto. A relação com o mutuário continua depois da reestruturação. O ING Bank sofre algumas perdas no processo.

Alterações em 2015 aos modelos do risco de crédito

A introdução do Mecanismo de Supervisão única do BCE levou a uma alteração nas cronologias de implementação. As atualizações de modelos baseadas em diretrizes regulamentares foram efetuadas no final do ano e aumentaram o APR em 5,6 mil milhões de euros. A atualização do modelo de PDI de Financiamento Alavancado foi o principal contribuinte para o aumento do APR em 4,2 mil milhões de euros. A atualização do modelo de PDI de CPF aumentou o APR em 1,1 mil milhões de euros. Para mais informações sobre as alterações ao modelo e a migração subsequente do APR em 2015, consultamos o capítulo Análise da Migração de Ativos com Risco Ponderado na secção do Pilar III.

Titularizações

O ING Bank tem três papéis na sua exposição a programas de titularização:

O ING Bank enquanto Investidor

Os Mercados Desafiadores e em Crescimento de Retalho foram os principais investidores nas transações de titularização no ING Bank. A sua principal estratégia era recolher depósitos de clientes e oferecer produtos de empréstimo aos seus clientes de retalho. O produto de poupanças costuma ser o primeiro produto a ser lançado num país depois das hipotecas e outros produtos de retalho (contas corrente, empréstimos não garantidos, cartões de crédito, etc.). A diferença entre os passivos de retalho e os ativos de retalho originados pelo próprio é investida em obrigações de elevada qualidade e, quando adequado, em determinados ativos internos originados por outras entidades do ING Bank. A estratégia do ING Bank evoluiu para criar bancos mais universais a partir das operações de retalho. Além disso, os requisitos regulamentares para liquidez ficaram explicados nos últimos anos, com diminuições da atratividade das titularizações como forma de reserva líquida. Assim, o ING Bank reduziu muito a sua carteira de titularizações nos últimos anos.

O ING Bank enquanto Originador

Ocasionalmente, o ING Bank originou as suas próprias transações de titularização para efeitos de capital económico e regulamentar, assim como efeitos de liquidez e financiamento. As titularizações originadas por uma empresa apenas podem ser consideradas para o desconhecimento do saldo quando os requisitos para a transferência do risco de crédito significativo forem cumpridos. Contudo, para uma transação de titularização ser reconhecida como para redução do APR, a transferência do risco por si só pode ser insuficiente devido ao aumento do impacto da fórmula de inconsistências de maturidade. Como consequência, o APR das partes retidas para uma das transações seria superior ao APR total do conjunto subjacente antes da titularização. Nestes casos, o cálculo do APR para a transação é efetuado como se não fosse titularizado. O ING Bank efetuou um número muito limitado de transações externas enquanto originador.

O ING Bank enquanto Patrocinador

No normal decorrer dos negócios, o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma Entidade de Finalidade Especial (EFE). As transações são muitas vezes financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp. (classificação A-1/P-1). A Mont Blanc Capital Corp. continua a financiar-se externamente nos mercado PCGA. Na sua função enquanto agente administrativo, o ING Bank facilita estas transações ao prestar serviços de estruturação, contabilidade, financiamento e operações. O ING Bank também oferece instalações de apoio (melhoria ao nível da liquidez e do programa) que apoiam as transações financiadas pela conduta. O Mont Blanc está completamente consolidado nas contas financeiras do ING Bank.

Mais informações sobre titularizações incluídas na secção Pilar III.

Ferramentas de risco de crédito

Políticas de risco de crédito

As políticas de risco de crédito do ING oferecem regras, papéis e responsabilidades genéricas que devem ser sempre seguidos no ING Bank. Embora seja dada tolerância para variação discricionária de modo a cumprir os regulamentos locais, estas variações devem sempre cumprir a política de risco de crédito global do ING Bank e ser aprovadas pelo risco de crédito (local). Todas as políticas de risco de crédito são criadas segundo as normas de desenvolvimento de políticas e revistas regularmente. Cada política tem um patrocinador do risco de crédito e é criada em colaboração próxima com os vários grupos de interesse no risco de crédito, *front office* e, quando aplicável, outros departamentos empresariais. Todas as políticas exigem a aprovação pela Comissão de Risco de Crédito (CRC) e, quando aplicável, pela Comissão de Crédito Global (GCC).

Sistemas do risco de crédito e normas de dados

A aceitação, manutenção, medição, gestão e participação de riscos de crédito a todos os níveis do ING Bank são conseguidas através da promoção de normas de dados de riscos de crédito únicas e comuns e da integração em ferramentas de riscos de crédito comuns que apoiam práticas dos riscos de crédito padronizadas e transparentes. O ING escolheu desenvolver ferramentas de risco de crédito centralmente. A filosofia é reutilizar os mesmos dados para todos os efeitos, numa abordagem integrada que sobrepõe as três áreas chave da política do ING Bank, o ambiente regulamentar em que operamos e os processos diários ativos no grupo. Sobrepor estas três áreas é o requisito essencial para garantir as normas de qualidade dos dados e que a disciplina continua elevada.

O modelo de dados centrado no cliente está em conformidade com as três necessidades centrais de negócios do ING Bank:

- Efetuar transações eficazes com as nossas contrapartes;
- Estar em conformidade com as nossas obrigações internas e externas;
- Monitorizar os riscos que assumimos.

A abordagem centrada no cliente garante que o ING Bank consegue reagir rapidamente a regulamentos, necessidades comerciais e melhores práticas em alteração nos negócios com os nossos clientes e possíveis clientes.

Princípios orientadores referentes a elementos de dados

Os princípios orientadores são que cada elemento de dados apenas deve ser inserido uma vez e deve ter um sistema «home» ou base de dados clara definidos para todos os usos desse elemento de dados. A partir da «home» de dados, estes podem ser redistribuídos para outros sistemas ou bases de dados que poderão exigir os dados num método automatizado de Processamento Direto (STP). Dependendo da necessidade, os dados podem ser transferidos em tempo real, tempo quase real, diariamente, semanalmente ou mensalmente. Esta frequência de dados subjacentes não depende da transferência de dados que poderá ocorrer para efeitos de consolidação.

Carteira do risco de crédito

A exposição do crédito do ING Bank está especialmente relacionada com empréstimos tradicionais a indivíduos e empresas seguidos por investimentos em obrigações e outros ativos titularizados. Os empréstimos a particulares são maioritariamente empréstimos de hipoteca garantidos por propriedade residencial. Os empréstimos (incluindo as garantias emitidas) a empresas incluem muitas vezes cauções, mas podem não ser garantidos com base na análise interna da solvabilidade do mutuário. As obrigações na carteira de investimentos costumam não ser garantidas. Os ativos titularizados como Títulos Apoiados por Hipotecas e os Títulos Apoiados por Ativos são garantidos pela parte pro rata do conjunto diversificado de ativos subjacentes (hipotecas comerciais ou residenciais, empréstimos automóveis e/ou outros ativos) detidos pelo emissor do título. A última grande fonte de risco de crédito envolve exposições pré-liquidação originadas por atividades comerciais, incluindo derivados, transações de recompra e empréstimos de títulos, assim como transações de intercâmbio.

Limites de classificação de risco por linha de negócios

Os limites de classificação do risco são definidos com base na qualidade das exposições em termos de solvabilidade, variando de grau de investimento a empréstimos de risco expressos nos equivalentes da S&P, Moody's e Fitch.

Classes de risco, Carteira do ING Bank por % de dívida total

	Banca Gros.		B. Retalho Benelux		M. Desafiadores e Em Crescimento de Retalho ²		Linha Empresarial		Total ING Bank	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 (AAA)	9,4 %	6,1 %	0,1 %	0,0 %	7,6 %	9,8 %	40,2 %	42,3 %	6,5 %	5,6 %
2-4 (AA)	10,0 %	10,2 %	5,3 %	5,7 %	16,9 %	17,0 %	0,4 %	0,5 %	10,3 %	10,5 %
5-7 (A)	22,1 %	23,3 %	4,4 %	4,1 %	15,5 %	15,9 %	11,9 %	11,6 %	14,8 %	14,8 %
8-10 (BBB)	25,1 %	27,2 %	31,0 %	27,7 %	35,0 %	33,1 %	6,3 %	14,9 %	29,3 %	28,9 %
11-13 (BB)	24,6 %	22,7 %	46,0 %	47,3 %	17,5 %	16,8 %	38,0 %	30,7 %	29,4 %	29,2 %
14-16 (B)	5,4 %	6,3 %	7,7 %	8,6 %	5,8 %	5,6 %	0,0 %	0,0 %	6,1 %	6,8 %
17-22 (CCC & NPL)	3,4 %	4,2 %	5,5 %	6,6 %	1,7 %	1,8 %	3,2 %	0,0 %	3,6 %	4,2 %
	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

1 Com base na medição do risco de crédito contida nas atividades de empréstimo, pré-liquidação, mercado monetário e de investimento.

2 As obrigações cobertas são apresentadas com base na classificação de crédito externo do emissor em questão. As emissões de obrigações cobertas geralmente incluem uma melhor classificação do crédito externo do que o emissor sozinho, devido às características estruturais destas obrigações cobertas.

A distribuição do limite da classificação do risco em linhas empresariais continuou maioritariamente estável durante o ano. O aumento dos depósitos da reserva regulamentar no De Nederlandsche Bank foi o criador do aumento observado na proporção de ativos de classificação AAA. Uma melhoria nas classificações de hipotecas residenciais na Banca de Retalho do Benelux devido à gestão melhorada de atrasos e a regras de rastreio mais rigorosas levaram a um aumento da participação social para a categoria de classificação 8-10 (BBB). Uma melhoria semelhante foi observada nas carteiras de hipotecas na Alemanha e Austrália.

Tipos de risco de crédito**Classes de risco, Carteira do ING Bank por tipo de risco de crédito, por % de dívida total**

	Empréstimos		Investimento		Mercado Monetário		Pré-Liquidação		Total ING Bank	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 (AAA)	3,0 %	1,5 %	27,9 %	30,0 %	13,3 %	4,8 %	2,4 %	1,2 %	6,5 %	5,6 %
2-4 (AA)	4,9 %	5,4 %	36,6 %	33,7 %	50,9 %	41,5 %	11,4 %	11,4 %	10,3 %	10,5 %
5-7 (A)	11,1 %	10,1 %	17,8 %	17,5 %	5,1 %	21,4 %	52,7 %	58,1 %	14,8 %	14,8 %
8-10 (BBB)	33,1 %	33,1 %	10,5 %	11,0 %	24,1 %	23,5 %	23,8 %	20,0 %	29,3 %	28,9 %
11-13 (BB)	35,6 %	35,9 %	6,8 %	6,9 %	6,0 %	7,7 %	7,8 %	7,2 %	29,4 %	29,2 %
14-16 (B)	7,8 %	8,6 %	0,1 %	0,6 %	0,0 %	0,5 %	1,1 %	1,5 %	6,1 %	6,8 %
17-22 (CCC & NPL)	4,5 %	5,4 %	0,3 %	0,3 %	0,6 %	0,6 %	0,8 %	0,6 %	3,6 %	4,2 %
	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

1 Com base na medição do risco de crédito contida nas atividades de empréstimo, pré-liquidação, mercado monetário e de investimento. As classificações refletem as probabilidades de incumprimento e não consideram as cauções.

O mais notável foi o aumento nas participações de ativos de Empréstimo de classificação 1 (AAA) que foi fomentado por um aumento nos depósitos das reservas regulamentares nos bancos centrais holandeses e belgas. A categoria do Mercado Monetário também demonstrou uma migração da classificação do risco positiva devido a uma proporção superior de ativos a curto prazo nas autoridades monetárias centrais. A maioria da carteira do banco ainda informa nos limites de classificação BBB e BB.

Concentração da indústria do risco

O ING Bank utiliza uma metodologia de classificação da indústria comum com base no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte). Esta metodologia tem mais de 1 500 descrições industriais detalhadas, que se encontram agrupadas em 22 classes industriais ao mais elevado nível. Certos países exigem que o ING Bank participe localmente com base noutras metodologias de classificação industrial que costumam ser derivadas das classificações do NAICS aqui apresentadas. As hipotecas residenciais apenas costumam ser alargadas a particulares.

Concentração do risco: Carteira do ING Bank por setor

	B. Grossista		B. de Retalho Benelux		M. Desafiadores e Em Crescimento de Retalho		Linha Empresarial		Total ING Bank	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Particulares	0,1 %	0,0 %	74,0 %	73,6 %	62,9 %	59,6 %	0,0 %	0,0 %	39,4 %	40,9 %
Bancos Comerciais	14,3 %	15,4 %	0,3 %	0,3 %	7,8 %	8,1 %	54,6 %	45,1 %	8,8 %	8,8 %
Governos Centrais	10,5 %	11,9 %	1,2 %	1,2 %	7,1 %	8,0 %	34,1 %	35,0 %	7,0 %	7,5 %
Instituições Financeiras Não Bancárias	11,7 %	12,2 %	0,8 %	0,8 %	4,3 %	5,0 %	11,3 %	19,9 %	6,4 %	6,5 %
Imobiliário	10,0 %	10,3 %	4,7 %	4,9 %	0,8 %	0,7 %	0,0 %	0,0 %	5,8 %	5,7 %
Recursos naturais	13,0 %	14,0 %	0,4 %	0,4 %	0,7 %	0,6 %	0,0 %	0,0 %	5,7 %	5,6 %
Bancos Centrais	8,4 %	4,2 %	0,1 %	0,1 %	1,6 %	1,7 %	0,0 %	0,0 %	4,0 %	2,1 %
Transporte e Logística	7,6 %	7,4 %	1,1 %	1,2 %	0,4 %	0,3 %	0,0 %	0,0 %	3,6 %	3,3 %
Administração Pública Inferior	0,9 %	0,9 %	2,4 %	2,7 %	7,0 %	8,0 %	0,0 %	0,0 %	3,0 %	3,5 %
Alimentos, Bebidas e Cuidados	3,8 %	3,4 %	2,1 %	2,1 %	1,4 %	1,2 %	0,0 %	0,0 %	2,6 %	2,3 %
Serviços	3,1 %	2,9 %	3,6 %	3,3 %	0,7 %	0,5 %	0,0 %	0,0 %	2,5 %	2,3 %
Indústrias Gerais	3,3 %	3,8 %	1,5 %	1,5 %	1,7 %	1,3 %	0,0 %	0,0 %	2,3 %	2,3 %
Outros	13,3 %	13,6 %	7,8 %	7,9 %	3,6 %	5,0 %	0,0 %	0,0 %	9,0 %	9,2 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

1 Com base no montante total do risco de crédito na coluna respetiva utilizando as metodologias de medição do risco de crédito internas do ING Bank. Os setores económicos abaixo de 2 % não são apresentados em separado, são agrupados em Outros.

Durante 2015, a carteira geral continuou a expandir-se, levando a mudanças na concentração por setor económico. As Instituições Financeiras Não Bancárias têm um lugar proeminente devido ao aumento das posições em CPP, assim como os Bancos Comerciais que costumam ser as maiores concentrações. A concentração de Bancos Centrais aumentou maioritariamente devido a depósitos de reservas regulamentares nos Bancos Centrais na Europa e no Japão. A concentração de hipotecas continuou a diminuir, refletida na diminuição dos números de particulares. As participações sociais do Imobiliário na carteira do banco aumentaram um pouco devido ao aumento da exposição em mercados primários.

Risco do país

O crescimento da carteira foi maioritariamente observado na Banca Grossista, onde a Holanda e o Resto da Europa demonstraram o maior aumento em números absolutos. Por outro lado, houve uma diminuição na Banca de Retalho no Benelux, maioritariamente vista na Holanda, devido a uma proporção inferior de hipotecas holandesas na carteira geral.

Maiores exposições económicas: Carteira do ING Bank por área

	B. Grossista		B. de Retalho Benelux		M. Desafiadores e Em Crescimento de Retalho		Linha Empresarial		Total ING Bank	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Holanda	16,5 %	15,2 %	67,4 %	68,5 %	0,5 %	0,8 %	56,5 %	49,2 %	27,6 %	28,2 %
Bélgica	7,1 %	6,6 %	30,4 %	29,5 %	0,6 %	0,4 %	0,0 %	0,0 %	12,0 %	12,0 %
Alemanha	4,9 %	5,0 %	0,2 %	0,2 %	43,7 %	44,9 %	4,4 %	4,1 %	13,2 %	14,1 %
Resto da Europa ²	40,5 %	41,8 %	1,8 %	1,6 %	37,6 %	35,9 %	1,5 %	2,1 %	28,2 %	27,4 %
Américas	18,1 %	17,2 %	0,1 %	0,1 %	1,5 %	1,4 %	0,2 %	7,2 %	8,6 %	7,6 %
Austrália	0,9 %	1,0 %			15,9 %	16,3 %	0,3 %	0,3 %	3,4 %	3,5 %
Ásia/Pacífico	11,2 %	12,3 %	0,1 %	0,1 %	0,2 %	0,3 %	37,1 %	37,1 %	6,6 %	6,8 %
Resto do Mundo	0,8 %	0,9 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,4 %	0,4 %
Total	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

1 As áreas geográficas baseiam-se no país primário de risco e não no país de residência dos particulares.

2 As exposições do top 5 no Resto da Europa são para o Reino Unido, Espanha, França, Polónia e Itália.

Qualidade do crédito

Uma melhoria vista em mercados chave e uma tendência de melhoria nos custos do risco assinalam uma recuperação económica no ambiente operacional para o ING Bank. Desde o início da crise, a quantidade e as participações sociais da carteira total de risco de crédito do ING que exigiam atenção especial da gestão do risco tinham aumentado. O número e a média de tempo de retorno de ficheiros problemáticos continuou a melhorar em 2015, contudo, ainda não voltaram aos níveis anteriores à crise. A duração e intensidade da crise garante a atenção contínua à qualidade do crédito.

Cat. do risco de crédito				
	Regular	Lista de Observação	Reestruturação	Não desempenhc
Classificações possíveis	1–19	1–19	11–20	20-22
Classificações típicas	1–14	15–17	18–20	20-22
Deterioração no risco	Não significativo	Significativo	Significativo	Significativo
Intervenção significativa	Não necessário	Não necessário	Necessário	Necessário
Depreciação	Não	Não	Sim	Sim
Propriedade da Conta	Front Office	Front Office	Front Office	Front Office
Gestão do Risco de Crédito	Regular	Regular	Reestruturação do Crédito	Reestruturação do Crédito
Gestor Primário	Front Office	Front Office	Reestruturação do Crédito	Reestruturação do Crédito
Disponibilização de Contabilidade	IBNR	IBNR	IBNR/AFINS/AFIS	AFINS/AFIS

Qualidade do crédito: Carteira do ING Bank,

	2015	2014
Nem passado do prazo nem com depreciação	740,890	706,635
Empréstimo do cliente em atraso, mas sem depreciação (1–90 dias)	4 328	5 143
Não desempenho ¹	15 325	16 889
Total	760 543	728 667

1 Com base em atividades de empréstimo e investimento.

A carteira total do ING Bank registou um crescimento robusto fomentado pela origem dos ativos, assim como os movimentos FX. Os limites do total em atraso e depreciação recusados assinalam uma melhoria no ambiente operacional económico do banco. A melhoria na carteira de atrasos, mas não na depreciação, deve-se a um impacto positivo da melhor gestão dos atrasos na carteira de hipotecas holandesa. O volume de empréstimos em depreciação diminuiu, com uma grande contribuição vinda de clientes do Financiamento de Imobiliário que voltam ao estado em desempenho. O nível de hipotecas residenciais em depreciação também diminuiu na maioria das geografias e especialmente na carteira de hipotecas holandesa.

Obrigações em atraso

A Banca de Retalho mede continuamente a sua carteira em termos de atrasos de pagamento. As carteiras de retalho são monitorizadas de perto mensalmente para determinar se existem alterações significativas no nível de atraso. A metodologia é especialmente alargada a empréstimos a particulares, como empréstimos de hipotecas residenciais, empréstimos automóveis e outros empréstimos do cliente. Regra geral, uma obrigação é considerada em atraso se um pagamento de juros ou capital estiver com mais de um dia de atraso. Na prática, os primeiros 5-7 dias depois de uma obrigação ficar em atraso são considerados operacionais por natureza para empréstimos de retalho e carteiras de pequenas empresas. Depois deste período, são enviadas cartas ao devedor para o lembrar das suas obrigações de pagamento (em atraso). Se o atraso continuar a existir, o devedor é transferido para uma unidade de reestruturação. O devedor é reduzido para a classificação de risco de 20 (não desempenho) quando o atraso exceder os 90 dias. Para reduzir o número de atrasos, as unidades bancárias do ING encorajam os seus devedores a definir débitos automáticos das suas contas (correntes) para garantir os pagamentos atempados. A tabela abaixo indica todas as exposições em atraso a começar no dia 1, sem excluir o primeiro intervalo de tempo operacional de 5-7 dias.

Análise do envelhecimento (em atraso, mas não em não desempenho): Carteira do ING Bank para empréstimos ao consumidor, atrasos

	2015	2014
Em atraso há 1–30 dias	3 593	4 185
Em atraso há 31–60 dias	652	849
Em atraso há 61–90 dias	83	109
Total	4,328	5,143

1 Com base em empréstimos ao consumidor. O valor do atraso, mas não ativos financeiros em não desempenho relativamente a atividades de não empréstimo não foi significativo.

A melhoria nas obrigações em atraso foi maioritariamente vista no Retalho na Holanda (também a maior participação social da carteira) onde a melhoria da economia e a recuperação do mercado imobiliário eram os maiores fomentadores. Ao mesmo tempo, as ações de gestão do risco local focaram-se na diminuição dos atrasos e a melhoria precoce das metodologias de aviso ajudou claramente a melhorar a qualidade geral da carteira.

Banca Grossista: para empréstimos empresariais (governos, instituições, empresas); o ING Bank adotou uma política para classificar o Devedor como um empréstimo de não desempenho o mais rapidamente possível após a ocorrência de um incumprimento de pagamento ou até antes. Seguem-se os acionadores de incumprimento:

- Falência ou reorganização financeira: O Mutuário pediu ou foi colocado (ou é passível de pedir ou ser colocado) em falência ou proteção semelhante, evitando ou atrasando o pagamento do ativo financeiro;
- O Mutuário não pagou o capital ou juros/taxas e esta falha no pagamento continuou por resolver durante o período seguinte:
 - Empresas: mais de 90 dias;
 - Instituições Financeiras e Governos: a partir do dia 1, contudo, será feito um período de investigação de 14 dias consecutivos para que o ING Bank estabeleça se o incumprimento do pagamento foi devido a motivos não operacionais (isto é, a qualidade do crédito deteriorada da instituição financeira) ou por motivos operacionais. O último não aciona o incumprimento;
- O ING Bank acredita que o Mutuário não deve pagar: O Mutuário demonstrou dificuldades financeiras significativas, na medida em que terá um impacto significativo em fluxos de caixa futuros do Ativo Financeiro. Os eventos seguintes podem ser vistos como exemplos de indicadores de dificuldade financeira, mas não acionadores de incumprimento:
 - uma violação material de contrato;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para um determinado ativo financeiro;
 - a redução da classificação externa de um Mutuário;
- Restruturação da obrigação de crédito por motivos não comerciais: O ING Bank concedeu concessões por motivos económicos ou legais referentes a dificuldades financeiras do Mutuário, cujo efeito é uma redução na expectativa do ING em termos de fluxos de caixa futuros do ativo financeiro abaixo do Valor Contábil atual.

Como tal, além da abordagem focada em atrasos na Banca de Retalho, a Banca Grossista tem uma abordagem muito mais individual, usando os indicadores de Aviso Precoce para sinalizar violações prováveis, futuras e de resgate. Por norma, em linha com a definição Regulamentar (RFP/DFPIV), o ING Bank considera todos os empréstimos empresariais como de não desempenho se estiverem com um atraso de 90 dias.

Restruturação do Crédito

A Restruturação do Crédito Global (RCG) é o departamento empresarial dedicado e independente que trata de empréstimos de risco e empréstimos que têm uma probabilidade razoável de causar uma perda ao ING, se não forem tomadas medidas específicas. A RCG lida com contas ou carteiras que precisam de uma abordagem ativa, que poderá incluir a renegociação dos termos e condições e a restruturação empresarial ou financeira. Os empréstimos são geridos pela RCG ou pelas Unidades de Restruturação Regional nas várias regiões e unidades empresariais.

O ING utiliza três estatutos diferentes para a categorização da gestão de clientes com um perfil de risco de crédito (considerado) em deterioração, isto é, existem dúvidas quanto ao desempenho e à exigibilidade das obrigações contratuais do cliente:

- **Lista de Observação:** Regra geral, mas não obrigatoriamente, um cliente é classificado como na Lista de Observação quando existem preocupações de qualquer deterioração (possível ou material) no perfil do risco de crédito que costuma estar ligado à capacidade de o cliente cumprir as obrigações de pagamento ou ao refinanciamento do empréstimo existente. Os motivos para preocupação costumam ser causados pela indicação de Sinais de Aviso Precoce. O estado da Lista de Observação exige mais do que a atenção normal e o aumento da monitorização por revisões trimestrais. Contudo, nesta fase, não é considerada necessária qualquer intervenção específica do ING e não se espera uma restruturação significativa. Certos clientes com estatuto de Lista de Observação podem desenvolver um estatuto de Restruturação ou até de Recuperação.
- **Restruturação:** Um cliente é classificado como em Restruturação quando existem sérias preocupações da estabilidade financeira do cliente, solvabilidade e/ou a sua capacidade de pagar, mas quando a situação não pede uma revocação ou aceleração das facilidades ou a liquidação da caução. As medidas do ING visam manter o estatuto de preocupação contínua do cliente ao:
 - restaurar a estabilidade financeira do cliente;
 - apoiar o volume de negócios do cliente em parte ou no seu todo;
 - restaurar a tensão entre a dívida e o capital próprio;
 - reestruturar a dívida numa situação sustentável.
- **Recuperação:** Um cliente é classificado como em Recuperação quando o ING decide que a sua situação financeira não pode ser restaurada e pretende terminar a relação (de crédito). Em princípio, a saída tem de ser ao mínimo custo do risco possível. O ING prefere uma saída amigável, mas irá impor e liquidar a caução ou reivindicar as garantias, quando necessário.

Além disso, o ING utiliza três sinais de participação diferentes para identificar as exposições de clientes que enfrentam dificuldades financeiras com a noção de:

Diferimento: Para clientes com dificuldades financeiras, o ING poderá entrar num acordo de diferimento com estes clientes para facilitar a obrigação do serviço de dívida contratual. Todas as Unidades/Linhas Empresariais do ING têm de rever os clientes com a classificação Sinais de Aviso Precoce, Lista de Observação, Restruturação e Recuperação aos quais o Diferimento é aplicável.

Incumprimento: Para clientes com empréstimos de risco em conformidade com a definição do regulador (Basileia/RFP/DFPIV).

Depreciação: Para clientes com empréstimo(s) em depreciação em conformidade com a definição de contabilidade (IFRS/IAS).

A Lista de Observação, Restruturação e Recuperação são discutidas, pelo menos, trimestralmente entre o *Front Office*, respetivos executivos da Gestão do Risco de Crédito e a RCG, altura em que pode ser decidido alterar o estatuto de uma conta da Lista de Observação para a Restruturação ou Recuperação ou vice-versa. Além disso, as três categorias: Lista de Observação, Restruturação e Recuperação, estão no âmbito do diferimento. Para mais informações sobre o diferimento consulte a secção Diferimento.

Empréstimos de risco

A carteira de empréstimos do ING Bank está sob revisão constante. Geralmente, todos os empréstimos com obrigações financeiras em atraso superior a 90 dias são automaticamente reclassificados como de risco. Para as carteiras de empréstimos comerciais, costuma existir motivos para declarar um empréstimo de risco antes de passarem os 90 dias. Estes incluem, nomeadamente, a avaliação do ING Bank da incapacidade de o cliente cumprir as suas obrigações financeiras ou o pedido de falência ou proteção de falência pelo cliente. Em certos casos, uma violação material dos compromissos financeiros irá também acionar uma reclassificação de um empréstimo na categoria de risco. O ING Bank identifica os empréstimos de risco como os empréstimos em que é provável, com base na informação e eventos atuais, que o capital e as quantias de juros contratualmente devidas não serão recebidos em conformidade com os termos contratuais dos contratos de empréstimo.

A tabela abaixo representa a divisão do setor económico quanto a atrasos do risco de crédito para empréstimos e posições que foram classificadas como empréstimos de risco.

Empréstimos de risco: Carteira do ING Bank, atrasos por setor económico

	2015	2014
Particulares	5 580	6 308
Imobiliário	2 562	3 279
Recursos Naturais	1 352	929
Construtores e Contratantes	1 037	1 119
Serviços	796	694
Outros	3 999	4 560
Total	15 325	16 889

1 Os setores económicos que não estão no top 5 não são apresentados em separado, são agrupados em Outros.

A quantia geral dos NPL diminuiu em 2015, especialmente nos setores dos Particulares e Imobiliário. A diminuição em NPL para o segmento de Particulares deve-se maioritariamente à melhoria da qualidade do crédito na carteira de hipotecas holandesa, resultado da melhoria das condições económicas na Holanda. A diminuição em NPL no setor imobiliário foi fomentada por pagamentos, assim como amortizações. O aumento mais notável em NPL foi no setor dos recursos naturais, onde os preços de mercadorias globais e o conflito contínuo na Ucrânia têm impacto no desempenho e classificações do cliente.

Disposições

As provisões para perdas por empréstimos duvidosos são calculadas e contabilizadas em conformidade com as Normas de Participação Financeira Internacionais (IFRS-EU). Os LLP são participados para ativos financeiros medidos contra custos amortizados (Empréstimos e Créditos, Investimentos Detidos até ao Vencimento). Existem três tipos de LLP:

- Disposições de Ativo Financeiro Individualmente Significativo (AFIS): quando existem provas objetivas de um ativo financeiro estar em incumprimento ou resultado de um ou mais eventos indicados como ativadores de um incumprimento. Neste caso, o ING atribui uma classificação do risco de 20, 21 ou 22. As disposições específicas são calculadas se a exposição ao Mutuário exceder o montante limite. O limite do montante varia por unidade empresarial, mas geralmente é nulo na Banca Grossista e um máximo de 1 milhão de euros nos «mercados domésticos» de Retalho. Uma disposição é calculada com base em vários cenários e pressupostos. O nível das disposições está atualizado segundo as revisões trimestrais; o Fluxo de caixa descontado (FCD) é medido quando é um fomentador do risco significativo que pode ser calculado. O fluxo de caixa futuro baseia-se na melhor estimativa de quando/se as recuperações irão ocorrer. As recuperações podem ser a partir de qualquer fonte, como a venda de cauções, fluxos de caixa contínuas, venda de uma empresa/filial, etc.
- Disposições de Ativo Financeiro Individualmente Não Significativo (AFINS): são elaboradas para empréstimos de risco reconhecidos (classificações 20-22), se a exposição a um Mutuário for inferior ao montante limite. Devido ao seu tamanho inferior, as regras IFRS-EU permitem uma abordagem coletiva para medir estas disposições.
- Disposições de Incorrido Mas Não Reconhecido (IMNR): são elaboradas para a carteira de empréstimos em «desempenho» como estimativa ou indicador para as perdas/incumprimentos que já poderão ter ocorrido na carteira, mas que o ING Bank ainda não determinou nem reconheceu. O período de tempo de PI utilizado no cálculo das disposições de IMNR refere-se ao período em que um ativo está em depreciação (em incumprimento), mas ainda não foi reconhecido como tal, devido à falta de provas objetivas, e o momento em que essas provas objetivas de depreciação ocorrem e ficam disponíveis para o ING («tempo de resposta»). A principal alteração é o período de tempo de PI (12 meses) ser encurtado para períodos de 4,6,7,8,9 ou 12 meses, dependendo do tipo de cliente. A decisão de diferenciar o período de tempo por segmento de clientes baseou-se numa avaliação do tempo de resposta médio para tipos de clientes específicos e, pelo menos uma vez por ano, o período de tempo de PI é validado.

Todas as disposições de AFIS, AFINS e IMNR são participadas e calculadas utilizando uma ferramenta comum no ING Bank. Se existirem provas objetivas de um dos acionadores de incumprimento ser aplicável, as disposições de AFIS ou AFINS são calculadas. É efetuada uma análise trimestralmente para determinar o nível adequado de LLP e Custos de Risco. A Comissão de Fornecimento do ING Bank (IPC) discute e aprova o LLP para o ING Bank, com base nas propostas originadas pelas Unidades Empresariais do ING.

No final de 2015, o ING Bank deteve disposições específicas (AFIS) e coletivas (AFINS) de 3 331 milhões de EUR e 1 686 milhões de euros, respetivamente (2014: 3 519 milhões de euros e 1 696 milhões de euros, respetivamente), representando a diferença entre o custo amortizado da carteira e o montante recuperável estimado descontado à taxa de juros em vigor. Além disso, existem 769 milhões de euros (2014: 780 milhões de euros) em disposições (IMNR) contra a carteira em desempenho.

Disposições: Carteira do ING Bank

	B.grossista		B. Retalho Benelux		M. Desafiadores e Em Crescimento de Retalho		Total ING Bank	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	2 259	2 459	2 529	2 264	1 207	1 431	5 995	6 154
Alterações na composição do grupo	0	0	0	0	0	-170	0	-170
Amortizações	-520	-715	-956	-716	-242	-298	-1 718	-1 729
Recuperações	32	49	50	48	9	8	91	105
Aumento/Redução nas provisões para perdas	478	500	602	857	267	237	1 347	1 594
Taxa de câmbio ou outros movimentos	122	-34	-26	76	-25	-1	71	41
Balanço de encerramento	2 371	2 259	2 199	2 529	1 216	1 207	5 786	5 995

1 No final de 2015, o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 14 milhões de euros (2014: 6 milhões de euros)

Os custos de risco totais em 2015 estavam um pouco acima dos 1,3 mil milhões de euros, confirmando a tendência descendente desde 2014. Em 2015, os custos do risco médios eram aproximadamente 300 milhões de euros por trimestre, comparando com os quase 400 euros de custos de risco trimestrais médios em 2014, mostrando a tendência de melhoria do custo de risco depois da recuperação económica. Relativamente ao APR médio, os custos do risco totais eram aproximadamente de 44 pontos de base, num intervalo pré-crise de 40-45 pontos base como meta de «perda esperada». O stock de disposições total diminuiu para 5,8 mil milhões de euros de 6,0 mil milhões de euros. Embora estes sinais sejam encorajadores, o ING Bank continua atento a possíveis impactos que poderão desequilibrar as economias emergentes e os mercados financeiros de clientes e unidades empresariais.

Os custos de risco na Banca Grossista aumentaram no 1T, mas desde então demonstraram uma tendência de diminuição devido a custos de risco inferiores no Financiamento Estruturado e no Financiamento Imobiliário comparando com 2014. Os custos de risco diminuíram no Retalho na Holanda, apoiados pela recuperação da economia holandesa e aumento dos preços das habitações. O Retalho na Bélgica também testemunhou uma diminuição nos custos de risco, especialmente nos empréstimos empresariais. Os mercados Desafiadores e em Crescimento testemunharam custos de risco estáveis durante os trimestres.

Houve um aumento na percentagem de cobertura bancária para 38,5 % (2014: 35,5 %), maioritariamente devido a uma saída mais rápida da carteira de empréstimo de risco e uma diminuição comparativamente inferior no nível de disposições em stock.

Grandes partes da carteira de Investimento não são contadas nos custos amortizados (Empréstimos e Créditos ou Detidos Até ao Vencimento) e, por isso, estão fora do âmbito dos LLP. Em vez disso, estes ativos são avaliados pela depreciação. A Reunião de Depreciação do ING Bank juntamente com o IPC é um processo trimestral que revê todos os ativos sujeitos a um teste de depreciação IFRS-EU.

Diferimento

Em julho de 2014, o EBA disponibilizou uma definição esboço final sobre o diferimento e exposição em não desempenho, que foi uma melhoria da definição esboço publicada em 2013. O ING Bank seguiu as recomendações do EBA ao atualizar e implementar a sua política de diferimento em 2014.

A definição de diferimento é: «O diferimento ocorre quando o cliente é considerado incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros ao abrigo do contrato devido a dificuldades financeiras e, com base nestas dificuldades, o ING decide atribuir concessões ao cliente ao alterar ou refinar o empréstimo.» Alteração é definida como a modificação dos termos e condições do contrato para permitir ao cliente pagar a dívida. O refinanciamento está relacionado com a celebração de um novo contrato de empréstimo para garantir o pagamento total ou parcial de um contrato de empréstimo existente, que o devedor é incapaz de cumprir. Exemplos de medidas de diferimento: adiamento e/ou redução do capital do empréstimo e/ou pagamentos de juros, termos de pagamento alargados, consolidações de dívida e diferimento de execuções hipotecárias.

Em 2015, foi efetuado um pequeno ajuste à política de diferimento. Previamente, os acionadores de incumprimento com «mais de 30 dias de atraso e rediferimento» foram implementados de forma conservadora para todos os ativos diferidos, mas atualmente a política indica que, em conformidade com o EBA, apenas é aplicável a ativos diferidos que foram anteriormente considerados em diferimento de não desempenho.

Para identificar a noção de diferimento, o ING costuma avaliar os clientes com o estatuto de Sinais de Aviso Precoces, Lista de Observação, Reestruturação e Recuperação. O ING Bank revê o desempenho de clientes que receberam medidas de diferimento, pelo menos, trimestralmente.

Para clientes empresariais, o ING Bank aplica medidas de diferimento apenas para apoiar clientes que estão a passar por dificuldades temporárias com modelos de negócios fundamentalmente lógicos. O objetivo é maximizar as oportunidades de pagamento dos clientes, enquanto aplica uma política muito rigorosa relacionada com o perdão (parcial) da dívida.

Para clientes a retalho, foram estabelecidos critérios para determinar se um cliente é elegível para uma alteração ou refinanciamento para todas as unidades de retalho do ING Bank que aplicam atividades de diferimento. Também estão implementados mandatos de aprovação específicos para aprovar as alterações e o refinanciamento, assim como procedimentos para gerir, monitorizar e participar as atividades de diferimento. Estes critérios e mandatos variam, com base no quadro legal e nas práticas de mercado em vigor, mas em linha com a política do ING Bank.

Os clientes que recebem medidas de diferimento podem ter qualquer classificação do risco (em desempenho ou não desempenho), dependendo do seu perfil de risco:

- Desempenho - Se o contrato for considerado em desempenho antes de qualquer medida de diferimento e também depois de conceder a medida de diferimento, o estatuto de diferimento para este cliente tem de ser participado para um mínimo de dois anos;
- Não desempenho - Se o contrato for considerado como em não desempenho antes de qualquer medida de diferimento, o cliente irá manter o seu estatuto de não desempenho por um período mínimo de um ano;

A classificação de clientes com medidas de diferimento pode também mudar durante o período de participação do diferimento:

- De em desempenho para não desempenho - Se o cliente em diferimento de desempenho, que saiu do período experimental de não desempenho, acionar um dos acionadores gerais de não desempenho definidos pelo ING e tiver um atraso superior a 30 dias ou receber medidas de diferimento adicionais durante o período de participação, terá de ser classificado como em não desempenho.
- De em não desempenho para desempenho - O cliente em não desempenho, após concessão das medidas de diferimento, pode ser melhorado para uma classificação em desempenho, apenas quando 1) passou um ano desde que as medidas de diferimento foram concedidas, 2) a atribuição do diferimento não leva ao reconhecimento da depreciação ou incumprimento e 3) não existe qualquer montante em atraso nem preocupações referentes ao pagamento total da exposição em conformidade com as condições pós-diferimento. O período de participação mínimo total do diferimento para qualquer cliente em não desempenho «resolvido» será de três anos: um ano em não desempenho e, subsequentemente, os dois anos «normais» em desempenho.

A classificação do diferimento num cliente será descontinuada quando todas as condições seguintes (medidas trimestralmente) são cumpridas:

- O contrato é considerado como em desempenho e foi participado como «diferimento em desempenho» por um mínimo de dois anos;
- Foram efetuados pagamentos de montantes agregados de capital principal ou juros durante, pelo menos, metade do período de participação do diferimento;
- Nenhuma exposição do cliente tem um atraso superior a 30 dias no final do período de participação do diferimento.

Atenção que a estrutura das tabelas de ativos em diferimento muda comparando com os anos anteriores. Atualmente, a carteira empresarial está presente nas Linhas Empresariais, quando anteriormente a carteira empresarial foi participada na Banca Grossista. Notas às contas anuais consolidadas do ING Bank - continuação

ING Bank: Resumo de ativos Diferidos

	2015				2014			
	Ativos diferidos	Dos quais de desempenho	.Dos quais não desemp	% portf. total	Ativos diferidos	Dos quais de desempenho	Dos quais não desemp	% portf. total
Banca grossista	3.655	881	2.744	1.4%	6.657	1.437	2.221	1.6%
Banca de retalho	6.982	3.241	3.741	1.6%	6.279	2.552	3.726	1.4%
Total	10.637	4.122	6.516	1.5%	9.936	3.969	5.947	1.5%

Os ativos em diferimento totais do ING Bank aumentaram de 0,7 mil milhões de euros (+7%) para 10,6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2015. Este aumento deveu-se maioritariamente à Banca de Retalho, uma vez que os ativos de diferimento da Banca Grossista continuaram relativamente estáveis.

Banca Grossista

Em dezembro de 2015, os ativos de diferimento da Banca Grossista formaram um total de 3,7 mil milhões de euros, representante 1,4 % da carteira Total da Banca Grossista.

Banca grossista: ativos diferidos por região geográfica

		2015			2014		
		At.diferidos	de desemp.	não desemp.	At.diferidos	de desemp.	não desemp.
Europa	Holanda	1 229	406	823	1 690	762	928
	Bélgica	63	17	46	129	34	94
	Alemanha	5	5	0	62	36	26
	Ucrânia	641	0	640	217	38	180
	Itália	549	145	404	320	134	186
	Espanha	263	101	162	227	149	78
	Resto da Europa	497	182	315	778	251	526
África		92	0	92	9	9	0
América		237	7	230	165	18	147
Ásia		80	18	62	61	6	55
Austrália		0	0	0	0	0	0
Total		3 655	881	2 774	3 657	1 437	2 221

Banca grossista: ativos diferidos por Indústria

		2015			2014		
		At.diferidos	de desemp.	não desemp.	At.diferidos	de desemp.	não desemp.
Imobiliário		1 327	383	944	1 560	858	702
Recursos naturais		960	26	934	390	85	305
Indústrias Gerais		316	105	211	319	71	247
Serviços		213	125	88	170	54	116
Transporte e Logística		208	55	153	194	57	137
Serviços públicos		186	2	184	246	52	193
Construtores e Contratantes		182	113	70	429	165	264
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais		68	37	32	71	24	47
Lojas		42	3	38	53	2	51
Telecomunicações		38	9	29	60	0	59
Instituições Financeiras Não Bancárias		30	3	27	46	10	36
Automação		27	3	24	22	16	6
Outros		57	17	40	98	42	56
Total		3 655	881	2 774	3 657	1 437	2 221

O montante geral dos ativos diferidos da Banca Grossista continuou igual comparando com 2014. Os ativos diferidos estão maioritariamente concentrados no Imobiliário e Recursos naturais. Juntos contam 63 % (2014: 53 %) da carteira total de ativos diferidos e 68 % (2014: 45 %) da carteira total de ativos diferidos em não desempenho.

Embora o setor do Imobiliário tenha estabilizado um pouco comparando com anos anteriores, o impacto da deterioração anterior ainda é visível nos ativos diferidos devido aos seus períodos probatórios. A diminuição dos ativos diferidos do Imobiliário em desempenho foi maioritariamente causada pela saída de caixa na Holanda devido à venda e aos reembolsos. Por outro lado, os ativos diferidos em não desempenho aumentaram maioritariamente devido à nova entrada de caixa vinda da Holanda e Itália, sendo que a última foi o resultado da expansão da definição de ativos diferidos.

O aumento em ativos diferidos em não desempenho em Recursos naturais foi maioritariamente devido a atividades de Mineração na Ucrânia causadas pela situação política e económica negativa da região. O aumento em Recursos naturais foi definido pela saída de caixa de ativos diferidos em não desempenho, especialmente observado no Reino Unido, dos quais o principal contribuinte era um cliente falido. Outra falência na Holanda levou a uma diminuição nos ativos diferidos nos Construtores e Contratantes.

Banca de Retalho

Em dezembro de 2015, os ativos de diferimento da Banca de Retalho formaram um total de 7,0 mil milhões de euros, representante 1,6 % da carteira total da Banca de Retalho.

Banca de Retalho: Ativos Diferidos por Região Geográfica

		2015			2014		
		At.diferidos	de desemp.	não desemp.	At.diferidos	de desemp.	não desemp.
Europa	Holanda	4 262	1 719	2 543	3 659	1 040	2 619
	Bélgica	1 096	412	684	1 061	473	588
	Alemanha	696	547	149	721	481	239
	Turquia	196	124	73	50	44	7
	Polónia	135	48	88	154	86	68
	Espanha	59	32	27	60	53	7
	Resto da Europa	137	56	81	99	49	51
África		1	0	1	1	0	1
América		2	0	1	1	0	1
Ásia		1	0	1	1	1	1
Austrália		397	304	94	471	326	144
Total		6 982	3 241	3 741	6 279	2 552	3 726

A principal concentração de ativos diferidos encontra-se na Holanda com 61 % dos ativos diferidos totais (2014: 58 %) e 68 % dos ativos diferidos de risco (2014: 70 %). O aumento em ativos diferidos foi também fomentado pela Holanda, considerando que uma grande parte do aumento de 6,0 mil milhões de euros ocorreu na carteira do consumidor (0,4 mil milhões de euros). A nova entrada de caixa nos ativos diferidos em não desempenho, depois de uma abordagem mais ativa para ajudar os clientes com dificuldades de pagamento, foi o principal acionador do aumento. Este aumento foi compensado pela saída de caixa dos ativos diferidos de não desempenho para em desempenho, à medida que o período probatório de 1 ano foi alcançado. O restante aumento de 0,2 mil milhões de euros foi observado na carteira empresarial em não desempenho e deveu-se maioritariamente à nova entrada de caixa de ativos diferidos em Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais.

Depois da Holanda, também a Banca de Retalho na Alemanha, Austrália e Bélgica sofreu um impacto devido à atualização da política de diferimento, resultando numa mudança parcial de ativos diferidos da carteira de não desempenho para em desempenho. Os ativos diferidos na Turquia aumentaram na carteira empresarial e na do consumidor, devendo-se especialmente à nova entrada de caixa.

Mitigação do risco de crédito

Os negócios de empréstimo e investimento do ING Bank estão sujeitos ao risco de crédito. Como tal, a solvabilidade dos nossos clientes e os seus investimentos são continuamente monitorizados para verificar a sua capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras com o ING Bank. Além de determinar a qualidade do crédito e a solvabilidade do cliente, o ING Bank utiliza várias técnicas e instrumentos de mitigação do risco de crédito para mitigar o risco de crédito associado a uma exposição e reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento da obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. A terminologia mais comum utilizada no ING Bank para proteção do risco de crédito é «uma cobertura». Embora uma cobertura possa ser um mitigante importante do risco de crédito e uma fonte alternativa de pagamento, geralmente, é prática do ING Bank emprestar com base na solvabilidade do cliente e não apenas dependendo do valor da cobertura. No ING Bank existem duas formas diferentes de coberturas: ativos e obrigações de terceiros.

Ativos

O ativo foi empenhado ao ING Bank como caução ou um título concede ao ING Bank o direito de liquidá-lo se o cliente for incapaz de cumprir a sua obrigação financeira. Como tal, os procedimentos podem ser aplicados na compensação completa ou parcial da exposição por atraso do cliente. Um ativo pode ser tangível (como caixa, títulos, créditos, inventário, fábricas e maquinaria e hipotecas em propriedades de imobiliário) ou intangível (como patentes, marcas registadas, direitos contratuais e licenças).

Obrigações de terceiros

A Obrigação de terceiros, indemnização ou compromisso (por contrato e/ou por lei) é uma declaração legalmente vinculativa por um terceiro que concede ao ING Bank o direito de esperar e reivindicar de terceiros o pagamento de uma quantia se o cliente não cumprir as suas obrigações para com o ING Bank. Os exemplos mais comuns são garantias (como garantias da empresa-mãe e seguros de créditos de exportação) e cartas de conforto.

Diretrizes gerais sobre a avaliação da cobertura

Estão implementadas diretrizes gerais para a avaliação da cobertura de modo a garantir a consistência da aplicação no ING Bank. Estas diretrizes gerais também exigem que o valor da cobertura seja monitorizado regularmente, pelo menos, anualmente. As coberturas deverão ser reavaliadas em conformidade e sempre que existir uma razão para o mercado estar sujeito a alterações significativas nas condições. A frequência da monitorização e reavaliação depende dos tipos de cobertura.

O método de avaliação também depende do tipo de cobertura. Para caução com ativos, as fontes de avaliação podem ser o saldo contabilístico do cliente (ex.: inventário, maquinaria e equipamento), o valor nominal (ex.: caixa, crédito), o valor de mercado (ex.: títulos e mercadorias), o avaliador independente (imobiliário comercial) e os índices de mercado (imobiliário residencial). Para obrigações de terceiros, a avaliação baseia-se no valor atribuído ao contrato entre o ING Bank e esse terceiro.

Valores de cobertura por categoria do risco

Esta secção inclui uma perspetiva do tipo de coberturas e a medida em que um empréstimo é caucionado. As divulgações da cobertura são apresentadas por categoria do risco: Empréstimo, Investimento, Mercado Monetário e Pré-liquidação. Para cada categoria do risco, os montantes da cobertura são apresentados pelas formas caucionadas mais relevantes, sendo hipotecas e cauções financeiras (caixa e títulos) e a obrigação de terceiros mais relevante as garantias. O ING Bank obtém coberturas em conformidade com os requisitos da Diretiva de Requisitos Captais IV (DFPIV) e do Regulamento de Requisitos Captais (RFP) relacionado, assim como os que não estão em conformidade.

Os valores da cobertura são apresentados para a carteira total do ING Bank. As coberturas das carteiras BCIA e PA são apresentadas em detalhe, refletindo a carteira completa do ING Bank. Ao lado, é disponibilizada informação detalhada sobre a cobertura para a carteira de desempenho e não desempenho. A definição de empréstimo em não desempenho é explicada em detalhe na secção «Reestruturação do Crédito». Para melhorar a compreensão do leitor sobre a natureza dos empréstimos caucionados, é também dada uma perspetiva na divisão da indústria e geografia da carteira do ING Bank. Outra melhoria é que, além da categoria do risco de empréstimo, as tabelas de avaliação da cobertura incluem agora uma perspetiva das categorias de risco de Investimento, Mercado Monetário e Pré-liquidação. Para efeitos de comparação com as tabelas anteriores, os atrasos são utilizados para ilustrar a carteira do ING Bank.

As exposições são categorizadas em diferentes reservas de Valor do Empréstimo (VE) que disponibilizam uma perspetiva do nível de caução da carteira do ING Bank. O VE é calculado como o valor de cobertura dividido pelos atrasos na data do saldo contabilístico. Os valores da cobertura são fixados e indexados previamente e excluem qualquer custo de liquidação. As coberturas podem ser válidas para todos os limites, sublimites ou um atraso específico de um mutuário, o último sendo o mais comum. Para evitar inflações erróneas do nível de caução, a cobertura de todos os atrasos está limitada a 100 % se existir uma caução excessiva num determinado atraso. Como resultado, os níveis de cobertura divulgados são conservadores. Cada limite é subsequentemente atribuído a uma das seis reservas VE definidas: sem cobertura, >0 % - 25 %, >25 % a 50 %, >50 % a 75 %, >75 % a <100 % e ≥ 100 %. Uma vez que a natureza da carteira Pré-liquidação determina se a caução é líquida, estas reservas de VE não são apresentadas na carteira Pré-liquidação.

As primeiras duas tabelas disponibilizam uma síntese das cauções de toda a carteira do ING Bank.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank, 2015

	Atrasos em S em Parc Cob	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo		
		IV Hipotecas	Elegível Financeiro Caução	Outro RFP/DFPIV elegível	Garant.	Não RFP/DFP elegível	Sem cob.	Parc cob.	Total. Cob
Empréstimos ao Consumidor	297 086	460 892	3 363	475	26 283	35 017	5,3 %	18,0 %	76,7 %
Empréstimos Empresariais	295 087	119 583	16 736	81 729	90 158	130 344	36,8 %	27,5 %	35,7 %
Investimento e Mercado Monetário	114 110		6		3 113	35	97,5 %	1,2 %	1,3 %
Empréstimo Total, Investimento e Mercado Monetário	707 970	580 474	20 105	82 204	119 554	165 396	33,3 %	19,3 %	47,4 %
Antes da liquidação ³	52 574								
Total Bank	760 543	580 474	20 105	82 204	119 554	165 396	33,3 %	19,3 %	47,4 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.

2 Excluindo posições interempresas.

3 Podem ser encontradas mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito da exposição antes da liquidação na secção Pré-liquidação.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank, 2014

	Atrasos	Tipo de					Valor do Empréstimo		
		Hipotecas	Elegível Financeiro Caução	Outro RFP/DFPIV elegível	Garan.	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	Parc cob.	Total. Cob
Empréstimos ao Consumidor	296 451	445 855	2 976	512	30 240	31 628	5,0 %	22,9 %	72,1 %
Empréstimos Empresariais	262 415	112 817	17 680	83 916	56 835	110 661	33,7 %	30,5 %	35,8 %
Investimento e Mercado Monetário	118 198		16	298	3 454	16	97,2 %	1,1 %	1,7 %
Empréstimo Total, Investimento e Mercado Monetário	677 065	558 673	20 673	84 726	90 529	142 305	32,2 %	22,0 %	45,7 %
Antes da liquidação ³	51 602								
Total Bank	728 667	558 673	20 673	84 726	90 529	142 305	32,2 %	22,0 %	45,7 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING e Grupo NN.

2 Excluindo posições interempresas.

3 Podem ser encontradas mais informações sobre os mitigantes do risco de crédito da exposição antes da liquidação na secção Pré-liquidação.

Durante o ano, o nível de caução de toda a carteira do ING Bank melhorou. Excluindo a carteira pré-liquidação para a qual as coberturas são líquidas, para derivar os atrasos em risco, 47,4 % dos atrasos totais do ING Bank (a partir de 45,7 % em 2014) são caucionados completamente em 2015.

Os atrasos de investimento continuaram estáveis durante o ano. Uma vez que os investimentos não exigem coberturas tradicionalmente, o rácio sem coberturas nesta carteira está próximo de 100 %. Contudo, 94 % dos atrasos de investimento são de classificação de investimento.

Na carteira de Empréstimos, a cobertura dos empréstimos ao consumidor aumentou por influência de uma melhoria no índice dos preços das habitações na Holanda. O aumento nos atrasos dos Empréstimos Empresariais foi também o motivo para o aumento das garantias recebidas em exposições nessa carteira.

Carteira de empréstimo ao consumidor

A carteira de Empréstimos ao Consumidor é composta por empréstimos de Hipotecas Residenciais (92,4 % em 2015 versus 93,7 % em 2014) e Outros Empréstimos ao Consumidor, que são maioritariamente compostos por cartões de crédito, empréstimos a termo e créditos rotativos a consumidores. Como resultado, a maioria das cauções é composta por hipotecas. Os valores da hipoteca são mantidos na base de dados central do ING Bank (Vortex) e, na maioria dos casos, são utilizados dados externos para indexar o valor de mercado. Trimestralmente ou anualmente, o valor das hipotecas é atualizado no Vortex utilizando o índice dos preços das habitações relevante (o Índice NVM na Holanda, o Level Housing Index na Austrália, a Crif Real Estate Appraisal Company na Itália, o Ministerio de Fomento em Espanha e o Stadim na Bélgica).

Uma parte significativa (45,8 % em 2015 versus 49,3 % em 2014) da carteira de Hipotecas Residenciais do ING Bank está relacionada com os empréstimos para hipotecas fornecidos na Holanda, seguida por outros mercados principais como a Alemanha (23,3 %) e a Bélgica (11,5 %). Dado o tamanho da carteira de hipotecas holandesa, abaixo poderá encontrar a metodologia de avaliação utilizada para determinar os valores da cobertura das Hipotecas Residenciais Holandesas.

Avaliação das hipotecas holandesas

Quando um empréstimo para hipoteca é concedido, a política indica o valor máximo do empréstimo no mercado (VMEM) para uma propriedade existente e para financiamento de propriedades para construção de 104 %. Os valores de cobertura são recolhidos nos sistemas locais que subsequentemente passam para um sistema de dados central (Vortex). Todas as avaliações são efetuadas por avaliadores certificados registados numa das organizações aceites pelo ING Bank. Além disso, o avaliador deve ser um membro da NVM (Nederlandse Vereniging van Makelaars – Associação Holandesa de Agentes Imobiliários), VBO (Vereniging Bemiddeling Onroerend Goed – Associação de Corretores Imobiliários), VastgoedPRO (Associação de Profissionais do Imobiliário) ou NVR (Nederlandse Vereniging van Rentmeesters).

As tabelas abaixo mostram os valores das diferentes coberturas e o VE dividido entre os empréstimos de desempenho e de risco.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank, 2015

	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	Outro RFP/DFP IV elegível	Garan. RFP/DFP IV elegível	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%<100%	>100%
Desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	270 966	447 613	2 716	154	25 271	29 406	0,1 %	0,1 %	0,1 %	1,5 %	17,1 %	81,1 %
Hipotecas Residenciais (PME)	4 230	6 522	49	98	164	752	0,0 %	0,6 %	0,6 %	1,5 %	8,5 %	88,8 %
Outros Empréstimos ao	17 357	1 332	554	202	417	4 111	84,8 %	0,3 %	0,2 %	0,3 %	1,0 %	13,3 %
Total de Desempenho	292 553	455 467	3 320	453	25 852	34 268	5,1 %	0,1 %	0,2 %	1,4 %	16,0 %	77,1 %
Não desempenho												
Hipotecas Residenciais (Particulares)	4 323	5 148	40	5	403	649	0,9 %	0,3 %	0,9 %	7,4 %	33,9 %	56,6 %
Hipotecas Residenciais (PME)	187	274	2	12	13	33	0,4 %	0,2 %	1,1 %	1,5 %	16,1 %	80,7 %
Outros Empréstimos ao	802	3	2	4	14	66	93,8 %	0,3 %	0,3 %	0,4 %	1,4 %	3,8 %
Total de Não	5 313	5 425	44	22	430	749	14,9 %	0,3 %	0,8 %	6,2 %	28,4 %	49,5 %
Outros Empréstimos ao	297 866	460 892	3 363	475	26 283	35 017	5,3 %	0,1 %	0,2 %	1,5 %	16,2 %	76,7 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.

2 Excluindo posições interempresas.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Total ING Bank, 2014

	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	Outro RFP/DFP IV elegível	Garan. RFP/DFP IV elegível	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%<100%	≥100%
Desempenho												
Hipotecas Residenciais	269 974	430 794	2 593	207	29 266	24 900	0,3 %	0,1 %	0,2 %	1,6 %	21,9 %	75,9 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	8 879	337	276	371	6 153		65,4 %	0,3 %	0,2 %	0,5 %	2,7 %	30,8 %
Total de Desempenho	290 256	439 672	2 930	483	29 637	31 054	4,8 %	0,1 %	0,2 %	1,5 %	20,6 %	72,7 %
Não desempenho												
Hipotecas Residenciais	5 307	5 849	43	9	583	457	2,9 %	0,3 %	1,0 %	7,8 %	40,0 %	47,9 %
Outros Empréstimos ao Consumidor	334	3	20	21	118		70,9 %	0,3 %	0,4 %	0,8 %	4,8 %	22,8 %
Total de Não desempenho	6 195	6 183	46	30	604	574	12,7 %	0,3 %	0,9 %	6,8 %	35,0 %	44,3 %
Outros Empréstimos ao		445 855	2 976	512	30 240	31 628	5,0 %	0,1 %	0,2 %	1,6 %	20,9 %	72,1 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING e Grupo NN.

2 Excluindo posições interempresas.

A cobertura pela garantia da carteira de empréstimos ao consumidor continuou a melhorar durante o ano de 2015. O aumento nos níveis de cobertura pela garantia deve-se à melhoria dos preços das habitações, observado em todos os mercados de hipotecas do ING Bank, assim como no mercado principal, Holanda, e devido a políticas mais rigorosas onde ocorreu uma redução nas hipotecas concedidas com VE baixos (empréstimo de valor elevado).

Os preços das habitações na Holanda continuaram a demonstrar uma melhoria em 2015. Isto ajudou a aumentar os valores da cobertura de hipotecas residenciais totais enquanto os atrasos gerais de hipotecas continuaram estáveis. Uma vez que a Holanda é o maior mercado de hipotecas do ING Bank, isto teve um impacto significativo na qualidade de cobertura da carteira.

A carteira de outro retalho também teve uma melhoria, especialmente na Bélgica e no Luxemburgo. Os números ilustrados são conservadores enquanto as poupanças empenhadas no produto de hipotecas «Sparhypothek» (ou Hipoteca com conta Poupança externa) presente na carteira de hipotecas holandesa não são tidas em conta na tabela acima.

Para a carteira de Hipotecas Residenciais, as garantias estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo da Nationale Hypotheek Garantie (NHG) na Holanda. A NHG garante o pagamento de um empréstimo em caso de uma venda forçada de propriedade.

Carteira de Empréstimos Empresariais

Os Empréstimos Empresariais são um negócio importante do ING Bank, contabilizando 38,9 % dos atrasos totais do ING Bank. Em linha com o nosso objetivo de dar aos grupos de interesse uma perspetiva da carteira, apresentamos a carteira de Empréstimos Empresariais por Indústria em conformidade com a definição do NAICS e por Região e mercado principal. Os Empréstimos Empresariais apresentados nesta secção não incluem as exposições de Pré-liquidação e de Investimento e Mercado Monetário, que são exibidas em separado nas secções seguintes.

Empréstimos Empresariais por setor económico

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais, 2015

Indústria	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	RFP/DFP IV elegível	Garantias	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%-100%	≥100%
Imobiliário	43 129	66 819	1 602	1 080	7 072	6 550	6,80 %	1,09 %	1,96 %	6,79 %	17,78 %	65,57 %
Recursos naturais	41 967	4 080	3 927	15 497	21 793	23 362	23,59 %	9,43 %	11,48 %	13,50 %	14,10 %	27,90
Transporte e Logística	24 877	3 575	468	22 224	8 258	8 601	16,04 %	5,21 %	2,95 %	6,16 %	11,35 %	58,29 %
Bancos Comerciais	22 367	14	267	619	1 195	1 200	89,40 %	3,69 %	1,36 %	0,57 %	1,29 %	3,69 %
Bancos Centrais	21 714	0	1	0	5	0	100,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Serviços	18 477	8 197	1 282	4 450	5 586	10 287	29,95 %	4,59 %	4,09 %	9,40 %	9,96 %	42,01 %
Instituições Financeiras Não Bancárias	16 702	2 288	5 022	4 401	4 668	9 370	37,63 %	7,57 %	5,46 %	8,70 %	7,10 %	33,55 %
Indústrias Gerais	16 661	4 673	671	6 211	5 432	11 913	31,54 %	3,38 %	8,07 %	10,73 %	10,16 %	36,11 %
Alimentos, Bebidas e Cuidados	16 458	6 239	550	6 909	7 177	18 213	26,87 %	4,50 %	7,04 %	11,64 %	11,51 %	38,44 %
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	13 300	6 937	357	4 803	2 782	6 160	32,47 %	4,29 %	3,91 %	11,81 %	13,97 %	33,56 %
Outros ³	60 336	16 760	2 589	15 536	26 192	34 688	40,54 %	5,84 %	3,95 %	6,61 %	9,38 %	33,68 %
Emp.Empr. Totais	295 987	119 583	16 736	81 729	90 158	130 344	36,76 %	4,75 %	4,65 %	7,67 %	10,41 %	35,75 %
dos quais Total de Não desempenho	9 841	5 171	287	2 993	3 521	4 180	24,24 %	2,87 %	8,07 %	15,80 %	16,24 %	32,79 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.

2 Excluindo posições interempresas.

3 «Outros» abrange indústrias com atrasos inferiores a 10 mil milhões de euros.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais, 2014

Indústria	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	Outro RFP/DFP IV elegível	Garantias	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%<100%	≥100%
Imobiliário	40 592	60 158	1 218	1 084	5 659	6 120	7,0 %	1,0 %	1,9 %	10,3 %	19,2 %	60,5 %
Recursos naturais	38 653	3 888	3 266	19 457	15 311	19 963	20,4 %	9,1 %	14,0 %	13,8 %	14,2 %	28,5 %
Transporte e Logística	21 431	3 844	647	19 579	5 309	6 687	18,2 %	3,4 %	3,5 %	7,1 %	12,1 %	55,8 %
Bancos Comerciais	21 845	66	168	168	637	579	90,0 %	3,4 %	2,3 %	0,8 %	0,9 %	2,6 %
Serviços	15 744	7 851	1 036	4 306	3 941	7 635	30,8 %	3,8 %	5,5 %	7,5 %	10,6 %	41,9 %
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	15 376	6 114	954	7 983	3 067	15 524	28,1 %	4,5 %	7,5 %	12,6 %	14,7 %	32,6 %
Indústrias Gerais	15 912	4 611	723	6 481	4 080	10 539	32,6 %	4,8 %	7,9 %	10,2 %	10,0 %	34,5 %
Instituições Financeiras Não Bancárias	13 741	2 064	5 921	2 409	3 415	5 987	34,9 %	7,6 %	2,6 %	12,2 %	7,9 %	34,8 %
Construtores e Contratantes	12 394	6 641	306	4 271	2 878	9 401	29,6 %	6,2 %	5,6 %	9,6 %	10,2 %	38,8 %
Químicos, Saúde e Farmacêuticos	11 914	6 610	351	4 291	1 892	4 945	32,7 %	5,0 %	7,5 %	10,6 %	12,6 %	31,7 %
Outros ³	54 815	10 972	3 089	13 886	10 646	23 281	49,9 %	3,5 %	3,0 %	6,5 %	9,0 %	28,0 %
Empréstimos Empresariais Totais		112 817	17 680	83 916	56 835	110 661	33,7 %	4,5 %	5,5 %	9,0 %	11,6 %	35,8 %
dos quais Total de Não desempenho	10 584	6 067	446	3 120	3 216	3 852	25,2 %	3,3 %	8,2 %	13,9 %	15,5 %	33,9 %

1. Incluindo empréstimos ao Grupo ING e Grupo NN.

2. Excluindo posições interempresas.

3. «Outros» abrange indústrias com atrasos inferiores a 10 mil milhões de euros.

Semelhante à carteira de Empréstimo de Retalho, o perfil de risco da carteira de Empréstimos Empresariais continuou a melhorar em 2015, facto exibido devido ao NPL inferiores, assim como ao aumento dos valores de cobertura. A percentagem de empréstimos não cobertos também demonstrou um aumento fomentado pelo aumento dos atrasos nos Bancos Centrais, sem receberem caução.

A melhoria do ambiente económico resultou num aumento da procura de Empréstimos para Imobiliário, levando a um aumento de 6,3 % nos atrasos do setor. Além disso, os valores da cobertura deste setor tradicionalmente bem caucionado também aumentaram durante 2015. Foram efetuadas novas transações com termos de caução mais conservadores e a melhoria dos mercados de imobiliário ajudou a melhorar a cobertura total no Imobiliário.

O perfil de risco melhorou devido a um aumento dos atrasos para os setores como o do Transporte e Logística e de Serviços Públicos que, regra geral, têm uma cobertura superior. Contudo, esta melhoria foi parcialmente negada pelo crescimento visto nos atrasos em setores tradicionalmente com baixas cauções como o dos Bancos Comerciais e das Indústrias Gerais. A cobertura da parte em não desempenho melhorou e foi observada uma diminuição geral nos atrasos em não desempenho.

Empréstimos Empresariais por região

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais, 2015

Região	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	Outro RFP/DFP IV elegível	Garantias	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%<100%	≥100%
África	1 898	21	123	620	1 338	793	25,98 %	6,63 %	7,07 %	14,65 %	21,95 %	23,73 %
América	35 127	4 836	4 567	19 050	11 990	23 815	28,29 %	5,92 %	6,89 %	9,76 %	10,92 %	38,24 %
Ásia	37 439	1 004	1 174	10 593	15 841	8 321	46,47 %	5,92 %	5,45 %	8,67 %	6,35 %	27,13 %
Austrália	3 925	3 225	74	861	592	954	12,69 %	18,84 %	5,46 %	3,62 %	8,92 %	50,46 %
Europa	Bélgica	41 378	29 161	1 405	6 348	17 227	29,62 %	2,30 %	2,58 %	4,62 %	6,95 %	53,94 %
	Alemanha	8 365	1 651	314	602	1 273	56,00 %	1,65 %	1,70 %	4,31 %	2,55 %	33,80 %
	Holanda	71 146	45 085	3 092	24 330	6 865	35,82 %	2,32 %	3,31 %	10,69 %	17,86 %	29,99 %
	Resto da Europa	96 710	34 599	5 987	19 324	35 032	39,34 %	6,38 %	5,58 %	5,93 %	8,33 %	34,44 %
Empréstimos	295 987	119 583	16 736	81 729	90 158	130 344	36,76 %	4,75 %	4,65 %	7,67 %	10,41 %	35,75 %
dos quais Não	9 841	5 171	287	2 993	3 521	4 180	24,24 %	2,87 %	8,07 %	15,80 %	16,24 %	32,79 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING.

2 Excluindo posições interempresas.

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Empréstimos Empresariais, 2014

Região	Atrasos	Tipo de cobertura					Valor do Empréstimo					
		Hipotecas	Aprovado Financeiro Caução	Outro RFP/DFP IV elegível	Garantias	Não RFP/DFP IV elegível	Sem cob.	>0%-25%	>25%-50%	>50%-75%	>75%<100%	≥100%
África	2 221	24	177	822	1 010	717	21,1 %	2,8 %	24,7 %	6,4 %	23,9 %	21,0 %
América	28 163	3 369	6 763	19 588	5 353	19 484	25,8 %	3,8 %	6,3 %	9,2 %	16,1 %	38,8 %
Ásia	32 416	907	1 381	8 265	9 308	6 553	46,5 %	8,1 %	4,3 %	10,0 %	6,8 %	24,3 %
Austrália	3 447	2 531	148	1 470	583	546	17,6 %	15,6 %	1,6 %	2,5 %	8,7 %	54,1 %
Europa	Bélgica	41 189	28 369	1 249	6 513	10 882	33,5 %	2,2 %	3,1 %	4,3 %	6,5 %	50,3 %
	Alemanha	8 599	1 766	166	392	597	66,9 %	2,5 %	3,5 %	2,8 %	2,2 %	22,1 %
	Holanda	62 063	46 710	2 681	24 917	6 820	23,6 %	2,9 %	5,6 %	15,9 %	20,7 %	31,3 %
	Resto da Europa	84 318	29 143	5 114	21 950	22 283	36,5 %	5,4 %	6,5 %	6,8 %	8,4 %	36,4 %
Empréstimos Empresariais Totais	112 817	17 680	83 916	56 835	110 661		33,7 %	4,5 %	5,5 %	9,0 %	11,6 %	35,8 %
dos quais Não desempenho	10	6 067	446	3 120	3 216	3 852	25,2 %	3,3 %	8,2 %	13,9 %	15,5 %	33,9 %

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING e Grupo NN.

2 Excluindo posições interempresas.

As duas tabelas acima oferecem a cobertura pela garantia da carteira de Empréstimos Empresariais do ING Bank com uma divisão por região geográfica ou mercado principal, definidos com base na residência dos mutuários. O aumento total na carteira de empréstimo empresarial está em linha com o aumento nas coberturas. O aumento na cobertura pela garantia é observado na maioria das regiões e dos países principais. Os maiores aumentos no Resto da Europa foram observados na Turquia, Luxemburgo, França, Suíça e Polónia, onde o aumento nas coberturas excedeu o aumento na exposição. Embora a exposição em África e na Alemanha tenha diminuído, o valor de cobertura demonstrou uma melhoria.

Carteira de Investimento e Mercado Monetário**Exposição de Investimento e Mercado Monetário por região**

Valores de cobertura, incluindo as garantias recebidas, Carteira de Investimento e Mercado Monetário														
Investimento e Mercado Monetário	2015	Tipo de cobertura					2014	Tipo de cobertura						
	Atr- as- os	Hipo- tecas	Aprovado Financeiro Cau- ção	Outro RFP/DFP IV elegível	Garan- tias	Não RFP/DFP IV elegível	Atrasos	Hipo- tecas	Aprovado Financeiro Cau- ção	Outro RFP/DFP IV elegível	Garan- tias	Não RFP/DFP IV elegível		
África	0						0							
América	8 860		6		23	35	7 261		10		30	16		
Ásia	6 079						6 946							
Austrália	3 865						5 576							
Bélgica	9 677						8 252							
Alemanha	20 914						25 730		0	0	614	0		
Holanda	11 295						10 723		6		0	0		
Resto da	53 427				3 090		53 710			298	2 810			
Investimento Total e Mercado Monetário	114 116	0	6	0	3 113	35	118 198	16	298	3 454	16			
dos quais Não	171	0	0	0	0	0	104	6						

1 Incluindo empréstimos ao Grupo ING (e Grupo NN em 2014).

2 Excluindo posições interempresas.

Uma característica chave do negócio de Investimento e Mercado Monetário é, geralmente, existir pouca cobertura para suportar estas exposições. 100,0 % do Mercado Monetário e 97,2 % da exposição de Investimento não recebe coberturas. Durante 2015, as percentagens de Investimento aumentaram um pouco, enquanto o Mercado Monetário aumentou um por cento. A maioria das posições de investimento do ING são de qualidade alta classificadas entre AAA e A-, com base em classificações externas. As garantias indicadas em Resto da Europa são compostas pelas Cédulas e foram reservadas em Espanha.

Carteira antes da liquidação

O ING Bank utiliza vários preços de mercado e várias técnicas de medição para determinar o valor do risco de crédito em atividades pré-liquidação. Estas técnicas estimam a possível exposição futura do ING Bank em particulares e carteiras comerciais. Os contratos principais e os contratos de caução são muitas vezes celebrados para reduzir estes riscos de crédito.

O ING Bank combina os negócios com características semelhantes para determinar a sua elegibilidade para ajuste. Este efeito de ajuste é chamado «compensação». Subsequentemente, o ING Bank reduz o montante por qualquer compensação legal que poderá ser permitida ao abrigo dos vários tipos de Acordos-Quadro, como Acordos-Quadro ISDA, Contratos de Recompra Geral Principal (CRGP), Acordo-Quadro de Empréstimo de Títulos Global (GMSLA), etc. Por fim, o valor é ainda mais reduzido por qualquer caução detida pelo ING Bank ao abrigo dos Anexos de Apoio ao Crédito (AAC) ou outros contratos semelhantes.

A utilização de Partes de Compensação Central (PCC) é cada vez mais importante para o negócio de derivados e, como consequência, o risco de crédito está a mudar de Contrapartes para PCC. Em 2015, a exposição Pré-Liquidação nocional compensada através da PCC formou 51,2 % do nocional total (49,1 % em 2014). Para mais informações sobre a exposição do ING Bank a PCC, consulte a secção «Risco de crédito de Contrapartes» na secção Pilar III.

Como parte do seu negócio de financiamento de títulos, as entidades do ING Bank celebram acordos para vender e comprar títulos comerciáveis. Estas transações podem assumir muitas formas legais. Os contratos de recompra e revenda, contratos de compra/revenda e venda/recompra e acordos de empréstimo de títulos são os mais comuns. Por norma, os títulos comerciáveis recebidos nestas transações são elegíveis para revenda ou repenhora noutras transações (semelhantes). O ING Bank é obrigado a devolver os títulos equivalentes nestes casos.

A tabela seguinte representa os tipos diferentes de atrasos em 2015 e 2014. O «MtM bruto antes da liquidação e caução» é a exposição calculada em conformidade com o Método de Exposição Atual (MEA, que nos regulamentos da UE é referido como o método *Mark-to-Market*) sem contar qualquer benefício de liquidação ou caução. O «MtM depois da liquidação» é a exposição, segundo o MEA, tendo em conta o benefício de acordos de liquidação legalmente vigentes (ex. ISDA), mas sem considerar o benefício da margem de caução (ex. AAC). O «MtM depois da liquidação e caução» é a exposição, segundo o MEA, tendo em conta os benefícios de liquidação e da margem de caução. Por outras palavras, a lacuna entre o «MtM depois de liquidação» e o «MtM depois de liquidação e caução» é a caução líquida (caixa e títulos). A coluna de Atrasos representa a exposição do MEA (MtM depois de liquidação e caução) mais a Potencial Exposição Futura (PEF) a um nível de confiança de 97,5 % para derivados e títulos.

Pré-liquidação por região

Cart. Antes da liquidação

		2015				2014			
		MtM bruto antes de liquidação e caução	MtM depois de liquidação	MtM depois de liquidação e caução	Atrasos	MtM bruto antes de liquidação e caução	MtM depois de liquidação	MtM depois de liquidação e caução	Atrasos
Região									
África		71	48	46	55	108	85	85	103
América		18 648	10 237	7 127	8 734	18 871	10 224	7 350	8 720
Ásia		6 598	3 455	2 823	3 242	6 761	3 629	2 782	3 742
Austrália		470	259	236	344	450	245	232	195
Europa	Bélgica	5 343	3 875	3 360	2 507	6 955	4 704	4 187	2 572
	Alemanha	7 216	3 783	2 486	5 038	8 589	4 673	2 468	3 639
	Holanda	10 256	5 842	4 385	5 138	12 466	6 767	4 924	5 475
	Resto da Europa	118 919	34 762	28 211	27 504	129 451	31 986	26 818	27 146
Pré-liquidação total		167 522	62 261	48 675	52 562	183 651	62 313	48 846	51 593
dos quais Não desempenho		52	52	52	55	101	101	101	100

1 Incluindo transações com o Grupo ING (e Grupo NN em 2014).

2 Excluindo posições interempresas.

Durante 2015, a carteira Pré-liquidação aumentou um pouco quando expressa em atrasos, enquanto o MtM antes e depois da liquidação e caução continuou relativamente estável. Contudo, houve uma redução no MtM Bruto, especialmente na região do Resto da Europa, devido a uma diminuição de 15 % de exposições a bancos comerciais e uma redução de 9 % na exposição a câmaras de compensação central. O aumento registado em 2014 nos derivados das taxas de juro, que representam agora 67,1 % da carteira Pré-liquidação total, foi parcialmente revertido em 2015. O Resto da Europa forma a maioria da carteira Pré-liquidação, especialmente devido a exposições no Reino Unido e EUA, compensados através de PCC.

Risco de mercado

Introdução

O risco de mercado é o risco de os movimentos nas variáveis de mercado, como taxas de juro, preços do capital próprio, taxas de mercado cambial estrangeiras, spreads de crédito e preços de imobiliário, terem impacto negativo nos lucros do banco, capital, valor de mercado ou posição de liquidação. O risco de mercado surge através de posições nos livros bancários ou livros comerciais. As posições no livro bancário visam manter-se a longo prazo (ou até à maturidade) ou para o efeito de cobertura de outras posições do livro bancário, enquanto as posições do livro comercial costumam ser mantidas para efeitos a curto prazo.

O ING Bank reconhece a importância da gestão lógica do risco de mercado e segue a abordagem para identificar, avaliar, controlar e gerir os riscos de mercado. A abordagem consiste num ciclo de cinco atividades recorrentes: identificação do risco, avaliação do risco, controlo do risco, monitorização do risco e participação do risco.

- A identificação do risco é um esforço conjunto entre a 1ª e a 2ª linha de defesa (o modelo da «gestão das três linhas de defesa» está explicado no parágrafo de gestão do risco da secção de gestão do risco geral). O seu objetivo é detetar possíveis novos riscos e alterações em riscos conhecidos.
- Os riscos identificados são avaliados para determinar a importância do risco para o ING Bank e subsequentemente identificar as medidas de controlo necessárias.
- As medidas de controlo utilizadas pelo ING Bank incluem políticas, procedimentos, padrões mínimos, enquadramentos de limites, reservas e testes à tensão.
- Um elemento importante da gestão do risco é verificar continuamente se os controlos do risco implementados são executados e cumpridos e monitorizar se os controlos são eficazes.
- Os resultados e descobertas são participados aos departamentos de gestão e órgãos de aprovação.

Gestão

Foi estabelecido um quadro de gestão para definir os papéis e responsabilidades específicos da gestão empresarial, gestão do risco de mercado e órgãos de aprovação interna por atividade.

No ING Bank, o risco de mercado enquadra-se na supervisão do departamento do ALCO com o ALCO Bank enquanto autoridade de aprovação mais elevada. O ALCO Bank determina a apetência geral do risco para o risco de mercado. O departamento do ALCO está organizado por níveis diferentes, onde as linhas empresariais de Líderes de Mercado de Retalho, Países Desafiadores de Mercado e em Crescimento, Banca Grossista e Linha Empresarial são representadas no nível mais baixo correspondente do ALCO. A estrutura do ALCO no ING Bank facilita a gestão do risco descendente, a definição de limites e a monitorização e controlo do risco de mercado. Isto garante uma implementação correta da apetência do risco do ING Bank.

Desde junho de 2015, o ING Bank implementou uma nova estrutura de gestão do risco, conforme descrito anteriormente na secção «Gestão do risco» onde decidiu gerir as suas exposições do risco de mercado comerciais e não comerciais em departamentos de risco separados. O antigo departamento de Gestão do Risco de Mercado, depois das suas atividades principais, foi dividido num departamento de «Risco do Balanço Financeiro» para gerir os livros bancários (exposições não comerciais) enquanto as exposições do livro comercial se fundiram com o risco de crédito de contrapartes no departamento «Risco de Crédito e Comercial».

Mesmo com estas alterações na estrutura de gestão, a organização do parágrafo de Gestão do risco não foi alterada uma vez que se baseia nos tipos de risco.

O departamento de Risco do Balanço Financeiro (BSR) e o departamento do Risco de Crédito e Comercial (C&TR) são os departamentos independentes responsáveis pelo design e execução das divisões de gestão do risco de mercado do banco como apoio à divisão do ALCO. O Risco do Balanço Financeiro foca-se nos riscos de mercado nos livros bancários, no departamento de Gestão de Capital e no departamento de Tesouraria Bancária, enquanto o Risco de Crédito e Comercial é responsável pelos riscos de mercado resultantes dos livros comerciais do Mercado Financeiro. A estrutura organizacional reconhece que a tomada de riscos e a gestão do risco ocorre em grande parte ao nível regional/local. A participação ascendente permite a cada nível de gestão avaliar completamente o risco de mercado relevante aos respetivos níveis.

O BSR e o C&TR são responsáveis por determinar políticas e procedimentos adequados para gerir o risco de mercado e monitorizar a conformidade com estas diretrizes. Um elemento importante da divisão de gestão do risco é a avaliação do risco de mercado em novos produtos e empresas. Além disso, os departamentos têm um quadro de limite adequado em linha com o Quadro de Apetência do Risco do ING Bank. As empresas são responsáveis pela implementação dos limites que são depois aprovados pelo ALCO Bank. Os excessos de limites são atempadamente participados à gestão sénior e a empresa tem de tomar medidas adequadas para reduzir a posição do risco.

Este parágrafo sobre o risco de mercado aborda os vários elementos da gestão do risco para:

- Capital económico do risco de mercado para livros comerciais e bancários
- Riscos de mercado nos livros bancários
- Riscos de mercado nos livros comerciais

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para risco de mercado é o capital económico necessário para suportar movimentos de valor inesperados devido a alterações nas variáveis do mercado e risco do modelo.

Divulgação do modelo

O Capital Económico para risco de mercado é calculado para exposições em carteiras comerciais e carteiras bancárias e inclui riscos de taxas de juro, riscos de preços de capital próprio, riscos de taxas de mercado cambial, riscos de imobiliário e riscos de modelos. O capital económico para risco de mercado é calculado usando metodologias desenvolvidas a nível interno, com um intervalo de confiança de 99,95 % e um período de tempo de um ano.

Para os livros comerciais, o risco da taxa de juro linear nos livros bancários e os investimentos de capital próprio, o Valor em Risco (VaR) é encarado como ponto de partida para os cálculos de capital económico do risco de mercado. O VaR é medido com um intervalo de confiança de 99 %, um período de retenção de um dia e sob o pressuposto de um valor esperado de zero.

Para chegar ao capital económico para risco de mercado, é utilizado um modelo com base em simulações que inclui uma escala para o intervalo de confiança necessário e um período de retenção. Ao determinar este fator de escala, vários outros fatores são também tidos em conta como a ocorrência de grandes movimentos de mercado (eventos) e intervenções de gestão.

As opções integradas, por exemplo, a opção de pré-pagamento e a opção de taxa oferecida em hipotecas nas carteiras bancárias, resultam num risco de taxa de juros não linear nas carteiras bancárias. As opções integradas são economicamente cobertas com a metodologia de cobertura delta, deixando a carteira de hipotecas expostas a risco de convexidade e volatilidade. Para o cálculo de capital económico para este risco da taxa de juro não linear, o ING Bank efetua uma simulação Monte Carlo.

O risco do preço de imobiliário inclui os riscos de mercado no investimento em imobiliário e a carteira de desenvolvimento da Banca Grossista do ING. O capital económico para o risco do preço de imobiliário é calculado ao destacar as variáveis de mercado subjacentes.

Ao recolher os diferentes números do risco de mercado de capital económico para as diferentes carteiras, os benefícios de diversificação (com base em correlações salientadas) são tidos em conta uma vez que não se espera que todos os movimentos de mercado extremos surjam no mesmo momento.

Perfil do risco

O Capital Económico do risco de mercado é superior ao Capital Regulamentar, especialmente devido à inclusão do risco da taxa de juro em livros bancários em Capital Económico. Os principais acionadores do Capital Económico do Risco de Mercado são as posições do risco da taxa de juro linear dos Investimentos de capital e dos Investimentos de capital próprio estratégicos nos livros bancários.

Capital Económico e Regulamentar por tipo

	Capital económico		Capital regulamentar	
	2015	2014	2015	2014
Comércio	307	371	665	745
Risco da Taxa de Juros nos livros bancários	3 555	3 344		
Mercado Cambial	894	490	106	113
Imobiliário	369	539		
Investimento de capital próprio*	3 456	2 625		
Riscos de mercado	8 581	7 369	771	858

* O capital regulamentar para investimentos em capital próprio está indicado em capital regulamentar do risco de crédito.

Análise de variância ano a ano

Durante 2015, o capital económico do risco de mercado aumentou de 7,4 mil milhões de euros para 8,6 mil milhões de euros. O principal fomentador do aumento foi o aumento do valor das participações de capital próprio do Bank of Beijing que aumentaram a exposição dos Investimentos de Capital Próprio e o risco FX devido ao crescimento da posição de desfasamento do Yuan. A redução no Imobiliário é maioritariamente devida à exposição da liquidação do Desenvolvimento Imobiliário. Os números do risco indicado para os outros tipos de risco continuam estáveis.

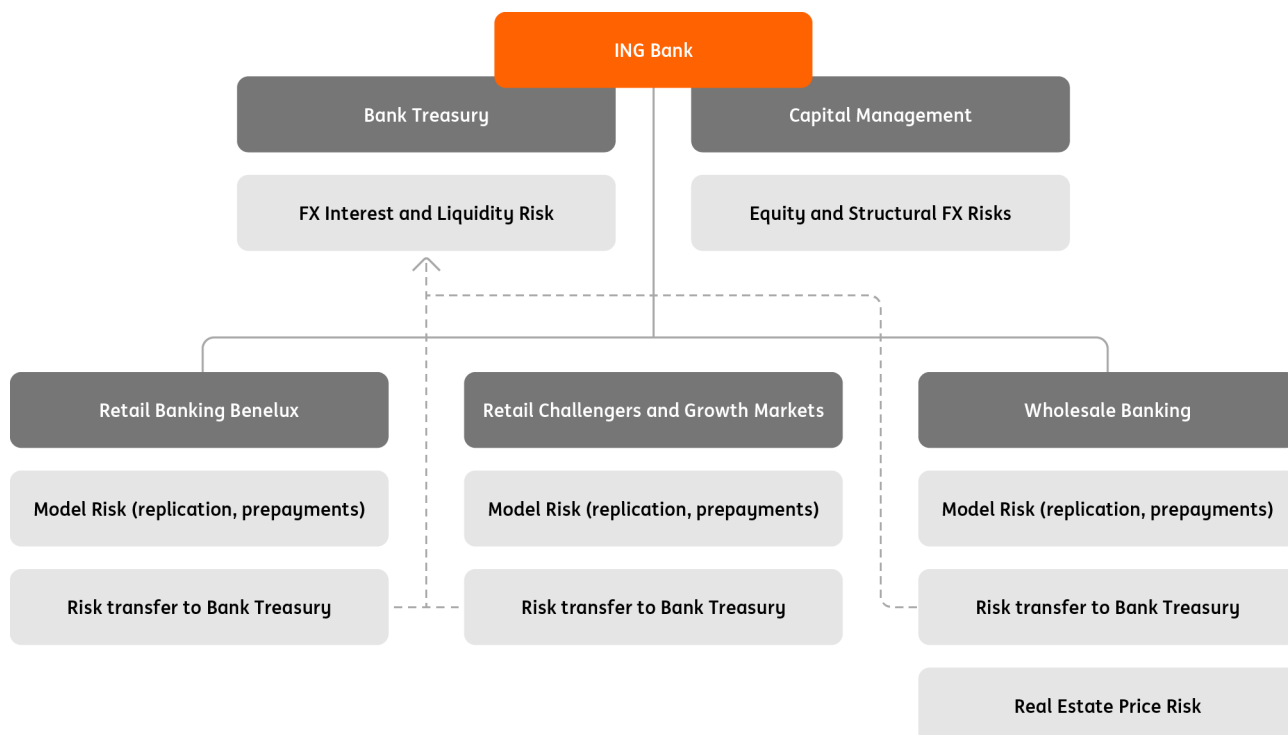
Risco de mercado nos livros bancários

O ING Bank faz uma distinção entre os livros comerciais e bancários (não comerciais). As posições nos livros bancários são originadas dos riscos de mercado inerentes em produtos comerciais vendidos a clientes, das exposições da Tesouraria Bancária e do investimento de fundos próprios (capital central). Os produtos comerciais e os produtos utilizados para cobrir exposições do risco de mercado nestes produtos visam ser mantidos até à maturidade ou, pelo menos, a longo prazo. O ING Bank distingue os tipos seguintes de risco de mercado nos livros bancários:

- Risco da Taxa de Juros, incluindo risco de comportamento do cliente;
- Risco de Spread de Crédito;
- Risco de Mercado cambial (FX);
- Risco do Preço de Capital Próprio; e
- Risco do Preço de Imobiliário.

Transferência de risco

Um elemento importante da gestão dos riscos de mercado nos livros bancários é o processo de transferência do risco. Neste processo, os riscos da taxa de juro, FX, financiamento e liquidez são transferidos dos livros comerciais através de financiamento combinado para a Tesouraria Bancária, onde são geridos centralmente. O esquema abaixo apresenta o processo de transferência e gestão dos riscos de mercado nos livros bancários:



Divulgação do modelo das medidas do risco bancário

Consultar a secção de gestão do modelo de Risco e de validação de modelos

Risco da Taxa de Juros nos livros bancários

O risco da taxa de juro nos livros bancários é definido como a exposição dos lucros do banco, o capital e valor de mercado em movimentos adversos nas taxas de juro originadas de posições nos livros bancários.

Gestão

A gestão do risco da taxa de juro segue o risco da taxa de juro no quadro do livro bancário conforme aprovado pelo ALCO Bank. Este quadro descreve os cargos e responsabilidades, as medições do risco e define as políticas e procedimentos relacionados com a gestão do risco da taxa de juro. Além disso, num nível geral, o ALCO Bank define a apetência do risco para o risco da taxa de juro, que se traduz em limites para a medição do risco da taxa de juro.

A abordagem do ING Bank à gestão do risco da taxa de juro, conforme definido no presente quadro, é a centralização dos riscos dos livros comerciais (que recolhe os produtos vendidos aos clientes) nos livros do risco da taxa de juro central. Isto permite uma desmarcação clara entre resultados de empresas comerciais e resultados em posições de taxa de juro sem cobertura.

O ING Bank distingue três tipos de atividades que geram o risco da taxa de juro nos livros bancários:

- Investimento de fundos próprios (por Gestão de Capital);
- Empresa comercial (ex. empresa retalhista);
- Posição da taxa de juro estratégica (Tesouraria

Bancária). Em seguida as três atividades são descritas

mais detalhadamente:

A Gestão de Capital é responsável por gerir o investimento dos fundos próprios (capital central); encontrará mais informação na Secção de Gestão de Capital. O capital é investido por períodos superiores, com o intuito de maximizar o retorno, mantendo os lucros estáveis.

As atividades comerciais resultam em risco da taxa de juro como, por exemplo, período de vencimento da reavaliação dos ativos diferente do dos passivos. O risco da taxa de juro linear é transferido da empresa comercial para os livros da tesouraria (Tesouraria Bancária), se necessário, também com base nas estimativas do comportamento do cliente. A empresa comercial original é responsável pela estimativa do comportamento do cliente, deixando o risco de convexidade e o risco do comportamento do cliente (inesperado) com a empresa comercial.

A medição do risco e o processo de transferência do risco ocorrem mensalmente, mas, se necessário, podem ser mais frequentes, por exemplo, em mercados voláteis. O comportamento do cliente relativamente a hipotecas, empréstimos, poupanças e depósitos à ordem é modelado pelo BSR, com base em investigação aprofundada. Os parâmetros do modelo são determinados a partir de dados históricos e opinião de especialistas. Os modelos são periodicamente validados pela Validação de Modelos. Os modelos e parâmetros são verificados a posteriori, pelo menos, semestralmente e atualizados quando considerado necessário. Na modelação de contas-poupança e contas à ordem, elementos diferentes têm um papel: estratégias de preços, desenvolvimentos de volume e nível e formato da curva de rendimento. As análises resultam numa duração estimada e uma regra de investimento para as várias carteiras. Relativamente a hipotecas e empréstimos, o comportamento de pré-pagamento, incluindo o comportamento de pré-pagamento dependendo da taxa de juro é modelado, assim como a sensibilidade do juro das opções da taxa de juro oferecida integrada.

O risco do comportamento do cliente é definido como a possível perda de valor futura devido a incerteza no comportamento de clientes em opções integradas em produtos comerciais. O risco do comportamento do cliente é participado como parte do Capital Económico do risco de negócios. As fontes gerais de risco do comportamento do cliente incluem o estado da economia, concorrência, alterações em regulamentos, legislação e regime fiscal e desenvolvimentos no mercado imobiliário. Uma vez que estes fatores de risco não podem ser (completamente) mitigados, o ING detém capital para conseguir absorver as possíveis perdas como resultado de comportamentos de clientes alterados.

O risco de convexidade é definido como a sensibilidade em relação a movimentos da taxa de juro e recolhe as alterações de segunda ordem na taxa de juro. O risco de convexidade é um resultado dos produtos que contêm opções integradas, como hipotecas. Em certos casos, o risco de convexidade é transferido dos livros comerciais para os livros de tesouraria usando a opções sobre permutas e acordos cap/floor.

A Tesouraria Bancária gere a posição da taxa de juro estratégica, excluindo os investimentos de capital. O objetivo principal é maximizar o valor económico do livro e gerar lucros anuais estáveis e adequados nos limites da apetência do risco definidos pelo ALCO Bank.

Perfil do risco

Nas secções seguintes, são apresentadas as exposições do risco da taxa de juro nos livros bancários. O ING Bank utiliza medições do risco com base numa perspetiva de lucros e valor. A Sensibilidade dos Lucros (SL) é utilizada para fornecer a perspetiva dos lucros e os números do Valor Atual Líquido (VAL) em risco e do Valor do Ponto Base (VPB) proporcionam a perspetiva do valor. De salientar que as exposições do risco da taxa de juro não incluem riscos de pensão. As medidas corretivas de gestão não são tidas em conta nestes números.

Sensibilidade dos Lucros (SL)

A SL mede o impacto da alteração das taxas de juro no rendimento dos juros líquido (antes de impostos) dos livros bancários. Os números da SL nas tabelas abaixo refletem um choque instantâneo de 1 % e um período de tempo de um ano. Para um choque descendente, presume-se que as taxas de juro não serão negativas depois do choque ser aplicado.

Livro bancário de Sensibilidade dos Lucros por moeda (choque paralelo instantâneo)

	2015		2014	
	-100 bps	+100 bps	-100 bps	+100 bps
Por moeda				
Euro	39	173	-107	68
Dólares dos Estados Unidos	-33	28	-5	5
Outros	-28	39	-7	16
Total	-22	240	-119	89

Livros bancários de Sensibilidade dos Lucros por empresa (choque paralelo instantâneo)

	2015		2014	
	-100 bps	+100 bps	-100 bps	+100 bps
Por negócio				
Banca Grossista	-2	165	-19	7
Banca de Retalho no Benelux	9	5	-39	101
Mercados Desafiadores e em Crescimento	30	-10	-27	-86
Banca de Linha Empresarial	-59	80	-34	67
Total	-22	240	-119	89

A SL é maioritariamente influenciada pela sensibilidade das poupanças dos movimentos da taxa de juro e é parcialmente compensada pela sensibilidade das hipotecas. O investimento de fundos próprios apenas tem impacto marginalmente na SL, uma vez que apenas uma parte relativamente pequena tem de ser (re)investida no período de 1 ano.

Análise de variância ano a ano

Em linha com o ano anterior, os lucros com um período de um ano, segundo o final do ano de 2015, são relativamente insensíveis a mudanças da taxa, se comparados com o rendimento de juros líquido. A sensibilidade dos lucros para um choque ascendente tem um impacto positivo. A sensibilidade dos lucros positivos implica que, quando as taxas aumentam, o impacto positivo nos juros recebidos de ativos é superior ao impacto negativo nos juros pagos por passivos. A alteração da sensibilidade dos Lucros do cenário +100 bps na Banca Grossista é maioritariamente resultado dos investimentos efetuados pela divisão da Tesouraria Bancária, que é participada na Banca Grossista.

Valor Atual Líquido (VAL) em Risco

O VAL em Risco mede o impacto das alterações das taxas de juro no valor. Uma vez que é aplicada uma abordagem de avaliação completa, os números do risco incluem o risco de convexidade que resulta de opções integradas como as opções de pré-pagamento de hipotecas. Quanto aos cálculos da SL, é aplicado um choque instantâneo de 1 %.

O impacto do valor total não pode ser diretamente ligado ao balanço financeiro ou à conta de lucros e perdas, uma vez que os movimentos do justo valor nos livros bancários não costumam ser participados na conta de lucros e perdas nem no capital próprio. Esperam-se que as mutações de valor se materializem ao longo do tempo na conta de lucros e perdas, se as taxas de juro se desenvolverem segundo as taxas futuras durante a validade restante da carteira.

Livros bancários do VAL em Risco por moeda (choque paralelo instantâneo)

	2015		2014	
	-100 bps	+100 bps	-100 bps	+100 bps
Por moeda				
Euro	-583	-1 855	169	-1 749
Dólares dos Estados Unidos	-12	42	-4	26
Outros	-58	36	1	5
Total	-653	-1 777	166	-1 718

Livros bancários de VAL em Risco por empresa (choque paralelo instantâneo)

	2015		2014	
	-100 bps	+100 bps	-100 bps	+100 bps
Por negócio				
Banca Grossista	-76	53	183	-120
Banca de Retalho no Benelux	-159	-270	-109	-130
Mercados Desafiadores e em Crescimento	-640	-274	-285	-29
Banca de Linha Empresarial	222	-1,286	377	-1,439
Total	-653	-1 777	166	-1 718

Livros bancários de VAL em Risco por categoria contabilística (choque paralelo instantâneo)

	2015		2014	
	-100 bps	+100 bps	-100 bps	+100 bps
Por categoria contabilística				
Custos Amortizados	-1 019	210	-1 203	1 292
Justo valor através de capital próprio	800	-2 248	1 234	-2 920
Justo valor através de lucros e perdas	-434	261	135	-90
Total	-653	-1 777	166	-1 718

O VAL em Risco é denominado por investimentos a longo prazo sensíveis à taxa de juro de fundos próprios, uma vez que o próprio capital próprio não é modelado e, assim, não é apresentado como uma compensação para os investimentos de fundos próprios. O valor destes investimentos sofre um impacto significativo se as taxas de juro aumentarem 1 %. O risco de convexidade nas carteiras de retalho também contribui para o VAL em Risco geral. A assimetria entre o VAL em Risco para um choque de -100 bps e um de +100 bps é maioritariamente causada pelo limite mínimo das taxas de juro de zero para o cenário de -100 bps.

Análise de variância ano a ano

O VAL em Risco para choque de -100 bps foi alterado em 819 milhões de euros durante 2015. A sensibilidade para um choque de -100 bps mudou maioritariamente como resultado de taxas inferiores e sofre ainda um impacto pelo requisito regulamentar de que as taxas de juro foram colocadas a um limite mínimo de zero. O VAL em Risco para choque de +100 bps foi alterado durante 2015, sofrendo uma redução de 59 milhões de euros. O VAL em Risco para o choque de +100 bps da Linha Empresarial diminuiu devido a uma duração reduzida de investimentos a longo prazo de fundos próprios. Além da alteração da exposição geral do VAL em Risco, existe uma alteração na exposição por categoria contabilística. A dinâmica entre as diferentes categorias contabilísticas pode ser atribuída ao aumento de volumes de poupanças e hipotecas. Como resultado, a exposição a custo amortizado demonstrou um movimento descendente para o choque de +100 bps. O impacto deste movimento foi mitigado por coberturas de fluxo de caixa, que reavaliam através do capital próprio, e uma duração reduzida dos investimentos. O risco de convexidade da empresa comercial aumentou maioritariamente devido a taxas de juro inferiores.

Valor do Ponto Base (VPB)

O VPB mede o impacto do aumento de um ponto base nas taxas de juro no valor. Numa grande escala, o VPB e o VAL em Risco refletem o mesmo risco, a diferença é que o VPB não reflete o risco de convexidade devido à pequena alteração nas taxas de juro.

Livros bancários do VPB por moeda

em milhares de euros	2015	2014
Por moeda		
Euro	-16 563	-15 890
Dólares dos Estados Unidos	424	261
Outros	357	-21
Total	-15 782	-15 650

Livros bancários do VPB por empresa

em milhares de euros	2015	2014
Por negócio		
Banca Grossista	277	-1 773
Banca de Retalho no Benelux	-448	-55
Mercados Desafiadores e em Crescimento	-2 417	981
Linha Empresarial	-13 194	-14 803
Total	-15 782	-15 650

Livros bancários do VPB por categoria contabilística

em milhares de euros	2015	2014
Por categoria contabilística		
Custos Amortizados	4 691	16 311
Justo valor através de capital próprio	-22 798	-30 205
Justo valor através de lucros e perdas	2 325	-1 756
Total	-15 782	-15 650

Em linha com o VAL em Risco, a posição do VPB geral é dominada pelo investimento a longo prazo de fundos próprios, uma vez que o valor atual desta posição sofre um impacto significativo se as taxas de juro aumentarem um ponto base.

Análise de variância ano a ano

O VPB geral diminuiu em 2015 0,1 milhões de euros. Isto deve-se maioritariamente a uma alteração na posição estratégica. As alterações no VPB na Banca de Retalho no Benelux e nos Mercados Desafiadores e em Crescimento refletem o volume e a duração das alterações de ativos e passivos originais. As coberturas de fluxo de caixa foram executadas na divisão da Tesouraria Bancária para mitigar estas alterações. A divisão da Tesouraria Bancária para os Mercados Desafiadores e em Crescimento está participada no negócio de Banca Grossista. Além da alteração da exposição geral do VPB, existe uma alteração na exposição por categoria contabilística. Isto deve-se maioritariamente ao aumento do volume das poupanças e hipotecas. Como resultado, a exposição do VPB a custo amortizado demonstrou um movimento descendente. Este movimento foi mitigado por coberturas de fluxo de caixa, que reavaliam através do capital próprio e uma duração reduzida dos investimentos.

Risco de Mercado Cambial (FX) nos livros bancários

As exposições de FX nos livros bancários resultam de atividades centrais empresariais bancárias (unidades empresariais a fazer negócios noutras moedas que não a sua moeda base), investimentos em moeda estrangeira em subsidiárias (incluindo lucros e perdas líquidos) e participações sociais em capital próprio estratégico em moedas estrangeiras. A política referente a estas exposições está brevemente explicada em seguida.

Gestão – Negócio bancário central

Todas as unidades empresariais cobrem o risco de FX resultante de atividades de negócio centrais bancárias na sua moeda base. Consequentemente, os ativos e passivos são combinados em termos de moeda.

Gestão - resultado da tradução FX

A estratégia do ING Bank é proteger o rácio de meta comum do capital próprio de nível 1 contra as flutuações de taxa de FX numa determinada apetência do risco, enquanto limitam a volatilidade na conta de lucros e perdas. Assim, as coberturas apenas são efetuadas na medida em que podem ser contabilizadas como cobertura contra capital próprio. Tendo isto em conta, a cobertura do rácio comum do capital próprio de nível 1 pode ser alcançada ao recolher as posições de moeda estrangeira iguais a determinadas posições alvo, de modo a que o capital próprio comum de nível 1 e os ativos com ponderação do risco sejam relativamente sensíveis em termos de alteração das taxas FX. Uma seleção de moedas de mercados emergentes que cumprem requisitos específicos não têm uma posição alvo, mas podem continuar abertas ao abrigo da política.

Perfil do risco – resultado da conversão FX

A tabela seguinte apresenta as exposições da moeda nos livros bancários para as moedas mais importantes para o resultado da conversão FX. Os números positivos indicam as posições longas na respetiva moeda.

Livros bancários de exposições de moeda

	Investimentos Estrangeiros			Coberturas	Exp. líquidas	
em milhares de euros	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Dólares dos Estados Unidos	2 869	2 601	65	−189	2 935	2 412
Libra Esterlina	992	635	−179	21	812	656
Zloty Polaco	1 881	1 774	−854	−848	1 027	926
Dólar Australiano	3 662	3 665	−3 329	−3 309	332	356
Lira Turca	2 186	2 033	−3	−3	2 183	2 030
Yuan Chinês	2 817	2 289	−168	−166	2 649	2 123
Won Coreano	838	800	−662	−635	176	165
Rupia Indiana	1 172	701	-		1 172	701
Real Brasileiro	211	277	-		211	277
Rublo Russo	429	502	−181	−311	248	191
Outra moeda	2 615	2 359	−1 385	−1 359	1 230	1 000
Total	19 672	17 636	−6 696	−6 799	12 977	10 837

Para medir a sensibilidade restante do rácio comum alvo do capital próprio de nível 1 contra as flutuações das taxas FX, é utilizada a medição do rácio comum do capital próprio de nível em Risco (cTaR). Mede a descida no rácio do capital próprio comum de nível 1 da meta ao salientar uma determinada taxa FX. O cenário de tensão para uma moeda corresponde ao cenário que causa uma descida no rácio comum do capital próprio de nível 1. Um sinal negativo indica, assim, que uma depreciação da moeda correspondente perante o Euro irá levar a uma redução do rácio comum de capital próprio de nível 1.

Sensibilidade do rácio comum de Capital Próprio de Nível 1 do ING Bank

	cTaR		Cenário de Tensão	
	2015	2014	2015	2014
Moeda				
Dólares dos Estados Unidos	0,13 %	0,12 %	15 %	15 %
Libra Esterlina	0,01 %	0,00 %	-15 %	15 %
Zloty Polaco	0,00 %	0,00 %	15 %	-15 %
Dólar Australiano	0,00 %	0,00 %	20 %	20 %
Lira Turca	0,07 %	0,06 %	-25 %	-25 %
Yuan Chinês	0,09 %	0,08 %	-15 %	-15 %
Won Coreano	0,01 %	0,01 %	-15 %	-15 %
Rupia Indiana	0,05 %	0,04 %	-20 %	-20 %
Real Brasileiro	0,01 %	0,02 %	-25 %	-25 %
Rublo Russo	0,01 %	0,01 %	-20 %	-20 %

Os Dólares dos Estados Unidos são a principal moeda em termos de Exposição Líquida uma vez que a posição dos ativos com ponderação do risco nos Dólares dos Estados Unidos é mais significativa para além do Euro.

Análise de variância ano a ano

Os investimentos estrangeiros em Yuan Chinês aumentaram devido a um aumento no preço das participações sociais. A posição dos Dólares Americanos aumentou especialmente devido a uma valorização da moeda perante o Euro. Os Investimentos Estrangeiros em INR aumentaram devido ao diferente tratamento contabilístico em Vysya depois da fusão com a Kotak Mahindra, à valorização do INR perante o Euro e ao aumento do preço das participações sociais em Vysya.

Risco do preço do capital próprio nos livros bancários**Gestão**

O ING Bank mantém uma carteira estratégica com exposição de capital próprio substancial nos seus livros bancários. Os escritórios locais são responsáveis pela gestão das posições de investimento de capital próprio. O risco de mercado é responsável pela monitorização e participação mensais do capital regulamentar para os Investimentos de Capital Próprio. O risco de mercado age de forma independente da gestão dos investimentos de capital próprio na monitorização e participação do risco de investimentos de capital próprio.

Perfil do risco

O risco do preço do capital próprio é originado pela possibilidade de os preços dos títulos do capital próprio sofrerem flutuações, afetando o valor dos títulos do capital próprio e outros instrumentos cujo valor reage da mesma forma a um título específico, um conjunto definido de títulos ou um índice de títulos. A exposição do capital próprio é maioritariamente composta pelos investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos de 842 milhões de euros (2014: 861 milhões de euros) e pelos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda (AFS) de 4 434 milhões de euros (2014: 2 718 milhões de euros). O valor dos títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda está diretamente ligado aos preços de títulos de capital próprio com os aumentos/reduções reconhecidos na reserva de reavaliação, exceto em caso de depreciação. Os investimentos em associados e empreendimentos conjuntos são medidos em conformidade com o método de capital próprio de contabilidade e o valor do balanço financeiro e, assim, não estão diretamente ligados aos preços dos títulos de capital próprio.

Capitais Próprios, Lucros e perdas Não Realizados na carteira AFS

	2015	2014
Ganhos brutos não realizados	2 662	2 019
Perdas brutas não realizadas	-29	
Total	2 633	2 019

Análise de variância ano a ano

Durante o ano terminado a 31 de dezembro de 2015, a reserva de reavaliação relacionada com títulos de capital próprio detidos na carteira disponível para venda sofreu flutuações entre um montante baixo no final do mês de 1 931 milhões de euros (2014: 996 milhões de euros) e um montante elevado de 2 709 milhões de euros (2014: 2 019 milhões de euros). A carteira AFS aumentou de 2,7 mil milhões de euros em 2014 para 4,4 mil milhões de euros em 2015, maioritariamente devido ao aumento no valor da posição do Bank of Beijing (0,5 mil milhões de euros) e à fusão do ING Vysya Bank com o Kotak Mahindra Bank e, como resultado, a participação social do ING no Kotak foi incluída na posição AfS (valor da posição 1,2 mil milhões de euros).

Risco do preço do imobiliário nos livros bancários

O risco dos preços do imobiliário é originado pela possibilidade de os preços do imobiliário sofrerem flutuações. Isto afeta o valor dos ativos imobiliários e os lucros relacionados com atividades de imobiliário.

Gestão

O Imobiliário é um negócio de liquidação que consiste em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimento em Imobiliário que são reduzidas pela venda de ativos, execução rigorosa de maturidade do contrato ou através da vendas de carteira.

Perfil do risco

O ING Bank tem duas categorias principais diferentes de exposição de imobiliário nos seus livros bancários: primeiro, os próprios edifícios que o ING Bank ocupa e, segundo, os ativos de desenvolvimento, que consistem maioritariamente em atividades de Desenvolvimento de Imobiliário e de Gestão de Investimentos em Imobiliário. A exposição total do imobiliário equivale a 1,3 mil milhões de euros (excluindo propriedade de execuções hipotecárias e juros de terceiros). O ING Bank tem 0,2 mil milhões de euros reconhecidos a justo valor através de lucros e perdas e 1,1 mil milhões de euros são reconhecidos a custo ou reavaliados através do capital próprio (com imparidades que passam pelos lucros e perdas). Uma divisão na exposição do imobiliário por continente e sector com base na vista da gestão do risco é ilustrada abaixo.

Exposição do risco de mercado do Imobiliário nos livros bancários (por área geográfica e tipo de sector)

	2015	2014		2015	2014
Continente			Sector		
Europa	1 136	1 352	Residencial	115	270
Américas	45	142	Escritório	1 045	1 102
Austrália	0	0	Retalho	68	181
Ásia	35	101	Industrial	16	22
Outros	118	91	Outros	91	111
Total	1 334	1 686	Total	1 334	1 686

A exposição principal é originada pelos edifícios de escritórios de uso próprio localizados na Holanda e Bélgica (0,8 mil milhões de euros), assim como pelas exposições de retalho e residenciais na Europa (0,1 mil milhões de euros)

Análise de variância ano a ano

No total, a exposição do risco de mercado do imobiliário nos livros bancário diminuiu em 0,3 mil milhões de euros como resultado de desinvestimentos. O restante deve-se a imparidades e alterações negativas do justo valor.

Risco de mercado nos livros comerciais

Nas carteiras comerciais, as posições são mantidas nos mercados financeiros profissionais. Estas posições são, muitas vezes, um resultado de transações com clientes e podem servir para beneficiar de movimentos de preço a curto prazo. O risco de mercado surge nas carteiras comerciais através da exposição a vários fatores do risco de mercado, incluindo taxas de juro, preços de capital próprio, taxas de mercado cambial e spreads de crédito.

Gestão

A Comissão de Riscos de Mercados Financeiros (CRMF) é a comissão do risco de mercado que, na apetência do risco definida pelo ALCO Bank, define os limites do risco de mercado a um nível agregado e a um nível administrativo e aprova novos produtos. O Risco de Crédito e Comercial aconselha a CRMF e o ALCO Bank sobre a apetência do risco de mercado das atividades comerciais.

Relativamente às carteiras comerciais, o Risco de Crédito e Comercial foca-se na gestão dos riscos de mercado da Banca Grossista (maioritariamente em Mercados Financeiros) uma vez que esta é a única linha empresarial no ING Bank em que as atividades comerciais ocorrem. As atividades comerciais incluem a facilitação de negócios com clientes e criação de mercados. O Risco de Crédito e Comercial é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas do risco comercial e de metodologias de medição do risco, a participação e monitorização das exposições do risco contra limites comerciais aprovados e a validação de modelos de preço. O Risco de Crédito e Comercial também revê os mandatos e limites comerciais e assume o papel de controlador no processo de revisão de produtos. A gestão do risco de mercado comercial é efetuada a vários níveis organizacionais, do Risco de Crédito e Comercial geral até a áreas empresariais específicas e escritórios comerciais.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor de ativos e passivos financeiros que são cotados em mercados ativos é determinado usando preços de mercado cotados. Quando não existem preços cotados disponíveis, são utilizadas outras fontes de preços e técnicas de avaliação para determinar o justo valor.

As outras fontes de preços podem ser fornecedores de mercado independentes, corretores ou criadores de mercado ou transações recentes. O intervalo de preços obtido destas fontes de preços pode alterar-se. A escolha de uma ou outra fonte de preço pode, assim, resultar em estimativas diferentes de justo valor. Escolher o preço mais adequado neste intervalo exige experiência e ponderação. A escolha das fontes de preço utilizadas está sujeita a aprovação e revisão internas.

As técnicas de avaliação vão dos descontos de fluxos de caixa a modelos de avaliação. Estes modelos baseiam-se em fatores do risco relevantes como

o preço de mercado dos instrumentos de referência subjacentes, parâmetros de mercado (volatilidades, correlações e notações de risco) e o comportamento do cliente. Alguns destes fatores de preço exigem pressupostos que implicam que os modelos de avaliação são subjetivos por natureza. Dependendo da técnica de avaliação utilizada e dos pressupostos feitos, o justo valor obtido pode ser diferente e, assim, a incerteza descendente e/ou ascendente implícita do valor contabilístico pode variar. Para uma classificação da exposição a justo valor para produtos em conformidade com o seu grau de incerteza de avaliação, consulte a secção «Instrumentos financeiros ao justo valor» da Nota 36 «Justo valor de ativos e passivos».

Todos os modelos de avaliação utilizados estão sujeitos a um quadro de gestão do modelo. A gestão de modelos refere-se a um conjunto de políticas e procedimentos que seguem rigorosamente e que abrangem todo o ciclo de vida de um modelo, isto é, o seu desenvolvimento, validação, aprovação, implementação e manutenção. Os alicerces da gestão de modelos são a validação independente e a revisão periódica. Esta revisão visa determinar se um modelo ainda está adequado ao seu uso pretendido. Quando são utilizados modelos para avaliação, pode existir incerteza nos pressupostos dos modelos e/ou nos parâmetros subjacentes. Nos casos em que surge incerteza significativa sobre pressupostos, aplica-se um ajuste da avaliação do risco de modelos.

No geral, as posições são avaliadas tendo em conta o preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta. Nos casos em que as posições são marcadas a preços médios de mercado, calcula-se um ajuste do valor justo.

O ING Bank alinhou os ajustes existentes do justo valor com as normas regulamentares para instrumentos de justo valor emitidas pela EBA, por isso, quando possível, segue um quadro de avaliação unificada que cumpre os requisitos do IFRS e do RFP. Esta abordagem é apoiada por um quadro de políticas de avaliação ao nível do banco que indica metodologias detalhadas para instrumentos de justo valor por produto e grau de liquidez. Os benefícios deste quadro e da abordagem escolhida são um aumento significativo na consistência e transparência do justo valor de instrumentos financeiros em diferentes locais e livros. Para conformidade com as normas regulamentares da EBA, um ajuste adicional da avaliação através do capital em posições concentradas (o AVA de Concentração) de 44,1 milhões de euros após impostos foi registado para o ING Bank em 2015.

Para incluir o risco de crédito na avaliação justa, o ING Bank aplica ajustes de avaliação de crédito e de débito (doravante referidos respetivamente como CVA e DVA). As dívidas emitidas e notas próprias estruturadas que são avaliadas pelo justo valor são ajustadas para o risco de crédito por meio de um ajuste do crédito próprio. Além disso, os derivados valorizados ao justo valor são ajustados para o risco de crédito por um ajuste da avaliação do crédito.

Este ajuste da avaliação do crédito é de natureza bilateral; tanto o risco de crédito da contraparte, bem como do ING estão incluídos no ajuste. Todos os dados de mercado que são utilizados na determinação do CVA são baseados em dados de mercado implícitos. Além disso, o risco de correlação desfavorável (quando a exposição a uma contraparte está a aumentar e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) e o risco de correlação favorável (quando a exposição a uma contraparte está a diminuir e a qualidade de crédito dessa contraparte diminui) está incluído no ajuste. O ING Bank aplica o CVA para fixar o preço do risco de crédito em novas negociações externas com as contrapartes. Os limites e controlos do risco foram implementados para monitorizar e antecipar diariamente o risco do CVA. O CVA é gerido pela gestão do risco global, onde os limites e controlos do risco para o CVA são geridos e monitorizados a um nível global. A nossa abordagem à gestão do risco de CVA é fomentada pelo aumento do controlo, eficiência de custos e o âmbito global do CVA.

Para abordar o risco associado à natureza ilíquida da carteira de derivados, o ING Bank aplica um «ajuste de avaliação da liquidez» adicional. O ajuste baseia-se no preço de mercado da liquidez de financiamento e aplica-se aos derivados não garantidos. Este desconto adicional é tido em consideração nos ajustes de avaliação de crédito e débito.

O Risco de Crédito e Comercial tem a função de identificar e desafiar dados de mercado e fontes de preços que determinam os parâmetros que serão usados nos modelos de avaliação e calcular os ajustes de valor necessários. Os dados de mercado identificados e as fontes utilizadas nos modelos de avaliação são desafiados, revistos e validados de forma independente e regular, muitos deles diariamente. Os testes de preços e os resultados de avaliações são revistos e validados por comissões de parâmetros locais e globais.

Para garantir a segregação dos deveres entre o *Front Office* e o Risco de Crédito e Comercial, os sistemas para os preços e teste dos preços são garantidos para evitar o acesso não autorizado.

É feita referência à Nota 36 «Justo valor de ativos e passivos» para a base da determinação do justo valor de instrumentos financeiros e sensibilidades relacionadas.

Divulgação do modelo das medidas do risco comercial

Valor em Risco

O Risco de Crédito e Comercial utiliza a metodologia de simulação histórica Valor em Risco (VaR) como a principal medida de risco. O VaR para o risco de mercado quantifica, com um nível de confiança unilateral de 99 %, a perda máxima repentina que poderá ocorrer devido a alterações nos fatores de risco (ex. taxas de juro, preços de capital próprio, taxas de mercado cambial, spreads de crédito, volatilidades implícitas) se as posições continuarem inalteradas por um período de tempo de um dia. Além dos movimentos de mercado gerais nestes fatores de risco, o VaR também tem em conta os movimentos dos dados de mercado para movimentos específicos como, por exemplo, o emissor subjacente de títulos. O impacto dos movimentos de mercado históricos sobre a carteira atual é estimado com base em movimentos de mercado observados e ponderados de forma igual do ano anterior. O ING Bank utiliza o VaR com um período de 1 dia para a medição, controlo e testes retrospectivos do risco interno e o VaR com um período de 10 dias para determinar o capital regulamentar.

Limitações

O VaR tem algumas limitações, como as seguintes: O VaR utiliza dados históricos para prever o comportamento dos preços futuros. O comportamento dos preços futuros pode ser substancialmente diferente do comportamento passado. Além disso, o uso de um período de retenção de um dia (ou dez dias para cálculos de capital regulamentar) presume que todas as posições na carteira podem ser liquidadas ou cobertas num dia. Em períodos de liquidez ou movimentos no mercado, este pressuposto pode não ser válido. Além disso, o uso do nível de confiança de 99 % significa que o VaR não tem em conta quaisquer perdas que ocorrem para lá deste nível de confiança.

Testes retrospectivos

Os testes retrospectivos são uma técnica para a monitorização contínua da plausibilidade do modelo VaR em utilização. Embora os modelos do VaR estimem os possíveis resultados futuros, as estimativas têm por base dados de mercado históricos. Num teste retrospectivo, o resultado diário real é comparado com o VaR de 1 dia. Além de utilizar os resultados reais para os testes retrospectivos, o ING Bank utiliza também resultados hipotéticos que medem os resultados excluindo o efeito do comércio intradiário, as taxas e as comissões. Quando a perda real ou hipotética excede o VaR, ocorre um «valor atípico». Com base no nível de confiança unilateral de 99 % do ING Bank, espera-se um valor atípico uma vez a cada 100 dias úteis. Em 2015 não houve qualquer ocorrência quando uma perda comercial diária excedeu o VaR consolidado diário do ING Bank. O ING Bank participa os resultados dos testes retrospectivos trimestralmente ao BCE.

Comité de Basileia/DFP IV

O ING Bank segue o quadro regulamentar definido no Regulamento de Requisitos do Capital (RFP/DFP IV) para os seus cálculos de capital regulamentar. O Comité de Basileia está a efetuar uma Revisão Fundamental do Livro Comercial, que poderá ter um impacto significativo nos cálculos do Pilar I. As diretrizes finais foram publicadas em janeiro de 2016 e a implementação total não está prevista para antes de 2019.

VaR Tenso

O VaR Tenso (SVaR) visa replicar um cálculo do VaR que seria gerado na carteira atual do banco com informações calibradas segundo os dados históricos de um período contínuo de 12 meses de tensão financeira significativa relevante para a carteira do banco. Para calcular o SVaR, o ING Bank utiliza o mesmo modelo que para o VaR (simulação histórica). O período de dados históricos utilizados inclui o limite da crise de crédito aquando da queda da Lehman brothers e é revisto com regularidade.

Cobrança do Risco Gradual

Com a Cobrança do Risco Gradual (CRG), o ING Bank calcula uma estimativa de incumprimento e risco de migração para produtos de crédito não titularizados no livro comercial num período de capital de um ano a um nível de confiança de 99,9 %. Para o cálculo da CRG, o ING Bank efetua uma simulação Monte Carlo com base num modelo de cópula gaussiana. Para todos os emissores, a classificação é simulada em diferentes períodos de liquidez (tempo necessário para liquidar a posição ou cobrir todos os riscos significativos) ao longo de um ano. O impacto financeiro é depois determinado com base na migração do incumprimento (com base no PDI) ou na migração para uma categoria de classificação diferente (com base em alterações do spread de crédito).

O período de liquidez foi definido segundo o mínimo regulamentar de três meses para todas as posições no âmbito. Devido aos tipos de produtos na carteira comercial do ING Bank, este considera este período como conservador. Demonstrámos que o ING Bank ainda poderia comercializar ativamente as suas posições que são significativas para a CRG sob circunstâncias de mercado tensas, permitindo ao ING Bank resgatar completamente as suas posições em três meses.

Risco de movimento

O risco de movimento é uma ferramenta de gestão do risco valiosa. O risco de movimento avalia a estabilidade financeira do banco em cenários de esforço graves, mas plausíveis e ajuda na tomada de decisões que garantem que o banco continua uma instituição financeiramente saudável depois de ocorrer um evento grave. Além do quadro de teste do esforço em todo o banco, conforme descrito na secção de perfil do risco do ING Bank, o Risco de Crédito e Comercial efetua testes de cenários tensos separados para monitorizar os riscos de mercado em condições de mercado extremas. Uma vez que, no geral, o VaR não produz uma estimativa de possíveis perdas que podem ocorrer como resultado de movimentos de mercado extremos, o ING Bank utiliza testes de cenários tensos estruturados para monitorizar o risco de mercado nestas condições extremas. O risco de movimento baseia-se em cenários históricos e hipotéticos extremos. O resultado é uma estimativa dos lucros e perdas causados por um possível movimento e o seu impacto mundial para o ING Bank. O número do risco de movimento para a atividade comercial do ING Bank é gerado semanalmente. Tal como o VaR, o risco de movimento é limitado pelo ALCO Bank.

A política de risco de movimento do ING Bank baseia-se num grande conjunto de possíveis cenários de tensão por tipo de risco (rendimento fixo, capital próprio, mercado cambial, crédito e mercados derivados relacionados). Por exemplo, para produtos de capital próprio assumimos um cenário de crise (redução dos preços) e um cenário altista (aumento dos preços). Os parâmetros de tensão são definidos por país. Os cenários são calculados com base em movimentos que ocorrem de forma independente, em conjunto por região ou em todos os países em simultâneo. Desta forma, é calculado um grande conjunto de cenários para cada tipo de risco. Os piores cenários por mercado são combinados nos mercados ao avaliar movimentos independentes por mercado e os piores movimentos que ocorrem em todos os mercados ao mesmo tempo.

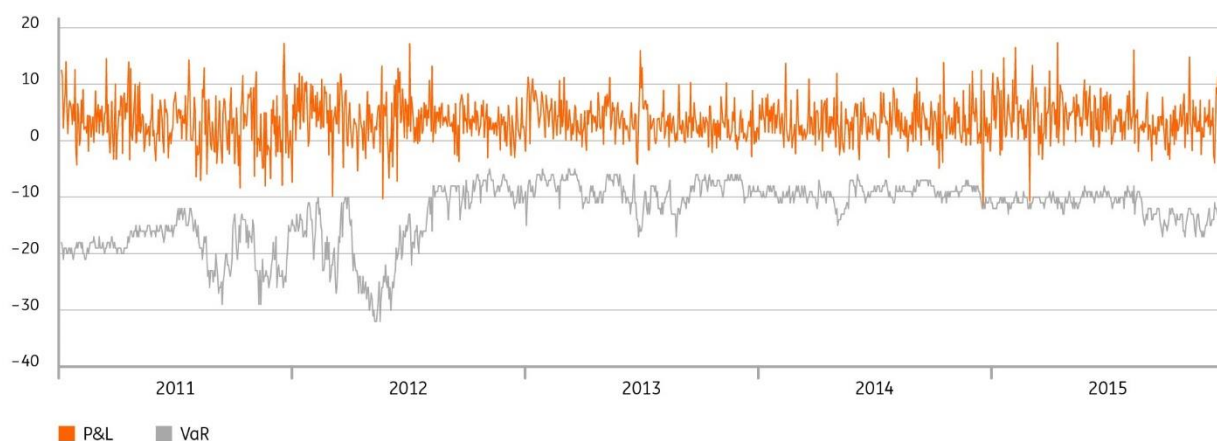
Outros controlos comerciais

Os limites do VaR e do Risco de movimento são os limites mais importantes para controlar as carteiras comerciais. Adicionalmente, foram definidos limites para o SVaR e a CRG. Além disso, o ING Bank utiliza outros controlos para complementar estes limites. Os limites de posição e sensibilidade são utilizados para evitar grandes concentrações em emissores, setores ou países específicos. Além disto, são definidos outros limites de risco relativamente a atividades em comércio de derivados complexos. O risco de mercado destes produtos é controlado por limites e restrições específicos do produto.

Perfil do risco

O quadro seguinte ilustra o desenvolvimento do VaR repentino num intervalo de confiança de 99 % e um período de 1 dia versus lucros e perdas comerciais diários. O VaR repentino é apresentado para a carteira comercial do ING Bank de 2011 a 2015.

Consolidated trading VaR ING Bank 2011 – 2015



Os números do risco na tabela abaixo apenas estão relacionados com os livros comerciais CAD2 em que se aplica a abordagem do modelo interno.

Medidas de Risco - Carteiras com Abordagem do Modelo Interno

valores em milhões de euros

	Mínimo		Máximo		Média		Final do	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de juro	3	3	8	11	5	5	4	6
Equidade	4	2	10	7	6	3	6	6
Mercado Cambial	1	1	4	6	2	2	1	2
Spread de crédito	7	3	10	9	8	5	9	9
Diversificação ²					-9	-6	-6	-12
VaR Total	8	6	17	15	12	9	14	11
VaR Tenso (10 dias, 99 %)	41	32	110	111	71	54	78	99
Cobrança do Risco Gradual (1 ano, 99,9%)	249	341	482	555	380	462	267	426

1 Risco CVA não incluído no VaR.

2 O VaR total para as colunas Mínimo e Máximo não pode ser calculado tendo em conta a soma dos componentes individuais uma vez que as observações para os mercados individuais, assim como o VaR Total, poder ocorrer em datas diferentes.

Em 2015, o VaR médio foi superior ao do ano anterior. Este aumento é notável em diferentes tipos de risco e pode ser explicado pelo aumento das posições do risco, assim como pelo aumento da volatilidade do mercado. A diminuição na CRG foi fortemente fomentada pela diminuição das exposições de dívida a vários soberanos.

Capital regulamentar

Segundo o Regulamento de Requisitos Capitais (RFP/DFP IV), o capital regulamentar para carteiras comerciais pode ser calculado usando a abordagem padronizada para uma abordagem de modelo interno. O ING Bank recebeu aprovação regulamentar para utilizar um modelo interno de modo a determinar o capital regulamentar para o risco de mercado em todos os livros comerciais do ING Bank. O capital do risco de mercado dos livros comerciais CAD2 é calculado em conformidade com o RFP, usando o VaR interno, o VaR Tenso e modelos de Cobranças do Risco Graduais, quando a diversificação é tida em conta. Por outro lado, o capital de risco de mercado dos livros CAD1 é calculado com a Abordagem Padronizada com ponderações do risco fixas. Em 2015, os cálculos de capital para todos os livros comerciais são efetuados na Abordagem de Modelo Interno. As incompatibilidades no risco FX dos livros bancários são incorporadas na Abordagem Padronizada. O ING Bank não tem uma Carteira de Comércio de Correlação ou quaisquer outras titularizações no livro comercial.

Capital regulamentar				
valores em milhões de euros				
			2015	2014
	SVaR	VaR	Total	Total
Taxa de juro/Spread de crédito	154	102	256	193
Equidade	58	30	88	93
Mercadoria ¹	6	4	10	0
Mercado Cambial	17	8	25	33
Cobrança do Risco Gradual			286	426
Abordagem do Modelo Interno Total	235	144	665	745
Modelo padronizado ²			106	113
Capital regulamentar total			771	858
Ativos com Ponderação do Risco de Mercado em mil milhões de euros			10	11

1 Em 2015, o capital atribuído à carteira de capital próprio foi dividido em classes de capital próprio e risco de mercadorias. Anteriormente, foi participado na classe do risco de capital próprio.

2 O modelo padronizado é aplicado a posições FX nos livros bancários.

A redução no Capital Regulamentar do risco de mercado para o Comércio em 2015 deve-se maioritariamente à redução nas exposições de emissores soberanos e como resultado na CRG, parcialmente compensada pelos aumentos no VaR e no SVaR que resultaram de alterações de volatilidade e posição de mercado superiores.

Sensibilidades

Como parte do quadro de monitorização do risco, o Risco de Crédito e Comercial monitoriza ativamente as alterações diárias das sensibilidades das nossas carteiras comerciais. As tabelas seguintes ilustram as cinco maiores posições comerciais intercambiais e as sensibilidades da taxa de juro e do spread de crédito. As sensibilidades do spread de crédito são ainda divididas em classes e setores do risco diferentes. Devido à natureza das carteiras comerciais, as posições mudam de dia para dia.

Posições comerciais intercambiais mais importantes no final do exercício				
valores em milhões de euros				
	2015			2014
Mercado Cambial		Mercado Cambial		
Dólares dos Estados Unidos	160	Yuan Chinês		282
Novo Leu Romeno	57	Dólares dos Estados Unidos		-257
Yuan Chinês	-42	Franco Suíço		-65
Won da Coreia do Sul	-46	Dólar Australiano		40
Franco Suíço	18	Won da Coreia do Sul		21

Sensibilidades mais importantes da taxa de juro e do spread de crédito no final do exercício				
valores em milhares de euros				
	2015			2014
Taxa de juro (VPB¹)		Taxa de juro (VPB¹)		
Euro	-414	Euro		231
Won da Coreia do Sul	-52	Dólar Tailandês		75
Libra Britânica	45	Yuan Chinês		-47
Dólares dos Estados Unidos	43	Zloty Polaco		43
Yen Japonês	18	Yen Japonês		34
Spread de crédito (CSO^{1,2})		Spread de crédito (CSO^{1,2})		
Holanda	-289	Holanda		-702
Alemanha	-154	Alemanha		552
Noruega	-110	Estados Unidos		115
Estados Unidos	99	Rússia		97
Espanha	-89	Itália		-94

1 O Valor do Ponto Base (VPB) mede o impacto do aumento de um ponto base nas taxas de juro no valor.

2 A Sensibilidade do Spread de crédito (CSO1) mede o impacto do aumento de um ponto base nos spreads de crédito no valor.

Sensibilidades do spread de crédito por classe de risco e setor no final do exercício

valores em milhares de euros

	Corp.	Inst. Financeiras	Corp.	Inst. Financeiras
Spread de crédito (CSO1¹)				
Classes de risco				
1 (AAA)	0	-60	62	24
2-4 (AA)	13	-108	-21	-100
5-7 (A)	12	-207	21	-76
8-10 (BBB)	-61	-180	-52	-116
11-13 (BB)	-88	-64	-47	-45
14-16 (B)	-3	-2	-14	-18
17-22 (CCC e NPL)	-12	-11	-44	-6
Não classificado	3	1	-1	-1
Total	-136	-631	-96	-338

1 A Sensibilidade do Spread de crédito (CSO1) mede o impacto do aumento de um ponto base nos spreads de crédito no valor.

Risco de financiamento e liquidez

Introdução

O risco de financiamento e liquidez é o risco de o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem, a um custo razoável e atempadamente.

O ING Bank incorpora a gestão de financiamentos e liquidez na sua estratégia empresarial. Para otimizar a sua gestão de riscos de financiamento e liquidez, o ING Bank desenvolveu um quadro de financiamento e risco de liquidez que visa maximizar o acesso à liquidez e minimizar os riscos e custos de financiamento. O principal objetivo da gestão do risco de financiamento e liquidez do ING é manter liquidez suficiente para garantir operações seguras e precisas em circunstâncias de mercado normal e em tempos de tensão.

O risco de financiamento e liquidez inclui três tipos de risco, dois em condições normais e um em condições de tensão:

- Situação normal:
 - Risco de financiamento e liquidez estrutural:* O possível impacto negativo no rendimento ou posição de caixa de uma organização devido a incompatibilidades entre as maturidades de liquidez esperadas dos ativos e passivos.
 - Risco de financiamento e liquidez do comportamento do cliente:* O possível impacto negativo no rendimento ou posição de caixa de uma organização devido a opções de liquidez integradas em ativos e passivos que incluem o risco de comportamento de clientes.
- Situação de tensão:
 - Risco de financiamento e liquidez em tensão:* O risco de uma organização poder ficar incapaz de cumprir as suas obrigações financeiras devido a caixa insuficiente ou impossibilidade de ser gerada a tempo a custos razoáveis ao atrair novos financiamentos não titularizados ou utilizar financiamento existente ou vender / penhorar ativos, resultando possivelmente em incumprimento.

O risco de liquidez pode materializar-se através de posições comerciais e não comerciais.

Gestão

No ING Bank, os departamentos do Conselho de Administração do Banco, de recursos humanos (Risco e Finanças), divisão de Gestão de Capital e Tesouraria Bancária devem supervisionar e são responsáveis pela gestão do risco de financiamento e liquidez.

A gestão do risco de liquidez no ING Bank enquadra-se na supervisão do departamento do ALCO com o ALCO Bank enquanto autoridade de aprovação mais elevada que supervisiona a execução do conjunto geral de estratégias do Conselho.

O ALCO Bank determina o quadro e a apetência do risco de liquidez (limite) que é depois distribuído pela organização ao abrigo da responsabilidade dos níveis inferiores do ALCO. O quadro do risco de liquidez do ING Bank baseia-se no conceito das três linhas de defesa, enquanto os princípios de risco são implementados, monitorizados e controlados juntamente com as divisões de primeira e segunda linha do Banco.

O Conselho de Administração do Banco define a estratégia de financiamento e liquidez, a posição do financiamento e liquidez alvo e a apetência do risco com base em recomendações da Tesouraria Bancária, Gestão de Capital, Risco do Balanço Financeiro e Finanças.

A identificação dos riscos de liquidez é uma responsabilidade primária do departamento comercial de 1ª linha.

A Tesouraria Bancária é um departamento de 1ª linha. As suas principais funções de financiamento e liquidez são gerir a lacuna de financiamento do ING e a posição de liquidez (regulamentar) do ING. A Tesouraria Bancária é o primeiro contacto do ING com o mercado para financiamento a longo e curto prazo, excetuando as transações de capital que são da responsabilidade da divisão de Gestão de Capital e a execução de alguns produtos de financiamento de estrutura específica que são executados pelos Mercados Financeiros num Mandato que proporciona orientação rigorosa sobre preços, volumes, opções e maturidades.

A divisão do Risco do Balanço Financeiro de 2ª linha é responsável pela definição da gestão relativamente à gestão de financiamentos e liquidez e facilita os processos de tomada de decisões do ALCO Bank no que se refere a este aspeto. Na mesma linha, o Risco do Balanço Financeiro define as normas para a abordagem do risco de financiamento e liquidez (identificar, avaliar, controlar, monitorizar e participar) e determina as políticas e procedimentos adequados para gerir e monitorizar o risco de liquidez e verificações de conformidade com diretrizes e limites.

Gestão

Quadro

O quadro de gestão do risco de liquidez do ING incorpora todos os princípios do risco relevantes relativos à gestão diária e contínua do risco de financiamento e liquidez. O quadro inclui os elementos chave seguintes:

- *Apetência do risco de liquidez:* Isto é definido pelo ALCO Bank em linha com a complexidade do ING, composição empresarial e perfil do risco de liquidez. A apetência do risco é revista anualmente e faz parte da introdução de unidades empresariais nos seus planos empresariais a médio prazo. A apetência do risco definida é atribuída ao nível inferior do ALCO.
- *Financiamento:* A divisão da Tesouraria Bancária define e atualiza a estratégia e o planeamento de financiamento, tendo em conta a diversificação em fontes e a maturidade do financiamento.
- *Gestão de Liquidez Intradiária:* A Tesouraria Bancária gere ativamente as suas posições e riscos de liquidez a curto prazo para satisfazer as obrigações de pagamento e liquidação atempadamente em condições normais e tensas.
- *Gestão de Posição Colateral:* A Tesouraria Bancária gere ativamente o risco de liquidez das suas posições colaterais para satisfazer as necessidades colaterais do ING, assim como os seus recursos, em condições normais e tensas e em conformidade com todas as regras internas e regulamentares.
- *Reservas de liquidez:* O ALCO Bank garante que a liquidez suficiente é mantida, em conformidade com as regras e normas regulamentares e do Banco, incluindo uma reserva de ativos líquidos livres de encargos e de alta qualidade, para suportar movimentos em tensão como os que envolvem a perda ou depreciação de fontes de financiamento com e sem títulos.
- *Transferência e preços do risco de liquidez:* O ALCO Bank define e mantém um quadro de Preços de Transferência de Financiamento (PTF) que otimiza a gestão do risco de financiamento e liquidez ao nível do Banco, enquanto todas as unidades empresariais devem transferir os seus riscos de financiamento e liquidez estruturais para a Tesouraria Bancária enquanto gerem os seus próprios custos de risco de liquidez relacionados com comportamentos de clientes.
- *Teste em tensão:* O ALCO garante que os testes de liquidez em tensão são planeados, concebidos, efetuados e revistos para identificar fontes de possível tensão, de modo a determinar como estes podem ser e serão abordados e garantir que as exposições atuais continuam na tolerância do risco de liquidez estabelecida.
- *Plano de Financiamento de Contingência:* O ALCO garante a conceção, teste regular e manutenção de planeamento formal de Financiamento de Contingência, definindo as estratégias para abordar falhas de liquidez em situações de emergência, criando procedimentos para gerir estas situações, estabelecendo linhas claras de responsabilidade e articulando procedimentos de implementação e progressividade claros.

Apetência do risco de liquidez:

A apetência do risco de liquidez do ING exprime o nível de risco de liquidez que o ING está disposto a assumir na prossecução dos seus objetivos estratégicos. As Declarações da Apetência do Risco de Liquidez (DAR) estão alinhadas com a estratégia do ING e são atribuídas a entidades do ING através de limites, quando necessário, por entidade do ING. As DAR de Liquidez do ING são compostas por três níveis:

- A DAR de Nível 1 deve ser considerada juntamente com outros para efeitos de direcionamento das posições de liquidez do ING Bank, uma vez que diferem em termos de pressupostos, período e âmbito. As declarações de apetência do risco de nível 1 (i) definem limites sobre incompatibilidades de liquidez estrutural, (ii) garantem a conformidade com os requisitos regulamentares (DFP2 e RCL) e (iii) definem reservas adequadas referentes a cenários em tensão definidos a nível interno;
- As DAR de Nível 2 são princípios adicionais que permitem avaliar diferentes aspetos da posição de liquidez consolidada do ING e/ou dos (rácios dos) balanços financeiros. Podem acabar por afetar as DAR de Nível 1 ou podem complementar as DAR de Nível 1 (quando as diferenças estiverem na métrica, pressuposto, fonte de dados ou ambos). As declarações de apetência do risco de nível 2 focam-se (i) na posição de caixa e cauções do ING Bank, (ii) em rácios de empréstimos-depósitos alvo definidos e (iii) na garantia de níveis suficientes de diversificação de financiamento;
- As DAR de Nível 3 são princípios adicionais que permitem avaliar aspetos da posição de liquidez consolidada referentes a determinadas partes de itens no e fora do balanço financeiro ou representam nova especificação das DAR de Nível 1 ou Nível 2.

Esta hierarquia de DAR aplica-se consistentemente por moeda significativa para os âmbitos de entidades relevantes (ING Consolidated e ING Bank N.V. Solo). Sempre que relevante, as Declarações de Apetência do Risco são reduzidas a níveis regionais e locais específicos.

Com base no supracitado, o ING Bank definiu as seguintes declarações de apetência do risco para a gestão do risco de financiamento e liquidez:

- A incompatibilidade estrutural nas maturidades de liquidez esperadas dos ativos e passivos do ING Bank por moeda significativa devem ser controláveis. Consultar também a Nota 38 das declarações financeiras onde são ilustrados os «Ativos por maturidade contratual».
- Os limites de liquidez regulamentar internos devem ser cumpridos de forma proativa.
- O período de sobrevivência numa situação tensa deve abranger um período definido, dependendo também do nível de tensão aplicado.
- O financiamento de todos os ativos e investimentos a longo prazo deve ser efetuado por passivos estáveis e de longo prazo.
- As dependências geográficas relacionadas com financiamento intragrupo devem ser limitadas.
- A diversificação deve existir no perfil de financiamento, nos prestadores de financiamentos, tipos de instrumento, mercados geográficos, maturidades e moedas.

As declarações de apetência do risco estão também ligadas a testes de liquidez em tensão.

Financiamento

Ao detalhar as atividades do banco relacionadas com a utilização de fontes de financiamento do mercado profissional, aplicam-se os princípios chave seguintes:

- Manter o acesso de mercado adequado em condições de mercado normais e tensas, mas operáveis.
- Gerir o risco ao cumprir limites de risco impostos interna e externamente e rácios do balanço financeiro.
- Otimizar os custos de financiamento segundo os princípios acima.

Relativamente a fontes de financiamento, o ING Bank gere prudentemente o seu balanço financeiro, utilizando primariamente financiamentos a curto prazo para o financiamento de ativos a curto prazo. O banco visa financiar todos os ativos e investimentos a longo prazo através de passivos estáveis e de longo prazo. Em linha com isto, o ING Bank monitoriza as exposições em grandes moedas como o dólar americano. A monitorização e controlo deste financiamento são efetuadas através de um quadro de risco de financiamento e liquidez dedicado aos dólares americanos.

O ING Bank revê o seu plano de financiamento, pelo menos, trimestralmente, avaliando os desenvolvimentos de mercado e os requisitos de financiamento.

Gestão de liquidez intradiária

O objetivo de gerir a liquidez intradiária e os seus riscos no ING é duplo: foca-se na prevenção de prevenir danos à própria posição de liquidez da instituição e, tendo em conta o seu papel em mercados financeiros globais, o ING também tem em conta os possíveis danos a terceiros que podem ser originados através de efeitos em cadeia em transações de pagamento e títulos. A gestão de liquidez intradiária é feita através da declaração de risco intradiário, ao definir, entre outros, medições e acionadores em posições diárias de liquidez corrente negativa e níveis de saídas de pagamentos.

Gestão de posição colateral

O objetivo da Gestão Colateral é determinar se o ING Bank consegue sempre cumprir os requisitos colaterais inerentes às suas necessidades de cauções. O ING Bank mantém uma reserva de liquidez existente de caixa, equivalentes de caixa e outros ativos líquidos e livres de encargos para facilitar isto. A gestão tática (a curto prazo) da reserva de liquidez é efetuada através do aumento ou redução da cobertura de liquidez com transformação de cauções ao executar recompras de obrigações, de modo a cumprir os requisitos internos e regulamentares. A participação e análise são efetuadas, disponibilizando cauções para financiamento de emergência, a sua elegibilidade e rota para cobrar de forma eficiente.

Reservas de liquidez

A reserva de liquidez detida pelo ING Bank pode ser vista como a parte de curto prazo da capacidade de contrabalanço, isto é, o total de fontes e medidas disponíveis no ING para gerar liquidez e serve como apoio para as necessidades de liquidez em condições normais e tensas.

A dimensão e composição da reserva de Liquidez depende da Apetência do Risco do ING Bank (tolerância do risco) e das normas de liquidez regulamentares. Na reserva, apenas os ativos que estão incluídos estão «livres de encargos» e disponíveis livremente para efeitos de liquidez.

A Tesouraria Bancária garante a gestão funcional de todas as reservas de liquidez no ING Bank, reservas ao nível do Banco e reservas ao nível da unidade empresarial local.

A reserva de liquidez é mantida como garantia perante um conjunto de cenários de tensão, abrangendo a necessidade adicional de liquidez que poderá surgir num curto período de tempo definido em condições de tensão. As normas mínimas do ING para reservas de liquidez estão descritas abaixo:

- Quando as regras regulamentares locais o exigem, podem ser estabelecidas reservas de liquidez locais. Embora estabelecidas localmente, estas reservas devem ser geridas centralmente a nível funcional pela divisão de TB.
- A reserva deve ser adequada relativamente aos calendários contratuais e de vencimento previstos e outros desenvolvimentos esperados ou planeados.
- A dimensão das reservas é apoiada por estimativas de necessidades de liquidez efetuadas sob testes em tensão do Banco ou da entidade empresarial e está alinhada com a apetência do risco de liquidez
- A reserva de liquidez é composta por caixa e ativos essenciais elegíveis para o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) e/ou altamente comercializáveis, que não se encontrem penhorados para sistemas de pagamento ou câmaras de compensação. Para efeitos de reserva de longo prazo, pode ser adequado um conjunto mais amplo de ativos líquidos, sujeito à capacidade de o Banco ou entidade

gerar liquidez a partir dos mesmos em tensão, dentro do período de tempo indicado.

- A localização e dimensão das reservas de liquidez reflete a estrutura do Banco ou entidade (ex., legal e geográfica) e as suas atividades de negócio.

Como parte da gestão da reserva de liquidez, o ING Bank também monitoriza os encargos de ativos existentes. Pode encontrar mais informação no

Pilar III.

Transferência e preços do risco de liquidez

Os Preços de Transferência de Financiamento (PTF) são um sistema de medição e atribuição interno que atribui uma contribuição dos lucros a fundos angariados, emprestados ou investidos. O PTF é o mecanismo de preço utilizado no ING para transferir as posições do risco da taxa de juro, do risco de base e do risco de liquidez das unidades comerciais para a Tesouraria Bancária. O quadro PTF permite aos ALCO locais definir os seus níveis de PTF locais e gerir estes riscos para todas as transferências internas ao nível local. Isto significa que estes riscos são transferidos do livro da empresa para um livro de Tesouraria Bancária separado onde podem ser monitorizados e geridos de forma mais eficiente e eficaz. Os custos, benefícios e riscos de liquidez são considerados nos preços, design e oferta de produtos e no Processo de Aprovação e Revisão de Produtos (PARP) ou aprovação de negócios e outros processos relacionados para produtos comerciais pelas unidades empresariais.

Testes em tensão

Os testes em tensão permitem a um banco avaliar o efeito de movimentos futuros excecionais, mas plausíveis sobre a posição de liquidez do banco e proporcionam uma perspetiva relacionada com as entidades, linhas empresariais ou carteiras que se encontram vulneráveis a determinados tipos de riscos e/ou em determinados tipos de cenários. Os testes de liquidez em tensão são uma ferramenta importante na identificação, avaliação, medição e controlo de riscos de financiamento e liquidez, proporcionando uma perspetiva complementar e prospetiva de outras ferramentas de gestão do risco de liquidez e financiamento.

Em conformidade com as diretrizes do Dutch Central Bank, as posições de liquidez do ING Bank são testadas em tensão mensalmente num cenário que inclui um movimento de mercado e um movimento específico do ING Bank. O resultado de testes em tensão é avaliado e proporciona informação a qualquer seguimento de medidas de contingência adicionais necessárias.

Além do quadro de teste do esforço em todo o banco, conforme descrito na secção de perfil do risco do ING Bank, o ING Bank elabora regularmente vários relatórios de teste em tensão relacionados com a posição de financiamento e liquidez. Alguns destes testes em tensão são fomentados a nível regulamentares e outros têm cenários internos como base:

- Semanalmente, o ING participa uma métrica de posição de liquidez corrente interna. Isto é participado a um nível consolidado (bancário) para as principais entidades e dividido em Euros e Dólares dos Estados Unidos.
- Mensalmente, o ING Bank participa vários cenários em tensão, com base em requisitos regulamentares ou internos:
 - Reserva de liquidez de 1 mês segundo o regulamento DNB (DFP2);
 - Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL)
 - Em cenários em tensão próprios definidos relacionados com períodos de sobrevivência.

Em termos ad-hoc, o ING Bank efetua testes em tensão adicionais relacionados com a posição de financiamento e liquidez. No geral, os testes em tensão são uma parte integrante do quadro de gestão do risco de liquidez e financiamento e também servem de informação para o plano de financiamento de contingência. De uma perspetiva cambial, os testes em tensão são aplicados ao Euro e aos Dólares dos Estados Unidos enquanto outras moedas são monitorizadas. Isto alinha-se com a abordagem de Basileia III e RFP relativamente a grandes moedas.

Plano de financiamento de contingência

No plano de financiamento de contingência, o risco de liquidez de contingência é abordado, relacionando-se especificamente com a organização e planeamento da gestão de liquidez em tempos de tensão. No ING Bank, para efeitos de contingência, uma equipa de crise específica, composta por Membros chave do Conselho, representantes de departamentos de recursos humanos (ex. Finanças, Gestão de Risco e Capital) e Tesouraria Bancária, é responsável pela gestão de liquidez em tempos de crise. A organização tem implementados planos de financiamento de contingência para permitir à administração sénior agir de forma efetiva e eficiente em tempos de crise. Estes planos de contingência são testados regularmente, a nível central e ao nível da unidade empresarial.

Perfil de financiamento e liquidez

Fontes de financiamento

Em 2015, o ING Bank teve acesso imediato a uma grande variedade de fontes de financiamento, a longo e curto prazo. Na tabela abaixo, as várias fontes de financiamento são apresentadas na composição de financiamento:

Composição de

	2015	2014
Tipo de financiamento		
Depósitos de retalho	48 %	47 %
Depósitos empresariais e outros	22 %	22 %
Interbancário (incl. banco central)	5 %	6 %
Acordo de empréstimo/recompra	5 %	4 %
Dívida pública	18 %	19 %
Dívida subordinada	2 %	2 %
Total	100 %	100 %

A composição de financiamento continuou bem diversificada e segundo as metas definidas. Os depósitos de retalho continuaram a ser as fontes de financiamento primárias do ING Bank e mantiveram-se relativamente estáveis a 48 % da composição de financiamento total por 4T em 2015. O rácio Empréstimos-Depósitos (excluindo títulos a custos amortizados) continuou constante a 1,04 no 4T de 2015, comparando com o final do exercício de 2014.

Encargo de ativos

Para detalhes quantitativos, consultar o relatório do Pilar III.

Desenvolvimentos regulamentares

Com base no Ato Delegado final sobre o rácio de cobertura de liquidez emitido pela Comissão Europeia (CE) em outubro de 2014, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) emitiu Normas Técnicas de Implementação relacionadas com a Participação do RCL a 1 de outubro de 2015. O RCL é calculado com base nestas Normas Técnicas de Implementação do Ato Delegado.

Na falta da aprovação da CE, o Dutch National Regulator (DNB) emitiu uma diretriz sobre nível e datas de participação do RCL em outubro de 2015. O DNB definiu requisitos mínimos para o RCL para o âmbito do ING Consolidated e do ING Bank N.V. Solo a 100 %. A definição do DNB inclui a compensação dos fluxos de caixa de retalho e grossistas, também referida como RCL Nacional (RCLN). Em dezembro de 2015, o ING Bank cumpre estes requisitos regulamentares.

O Comité de Basileia (BCBS) terminou o seu documento de políticas NSFR em outubro de 2014 e a EBA iniciou a sua revisão em 2015, com o objetivo de proporcionar recomendações à CE no final de 2015. Durante 2016, a CE irá estudar estas recomendações para submeter uma proposta legislativa sobre NSFR ao Parlamento e Conselho Europeus até ao final desse ano. O rácio NSFR é participado trimestralmente e produz efeitos a partir de 2018.

Em linha com os rácios de liquidez, é necessário participar métricas de monitorização adicional conforme definido pela EBA em 2016.

Risco não financeiro

Introdução

O departamento do Risco Não Financeiro (RNF) abrange as divisões de gestão do risco operacional e de conformidade. Garante controlos do risco adequados nestas áreas funcionais ao implementar políticas claras e normas mínimas incluídas nos processos empresariais do ING Bank em todas as divisões. A infraestrutura necessária foi implementada para permitir à administração acompanhar os movimentos e as questões do risco não financeiro. Um sistema abrangente de controlos internos cria um ambiente de melhoria contínua na gestão do risco não financeiro.

O ING Bank acredita que controlos completamente implementados preservam e melhoram a confiança dos seus clientes, funcionários e acionistas e que é essencial para construir empresas sustentáveis. O Orange Code define as bases para as normas éticas elevadas que o ING Bank espera de todas as suas atividades de negócios. O Orange Code exige que todos os funcionários tenham uma boa conduta, não só na forma e conteúdo das leis e regulamentos, mas, acima de tudo, que tenham integridade, mantendo a honestidade, prudência e responsabilidade.

Gestão

A Comissão de Riscos Não Financeiros (CRNF) e as Equipas de Gestão (EG) gerem, medem e monitorizam os riscos operacionais e de conformidade. As CRNF existem ao nível do Banco e noutros níveis relevantes. São presididas pela primeira linha de defesa e orientam as atividades de gestão do risco da primeira e segunda linhas de defesa no seu âmbito. Os assuntos de risco não financeiro são uma parte integrante do programa das EG regulares em todos os níveis da organização. A CRNF do Banco é a principal comissão de aprovação e supervisão para questões de risco não financeiro.

O Presidente do RNF está sob supervisão do Diretor de Riscos (DR) e é responsável pelo desenvolvimento do quadro de políticas e normas de risco não financeiro no ING Bank e pela monitorização da qualidade da gestão do risco não financeiro nas divisões. Já o Presidente da Gestão do Risco Operacional Empresarial (GROE) está sob supervisão do Presidente do RNF, o Diretor de Conformidade sob supervisão funcional do DR e, hierarquicamente, do Presidente do RNF.

O Presidente do GROE é responsável pela gestão ao nível do país, divisão e banco através do Painel do RNF com uma síntese dos riscos chave nas áreas de risco não financeiro, incluindo riscos de conformidade, riscos de segurança da informação, riscos de continuidade, riscos de controlo, riscos de fraude e atividades não autorizadas e riscos de segurança pessoal e física, permitindo à gestão focar-se e definir prioridades.

O Diretor de Conformidade (DC) é o diretor-geral do departamento de Gestão do Risco de Conformidade do Banco e Presidente da Divisão da Gestão do Risco de Conformidade no Banco. Esta é uma divisão independente e responsável pelo desenvolvimento e criação de uma carta e um quadro de Gestão do Risco de Conformidade ao nível do Banco, que estabelece as políticas e as normas mínimas para a gestão dos riscos de conformidade. O DC ajuda e apoia o Conselho de Administração Bancária na gestão dos riscos de conformidade e do quadro de controlo do ING Bank.

O departamento de RNF utiliza uma abordagem funcional por níveis nas divisões para garantir a implementação sistemática e consistente do quadro de políticas e normas mínimas no ING Bank. Para evitar possíveis conflitos de interesse, é essencial que os funcionários que trabalham no departamento sejam independentes e objetivos ao aconselhar a gestão empresarial sobre questões de risco não financeiras na sua unidade ou linha empresarial. Para facilitar isto, está implementada uma forte linha funcional de participação para o nível mais elevado seguinte na Gestão do Risco Operacional (GRO) e de Conformidade. A linha de participação funcional tem contabilidades claras relacionadas com a definição de objetivos, remuneração, gestão e nomeação de desempenho de novos funcionários, assim como obrigações de vetar e escalar.

Quadro

O ING Bank tem um quadro abrangente para riscos operacionais e de conformidade. Isto apoia e rege o processo de identificação, medição, mitigação, monitorização e participação de riscos não financeiros, refletindo assim as fases descritas no modelo de Gestão do Risco Empresarial do COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission).

A apetência do risco (definida como o nível máximo de risco aceitável e autorizado) é definida pela CRNF do Banco. A adesão a esta apetência do risco é monitorizada a nível trimestral através do Painel de RNF que participa as exposições do risco não financeiro chave.

Estão implementados processos para identificar ameaças chave, vulnerabilidades e os riscos associados que podem causar eventos adversos. A identificação de eventos é efetuada de forma proativa e precede a avaliação do risco. Existem técnicas diferentes para identificação de eventos no ING Bank, ex., Autoavaliações do Risco e Controlo, análise de cenários, inventários de eventos externos, análises de eventos internos (ex. conhecimentos adquiridos com base em informação de relatórios de eventos), indicadores de risco chave e avaliações de ameaças.

Autoavaliação do Risco e Controlo

A identificação e avaliação de riscos não financeiros inerentes aos produtos, atividades, pessoas, processos e sistemas do ING Bank proporcionam à gestão um entendimento do perfil do risco operacional. Com base na identificação e avaliação, os controlos internos são concebidos para ajudar a apoiar a mitigação dos riscos de modo a continuar na apetência do risco.

Avaliação do Ambiente Empresarial

A Avaliação do Ambiente Empresarial (AAE) avalia todos os fatores de controlo internos e externos que podem influenciar o ambiente operacional interno e externo e levar a uma exposição do risco operacional inaceitável.

Análise de cenários

A análise de cenários é um processo usado para considerar o impacto de eventos futuros raros, significativos e plausíveis, tendo em conta resultados alternativos possíveis para esses eventos, a sua gravidade e segurança. A informação para análise de cenários inclui os resultados de várias avaliações internas e externas como as AAE. A análise de cenários é um componente importante no cálculo do capital do risco operacional.

Análises de eventos internos

A análise de dados internos de perda não financeira ajuda na identificação, quantificação, mitigação e monitorização do risco operacional. Fornece uma perspetiva das causas e efetividade dos controlos associados.

Inventários de eventos externos

Os dados de perda externa não financeira disponibilizam informação valiosa sobre perdas sentidas por outras empresas e ajudam o ING Bank a quantificar a sua exposição a eventos de risco que não foram sentidos internamente.

As unidades e departamentos empresariais efetuam AAE e Autoavaliações de Risco e Controlo (ARC) regulares para identificar e avaliar os riscos. Estas são efetuadas com o envolvimento da empresa e os seus departamentos de GRO, Conformidade e Jurídico. Com base nos resultados da avaliação do risco, as medidas de resposta devem ser determinadas para os riscos identificados para além da apetência do risco. As medidas de resposta ao risco equilibram os custos esperados para a implementação destas medidas com os benefícios esperados relativamente à redução do risco.

A resposta ao risco pode ser alcançada através de várias combinações de estratégias de mitigação, por exemplo, reduzindo a possibilidade de ocorrência, reduzindo o impacto, evitando os riscos, aceitação dos riscos ou através da transferência do risco. O seguimento ocorre através do sistema de gestão central do risco do ING Bank.

O processo anual de definição de objetivos para profissionais de gestão empresarial e de RNF visa continuar a melhorar a gestão do risco não financeiro em todo o ING Bank para garantir que este se mantém em controlo dos seus riscos não financeiros atuais e futuros.

Abordagem de Medição Avançada (AMA)

O ING Bank tem um modelo de Capital do Risco Operacional implementado onde o perfil do risco é rigorosamente adaptado ao perfil do risco interno do ING Bank e das suas divisões, ao usar dados de cenário para recolher riscos graves e perdas internas e dados de ARC para a recolha dos riscos quotidianos. A empresa tem um forte papel na avaliação de gravidades de cenário e a divisão do GRO na validação dos resultados. Os dados internos são combinados com dados de perda externos (ORX) no cálculo de capital da AMA. Em abril de 2013, o ING Bank recebeu acreditação para o uso do seu modelo AMA melhorado para efeitos de supervisão regulamentar. O ING Bank participa os números de capital regulamentares trimestralmente. O capital da AMA para o quarto trimestre de 2015 alcança os 3 451 milhões de euros. Para o quarto trimestre de 2014, o capital da AMA alcançou os 2 700 milhões de euros. O aumento reflete APR operacional superior causado sobretudo por uma recalibragem do modelo (277 milhões de euros) e o aumento do impacto de dados de perda externa (317 milhões de euros).

Mitigações do risco

O ING Bank não está atualmente a utilizar qualquer mecanismo de seguro ou transferência do risco para a mitigação do risco no contexto do cálculo de capital de AMA.

Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

O ING Bank categoriza riscos não financeiros em várias áreas do risco. Além do risco de conformidade, as outras áreas do risco incluem o risco de (Tecnologias da) Informação, risco de continuidade, risco de controlo, risco de fraude interna e externa, risco de atividade não autorizada, risco de segurança pessoal e física, risco de processamento e risco de práticas de emprego.

- *O Risco de (Tecnologias da) Informação* é o risco de perdas, incluindo risco de reputação, devido a segurança inadequada da informação que resulta numa perda de informação, confidencialidade e/ou integridade e/ou disponibilidade;
- *O Risco de Continuidade* é o risco de perda devido a eventos (ex. desastres naturais, falhas de energia, terrorismo) que levam a uma situação que ameaça a continuidade dos negócios do ING;
- *O risco de controlo* é o risco de perda devido ao incumprimento de controlos (operacionais, legais, de conformidade) definidos através de procedimentos de gestão e/ou métodos de gestão de projetos causados pela monitorização (de teste) inadequada ou insuficiente de entidades, estruturas legais ou atividades;
- *O risco de fraude interna* é o risco de perda devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por funcionários que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
- *O risco de fraude externa* é o risco de perda devido a abuso deliberado de procedimentos, sistemas, ativos, produtos e/ou serviços do ING por pessoas externas que pretendem beneficiar-se de forma enganadora ou ilegal ou até beneficiar outros;
- *O risco de atividade não autorizada* é o risco de perda devido a atividades não autorizadas de funcionários, aprovações ou abuso de autoridade causadas por comportamentos humanos intencionais;
- *O risco de segurança pessoal e física* é o risco de ameaças criminosas e ambientais que poderão colocar em risco a segurança dos funcionários do ING no trabalho, pessoas em locais do ING, ativos do ING ou ativos confiados ao ING ou que poderá ter impacto na confidencialidade, integridade e disponibilidade da organização do ING;
- *O risco de processamento* é o risco de perda devido a erro humano não intencional durante o processamento (de transações). O risco de processamento lida com o risco de perdas devido ao processamento de transações falhadas, gestão de processos ou responsabilidades contratuais;
- *O risco de prática de emprego* é o risco de perda devido a ações inconsistentes com o emprego, leis de saúde ou contratos, no pagamento de reivindicações de lesão pessoal ou de eventos de diversidade/discriminação.

O risco operacional inclui o risco relacionado de perda de reputação, assim como o risco legal, mas os riscos estratégicos não estão incluídos.

O risco de reputação é definido como o potencial de publicidade adversa referente a práticas e associações da empresa do ING Bank, preciso ou não, causar uma perda de confiança na integridade do ING Bank. O risco de reputação é multidimensional e reflete a perceção de outros participantes no mercado, como clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que podem afetar adversamente a capacidade de o ING Bank manter relações de negócios existentes ou estabelecer novas e o acesso continuado a fontes de financiamento (ex. através dos mercados interbancários ou de titularização).

O risco legal é definido como o risco relacionado com (i) uma falha (ou uma falha considerada) no cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis, (ii) responsabilidades contratuais ou obrigações contratuais que não são cumpridas ou não podem ser implementadas conforme pretendido ou que são implementadas de forma inesperada ou adversa e (iii) (ação de) responsabilidade para com terceiros devido a uma ação ou omissão que contribui para (possivelmente) o ING Bank ficar em depreciação no que se refere à sua integridade, levando a danos na reputação do ING Bank, sanções legais ou regulamentares ou perda financeira.

Devido à forte dependência por sistemas de TI em instituições financeiras, os controlos que monitorizam os vários aspetos do risco de TI, como a integridade e a confidencialidade, foram embutidos no quadro de risco e controlo do ING Bank.

Principais desenvolvimentos em 2015

Fraude interna e externa

O ING Bank está continuamente a trabalhar no reforço da sua resistência à fraude global, incluindo a colaboração melhorada contra o crime cibernético. Explorar e combinar as ferramentas de pesquisa de dados existentes que podem ser utilizadas para monitorizar ou detetar precocemente pagamentos fraudulentos recebidos e efetuados é cada vez mais importante na prevenção das fraudes. Estão a ser mais desenvolvidos num conjunto eficaz de controlos organizacionais.

O risco de os clientes e funcionários do ING Bank serem visados por burlões que utilizam técnicas de engenharia social para efetuar pagamentos aumentou. São envidados todos os esforços para mitigar o risco de fraudes de representação falsa do CEO como a criação de consciencialização nos clientes e funcionários sobre este tipo de fraude. O ING Bank continua a reforçar o seu ambiente de controlo, uma vez que os burlões estão cada vez mais a mudar o seu interesse para os utilizadores finais. O ING Bank continua a monitorizar rigorosamente este tipo de fraude e as novas metodologias de fraude.

Crime cibernético

O crime cibernético é uma ameaça contínua às empresas no geral e às instituições financeiras, mais especificamente. Tanto a frequência como a intensidade dos ataques aumenta a uma escala global. O ING Bank continua a melhorar o seu Programa de Resistência ao Crime Cibernético numa tentativa de aperfeiçoar o ambiente de controlo de modo a proteger, detetar e responder à fraude em e-banking, ataques Distribuído de Negação de Serviço (DDoS) e direcionados (também chamados de Ameaças Persistentes Avançadas). Os controlos adicionais estão a ser envolvidos na organização como parte do quadro de controlo interno geral e reavaliados tendo em conta ameaças existentes e novas.

O ING Bank está continuamente a trabalhar no reforço da sua resistência ao crime cibernético, incluindo a colaboração reforçada contra o crime cibernético com a indústria financeira, autoridades de segurança, governo (ex. National Cyber Security Center) e Prestadores de Serviços de Internet (PSI).

Risco de Conformidade

O risco de conformidade está definido como o risco de depreciação da integridade do ING Bank como resultado de falha (ou entendimento de falha) em cumprir as leis aplicáveis, os regulamentos, as políticas do ING Bank e as normas mínimas, assim como os Valores do ING como parte do Orange Code. Pretendemos gerir eficientemente os riscos de conformidade que poderão expor o ING Bank a danos de reputação, multas, penalizações civis e criminais, pagamento de danos, decisões judiciais e suspensão ou revogação de licenças que poderiam ter um impacto adverso nos nossos clientes, funcionários, acionistas e outros grupos de interesse.

No RNF, a divisão da Gestão do Risco de Conformidade Bancária estabeleceu um quadro de controlo de conformidade onde são definidos controlos com base em leis, regulamentos e normas que fazem parte do quadro de controlo interno do ING Bank. Para ajudar a gestão a mitigar os riscos de conformidade, a divisão da Gestão do risco de Conformidade do Banco educa e apoia de forma ativa a empresa na gestão dos riscos de conformidade relacionados com, por exemplo, lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, conformidade com sanções e controlo de exportações, conflitos de interesse, venda abusiva, corrupção e proteção dos interesses dos clientes.

O ING Bank categoriza o risco de conformidade em quatro áreas de risco de integridade relacionados com a conduta:

- *O risco de integridade relacionada com a conduta do cliente* é o risco a que o ING Bank está exposto através dos nossos clientes;
- *O risco de integridade relacionada com conduta pessoal* é o risco de comprometer o ING Bank através de comportamentos não conformes de funcionários, visando promover a integridade individual de todos os funcionários e criar uma cultura geral liderada pela integridade;
- *O risco de integridade relacionada com conduta de Serviços Financeiros* é o risco de as práticas e sistemas empresariais comprometerem o ING Bank enquanto participante da indústria de serviços financeiros, tendo em conta os seus elevados padrões ao efetuar negócios e tentando sempre observar a forma, assim como o conteúdo da lei; e
- *O risco de integridade relacionada com conduta organizacional* é o risco de comprometer o ING Bank ou as suas empresas através de deficiências na gestão, supervisão e/ou eficácia das estruturas de gestão.

Os controlos para mitigar os riscos de conformidade associados às áreas de risco supracitadas são concebidos e implementados em processos diários. A eficácia dos controlos conforme concebidos é testada periodicamente e a administração sénior está ciente da sua responsabilidade de garantir que os seus processos estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, assim como com as políticas internas e o Orange Code do ING Bank.

Nos casos em que um funcionário do ING Bank suspeita de uma violação das leis e regulamentos externos, as políticas internas e as normas mínimas e/ou o Orange Code, encorajamo-lo a efetuar uma denúncia (anónima) em linha com a política de Denúncias, utilizando o canal mais adequado, por exemplo, a linha de ética (externa).

Política de Crime Económico e Financeiro (CEF)

A Política de CEF do ING Bank reflete diretamente as leis nacionais e internacionais, os regulamentos e as normas industriais. A Política de CEF do ING Bank é obrigatória e aplica-se a todas as entidades bancárias do ING, empresas em que o ING tem participação maioritária, empresas sob o controlo administrativo, departamentos de recursos humanos, linhas de produção e todos os compromissos e transações de clientes.

A gestão das entidades do ING Bank mantém procedimentos locais adequados que lhe permitem cumprir as leis locais, os regulamentos e a Política de CEF relevante do ING Bank. Quando as leis e regulamentos locais são mais rigorosos, estes deverão ser aplicados. Da mesma forma, a Política de CEF prevalece quando as normas são mais rigorosas que o estipulado nas leis e regulamentos locais e se não for especificamente proibida (privacidade dos dados ou sigilo bancário).

A Política de CEF do ING Bank proporciona uma declaração clara do que é exigido por todas as entidades do ING Bank para se protegerem contra qualquer envolvimento em atividades criminais e para participarem em esforços internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo e atividades criminosas. Os requisitos na Política de CEF do ING Bank abrangem as normas e controlos mínimos relacionados com: lavagem de dinheiro, financiamento de terrorismo, controlos de comércio de exportação, financiamento de proliferação, sanções (económicas, financeiras e comerciais) e países nomeados pelo ING Bank como Países de Risco Ultra Elevado (PRUE). A eficácia desses controlos é revista periodicamente.

Como resultado de avaliação frequente de todas as empresas da perspetiva económica, estratégica e de risco, o ING Bank continua a acreditar que, por motivos empresariais, fazer negócios que envolvam determinados países deve ser descontinuado. Nesse sentido, o ING tem uma política de não formar novos relacionamentos com clientes destes países e os processos continuam implementados para descontinuar relacionamentos existentes que envolvam estes países. Atualmente, estes países são a Coreia do Norte, Sudão, Síria, Irão e Cuba. Cada um destes países está sujeito a vários regimes de sanções da UE, EUA e/ou outros. O Irão, Sudão e a Síria foram identificados pelos EUA como patrocinadores estatais do terrorismo e estão sujeitos a sanções económicas e controlos de exportação dos EUA.

O ING Bank tem um quadro de controlo CEF robusto implementado para mitigar os riscos relacionados com o Crime Económico Financeiro e o quadro está inserido nos processos diários. Entre outros controlos, o procedimento de Avaliação do Risco de Sanções (ARS) é um controlo forte para mitigar os riscos referentes a sanções.

Ainda em 2015, as sanções relacionadas com a Ucrânia, impostas anteriormente pelos EUA e pela UE, continuaram em efeito. Estas sanções restringem, entre outros, o comércio de determinados produtos (financeiros) com certas partes designadas. A gestão das entidades do ING Bank usa o seu quadro de controlo existente para garantir a conformidade com estas sanções.

Principais desenvolvimentos em 2015

Monitorização do Risco de Conduta de Conformidade

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade do Banco melhorou o seu quadro de controlo ao avaliar a operação dos controlos informais relativamente aos riscos de conformidade, além dos controlos formais. O objetivo da monitorização do risco de conduta é avaliar os riscos que poderão influenciar a cultura de conduta e risco, promovendo a integridade individual de todos os funcionários e melhorando a cultura geral liderada pela integridade.

Risco de suborno e/ou corrupção

O ING Bank melhorou ainda o seu quadro estatutário referente a operações seguras e éticas, concebido para evitar subornos e/ou corrupção independentemente da sua forma, por exemplo, sob a forma de conflitos de interesse. A má publicidade relacionada com corrupção de clientes é uma parte intrínseca do processo de Devida Diligência do Cliente/Conheça o Seu Cliente do ING Bank.

Relacionamentos com o regulador

A divisão da Gestão do Risco de Conformidade do Banco continuou a sua política de investimento na criação de relacionamentos proativos com reguladores em jurisdições onde o ING Bank opera, tentando manter uma abordagem aberta bilateral de comunicação e cooperação para identificar e mitigar os riscos de conformidade do ING Bank, assim como tentando contribuir para o debate regulamentar de futuro.

Processos de revisão para a definição de taxas de referência

Em 2015, o ING Bank reviu os seus processos internos para contribuir para a definição de várias taxas de referência. As possíveis irregularidades foram investigadas e foram tomadas medidas de correção. O ING Bank está a cooperar com pedidos de informação e/ou investigações de reguladores e outras autoridades no que respeita à contribuição do ING Bank para a definição de várias taxas de referência. De momento, não é possível avaliar se o ING Bank estará sujeito a penalidades monetárias ou outras ou o valor e natureza das mesmas, se ocorrerem.

Consciencialização do Risco Não Financeiro

Programa Promover a Integridade

O Programa Promover a Integridade começou em 2010 e é um programa inovador composto por módulos de e-learning sobre assuntos chave ao nível do banco e sessões de diálogo de seguimento onde os gestores discutem as questões levantadas pelas suas equipas. O programa é patrocinado por membros do conselho e gestores seniores e foi criado para garantir que todos os funcionários de todas as partes do ING Bank compreendem como as suas ações e comportamentos podem ajudar a ganhar e manter a confiança dos clientes e grupos de interesse. Os módulos são compostos por vários casos de estudo e exemplos da vida real que obrigam os funcionários a pensar sobre vários aspetos do problema. Cada módulo inclui ainda uma declaração de um gestor sénior. Os tópicos abrangidos em 2015 foram:

- **Tudo é Importante**
O módulo foca-se em vários riscos quotidianos, salientando que até os itens pequenos e muitas vezes negligenciados podem levar a problemas maiores. Aborda tópicos como uma secretária limpa, acesso de utilizadores, barreiras de informação, segurança física, recolha de dados, conflitos de interesse e a Lei de Cumprimento Fiscal para Contas no Estrangeiro (FATCA).
- **Integridade Acima de Tudo**
Este módulo aprofunda a integridade, os Valores do ING e o esperado de todos os funcionários para criar a cultura certa para servir melhor os nossos clientes e minimizar os riscos. São utilizados exemplos e dilemas reais para pedir aos funcionários que pensem no que podem aplicar para fazerem a diferença. Salienta a importância de criar uma cultura do risco forte ao fazer o que está certo, onde a consciencialização do risco é adotada em tudo o que fazemos.

Aprendizagem

A educação global e formação de consciencialização sob a forma de módulos em e-learning foram fornecidas relativamente a assuntos como Crime Económico Financeiro (CEF), Antissuborno e Anticorrupção, Conduta Anticoncorrência (Lei da Concorrência) e Fraude e Segurança. Além disso, fizemos campanhas no final do exercício de antissuborno e anticorrupção para reforçar a consciencialização.

Foram feitas sessões em sala de aula sobre a consciencialização geral do risco não financeiro para todas as linhas de defesa. Isto incluiu formação

sobre os programas introdutórios para novos funcionários e programas de talento. A Formação internacional sobre o Risco Operacional decorreu para funcionários nos ING Bank de todo o mundo novos na divisão de GRO. A Gestão do Risco de Conformidade do Banco introduziu uma nova Formação de Diretores de Conformidade avançada para diretores de conformidade seniores nos ING Bank de todo o mundo. Foram feitas formações em sala de aula e seminários sobre a Análise de Cenários na Holanda e na Bélgica, assim como webinars de níveis básico e avançado.

Além disso, foram organizadas chamadas e webcasts globais regulares sobre vários assuntos para aconselhar e esclarecer os funcionários do risco não financeiro e proporcionar a oportunidade de fazer perguntas.

Risco de negócios

O Risco de Negócios para o ING Bank foi definido como a exposição à perda de valor devido a flutuações nos volumes/margens, despesas, bem como o impacto do risco de comportamento dos clientes. É o risco inerente às decisões estratégicas e à eficiência interna. O cálculo do capital do risco de negócios é efetuado com o cálculo de dois componentes combinados com um número do risco de negócios através da metodologia variância-covariância:

1. O risco de despesas abrange o risco de as despesas se desviarem das despesas previstas durante o período das atividades relevantes. Este risco está principalmente relacionado com a (in)flexibilidade de ajustar as despesas, quando necessário. O risco de despesas apenas se refere a despesas não financeiras (ex. despesas com funcionários e de TI); as despesas financeiras não estão no âmbito.
2. O risco de comportamentos de clientes está relacionado com clientes com um comportamento diferente do esperado e o efeito que este comportamento pode ter nos depósitos e pré-pagamentos de hipotecas do cliente. O risco de comportamento do cliente é calculado ao salientar os pressupostos subjacentes nos modelos para ativos e passivos comportamentais.

Gestão

A gestão e administração do Risco de Negócios diferem dos tipos de risco que foram descritos nas secções anteriores. O ING Bank não desenvolveu uma declaração de apetência do risco explícita referente ao risco de negócios nem definiu um departamento responsável pela gestão deste risco. O principal motivo são os tipos de risco subjacentes (riscos de despesa, risco volume-margem e risco de comportamentos do cliente) serem mitigados e geridos de forma diferente. O risco de despesas é monitorizado e gerido através do desempenho financeiro do banco e das unidades locais, enquanto os números de despesas participados são comparados trimestralmente com a Ambição para 2017 de ter um rácio custos/rendimentos entre 50 % e 53 %. Os desvios desta ambição são monitorizados como parte das projeções financeiras discutidas de forma contínua em partes diferentes da organização. Para o risco de comportamento do cliente, a gestão e monitorização do mesmo faz parte das atividades quotidianas do departamento de Risco do Balanço Financeiro. Para uma explicação mais aprofundada das práticas de gestão do risco para o risco de comportamentos do cliente, consulte a secção «Risco de Mercado nos Livros Bancários».

Gestão de capital

Objetivos

A Gestão de Capital do Grupo ING (Gestão de Capital) é responsável pela capitalização adequada e constante do Grupo ING e das entidades do ING Bank de modo a gerir o risco associado às atividades de negócio do ING. Isto não só envolve a gestão, planeamento e alocação de capital no Grupo ING e no ING Bank, como também as transações de mercado de capital necessárias, financiamento (de capital) a prazo e transações de gestão do risco. O ING adota uma abordagem integrada para avaliar a adequação da sua posição de capital relativamente ao seu perfil do risco e ao seu ambiente operacional. Isto implica ter em conta os interesses dos vários grupos de interesse. A Gestão de Capital tem em conta as medições e requisitos dos reguladores, agências de classificação e medições baseadas em risco interno como o Quadro de Apetência do Risco.

O ING aplica as seguintes definições de capital principal:

- Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total – o Capital de nível 1 está definido como o capital próprio dos acionistas mais o capital de Nível Adicional 1 (híbrido) menos os ajustes regulamentares. Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total divididos pelos ativos com ponderação de risco iguais aos rácios de Capital próprio comum de nível 1, Capital de nível 1 e Capital total, respetivamente. O Capital próprio comum de nível 1 é igual ao capital de nível 1, excluindo o capital de Nível 1 Adicional (híbrido);
- Apetência do Risco de Capital próprio comum de nível 1 - a demonstração da apetência do risco de solvência não só é comparada com o atual nível relatado, mas também inclui o potencial impacto de um evento de stress normalizado e pré-determinado que ocorre em 1 em 10 anos (ou seja, a um nível de confiança de 90 % com um horizonte temporal de 1 ano) conforme descrito na secção de Gestão do Risco;
- Requisito de Capital Geral (RCG) introduzido nas Diretrizes do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS). O RCG significa que os fundos próprios do ING Bank excedem a soma do total do requisito de capital PRAS (onde, por tipo de risco, o máximo é recolhido dos requisitos de Capital Regulamentar e Económico), requisitos de reserva de capital e requisitos macroprudenciais.

Desenvolvimentos

O rácio máximo do capital próprio comum de nível 1 do ING Bank aumentou de 11,4 % a 31 de dezembro de 2014 para 11,6 % no final do exercício de 2015. O aumento do capital foi fomentado por 4,7 mil milhões de euros de lucros líquidos, que foram compensados, sobretudo, por 2,2 mil milhões de euros de dividendos do ING Bank para o Grupo ING para apoiar a nossa política de dividendos. A fusão entre o ING Vysya Bank e o Kotak Mahindra Bank, concluída a 7 de abril, teve um impacto positivo no capital próprio comum de nível 1 do ING Bank. Com o tempo, prevemos que a capitalização dos Bancos migre gradualmente para os níveis de capital do Grupo O ING Bank reduziu o capital de nível 2 ao resgatar 1,0 mil milhões de euros de títulos elegíveis de Nível 2 que não são da DFP IV em setembro e 20 milhões de euros de capital de nível 2 em dezembro para ficar em linha com os títulos da DFP IV de emissão anterior. Como resultado, o rácio máximo do capital total do ING Bank (incluindo títulos já existentes) aumentou de 16,5 % no final do exercício de 2014 para 16,6 % a 31 de dezembro de 2015.

O Grupo ING continuou a otimizar a sua estrutura de capital ao emitir com sucesso títulos de nível 1 adicional elegíveis (títulos NA1) para a DFP IV em abril de 2015. No total, foi emitido um total de 2,25 mil milhões de dólares americanos em títulos em duas frações; mil milhões de dólares americanos numa fração não resgatável de cinco anos com cupão de 6 % e 1,25 mil milhões de dólares americanos numa fração não resgatável de 10 anos com cupão de 6,5 %. Estes títulos foram emprestados ao ING Bank NV enquanto instrumentos em conformidade com a RFP/DFP IV, substituindo parcialmente os títulos internos. Além disso, o Grupo ING redimiou o montante em atraso restante de 364 milhões de dólares americanos, 5,775 % de títulos de Nível 1 na sua primeira data em dezembro de 2015, que foi completamente emprestado ao Banco.

Em 2015, o panorama regulamentar continuou a mudar a uma velocidade ainda mais rápida. Foram lançadas várias iniciativas sobre a harmonização de ativos com ponderação do risco, assim como iniciativas para melhorar ainda mais a resistência do setor financeiro. Como tal, o Conselho de Estabilidade Financeira terminou o seu trabalho sobre o Capital Total de Absorção de Perdas (CTAP), que é um quadro para bancos globais sistematicamente importantes (BISG). A norma CTAP foi concebida para que os BISG em falha tenham uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente disponível na resolução para as autoridades implementarem uma resolução metódica que minimize os impactos na estabilidade financeira, mantenha a continuidade de divisões críticas e evite expor fundos públicos a perdas. A norma CTAP define um requisito mínimo para os instrumentos e passivos que devem estar prontamente disponíveis para recapitalização interna na resolução nos BISG, mas não limita os poderes das autoridades ao abrigo da lei de resolução adequada para expor outros passivos a perdas através da recapitalização interna ou a aplicação de outras ferramentas de resolução.

Os BISG terão de cumprir o requisito de CTAP juntamente com os requisitos mínimos regulamentares definidos no quadro de Basileia III. Especificamente, terão de satisfazer o requisito de CTAP Mínima de, pelo menos, 16 % dos ativos com ponderação do risco do grupo de resolução (Mínimo do APR CTAP) a partir de 1 de janeiro de 2019 e, pelo menos, 18 % a partir de 1 de janeiro de 2022. A CTAP Mínima deve também ser, pelo menos, 6 % do denominador do rácio de tolerância de Basileia III (Mínimo de Exposição do Rácio de Alavancagem (ERA) de CTAP) a partir de 1 de janeiro de 2019 e, pelo menos, 6,75 % a partir de 1 de janeiro de 2022. Os requisitos de reserva serão superiores ao requisito de APR, mas não do requisito de alavancagem. Além disso, o Conselho Único de Resolução assumiu o poder total a partir de 1 de janeiro de 2016. O plano de trabalho para o CUR em 2016 irá focar-se na determinação da estratégia de resolução preferencial, na entidade de resolução e no valor dos Passivos Mínimos Elegíveis Requeridos (RMPE).

Embora o ING tenha orgulho no quanto alcançou para aumentar a resistência do setor financeiro e garantir que pode continuar a ter o seu papel de forma fiável no apoio aos clientes e desenvolvimentos económicos, o ING está também preocupado com a escala das alterações regulamentares, as várias iniciativas regulamentares que estão a ser aplicadas e a falta de clareza relativamente ao impacto combinado futuro no setor financeiro, nos clientes e empresas que dependem dele. Além disso, o aumento das divergências das condições equitativas na Europa continua a ser uma preocupação do ING. Com a harmonização da supervisão na Europa através do progresso do Mecanismo de Supervisão Única, vemos uma convergência dos requisitos de capital conforme refletido nos requisitos PRAS publicados por vários bancos. Ao mesmo tempo, esta tendência é inibida devido às autoridades nacionais competentes terem definido reservas macroprudenciais que aumentam significativamente os requisitos de capital próprio comum de nível 1. Por exemplo, o ING enquanto banco global sistematicamente importante (BISG) tem de manter 1 % de capital próprio comum de nível 1 adicional para abordar os riscos associados a instituições financeiras sistematicamente importantes. Por exemplo, em certas jurisdições como a Holanda, é imposto um limite de risco sistémico de 3 %, excedendo o requisito de BISG. Uma vez que a maioria dos países no MUS não impôs quaisquer limites macroprudenciais para lá do BISG, isto enfraquece as condições equitativas entre o ING e os seus pares, especialmente na zona euro.

Dividendos

Os dividendos do ING Bank para o Grupo ING de 1,0 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros, respetivamente, foram pagos em maio e agosto de 2015 para apoiar a nossa política de dividendos externa.

Políticas

As atividades da Gestão de capital são executadas com base nas políticas, diretrizes e procedimentos estabelecidos. Para a Tesouraria de Capital existem políticas e limites adicionais que orientam a gestão dos balanços financeiros e a execução de transações do mercado de capital.

Processos para gerir o capital

Além de medir a adequação de capital, a Gestão de capital também garante que existe capital suficiente disponível através da definição de metas e limites relevantes para as métricas supracitadas para o Grupo ING e para o ING Bank e garantindo o cumprimento dos limites e metas definidos através do planeamento e execução de transações de gestão de capital. A avaliação e monitorização contínuas da adequação do capital está implementada no processo de planeamento de capital da Gestão de Capital. Após o processo de orçamentação anual, todos os anos é preparado um plano de capital para o Grupo no seu todo e para cada um dos seus negócios materiais. Este plano é atualizado trimestralmente e é avaliado segundo sejam necessárias medidas de gestão adicional. Deve sempre manter-se flexibilidade financeira para cumprir objetivos financeiros importantes. Na base do plano de capital encontram-se as declarações de apetência do risco que determinam a definição de metas. Estas limitações estão a ser replicadas em diferentes negócios, em linha com a nossa estratégia de gestão do risco.

São fornecidas informações importantes sobre o processo de planeamento e gestão de capital através dos testes de tensão efetuados regularmente. Estes testes de tensão focam-se em questões atuais e a sensibilidade da posição de capital do Grupo relativamente a determinados riscos. Estas análises disponibilizam informação que ajuda a direcionar as estratégias. Definir políticas para o planeamento e resolução da recuperação é uma extensão natural das políticas de gestão de capital do ING e segue o quadro de gestão do risco do ING de forma simples.

Avaliação da adequação do capital

A partir de 1 de janeiro de 2014, as regras capitais da RFP/DFP IV entraram em vigor. A tabela de posições de capital reflete os fundos próprios em conformidade com as regras de Basileia III conforme indicado na RFP/DFP IV. Uma vez que a DFP IV será gradualmente faseada até 2019, a tabela ilustra as posições de DFP IV segundo as regras para 2019 e as de 2015. Isto esclarece que itens têm um faseamento direto e que itens têm um faseamento gradual em 2015. O ING participa estas métricas ao Grupo ING e ao ING Bank. Durante 2015, o Grupo ING e o ING Bank foram devidamente capitalizados.

Posição de capital do ING Bank NV segundo a

	(máximo)		(faseado)	
	2015	2014	2015	2014
Capitais próprios	40 857	38 064	40 857	38 064
Ajustes regulamentares	-4 022	-4 395	-4 103	-4 808
Capital próprio comum de nível 1 disponível	36 834	33 668	36 753	33 256
Títulos adicionais de Nível 1 ¹	7 248	5 727	7 248	5 727
Ajustes regulamentares adicionais de Nível 1	0	0	-1 281	-1 883
Capital disponível de Nível 1	44 083	39 395	42 721	37 100
Obrigações complementares de capital de nível 2 ²	8 570	9 371	8 570	9 371
Ajustes regulamentares de Nível 2	102	103	-239	-456
Capital total disponível	52,754	48.869	51 052	46 015
Ativos com ponderação do risco ³	318 202	296 427	318 202	296 319
Rácio comum de Capital Próprio de Nível 1	11,58 %	11,36 %	11,55 %	11,22 %
Rácio de nível 1	13,85 %	13,29 %	13,43 %	12,52 %
Rácio de capital total	16,58 %	16,49 %	16,04 %	15,53 %

1 Dos quais 3 531 milhões de euros (2014: 1 988 milhões de euros) estão em conformidade com o RFP/DFP IV e 3 718 milhões de euros (2014: 3 739 milhões de euros) a substituir uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito a regras já existentes da RFP/DFP IV. a substituir uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito a regras já existentes da RFP/DFP IV.

2 Dos quais 6 229 milhões de euros (2014: 5 778 milhões de euros) estão em conformidade com o RFP/DFP IV e 2 341 milhões de euros (2014: 3 593 milhões de euros) a substituir uma vez que o reconhecimento de capital está sujeito a regras já existentes da RFP/DFP IV.

3 O APR máximo desviou-se do APR faseado como resultado de valores de mercado superiores, os investimentos significativos em Instituições Financeiras para o Banco excederam 10 % do capital do CET1. Apenas o montante até este limite (que é inferior no faseado comparativamente ao máximo) deve ser de 250 % de risco ponderado, enquanto o excesso é deduzido.

Requisitos regulamentares

A adequação do capital e a utilização do capital regulamentar necessário baseiam-se nas diretrizes desenvolvidas pelo Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e as Diretrizes da União Europeia, conforme implementado pelo Dutch Central Bank (Dutch Central Bank até 3 de novembro de 2014, BCE posteriormente) para efeitos de supervisão. Em 2010, o Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária emitiu novos requisitos de solvência e liquidez, que substituem o Basileia II. Os requisitos mínimos, excluindo reservas, para o rácio de capital próprio comum de nível 1 é de 4,5 %, o requisito mínimo de nível 1 é de 6 % e o rácio de capital total é de 8 % para todos os ativos com ponderação do risco. O Basileia III obriga os Bancos a deter um capital de, pelo menos, 80 % dos antigos requisitos de Basileia I, que era 8 % dos APR conforme calculado com a metodologia Basileia I. Este limite mínimo de Basileia I foi alargado até ao final de 2017.

Processo PRAS/PAACI

Anualmente, o ING Bank N.V envia documentação extensa sobre o Processo de Avaliação da Adequação de Capital Interno (PAACI) ao seu regulador, conforme recomendado nos quadros DFP IV. Esta documentação inclui uma descrição dos modelos de capital interno do ING, o seu quadro de apetência do risco, uma análise de qualidade de ativos e um planeamento de capital em circunstâncias normais e em determinados cenários de tensão. Esta documentação é uma informação importante para o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) do regulador, resultando numa carta à Gestão do ING. O PRAS é efetuado pelo BCE e avalia regularmente os modelos e processos internos do ING.

A diretriz regulamentar de 2015 indicava que os rácios de capital mínimos que o BCE considera adequados para o ING Bank Consolidated e Grupo ING Consolidated estão suficientemente cobertos pelas normas de capital próprio do ING. Compreendemos que o nível de orientação regulamentar para o Grupo para o rácio de capital próprio comum de nível 1 faseado era de 10,5 % em 2015. Para 2016, este requisito está definido em 10,25 %, que é a soma de (i) 9,5 % da decisão do BCE sobre o Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão (PRAS) de 2015, incluindo a reserva de conservação de capital e (ii) 0,75 % para a Reserva do Risco Sistemático (RRS) que foi definida em separado para os bancos sistémicos da Holanda pelo Dutch Central Bank. O impacto dos requisitos de reserva contracíclica foi insignificante no início de 2016. O requisito de CUR máximo está atualmente definido em 3 % para o Grupo ING e tem um faseamento de quatro anos, até 2019. Com um rácio CET1 do Grupo de 12,7 % a partir de 31 de dezembro de 2015, o ING já está em conformidade com o requisito máximo atual de 12,5 %.

Classificações de crédito principais do ING a

	Standard & Poor's		Moody's		Fitch	
	Clas.	Previsão	Clas.	Previsão	Clas.	Previsão
ING Bank N.V.						
- longo prazo	A	Estável	A1	Estável	A	Estável
- curto prazo	A-1		P-1		F1	

As classificações de crédito chave do ING e previsões estão ilustradas na tabela acima. Cada uma destas classificações apenas reflete a visão da agência de classificação aplicável aquando da classificação e qualquer explicação sobre o motivo de uma classificação pode ser obtida apenas através da agência de classificação.

Uma classificação de títulos não é uma recomendação para comprar, vender ou deter títulos e cada classificação deve ser avaliada de forma independente de qualquer outra. Não existem garantias de que qualquer classificação de crédito continuará em efeito para um determinado período de tempo ou que uma classificação não seja reduzida, suspensa ou retirada completamente pela agência de classificação se, na opinião da agência de classificação, as circunstâncias o exigirem. O ING não aceita qualquer responsabilidade pela precisão ou fiabilidade das classificações.

Autorização de contas anuais

Amsterdão, 29 de fevereiro de 2016

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
I. (Isabel) Martín Castellá
M. (Mariana) Gheorghe
J.C.L. (Joost) Kuiper
R.W.P. (Robert) Reibestein

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, vice-presidente e diretor dos Líderes de Mercado
P.G. (Patrick) Flynn, Diretor Financeiro
W.F. (Wilfred) Nagel, CRO
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações
W.L. A. (Bill) Connelly, Diretor da Banca Grossista
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

Balanço financeiro da empresa-mãe

a 31 de dezembro antes da apropriação do resultado

em milhões de euros	2015	2014
Ativos		
Liquidez e disponibilidades com bancos centrais 1	12 491	5 174
Fundos públicos de curto prazo 2	2 969	4 527
Montantes devidos por bancos 3	69 074	74 717
Empréstimos e adiantamentos a clientes 4	323 013	300 829
Títulos de dívida 5		
– disponível para venda	25 481	25 445
– detido até ao vencimento	4 719	2 045
– comércio	12 215	18 396
Títulos de capital próprio 6		
– disponível para venda	2 784	2 269
– comércio	5 874	6 956
Investimentos em empresas do grupo 7	32 609	32 488
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos 8	652	600
Ativos intangíveis 9	886	1 020
Equipamento 10	463	500
Outros ativos 11	56 580	72 626
Ativos totais	549 810	547 592
Passivos		
Montantes devidos a bancos 12	44 835	41 153
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito 13	262 111	253 457
Títulos de dívida emitidos	120 034	118 532
Outros passivos 14	64 964	78 482
Disposições gerais 15	620	707
Empréstimos subordinados 16	16 389	17 197
Passivos totais	508 953	509 528
Capital próprio 17		
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16 542	16 542
Reservas de reavaliação	3 477	3 144
Reservas legais e estatutárias	2 315	2 343
Outras reservas	13 470	12 849
Resultado transportado	4 528	2 661
Capital próprio total	40 857	38 064
Passivos e capital próprio total	549 810	547 592

Referências relacionadas com as notas explicativas. Isto constitui parte integrante das contas anuais da empresa-mãe.

Conta de lucros e perdas da empresa-mãe

para o exercício findo em 31 de dezembro

em milhões de euros		
	2015	2014
Resultado das empresas do grupo, filiais e empreendimentos conjuntos depois de impostos	3 400	2 669
Outros resultados depois de impostos	1 259	75
Resultado líquido	4 659	2 744

Demonstração das variações do capital próprio da empresa-mãe

em milhões de euros	Capital	Prémio de	Reservas de reavaliação	Reservas legais e estatutárias	Outras	Resultado transportado	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2014	525	16 542	491	-1 163	14 878	1 532	32 805
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			-1	-28			-29
Reavaliações não realizadas de disponíveis para venda e			1 222	640			1 862
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros e			-36	-85			-121
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			1 255	396			1 651
Diferenças cambiais e outros				410			410
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio			2 653	1 032			3 685
Resultado líquido				83		2 661	2 744
			2 653	1 115		2 661	6 429
Dividendos					-1 225		-1 225
Opções de ações de funcionários e planos de ações					55		55
Alterações na composição do grupo e outras alterações				2 391	-2 391		
Saldo a 31 de dezembro de 2014	525	16 542	3 144	2 343	12 849	2 661	38 064
Remensuração dos Ativos/passivos de benefícios líquidos			3	61			64
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio			2	33			35
Reavaliações não realizadas de disponíveis para venda e			525	-227			298
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros			-32	15			-17
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-165	-35			-200
Diferenças cambiais e outros				84			84
Montante total reconhecido diretamente em capital próprio			333	-69			264
Resultado líquido				131		4 528	4 659
			333	62		4 528	4 923
Transferência para lucros retidos					2 661	-2 661	
Dividendos					-2 200		-2 200
Opções de ações de funcionários e planos de ações					70		70
Alterações na composição do grupo e outras alterações				-90	90		
Saldo a 31 de dezembro de 2015	525	16 542	3 477	2 315	13 470	4 528	40 857

As alterações nos componentes individuais são apresentadas na Nota 17 «Capital Próprio».

Normas contabilísticas para as contas anuais da empresa-mãe

Base da apresentação

As contas da empresa-mãe do ING Bank N.V. são preparadas de acordo com os requisitos de relatório financeiro incluídos na Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Em conformidade com a subsecção 8 da secção 362 do Livro 2 do Código Civil Holandês, os princípios de reconhecimento e medição aplicados nestas contas da Empresa-mãe são os mesmos que os aplicados nas contas anuais Consolidadas; é feita referência à Nota 1 «Normas Contabilísticas» das contas anuais Consolidadas. Os investimentos em empresas do grupo são contabilizados nas contas da Empresa-mãe segundo o método do capital próprio.

A conta de lucros e perdas está elaborada segundo a Secção 402 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

Uma lista com a informação referida na Secção 379 (1) do Livro 2 do Código Civil Holandês foi apresentada ao escritório do Registo Comercial de Amsterdão, em conformidade com a Secção 379 (5) do Livro 2 do Código Civil Holandês.

O montante total do capital próprio nas contas anuais da empresa-mãe equivale ao capital próprio dos Acionistas (da empresa-mãe) nas contas anuais consolidadas. Certos componentes no capital próprio são diferentes, como resultado das diferenças de apresentação seguintes entre as contas da empresa-mãe e as contas consolidadas:

- As reavaliações não realizadas, incluindo as relacionadas com coberturas de fluxo de caixa nas empresas do grupo consolidado, apresentadas na reserva de Reavaliação nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- A conversão de moeda estrangeira nas empresas do grupo consolidado, apresentadas na reserva de Conversão da moeda nas contas consolidadas, é apresentada nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;
- As reavaliações da propriedade de investimento e determinadas participações reconhecidas no rendimento e, consequentemente, apresentadas nos Ganhos retidos nas contas consolidadas, são apresentadas nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos nas contas da empresa-mãe;

Em 2015, o ING Bank N.V alterou a apresentação dos componentes de capital próprio. As reservas de reavaliação relacionadas com a empresa-mãe, anteriormente apresentadas como parte de Outras reservas, estão agora apresentadas em separado no balanço financeiro da Empresa-mãe e na declaração de alterações de capital próprio da Empresa-mãe. A linha «Reservas legais» é renomeada para «Reservas legais e estatutárias» e é composta pela «Reserva de participações de filiais e empreendimentos», «Reserva de conversão de moeda», «Reservas estatutárias» e «Software capitalizado». A reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos relacionada com planos de pensão de subsidiárias, anteriormente apresentada como parte de Outras reservas, está agora incluída nas «Reservas legais e estatutárias - Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos» e a parte relacionada com os planos de pensão do ING Bank está incluída na Reserva de reavaliação. A apresentação alterada melhora a transparência das divulgações sobre as reservas legais e as reservas não distribuíveis. As comparações de 2014 foram reajustadas em conformidade.

Há uma reserva legal com um montante igual à participação nos resultados de filiais e empreendimentos conjuntos desde a sua primeira inclusão no valor de ativos líquidos menos o montante das distribuições de lucros em que se acumularam direitos durante esse tempo. As distribuições de lucros que podem ser repatriadas para a Holanda sem restrições são também deduzidas das Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

Notas às contas anuais da empresa-mãe

montantes em milhões de euros, salvo indicação em contrário

Ativos

1 Caixa e disponibilidades com bancos centrais

Os montantes detidos em bancos centrais chegam aos 11 886 milhões de euros (2014: 4 586 milhões de euros). Em 2015, o aumento dos Valores detidos em bancos centrais deveu-se, sobretudo, ao excesso de liquidez, resultando em colocações mais elevadas com bancos centrais, principalmente na Holanda e no Japão.

2 Fundos públicos de curto prazo

Os fundos públicos de curto prazo incluem fundos públicos internacionais que chegam aos 2 868 milhões de euros (2014: 3 837 milhões de euros) para a empresa.

3 Montantes devidos por bancos

Montantes devidos por		
	2015	2014
Recebimentos não subordinados de:		
Empresas do grupo	17 156	19 340
Terceiros	51 823	55 317
	68 979	74 657
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo	31	
Terceiros	64	60
	69 074	74 717

A partir de 31 de dezembro de 2015, os Montantes devidos por bancos incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações com acordo de revenda no valor de 28 311 milhões de euros (2014: 27 652 milhões de euros).

4 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a		
	2015	2014
Recebimentos não subordinados de:		
ING Groep N.V.		
Empresas do grupo	54 608	51 826
Terceiros	268 354	248 171
	322 962	299 997
Recebimentos subordinados de:		
Empresas do grupo	51	832
	323 013	300 829

A partir de 31 de dezembro de 2015, os ativos detidos em contratos de empréstimo financeiro ascendem a 8 milhões de euros (2014: 11 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro 2015, os valores a receber incluídos nos Empréstimos e adiantamentos a clientes que fazem parte da carteira comercial ascendem a 19 609 milhões de euros (2014: 14 224 milhões de euros).

Os Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem valores a receber em relação aos títulos que foram adquiridos em operações de recompra reversa no valor de 19 073 milhões de euros (2014: 14 527 milhões de euros) para a empresa.

5 Títulos de dívida**Títulos de dívida por emissor**

	2015	2014
Setor público	32 720	35 155
Outros	9 695	10 731
	42 415	45 886

Títulos de dívida analisados por lista

Cotados	40 489	44 040
Não cotados	1 926	1 846
	42 415	45 886

Títulos de dívida – subordinados e não subordinados

	2015	2014
Títulos de dívida não subordinados emitidos por:		
Empresas do grupo		179
Terceiros	42 415	45 707
	42 415	45 886

Alterações nos títulos de dívida (disponível)

	2015	2014
Balanço de abertura	25 445	15 600
Adições	9 540	21 071
Amortização	-18	-3
Transferências e reclassificações	-848	
Lucros/(perdas) de alterações no justo valor	-315	2 266
Alienações e resgates	-8 761	-15 504
Diferenças cambiais	446	346
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-8	1 669
Balanço de encerramento	25 481	25 445

Em 2015, incluídos nas Transferências e reclassificações estão 848 milhões de euros relacionados com transferências e reclassificações de investimentos Detidos até ao vencimento.

A partir de 31 de dezembro 2015, o custo dos valores dos títulos de dívida comercial ascendem a 12 215 milhões de euros (2014: 18 396 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2015, um montante de 22 876 milhões de euros (2014: 21 608 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

Os títulos de dívida temporariamente vendidos em transações de recompra ascendem a 1 575 milhões de euros a partir de 31 de dezembro de 2015 (2014: 5 569 milhões de euros).

Os títulos de dívida emprestados não são reconhecidos no balanço financeiro e equivalem a zero (2014: zero) a 31 de dezembro de 2015.

6 Títulos de capital próprio

Títulos de capital próprio analisados por lista

	2015	2014
Cotados	8 480	9 072
Não cotados	178	153
	8 658	9 225

Alterações nos títulos de capital próprio

	2015	2014
Balanço de abertura	2 269	1 264
Adições	28	1
Alterações na composição do grupo		1
Lucros/(perdas) de alterações no justo valor	539	1 018
Disposições para imparidades	-1	-2
Eliminações	-51	-14
Diferenças cambiais		1
Balanço de encerramento	2 784	2 269

O custo ou preço de venda das participações sociais na carteira comercial aproxima o seu justo valor. A partir de 31 de dezembro de 2015, o custo ou preço de venda das participações sociais na carteira disponível para venda é de 2 476 milhões de euros a menos (2014: 1 987 milhões de euros a menos) que o valor contábil.

7 Investimentos em empresas do grupo

Investimentos em empresas do grupo

	2015		2014	
	Juros detidos (%)	balanço financeiro	Juros detidos (%)	balanço financeiro
ING België N.V.	100 %	9 817	100 %	10 018
ING Holding Deutschland GMBH	100 %	8 382	100 %	8 227
ING Bank (Austrália) Limited	100 %	2 350	100 %	2 373
ING Financial Holdings Corporation	100 %	2 359	100 %	2 096
ING Bank Śląski S.A.	75 %	1 844	75 %	1 805
WestlandUtrecht Bank N.V. 1			100 %	1 071
ING Bank A.S.	100 %	1 685	100 %	1 405
ING Mauritius Investments I Limited	100 %	1 181	100 %	681
ING Vastgoed Management Holding B.V. 1			100 %	630
ING Real Estate B.V.	100 %	499		
ING Australia Holdings Limited	100 %	1 164	100 %	1 148
ING Corporate Investments B.V.	100 %	500	100 %	446
ING Lease Holding N.V.1			100 %	293
Outros (incluindo empresas financeiras)		2 828		2 295
		32 609		32 488

1 O WestlandUtrecht Bank N.V., ING Vastgoed Management Holding B.V. e ING Lease Holding N.V. fundiram-se com o ING Bank N.V.

A partir de 31 de dezembro de 2015, os Investimentos em empresas do grupo inclui instituições de crédito de 16 809 milhões de euros (2014: 17 631 milhões de euros). A partir de 31 de dezembro de 2015, os investimentos listados em empresas do grupo ascende a 1 844 milhões de euros (2014: 1 805 milhões de euros).

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações nos Investimentos em empresas do grupo

	2015	2014
Balanço de abertura	32 488	29 422
Reembolso de injeção de capital	-93	-4
Reavaliações	-232	891
Resultados das empresas do grupo	3 400	2 669
Dividendos recebidos	-2 677	-2 561
Contribuições de capital	203	
Fusões e liquidações	-765	1 973
Diferenças cambiais	256	271
Outras alterações	29	-173
Balanço de encerramento	32 609	32 488

8 Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

Investimentos em filiais e empreendimentos

	2015		2014	
	Juros detidos (%)	balanço financeiro	Juros detidos (%)	balanço financeiro
TMB Public Company Limited	25	612	25	558
Outros		40		42
		652		600

Alterações nos Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos

	2015	2014
Balanço de abertura	600	480
Adições	2	9
Participação nos resultados	50	53
Dividendos recebidos	-17	-10
Eliminações	10	
Reavaliações	-2	-3
Diferenças cambiais	9	63
Outras alterações		8
Balanço de encerramento	652	600

9 Ativos intangíveis

Alterações em ativos intangíveis

	Goodwill		Software		Outros		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Balanço de abertura	656	631	362	338	2	11	1 020	980
Adições			119	176			119	176
Alterações na composição do grupo	6			9		1	6	10
Depreciação			-186	-167		-10	-186	-177
Imparidades			-6				-6	
Diferenças cambiais	-71	25					-71	25
Outras alterações			4	6			4	6
Balanço de encerramento	591	656	293	362	2	2	886	1 020

10 Equipamento

Alterações no equipamento		
	2015	2014
Balanço de abertura	500	472
Adições	145	145
Alterações na composição do grupo	-2	55
Depreciação	-130	-122
Eliminações	-50	-2
Diferenças cambiais	1	1
Outras alterações	-1	-49
Balanço de encerramento	463	500
Valor contábil a 31 de dezembro	1 558	1 484
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	-1 095	-984
Valor contábil líquido	463	500

11 Outros ativos

Outros ativos por tipo		
Derivados	47 868	56 861
Ativos por impostos diferidos	363	558
Juros e rendas acumulados	4 986	5 903
Outros ativos acumulados	572	494
Ativos de pensões	623	579
Outros recebimentos	2 168	8 231
	56 580	72 626

Outros recebimentos incluem 1 101 milhões de euros (2014: 7 033 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro. Os derivados incluem transações com empresas do grupo de 15 896 milhões de euros (2014: 19 303 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2015, um montante de 811 milhões de euros (2014: 1 179 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Passivos e capital próprio

12 Montantes devidos a bancos

Montantes devidos a bancos

Empresas do grupo	16 127	17 455
Terceiros	28 708	23 698
	44 835	41 153

13 Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

Depósitos de clientes e outros fundos em depósito por empresas do grupo e terceiros

Empresas do grupo	28 148	22 928
Terceiros	233 963	230 529
	262 111	253 457

Depósitos de clientes e outros fundos em depósito

	2015	2014
Contas poupança	117 602	114 772
Saldos de crédito em contas de clientes	78 148	70 510
Depósitos empresariais	55 779	56 740
Outros	10 582	11 435
	262 111	253 457

14 Outros passivos

Outros passivos

	2015	2014
Derivados	47 678	57 079
Passivos detidos para negociação	6 666	9 461
Juros acumulados	5 425	6 014
Custos a pagar	982	849
Despesas de imposto a pagar	94	107
Outros impostos e contribuições para a segurança social	91	55
Outros valores a pagar	4 028	4 917
	64 964	78 482

Outros valores a pagar incluem 959 milhões de euros (2014: 2 176 milhões de euros) referentes às transações ainda por liquidar na data do balanço financeiro.

Os derivados incluem transações com empresas do grupo de 12 203 milhões de euros (2014: 13 994 milhões de euros).

A partir de 31 de dezembro de 2015, um montante de 265 milhões de euros (2014: 1 100 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

15 Disposições gerais

Disposições gerais		
	2015	2014
Passivos de pensões e outros passivos relacionados com funcionários	15	13
Reorganizações e relocações	547	604
Outros	58	90
	620	707

A partir de 31 de dezembro de 2015, um montante de 404 milhões de euros (2014: 322 milhões de euros) deverá ser liquidado depois de mais de um ano a partir da data do balanço financeiro.

16 Empréstimos subordinados

Empréstimos subordinados por empresas do grupo e terceiros		
	2015	2014
Empresas do grupo	7 322	5 856
Terceiros	9 067	11 341
	16 389	17 197

Empréstimos subordinados por tipo		
	2015	2014
Obrigações de capital	8 481	10 521
Empréstimos privados	7 908	6 676
	16 389	17 197

Empréstimos subordinados aos outros passivos numa dissolução do ING Bank.

17 Capital próprio

Equidade		
	2015	2014
Capital social	525	525
Prémio de emissão	16 542	16 542
Reservas de reavaliação	3 477	3 144
Reservas legais e estatutárias	2 315	2 343
Outras reservas	13 470	12 849
Resultado transportado	4 528	2 661
Capital próprio total	40 857	38 064

Capital social				
	2015	2014	2015	2014
Capital social autorizado	1 600 000	1 600 000	1 808	1 808
Capital social não emitido	1 134 965	1 134 965	1 283	1 283
Capital social emitido	465 035	465 035	525	525

Não ocorreram alterações no capital social e prémio de emissão emitidos em 2015 e 2014.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações nas reservas de reavaliação

2015	Reserva de propriedades de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Reserva de remensuração de ativos/passivos de benefícios líquidos	Total
Balanço de abertura	118	2 170	765	91	3 144
Reavaliações não realistas	2	525			527
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros e perdas		-32			-32
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			-165		-165
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido				3	3
Balanço de encerramento	120	2 663	600	94	3 477

Alterações nas reservas de reavaliação

2014	Reserva de propriedades de uso próprio	Reserva disponível para venda	Reserva de cobertura de fluxos de caixa	Reserva de remensuração de ativos/passivos de benefícios líquidos	Total
Balanço de abertura	119	984	-490	-122	491
Reavaliações não realistas	-1	1 222			1 221
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros e perdas		-36			-36
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa			1 255		1 255
Alteração nos ativos/passivos de benefício definido líquido				213	213
Balanço de encerramento	118	2 170	765	91	3 144

Alterações em reservas legais e estatutárias

2015	Reserva de participação de associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva de conversão de moeda	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
Balanço de abertura	1 621	-592	1 070	244	2 343
Resultado para o ano			131		131
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio	33				33
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	-227				-227
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros e perdas	15				15
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	-35				-35
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	61				61
Diferenças cambiais e outros	8	76			84
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-26			-64	-90
Balanço de encerramento	1 450	-516	1 201	180	2 315

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

Alterações em reservas legais e estatutárias					
2014	Reserva de participação de associadas e empreendimentos conjuntos	Reserva de conversão de moeda	Reservas estatutárias	Software capitalizado	Total
Balanço de abertura	-1 558	-845	987	253	-1 163
Resultado para o ano			83		83
Reavaliações não realizadas de propriedades de uso próprio	-28				-28
Reavaliações não realizadas de investimentos disponíveis para venda e outros	640				640
Lucros e perdas realizados transferidos para conta de lucros e perdas	-85				-85
Alterações na reserva de cobertura do fluxo de caixa	396				396
Alterações na reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos	-301				-301
Diferenças cambiais e outros	157	253			410
Alterações na composição do grupo e outras alterações	2 400			-9	2 391
Balanço de encerramento	1 621	-592	1 070	244	2 343

A participação de filiais e reserva de empreendimentos conjuntos inclui os seguintes componentes: Reserva para ganhos retidos não distribuíveis de filiais de 351 milhões de euros (2014: 363 milhões de euros), Reserva de reavaliação de filiais e empreendimentos conjuntos de 1 523 milhões de euros (2014: 1 736 milhões de euros), Reserva de conversão de moeda de 24 milhões de euros (2014: – 17 milhões de euros) e Reserva de remensuração dos ativos/passivos de benefícios líquidos definidos de 400 milhões de euros (2014: – 461 milhões de euros).

As Reservas estatutárias estão relacionados com reservas não distribuíveis de 1 201 milhões de euros (2014: 1 070 milhões de euros) relacionados com o antigo Stichting Regio Bank e o antigo Stichting Vakbondspaarbank SPN que não pode ser livremente distribuído em conformidade com o artigo 23.1 dos artigos de associação.

As alterações no valor dos instrumentos de cobertura que são designados como coberturas de investimento líquido são incluídas nas Diferenças cambiais e outros.

Alterações nas outras reservas

	Lucros retidos	Total
2015		
Balanço de abertura	12 849	12 849
Transferência do resultado transportado	2 661	2 661
Opções de ações de funcionários e planos de ações	70	70
Dividendos	-2 200	-2 200
Alterações na composição do grupo e outros	90	90
Balanço de encerramento	13 470	13 470

Alterações nas outras reservas

	Lucros retidos	Total
2014		
Balanço de abertura	14 878	14 878
Transferência do resultado transportado	1 532	1 532
Opções de ações de funcionários e planos de participações	55	55
Dividendos	-1 225	-1 225
Alterações na composição do grupo e outras alterações	-2 391	-2 391
Balanço de encerramento	12 849	12 849

A reserva de coberturas de fluxo de caixa está incluída na Participação de filiais e empreendimentos conjuntos de forma líquida. A Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e a Reserva de conversão de moeda não podem ser distribuídas livremente. Os Lucros retidos podem ser livremente distribuídos, exceto um montante igual ao saldo negativo em cada um dos componentes da Reserva de reavaliação, Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos e Reserva de conversão de moeda. Os lucros e perdas não realizados dos derivados, além dos utilizados nas coberturas de fluxo de caixa, são apresentados na conta de lucros e perdas e são, assim, parte dos Lucros retidos e não são incluídos nas Participações da reserva de filiais e empreendimentos conjuntos.

Notas às contas anuais da empresa-mãe do ING Bank N.V. - continuação

O montante total das reservas não distribuíveis, em conformidade com os requisitos de participação financeira de acordo com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês, é de 6 824 milhões de euros (2014: 7 411 milhões de euros).

É feita referência à Nota 13 «Capital próprio» e à secção da Gestão de capital nas contas anuais consolidadas para informação adicional, incluindo restrições referentes a dividendos e reembolsos de capital.

Informação adicional

18 Vencimento de determinados ativos e passivos

Análise de determinados ativos e passivos por vencimento

2015

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	mais de 5 anos	maturidade não aplicável	Total
Ativos							
Montantes devidos por bancos	14 349	4 677	6 847	9 869	3 758	29 574	69 074
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28 073	5 299	18 285	78 744	173 003	19 609	323 013
Passivos							
Montantes devidos a bancos	17 232	628	2 759	10 816	1 020	12 380	44 835
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	196 289	18 899	15 556	12 413	8 342	10 612	262 111
Títulos de dívida emitidos	7 528	20 158	13 440	39 720	22 954	16 234	120 034
Empréstimos subordinados	9				8 114	8 266	16 389

Análise de determinados ativos e passivos por vencimento

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	mais de 5 anos	maturidade não aplicável	Total
2014							
Ativos							
Montantes devidos por bancos	16 422	5 878	6 905	12 826	4 954	27 732	74 717
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8 649	6 945	19 629	85 165	166 217	14 224	300 829
Passivos							
Montantes devidos a bancos	13 285	1 237	2 111	9 471	3 460	11 589	41 153
Depósitos de clientes e outros fundos em depósito	198 750	16 769	10 295	9 562	5 868	12 213	253 457
Títulos de dívida emitidos	2 465	21 810	22 484	35 959	22 989	12 825	118 532
Empréstimos subordinados			889	745	8 635	6 928	17 197

19 Ativos não imediatamente disponíveis

Ativos não imediatamente disponíveis

	2015	2014
Investimentos	1 147	25
Empréstimos	69 743	53 980
Bancos	5 716	6 162
Outros ativos	10 515	1 059
	87 121	61 226

20 Passivos contingentes e outros compromissos**Passivos contingentes por tipo**

	2015	2014
Letras descontadas		
Garantias	47 905	44 593
Cartas de crédito irrevogáveis	4 862	5 302
Outros	209	331
Dívidas contingentes	52 976	50 226
Serviços irrevogáveis	46 836	39 770
	99 812	89 996

Dívidas contingentes

	2015	2014
Empresas do grupo	34 480	31 509
Terceiros	18 496	18 717
	52 976	50 226

Serviços irrevogáveis

	2015	2014
Empresas do grupo	14	15
Terceiros	46 822	39 755
	46 836	39 770

21 Outros**Garantias**

O ING Bank emitiu garantias como participante em acordos coletivos de fundos bancários nacionais e como participante em regimes de garantias coletivas exigidas. Por exemplo, o ING Bank N.V. forneceu uma garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos Alemão («Einlagensicherungs-fonds» ou «ESF») na secção 5 (10) da legislação em vigor neste fundo, onde o ING Bank N.V. indemniza a Association of German Banks Berlin contra quaisquer perdas que poderão ser incorridas como resultado das medidas tomadas relativamente ao ING Germany. O ESF é um esquema de garantia coletiva voluntária para poupanças e depósitos de retalho que excedam os 100 000 euros.

O ING Bank N.V. emitiu declarações de passivos em relação com a Secção 403, Livro 2 do Código Civil Holandês e outras garantias para várias empresas do grupo.

Unidade fiscal

O ING Bank N.V. forma uma unidade fiscal com o ING Groep N.V. e várias entidades bancárias holandesas para efeitos de impostos empresariais. O ING Bank N.V., o ING Groep N.V. e as suas subsidiárias bancárias que formam parte da unidade fiscal têm responsabilidade solidária no que se refere a impostos pagos pela unidade fiscal.

Remuneração da gestão sénior, Conselho de Administração e Conselho de Supervisão

É feita referência à Nota 48 «Entidades relacionadas» (página 138 até e incluindo a página 140) nas Contas Anuais Consolidadas do ING Bank.

Autorização das contas anuais da empresa-mãe

Amesterdão, 29 de fevereiro de 2016

O Conselho de Supervisão

J. (Jeroen) van der Veer, *presidente*
H.J.M. (Hermann-Josef) Lamberti, *vice-presidente*
E.F.C.B. (Eric) Boyer de la Giroday
H.W. (Henk) Breukink
I. (Isabel) Martín Castellá
M. (Mariana) Gheorghe
J.C.L. (Joost) Kuiper
R.W.P. (Robert) Reibestein

Conselho de Administração Bancária

R.A.J.G. (Ralph) Hamers, Diretor-Executivo, presidente do Conselho de Administração Bancária
J.V. (Koos) Timmermans, vice-presidente e diretor dos Líderes de Mercado
P.G. (Patrick) Flynn, Diretor Financeiro
W.F. (Wilfred) Nagel, CRO
R.M.M. (Roel) Louwhoff, Diretor de Operações
W.L.A. (Bill) Connelly, Diretor da Banca Grossista
A. (Aris) Bogdaneris, Diretor de Mercados Desafiadores e em Crescimento

Relatório de Auditoria Independente

Para: Acionistas do ING Bank N.V.

Relatório de auditoria às contas anuais

A nossa opinião

Auditámos as contas anuais de 2015 em anexo pertencentes ao ING Bank N.V., Amsterdam («ING Bank») conforme definido nas páginas de 24 a 234.

Na nossa opinião:

- as contas anuais consolidadas proporcionam uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank a partir de 31 de dezembro de 2015 e do seu resultado e fluxos de caixa para 2015 em conformidade com as Normas de Participação Financeira Internacional, como adotadas pela União Europeia e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.
- as contas anuais da empresa proporcionam uma visão real e justa da posição financeira do ING Bank a partir de 31 de dezembro de 2015 e do seu resultado para 2015 em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês.

As contas anuais incluem as contas anuais consolidadas do ING Bank e as contas anuais da empresa-mãe. As contas anuais consolidadas são compostas pelo balanço financeiro consolidado a 31 de dezembro de 2015, a conta de lucros e perdas consolidada, a declaração consolidada do rendimento integral, a declaração consolidada dos fluxos de caixa, a declaração consolidada das alterações no capital próprio para 2015 e as notas que incluem um resumo das normas contabilísticas relevantes e outra informação explicativa. As contas anuais da empresa-mãe são compostas pelo balanço financeiro da empresa-mãe a 31 de dezembro de 2015, a conta de lucros e perdas da empresa-mãe, a declaração da empresa-mãe das alterações no capital próprio para 2015 e as notas que incluem um resumo das normas contabilísticas relevantes e outra informação explicativa.

Fundamentos para a nossa opinião

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com a legislação holandesa, incluindo as Normas Holandesas sobre Auditorias. As nossas responsabilidades ao abrigo destas normas estão descritas em detalhe na secção «As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais» do nosso relatório.

Somos independentes do ING Bank dentro do definido nos requisitos éticos holandeses relevantes, conforme incluído nos «Verordening op de gedrags- en beroepsregels accountants» (VGBA) e nos «Verordening inzake de onafhankelijkheid van accountants» (ViO) e cumprimos as nossas outras responsabilidades ao abrigo desses requisitos éticos.

Acreditamos que as provas da auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para formar a base da nossa opinião.

Materialidade

Com base no nosso julgamento profissional, determinámos a materialidade para as contas anuais como um total de 280 milhões de euros. A materialidade tem por base 5 % do resultado antes de impostos de operações contínuas, ajustado para itens anómalos. Tivemos também em conta declarações erradas e/ou possíveis declarações erradas que, na nossa opinião, são materiais para os utilizadores das contas anuais por motivos qualitativos.

Acordámos com o Conselho de Supervisão que as declarações erradas não ajustadas superiores a 10 milhões de euros, identificadas durante a auditoria, são-lhe reportadas, assim como as declarações erradas mais pequenas que, na nossa opinião, devem ser reportadas por motivos qualitativos.

Âmbito da auditoria do grupo

O ING Bank é líder de um grupo de entidades. A informação financeira deste grupo está incluída nas contas anuais consolidadas do ING Bank. O ING Bank está estruturado nos segmentos: Retalho Holanda, Retalho Bélgica, Retalho Alemanha, Outro Retalho, Banca Grossista e Banca de Linha Empresarial, cada um composto por várias entidades e abrangendo diferentes países.

Somos responsáveis por administrar, supervisionar e efetuar a auditoria do grupo. Neste aspeto, determinámos a natureza e dimensão dos procedimentos de auditoria a efetuar para as unidades de participação com base no seu perfil de dimensão e/ou risco.

Após a nossa avaliação do risco de declarações erradas materiais nas contas anuais do ING Bank, seleccionámos 31 unidades de participação que representam as unidades empresariais principais nos segmentos participáveis do ING Bank e ascendem a cerca de 92 % dos ativos totais do ING Bank e cerca de 95 % dos lucros antes de impostos do ING Bank. 14 unidades de participação exigiram uma auditoria de informação financeira completa, devido à sua dimensão geral ou ao perfil do risco. Foram efetuados procedimentos de auditoria específicos a determinados balanços financeiros e transações a 17 unidades de participação. Utilizámos o trabalho de outros auditores EY ao auditar estas unidades de participação dentro e fora da Holanda.

A equipa de compromisso do ING Bank efetuou um programa de visitas planeadas e de comunicação regular que foi concebido para garantir que o progresso e os resultados da auditoria para cada uma das localizações no âmbito era discutido entre a equipa de compromisso do ING Bank e a equipa de componentes EY. Isto deu-nos provas de auditoria adequada relativamente à informação financeira do ING Bank no seu todo para proporcionar uma base para a nossa opinião sobre as contas anuais consolidadas.

Os nossos assuntos de auditoria chave

Os assuntos de auditoria chave são os assuntos que, na nossa opinião profissional, tinham a maior importância na nossa auditoria das contas anuais. Comunicámos os assuntos de auditoria chave ao Conselho de Supervisão. Os assuntos de auditoria chave não são um reflexo abrangente de todos os assuntos discutidos.

Estes assuntos foram abordados no contexto da nossa auditoria das contas anuais consolidadas no seu todo e na formação da nossa opinião. Não damos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Disposições para Perdas por Empréstimos (página 58)

A adequação das disposições para perdas por empréstimos é uma área chave de julgamento para a gestão. A identificação da deterioração e a determinação da quantia recuperável são processos inerentemente incertos que envolvem vários pressupostos e fatores, incluindo a condição financeira da contraparte, os futuros fluxos de caixa esperados, preços de mercado observáveis e preços de venda líquidos esperados. A utilização de diferentes técnicas de modelação e pressupostos pode produzir estimativas de disposições para perdas por empréstimos significativamente diferentes. A divulgação da gestão do risco associada é complexa e depende de dados de elevada qualidade. As carteiras específicas do ING Bank incluíram as carteiras de empréstimos a PME na Bélgica e Holanda e as carteiras de empréstimos com empréstimos a grandes empresas na Rússia e Ucrânia.

Avaliámos e testámos a eficiência operacional e de design dos controlos em cálculos de depreciação individual e coletiva incluindo a qualidade de dados e sistemas subjacentes. Para as disposições para perdas por empréstimos calculadas de forma individual, testámos os pressupostos subjacentes à identificação e quantificação de depreciação, incluindo previsões de fluxos de caixa futuros, avaliação de caução subjacente e estimativas de recuperação de incumprimento. Isto incluiu ter em consideração o impacto da tolerância. Para as disposições para perdas por empréstimos calculadas de forma coletiva testámos, apoiados pelos nossos especialistas, os modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação e validação de modelos. Também testámos a adequação e precisão da informação desses modelos, como as taxas de recuperação e resolução e, quando disponíveis, comparámos os dados e pressupostos feitos a referências externas. Por fim, avaliámos e testámos a eficiência operacional e de design dos controlos em divulgações controladas, incluindo os valores da tolerância e cobertura.

Justo valor de instrumentos financeiros e contabilidade de cobertura (página 104)

A medição do justo valor, contabilidade de cobertura e ajustes de avaliações associadas podem ser uma área subjetiva e, mais ainda, para áreas do mercado que dependem da avaliação com base em modelos ou com liquidez fraca e descoberta de preços. Também, considerando o ambiente de taxa de juro baixa atual, os modelos de pré-pagamento existentes podem perder o seu valor preditivo necessário para a contabilidade de cobertura aplicada. As técnicas e modelos de avaliação utilizados podem ser subjetivos em natureza e envolvem vários pressupostos relacionados com os comportamentos de preços e pré-pagamento. A utilização de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos pode produzir estimativas de justo valor e/ou eficácia de cobertura significativamente diferentes. A divulgação da gestão do risco associada é complexa e depende de dados de elevada qualidade. As áreas de foco específico incluem a avaliação de instrumentos financeiros com elevada incerteza de estimativa que não têm disponíveis preços de mercado ou parâmetros de mercado observáveis.

Avaliámos e testámos a eficiência operacional e de design dos controlos em avaliação, verificação de preços independente, aprovação de contabilidade e modelo de cobertura. Efetuámos procedimentos adicionais para áreas de risco mais elevado e estimativa com a ajuda dos nossos especialistas de avaliação. Isto incluiu um desafio de pressupostos de pré-pagamento feitos para contabilidade de cobertura e, quando relevante, comparação de julgamentos feitos a práticas de mercado emergentes e atuais e redesempenho das avaliações em amostras. Também avaliámos o impacto de outras fontes de informação de justo valor, incluindo disputas de caução e lucros ou perdas na eliminação. Por fim, avaliámos e testámos a eficiência operacional e de design dos controlos em divulgações controladas, incluindo a hierarquia de sensibilidade de avaliação e justo valor.

Fiabilidade e continuidade do processamento de dados eletrónicos (página 210)

O ING Bank depende da infraestrutura de TI para a continuidade dos seus processos empresariais. Nos últimos anos, foram feitos investimentos na melhoria dos sistemas e processos de TI. Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, testámos as TI - segurança, alteração e aplicação de controlos adotados nos processos chave do ING Bank. Além disso, avaliámos o impacto das alterações durante o ano em iniciativas de reestruturação interna contínua ou em fatores externos, como desenvolvimentos regulamentares.

Avaliámos a fiabilidade e continuidade do processamento de dados eletrónicos apenas na medida necessária do âmbito de auditoria das contas anuais. O nosso trabalho consistia na avaliação dos desenvolvimentos nas infraestruturas de TI e na análise do impacto na organização das TI.

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Conselho de Supervisão para as contas anuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação justa destas contas anuais em conformidade com o IFRS-EU e com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês e pela preparação do Relatório do Conselho de Administração em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês. Além disso, o Conselho de Administração é responsável por este controlo interno, uma vez que determina se é necessário permitir a preparação das contas anuais que estão livres de declarações erradas materiais, devido a fraude ou erro.

Relatório de Auditoria Independente - continuação

Como parte da preparação das contas anuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do ING Bank em continuar as suas atividades. Com base nos quadros de participação financeira mencionados, o Conselho de Administração deve preparar as contas anuais usando a base de contabilidade de empresa em atividade, a não ser que o conselho pretenda liquidar o ING Bank ou cessar as operações, ou se não tiver uma alternativa realistas para tal. O Conselho deve divulgar os eventos e circunstâncias que podem provocar dúvidas significativas na capacidade de o ING Bank continuar uma empresa em atividade nas contas anuais.

O Conselho de Supervisão é responsável por supervisionar o processo de participação financeira da empresa.

As nossas responsabilidades para a auditoria das contas anuais

A nossa responsabilidade é planejar e efetuar a tarefa de auditoria de modo a obter provas de auditoria suficientes e adequadas para a nossa opinião. A nossa auditoria foi efetuada com um nível elevado, mas não absoluto, de garantia, o que significa que podemos não ter detetado todos os erros e fraudes.

As declarações erradas podem ocorrer por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, se esperar razoavelmente que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas declarações financeiras. A materialidade afeta a natureza, tempo e dimensão dos nossos procedimentos de auditoria e a avaliação do efeito de declarações erradas identificadas na nossa opinião.

Exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional durante a auditoria, em conformidade com as Normas Holandesas sobre Auditorias, requisitos éticos e requisitos de independência. A nossa auditoria incluiu, por exemplo:

- Identificar e avaliar os riscos de declarações erradas materiais das contas anuais, devido a fraude ou erro, concebendo e efetuando procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtendo provas de auditoria suficientes e adequadas para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma declaração errada material resultado de fraude é superior do que uma que seja resultado de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou cancelamento do controlo interno.
- Obter um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria de modo a elaborar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não para efeito de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do ING Bank.
- Avaliar a adequação das políticas de contabilidade utilizadas e a precisão das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pela gestão.
- Retirar conclusões sobre a adequação do uso da base contabilísticas de empresa em atividade por parte da gestão e com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que podem criar dúvidas significativas quanto à capacidade de o ING Bank continuar a ser uma empresa em atividade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, temos de chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as divulgações relacionadas nas contas anuais ou, se tais divulgações forem inadequadas, alterar a nossa opinião. As nossas conclusões têm por base provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório de auditoria. Contudo, os eventos e condições futuros podem levar o ING Bank a deixar de ser uma empresa em atividade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo gerais das contas anuais, incluindo as divulgações; e
- Avaliar se as contas anuais representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com o Conselho de Supervisão no que se refere, entre outros assuntos, ao âmbito e horário planeados da auditoria e a resultados significativos da mesma, incluindo resultados significativos referentes ao controlo interno que sejam identificados durante a nossa auditoria.

Disponibilizamos ao Conselho de Supervisão uma declaração em como cumprimos os requisitos éticos relevantes referentes à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras questões que poderão ser consideradas razoavelmente nocivas para a nossa independência e, quando aplicável, as salvaguardas correspondentes.

A partir dos assuntos comunicados com o Conselho de Supervisão, determinamos os assuntos mais significativos na auditoria das contas anuais para o período atual e, assim, os assuntos de auditoria chave. Descrevemos estes assuntos no nosso relatório de auditoria, salvo se a lei ou regulamentos excluam a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias muito raras, não comunicar o assunto é do interesse público.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Relatório do Conselho de Administração e outra informação

Segundo os requisitos legais da Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês (relativamente à nossa obrigação de participar o Relatório do

Conselho de Administração e outra informação):

- Não temos anomalias a reportar como resultado da nossa avaliação sobre se o Relatório do Conselho de Administração, na medida em que conseguimos analisar, foi elaborado em conformidade com a Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês e se a informação exigida pela Parte 9 do Livro 2 do Código Civil Holandês foi anexada.
- Reportamos que o Relatório do Conselho de Administração, na medida que pudemos avaliar, está em conformidade com as contas anuais.

Empenho

Fomos nomeados auditores para a auditoria das contas anuais de 2015 do ING Bank na reunião anual feita a 12 de maio de 2014 e somos um auditor externo há muito tempo. A rotação mais recente do auditor externo que assina a auditoria das contas anuais do ING Bank ocorreu em 2012. A rotação do auditor externo que assina é uma das nossas salvaguardas para manter a independência do nosso auditor.

Amsterdão, 29 de fevereiro de 2016

Ernst & Young Accountants LLP

M.A. van Loo

Proposta de aplicação de resultados

O resultado é aplicado em conformidade com o Artigo 24 dos Artigos de Associação do ING Bank N.V, estipulações relevantes que definem que o resultado devem ser aplicado primeiro à Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente, Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN, ou cobrado às reservas em proporção ao rácio entre a Reserva do Stichting Regio Bank, respetivamente, Reserva do Stichting Vakbondsspaarbank SPN e o capital próprio da empresa no final do exercício relevante e que o restante deve estar à disposição da Assembleia Geral.

Para 2015, propomos que o resultado, quando à disposição da Assembleia Geral, seja aplicado da forma seguinte. Os dividendos serão iguais aos dividendos intercalares já pagos e o restante do resultado será colocado nas Outras Reservas para que os dividendos finais sejam pagos.

Proposta de aplicação de resultados

Resultado líquido	4 528
Adição das reservas segundo o Artigo 24 dos Artigos de Associação	131
Proposta de adição a Outras reservas segundo o Artigo 24 dos Artigos de Associação	4 659

Informação Adicional do Pilar III

Introdução

Base de divulgação

A informação neste relatório refere-se ao ING Bank N.V e todas as suas filiais (doravante ING Bank) no seu papel enquanto filial significativa do Grupo ING. Não existem diferenças entre o âmbito de consolidação para efeitos prudenciais comparando com o âmbito contabilístico de consolidação conforme relatado nas contas anuais na Nota 46 «Principais filiais».

Garantia/validade

A informação nesta secção não foi auditada pelos auditores externos do Grupo ING. Contudo, as divulgações do Pilar III estão sujeitas às avaliações de controlo interno e aos mecanismos de validação do ING Bank, para proporcionar garantias razoáveis sobre a informação divulgada neste relatório, assim como relativamente à conformidade com as leis e regulamentos.

A Comissão de Divulgação (CD), responsável por todas as divulgações do ING Bank, considera o conteúdo e precisão antes de participar as suas conclusões à Comissão de Auditoria (CA) que proporciona a revisão e aprovação finais. Este processo garante que o Conselho de Administração e o Conselho de Supervisão têm oportunidade suficiente para rever e desafiar as declarações financeiras do Banco, assim como outras divulgações significativas antes de serem tornadas públicas. Além disso, se não forem publicados materiais no relatório anual, por exemplo, num relatório individual ou enquanto uma secção num site, o conselho (o Diretor-geral ou o Responsável do departamento envolvido) deve garantir que é efetuada a verificação e validação adequadas da informação.

Quadro regulamentar

O relatório do Pilar III é preparado em conformidade com o Regulamento de Requisitos Capitais ('RFP') e com a Diretiva de Requisitos Capitais IV ('DFP IV') conforme exigido pela autoridade supervisora. O objetivo deste relatório é cumprir os requisitos de divulgação regulamentar em conformidade com a Parte Oito da RFP, especialmente os artigos 431 a 455 que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014.

Algumas das informações necessárias já foram fornecidas noutra parte no Relatório Anual, ex. na secção de Gestão do Risco e/ou no parágrafo de Gestão de Capital. Para os requisitos de divulgação da RFP/DFP IV será publicado um guia de referência DFP IV para orientar os leitores nas divulgações diferentes no site empresarial ing.com. <http://www.ing.com/About-us/Annual-Reporting-Suite.htm>

O relatório «informação adicional do Pilar III» do ING Bank contém os requisitos de Capital Regulamentar, o Risco de crédito, incluindo as disposições das titularizações e Outros Ativos que Não sejam de Obrigação de Crédito (OANOC), o Risco de Mercado e o Risco de Liquidez. Os requisitos regulamentares fornecidos na primeira secção do relatório para risco de crédito, risco de mercado e risco operacional estão sobretudo relacionados com o primeiro pilar, o requisito de capital mínimo. O segundo pilar refere-se ao Capital Económico (CE) e aos modelos subjacentes utilizados a nível interno pelos bancos e revistos pelos supervisores. O Capital Económico e, consequentemente, o Pilar II, é divulgado detalhadamente na secção de Gestão do Risco. Irá encontrar também no relatório informação adicional sobre as exposições regulamentares e os ativos com ponderação do risco que não se encontram na secção de gestão do risco. Como tal, o texto desta secção do Pilar III deve ser lido juntamente com as declarações prestadas na secção de Gestão do Risco e na de Gestão de Capital das contas anuais, onde se encontra uma discussão abrangente sobre a Gestão do Risco e a Gestão de Capital.

O relatório do Pilar III é publicado anualmente como parte do Relatório Anual do ING Bank. Contudo, alguns requisitos de capital definidos no Artigo 438 e a informação sobre exposição do risco ou outros itens suscetíveis a alterações rápidas são divulgados trimestralmente.

Capital regulamentar

Regras de Adequação de Capital – RFP/DFP IV

As regras para o Capital regulamentar e Adequação do capital baseiam-se nas diretrizes desenvolvidas pelo Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária (o Comitê de Basileia) e os Regulamentos e Diretrizes da União Europeia, conforme implementado pelo Dutch Central Bank para efeitos de supervisão.

As regras expressam as opiniões dos reguladores e legisladores sobre quanto capital um banco e outras instituições de crédito reguladas devem reter relativamente à dimensão e tipo de tomada de risco expressos sob a forma de ativos com ponderação do risco. A parte mais importante da base do capital é o capital próprio dos acionistas. Além do capital próprio, a instituição pode emitir determinados passivos como instrumentos híbridos a incluir na base do capital. O requisito mínimo legal estipula que a base do capital deve corresponder a, pelo menos, 8 % dos Ativos com Ponderação do Risco (APR).

Em 2010, o acordo de Basileia III foi adotada e, consequentemente, foi convertido em regulamento pela UE nos Requisitos de Fundos Próprios

(RFP) e na Diretiva sobre os Fundos Próprios IV (DFP IV). Os RFP são vinculativos a todos os estados membros da UE e entraram em vigor a 1 de janeiro de

2014. Para mais informações, consulte o capítulo «Ambiente regulamentar» no parágrafo de Gestão do Risco.

Requisitos de capital regulamentar do ING Bank

	2015		2014	
	Cap. Regul.	Ativos pond.	Cap. Regul.	Ativos pond.
Risco de crédito				
Carteiras sujeitas à abordagem padronizada	1 820	22 752	1 562	19 522
Carteiras sujeitas à abordagem BCIA				
Soberanos	477	5 957	482	6 025
Instituições	1 545	19 314	1 987	24 835
Empresas	9 358	116 970	8 135	101 689
Hipotecas Residenciais	3 422	42 776	3 939	49 233
Outro retalho	1 356	16 949	1 347	16 838
Carteiras totais sujeitas à abordagem BCIA	16 157	201 967	15 890	198 620
Ajuste do Valor de Crédito	400	5 005	513	6 412
Exposições de titularizações	152	1 904	168	2 101
Carteiras de capital próprio no livro bancário na abordagem simples de ponderação do risco	1 027	12 839	768	9 599
Outros Ativos que Não sejam de Obrigação de Crédito	1 677	20 964	1 248	15 594
Risco de Crédito Total	21 234	265 430	20 148	251 848
Riscos de mercado				
Abordagem padronizada	106	1 328	113	1 412
Abordagem de modelos internos - livro comercial	665	8 307	745	9 311
Risco de mercado total	771	9 635	858	10 723
Risco operacional				
Abordagem de medição avançada	3 451	43 137	2 700	33 749
Capital regulamentar total	25 456	318 202	23 706	296 319
Limite mínimo Basileia I¹	29 271	365 891	27 501	343 767

1 O limite mínimo é de 80 % do Capital Regulamentar exigido por Basileia I.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

O aumento no capital regulamentar obrigatório da RFP/DFP IV foi sobretudo causado pelo aumento do impacto dos dados de perda externa e uma recalibragem do modelo para melhorar a precisão da zona extrema do Risco operacional e um aumento no Risco de crédito onde o crescimento do volume e o investimento no capital próprio foram parcialmente compensados pela redução no CVA. Os OANOC representam os ativos de carácter sem obrigação que não são incluídos nos cálculos PA ou BCIA. A partir de 31 de dezembro 2015, o requisito de capital para OANOC foi de 1 677 milhões de euros. A RFP/DFP IV obriga os Bancos a deter fundos próprios de, pelo menos, 80 % do antigo requisito de Basileia I, que era 8 % dos APR conforme calculado com a metodologia Basileia I. Este requisito continua, pelo menos, até ao final de 2017.

Declaração de fluxos de capital regulamentar do ING

	RFP/DFP IV faseado	2015 RFP/DFP IV máximo
Capital próprio comum de nível 1		
Valor de abertura	33 256	33 668
Lucros incluídos no capital CET1	2 459	2 459
Risco de crédito próprio dos filtros prudenciais do ajuste	-135	-129
Alterações no Goodwill e intangíveis	-296	88
Alterações nas reservas de reavaliação	1 689	317
Alterações em juros de terceiros	40	40
Alterações nas deduções de investimentos significativos em Instituições Financeiras	17	41
Outros	-277	350
Valor de encerramento	36 753	36 834
Capital adicional de Nível 1		
Valor de abertura	3 844	5 727
Alteração nos instrumentos AT 1	1 521	1 521
Ajustes faseados da RFP/DFP IV (excl. investimentos significativos em FI)	569	
Alterações nas deduções de investimentos significativos em Instituições Financeiras	34	
Valor de encerramento	5 968	7 249
Capital de nível 2		
Valor de abertura	8 915	9 474
Alteração nos instrumentos T 2	-801	-801
Ajustes faseados da RFP/DFP IV (excl. investimentos significativos em FI)	184	
Alterações nas deduções de investimentos significativos em Instituições Financeiras	34	
Alterações em participações minoritárias	-1	-1
Valor de encerramento	8 331	8 671
Capital regulamentar total	51 052	52 754

Avaliação da adequação do capital

A partir de 1 de janeiro de 2014, as regras capitais da RFP/DFP IV entraram em vigor. Segundo as regras de adequação do capital do RFP/DFP IV, o rácio de capital próprio comum de nível 1 mínimo tem de ser de 4,5 %, o requisito mínimo de nível 1 de 6 % e o rácio do capital total (conhecido como o rácio BIS) de 8 % para todos os ativos com ponderação do risco.

A tabela de posições de capital reflete os fundos próprios segundo as regras da RFP/DFP IV. Uma vez que a DFP IV será gradualmente faseada até 2019, a tabela ilustra as posições de DFP IV segundo as regras para 2019 e as de 2015. Isto esclarece que itens têm um faseamento direto e que itens têm um faseamento gradual.

O capital do ING Bank é composto por capital de Nível 1 e capital de Nível 2 líquido depois das deduções. O capital de nível 1 é composto pelo Capital próprio comum de nível 1 e outro capital de Nível 1, também referido como capital híbrido. O capital de nível 2 é composto sobretudo por empréstimos subordinados.

O ING Bank continua a manter níveis de capital fortes e de elevada qualidade com um rácio de Capital próprio comum de nível 1 de 11,55 % no final de 2015. Esta percentagem é calculada com base na implementação imediata e total e sem ter em conta o possível impacto das ações de gestão futuras.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Posição de capital do						
	2015			2014		
	Reg. 2015	reg. 2016	reg. 2019	reg. 2014	reg. 2015	reg. 2014
	(RFP/DFIV) faseado	(RFP/DFIV) faseado	(RFP/DFIV) máximo	(RFP/DFIV) faseado	(RFP/DFIV) faseado	(RFP/DFIV) máximo
Capitais próprios de acionistas	40 857	40 857	40 857	38 064	38 064	38 064
Ajustes regulamentares						
Interesses minoritários, contabilizados como capital próprio comum de	305	305	305	265	265	265
Goodwill e intangíveis deduzíveis do Nível 1	-627	-940	-1 567	-331	-662	-1 655
Falha na disposição ²	-454	-681	-1 135	-263	-525	-1 313
Títulos de dívida da reserva de reavaliação	-758	-505		-1,597	-958	
Títulos de capital próprio da reserva de reavaliação	-1 580	-1 053		-2 018	-1 211	
Imobiliário da reserva de reavaliação	-196	-130		-291	-175	
Reavaliação da reserva de cobertura do fluxo de caixa	-675	-675	-675	-875	-875	-875
Posição nas participações próprias	-18	-18	-18	-46	-46	-46
Ajuste de avaliação prudente	-44	-44	-44	-35	-35	-35
Investimentos >10 % FI, que excedam o limite de 10 %				-17	-5	-41
Filtros prudenciais:						
Risco de crédito próprio	89	89	89	212	212	212
Remensuração do benefício definido (IAS19R)	244	183		370	296	
Ativos de fundos de pensão de benefícios líquidos definidos	-257	-386	-643	-118	-236	-589
Ativos por impostos diferidos	-113	-169	-282	-54	-108	-271
Ajustes do risco de crédito próprio em derivados (DVA)	-21	-32	-53	-9	-19	-47
Outros				-1	-1	-1
Capital disponível - Capital próprio comum de Nível 1	36 753	36 801	36 834	33 256	33 981	33 668
Empréstimos subordinados qualificados como capital de nível 1 ³	7 248	7 248	7 248	5 727	5 727	5 727
Dedução de goodwill e outros intangíveis ¹	-940	-627		-1 324	-993	
Falha na disposição ²	-340	-227		-525	-394	
Investimentos >10 % FI, que excedam o limite de 10 %				-34	-4	
Interesses minoritários, contabilizados como capital adicional de Nível 1						
Capital disponível - Nível 1	42 721	43 195	44 083	37 100	38 317	39 395
Capital complementar - Nível 2 ³	8 570	8 570	8 570	9 371	9 371	9 371
Falha na disposição ²	-340	-227		-525	-394	
Disposição excessiva de IRB						
Investimentos >10 % FI, que excedam o limite de 10 %				-34	-4	
Interesses minoritários, contabilizados como capital de Nível 2	102	102	102	103	103	103
Fundos disponíveis de Nível 3				0	0	0
Capital BIS	51 052	51 640	52 754	46 015	47 394	48 869
Ativos com ponderação do risco	318 202	318 202	318 202	296 319	296 497	296 427
Rácio de Capital Próprio comum de Nível 1	11,55 %	11,57 %	11,58 %	11,22 %	11,46 %	11,36 %
Rácio de nível 1	13,43 %	13,57 %	13,85 %	12,52 %	12,92 %	13,29 %
Rácio de capital total	16,04 %	16,23 %	16,58 %	15,53 %	15,98 %	16,49 %
APR baseados em 80 % do limite mínimo de Basileia I	365 891	365 891	365 891	343 767	343 767	343 767
Rácio de capital total com base no limite inferior de Basileia I	13,95 %	14,11 %	14,42 %	13,39 %	13,79 %	14,22 %

1 Intangíveis: sobretudo software capitalizado

2 Em RFP/DFP IV, a falha da disposição é deduzida na totalidade do Capital próprio comum de Nível 1. Durante o período de faseamento (até 2017), a parte da falha que não foi deduzida do Capital CET 1 é subtraída 50 %/50 % do Capital adicional de Nível 1 e Nível 2.

3 Presumindo que o capital de Nível 1 e Nível 2 não elegível na RFP/DFP IV será substituído por equivalentes elegíveis nas mesmas antes de deixarem de cumprir as condições já existentes da RFP/DFP IV.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Fundos próprios

O RFP exige que o ING Bank divulgue informação sobre os fundos próprios num formato específico que foi fornecido nas Normas Técnicas de

Implementação da EBA. Os Anexos I, II e III dos modelos da EBA são divulgados no site da empresa, ing.com.

Rácio de alavancagem

O Rácio de alavancagem é uma medida da RFP/DFP IV que indica o nível do Capital de Nível 1 comparando com a exposição total. O seu objetivo é avaliar o risco de alavancagem excessiva da instituição. Em linha com os requisitos regulamentares, o ING Bank irá utilizar os modelos EBA específicos

como base para a apresentação do seu Rácio de alavancagem. Os modelos da EBA refletem o Rácio de alavancagem conforme calculado ao abrigo do Ato Delegado do Rácio de alavancagem que foi apresentado em outubro de 2014. As Normas Técnicas de Implementação do Esboço Final (NTIE) do rácio de alavancagem ainda não foram aprovadas pela Comissão Europeia (nem publicadas no Jornal Oficial da UE), que poderá resultar em ajustes após o esclarecimento de determinadas regras. O pró-forma máximo no rácio de alavancagem do ING Bank com base no Ato Delegado e no conjunto de caixa nocional ascende a 4,1 % a 31 de dezembro de 2015.

O rácio de alavancagem máximo do ING Bank que utiliza o balanço financeiro IFRS-EU publicado, no qual as atividades do conjunto de caixa nocional são liquidadas, mais os compromissos fora do balanço financeiro ascende a 4,5 % a 31 de dezembro de 2015.

Reconciliação do resumo dos ativos contabilísticos e das exposições do rácio de alavancagem

	(RFP/DFIV) Faseado	(RFP/DFIV) Máximo
	Mont. Apli.	Mont. Apli.
1 Ativos totais conforme publicado nas declarações financeiras	838 528	838 528
2 Ajuste para entidades consolidadas para efeitos contabilísticos, mas fora do âmbito de consolidação regulamentar.		
3 (Ajuste para ativos fiduciários reconhecidos no balanço financeiro em conformidade com o quadro contabilístico aplicável, mas excluídos da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o Artigo 429(13) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 «RFP»)		
4 Ajustes para instrumentos financeiros derivados ¹	6	6
5 Ajustes para transações de financiamento de títulos (TFT)	15 786	15 786
6 Ajuste para itens fora do balanço financeiro (isto é, conversão para valores de crédito equivalentes de exposições fora do balanço financeiro)	68 657	68 657
EU-6a (Ajuste para exposições intragrupo excluídas da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o		
EU-6b (Ajuste para exposições intragrupo excluídas da medida de exposição do rácio de alavancagem em conformidade com o Artigo 429 (14) do Regulamento (UE) N.º 575/2013)		
7 Outros ajustes ¹	146 708	148 102
8 Exposição do rácio de alavancagem total	1 069 686	1 071 079

1 O ajuste para Valores a receber para a margem de variação de caixa fornecidos nas transações derivadas foram incluídos na linha Outros ajustes.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Divulgação comum do rácio de			2015 RFP/DFP IV faseado	2015 RFP/DFP IV máximo
		Exp do rácio alavancagem RFP		
Exposições no balanço financeiro (excluindo derivados e TFT)				
1	Itens no balanço financeiro (excluindo derivados, TFT e ativos fiduciários, incluindo caução)		895 069	895 069
2	(Valores de ativos deduzidos no capital determinante de Nível 1)		-5 757	-4 364
3	Exposições totais no balanço financeiro (excluindo derivados, TFT e ativos fiduciários) (soma das		889 312	890 705
Exposições derivadas				
4	Custo de substituição associado a todas as transações de derivados (isto é, líquido da margem de variação de		13 439	13 439
5	Valores suplementares para PEF associada a todas as transações derivadas (método de <i>mark-to-market</i>)		25 590	25 590
EU-5a	Exposição determinada no Método de Exposição Original			
6	Determinação do valor bruto para caução de derivados fornecida quando deduzido dos ativos do balanço financeiro segundo o quadro contabilístico aplicável			
7	(Deduções de ativos a receber para margem de variação de caixa fornecida nas transações derivadas)		-11 800	-11 800
8	(Compensação CCP isenta de exposições comerciais apuradas pelo cliente)		-156	-156
9	Valor nocional efetivo ajustado de derivados de crédito incluídos		15 606	15 606
10	(Compensações e deduções suplementares nocionais efetivas ajustadas para derivados de crédito incluídos)		-12 245	-12 245
11	Exposições derivadas totais (soma das linhas de 4 a 10)		30 433	30 433
Exposições de transações de financiamento de títulos				
12	Ativos TFT brutos (sem reconhecimento da liquidez) depois de ajustar para transações de contabilidade de		88 067	88 067
13	(Valores líquidos de caixa a pagar e caixa a receber de ativos brutos TFT)		-22 569	-22 569
14	Exposição do risco de crédito de contrapartes para ativos de TFT		15 786	15 786
EU-14a	Derrogação para TFT: Exposição do risco de crédito de contraparte em conformidade com o Artigo 429b (4) e 222 do			
15	Exposições de transações com agentes			
EU-15a	(Compensação CCP isenta de exposições TFT apuradas pelo cliente)			
16	Exposições de transações de financiamento de títulos totais (soma das linhas de 12 a 15a)		81 283	81 283
Outras exposições fora do balanço financeiro				
17	Exposições fora do balanço financeiro com valor nocional bruto		210 420	210 420
18	(Ajustes para conversão para valores de crédito equivalentes)		-141 762	-141 762
19	Outras exposições fora do balanço financeiro (soma das linhas de 17 a 15a)		68 657	68 657
Exposições isentas em conformidade com a RFP, Artigo 429 (7) e (14) (no e fora do balanço financeiro)				
EU-19a	[Isenção de exposições intragrupo (base individual) em conformidade com o Artigo 429(7) do Regulamento (UE) N.º 575/2013]			
EU-19b	(Exposições isentas em conformidade com o Artigo 429 (14) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (no e fora do balanço financeiro))			
Exposições de capital e totais				
20	Capital de nível 1 ²		42 721	44 083
21	Exposições de rácio de alavancagem total (soma das linhas 3, 11, 16, 19, EU-19a e EU-19b)		1 069 686	1 071 079
Rácio de alavancagem				
22	Rácio de alavancagem		4,0 %	4,1 %
Escolha de disposições transicionais e valor de itens fiduciários não reconhecidos				
EU-23	Escolha de disposições transicionais para a definição da medida de capital		Transicional	Máximo faseado
EU-24	Valor de itens fiduciários não reconhecidos em conformidade com o Artigo 429(11) do Regulamento (UE) N.º			

2 De salientar que o Capital de Nível 1 inclui híbridos já existentes num valor de 3 718 milhões de euros

Divulgação de itens qualitativos		
1	Descrição dos processos usados para gerir o risco de alavancagem excessiva	O ING segue o rácio de alavancagem mensalmente e tem-no em conta ao tomar determinadas decisões sobre emissão de títulos e/ou
2	Descrição dos fatores que tiveram um impacto no rácio de alavancagem durante o período a que o rácio de alavancagem divulgado se refere	O rácio de alavancagem melhorou, já que o capital de Nível 1 máximo do ING Bank aumentou 12 % (15 % numa base faseada), enquanto a

Risco de crédito

Base e âmbito da apresentação do risco de crédito

Na secção do risco de crédito do Pilar III, os dados incluídos nas tabelas estão relacionados com as atividades de risco de crédito centrais do ING Bank nas áreas de: Empréstimos (no e fora do balanço financeiro); Financiamento de Títulos, Derivados (coletivamente Risco de Crédito de Contrapartes); atividades do Mercado Monetário e Riscos de Investimentos. O Risco de Capital próprio no livro bancário é excluído e abrangido na secção de Riscos de mercado das Contas Anuais.

Os valores apresentados nesta secção estão relacionados com os valores usados para efeitos de Gestão do Risco de Crédito, que segue a interpretação do ING Bank quanto às definições indicadas no RFP/DFP IV. Assim, os números podem ser diferentes dos números contabilísticos indicados nas contas anuais do IFRS-EU. Um exemplo é o tratamento dos itens OANOC - enquanto os números contabilísticos incluem OANOC, ficam excluídos da secção do risco de crédito do Pilar III.

Salvo indicação em contrário, as tabelas incluídas nesta secção focam-se na medição do Exposição Regulamentar em Incumprimento (ERI) e os Ativos com Ponderação do Risco (API) ao abrigo das definições da RFP/DFP IV. A ERI costuma ser a soma dos valores no balanço com os que estão fora do balanço. Atividades de Empréstimo, Investimento, Mercado Monetário e Contraparte mais uma parte estimada de facilidades de crédito não utilizadas alargadas ao devedor. Os valores associados a atividades de Investimento e Empréstimo têm por base os valores originais investidos menos os reembolsos. Multiplicar o APR por 8 % resultará no nível de Capital regulamentar (CR) para estas carteiras (para a parte das atividades do Risco de crédito).

Os números para Derivados e Financiamento de Títulos têm por base o método de exposição atual, que costuma ser igual ao valor de mark-to-market das transações subjacentes mais um «suplemento» (definido na regulamentação) que representa a potencial exposição futura prevista. Os valores são depois alterados por um ajuste relacionado com os valores da caução subjacente (de mercado) (depois de ser aplicado um corte) e todas as liquidações ou compensações legais que poderão ser permitidas em vários acordos principais, como da Associação Internacional de Swaps e Derivados [contratos principais da ISDA e dos Anexos de Apoio ao Crédito (AAC)].

As exposições fora do balanço financeiro incluem cartas de crédito e garantias, associados à categoria do Risco de Empréstimo. Além disso, as exposições fora do balanço financeiro incluem uma parte dos limites não usados, associados com a parte não usada do limite entre o momento da medição e o momento teórico do incumprimento estatístico. Em conjunto, estes valores são chamados de «Atrasos no Risco de crédito».

As exposições associadas a Titularizações (Financiamento Apoiado por Ativos, Títulos Apoiados por Hipotecas Comerciais / Residenciais) são ilustradas em separado. Estes valores também estão relacionados com o valor investido antes de qualquer atividade de imparidade ou ajustes *mark-to-market*. Estes valores são também considerados «Atrasos no Risco de crédito».

Abordagens aplicadas

A 1 de janeiro de 2008, o ING Bank adota a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) para a maioria das suas carteiras significativas que contêm risco de crédito em conformidade com as aprovações concedidas pelo BCE (Banco Central Europeu) e vários reguladores locais, conforme necessário. Contudo, continua a haver uma pequena parte da carteira sujeita à Abordagem Padronizada (AP). A maioria das carteiras de AP no ING Bank estão relacionadas com filiais onde o regulador nacional não tem um quadro ou requisito de BCIA robusto. Dependendo do ambiente regulamentar, o ING irá continuar a explorar oportunidades para transitar carteiras adicionais de AP para BCIA. O ING Bank não tem quaisquer carteiras que usem a Abordagem Baseada em Avaliações Internas (BAI). As abordagens AP e BCIA estão explicadas em mais detalhe na secção de Medição do risco de crédito do parágrafo de Gestão do risco. Uma análise das carteiras BCIA e AP com as suas tabelas de acompanhamento é fornecida nas secções da Abordagem AP e BCIA do Pilar III.

A RFP/DFP IV introduziu um custo de capital regulamentar adicional para aumentos materiais no ajuste de avaliação do risco (AAR), preço de mercado do risco de crédito de contraparte dos derivativos. Em especial, à medida que os spreads de crédito das contrapartes do ING Bank aumentam, o AAR irá aumentar também e o ING Bank irá incorrer numa perda. O ING Bank segue uma abordagem padronizada para o cálculo do custo de capital de modo a cobrir o Risco de AAR (Capital AAR) em conformidade com a RFP/DFP IV. O âmbito dos produtos e contrapartes a que o custo de Capital AAR se aplica também segue estes regulamentos.

O ING Bank utiliza a BCIA e a Abordagem de Avaliação Interna (AAI) para as linhas de liquidez fornecidas em programas de Papel Comercial Garantido por Ativos e isto está explicado mais detalhadamente na secção de titularização.

Análise da Migração dos Ativos com Ponderação do Risco

A tabela abaixo explica as alterações no APR de Crédito durante o período de participação e proporciona informação adicional ao ligar o impacto das alterações na composição da carteira, as alterações de modelos e as mudanças no ambiente de risco do APR de Crédito. A tabela reconcilia os movimentos no APR de Crédito para o período de cada tipo de risco de APR de Crédito do ING Bank para a carteira AP e BCIA incluindo as titularizações.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Declaração de fluxo para APR de Crédito

em mil milhões de euros	2015	2014
Valor de abertura	226,7	222,2
Tamanho do livro ¹	7,6	5,9
Desinvestimentos/Desconsolidações	-1,5	-7,0
Qualidade do livro ²	-8,4	0,8
Atualizações de modelos ³	5,6	-2,2
Metodologia e política ⁴	-2,8	-3,2
Movimentos em moeda estrangeira	5,5	5,1
Outros	0,3	-1,6
Movimento APR de Crédito Total excluindo o APR de AAR	6,3	-2,1
Movimento APR de AAR	-1,4	6,6
Movimento APR de Crédito Total	4,9	4,5
Valor de fecho	231,6	226,7

Excluindo capital próprio e OANOC.

1 Tamanho do livro: alterações orgânicas no tamanho e composição do livro (incluindo novos empréstimos empresariais e a vencer).

2 Qualidade do livro: alterações na qualidade do livro causadas por experiências, como comportamentos de clientes subjacentes ou demografia, incluindo alterações à qualidade do crédito das carteiras.

3 Atualizações do modelo: implementação do modelo, alteração no âmbito do modelo ou qualquer alteração para abordar os maus funcionamentos do modelo, incluindo através de calibrações / realinhamentos de modelos.

4 Metodologia e política: alterações da metodologia para os cálculos fomentados por alterações internas nas alterações regulamentares e de políticas.

Principais alterações

Em 2015, o APR de Crédito aumentou 4,9 mil milhões de euros para 231,6 mil milhões de euros no final do exercício, incluindo um declínio no APR de AAR de 1,4 mil milhões de euros.

- Tamanho do livro:** O crescimento da carteira, excluindo desinvestimentos/desconsolidações e as flutuações FX, levou a um APR superior em 7,6 mil milhões de euros, maioritariamente causado pelas carteiras da Banca Grossista e dos Mercados Desafiadores e em Crescimento. Foi observado um crescimento na carteira das Empresas e Financiamento Estruturado, assim como nas carteiras hipotecárias na Bélgica e no DiBa na Alemanha. Na Austrália, a carteira hipotecária de marca branca foi vendida no 2T, diminuindo a carteira. Isto foi compensando parcialmente pelo crescimento da marca própria na segunda metade do exercício de 2015. O crescimento foi parcialmente compensado pela redução em volume presenciada na carteira de hipotecas holandesas.
- Desinvestimentos/Desconsolidações:** Depois da desconsolidação do Grupo NN, a garantia interna para o financiamento do NN Bank foi lançada, reduzindo o APR em 0,9 mil milhões de euros. Além disso, a transferência das hipotecas residenciais do WestlandUtrecht para o NN Bank, como parte da estratégia geral do WestlandUtrecht, continuou em 2015, reduzindo ainda mais o APR em 0,6 mil milhões de euros.
- Qualidade do livro:** Como resultado das economias em crescimento, na maioria dos países chave de retalho, a qualidade do livro melhorou durante o ano, reduzindo o APR geral em 8,4 mil milhões de euros. Especialmente a carteira de hipotecas holandesa, onde as condições económicas melhoradas, especialmente relativamente aos preços das casas e ao emprego na Holanda, com uma gestão de atrasos mais eficiente, levou a uma redução do APR significativa de 3,2 mil milhões de euros. Além disso, o livro do Imobiliário demonstrou sinais de melhoria que aumentaram a taxa de resolução da carteira e custos de risco reduzidos. A redução do APR restante é visível através da carteira como resultado da reestruturação e da melhoria das classificações dos clientes. Contudo, a deterioração das condições na Rússia e Ucrânia levou a uma redução da classificação do ING nestes países e a um aumento no livro de empréstimos de risco, aumentando o APR em mais de 2,0 mil milhões de euros.
- Atualizações de modelos:** baseadas em diretrizes regulamentares, foram efetuadas no final do ano e aumentaram o APR em 5,6 mil milhões de euros. A atualização do modelo de PDI de Financiamento Alavancado foi o principal contribuinte para o aumento do APR em 4,2 mil milhões de euros. A atualização do modelo de PDI de Financiamento de Propriedade Comercial aumentou o APR em 1,1 mil milhões de euros.
- Metodologia e política:** Os principais fomentadores para a redução de 2,8 mil milhões de euros foram a atualização do valor mínimo de PDI para hipotecas, que foi previamente determinado ao nível dos serviços, considerando que foi determinado ao nível da carteira e a atualização periódica do fator c regulamentar (relacionado com o capital hipotético da PCC), implementado para calcular o capital para a Contribuição do Financiamento em Incumprimento detido pelo ING Bank em câmaras de compensação centrais.
- Movimentos em moeda estrangeira** O impacto dos movimentos FX foi significativo. As flutuações de moeda levaram o APR a aumentar em 5,5 mil milhões de euros devido à valorização do Dólar dos Estados Unidos (11,34 %) em relação ao Euro, que aumentou o APR em 5,1 mil milhões de euros. A desvalorização da Lira Turca (-10,83 %) compensou parcialmente este aumento ao reduzir o APR em 0,7 mil milhões de euros.
- Outros:** O aumento restante do APR de 0,3 mil milhões de euros foi o resultado de várias pequenas alterações.
- Movimento APR de AAR:** O APR atribuível a movimentos de capital de AAR diminuiu durante 2015 1,4 mil milhões de euros para 5 mil milhões de euros. A redução deve-se às transações de Financiamento de Títulos serem excluídas do âmbito de cálculo, uma vez que os requisitos da EBA publicados recentemente para o APR de AAR para transações de Financiamento de Títulos não se aplicam à nossa carteira.

No geral, a gestão de APR tem uma prioridade muito elevada no ING Bank em todos os aspetos dos nossos negócios. Do design dos produtos aos preços, decisões de desinvestimento, a gestão do APR é extensamente monitorizada, participada e gerida a todos os níveis da organização.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Abordagem BCI Avançada e Padronizada

O ING utiliza dois métodos para calcular o Capital Regulamentar para o Risco de crédito na sua carteira: a abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA) e a Abordagem Padronizada (AP). A abordagem BCIA é permitida pelo Regulador se existirem modelos de classificação aprovados a nível regulamentar (PI, EI e PDI) adotados e se a gestão (local) compreender e utilizar estes modelos de classificação (Teste de Utilização de Basileia) nos seus processos de tomada de decisões de crédito. O ING Bank não utiliza a Abordagem Baseada em Avaliações Internas de Basileia (BAI) em qualquer uma das suas carteiras. Esta secção deve ser lida juntamente com o parágrafo de Gestão do Risco do Relatório Anual.

Classes de exposição

O Acordo de Basileia desenvolveu o conceito de «Classes de exposição». Estas são, essencialmente, conjuntos de riscos de crédito associados a um tipo de devedor ou tipo de produto comuns. Para a abordagem BCIA e Padronizada, a maioria das classes de exposição tem subcategorias.

- Os **Governos Centrais e Bancos Centrais** (doravante **Soberanos**) incluem entidades Governamentais Soberanas, Bancos Centrais, Autoridades Locais / Regionais reconhecidas pela RFP/DFP IV e entidades do Setor Público, assim como Organizações Supranacionais;
- As **Instituições** incluem todos os Bancos Comerciais e Instituições Financeiras Não Bancárias;
- As **Empresas** incluem todas as entidades legais que não são consideradas Governos, Instituições ou Retalho;
- O **Retalho** inclui as classes seguintes:
 - Retalho – Garantido por propriedade imóvel não PME** (doravante **Garantido por Hipoteca Res.**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades residenciais
 - Retalho - Garantido por propriedade imóvel PME** (incluído na maioria das tabelas em **Outro Retalho**) inclui todos os empréstimos de retalho abrangidos por propriedades comerciais.
 - Outro retalho** inclui todas as outras obrigações de crédito de retalho relacionadas com as PME de Retalho (como parcerias, empresas individuais) e particulares (como empréstimos ao consumidor, empréstimos automóveis e cartões de crédito). Nestas definições de classes de exposição, é possível um indivíduo particular ser incluído nas Hipotecas Res. e Outro Retalho.

Na tabela abaixo, as categorias de DFP para a abordagem BCIA e AP são fornecidas e mapeadas segundo as classes de exposição do ING Bank.

Classes de exposição BCIA e AP de Basileia	Classes de exposição do ING Bank
BCIA	
Governos centrais e bancos centrais	Soberanos
Instituições	Instituições
Empresas - Empréstimo especializado	Empresas
Empresas - PME	Empresas
Empresas - Outras	Empresas
Retalho – Garantido por propriedade imóvel PME	Outro retalho
Retalho – Garantido por propriedade imóvel não PME	Garantido por Hipoteca Res.
Retalho - Elegível para renovação	Não aplicável
Retalho – Outras PME	Outro retalho
Retalho – Outras não PME	Outro retalho
Titularizações	Titularizações
AP	
Governos centrais ou bancos centrais	Soberanos
Governos regionais ou autoridades locais	Soberanos
Entidades do setor público	Soberanos
Bancos de desenvolvimento multilateral	Soberanos
Organizações internacionais	Soberanos
Instituições	Instituições
Empresas	Empresas
Retalho	Outro retalho
Exposições garantidas por hipotecas em propriedade imóvel comercial	Garantidas por imobiliário comercial
Exposições garantidas por hipotecas em propriedade residencial	Garantidas por propriedade residencial
Exposições em incumprimento	Todas
Itens de elevado risco	Não aplicável
Obrigações cobertas	Não aplicável
Reivindicações a instituições e empresas com uma avaliação de crédito de	Não aplicável
Reivindicações em empreendimentos de investimento coletivo	Não aplicável
Exposições de capital próprio	Não aplicável
Outros itens	Não aplicável

A classe de exposição AP «Exposições em incumprimento» está mapeada na classe de exposição do ING onde a exposição estaria se estivesse em desempenho.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Nas tabelas abaixo é ilustrado um panorama geral da carteira do ING Bank por classe de exposição, depois da qual se encontra uma divisão por classe de exposição segmentada por fatores relevantes. A segmentação das Titularizações é fornecida no capítulo de Titularizações.

Risco de crédito por tipo de exposição e classe de exposição

A tabela abaixo ilustra o ERI total e o APR para o ING Bank pelos tipos de exposição definidos pela DFP para a carteira de AP e BCIA por classe de exposição. O AAR é participado em separado.

Abordagens de modelos por classe de exposição														
	Soberanos		Instituições		Gestão		Garantido por Res.		Outro retalho		Total 2015		Total 2014	
	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR	ERI	APR
BCIA														
abordagem:														
No balanço	103 296	5 270	48 430	10 258	181 014	86 398	271 119	42 302	28 207	14 341	632 066	158 568	601 769	157 036
Fora balanço	8 768	422	7 614	2 265	68 255	25 726	7 419	474	9 191	2 592	101 247	31 480	90 725	28 078
Financiamento de	591	3	13 308	1 408	1 842	92					15 741	1 503	15 590	2 085
Derivados	2 229	262	33 509	5 383	9 317	4 753			39	16	45 094	10 415	46 041	11 421
BCIA Total	114 884	5 957	102 861	19 314	260 429	116 970	278 538	42 776	37 436	16 949	794 148	201 967	754 125	198 620
Abordagem														
No balanço	2 866	2 302	3 750	1 015	8 123	7 178	6 901	3 125	8 819	6 204	30 460	19 824	24 891	16 833
Fora balanço			113	36	986	923	71	50	2 100	1 535	3 270	2 544	3 210	2 528
Financiamento de	39	38	5	3							45	41	5	5
Derivados			642	315	20	20			10	8	672	343	302	155
AP Total	2 905	2 340	4 510	1 370	9 130	8 122	6 972	3 175	10 930	7 747	34 448	22 752	28 408	19 522
BCIA SEC														
No balanço											6 854	1 780	6 756	1 991
Fora balanço											1 276	124	1 059	110
BCI Sec Total											8 130	1 904	7 815	2 101
Total Banco	117 789	8 297	107 372	20 683	269 558	125 091	285 510	45 951	48 366	24 696	836 726	226 623	790 348	220
AAR (carteira AP)				20								20		42
AAR (carteira BCIA)		74		4 899		13						4 985		6 369
AAR Total		74		4 919		13						5 005		6 412
Total Banco incluindo	117 789	8 370	107 372	25 602	269 558	125 104	285 510	45 951	48 366	24 696	836 726	231 628	790 348	226 655

Inclui as carteiras BCIA e PA; exclui capital próprio e OANOC.

A Contribuição para Financiamento de Incumprimento para Partes de Compensação Central está incluída na classe de exposição Instituições.

A carteira do ING Bank reduz para 90 % na abordagem BCIA e 10 % na AP em termos de APR (excl. APR de AAR). A carteira total aumentou em 2015 46,4 mil milhões de euros em ERI para 836,7 mil milhões de euros e 4,9 mil milhões de euros de APR para 231,6 mil milhões de euros. O aumento no ERI, assim como no APR, ocorreu sobretudo devido ao crescimento presenciado na carteira da Banca Grossista e dos Desafiadores e em Crescimento, mas também como resultado da valorização das grandes moedas em relação ao Euro.

O APR de Crédito (+2,9 %) da carteira não aumentou tão significativamente como o ERI (+5,9 %), fomentado por um aumento da qualidade do livro da carteira. Este é o resultado da melhoria das economias na maioria dos países chave do mercado de retalho, mas também é fomentado pelos esforços de eliminação dos riscos, especialmente na carteira do Imobiliário, que também contribuiu para o perfil do risco melhorado. Esta melhoria foi compensada pela deterioração da qualidade do crédito de algumas carteiras específicas devido ao tumulto internacional e político na Europa de Leste e no Médio Oriente, à pressão contínua dos mercados emergentes e aos efeitos negativos diretos e indiretos dos preços do petróleo e outras mercadorias continuamente baixos. Mesmo com os desequilíbrios nas economias emergentes e nos mercados financeiros, que continuaram em 2015, o perfil do risco geral do ING melhorou durante o exercício.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Divulgação do risco de crédito de Soberanos

A tabela abaixo apresenta o ERI e o APR (excl. APR de AAR), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Soberanos». Os números por geografia para cada classe de exposição baseiam-se no país de residência do devedor.

Soberanos - divulgação do risco de crédito em ERI e APR		ERI			APR		
		2015	2014	Delta %	2015	2014	Delta %
Soberanos	Total por classificação	117 789	103 137	14,2 %	8 297	7 926	5 %
	Desempenh	117 771	103 132	14,2 %	8 229	7 926	4 %
	Não	18	6	221,4 %	68	0	241,17 %
Soberanos	Geografia/unidades empresariais	117 789	103 137	14,2 %	8 297	7 926	5 %
	África	313	229	36,8 %	180	30	503 %
	América	3 490	3 254	7,2 %	18	19	-3 %
	Ásia	6 868	3 818	79,9 %	428	228	88 %
	Austrália	3 061	4 433	-31,0 %			-
	Europa	104 057	91 402	13,8 %	7 671	7 650	0%
Soberanos	Europa	104 057	91 402	13,8 %	7 671	7 650	0 %
	Holanda	25 205	15 308	64,7 %	224	379	-41 %
	Bélgica	14 691	13 775	6,6 %	147	141	4 %
	Alemanha	24 364	26 661	-8,6 %	64		-
	Resto da	39 797	35 658	11,6 %	7 236	7 129	1 %
Soberanos	Tipo de Produto	117 789	103 137	14,2 %	8 297	7 926	5 %
	Investimentos em	70 427	73 108	-3,7 %	4 373	4 558	-4 %
	Renovação	23 983	12 255	95,7 %	776	693	12 %
	Mercado	15 128	9 066	66,9 %	2 270	1 973	15 %
	Empréstimo	4 414	4 558	-3,2 %	390	348	12 %
	Derivados	2 229	2 695	-17,3 %	262	288	-9 %
	Outra	1 608	1 455	10,5 %	226	66	242 %
Soberanos	Bandas de PI	117 789	103 137	14,2 %	8 297	7 926	5 %
	< 0,05	91,754	82 105	11,8 %	283	240	18 %
	0,05 % a 0,5 %	25 532	20 584	24,0 %	7,386	7 303	1 %
	0,5 % a 5 %	276	251	10,0 %	195	46	325 %
	5 % a 10 %	63	77	-18,0 %	10	20	-51 %
	10 % a 20 %	43	111	-61,4 %	30	316	-90 %
	20 % a 50 %	103	3	2 995,3 %	325	1	34,6 %
	mais de 50 %	18	6	221,4 %	68	0	241,1 %
Soberanos	Bandas de PDI	117 789	103 137	14,2 %	8 297	7 926	5 %
	< 0,10	1 107	1 388	-20,2 %	41	50	-18 %
	10 % a 20 %	715	792	-9,7 %	42	76	-45%
	20 % a 30 %	3 436	3 086	11,4 %	15	18	-17 %
	30 % a 40 %	106 645	91 324	16,8 %	5 241	4 611	14 %
	40 % a 50 %	5 689	6 429	-11,5 %	2 443	2 847	-14 %
	50 % a 60 %		1	-100 %		2	-100 %
	mais de 60 %	197	116	69,3 %	515	324	59 %

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A carteira de soberanos aumentou 14,7 mil milhões de euros em ERI e 0,4 mil milhões de euros em APR. Uma grande parte do aumento do ERI foi resultado do aumento dos depósitos regulamentares no DNB, que inclui uma ponderação do risco de 0 % e, assim, não tem impacto no APR. O aumento dos depósitos de clientes em lenes Japoneses e, consequentemente, colocações mais elevadas no Bank of Japan estão a fomentar o crescimento das exposições de Soberanos na Ásia. Isto, combinado com a deterioração da classificação do país para o Japão, foi um fomentador importante no aumento do APR. O aumento do APR no Resto da Europa foi fomentado por depósitos regulamentares superiores no Turkish Central Bank, que inclui uma ponderação do risco relativamente elevada. Em contraste com anos anteriores, os Investimentos em Obrigações diminuiu durante o ano devido à venda de obrigações, especialmente observado na Alemanha. A deterioração visível na banda de PI de 20 a 50 % está relacionada com a descida da Ucrânia. Uma vez que o principal objetivo da exposição do crédito de soberanos é apoiar ativos líquidos de elevada qualidade, é consistente que a maioria das exposições esteja nas bandas de risco de melhor qualidade.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Divulgação do risco de crédito de Instituições

Esta tabela apresenta o ERI e o APR (excluindo APR de AAR), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Instituições».

Instituições - divulgação do risco de crédito em		ERI			APR		
		2015	2014	Delta %	2015	2014	Delta %
Instituições	Total por classificação	107 372	113 407	-5,3 %	20 683	25 743	-20 %
	Desempenh	107 018	112 683	-5,0 %	20 477	25 474	-20 %
	Não	354	724	-51,1 %	206	270	-24 %
Instituições	Geografia/unidades empresariais	107 372	113 407	-5,3 %	20 683	25 743	-20 %
	África	435	634	-31,3 %	515	653	-21 %
	América	17 701	16 562	6,9 %	3 249	3 592	-10 %
	Ásia	12 274	14 418	-14,9 %	2 878	3 950	-27 %
	Austrália	1 495	1 789	-16,5 %	216	280	-23 %
	Europa	75 467	80 003	-5,7 %	13,825	17 269	-20 %
Instituições	Europa	75 466	80 003	-5,7 %	13 827	17 269	-20 %
	Holanda	7 845	8 214	-4,5 %	1 775	2 489	-29 %
	Bélgica	8 601	8 907	-3,4 %	1 667	1 570	6 %
	Alemanha	3 259	8 737	-62,7 %	430	743	-42 %
	Resto da	55 761	54 144	3,0 %	9 955	12 467	-20 %
Instituições	Tipo de Produto	107 372	113 407	-5,3 %	20 683	25 743	-20 %
	Derivados	32 056	32 851	-2,4 %	5 372	5 873	-9 %
	Investimentos em	18 645	20 165	-7,5 %	1 623	2 112	-23 %
	Renovação	18 144	14 953	21,3 %	4 575	4 724	-3 %
	Mercado	13 113	12 637	3,8 %	1 387	1 895	-27 %
	Empréstimo	13 794	12 476	10,6 %	4 200	3 879	8 %
	Outros	11 620	20 325	-42,8 %	3 526	7 261	-51 %
Instituições	Bandas de PI	107 372	113 407	-5,3 %	20 683	25 743	-20 %
	< 0,05	17 386	19 681	-11,7 %	2 346	2 422	-3 %
	0,05 % a 0,5 %	84 313	86 446	-2,5 %	15 366	19 459	-21 %
	0,5 % a 5 %	4 987	6 236	-20,0 %	2 393	2 948	-19 %
	5 % a 10 %	91	69	32,6 %	67	99	-32 %
	10 % a 20 %	137	222	-38,2 %	262	521	-50 %
	20 % a 50 %	104	30	247,7 %	43	25	73 %
	mais de 50 %	354	724	-51,1 %	206	270	-24 %
Instituições	Bandas de PDI	107 372	113 407	-5,3 %	20 683	25 743	-20 %
	<0,10 %	26 663	28 219	-5,5 %	1 534	1 622	-5 %
	10 % a 20 %	9 584	8 179	17,2 %	1 346	1 132	19 %
	20 % a 30 %	6 012	4 400	36,6 %	1 372	1 148	19 %
	30 % a 40 %	55 942	63 204	-11,5 %	11 057	15 241	-27 %
	40 % a 50 %	276	206	34,3 %	195	170	15 %
	50 % a 60 %	5 147	5 473	-6 %	3 037	3 658	-17 %
	mais de 60 %	3 748	3 727	0,6 %	2 142	2 773	-23 %

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

A carteira de Instituições diminuiu 6,0 mil milhões de euros e, consequentemente, o ARP diminuiu 5,1 mil milhões de euros. A redução do APR foi, sobretudo, resultado de uma garantia interna lançada para o financiamento do NN Bank, da exposição e da ponderação do risco reduzidas da Contribuição do Financiamento em Incumprimento para Partes de Compensação Central e da redução da exposição dos bancos gregos e russos. A carteira de Investimentos em Obrigações reduziu como resultado do vencimento de investimentos Cedula. A valorização do Dólar dos Estados Unidos em relação ao Euro resultou num aumento do ERI e APR de, respetivamente, 3,9 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros. O aumento na reserva de PDI «mais de 60 %» foi fomentado pelo aumento na exposição a curto prazo.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Divulgação do risco de crédito de Empresas

Esta tabela apresenta o ERI e o APR (excluindo APR de AAR), segmentada por fatores relevantes para a classe de exposição «Empresas». A

Divisão por indústria desta tabela baseia-se no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte).

Empresas - divulgação do risco de crédito em ERI		ERI			APR		
		2015	2014	Delta %	2015	2014	Delta %
Empresas	Total por classificação	269 558	234 493	15,0 %	125 091	108 413	15 %
	Desempenh	261 661	225 600	16,0 %	114 457	97 801	17 %
	Imparidade/Não desempenho	7 897	8 893	-11,2 %	10 634	10 612	0 %
Empresas	Geografia/unidades empresariais	269 558	234 493	15,0 %	125 091	108 413	15 %
	África	1 654	1 675	-1,2 %	1 007	1 221	-18 %
	América	39 936	31 679	26,1 %	19 191	13 579	41 %
	Ásia	25 601	22 046	16,1 %	8 044	7 354	9 %
	Austrália	4 083	3 511	16,3 %	1 556	1 305	19 %
	Europa	198 284	175 581	12,9 %	95 293	84 953	12 %
Empresas	Europa	198 284	175 581	12,9 %	95 292	84 953	12 %
	Holanda	54 324	54 426	-0,2 %	26 228	28 340	-7 %
	Bélgica	39 083	33 457	16,8 %	15 476	13 564	14 %
	Alemanha	8 284	6 601	25,5 %	3 100	2 557	21 %
	Resto da	96 593	81 098	19,1 %	50 488	40 493	25 %
Empresas	Indústria	269 558	234 493	15,0 %	125 091	108 413	15 %
	Recursos naturais	48 089	44 128	9,0 %	19 157	16 624	15 %
	Imobiliário	43 999	40 512	8,6 %	17 676	17 544	1 %
	Transporte e Logística	30 377	25 996	16,8 %	12 897	11 517	12 %
	Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais	24 600	18 349	34,1 %	11 509	9 284	24 %
	Serviços	18 189	16 381	11,0 %	10 435	9 052	15 %
	Outros	104 304	89 126	17,0 %	53 417	44 392	20 %
Empresas	Bandas de PI	269 558	234 493	15,0 %	125 091	108 413	15 %
	< 0,05	9 058	7 198	25,8 %	1 239	983	26 %
	0,05 % a 0,5 %	158 886	132 793	19,6 %	49 792	41 577	20 %
	0,5 % a 5 %	83 802	74 172	13,0 %	50 992	41 474	23 %
	5 % a 10 %	3 049	3 425	-11,0 %	2 877	2 950	-2 %
	10 % a 20 %	3 176	4 131	-23,1 %	4 335	5 464	-21 %
	20 % a 50 %	3 690	3 880	-4,9 %	5 222	5 352	-2 %
	mais de 50 %	7 897	8 893	-11,2 %	10 634	10 612	0 %
Empresas	Bandas de PDI	269 558	234 493	15,0 %	125 091	108 413	15 %
	<0,10 %	66 795	59 118	13,0 %	4 889	4 371	12 %
	10 % a 20 %	38 908	34 011	14,4 %	12 812	11 738	9 %
	20 % a 30 %	43 457	37 498	15,9 %	16 322	16 098	1 %
	30 % a 40 %	59 761	57 687	3,6 %	31 314	33 804	-7 %
	40 % a 50 %	38 953	26 329	47,9 %	33 286	16 927	97 %
	50 % a 60 %	9 642	7 525	28 %	10 039	8 551	17 %
	mais de 60 %	12 042	12 325	-2,3 %	16 429	16 924	-3 %

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A carteira de empresas aumentou 35,1 mil milhões de euros em ERI e 16,7 mil milhões de euros em APR. O aumento em ERI é, sobretudo, atribuível à carteira de Financiamento Estruturado que demonstrou um crescimento saudável. Tendo em conta o tumulto político e económico, as exposições na Rússia foram reduzidas em 2015, facto mais notável na indústria dos Recursos Naturais. Embora a exposição na Ucrânia tenha continuado relativamente estável em 2015, a recessão económica teve impacto na carteira, resultando num aumento da carteira de não desempenho e, consequentemente, do APR.

Além disso, a atualização dos modelos de PDI de Financiamento Alavancado e de Financiamento de Propriedades Comerciais também aumentou o APR 4,2 mil milhões de euros e 1,1 mil milhões de euros, respetivamente. As resoluções foram também visíveis na carteira, sendo que a maior ocorreu no ERI como resultado de uma alteração na classificação de um cliente que foi avaliado como em desempenho pelo seu carácter superpreferencial. O perfil do risco da carteira de Imobiliário também melhorou, reduzindo a sua parte no livro de empréstimos duvidosos.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Divulgação do risco de crédito de Retalho

Esta tabela apresenta o ERI e o APR, segmentada por fatores relevantes e a análise para a classe de exposição «Retalho».

Retalho - divulgação do risco de crédito em ERI e APR		ERI			APR		
		2015	2014	Delta %	2015	2014	Delta %
Retalho	Total por classificação	333 876	331 496	0,7 %	70 647	76 060	-7 %
	Desempenh	327 116	323 866	1,0 %	62 296	66 791	-7 %
	Imparidade/Não desempenho	6 760	7 630	-11,4 %	8 351	9 268	-10 %
Retalho	Segmento de Clientes	333 876	331 496	0,7 %	70 647	76 060	-7 %
	Pessoas	308 145	304 760	1,1 %	59 982	65 909	-9 %
	Pequenas e Médias Empresas	19 377	19 584	-1,1 %	8 769	8 394	4 %
	Banca Privada	3 683	3 651	0,9 %	910	847	7 %
	Outros	2 671	3 501	-23,7 %	986	909	8 %
Retalho	Geografia/unidades empresariais	333 876	331 496	0,7 %	70 647	76 060	-7 %
	África	88	67	30,9 %	16	10	64 %
	América	249	187	33,5 %	85	52	64 %
	Ásia	171	161	6,6 %	26	27	-4 %
	Austrália	29 834	29 494	1,2 %	2 011	2 476	-19 %
	Europa	303 534	301 587	0,6 %	68 509	73 495	-7 %
Retalho	Europa	303 534	301 587	0,6 %	68 509	73 495	-7 %
	Holanda	142 607	147 940	-3,6 %	26 242	32 127	-18 %
	Bélgica	42 660	41 961	1,7 %	8 284	8 583	-3 %
	Alemanha	77 107	72 806	5,9 %	19 772	19 718	0 %
	Resto da	41 160	38 880	5,9 %	14 211	13 067	9 %
Retalho	Bandas de PI	333 876	331 496	0,7 %	70 647	76 060	-7 %
	< 0,05	25 288	24 534	3,1 %	1 521	1 443	5 %
	0,05 % a 0,5 %	206 862	192 765	7,3 %	20 853	21 605	-3 %
	0,5 % a 5 %	85 664	93 642	-8,5 %	30 734	32 823	-6 %
	5 % a 10 %	3 215	4 431	-27,4 %	2 796	3 321	-16 %
	10 % a 20 %	3 599	4 759	-24,4 %	3 679	4 059	-9 %
	20 % a 50 %	2 084	3 052	-31,7 %	2 480	3 141	-21 %
	mais de 50 %	7 164	8 313	-13,8 %	8 584	9 669	-11 %
Retalho	Bandas de PDI	333 876	331 496	0,7 %	70 647	76 060	-7 %
	<0,10 %	108 381	109 340	-0,9 %	5 362	8 775	-39 %
	10 % a 20 %	109 392	100 239	9,1 %	17 785	17 980	-1 %
	20 % a 30 %	34 637	43 355	-20,1 %	9 816	12 900	-24 %
	30 % a 40 %	23 761	24 081	-1,3 %	6 117	6 483	-6 %
	40 % a 50 %	15 732	15 280	3,0 %	6 319	6 260	1 %
	50 % a 60 %	12 446	11 262	10,5 %	6 745	6 250	8 %
	mais de 60 %	29 527	27 939	5,7 %	18 503	17 412	6 %

Inclui as carteiras BCIA e AP; exclui capital próprio, APR CVA e OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Durante 2015, o livro de retalho mostrou um crescimento de negócios sólido e custos de risco inferiores. O declínio nos volumes na Holanda foi, além da redução da procura, maioritariamente causada pela transferência progressiva de hipotecas do WestlandUtrecht Bank (WUB) para o NN Group e a liquidação na carteira de hipotecas do WUV. As reduções foram um pouco compensadas pelo crescimento observado na Bélgica, maioritariamente fomentadas por hipotecas residenciais e exposição a (pequenas) Empresas. A melhoria da economia holandesa resultou em atrasos inferiores para a carteira holandesa, melhorando os PI e, subsequentemente, a carteira de não desempenho. Além disso, o aumento dos preços das habitações teve impacto positivo no PDI, reduzindo o APR. O ERI para o contrato de franquia de retalho na Alemanha aumentou, fomentado pela produção de hipotecas mais elevadas e de empréstimos de clientes. Como resultado da melhoria das economias na maioria dos mercados de retalho chave, as ponderações do risco melhoraram.

Hipotecas Residenciais EAV

A tabela abaixo ilustra o rácio Empréstimo ao Valor (EAV) médio ponderado da carteira de Hipotecas Residenciais do ING Bank por país. Todos os números de EAV baseiam-se em valores de mercado. Na maioria das carteiras, o ING utiliza os desenvolvimentos dos preços das casas para indexar estes valores de mercado. Em vários mercados, os clientes proporcionam cauções adicionais ou utilizam programas de seguro de hipotecas (patrocinados pelo governo). Nenhuma destas coberturas adicionais está incluída nos números EAV.

Hipotecas Residenciais Empréstimos ao Valor por país				
	2015		2014	
	EAV	ERI	EAV	ERI
Holanda ¹	83 %	129 814	87 %	134 526
Alemanha	70 %	69 967	71 %	64 530
Bélgica, Luxemburgo	72 %	30 760	74 %	29 509
Austrália	62 %	29 875	61 %	29 577
Espanha	64 %	10 453	65 %	9 653
Itália	59 %	7 673	57 %	7 747
Polónia	61 %	4 626	59 %	3 828
Turquia	57 %	1 472	54 %	1 264
Roménia	68 %	870	67 %	693
Total	74%	285 510	77%	281 328

Inclui as carteiras BCIA e PA.

1 A Holanda inclui o Domestic Bank NL e o WestlandUtrecht Bank.

O ambiente económico e o mercado das habitações na Holanda continuaram a melhorar em 2015. O preço médio das habitações na Holanda aumentou de 216 mil euros para 227 mil euros de dezembro de 2014 para dezembro de 2015, que levou a uma melhoria do rácio EAV através da indexação.

O EAV para a carteira Belux diminuiu, sobretudo devido a EAV inferiores para a nova produção no ING Bélgica: em meados do ano, as regras referentes a decisões foram atualizadas para limitar a nova produção com EAV elevados.

Em Itália, o índice dos preços das habitações continuou a diminuir em 2015, levando a um aumento do EAV de 57 % para 59 %.

Embora o EAV médio para a carteira de hipotecas polaca continue relativamente baixo a 61 %, o EAV aumentou devido à nova produção que visou clientes mais jovens. A perspetiva económica atual é positiva e o mercado das habitações está a desenvolver-se de forma favorável com o aumento dos preços das habitações e das taxas de transações. Contudo, o clima político pode ter efeitos adversos na economia a longo prazo.

Embora o EAV tenha aumentado em 2015, a Turquia continuou com um EAV relativamente baixo. O aumento dos preços das habitações, juntamente com a vontade dos clientes de fazer empréstimos superiores levou a um EAV superior na origem das hipotecas, traduzindo-se num aumento da carteira EAV.

A política do ING é indexar os valores das propriedades a nível trimestral. Em determinados mercados, apenas estão disponíveis valores anuais, enquanto noutros é mais prático indexar anualmente. A indexação trimestral ou anual é feita para a Holanda, Bélgica, Austrália, Itália e Espanha, abrangendo 62 % da carteira.

Abordagem Baseada na Classificação Interna Avançada (BCIA)

A abordagem BCIA tem cinco elementos principais que fomentam a «abordagem baseada em riscos» da RFP/DFP IV para a determinação do APR. Os elementos são: Classe de Exposição RFP/DFP IV, Probabilidade do Incumprimento (PI), Exposição em Incumprimento (EI), Perda Dado o Incumprimento (PDI) e Maturidade (M).

Probabilidade de Incumprimento (PI) O primeiro elemento é a probabilidade de incumprimento da contraparte, que avalia a solvabilidade de uma contraparte em termos de probabilidade de entrar em incumprimento. O resultado deste cálculo tenta medir a solvabilidade sénior, individual e não garantida de uma organização sem considerar os elementos estruturais das transações subjacentes como cauções, preços ou maturidade. Cada mutuário deve ter uma classificação que se traduz numa PI.

Exposição Regulamentar em Incumprimento (ERI): O segundo elemento é a exposição em incumprimento da contraparte. Estes modelos visam estimar o valor ou obrigação em dívida aquando do incumprimento no futuro. Uma vez que não é possível saber se uma contraparte entrará em incumprimento e o nível de dívida que poderá ocorrer nessa data também não é conhecido, o ING Bank utiliza uma combinação de modelos estatísticos, especialistas e híbridos para estimar a Exposição em Incumprimento. Com a exceção das garantias e cartas de crédito, a EI é sempre igual a ou superior ao risco de crédito em dívida associado, partindo do pressuposto de que as contrapartes têm a tendência para absorver a liquidez de recursos de crédito disponíveis antes de os problemas financeiros se tornarem aparentes aos credores da contraparte. A EI é uma função do tipo de facilidade de crédito (renovável, descoberto, a termo) oferecidas ao mutuário.

Perda Dado o Incumprimento (PDI): O terceiro elemento é a perda dado o incumprimento. Estes modelos visam estimar o montante que o ING Bank irá perder ao liquidar cauções relacionadas com um determinado empréstimo ou obrigação financeira ou, em alternativa, ao liquidar a empresa no seu todo, como parte de um processo de negociação. Os modelos de PDI baseiam-se nos tipos de cobertura, taxas de recuperação estimadas com liquidação atempada e no custo direto de liquidação. Para caução financeira para risco de crédito de contrapartes, o ING Bank usa o Método Integral de Garantias Financeiras para fornecer os efeitos da mitigação.

Maturidade (M): O quarto elemento é o tempo da maturidade da obrigação financeira subjacente. Os regulamentos (RFP/DFP IV) colocam o elemento de maturidade com um limite máximo de cinco anos, embora muitas obrigações prolonguem a sua facilitação por mais de cinco anos.

Perda Esperada (PE): A perda esperada proporciona uma medida do valor das perdas de crédito que o ING Bank poderá esperar razoavelmente incorrer na sua carteira. Na sua forma básica, a perda esperada pode ser representada como: $PE = PI * EI * PDI$. O ING Bank deve manter uma margem de capital contra perdas inesperadas, de modo a proteger-se contra perdas de crédito associadas a eventos excecionais de mercado fora das normas estatísticas.

Classe de Exposição: A classe de exposição (um conjunto de riscos de crédito associados a um tipo de devedor ou tipo de produto comuns) é desencadeadora do fator de correlação. Para calcular o Capital, a correlação predefinida entre uma transação e todas as outras operações na carteira são tidas em conta. O fator de correlação determina que parte do risco individual de uma transação é retida quando a mesma é incluída na carteira e os benefícios de diversificação da carteira são tidos em conta.

Modelos da BCIA por classe de exposição

No ING Bank, os modelos internos de Basileia são utilizados para determinar a PI, a EI e a PDI para o capital regulamentar e económico. Ao nível do banco, o ING Bank implementou cerca de 90 modelos, incluindo vários submodelos para carteiras específicas. Um modelo pode ser aplicado a várias classes de exposição. Na tabela abaixo são apresentados os números significativos de modelos de PI, EI e PDI por ativo. Além disso, é fornecida uma descrição do modelo e da metodologia por classe de exposição. As classes de ativos apresentadas nesta tabela não estão em conformidade com as classes de Exposição de Basileia, uma vez que o âmbito foi redefinido para se ajustar melhor ao âmbito do modelo. A exposição das PME, por exemplo, pode fazer parte das exposições Empresariais como Outro Retalho, dependendo da dimensão da PME.

Classes de ativos medidas	ERI p/ Classe Ati. asso.	% de EI total	APR p/ Classe Ati. asso.	% de APR total	Tipo de Mod.	Nº mod. Signific.	Descrição e metodologia de modelos	Nº anos de dados
Soberanos	107 835	13,6 %	5 455	2,7 %	PI	1	O modelo PI do Governo Central é um modelo completamente estatístico, que contém apenas desencadeadores de risco quantitativo	>7 anos
					PDI	1	O modelo PDI para Soberanos e outros governos é um modelo de recuperação não garantido elaborado com a avaliação de fatores estruturais que influenciam o desempenho de um país.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo governos centrais e bancos centrais.	>7 anos
Entidades relacionadas com o governo	13 774	1,7 %	2 356	1,2 %	PI	1	O modelo PI das entidades relacionadas com o governo é baseado em especialistas e atribui classificações baseadas em fundamentos de crédito autónomo, bem como um nível de apoio do governo	>7 anos
					PDI	1	O modelo PDI para as entidades relacionadas com o governo é um modelo de recuperação garantida/não garantida elaborado na avaliação de fundamentos autónomos, bem como geografia.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo entidades relacionadas com o governo.	>7 anos

Instituições Financeiras	83 191	10,5 %	17 091	8,5 %	PI	3	O principal modelo PI aplicado é o Commercial Bank com sobre informação financeira, qualitativa e do país. Outros modelos PI para diferentes tipos de instituições financeiras são elaborados com uma estrutura semelhante, mas são mais especializados para as características específicas da instituição financeira.	>7 anos
					PDI	1	Este modelo PDI foi desenvolvido com base em juízos de especialistas, apoiados por dados de anos internos e externos limitados. O modelo PDI desenvolvido baseia-se em taxas de recuperação finais.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo entidades relacionadas com o governo.	>7 anos
Empresas - Empréstimos especializados	72 911	9,2 %	26 053	12,9 %	PI	3	Os Modelos do quadro de resultados baseado em especialistas preveem uma classificação para Financiamento de Propriedade Comercial, Financiamento de Projetos, Financiamento de Comércio e Mercadorias.	>7 anos
					PDI	3	Os Modelos de PDI Híbridos preveem a perda dado o incumprimento para Financiamento de Propriedade Comercial, Financiamento de Projetos, Financiamento de Comércio e Mercadorias.	>7 anos
					PSI	1	Existe um modelo PSI dedicado para o financiamento de propriedade comercial devido às especificidades desta carteira.	>7 anos
Grandes Empresas	135 286	17,0 %	63 923	31,7 %	PI	1	O modelo das Grandes Empresas é um modelo híbrido global elaborado em 13 anos de dados, incluindo o balanço financeiro e de informação qualitativa, assim como o risco do país e a influência da empresa-mãe.	>7 anos
					PDI	1	A Perda dado o Incumprimento para empresas Grandes é prevista por um modelo PDI híbrido dedicado que utiliza as taxas sem perdas e taxas de recuperação garantidas/não garantidas.	>7 anos
					PSI	1	O modelo PSI de Baixo Incumprimento é um modelo híbrido que agrupa informação de incumprimento de várias carteiras de baixo incumprimento, incluindo grandes empresas.	>7 anos
PME	64 151	8,1 %	32 958	16,3 %	PI	6	Os modelos PI das PME são estimados estatisticamente e preveem diretamente uma PI. A maior parte destes modelos é desenvolvida localmente para refletir as circunstâncias regionais/de jurisdição.	>7 anos
					PDI	6	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
					PSI	6	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Garantido por Hipotecas Res.	278 565	35,1%	42 297	20,9 %	PI	7 ¹	Os modelos hipotecários PI são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. São modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>7 anos
					PDI	7	Os modelos estatísticos locais ou modelos híbridos utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
					PSI	7	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Pessoas Singulares	22 236	2,8 %	9 859	4,9 %	PI	4 ¹	Os modelos PI para pessoas singulares são todos desenvolvidos estatisticamente e incluem informações específicas sobre o mutuário, comportamento de pagamento e informações relacionadas com o produto. Estes são modelos estatísticos que preveem diretamente uma PI.	>7 anos
					PDI	4	Os modelos estatísticos locais utilizam várias entradas de dados sobre o comportamento de resolução, bem como do custo e da recuperação.	>7 anos
					PSI	4	Modelos estatísticos locais que utilizam várias entradas de dados, incluindo tipo de produto e geografia.	>7 anos
Outro1	16 199	2,0 %	1 975	1,0 %	Outro		(Obrigações Cobertas, Ativos estruturados)	
Total	794 148	100 %	201 967	100 %				

1 Os modelos belgas de PI oferecem uma classificação ao nível do cliente, abrangendo os empréstimos garantidos e não garantidos. Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Exposições de crédito da BCIA por classe de exposição

A tabela abaixo oferece uma visão geral dos parâmetros relevantes para determinar os requisitos de capital para os modelos da BCIA. O Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) exige uma desagregação da classe de exposição nesta tabela que difere das classes de exposição do ING Bank apresentadas nas tabelas anteriores.

Exposições de crédito da BCIA por classe de exposição

	Soberanos	Instituições	Empresas (excl. empr.os especializa dos)	Emprést. Esp.	Garantido por Hipotecas Res.	Retalho - PME	Outro Retalho	Total 2015	Total 2014
No balanço financeiro antes do fator	103 297	48 268	109 700	71 843	270 907	16 260	11 618	631 893	600 937
Fora do balanço financeiro antes do	77 674	71 656	122 905	50 008	11 139	4 622	11 576	349 580	308 886
Contrapartes ¹	2 820	46 816	8 276	2 884		24	15	60 835	61 631
Fator de conversão de crédito	13,6 %	23,0 %	40,7 %	40,3 %	77,1 %	84,2 %	64,4 %	34,9 %	29,4 %
ERI	114 884	102 861	167 671	92 758	278 538	19 649	17 787	794 148	754 125
PD	0,1 %	0,6 %	4,5 %	3,9 %	2,4 %	10,1 %	4,5 %	2,7 %	3,3 %
N.º de devedores ³	1 485	9 638	134 205	7 368	1 676 070	350 281	6 088 278	8 190 554	8 133 472
PDI	30,3 %	27,4 %	29,0 %	20,9 %	16,7 %	32,3 %	67,1 %	24,7 %	25,2 %
Vencimento ⁴	30	30	36	37	57	43	29	42	35
CVA APR	73	4 899	13					4 985	6 369
APR ⁵	5 958	19 14	83 871	33 099	42 776	7 980	8 969	201 967	198 620
Densidade dos APR	5,2 %	18,8 %	50,0 %	35,7 %	15,4 %	40,6 %	50,4 %	25,4 %	26,3 %
RECAP	477	1 545	6 710	2 648	3 421	638	718	16 157	15 890
EL	29	65	2 770	1 186	1 002	630	477	6 159	6 359
Disposições	8	21	2 344	997	759	521	389	5 039	5 487

1 As Contrapartes são compostas pelo Financiamento de Títulos e exposições de Derivados

2 FCC - Fator de Conversão de Crédito

3 O n.º de devedores está em números absolutos, os mutuários podem ser apresentados em várias classes de exposição

4 Vencimento em número de meses

5 O APR exclui CVA APR. O CVA APR é comunicado separadamente

O aumento da ERI na carteira da BCIA advém, sobretudo, do aumento do volume na carteira de Empresas e Soberanos. O perfil de risco de melhoria geral da carteira, especialmente observado nos valores da API comunicados, resultou num aumento limitado dos APR, diminuindo a densidade dos APR.

Exposições de crédito da BCIA por grau de classificação interna

A tabela abaixo mostra a carteira da BCIA por grau de classificação interna. De acordo com as regras RFP/DFP IV, as exposições nominais são ponderadas para determinar os APR (e capital regulamentar) de uma carteira, no âmbito de uma «abordagem baseada no risco». Esta abordagem dita que é necessário menos capital para as exposições de crédito que estão bem classificadas, enquanto progressivamente, é necessário mais capital à medida que a (classificação) de risco do devedor se deteriora. Este efeito pode fazer com que os APR aumentem ou diminuam juntamente com a migração da classificação do risco, sem uma alteração significativa na dimensão dos ativos financeiros subjacentes, em termos de contabilidade financeira. Como tal, as migrações de classificação são monitorizadas de perto dentro do ING Bank.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Exposições (ERI) por grau de classificação interna e PI, PDI e APR de 2015

Exposições (ERI) por grau de classificação interna e PI, FDR e APR de 2015			Média		APR em		Externo		
Grau de classificação interna cada grau	Alcance da PI para cada grau	ERI em cada grau	RPD	(em meses)	(ou faixa)	PE			
		Média	Média RLGD	venci ment o	cada grau	Peso do Risco	Classi Equivalente		
Desempenho									
1	0,00 - 0,01 %	53 867	0,01	31,02	31 786	407	0,01	1	AAA
2	0,01 - 0,03 %	28 117	0,02	27,73	40,57	570	0,02	1	AA+
3	0,03 - 0,04 %	34 326	0,03	28,29	33,77	983	0,03	1	AA
4	0,04 - 0,05 %	22 038	0,04	25,75	37,63	2 343	0,11	2	AA-
5	0,05 - 0,06 %	37 457	0,05	31,03	36,31	3 326	0,09	6	A+
6	0,06 - 0,08 %	45 407	0,06	24,90	35,33	5 281	0,12	7	A
7	0,08 - 0,11 %	42 815	0,09	28,43	39,62	6 990	0,16	11	A-
8	0,11 - 0,17 %	62 962	0,14	21,21	44,19	8 959	0,14	19	BBB+
9	0,17 - 0,26 %	85 903	0,21	23,29	42,21	15 135	0,18	41	BBB
10	0,26 - 0,37 %	90 839	0,32	21,53	45,54	19 764	0,22	62	BBB-
11	0,37 - 0,58 %	99 388	0,45	20,22	47,88	24 781	0,25	90	BB+
12	0,58 - 1,00 %	78 616	0,74	22,11	46,90	25 326	0,32	129	BB
13	1,00 - 1,77 %	43 874	1,30	26,31	43,74	22 572	0,51	151	BB-
14	1,77 - 3,23 %	21 737	2,47	28,35	39,21	15 433	0,71	152	B+
15	3,23 - 6,05 %	14 120	4,29	24,69	44,71	10 092	0,71	150	B
16	6,05 - 11,67 %	6 191	8,33	28,80	40,24	5 844	0,94	146	B-
17	11m67 - 20m20 %	5 704	16,22	28,09	41,31	7 168	1,26	263	CCC
18	20,20 - 29,58 %	3 774	24,86	25,53	35,36	5 375	1,42	239	CC
19	>29,58 %-100 %	2 392	41,98	26,81	43,92	2 778	1,16	257	C
Não desempenho									
20	100 %	8 297	100,00	31,34	36,42	12 933	1,56	2 202	
21	100 %	3 353	100,00	22,64	52,61	3 909	1,17	484	
22	100 %	2 971	100,00	37,84	28,01	1 998	0,67	1 745	
Total		794 148	2,70	24,69	41,78	201 967	0,25	6 159	

Inclui apenas a carteira da BCIA e os empréstimos de risco; exclui titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.

Os modelos de classificação PI do ING Bank baseiam-se numa escala 1-22 que corresponde às mesmas classificações atribuídas por agências de classificação externa. As classificações de risco (PI) para empréstimos produtivos (1-19) são calculadas no ING Bank com modelos regulatórios aprovados. As classificações de risco para empréstimos de risco (20-22) são definidas com base numa metodologia discricionária aprovada pela unidade de reestruturação Global ou Regional. No geral, as ponderações do risco da carteira do ING são uma combinação de ponderações de baixo risco para Soberanos e Hipotecas Residenciais com ponderações de risco superior para Empresas. Muitas exposições dos governos centrais recebem uma ponderação de risco zero devido à classificação de alta qualidade (utilização parcial permanente das regras da AP). Normalmente, as hipotecas beneficiam de grandes níveis de (sobre) cobertura pela garantia.

Em outubro de 2015, os valores da PI da escala do ING Bank, conforme indicados acima, são ajustados utilizando dados de incumprimento internos e externos, abrangendo o período de 1981 até 2013. São utilizados dados externos da Standard & Poor. A experiência do incumprimento interno reflete-se para uma melhor adequação das carteiras do ING Bank em comparação com os dados da Standard & Poor predominantemente baseados nos EUA.

Divulgações dos resultados do modelo

A tabela seguinte apresenta a PI, PDI, ERI, APR e densidade dos APR por classe de exposição. Isto deve ser interpretado juntamente com a tabela no seguinte parágrafo «Alterações nos parâmetros de risco desde a última data de participação».

Abordagens de modelos por classe de exposição para a carteira da BCIA

	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hipotecas Res.	Outro retalho	2015 Total	2014 Total
PI Média	0,09 %	0,56 %	4,31 %	2,43 %	7,40 %	2,70 %	3,26 %
PDI Média	30,33 %	27,42 %	26,16 %	16,73 %	48,84 %	24,69 %	25,17 %
ERI	114 884	102 861	260 429	278 538	37 436	794 148	754 125
APR	5 958	19 314	116 970	42 776	16 949	201 967	198 620
Densidade dos APR (APR/ERI)	5,19 %	18,78 %	44,91 %	15,36 %	45,28 %	25,43 %	26,34 %

Inclui apenas a carteira da BCIA e os empréstimos de risco; exclui titularizações, CVA, APR, títulos e os OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A densidade dos APR relativamente baixa para os Soberanos e bancos centrais é impulsionada por determinadas entidades soberanas, que são classificadas entre 1-4 e cujas exposições recebem uma ponderação de risco regulamentar de % nula.

Alterações nos parâmetros de risco desde a última data de participação

A tabela abaixo mostra as alterações nos parâmetros de risco desde a última data de participação em percentagens. Isto deve ser interpretado juntamente com a tabela no parágrafo «Divulgação de resultados do modelo», acima.

Alterações nos parâmetros de risco da BCIA em %							
	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hipotecas Res	Outro retalho	2015 Total	2014 Total
PI Média	13 %	-36 %	-20 %	-16 %	-12 %	-17 %	-10 %
PDI Média	0 %	-1 %	2 %	-11 %	7 %	-2 %	-5 %
ERI	14 %	-8 %	15 %	1 %	-6 %	5 %	7 %
APR	-3 %	-38 %	15 %	-13 %	1 %	-1 %	6 %
Densidade dos APR	-15 %	-33 %	0 %	-14 %	7 %	-6 %	-1 %

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC.

Ao longo de 2015, o perfil de risco da carteira da BCIA melhorou, com a PI média a decrescer com 17 %. O decréscimo da PI observado na classe de exposição das Instituições foi, sobretudo, impulsionado por alterações na composição da carteira com, mais evidente, uma forte redução relacionada com a exposição do Sistema de Garantia de Depósitos.

O aumento de 13 % na PI média da carteira dos Soberanos é, sobretudo, resultado do aumento dos depósitos de clientes em ienes japoneses e, consequentemente, posicionamentos mais elevados com o Bank of Japan, para o qual a classificação do condado se deteriorou, resultando numa ponderação de risco que deixou de ser de 0 %. O aumento da PDI na carteira das Empresas é resultado da atualização do modelo PDI do Financiamento de Propriedade Comercial que agora inclui mais conservadorismo. Os valores da PI na classe de exposição das Empresas melhoraram 20 %, para os quais os principais impulsionadores foram a reestruturação de alguns arquivos dentro da carteira de Financiamento Imobiliário e um aumento do perfil de risco do segmento das Empresas dentro da Holanda. Isto foi parcialmente compensado pela pressão sobre os preços do petróleo e das mercadorias, em combinação com a agitação económica e política na Rússia e na Ucrânia, o que resultou numa tendência ascendente dos valores da PI, principalmente na carteira do Financiamento Estruturado, compensando parcialmente a tendência decrescente geral. As melhorias da PI e da PDI na carteira de Garantias por Hipotecas Residenciais foram, sobretudo, impulsionadas pela carteira hipotecária holandesa, onde as condições económicas melhoraram, especialmente em relação aos preços das habitações e do emprego na Holanda e foi acompanhada por uma gestão de atrasos de pagamento mais eficiente. Para além da melhoria na economia na maior parte dos principais países retalhistas, a carteira de Hipotecas Residenciais e a PI da carteira das PME apresentou as melhorias mais significativas.

Divulgação dos parâmetros de perda estimada e real

O ING dedicou modelos de risco de crédito da BCIA por unidade de negócio, segmento e país. Um departamento independente de Validação do Modelo avalia, periodicamente, a conformidade de todos os modelos da BCIA, incluindo verificações *a posteriori*, quando necessário. Se um modelo não for considerado sólido ou se a verificação *a posteriori* indicar um desempenho insuficiente, o modelo é novamente calibrado ou desenvolvido. Todas as recomendações referentes ao modelo feitas pelo departamento de Validação do modelo são acompanhadas através do iRisk, a mesma base de dados interna que a administração utiliza para monitorizar problemas detetados pelo departamento de Auditoria Interna, incidentes e problemas de risco não financeiro. Todas as alterações significativas são apresentadas ao BCE e implementadas após aprovação regulamentar. Em média, 94 % dos modelos de risco de crédito da BCIA no ciclo de validação apresentaram deficiências do modelo «Não Remotas» (57 %) e «Menores» (37 %).

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A tabela abaixo oferece uma verificação *a posteriori* dos modelos da PI por classe de exposição. De modo a melhor quantificar a verificação *a posteriori*, o ING analisou a carteira de 31 de dezembro de 2015. A PI média de 31 de dezembro de 2014 por carteira está dividida por classe de exposição. A carteira de 31 de dezembro de 2014 é seguida durante 2015 para determinar a taxa de incumprimento observada. Os modelos baseiam-se em longas séries de dados históricos. Na verificação *a posteriori*, os valores da PI baseados em modelos são comparados com os incumprimentos de 2015. Esta verificação *a posteriori* só é representativa da carteira do final do ano de 2014 e pode ser influenciada por amostras de pequenas dimensões ou incidentes. No entanto, a verificação *a posteriori* oferece uma comparação da PI prevista em relação à taxa de incumprimento observada. Na tabela, a taxa de incumprimento baseia-se na média ponderada da ERI da carteira de incumprimentos, enquanto os modelos são desenvolvidos com base no deverdor.

PI média ponderada de acordo com a abordagem BCIA Avançada em relação à atual taxa de incumprimento por classe de exposição

2015	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hip. Res.	Outro retalho	Total
PI Média 2014*	0,08 %	0,22 %	1,57 %	1,00 %	3,09 %	1,02 %
Taxa de Incumprimento Observada 2015	0,00 %	0,00 %	1,29 %	0,87 %	2,35 %	0,82 %

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC.

* PI Média 2014 inclui apenas os empréstimos produtivos.

A tabela abaixo oferece mais detalhes sobre a taxa de Perda Esperada e a taxa de Perda Observada por classe de exposição. A perda esperada a 31 de dezembro de 2014 para a carteira de desempenho está dividida por classe de exposição. A carteira de 31 de dezembro de 2014 é seguida durante 2015 para determinar a taxa de incumprimento observada. Os modelos baseiam-se em longas séries de dados históricos. Na comparação, a taxa de perda esperada é calculada através da divisão da perda esperada da carteira de desempenho a 31 de dezembro de 2014 pela ERI da carteira de desempenho do mesmo período. A taxa de Perda Observada é resultado da multiplicação das exposições de incumprimento observadas pela sua PDI. Esta verificação *a posteriori* só é representativa da carteira do final do ano de 2014 e pode ser influenciada por amostras de pequenas dimensões ou incidentes. No entanto, a verificação *a posteriori* oferece uma comparação da PI da taxa de Perda Esperada em relação à taxa de Perda Observada.

Taxa de Perda Esperada nos termos da abordagem da BCIA Avançada em relação à taxa de perda observada por classe de exposição

2015	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hip. Res.	Outro retalho	Total
Taxa de Perda Esperada 2014*	0,02 %	0,06 %	0,39 %	0,19 %	1,08 %	0,25 %
Taxa de Perda Observada 2015	0,00 %	0,00 %	0,33 %	0,17 %	0,98 %	0,21 %

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC.

* A taxa de perda esperada de 2014 inclui apenas os empréstimos produtivos.

A verificação *a posteriori* das taxas de incumprimento observadas e perdas observadas para 2015 observou resultados que estão abaixo dos níveis previsto para todas as classes de exposição. Isto pode ser explicado pela melhoria das condições económicas que se viveu em 2015, bem como pela gestão conservadora do risco. Em 2015, não foram comunicados incumprimentos para os Soberanos e instituições, enquanto as taxas de incumprimento das empresas, hipotecas residenciais e outros empréstimos de retalho continuaram a melhorar em comparação com o ano anterior.

Abordagem Padronizada

Um subconjunto da carteira do ING é tratado com a Abordagem Padronizada. A AP aplica ponderações de risco fixas a cada classe de exposição, divididas em etapas de qualidade do crédito (com base em classificações externas) conforme ditado pela Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios (DFP). A Abordagem Padronizada é a menos sofisticada das metodologias RFP/DFP IV e não é tão sensível quanto a abordagem BCIA baseada no risco.

Para calcular os requisitos de capital regulamentar de acordo com a abordagem AP, o ING Bank utiliza classificações externas elegíveis pela Standard

& Poor's, Moody's e Fitch Ratings. As classificações são aplicadas a todas as classes de exposição relevantes na Abordagem Padronizada. Para as carteiras hipotecárias, são utilizadas as ponderações de risco fixas prescritas.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Exposições antes e depois da mitigação do risco para a carteira da AP

A tabela abaixo mostra como a mitigação do risco de crédito (MRC) na carteira da AP é distribuída pelas classes de exposição. O valor da exposição do ING Bank é apresentado antes e depois da mitigação do risco de crédito. Existem dois métodos principais para reduzir ou mitigar o Risco de Crédito: i) pela redução do Risco de Crédito através da aceitação de ativos financeiros dados como garantia ou ii) mitigação ou transferências dos riscos de crédito para um grupo de ponderação de risco inferior, aceitando garantias de terceiros não relacionados. O ING Bank utiliza ambos os métodos para ter em conta os efeitos da MRC. Para os mercados financeiros de garantia, o ING Bank usa o Método Integral de Garantias Financeiras para permitir os efeitos da mitigação.

Exposições e APR antes e após a mitigação do risco e fatores de conversão 2015

	Expos. antes FCC e MRC		Exposições após FCC e MRC	APR densidade dos AP		
	No balanço	Fora balanço				
Soberanos e os seus bancos centrais	2 866	946	39	2 905	2 340	80,5 %
Entidades do sector público do governo não central	121	107		121	60	49,3 %
Bancos	3 631	1 286	648	4 419	1 318	29,8 %
Empresas	5 688	7 781	20	6 480	6 310	97,4 %
Carteiras de retalho reguladoras	7 668	6 954	10	9 564	6 809	71,2 %
Garantido por propriedade residencial	6 905	146		6 965	3 157	45,3 %
Garantido por imóveis comerciais	3 445	1 185		3 587	2 339	65,2 %
Empréstimos vencidos	787	28		407	419	102,8 %
Total 2015	31 111	18 433	717	34 448	22 752	66,1 %
Total 2014	25 400	17 755	307	28 408	19 522	68,7 %

De salientar que o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) exige uma desagregação da classe de exposição nesta tabela que difere das classes de exposição do ING Bank apresentadas nas tabelas anteriores.

Ponderações de risco por classe de exposição

A tabela abaixo oferece mais detalhes sobre como a carteira da AP por classe de exposição é dividida pelos limites de ponderação de risco regulamentar.

Exposição por limite da ponderação de risco por classe de exposição

	0 %	10 %	20 %	35 %	50 %	75 %	100 %	150 %	Outros	Total
Soberanos e os seus bancos centrais	81				969		1 855			2 905
Entidades do sector público do governo não			3		118					121
Bancos			3 292		936		192			4 420
Empresas							6 430	51		6 481
Carteiras de retalho						9 562				9 562
Garantido por propriedade				5 855			1 110			6 965
Garantido por imóveis comerciais					2 155		1 432			3 587
Empréstimos vencidos					19		347	41		407
Total 2015	81		3 295	5 855	4 197	9 562	11 366	92		34 448
Total 2014	1		1 069	4 832	3 805	9 184	9 424	93		28 408

De salientar que o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) exige uma desagregação da classe de exposição nesta tabela que difere das classes de exposição do ING Bank apresentadas nas tabelas anteriores.

A carteira da AP aumentou 21,3 % para 34,4 mil milhões de euros em relação à ERI, resultando num aumento de 3,2 mil milhões de euros dos APR. A maior parte do aumento ocorreu na Polónia e na Turquia. Na Polónia, a carteira de Hipotecas Residenciais cresceu 0,8 mil milhões de euros na ERI, enquanto na Turquia o crescimento da carteira é, sobretudo, atribuível à carteira das Empresas que aumentou 1,3 mil milhões de euros (O impacto do FX é limitado, uma vez que a carteira é denominada em lira turca e dólar americano, para os quais os impactos do FX se compensam mutuamente). O restante aumento na carteira da AP está principalmente relacionado com as exposições Nostro que têm uma natureza de curto prazo e que variam durante o ano.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Qualidade do crédito

Esta secção foca-se em empréstimos de risco, que são empréstimos em que há uma probabilidade razoável de que o ING Bank possa acabar com uma perda, a menos que o ING Bank intervenha com ações específicas e significativas. Por outras palavras, nesta categoria, uma conta ou carteira precisa de uma abordagem mais intensa, que pode incluir renegociações de termos e condições e/ou reestruturação comercial/financeira. Esta tabela deve ser lida juntamente com as secções do parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual em: Quadro de Apetência do Risco e Qualidade do Crédito.

Qualidade do crédito das exposições ao risco de crédito

A tabela abaixo oferece uma imagem abrangente da qualidade do crédito dos ativos do banco. Os itens dentro do balanço financeiro incluem empréstimos e títulos de dívida. Os itens fora do balanço financeiro incluem garantias concedidas e compromissos de empréstimos irrevogáveis. Pode encontrar mais informações sobre a definição de empréstimos de risco e subsídios na secção da Qualidade do crédito do parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual.

Qualidade do crédito das exposições ao risco de crédito

	Atrasos		Subsídios/ imparidades (c)	Valores líquidos (a+b+c)
	Não desempenho (a)	Desem.(b)		
Empréstimos	14 891	557 115	-5 375	566 631
Títulos de dívida	171	101 397	-59	101 509
Contrapartes	29	61 953	0	61 982
Exposição fora do balanço financeiro	263	33 624	-351	33 536
Total 2015	15 355	754 089	-5 786	763 658

Os empréstimos de risco incluem todos os tipos de empréstimos, enquanto na tabela seguinte os empréstimos de risco incluem apenas a Concessão de Empréstimos e Títulos de Dívida.

Reconciliação de divulgações de empréstimos de risco

A tabela abaixo mostra a reconciliação de empréstimos de risco segmentada pelas linhas de negócios utilizadas internamente pelo ING Bank. Uma explicação narrativa destas linhas de negócios é apresentada no parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual.

Reconciliação de divulgações de empréstimos de

	Banca Grossista	Banca de Retalho	Ret. Desaf e	Total do ING Bank
Carteira de empréstimos desvalorizada - movimentos				
Empréstimos desvalorizados a 1 de janeiro de 2015 ¹	6 245	8 593	2 051	16 889
Classificado como desvalorizado durante o ano ²	1 529	2 838	802	5 169
Saída de caixa de imparidades excluindo amortizações	-1 215	-3 305	-618	-5 138
Valores cancelados	-520	-956	-242	-1 718
Alterações na composição do grupo	0	0	0	0
Taxa de câmbio e outros movimentos ³	152	2	-31	123
A 31 de dezembro de 2015	6 191	7 172	1 962	15 325
Subsídios desvalorizados - movimentos				
Subsídios desvalorizados a 1 de janeiro de 2015 ¹	2 258	2 529	1 208	5 995
Alterações na composição do grupo	0	0	0	0
Valores cancelados	-520	-956	-242	-1 718
Recuperações de valores cancelados em anos anteriores	32	50	9	91
Adição a provisões para perdas por empréstimos duvidosos (da demonstração de	478	602	267	1 347
Taxa de câmbio e outros movimentos	123	-26	-26	71
A 31 de dezembro de 2015	2 371	2 199	1 216	5 786

1 Igual ao valor de 31 de dezembro de 2014.

2 Não ajustado às flutuações das taxas de câmbio.

3 Com base na data de início e conclusão das posições pendentes, não ajustado para a entrada e saída.

4 No final de 2015, o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 14 milhões de euros (2014: 6 milhões de euros).

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Em 2015, os custos de risco apresentaram uma evolução favorável e ascenderam a 1,3 mil milhões de euros em comparação a 1,6 mil milhões de euros em 2014. O stock de disposições total diminuiu 0,2 mil milhões de euros para 5,8 mil milhões de euros. Embora estes sinais sejam encorajadores, o ING Bank continua atento a possíveis impactos que poderão desequilibrar as economias emergentes e os mercados financeiros de clientes e unidades empresariais.

Os custos de risco para a Banca Grossista ascenderam a 0,5 mil milhões de euros, que é ligeiramente inferior em comparação ao ano anterior. Depois do aumento no 1T

de 2015, os custos de risco demonstraram uma tendência de diminuição para a Banca Grossista devido a custos de risco inferiores contínuos no Financiamento Estruturado e no Financiamento Imobiliário. Os custos de risco líquidos para o Banca de Retalho no Benelux foram 0,3 mil milhões de euros mais baixos do que no ano anterior devido a custos de risco mais baixos reportados dentro da Holanda. O total de custos de risco para os Mercados Desafiadores e em Crescimento da Banca de Retalho aumentou ligeiramente para 0,3 mil milhões de euros e em grande parte foi impulsionado pela Turquia, devido às condições económicas.

Exposição de risco por indústria e área geográfica

O ING Bank utiliza uma metodologia de classificação da indústria comum com base no sistema NAICS (Sistema de Classificação Industrial da América do Norte). Esta metodologia tem mais de 1500 descrições industriais detalhadas, que se encontram agrupadas em 22 classes industriais ao mais elevado nível. Certos países exigem que o ING Bank participe localmente com base noutras metodologias de classificação industrial que costumam ser derivadas das classificações do NAICS aqui apresentadas. As hipotecas residenciais apenas costumam ser alargadas a particulares. A zona geográfica baseia-se no país de residência do devedor. A tabela da exposição de risco deve ser interpretada juntamente com as informações e declarações feitas no parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual.

Exposição de risco (ERI) por indústria

						2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido Hip. Residenciais	Outro retalho	Total	Total
Particulares				4 403	960	5 363	6 143
Imobiliário			2 232	93	263	2 588	3 294
Recursos naturais			1 344		12	1 356	952
Construtores e Contratantes			669		226	895	964
Serviços		1	580		228	809	716
Transporte e Logística			721		75	796	790
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais			584		110	694	686
Indústrias Gerais			576		111	687	764
Retalho			294		100	394	370
Serviços públicos			314		8	322	343
Bancos Comerciais		319				319	1 253
Químicos, Saúde e Farmacêuticos			218		30	248	250
Automação			157		44	201	205
Media			109		39	148	179
Outros	18	34	100	3	55	210	281
Total	18	354	7 898	4 499	2 261	15 030	17 190

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; apenas está incluída a Concessão de Empréstimos e Investimento; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Exposição de risco (ERI) por área geográfica

						2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hip. Residenciais	Outro retalho	Total	Total
Holanda		341	2 907	2 556	551	6 355	8 458
Bélgica		1	1 127	990	623	2 741	2 472
Alemanha			81	534	243	858	973
Outros países da Europa	17	9	3 102	287	832	4 247	4 577
Américas			356	4	2	362	341
Ásia Pacífico		3	234	127	9	373	366
Resto do Mundo	1		91	1	1	94	3
Total	18	354	7 898	4 499	2 261	15 030	17 190

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A exposição de risco total diminuiu de 17,2 mil milhões de euros para 15,0 mil milhões de euros no acumulado do ano, baixando os empréstimos de risco com base da ERI para todas as categorias de produto de 2,2 % para 1,8 %. A redução da exposição de risco ocorre sobretudo nos tipos de indústria Bancos Comerciais, Imobiliária e Pessoas Singulares e é sobretudo visível na Holanda e nos Outros países da Europa. Para os Bancos Comerciais, uma redução de 0,89 mil milhões de euros na exposição de risco é causada por um crédito sobre ativos sob tutela que é agora considerada uma classificação de desempenho e um reembolso parcial de um empréstimo pelo curador que reduziu a exposição de risco. A exposição imobiliária de risco diminuiu 0,7 mil milhões de euros no acumulado do ano. Esta redução deve-se ao aumento dos empréstimos de risco na carteira Imobiliária espanhola. A redução para as Pessoas Singulares deve-se a uma melhoria na carteira de Hipotecas Residenciais holandesa, que baixou 1,0 mil milhões de euros e melhorou o rácio de empréstimos de risco para esta carteira. A carteira belga de Hipotecas Residenciais de empréstimos de risco aumentou 0,2 mil milhões de euros, aumentando este rácio de empréstimos de risco. A principal razão para este aumento é uma abordagem mais conservadora para o desencadeador de pagamento improvável e uma carteira de Hipotecas Residenciais com vencimento no ING Bélgica. Na indústria dos Recursos Naturais e Serviços, observou-se um aumento nos empréstimos de risco, uma vez que estes fatores ainda sofrem com a lenta recuperação da economia global. O aumento nos empréstimos de risco para a indústria dos Recursos Naturais é principalmente observado na Ucrânia e na indústria da Mineração e pode ser explicado pela situação geopolítica e pela queda no preço das mercadorias. Os desenvolvimentos nesta região e na indústria estão a ser cuidadosamente monitorizados pela administração.

Disposições cumulativas por indústria e área geográfica

As tabelas abaixo ilustram as disposições por indústria e geografia NAICS e devem ser lidas juntamente com a informação e as declarações feitas na secção de Gestão do Risco do relatório anual.

Disposições cumulativas por indústria

	Garantido por					2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hip. Residenciais	Outro retalho	Titularização	Total
Particulares			1	884	709		1 594
Imobiliário			841	20	86		947
Recursos naturais			420		7		427
Construtores e Contratantes			324		97		421
Serviços			307		102		409
Indústrias Gerais			356		51		407
Alimentos, Bebidas e Cuidados pessoais			291		54		345
Transporte e Logística			296		38		334
Serviços públicos			204		3		207
Retalho			107		59		166
Químicos, Saúde e Farmacêuticos			130		16		146
Automação			103		24		127
Instituições Financeiras Não Bancárias		6	25		15	44	90
Media			61		20		81
Outros ¹	9	16	41	2	16		84
Total	9	22	3 507	906	1 297	44	5 786

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Exclui as reavaliações feitas diretamente através da conta de capital próprio.

1 Setores com disposições cumulativas inferiores a 50 milhões de euros são agrupados em «Outros».

2 No final de 2015, o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 14 milhões de euros (2014: 6 milhões de euros).

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Disposições cumulativas por área geográfica

	Garantido						2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hip. Residenciais	Outro retalho	Titularização	Total	Total
Holanda		3	1 431	418	314		2 166	2 328
Bélgica		1	361	81	211		654	691
Alemanha			42	281	250		573	609
Outros países da Europa	8	11	1 447	121	519	34	2 140	2 151
Américas		1	138		2	10	151	116
Ásia / Pacífico		4	85	5	1		95	97
Resto do Mundo	1	2	3				6	3
Total	9	22	3 507	906	1 297	44	5 786	5 995

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Exclui as reavaliações feitas diretamente através da conta de capital próprio.

1 No final de 2015, o stock de disposições incluía disposições para montantes devidos por bancos: 14 milhões de euros (2014: 6 milhões de euros).

Durante o ano, as disposições diminuíram de 6,0 mil milhões de euros para 5,8 mil milhões de euros que representa uma queda de 5,4 % no acumulado do ano. A diminuição no nível de disposições ao longo do ano reflete a melhoria do clima económico em que o ING opera, especialmente na Holanda. Contudo, é observado um aumento significativo nas disposições em Serviços públicos, Recursos naturais e Pessoas Singulares devido à deterioração da qualidade do crédito de algumas carteiras específicas, causada pela agitação internacional e política na Europa do Leste e no Médio Oriente, pela pressão contínua nos mercados emergentes e os efeitos negativos diretos e indiretos da contínua baixa de preços do petróleo e de outras mercadorias. Pelo segundo ano consecutivo, o setor do Imobiliário demonstra uma redução significativa nas disposições devido a um perfil do risco melhorado e amortizações maioritariamente observada no resto da Europa. Além disso, é observada uma diminuição nas disposições das Pessoas singulares causada pelo aumento do perfil de risco da carteira de Hipotecas Residenciais holandesa. A diminuição das disposições na Alemanha está em conformidade com a redução dos empréstimos de risco das Hipotecas Residenciais. Contudo, o rácio de cobertura, expresso como percentagem dos empréstimos de risco da ERI, é de 67 % para a Alemanha, enquanto para o ING Bank a média é 37 %. Isto deve-se, sobretudo, à utilização de um modelo de PDI em incumprimento na Alemanha.

Empréstimos vencidos

O ING Bank considera que os empréstimos vencidos são os empréstimos em que qualquer pagamento de juros de capital está vencido há mais de um dia. A metodologia é principalmente aplicada a empréstimos a particulares, como empréstimos de hipotecas residenciais, empréstimos automóveis e outros empréstimos do cliente. Para empréstimos empresariais (Soberanos, Instituições, Empresas), o ING Bank adotou uma política para classificar o Devedor como um empréstimo de risco o mais rapidamente possível após a ocorrência de um incumprimento de pagamento. Assim, o conceito de empréstimos vencidos não existe para este tipo de devedores e daí o motivo pelo qual as classes de exposição empresarial não estão incluídas.

A tabela abaixo baseia-se no país de residência do devedor e nos empréstimos em aberto do risco de crédito. Os atrasos do Risco de Crédito incluem valores associados com produtos no e fora do balanço financeiro, mas excluem valores associados a limites não usados.

Empréstimos de consumidores vencidos, mas não de risco por área geográfica (com base atrasos)

	Garantido por		2015	2014
	Hip. Residenciais	Outro retalho	Total	Total
Holanda	1 065	8	1 073	1 594
Bélgica	1 080	639	1 719	2 081
Alemanha	252	24	276	182
Outros países da Europa	325	443	768	725
Américas	2		2	3
Ásia / Pacífico	490		490	556
Resto do Mundo			0	1
Total	3 214	1 114	4 328	5 143

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

A exposição vencida total para empréstimos a consumidores diminuiu de 5,1 mil milhões de euros para 4,3 mil milhões de euros. Esta diminuição foi sobretudo causada por um aumento na carteira de hipotecas residenciais na Holanda, que é resultado da melhoria do ambiente económico e da gestão de atrasos de pagamento. Na carteira alemã de Hipotecas Residenciais observou-se um aumento nos pagamentos de exposições vencidos entre 1 a 90 dias em comparação com o final de 2014. Isto foi o resultado de um projeto de melhoria em 2015 com exigências políticas mais rigorosas.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Análise por vencimento

A tabela abaixo oferece mais detalhes sobre o vencimento das exposições do Consumidor e inclui a carteira produtiva e improdutiva, enquanto a tabela anterior apenas inclui as exposições de desempenho vencidas. O limite de 0-3 meses inclui, principalmente, exposições produtivas.

Análise por vencimento de exposições do Consumidor vencidas						
	0-3 meses	> 3-6 meses	> 6-9 meses	> 9-12 meses	> 12-24 meses	> 24 meses*
Garantido por Hipotecas Residenciais	4 639	599	300	206	501	500
Outro retalho	1 327	158	42	35	91	309
Total 2015	5 966	757	342	241	592	809

Exclui a carteira de negócios, inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Itens fora do balanço financeiro

Compromissos não utilizados

Os números abaixo representam a potencial exposição que pode ser utilizada pelos devedores dos ING Bank sobre os recursos comprometidos. Na maior parte dos casos, os devedores têm o direito de fazer uso destes recursos, a menos que tenha ocorrido um caso de incumprimento ou outro evento definido dentro do acordo do risco de crédito associado. Na maior parte dos casos, o devedor paga uma comissão de reserva ao ING Bank sobre a parte não utilizada desses recursos. A Pré-Liquidação, o Mercado Monetário e os limites de Investimento geralmente não são comprometidos.

	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido por Hip. Residenciais	Outro retalho	2015 Total	2014 Total
Nos termos da abordagem AP		1	487	142	3 888	4 518	4 237
Nos termos da abordagem BCIA	386	5 712	78 715	11 085	9 789	105 687	91 184
– 0 % ponderação de risco	13	31	157	5		206	117
– >0 % - ≤10 % ponderação de risco	233	1 594	12 171	8 785	5 269	28 052	26 065
– >10 % - ≤20 % ponderação de risco	62	1 523	10 943	1 395	1 672	15 595	13 983
– >20 % - ≤35 % ponderação de risco	70	1 295	22 102	597	814	24 878	19 702
– >35 % - ≤50 % ponderação de risco		597	14 700	170	653	16 120	13 758
– >50 % - ≤75 % ponderação de risco		225	10 033	78	625	10 961	10 141
– >75 % - ≤100 % ponderação de risco	1	248	4 365	21	442	5 077	3 646
– >100 % - ≤150 % ponderação de risco	4	144	2 909	19	233	3 309	2 784
– >150 % - ≤200 % ponderação de risco	3	15	865	6	40	929	497
– >200 % - <1250 % ponderação de risco		40	470	9	41	560	490
– 1250 % ponderação de risco							
Total	386	5 713	79 202	11 227	13 677	110 205	95 421

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Se todos os compromissos não utilizados fossem solicitados ao mesmo tempo, os riscos de crédito do ING Bank (em termos de montantes em dívida) iriam aumentar 14,6 %. Como parte dos seus modelos da EI regulamentar, o ING Bank faz uma estimativa de quantos destes compromissos não utilizados seriam retirados em circunstâncias normais. O efeito é incluído no cálculo dos APR, juntamente com um efeito semelhante aplicado aos recursos não comprometidos, embora a uma taxa mais baixa.

Risco de crédito da contraparte

As principais atividades que se qualificam sob o risco de crédito da contraparte são derivados de atividades comerciais de operações de financiamento. Como parte destas atividades, o ING Bank celebra acordos-quadro, como acordos-quadro da ISDA (Associação Internacional de Swaps e Derivados) e Contratos de Recompra Geral Principal (CRGP). De acordo com os termos previstos nas secções relacionados com Valores Limite Mínimos e Valores Mínimos de Transferência de Anexos de Apoio Creditício (AAC) ou outras cláusulas semelhantes, o ING Bank e as suas contrapartes podem acordar conceder garantia adicional um ao outro, caso alguma das partes seja desvalorizada por uma das agências de notação. O ING Bank determinou que, sob condições de mercado prevalecentes, uma desvalorização de um nível só teria um efeito limitado sobre o montante de garantias adicionais que o ING Bank seria obrigado a conceder ao abrigo destes acordos. Contudo, o montante real que o ING Bank pode ser obrigado a conceder no futuro pode variar de acordo com a composição da carteira dos derivados e títulos garantidos em transações de financiamento de valores mobiliários, das circunstâncias do mercado, do número de níveis de desvalorização, bem como os termos e condições de futuros AAC ou outros acordos semelhantes celebrados.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Risco de CVA

Os RFP/DFP IV introduziram um requisito de fundos próprios regulamentar adicional para os aumentos substanciais no CVA, o preço de mercado do risco de crédito dos derivados. Em particular, à medida que os spread de crédito das contrapartes do ING Bank aumentam, o CVA também irá aumentar e o ING Bank irá incorrer numa perda. O ING Bank segue a abordagem padronizada para o cálculo do requisito de fundos próprios para cobrir o Risco de CVA (Capital de CVA) de acordo com os RFP/DFP IV. O âmbito dos produtos e as contrapartes a que o encargo de Capital de CVA se aplica segue estas regulamentações. Os fatores mais importantes do cálculo do Capital de CVA em conformidade com a abordagem padronizada são a Exposição do CVA, a Ponderação de Risco do CVA e o Vencimento. A exposição do CVA é semelhante à ERI, mas inclui garantias detidas no âmbito de acordos de garantia. A Ponderação de Risco de CVA é prescrita na regulamentação e depende diretamente da classificação de risco da contraparte. O Vencimento é semelhante ao Vencimento utilizado no cálculo do Risco de Incumprimento da Contraparte, mas ao contrário do seu uso, não limitado a 5 anos.

	CVA	Pontuação de Risco Médio de CVA	Vencimento Médio	CVA APR
Derivados da Taxa de Juros	7 192	0,009	4,5	3 502
Derivados FX	2 351	0,009	1,8	515
Derivado de Capital Próprio	1 619	0,010	3,7	764
Derivados de Mercadorias	118	0,009	2,1	31
Derivado de Crédito	318	0,009	3,7	150
Outros Derivados	82	0,008	5,2	30
Financiamento de Títulos				
Total 2015	11 680	0,009	3,8	5 005
Total 2014	21 648	0,009	2,8	6 412

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

A maior causa de redução de Capital de CVA durante 2015 é o facto de as operações de Financiamento de Títulos (operação do tipo dos acordos de recompra) terem sido excluídas do âmbito do cálculo.

Derivados por tipo de produto

A tabela abaixo baseia-se na metodologia *mark-to-market* (MtM) mais a metodologia *add-on* (regulamentar) utilizada para calcular os APR do RFP/DFP IV para determinar as exposições brutas. Isto significa que o valor da ERI listado abaixo está significativamente abaixo do valor nominal. A metodologia *mark-to-market* mais a metodologia *add-on* (regulamentar) é recalculada diariamente para refletir as alterações nos mercados, bem como na composição da carteira. O Método do Risco Corrente (a metodologia para calcular a ERI), juntamente com outros componentes essenciais (PI, PDI e Vencimento), permitem ao ING Bank classificar grande parte da exposição dos seus derivados no âmbito da abordagem da BCIA.

Derivados por tipo de produto em ERI

	Garantido por				2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hip. Residenciais	Outro retalho	Total
Derivados da Taxa de Juros	1 922	26 611	5 375		22	33 930
Derivados de Câmbio	286	2 732	2 933		21	5 972
Derivado de Capital Próprio		2 043	126		7	2 176
Produtos negociados em bolsa		2 094				2 094
Derivados de Mercadorias	21	163	813			997
Derivados de Crédito		409	1			410
Derivados		98	89			187
Total	2 229	34 150	9 337		50	45 766
						46 343

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

A carteira de derivados do ING Bank facilita a carteira de cobertura de hipotecas e as facilidades da carteira de Concessão de Empréstimos. Aproximadamente 78 % da carteira de derivados está relacionada com os derivados da taxa de juros, dos quais uma grande parte é eliminada através da Compensação de Contrapartes Centrais (CCC) (ver tabela de derivados do Risco de Crédito abaixo). A maior parte destas instituições estão sediadas no Reino Unido, Holanda, França, Alemanha e nos Estados Unidos da América. A redução nos derivados de mercadorias é principalmente causada por circunstâncias de mercado deterioradas e vencimento de contratos de derivados de mercadorias de petróleo e gás. O aumento nos derivados de Capital Próprio deve-se a fortes flutuações do preço do capital próprio no mercado das ações este ano.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Derivados do mercado de balcão e negociados na bolsa

Esta secção disponibiliza uma análise quantitativa e qualitativa do Risco de crédito do ING que é originada pelas suas transações de derivados. Isto quantifica a exposição de derivados nocionais, incluindo derivados negociados no mercado de balcão (OTC) ou negociados em bolsas reconhecidas (ETD). Quando os derivados são OTC, a tabela mostra a quantidade que está liquidada pelas contrapartes centrais e a quantidade que não está e oferece uma descrição dos acordos de garantias em vigor.

Derivados do crédito de risco

	2015		2014	
	Nocional	MtM	Nocional	MtM
Derivados do OTC				
– CCP	2 052 351	–2 190	1 824 940	–3 608
– Não CCP	1 759 442	–1 353	1 723 101	–2 555
Derivados ETD	46 472	–28	53 800	–3
Total	3 858 265	–3 571	3 601 841	–6 166

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Os derivados ETD definem os movimentos de preço diariamente. Assim, não existe acréscimo do MtM que gera exposição.

Do valor nocional total das transações com derivados de OTC que não foram anuladas por uma Compensação de Contrapartes Centrais, 82 % foram documentadas nos termos de um acordo dos AAC bilateral (92 %) e unilateral (8 %).

- O valor nocional das transações que são feitas no âmbito dos acordos dos AAC bilaterais, está relacionado com 69 % dos derivados da Taxa de Juros, para 25 % para os derivados FX e 6 % para Derivados de Crédito, Capital Próprio e Mercadorias.
- Os acordos dos AAC unilaterais referem-se a acordos que são unilaterais em relação à ING e consistem, sobretudo, em Derivados da Taxa de Juros.

Os restantes 18 % do valor nocional total das transações com derivados do OTC que não são compensados através de uma CCC não são suportados por um acordo dos AAC ou um Acordo de Compensação e referem-se, principalmente, a Empresas com limites de crédito pequenos e inclui, sobretudo, Derivados da Taxa de Juros (47 %) e Derivados de FX (49 %).

Financiamento de valores imobiliários por tipo de produto

A tabela abaixo baseia-se na metodologia *mark-to-market* mais a metodologia *add-on* (regulamentar) utilizada para calcular os APR do RFP/DFP IV para determinar as exposições brutas. A metodologia para calcular a ERI chama-se Método do Risco Corrente (MRC) e, juntamente com outros componentes essenciais (PI, PDI e Vencimento), permite ao ING Bank classificar virtualmente todas as suas exposições de Financiamento de Valores Imobiliários do âmbito da abordagem da BCIA.

Financiamento de valores imobiliários por tipo de produto na ERI

	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido		2015 Total	2014 Total
				Hip. Residenciais	Outro retalho		
Financiamento de Obrigações Concedido	543	6 306	134			6 983	5 335
Financiamento de Capital Próprio Concedido		3 719	1 421			5 140	6 583
Financiamento de Obrigações Adotado	88	2 121	154			2 363	2 079
Financiamento de Capital Próprio Adotado		1 167	134			1 301	1 597
Total	631	13 313	1 843			15 787	15 595

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Este ligeiro aumento na carteira de Financiamento de Obrigações Concedido foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento dos negócios na Ásia.

Mitigação do risco de crédito

Para determinar o montante aplicável de Risco de Crédito para acordos de Pré-Liquidação, o ING Bank combina os negócios com características semelhantes para determinar a sua elegibilidade para a compensação. Este efeito de compensação chama-se «compensação». Subsequentemente, o ING Bank reduz o montante por qualquer compensação legal que poderá ser permitida ao abrigo dos vários tipos de Acordos-Quadro (como Acordos-Quadro da ISDA e os CRGP). Por fim, o valor é ainda mais reduzido por qualquer caução detida pelo ING Bank ao abrigo dos AAC ou outros acordos semelhantes.

Para os outros tipos de risco e, especialmente, para a concessão de empréstimos, as coberturas recebidas destinam-se a reduzir as perdas incorridas após um evento de incumprimento numa obrigação que um cliente possa ter com o ING Bank. Estas encontram-se subdivididas em quatro grupos denominado hipotecas dos valores da caução, cobertura de valores em dinheiro, garantias de valor de cobertura e outras coberturas físicas.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A tabela abaixo apresenta a carteira do ING Bank, excluindo as ações por tipo de empréstimo. As exposições representam os atrasos e é apresentado um empréstimo coberto por garantia ou uma garantia, se tal cobertura existir num tipo de recurso. Os valores garantidos representam a parte do empréstimo que é coberta pela garantia. Se um empréstimo tivesse uma caução e uma garantia, estas são mostrados na tabela abaixo na coluna designada.

Técnicas de mitigação do risco de crédito a 31 de dezembro de 2015

		Exposições não garantidas: valor contábil	Exposições garantidas por caução	Exposições garantidas por caução das quais: valor garantido	Exposições garantidas por garantias financeiras	Exposições garantidas por garantias financeiras das quais: valor garantido	Exposições garantidas por derivados de crédito	Exposições garantidas por derivados de crédito das quais: valor garantido
Empréstimos	Banca Grossista	93 102	113 038	97 317	39 832	30 165	n.a.	n.a.
	Banca de Retalho	52 006	329 451	319 280	33 361	27 277	n.a.	n.a.
Títulos de dívida		98 463	2 122	2 120	1 008	1 007	n.a.	n.a.
Contrapartes		49 474	3 069	1 084	211	204	n.a.	n.a.
Total		293 045	447 680	419 801	74 412	58 653	n.a.	n.a.

Máxima exposição ao risco de crédito

A tabela seguinte apresenta a nossa máxima exposição ao Risco de Crédito nas carteiras da BCIA e da AP e caução associada detida e outras melhorias de crédito (liquidação e caução) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras para os períodos especificados. O componente da melhoria da liquidação de crédito inclui os efeitos do acordo de compensação juridicamente vinculativo, bem como a compensação de *mark-to-market* negativa de derivados contra o penhor de garantias em dinheiro. O componente da melhoria de crédito de garantia que é referido como Valores de Cobertura, inclui, essencialmente, imóveis, garantias e cauções sob a forma de dinheiro.

O ING regista o valor da caução por recurso. Estes números baseiam-se em valores da caução originais, embora algumas unidades de negócio tentem atualizá-los de acordo com os atuais valores de mercado. Isto é inerentemente difícil em mercados voláteis. Alguns recursos terão vários níveis de caução, enquanto outros não têm qualquer caução. O valor total pode não refletir o valor da caução por recurso.

Máxima exposição ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2015

	Pré-liquidação				Valores de Cobertura		Valores de cobertura	Valores de cobertura	Valores de cobertura
	Exposição bruta antes dliquidação e caução	Exposição após liquidação	Exposição após liquidação e caução	Atraso do qual pré-liquidação*	Total de atraso	Hipotecas	Caução financeira elegível	Garantias	Outro elegível para RFP/DFP IV
BCIA									
Soberanos	7 052	2 870	2 526	2 333	105 724	668	37	2 022	214
Instituições	145 996	46 789	34 326	35 348	90 508	1 622	4 472	3 903	2 234
Empresas	13 235	11 425	11 145	14 090	220 214	97 193	11 091	50 712	75 131
Hipoteca Res. garantida					270 912	441 324	2 787	25 602	244
Outro retalho	44	40	40	51	28 419	19 484	1 387	6 486	4 386
Titularizações	429	429	429	601	7 461				
BCIA Total	166 756	61 553	48 466	52 423	723 238	560 291	19 774	88 725	82 209
AP									
Soberanos	39	39	39	15	2 882				
Instituições	694	649	149	84	4 061		2	31	
Empresas	32	20	20	36	9 686	3 784	123	134	4
Hipoteca Res. garantida					6 952	14 667	1		
Outro retalho	10	10	10	16	9 674	1 732	232	2	1
AP Total	775	718	218	151	33 255	20 183	358	167	5
Total	167 531	62,271	48 684	52 574	756 466	580 398	20 132	88 892	82 215

Inclui as carteiras BCIA e PA; exclui capital próprio e OANOC.

Os valores da caução da BCIA apresentados são valores antes do corte de valor e os valores da caução da AP apresentados são valores após o corte de valor.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

A carteira do ING Bank caracteriza-se por quantias significativas de empréstimos garantidos, especialmente nas áreas chave de hipotecas residenciais e comerciais, finanças estruturadas e arrendamentos. Muitas vezes, o valor da garantia tem um impacto significativo no provisionamento e na PDI, o que afeta diretamente a densidade do risco. Os valores da cobertura estão sujeitos a um corte de valor prévio, mas indexado, e excluem qualquer custo de liquidação. As coberturas podem ser válidas para todos os limites, sublimites ou um atraso específico de um mutuário, o último sendo o mais comum. As garantias para a mesma carteira estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo do Nationale Hypotheek Garantie (NHG) na Holanda.

O Parágrafo da Gestão do Risco do Relatório Anual inclui uma secção extensa em que as exposições são categorizadas em diferentes reservas de Valor do Empréstimo (VE) que disponibilizam uma perspetiva do nível de caução da carteira do ING Bank.

Swap de incumprimento de crédito

O ING Bank participa no mercado de negociação de derivados de risco de crédito, como um comprador líquido de proteção contra o risco de crédito de outras contrapartes. O ING Bank adquiriu uma pequena quantidade de proteção contra o risco de crédito para efeitos de cobertura, geralmente a fim de reduzir a concentração em determinados «grupos com um único devedor legal» sem ter de reduzir as atividades de relação bancária do ING BANK. O ING Bank não vende ativamente Swaps de incumprimento de crédito (SIC) para efeitos de cobertura ou investimento. Embora as regras dos RFP/DFP IV permitam uma redução do capital de risco de crédito sob certas circunstâncias em que o ING Bank tenha comprado proteção SIC, atualmente o ING Bank não faz uso desta provisão para determinar a sua base de capital dos RFP/DFP IV.

Riscos de crédito dos derivados do risco de crédito

	2015	2014
Derivados de Crédito utilizados para efeitos de cobertura		
– proteção ao crédito comprada	n.a.	70
– proteção ao crédito vendida		

Inclui as carteiras da BCIA e da AP; exclui titularizações, títulos e os OANOC.

Não foram comprados derivados de crédito para efeitos de cobertura no final do ano 2015.

Os números acima representam o valor notional de swaps de incumprimento de risco de crédito que o ING Bank celebrou para efeitos de cobertura. O risco de crédito das contrapartes, associado à proteção contra a swap de incumprimento de crédito comprada, está incluído nos cálculos do risco Pré-liquidação para a dada contraparte e não nos números acima. Além disso, o ING envolve-se na negociação de SIC, tanto na proteção ao crédito comprada, como na proteção ao crédito vendida. Estes números anulam-se mutuamente. Contudo, como fazem parte da carteira de negociação, estes números são indicados na secção Risco de Mercado. Para a proteção contra o incumprimento de crédito vendida, o ING Bank incorre no risco de emissor sintético, em que o capital é calculado, de acordo com a sua finalidade, seja de cobertura na carteira bancária ou de negociação.

Exposições garantidas por garantias recebidas

De vez em quando, o ING Bank concede empréstimos pelos quais recebe uma garantia financeira específica de uma contraparte não relacionada ou devedor. Os números da tabela abaixo representam a ERI que foi garantida por estas partes não relacionadas. Não inclui os valores não garantidos. Por exemplo, se um determinado risco de crédito é apenas parcialmente garantido por um terceiro, apenas a porção desse valor que é garantido está incluída nos números abaixo. Para a carteira de Hipotecas Residenciais, as garantias estão relacionadas com as hipotecas cobertas pelas seguradoras governamentais ao abrigo da Nationale Hypotheek Garantie (NHG) na Holanda. A NHG garante o pagamento de um empréstimo em caso de uma venda forçada de propriedade.

Exposições garantidas por garantias de terceiros

	Garantido por					2015	2014
	Soberanos	Instituições	Empresas	Hip. Residenciais	Outro retalho	Total	Total
Nos termos da abordagem BCIA	1 944	4 194	48 659	25 605	6 424	86 826	85 622
Total	2,2 %	4,8 %	56,0 %	29,5 %	7,4 %	100,0 %	100,0 %

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC.

Estes números excluem quaisquer garantias que são recebidas de uma parte relacionada com o devedor, como uma empresa-mãe ou empresa cofilial. Os números também excluem quaisquer garantias que possam ser aplicadas como resultado de atividades de swap de incumprimento de crédito. Os números incluem valores que são garantidos através da construção de uma participação de risco não financiada.

Perfil de vencimentos

Atrasos por reserva de maturidade

A tabela abaixo mostra os atrasos do ING Bank por perfil de liquidação. Os números presumem que não são introduzidos novos riscos de crédito na carteira e que não existem atrasos nos reembolsos associados aos empréstimos de risco nem existem cancelamentos associados às disposições. A maturidade da carteira está implícita na diferença dos números entre os dois períodos

Informação Adicional do Pilar III - continuação

O pressuposto é que os empréstimos, o mercado monetário e os investimentos em títulos de rendimento fixos são totalmente reembolsados nas suas datas de vencimento e que os limites são reduzidos em conjunto com planos de reembolso contidos na documentação do empréstimo associado, sem ter em consideração uma possível renovação ou prorrogação ou vendas ou aquisições de carteiras. Os riscos de pré-liquidação são assumidos para reduzir o vencimento legal das transações subjacentes. Contudo, de acordo com a metodologia *mark-to-market* mais *add-on*, é possível que as exposições aumentem, em vez de diminuir, ao longo do tempo. Esta é uma função das estimativas do ING Bank sobre as futuras taxas de juros e taxas de câmbio, bem como eventuais alterações nas obrigações futuras que podem ser desencadeadas por tais eventos. Geralmente, os atrasos do risco de crédito são mais baixos do que a ERI.

Atrasos por reserva de maturidade (atrasos no risco)

	Soberanos	Instituições	Empresas	Garantido Hip. Residenciais	Outro retalho	Total	Total
Empréstimos em aberto atuais	108 588	94 235	222 125	273 342	35 590	733 880	701 484
1 mês	92 776	69 587	213 664	272 370	34 743	683 140	661 616
3 meses	90 030	62 298	202 521	271 464	34 237	660 550	636 955
6 meses	88 320	58 232	191 647	269 981	33 397	641 577	615 537
1 ano	72 449	48 882	156 338	267 038	28 032	572 739	558 349
2 anos	65 139	38 635	126 804	261 821	23 677	516 076	508 671
3 anos	60 529	32 634	102 326	256 900	20 373	472 762	466 142
5 anos	47 030	18 110	55 571	242 669	14 787	378 167	385 457
7 anos	35 743	11 161	30 422	226 761	10 030	314 117	322 096
10 anos	12 047	6 894	15 015	199 591	6 765	240 312	250 196

Inclui apenas a carteira da BCIA; exclui titularizações, APR, títulos e os OANOC. Os empréstimos de risco (classificação 20-22) estão excluídos nos números acima.

Titularizações

A informação seguinte foi preparada tendo em conta as «Diretrizes de Boas Práticas Industriais sobre os requisitos de divulgação do Pilar III para titularizações» (as Diretrizes) emitidas pela Federação Bancária Europeia e outras associações industriais a 31 de janeiro de 2010 e os requisitos de divulgação da RFP/DFP IV. Inclui as divulgações qualitativas e quantitativas para a exposição titularizada e para as posições de titularização detidas. Embora as divulgações quantitativas estejam limitadas às titularizações utilizadas para efeitos de cálculo dos requisitos de capital regulamentar na RFP/DFP IV, a informação qualitativa tem um âmbito mais amplo e proporciona um panorama sobre toda a atividade de titularização do ING Bank.

Dependendo do papel do ING Bank enquanto investidor, originador ou patrocinador, os objetivos, o envolvimento e as regras aplicadas podem ser diferentes. O ING Bank está principalmente envolvido em transações de titularização com o papel de investidor (em titularizações organizadas por terceiros). Numa medida inferior, o ING Bank é também um originador ou patrocinador de titularizações que costumam ser comercializadas em mercados públicos. O ING não retitulariza a sua exposição de titularização e mesmo se o ING Bank cobrir as suas posições de titularização, estes instrumentos não são reconhecidos como mitigantes do risco de crédito para efeitos de capital regulamentar.

Políticas de avaliação e contabilidade

As atividades do ING Bank relativamente a titularizações estão descritas na Nota 51 «Entidades estruturadas» nas contas anuais. As políticas de contabilidade aplicáveis estão incluídas na secção «Políticas de contabilidade para as contas anuais consolidadas do ING Bank» nas contas anuais. As políticas de contabilidade mais relevantes para os programas de titularização originadas pelo próprio ING Bank são «Desreconhecimento de ativos financeiros» e «Consolidação». Quando o ING Bank atua como investidor em posições de titularização, a política de contabilidade mais relevante é a «Classificação de instrumentos financeiros».

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Método de capital regulamentar utilizado e Agências de Classificação

O ING Bank implementou a abordagem BCIA para o risco de crédito. Como consequência, o ING Bank utiliza a Abordagem Baseada na Classificação (ABC) para investimentos em conjuntos de títulos apoiados por ativos (TAA) e títulos apoiados por hipotecas (TAH) que foram classificados por agências de classificação externas. As agências de classificação utilizadas pelo ING Bank ao abrigo da ABC incluem Standard & Poor's, Fitch, Moody's. A exposição de titularização para a qual cada agência de classificação é utilizada encontra-se na tabela seguinte.

Exposição de titularização por agência de classificação (ERI)

						2015	2014
	S&P	Fitch	Moody's	Abordagem AAI	Outro	Total	Total
Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais	1 148	1 813	359	11		3 331	4 025
Títulos garantidos por ativos	1 011	1 860	145		40	3 056	2 218
Liquidez de Titularizações				846		846	947
Derivados da Taxa de Juros				423		423	106
Outros	35	9	10	420		474	519
Total	2 194	3 682	514	1 700	40	8 130	7 815

Ao abrigo da ABC, os ativos com ponderação do risco (APR) são determinados ao multiplicar o montante da exposição pelas ponderações do risco regulamentar adequadas, que dependem: da classificação externa ou uma classificação inferida disponível, da maturidade da posição e da granularidade da posição.

O ING Bank utiliza a Abordagem de Avaliação Interna (AAI) para as facilitações de apoio que dá à conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp., com base em metodologias de agência de classificação publicadas externamente. Na abordagem AAI, a posição não classificada foi atribuída pela instituição com uma classificação interna, que é estimada usando um modelo desenvolvido pelo ING. A posição recebe depois uma classificação derivada através do mapeamento da classificação interna em avaliações de crédito publicadas externamente, correspondente a essa classificação.

Titularizações – divulgação do risco de crédito

		2015	2014	Delta %
Titularizações	Geografia	8 130	7 815	4,0 %
	América	3 388	3 483	-2,7 %
	Ásia	38	53	-28,2 %
	Austrália	13	32	-60,2 %
	Europa	4 692	4 247	10,5 %
	Europa	4 692	4 247	10,5 %
	Espan	1 452	1 692	-14,2 %
	Reino Unido	919	862	6,6 %
	Alemanha	888	34	2 528,2 %
	Holanda	768	758	1,4 %
	Resto da	664	901	-26,3 %
Titularizações	Tipo de Produto	8 130	7 815	4,0 %
	Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais	3 286	4 025	-18,3 %
	Títulos garantidos por ativos	2 897	2 218	30,6 %
	Liquidez de Titularizações ¹	846	947	-10,7 %
	Derivados da Taxa de Juros	423	106	298,0 %
	Outros	678	519	30,6 %
Titularizações	Classe de Exposição²	8 130	7 815	4,0 %
	Investidor de	6 442	6 357	1,3 %
	Patrocinador de	1 688	1 458	15,8 %

Exclui capital próprio e OANOC.

1 Estas são transações de financiamento estruturadas pelo ING para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a uma EFE.

2 Os benefícios de titularização são excluídos. As titularizações originadas são explicadas numa secção separada.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Durante 2015, a exposição a titularizações aumentou de 7,8 mil milhões de euros para 8,1 mil milhões de euros, sobretudo devido ao aumento da exposição em ativos alemães. O aumento geral é fomentado por títulos apoiados por ativos e obrigações não garantidas e todos os outros grupos de produtos demonstram uma diminuição.

Titularizações de investidores

O objetivo do ING Bank é manter uma carteira de ativos líquidos de elevada qualidade que cumpre os requisitos regulamentares da RFP/DFP IV e o Ato Delegado de outubro de 2014 no que se refere a liquidez. O ING investe em Títulos Apoiados por Hipotecas Residenciais (TAHR) e Títulos Apoiados por Ativos (TAA) mantendo-se atento às posições de investimento das titularizações através de relatórios de monitorização mensal e chamadas de atualização semanais.

Na tabela abaixo, as titularizações de investidores são enumeradas, divididas por exposição subjacente.

Atividades de titularização de investidores				
			2015	2014
	Tradicional	Sintético	Total	Total
Retalho	6 406		6 406	6 312
- Dos quais hipotecas residenciais	3 272		3 272	4 025
- Dos quais cartões de crédito				
- Dos quais exposições de outro retalho	3 134		3 134	2 287
- Dos quais retitularização				
Banca Grossista	36		36	45
- Dos quais empréstimos a empresas				
- Dos quais hipotecas comerciais	36		36	45
- Dos quais aluguer e valores a receber				
- Dos quais retitularização				
Total	6 42		6 442	6 357

Em 2015, as atividades de titularização com exposição de retalho subjacente aumentaram 0,8 mil milhões de euros para 3,1 mil milhões de euros, enquanto as titularizações com exposição de Banca Grossista subjacente reduziram. Durante 2015, a carteira de liquidez em TAA cresceu moderadamente, especialmente na TAA Auto na Europa de Leste e nos Master Trusts RMBS do Reino Unido, a maioria da TAA Auto baseia-se em Ativos Alemães e, assim, existe um aumento notável na Alemanha. O ING visa manter cerca de 2 % da sua carteira de liquidez em Titularizações elegíveis do RCL.

A tabela seguinte fornece a divisão das exposições atuais por bandas de ponderação do risco. O valor das posições de titularização baseia-se em valores de exposição regulamentar calculados segundo a RFP/DFP IV depois de considerar os fatores de conversão do crédito (FCC), quando aplicável, conforme utilizado para efeitos do Pilar I, mas antes da aplicação das mitigações do risco de crédito em posições de titularização. Dado o foco em titularizações de elevada qualidade, a composição da carteira está a mudar para a banda de risco inferior.

Exposições adquiridas por banda de ponderação do risco				
	2015		2014	
	ERI	APR	ERI	APR
Banda de ponderação do risco 1 ≤ 10 %	5 493	421	4 037	325
Banda de ponderação do risco 2 >10 % e ≤ 18 %	146	19	625	79
Banda de ponderação do risco 3 >18 % e ≤ 35 %	419	116	992	216
Banda de ponderação do risco 4 >35 % e ≤ 75 %	289	165	255	157
Banda de ponderação do risco 5 >75 % e <1 250 %	23	50	400	483
Ponderação do risco 1 250 %	72	903	47	593
Total	6 442	1 674	6 357	1 853

Exclui capital próprio e OANOC.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Requisitos de capital para posições de investimento em titularizações

		Titularização tradicional			Total de exposição 2015	Total de exposição 2014
		Total tradicional	Do qual retalho subjacente	Do qual não retalho subjacente		
Valores de exposição (por bandas de PR)	<= 20 % PR	5 835	5 639	196	5 835	5 605
	>20 % a 50 % PR	237	223	14	237	72
	>50 % a 100 % PR	288	236	52	288	604
	>100 % a <1 250 % PR	10	10		10	29
	1 250 % PR	72	72	0	72	47
	Total	6 442	6 180	262	6 442	6 357
Valores de exposição (por abordagem regulamentar)	ABC BCIA (incl. AAI)	6 370	6 108	262	6 370	6 310
	12 50	72	72	0	72	47
	Total	6 442	6 180	262	6 442	6 357
APR (por abordagem regulamentar)	ABC BCIA (incl. AAI)	772	712	60	772	1 259
	12 50 Ponderação do risco	902	901	1	902	593
	Total	1 674	1 613	61	1 674	1 853
Custo de capital depois de limite superior	ABC BCIA (incl. AAI)	62	57	5	62	101
	12 50 Ponderação do risco	72	72	0	72	47
	Total	134	129	5	134	148

Na tabela acima está ilustrada uma síntese das exposições de Titularização de Investidores e os seus respetivos requisitos de capital. Em linha com a política do ING e a Apetência do Risco, a grande maioria das posições estão classificadas como AA- e superior e quase toda a carteira continua na classificação de investimento. As posições que diminuíram na qualidade do crédito foram devidamente fornecidas e foram reduzidas significativamente. O aumento dos APR na reserva da ponderação de risco de 12,50 está relacionado com um investimento com classificação AAA para o qual não estava disponível uma classificação a 31 de dezembro de 2015.

Titularizações de patrocinadores

No normal decorrer dos negócios, o ING Bank estrutura transações de financiamento para os seus clientes ao ajudá-los a obter fontes de liquidez através da venda dos valores a receber dos clientes ou outros ativos financeiros a um Veículo de Finalidade Especial (VFE) originado pelo ING. As transações são financiadas pela conduta do Papel Comercial Garantido por Ativos (PCGA) da Mont Blanc Capital Corp. administrada pelo ING (classificação A-1/P-1). A Mont Blanc Capital Corp. financia-se externamente nos mercado PCGA.

Na sua função enquanto agente administrativo, o ING Bank facilita estas transações ao agir como agente administrativo, contraparte de swap e prestador de liquidez da Mont Blanc. O ING Bank também oferece instalações de apoio (melhoria ao nível da liquidez e do programa) que apoiam as transações financiadas pelo canal. Os tipos de ativos atualmente no canal Mont Blanc incluem contas a receber, contas a receber de financiamento ao consumidor, empréstimos automóveis e hipotecas residenciais.

O ING Bank apoia os programas de papel comercial, oferecendo facilidades de liquidez a curto prazo às Entidade de Finalidade Especial (EFE) com serviços de liquidez a curto prazo. Estas facilidades de liquidez cobrem, sobretudo, perturbações temporárias no mercado do papel comercial. Uma vez retirados, estas facilidades suportam um risco de crédito normal. Diversos programas são suportados através da concessão de serviços de liquidez estruturados às PME, nos quais o ING Bank cobre, pelo menos, uma parte do próprio risco de crédito constituído nestes programas (para além de facilidades de liquidez normais) e podem sofrer perdas de crédito como consequência. Além disso, no âmbito de um Programa de Vasta Melhoria do Crédito de Risco, o ING Bank garante, a uma quantidade limitada, todas as perdas restantes incluídas na EFE para os investidores de papel comercial. Os serviços de liquidez prestados à Mont Blanc são de 796,3 milhões de euros. Não existiu qualquer valor de liquidez a 31 de dezembro de 2015. A Mont Blanc não tem investimentos em posições de titularização que o ING Bank titularizou. Nem existem entidades geridas ou aconselhadas pelo ING Bank que investem na Mont Blanc.

As facilidades de prontidão de liquidez normais não estruturadas e as facilidades estruturadas são apresentadas nos termos das facilidades irrevogáveis. Todas as facilidades, que variam de perfil de risco, são concedidas à EFE sujeitas a procedimentos normais de análise de risco de liquidez e crédito do ING Bank. As taxas recebidas por serviços prestados e pelas instalações são cobradas de acordo com as condições de mercado. A Mont Blanc é consolidada pelo ING Bank. Assim, estas transações estão nas disposições do balanço financeiro.

Titularizações originais

O ING Bank origina as suas próprias transações de titularização para efeitos de capital económico e regulamentar, assim como efeitos de liquidez e financiamento. A 31 de dezembro de 2015, não existiram transações sintéticas.

Liquidez e financiamento

Embora as parcelas mais antigas nas titularizações já não sejam eficazes para lançar o capital regulamentar ao abrigo da RFP/DFP IV, são utilizadas para obter financiamento e melhorar a liquidez. Para ser elegível como caução para bancos centrais, as exposições titularizadas devem ser vendidas a um Veículo de Finalidade Especial (VFE) que, por sua vez emite notas titularizadas («titularizações tradicionais») em duas parcelas, uma parcela subordinada e uma parcela sénior, classificada como AAA por uma agência de classificação. A parcela AAA pode, posteriormente, ser utilizada pelo ING Bank como garantia (de reserva) no mercado monetário para empréstimos garantidos.

O ING Bank criou várias destas titularizações com uma posição a 31 de dezembro de 2015 de cerca de 78 mil milhões de euros de notas com classificação AAA e notas subordinadas sem classificação. As exposições subjacentes são hipotecas residenciais na Holanda, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Austrália e Empréstimos a PME na Holanda e Bélgica.

Desde que as exposições de titularizações criadas não sejam transferidas para terceiros, o capital regulamentar continua sem alterações. Estas não se encontram detalhadas no presente. Além dos custos de estruturação e administração destas titularizações, estas titularizações são neutras em termos de lucros / perdas.

Método de ponderação do risco simples

O ING Bank N.V. não utiliza o método de ponderação do risco simples para empréstimos especializados. Utiliza antes a abordagem PI, PDI e APR. Uma pequena parte da carteira do ING, alguma da exposição de capital próprio, está sujeita ao método de ponderação do risco simples para o cálculo do capital regulamentar. A tabela abaixo ilustra mais detalhes sobre a exposição de capital próprio que utiliza este método.

Exposições (ERI) por grau de classificação interna e PI, PDI e APR de 2015 correspondentes

	No balanço valor		Fora do balanço valor		Risco Ponder.	Valor de exposição			APR	Requisitos de capital	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014	2015	2014
Exposições de capital próprio	1 224	128			290 %	1 224	128	3 548	371	283	30
Exposições de capital próprio	556	479			190 %	556	479	1 057	910	85	73
Outras exposições					370 %						
Total	1 780	607				1 780	607	4 605	1 281	368	102

Em abril de 2015, a fusão entre o ING Vysya Bank («Vysya») e o Kotak Mahindra Bank («Kotak») foi concluída, resultando num aumento no valor da posição de capital próprio comercializado de mil milhões de euros. Além disso, a fusão aumentou o APR devido a uma alteração no tratamento contabilístico. Antes da fusão, a participação social do Vysya foi um investimento em associados superior a 10 %, assim, a Abordagem de Ponderação

Do Risco Simples não foi aplicada. Desde a fusão, o ING detém uma participação social de 6,5 % no Kotak e, assim, esta posição é tratada como

Instrumentos Financeiros inferiores a 10 % (Disponível para Venda, AfS) com 290 % de ponderação do risco, resultando num aumento do APRC de 3,3 mil milhões de euros.

Riscos de mercado

Introdução

Após a turbulência nos mercados financeiros e a subsequente necessidade de os governos prestarem ajuda às instituições financeiras, as instituições financeiras têm estado sob maior escrutínio do público, supervisores e reguladores. Isto resultou em regulamentos mais rigorosos destinados a evitar futuras crises no sistema financeiro e na ajuda dos contribuintes no futuro. É feita referência à secção «Mercado e Ambiente regulamentar» no Parágrafo de Gestão do Risco.

Movimento de Ativos com Ponderação do Risco de Mercado por fomentador chave

valores em milhões de euros	VaR	Em tensão			
		VaR	CR	Modelo Padronizado	APR Total
		G			
Valor de abertura	1 178	2 802	5 331	1 412	10 723
Movimento nos níveis de risco e no movimento de mercado	619	129	−1 752	−84	−1 088
Atualizações/alterações de modelos	-	-	-	-	-
Aquisições e Cessações	-	-	-	-	-
Movimento total	619	129	−1 752	−84	−1 088
Valor de encerramento	1 797	2 931	3 579	1 328	9 635

Principais alterações

Durante o exercício, os Ativos com Ponderação do Risco de Mercado (APRM) diminuíram 1,1 mil milhões de euros para 9,6 mil milhões de euros. As principais alterações são as seguintes:

- Os APRM diminuíram 1,1 mil milhões de euros, especialmente como resultado de uma redução em exposições a emissores soberanos que reduziram o CRG.
- Uma atualização do modelo composta por uma alteração no período do VaR Tenso utilizada nos cálculos do VaR Tenso não resultou em impacto material em APRM.

Capital em risco

O Capital em risco mede o impacto de choques instantâneos predefinidos de fatores de risco de mercado como taxas de juro, spreads de crédito, taxas cambiais, preços de capital próprio e preços de imobiliário na volatilidade do IFRS-EU e no capital próprio comum de nível 1.

Principais Fomentadores

As principais sensibilidades do risco de mercado do capital são fomentadas pela taxa de juro e pelo spread de crédito, resultando de coberturas de fluxo de caixa e títulos de dívida disponíveis para venda. Além disso, a sensibilidade da reserva de conversão de moeda é uma posição que visa ficar aberta para estabilizar o rácio de capital próprio comum de nível 1 para movimentos intercambiais e o APR também sofre impacto com estes movimentos de mercado.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Perfil do risco

Elementos de Capital e Impacto do Risco de Mercado no Capital

Sensibilidade do Risco de Mercado (antes de impostos)			Taxa de Juro	Spread de Crédito	Preços Cap Pr	Imobiliário	Câmbio
			+100 bp	+40 bp	-10 %	-10 %	+10 %
Elementos de capital			IFRS-EU RFP/DFP IV*				
Reserva							
Reservas de reavaliação de propriedade	☐	☐				-98	
Reserva de cobertura do fluxo de caixa	☐		-2 054				
Reserva disponível para venda							
- Títulos de dívida	☐	☐	-553	-1 377			
- Títulos de capital próprio	☐	☐			-429		-390
Reserva de conversão de moeda	☐	☐					-619
L&P							
Todos os itens que causam impacto nos L&P, excluindo DVA	☐	☐	-29	-137	-498	-39	-145
Notas de dívida/estruturadas emitidas pela própria DVA	☐			181			
Derivados DVA	☐		3	40			-5
Impacto sobre o capital							
Capital Próprio IFRS-EU			-2 634	-1 294	-926	-137	-1 160
Capital Próprio comum de Nível 1 (RFP/DFP IV, máximo)			-582	-1 514	-926	-137	-1 154

* RFP/DFP IV máximo, sem faseamento.

☐ Indica que o item tem impacto no capital conforme indicado nessa coluna.

Impacto da Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação para o imobiliário, títulos de dívida, títulos de capital próprio e conversões de moeda fará parte do capital próprio da RFP/DFP IV. A reserva de reavaliação das coberturas de fluxo de caixa não fará parte do capital próprio da RFP/DFP IV. A sensibilidade da taxa de juro ilustrada para títulos de dívida é a sensibilidade da taxa de juro sem cobertura, isto é, os títulos de dívida em relações de contabilidade coberta são excluídos.

Impacto de L&P

Itens no justo valor que reavaliam através dos L&P, excluindo ajustes de avaliação de débitos, capital próprio com impacto no IFRS-EU, assim como capital próprio da RFP/DFP IV. Os ajustes de avaliação de débitos de dívidas emitidas pelo próprio apenas têm impacto no capital próprio do IFRS-EU e não no da RFP/DFP IV. Os ajustes da avaliação de débito de derivados não farão parte do capital próprio do RFP/DFP IV.

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Risco de financiamento e liquidez

O risco de financiamento e liquidez é o risco que o ING Bank ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir os passivos financeiros quando vencerem, a um custo razoável e atempadamente.

Para proteger o ING Bank e os seus depositários contra os riscos de liquidez, o ING Bank mantém uma reserva de liquidez, baseada nas necessidades de liquidez de todas as entidades sob condições tensas. O ALCO Bank garante que a liquidez suficiente é mantida, em conformidade com as regras e normas regulamentares e do Banco, incluindo uma reserva de ativos líquidos livres de encargos e de alta qualidade.

	2015	2014
Caixa e participações no banco central	13 505	4 499
Títulos emitidos ou garantidos por soberanos, bancos centrais e bancos multilaterais de desenvolvimento.	91 551	86 863
Ativos líquidos elegíveis em bancos centrais (não incluídos acima)	75 807	88 199
Outros ativos líquidos	1 875	3 320
Total	182 738	182 880

A distribuição apresentada dos ativos líquidos em classes diferentes representa os ativos líquidos em todo o banco. Isto inclui também entidades onde se podem aplicar restrições sobre a transferibilidade e convertibilidade devido a limitações regulamentares ou outras medidas. A reserva diminuiu um pouco em 2015 comparando com 2014, especialmente devido a um aumento de posições em reservas e títulos de bancos centrais emitidos ou garantidos por soberanos, bancos centrais e bancos multilaterais de desenvolvimento. Esta diminuição foi compensada por uma redução de ativos líquidos elegíveis em bancos centrais e outros ativos líquidos.

Como parte da gestão da reserva de liquidez, o ING Bank também monitoriza os encargos de ativos existentes. Os ativos com encargos representam os ativos no balanço financeiro e que estão penhorados ou são utilizados como cauções para os passivos do ING Bank. Os modelos apresentados com os ativos com e sem encargos do ING Bank baseiam-se no CRR (Parte Oito) e nas diretrizes relacionadas da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Em 2015, o rácio de encargos de ativos médio para o ING Bank era de 18 %. Os números comparáveis para 2014 não se baseiam nos valores médios, mas nos de 31 de dezembro de 2014. Isto deve-se ao facto de os valores médios de 2014 não estarem disponíveis e que 31 de dezembro de 2014 foi o primeiro conjunto de dados segundo os requisitos do CRR.

Encargos de ativos do ING Bank

média de 2015 em milhões de Euros

	Valor contabilístico de ativos com encargos	Justo valor de ativos com encargos	Valor contabilístico de ativos sem encargos	Justo valor de ativos sem encargos
Ativos do ING Bank	104 305		748 958	
Instrumentos de capital próprio	6 551	6 551	12 326	12 326
Títulos de dívida	11 477	11 394	106 763	106 697
Outros ativos	660		69 784	

Encargos de ativos do ING Bank

2014 em milhões de Euros

	Valor contabilístico de ativos com encargos	Justo valor de ativos com encargos	Valor contabilístico de ativos sem encargos	Justo valor de ativos sem encargos
Ativos do ING Bank	99 648	-	728 954	-
Instrumentos de capital próprio	8 666	8 666	11 254	11 254
Títulos de dívida	7 620	7 511	123 143	123 351
Outros ativos	2 200	-	76 646	-

Informação Adicional do Pilar III - continuação

Caução recebida pelo ING Bank		
	Justo valor da caução com encargos recebida ou títulos de dívida próprios emitidos	Justo valor da caução recebida ou títulos de dívida próprios emitidos disponíveis para encargo
média de 2015 em milhões de Euros		
Caução recebida pelo ING Bank	69 988	40 384
Instrumentos de capital próprio	16 076	5 891
Títulos de dívida	53 911	34 033
Outra caução recebida		460
Títulos de dívida próprios emitidos que não as obrigações cobertas ou títulos garantidos por ativos	69 988	40 384

Caução recebida pelo ING Bank		
	Justo valor da caução c/ encargos recebida ou títulos de div. Próp. emitidos	Justo valor da caução recebida ou títulos de div. Próp. emitidos disp. p/ encargo
2014 em milhões de Euros		
Caução recebida pelo ING Bank	61 805	40 506
Instrumentos de capital próprio	3 721	15 787
Títulos de dívida	57 876	24 432
Outra caução recebida		114
Títulos de dívida próprios emitidos que não as obrigações cobertas ou títulos garantidos por ativos		

Ativos com encargos/caução recebida e passivos associados do ING Bank		
	Passivos associado s, passivos contingentes ou títulos em empréstimo	Ativos, caução recebida e títulos de dívida pró. emitidos que não sejam obrig. cobertas e TAA c/ encarg.
Valor contabilístico de passivos financeiros selecionados	108 536	146 697

Ativos com encargos/caução recebida e passivos associados do ING Bank		
	Passivos associado s, passivos contingentes ou títulos em empréstimo	Ativos, caução recebida e títulos de dívida pró. emitidos que não sejam obrig. cobertas e TAA c/ encarg.
Valor contabilístico de passivos financeiros selecionados	100 935	141 156

Informações sobre a importância dos encargos do ING Bank

O ING Bank gere prudentemente o seu balanço financeiro, tendo à disposição várias fontes de financiamento. Tendo em conta esta situação, o nível de encargos do balanço financeiro do ING Bank é relativamente baixo.

Os ativos com encargo no balanço financeiro do ING Bank abrangem um grande conjunto de hipotecas e empréstimos utilizados como fundo de cobertura para programas com obrigações cobertas emitidas por subsidiárias na Holanda, Bélgica e Alemanha, e titularizações externas e outros tipos de cauções. Do total de ativos com encargo do Banco, 82 mil milhões de Euros são empréstimos e pagamentos em adiantado, especialmente hipotecas, que servem para caução para este tipo de títulos. Os ativos do fundo de cobertura não são considerados encargos quando os títulos são retidos no ING Bank. As titularizações emitidas e especialmente as obrigações cobertas têm sobretitularização, o que significa que os ativos no fundo de cobertura são superiores à emissão.

Além disso, os ativos têm encargo como resultado da atividade de recompra e de empréstimo de títulos, assim como cauções em caixa e títulos publicados para transações derivadas e de compensação em que a caução penhorada é um requisito. Como parte das suas atividades de financiamento de títulos e comércio de derivados, o ING celebra contratos padrão principais, como Contratos de Recompra Geral Principal e ISDA (GMRA), que contêm Anexos de Apoio ao Crédito (CSA) ou outras cláusulas semelhantes. Ao abrigo dos termos destes contratos, o ING poderá ter de prestar caução adicional se for desvalorizado por uma das agências de classificação estabelecidas. Consultar o parágrafo Risco de Crédito de Contraparte.

A parte principal das atividades de recompra e revenda do ING Bank são a curto prazo. As transações de recompra são especialmente efetuadas com títulos obtidos como caução em transações de revenda, que não se encontram reconhecidas no balanço financeiro. Quando os títulos reconhecidos no balanço financeiro forem utilizados numa transação de recompra, estes continuam reconhecidos no balanço financeiro e são participados como com encargo. Dos outros ativos sem encargos incluídos na tabela «Ativos», a vasta maioria dos ativos não está disponível para encargo. Esta categoria é composta por ativos, como créditos derivativos, ativos por imposto, propriedade e equipamento, ativos intangíveis e investimentos em associados e empreendimentos conjuntos.

Exclusão de Responsabilidade

As declarações incluídas no presente Relatório Anual não são factos históricos, incluindo, nomeadamente, certas declarações feitas de previsões futuras e outras declarações futuras que se baseiam nos pontos de vista e pressupostos atuais da administração e que envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, assim como incertezas passíveis de alterar resultados, desempenhos ou eventos de forma material, tendo em conta os expressos ou implícitos nessas declarações. Os resultados, desempenhos ou eventos reais podem diferir materialmente dos indicados nessas declarações devido, nomeadamente a: (1) alterações nas condições económicas gerais, especialmente condições económicas dos mercados estratégicos do ING, (2) alterações no desempenho de mercados financeiros, incluindo mercados em desenvolvimento, (3) consequências de uma possível rutura (parcial) do euro, (4) implementações por parte do ING de planos de reestruturação, conforme acordado com a Comissão Europeia, (5) alterações na disponibilidade de, e custos associados com, fontes de liquidez, como financiamentos interbancários, assim como condições gerais dos mercados de crédito, incluindo alterações na solvabilidade do mutuário e da contraparte, (6) alterações que afetem os níveis da taxa de juro,

(7) alterações que afetem as taxas de câmbio, (8) alterações no comportamento do investidor e cliente, (9) alterações em fatores competitivos gerais, (10) alterações nas leis e regulamentos, (11) alterações nas políticas de governos e/ou autoridades regulamentares, (12) conclusões referentes à aquisição de pressupostos e metodologias de contabilização da compra, (13) alterações na propriedade que poderão afetar a disponibilidade futura que teremos de perdas operacionais líquidas, capital líquido e perda embutida de futuro, (14) alterações nas taxas de crédito, (15) capacidade de o ING alcançar sinergias operacionais projetadas e (16) os outros riscos e incertezas detalhados na secção dos Fatores de Risco contida no Relatório Anual do Grupo ING de 2015.

Todas as declarações futuras feitas por ou em nome do ING apenas se referem à data em que são feitas e o ING não assume qualquer obrigação de atualizar ou rever publicamente quaisquer declarações futuras, seja como resultado de novas informações, seja por outro motivo. É feita referência à secção «Gestão do Risco» deste Relatório Anual.

www.ing.com

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

ING Bank N.V.

Bijlmerplein 888
1102 MG Amsterdam
P.O. Box 1800, 1000 BV Amsterdão
Holanda

Telefone: +31 20 5639111

Internet: www.ing.com

Registo Comercial de Amesterdão, n.º 3031431.

